CONTAS DO GOVERNADOR

EXERCÍCIO 2014

Instruções Processuais



TCEPR | TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

SUMÁRIO

4 _____Instrução nº 70/15 – DCE
308 _____Instrução nº 312/15 – DCE
430 _____Parecer nº 690/15 – DIJUR
442 _____Parecer nº 13681/15 – SMPjTC

CONTAS DO GOVERNADOR

EXERCÍCIO 2014

Instrução nº 70/15
DCE



TCEPR | TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO Nº: 268306/15

ENTIDADE: GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

INTERESSADO: CARLOS ALBERTO RICHA

INSTRUÇÃO Nº: 70/15-DCE

PRESTAÇÃO DE CONTAS
GOVERNO DO ESTADO
EXERCÍCIO DE 2014

José Mário Wojcik

DIRETORIA DE CONTAS ESTADUAIS

ÍNDICE

I – INTRODUÇÃO 1

1. Do Encaminhamento 1

2. Da Formalização do Processo 1

3. Objetivos da Análise 3

4. Métodos e Critérios de Análise 4

II – ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO 6

1. Estrutura Institucional 6

2. Quadro de Pessoal do Estado 12
2.1. Poder Executivo 12
2.2. Poderes Legislativo, Judiciário e Ministério Público. 13

3. Sistema de Controle Interno do Poder Executivo 13
3.1. Legislação 13
3.2. Implantação do Sistema de Controle Interno no Estado do Paraná 15
3.3. Avaliação do Sistema de Controle Interno do Estado do Paraná 18

III – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA 21

1. Instrumentos de Planejamento 21
1.1. Plano Plurianual 21
1.2. Lei de Diretrizes Orçamentárias 24
1.3. Lei Orçamentária Anual 27
1.3.1. Orçamento Inicial 27
1.3.2. Alterações Orçamentárias 28
1.3.3. Orçamento Final 30

2. Execução do Orçamento 32
2.1. Balanço Orçamentário Consolidado da Administração Global 32
2.2. Comportamento da Receita 36
2.2.1. Receitas Correntes 37
2.2.2. Receitas de Capital 44
2.2.3. Receita Corrente Líquida 45
2.2.4. Renúncia de Receita 49
2.3. Comportamento da Despesa 54
2.3.1. Despesas por Categoria Econômica 55
2.3.2. Grupos de Natureza de Despesa 56
2.3.3. Despesas Por Área 59
2.3.4. Despesas Por Função de Governo 62

2.4. Despesas Estornadas 65
2.5. Resultado Orçamentário 66
2.6. Programas de Governo 71
2.6.1. Obrigações Especiais 76
2.6.2. Inova Educação 78
2.6.3. Saúde Para Todo Paraná 79
2.6.4. Gestão Institucional – Outros Poderes e Ministério Público 81
2.6.5. Paraná Seguro 82
2.6.6. Demais Programas de Governo 84
2.7.1. Legislação 87
2.7.2. Processo Licitatório 88
2.7.3. Execução das Despesas de Publicidade Legal e Institucional 91
2.7.4. Comparativo Despesas Empenhadas versus Despesas com Autorizações PADVs 96
2.8. Fundos Especiais 99
2.8.1. Execução Orçamentária dos Fundos Especiais 101
2.8.2. Fundos Especiais com Fonte de Arrecadação Vinculada 102
2.8.3. Fundos Especiais Inoperantes 108
2.9. Serviços Sociais Autônomos 109
2.9.1. Paranáprojetos 113
2.9.2. Sistema Meteorológico do Paraná – SIMEPAR 113
2.9.3. Paranacidade 115
2.9.4. Paranaprevidência 115
2.9.5. Paranaeducação 116
2.9.6. E-Parana Comunicação 116
2.9.7. Agência Paraná Desenvolvimento – APD 117
2.9.8. Da Consolidação dos Demonstrativos de Despesa com Pessoal 120

IV – GESTÃO FINANCEIRA 123

1. Balanço Financeiro 123
1.1. Gestão Financeira de Ingressos Orçamentários e Extraorçamentários 125
1.2. Gestão Financeira de Dispêndios Orçamentários e Extraorçamentários 127
1.3. Gestão Financeira das Receitas e Despesas Orçamentárias em Valores Constantes 129
1.4. Valores Totais dos Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários 130

2. Disponibilidade Financeira nos Termos da LRF 132
2.1. Obrigações Financeiras Frente às Disponibilidades - Art. 42 LRF 136

3. Fluxos de Caixa 138

V – GESTÃO PATRIMONIAL 143

1. Balanço Patrimonial 143
1.1. Composição do Ativo 144
1.1.1. Ativo Circulante 144
1.1.2. Ativo Não Circulante 145
1.1.3. Dívida Ativa 147
1.2. Composição do Passivo 153
1.2.1. Passivo Circulante 153
1.2.2. Análise Financeira 155

1.2.3. Passivo Não Circulante 157
1.2.4. Dívida Geral 158
1.2.5. Precatórios 163
1.3. Saldo Patrimonial 182

VI – GESTÃO PREVIDENCIÁRIA 185

1. Histórico 185

2. A Reestruturação do Plano de Custeio – Lei nº 17.435/2012 187

3. A Contribuição Previdenciária dos Inativos e Pensionistas 193

4. Resultados Patrimoniais dos Fundos Previdenciários 198
4.1. Fundo de Previdência 198
4.2. Fundo Financeiro 202
4.3. Fundo Militar 207

5. Resultados Orçamentário e Financeiro dos Fundos Previdenciários 209

6. Divergências nos Valores Repassados e a Repassar aos Fundos Previdenciários 211

VII – LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS 214

1. Limites Constitucionais 214
1.1. Recursos Aplicados em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino 215
1.1.1. Recursos do FUNDEB 217
1.2. Recursos Aplicados em Ações e Serviços Públicos de Saúde 226
1.3. Aplicação de Recursos em Ciência e Tecnologia 231

2. Limites da Lei de Responsabilidade Fiscal 233
2.1. Gastos com Pessoal 233
2.2. Outros Limites da Lei de Responsabilidade Fiscal 235

3. Limites da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 236
3.1. Cotas Liberadas ao Poder Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública 236
3.2. Metas Fiscais 237
3.2.1. Resultado Primário 237
3.2.2. Resultado Nominal 239

VIII – DO EXERCÍCIO DO CONTROLE EXTERNO DO TC 241

1. Auditorias Operacionais – AOPs 241
1.1. AOP na Área de Educação – Ensino Médio 241

2. Auditorias nos Programas Co-Financiados por Organismos Internacionais 241

3. Fiscalizações Exercidas pelas ICEs 242
3.1. Constatações Específicas Encaminhadas Pelas ICEs 243
3.1.1 Pagamentos a Fornecedores Efetuados com Atraso: Encargos Financeiros e Multas 243

3.1.2 Disponibilização Tardia do SIAF 245

4. Tomadas de Contas Extraordinárias 247

IX – RESSALVAS, DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DOS PARECERES PRÉVIOS DAS CONTAS DO GOVERNO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES. 248

1. Ressalvas 248

2. Determinações 256

3. Recomendações 261

X – SÍNTESE DA GESTÃO 266

1. Principais Resultados 266

2. Pontos Relevantes 268

XI – CONCLUSÃO 276

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 Peças Integrantes da Prestação de Contas do Governo Estadual – 2014 2
Tabela 2 Composição da Administração Direta Estadual – 2014 6
Tabela 3 Composição da Administração Indireta Estadual – 2014 7
Tabela 4 Alterações na Estrutura Administrativa – 2014 9
Tabela 5 Entidades Controladas pela Copel em 31/12/2014 (99,9% de participação) 11
Tabela 6 Entidades Controladas em Conjunto pela Copel em 31/12/2014 11
Tabela 7 Quantidade de Funcionários Ativos do Poder Executivo – 2012 a 2014 12
Tabela 8 Quantidade de Funcionários Ativos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Ministério Público – 2014 13
Tabela 9 Conteúdo dos Relatórios do Controle Interno face à Instrução Normativa nº 100/14-TC 19
Tabela 10 Metas Fiscais – Preços Correntes – 2013 a 2015 25
Tabela 11 Distribuição da Receita Estimada – 2014 28
Tabela 12 Principais Alterações Orçamentárias – 2014 29
Tabela 13 Evolução do Orçamento – 2014 30
Tabela 14 Comparativo do Orçamento – PPA/LOA – 2014 31
Tabela 15 Balanço Orçamentário – Administração Global – 2014 33
Tabela 16 Ajuste do Balanço Orçamentário Administração Global - 2014 35
Tabela 17 Comparativo da Receita Orçada Final com a Arrecadada – 2014 36
Tabela 18 Composição da Receita Tributária – Parcela Estadual e Municipal – 2014 38
Tabela 19 Receita Tributária – Parcela Estadual – Valores Constantes – 2011 a 2014 38
Tabela 20 Base de Arrecadação do ICMS – 2011 a 2014 39
Tabela 21 Participação Percentual na Arrecadação do ICMS – 2011 a 2014 40
Tabela 22 ICMS Por Setor da Economia – Parcela Estadual – Valores Constantes – 2011 a 2014 41
Tabela 23 Transferências Correntes – Administração Direta – Valores Constantes – 2011 a 2014 43
Tabela 24 Resumo do Demonstrativo da RCL Consolidada – Valores Constantes – 2013 e 2014 47
Tabela 25 Resumo do Demonstrativo da RCL Consolidada – Valores Constantes – 2013 e 2014 52
Tabela 26 Execução Orçamentária da Despesa por Categoria Econômica, Grupo de Natureza e Área – 2014. 55
Tabela 27 Demonstrativo da Despesa – Administração Global – Área Institucional – 2014 60
Tabela 28 Demonstrativo da Despesa – Administração Global – Área Social – 2014 61
Tabela 29 Demonstrativo da Despesa – Administração Global – Área Econômica – 2014 62
Tabela 30 Execução da Despesa por Função de Governo – 2014 63
Tabela 31 Estornos de Empenhos Liquidados – Dezembro/2014 66
Tabela 32 Síntese da Execução Orçamentária – 2014 67
Tabela 33 Ajuste do Balanço Orçamentário Administração Global - 2014 68
Tabela 34 Saldos Exercícios Anteriores – 2014 70
Tabela 35 Resultado Orçamentário Ajustado – 2014 70
Tabela 36 Programas de Governo – 2014 74
Tabela 37 Programa Obrigações Especiais – 2014 76
Tabela 38 Programa Inova Educação – 2014 78
Tabela 39 Programa Saúde Para Todo Paraná – 2014 80
Tabela 40 Programa Gestão Institucional – Outros Poderes e Ministério Público – 2014 81
Tabela 41 Programa Paraná Seguro – 2014 83
Tabela 42 Demais Programas – 2014 85
Tabela 43 Empresas Vencedoras da Licitação e Valor Adjudicado – 2012 a 2014 90
Tabela 44 Valores Previstos de Gastos com Publicidade, por Entidade – 2012 e 2014. 91
Tabela 45 Despesas com Publicidade Legal e Institucional – 2014 92
Tabela 46 Despesas com Publicidade Institucional – Valores Constantes – 2012 a 2014 93
Tabela 47 Despesa com Publicidade Legal – Valores Constantes – 2012 a 2014 95
Tabela 48 Comparativo Despesas com Autorizações (PADVs) x Despesas Empenhadas – 2014 97
Tabela 49 Resumo-Comparativo: Despesas com Autorizações (PADVs) x Despesas Empenhadas – 2014 98
Tabela 50 Situação dos Fundos Especiais – 2014 100
Tabela 51 Execução Orçamentária dos Fundos Especiais – 2014 102
Tabela 52 Movimentação dos Recursos Vinculados aos Fundos Especiais – 2012 a 2014 103
Tabela 53 Processos de Prestação de Contas Anual dos Serviços Sociais Autônomos - 2014 112
Tabela 54 Balanço Financeiro – Receita – Administração Global – 2014 124
Tabela 55 Balanço Financeiro – Despesa – Administração Global – 2014 124
Tabela 56 Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários – 2014 131
Tabela 57 Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa – Posição em Dez/2014 133
Tabela 58 Demonstrativo da Apuração do Cumprimento do Art. 42 da LRF – 2014 137

Tabela 59 Demonstração do Fluxo de Caixa – Administração Global – 2014 ... 140
Tabela 60 Balanço Patrimonial Consolidado – Composição do Ativo – 2014 ... 144
Tabela 61 Participações Societárias do Governo Estadual – 2011 a 2014 ... 146
Tabela 62 Demonstrativo do Estoque e Movimentação da Dívida Ativa – 2011 a 2014 ... 149
Tabela 63 Situação Cadastral dos 100 Maiores Devedores na Dívida Ativa – Posição em Dez/2014 ... 152
Tabela 64 Balanço Patrimonial Consolidado – Composição do Passivo – 2014 ... 153
Tabela 65 Análise Financeira – Índice de Liquidez – 2011 a 2014 ... 155
Tabela 66 Análise Financeira – Índice de Liquidez Ajustado – 2014 ... 157
Tabela 67 Composição da Dívida Geral do Estado – 2014 ... 159
Tabela 68 Dispêndios com Serviço da Dívida – 2011 a 2014 ... 162
Tabela 69 Movimentação dos Precatórios Inscritos Anteriores à LRF – 2014 ... 165
Tabela 70 Movimentação dos Precatórios Inscritos em Restos a Pagar – 2014 ... 166
Tabela 71 Movimentação dos Precatórios Inscritos no Passivo Permanente – 2014 ... 167
Tabela 72 Valores Destinados à Conta Especial – Executivo – 2014 ... 177
Tabela 73 Valores Destinados à Conta Cronológica – Judiciário – 2014 ... 178
Tabela 74 Valores a serem empenhados para repasse ao TJ – 2014 ... 180
Tabela 75 Precatórios nos Estados da Federação – 2012 e 2013 ... 182
Tabela 76 Resultado Patrimonial Por Administração – 2014 ... 183
Tabela 77 Variações Patrimoniais Aumentativas – 2014 ... 183
Tabela 78 Variações Patrimoniais Diminutivas – 2014 ... 184
Tabela 79 Apuração do Resultado do Novo Plano de Benefícios – Lei nº 17.435/12 ... 192
Tabela 80 Situação Atuarial – Fundo de Previdência– 2014 ... 199
Tabela 81 Apuração do Resultado do Exercício – Fundo de Previdência – 2013 e 2014 ... 201
Tabela 82 Composição das Contribuições Sociais – Fundo de Previdência – 2014 ... 201
Tabela 83 Recolhimento das Contribuições Sociais – Fundo de Previdência – 2014 ... 202
Tabela 84 Situação Atuarial – Fundo Financeiro – 2014 ... 203
Tabela 85 Resultado Patrimonial – Fundo Financeiro – 2013 e 2014 ... 204
Tabela 86 Composição das Contribuições Sociais – Fundo Financeiro – 2014 ... 205
Tabela 87 Recolhimento das Contribuições Sociais – Fundo Financeiro – 2014 ... 206
Tabela 88 Situação Atuarial – Fundo Militar – 2014 ... 207
Tabela 89 Resultado Patrimonial – Fundo Militar – 2014 ... 208
Tabela 90 Composição das Contribuições Sociais – Fundo Militar – 2014 ... 208
Tabela 91 Recolhimento das Contribuições Sociais – Fundo Militar – 2014 ... 209
Tabela 92 Fluxo Financeiro do RPPS – 2014 ... 210
Tabela 93 Recolhimento das Contribuições Previdenciárias ... 211
Tabela 94 Limites das CF e CE – Verificação de Cumprimento – 2011 a 2014 ... 214
Tabela 95 Apuração do Limite com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – 2014 ... 215
Tabela 96 Evolução dos Gastos com Educação – Valores Constantes – 2011 a 2014 ... 216
Tabela 97 Parâmetros Anuais de Operacionalização do FUNDEB – 2014 ... 219
Tabela 98 Receitas Destinadas ao FUNDEB – Parte Estadual – 2014 ... 221
Tabela 99 Distribuição do FUNDEB com Base nas Matrículas Efetuadas por Modalidade de Ensino – 2014 ... 222
Tabela 100 Receitas do FUNDEB – 2014 ... 223
Tabela 101 Despesas do FUNDEB – 2014 ... 224
Tabela 102 Resumo Financeiro do FUNDEB – 2014 ... 225
Tabela 103 Apuração do Limite com Ações e Serviços Públicos de Saúde – 2014 ... 230
Tabela 104 Despesas Excluídas dos Gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde – 2014 ... 231
Tabela 105 Apuração do Limite com Ciência e Tecnologia – 2014 ... 232
Tabela 106 Gastos com Pessoal – 2014 ... 234
Tabela 107 Limites para Despesas com Pessoal – Verificação de Cumprimento – 2011 a 2014 ... 234
Tabela 108 Alertas Expedidos – 2014 ... 235
Tabela 109 Outros Limites da Lei Complementar nº 101/00 – 2014 ... 235
Tabela 110 Cotas Liberadas aos Poderes Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública – 2014 ... 236
Tabela 111 Cotas Liberadas ao Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública 2011 a 2014 ... 237
Tabela 112 Metas Fiscais – Resultado Primário – 2014 ... 238
Tabela 113 Metas Fiscais – Resultado Nominal – 2013 e 2014 ... 239
Tabela 114 Anomalias Mais Frequentes Apontadas nos Relatórios das ICEs ... 242
Tabela 115 Principais Resultados da Gestão Estadual – 2014 ... 266
Tabela 116 Saldos da Dívida Ativa, Dívida Geral e Precatórios – 2014 ... 267
Tabela 117 Limites da LDO – Valores Repassados – 2013 ... 267
Tabela 118 Limites Constitucionais – Valores Aplicados – 2013 ... 268
Tabela 119 Pontos Relevantes da Análise Realizada – 2013 ... 268

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Evolução do Orçamento – 2014 ..... *30*
Gráfico 2 Composição da Receita Tributária – Parcela Estadual – 2014 ..... *39*
Gráfico 3 ICMS por Regime de Tributação e Participação dos Contribuintes em relação à arrecadação total do ICMS – 2014 ..... *41*
Gráfico 4 Evolução do ICMS – Parcela Estadual – Valores Constantes – 2011 a 2014 ..... *42*
Gráfico 5 Evolução da RCL – 2011 a 2014 ..... *47*
Gráfico 6 Comportamento da Despesa por Grupos de Natureza – Valores Constantes – 2011 a 2014 ..... *57*
Gráfico 7 Despesa Executada por Área na Administração Global – 2014 ..... *59*
Gráfico 8 Despesa Realizada por Função na Administração Global – 2014 ..... *64*
Gráfico 9 Resultado Orçamentário – 2011 a 2014 ..... *68*
Gráfico 10 Comparativo PPA X Previsão LOA 2014 X Execução da LOA 2014 ..... *75*
Gráfico 11 Despesa com Publicidade Institucional – Valores Constantes – 2012 a 2014 ..... *94*
Gráfico 12 Despesa com Publicidade Legal – Valores Constantes – 2012 a 2014 ..... *96*
Gráfico 13 Comparativo Despesas com Autorizações (PADVs) x Despesas Empenhadas – 2014 ..... *99*
Gráfico 14 Situação dos Fundos Especiais do Poder Executivo Estadual – 2014 ..... *101*
Gráfico 15 Percentual de Repasse dos Recursos Vinculados aos Fundos Especiais – 2012 a 2014 ..... *104*
Gráfico 16 Comportamento da Receita e Despesa – Valores Constantes – 2011 a 2014 ..... *129*
Gráfico 17 Comportamento da Disponibilidade Financeira – Valores Constantes – 2011 a 2014 ..... *135*
Gráfico 18 Evolução do Estoque da Dívida Ativa – 2011 a 2014 ..... *148*
Gráfico 19 Índice de Liquidez do Estado – 2011 a 2014 ..... *156*
Gráfico 20 Índice de Liquidez do Estado – 2011 a 2014 - Ajustado *157*
Gráfico 21 Composição da Dívida Geral do Estado – 2014 ..... *160*
Gráfico 22 Evolução dos Precatórios – 2011 a 2014 ..... *167*
Gráfico 23 Saldo Patrimonial Acumulado – 2011 a 2014 ..... *184*
Gráfico 24 Distribuição dos Gastos com Educação – 2014 ..... *217*

I – INTRODUÇÃO

1. DO ENCAMINHAMENTO

Em cumprimento ao disposto no art. 87, inciso XI da Constituição do Estado do Paraná, o Governador do Estado Carlos Alberto Richa encaminhou as contas relativas ao exercício financeiro de 2014, sob sua responsabilidade, à Assembleia Legislativa, que por sua vez encaminhou a este Tribunal, conforme Ofício nº 241/2015-GP/SGP, de 02 de junho de 2015, peça 68, processo autuado sob nº 26.830-6/15, para fins de análise técnica e Parecer Prévio, nos termos do art. 75, inciso I da Constituição Estadual e art. 21 da Lei Complementar Estadual n° 113/2005 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas).

O processo inclui as contas dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público Estadual, conforme estabelecido no art. 56 da Lei Complementar Federal n° 101 de 04 de maio de 2000.

Entretanto, ressalta-se que apesar de integrarem as contas do Poder Executivo, as dos outros Poderes receberão análises individualizadas, e serão julgadas em definitivo por este Tribunal, conforme dispõe o §1º do art. 21 da Lei Complementar Estadual nº 113/2005.

2. DA FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO

A documentação mínima que deve compor o processo de Prestação de Contas do Governo Estadual obedece ao disposto na Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, e para o exercício financeiro de 2014, ao art. 3º da Instrução Normativa nº 100/2014-TC, que define a formalização do processo das referidas Contas.

Assim, o processo de prestação de contas do Governador, relativo ao exercício de 2014, ficou assim composto:

Tabela 1
Peças Integrantes da Prestação de Contas do Governo Estadual – 2014

PEÇA DIGITAL	TÍTULO
4	Demonstrações – Administração Direta
5	Demonstrações – Administração Indireta
6	Demonstrações – Administração Global
7	Balanço Orçamentário (PCASP)
8	Balanço Financeiro (PCASP)
9	Balanço Patrimonial (PCASP)
10	Demonstração das Variações Patrimoniais (PCASP)
11	Demonstração dos Fluxos de Caixa (PCASP)
12	Relatório Circunstanciado
13	Limites Constitucionais, da LRF e da LDO
14	Limitação da Despesa com Pessoal
15	Relatórios dos Contratos de Gestão
16	Divulgação e Propaganda
17	Dívida Ativa
18	Combate à Evasão e à Sonegação
19	Relatório Gerencial Dívida Ativa
20	Precatórios
21	Repasses para Pagamento de Precatórios
22	Participação Acionária
23	Quadro de Pessoal
24 a 26	Empenhos Estornados
27	Alienação de Ativos
28	Recursos SIGERFI
29	FUNDEF
30 a 32	Balanço Orçamentário
33 a 35	Balanço Financeiro
36 a 38	Balanço Patrimonial
39 a 41	Demonstrativo de Variações Patrimoniais
42	Parecer Atuarial
43	Fundos Previdenciários
44 a 46	Audiências Públicas
47	Notas Explicativas
48	Relatório e Parecer do Controle Interno
49	Avaliação do Cumprimento das Metas
50	Relatório de Avaliação
51	Operações de Crédito

PEÇA DIGITAL	TÍTULO
52	Relatório de Medidas Saneadoras
53	Avaliação do Cumprimento dos Limites
54	Plano de Governo
55	Arrecadação
56	Renúncia de Receitas
57	Serviços Sociais Autônomos
58	Alterações Orçamentárias
59 a 60	Relação de Restos a Pagar
61	Razão da Conta Contábil
62	Movimentação da Dívida Pública
63 a 64	Metas Físicas
65	Certidão de Habilitação do Contador
68	Ofício de encaminhamento

Fonte: Processo nº 26.830-6/15

Cabe observar que os documentos integrantes de algumas peças não corresponderam aos títulos mencionados como, por exemplo, citam-se as peças 33 a 35 que se refere ao Balanço Financeiro, todavia, foi juntado nas aludidas peças o Balanço Patrimonial dos Fundos Previdenciários referentes a dezembro.

Confrontando a documentação enviada com a exigida no art. 3º da Instrução Normativa nº 100/2014–TC, que define a documentação mínima que deve compor o processo de Prestação de Contas do Chefe do Poder Executivo Estadual, embora tenha ocorrido a divergência nos títulos da documentação, pôde-se constatar o atendimento integral à mencionada Instrução Normativa, visto que não houve prejuízos à análise.

3. OBJETIVOS DA ANÁLISE

Visando subsidiar a análise e a elaboração do Parecer Prévio, foram consignados nesta instrução os destaques do patrimônio econômico e financeiro e os resultados das políticas públicas da administração estadual, implementadas em 2014, verificando a estrita observância quanto aos aspectos da legalidade e da legitimidade dos atos da gestão, dentro do que foi possível avaliar pela documentação disponível.

Este trabalho visa aferir os resultados evidenciados nas demonstrações de balanço e demais relatórios da Lei Federal n° 4.320/64, incluídas as mudanças trazidas pela Nova Contabilidade, nos demonstrativos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal quanto aos limites e critérios normativos da gestão fiscal, considerando ainda o resultado das auditorias especiais e informações contidas nos relatórios de fiscalização *in loco* realizados pelas Inspetorias de Controle Externo desta Corte.

Objetivando otimizar as análises e pareceres sobre estas Contas, assegurar a observância das normas vigentes e a efetividade da atuação do controle externo, elaborou-se no Título X – SÍNTESE DA GESTÃO, um resumo com as principais ocorrências tidas como aspectos importantes, falhas, pontos críticos e/ou pendências constatadas no decorrer dos trabalhos, e procedeu-se, no Título IX – RESSALVAS, DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DOS PARECERES PRÉVIOS DAS CONTAS DO GOVERNO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES., uma análise dos apontamentos exarados nos Pareceres Prévios das Contas referentes aos exercícios de 2012 e 2013, para verificar se foram tomadas as providências necessárias, com base principalmente no Plano de Ação atualizado e no Relatório do Controle Interno.

4. MÉTODOS E CRITÉRIOS DE ANÁLISE

A análise baseou-se nas informações constantes das peças integrantes da Prestação de Contas, nos Relatórios de inspeções *in loco* elaborados pelas Inspetorias de Controle Externo, nos relatórios do Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro – SIAF, bem como nas informações extraídas dos registros desta Diretoria e de outras unidades administrativas desta Casa.

Os exames foram conduzidos de maneira a aferir a legalidade dos atos e fatos praticados pelo Governo Estadual, a eficiência dos resultados alcançados, tanto na gestão econômico-financeira e fiscal quanto na execução dos programas de governo, aplicando-se técnicas de contabilidade e auditoria geralmente aceitas no Brasil, tais como: exames documentais, ações comparativas, análises verticais e horizontais,

cálculos, conciliações bancárias, comprovações de saldos, apuração e aferição de limites percentuais e produção de demonstrações.

Os procedimentos foram fundamentados nos critérios estabelecidos nas Constituições Federal e Estadual, Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Federal nº 4.320/64, Lei Federal nº 8.666/93, Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual, nos Princípios da Administração Pública, nos Princípios da Contabilidade e demais normas que regem a Contabilidade Pública, em especial as Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, que regulamentam a Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Para se obter os resultados expressos nesta Instrução, além dos métodos e critérios definidos, levou-se em consideração a composição da Administração Global, (Administração Direta e Indireta).

II – ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO

1. ESTRUTURA INSTITUCIONAL

O Governo do Estado do Paraná é constituído pela Administração Direta, integrada pelo Gabinete do Governador e Secretarias de Estado, Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e pela Administração Indireta composta pelas Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Sociedades de Economia Mista, Empresas Públicas, Fundos Especiais e por Organismos Sociais Autônomos.

As tabelas a seguir apresentam a composição da Administração Direta e Indireta do Estado do Paraná, ao final do exercício de 2014.

Tabela 2
Composição da Administração Direta Estadual – 2014

PODER LEGISLATIVO	PODER JUDICIÁRIO	MINISTÉRIO PÚBLICO
Assembleia Legislativa	Tribunal de Justiça	Ministério Público
Tribunal de Contas		
PODER EXECUTIVO		
Casa Civil	Procuradoria Geral do Estado	
Casa Militar	Defensoria Pública	
PODER EXECUTIVO – SECRETARIAS DE ESTADO		
Adm.Geral do Estado – Rec. Superv. da SEFA – AGE/SEFA	da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU	
Adm.Geral do Estado – Rec. Superv. da SEPL – AGE/SEPL	da Saúde – SESA	
da Administração e da Previdência – SEAP	da Segurança Pública e Administração Penitenciária – SESP	
da Agricultura e do Abastecimento – SEAB	de Assuntos Estratégicos – SEAE	
para Assuntos da Copa do Mundo de Futebol de 2014	de Relações com a Comunidade	
da Chefia de Gabinete do Governador	de Representação do Governo em Brasília	
da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI	do Desenvolvimento Urbano – SEDU	
da Comunicação Social – SECS	do Esporte e do Turismo – SEET	
da Cultura – SEEC	do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA	
da Educação – SEED	do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL	
da Fazenda – SEFA	do Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDS	
da Infraestrutura e Logística – SEIL	Controladoria Geral do Estado – CGE	

Tabela 3
Composição da Administração Indireta Estadual – 2014

AUTARQUIAS	
Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná – AGEPAR	Instituto Ambiental do Paraná – IAP
Agência de Defesa Agropecuária do Estado do PR – ADAPAR	Instituto das Águas do Paraná – Águas Paraná
Centro Cultural Teatro Guaíra – CCTG	Instituto Paranaense de Desenv. Educacional - FUNDEPAR
Centro Paranaense de Referência em Agroecologia – CPRA	Instituto de Pesos e Medidas – IPEM
Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC	Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITC
Departamento de Estradas de Rodagem – DER	Inst. Paranaense de Desenv. Econômico e Social – IPARDES
Departamento de Imprensa Oficial do Estado – DIOE	Instituto Paranaense de Ciência do Esporte – IPCE
Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN	Junta Comercial do Paraná – JUCEPAR
Escola de Música e Belas Artes – EMBAP	Paraná Edificações
Faculdade de Artes do Paraná – FAP	Paraná Turismo – PRTUR
Fac. Est. de Ciências Econômicas de Apucarana – FECEA	Rádio e Televisão Educativa do Paraná – RTVE
Fac.Est. de Ciências e Letras de Campo Mourão – FECILCAM	Universidade Estadual de Londrina – UEL
Faculdade Estadual de Filosofia de Paranaguá – FAFIPAR	Universidade Estadual de Maringá – UEM
Faculdade Estadual de Filosofia de Paranavaí – FAFIPA	Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG
Faculdade Est. de Filosofia de União da Vitória – FAFIUV	Universidade Estadual do Centro–Oeste – UNICENTRO
Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/PR	Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP
Instituto Agronômico do Paraná – IAPAR	Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Instituto de Florestas do Paraná	Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR
ÓRGÃOS DE REGIME ESPECIAL	
Biblioteca Pública do Paraná – BPP	Coordenação da Receita do Estado – CRE
Colégio Estadual do Paraná – CEP	Departamento Estadual de Arquivo Público – DEAP
FUNDAÇÃO	
Fundação Araucária	Fundação Estatal de Atenção em Saúde– FUNEAS-PARANÁ
EMPRESAS PÚBLICAS	
Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA	Serviço Geológico do Paraná – MINEROPAR
Instituto de Tecnologia do Paraná – TECPAR	
SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E SUAS SUBSIDIÁRIAS/CONTROLADAS	
Agência de Fomento do Paraná S.A.	Companhia Paranaense de Gás – COMPAGAS
Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. – BADEP	Companhia Paranaense de Energia – COPEL
Banco Regional de Desenv. do Extremo Sul – BRDE	Consórcio Energético Cruzeiro do Sul – CECS
Centrais de Abastecimento do Paraná S.A. – CEASA	Copel Distribuição S.A.
Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A. – ELEJOR	Copel Geração e Transmissão S.A.
Centro de Convenções de Curitiba S.A. – CCC	Copel Telecomunicações S.A.

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA (cont.)	
Costa Oeste Transmissão de Energia S.A. – COT	Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR
Companhia de Desenv. Agropecuário do Paraná – CODAPAR	Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A. – FERROESTE
Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR	Marumbi Transmissora de Energia S.A.
Companhia de Informática do Paraná – CELEPAR	Usina de Gás Araucária Ltda. – UEGA
Copel Renováveis S.A.	Copel Participações S.A.
Santa Helena Energias Renováveis S.A.	Santa Maria Energias Renováveis S.A
Ventos de Santo Uriel S.A	Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A.
Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.	Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A.
Nova Eurus IV Energias Renováveis S.A.	Cutia Empreendimentos Eólicos SPE A.A.
São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A.	GE Boa Vista S.A.
GE Farol S.A	GE Olho D'Água S.A
GE São Bento do Norte S.A	Copel Brisa Potiguar S/A
Mata de Santa Genebra Transmissão S/A	

FUNDOS ESPECIAIS	
Fundo de Aval Garantidor da Agric. Familiar do Estado PR	Fundo da Justiça – FUNJUS
Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE	Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas – FESD
Fundo de Desenvolvimento Urbano – FDU	Fundo Estadual da Cultura – FEC
Fundo de Equipamento Agropecuário – FEAP	Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS
Fundo de Equalização do Microcrédito – FEM	Fundo Estadual de Defesa do Consumidor – FECON
Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG	Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FRHI
Fundo de Reequipamento de Trânsito – FUNRESTRAN	Fundo Estadual do Meio Ambiente – FEMA
Fundo Especial do Controle Externo do Tribunal de Contas – FETC/PR	Fundo Judiciário
Fundo Esp. de Segurança Pública do Estado do Paraná – FUNESP/PR	Fundo Manut. e Des. Educ. Bás. e Val. Prof. Educação – FUNDEB
Fundo de Reequipamento do Fisco – FUNREFISCO	Fundo para Infância e Adolescência – FIA
Fundo Estadual de Saúde – FUNSAÚDE	Fundo Paraná
Fundo Est. Habit., Regulariz. Fund. de Interesse Social – FEHRIS	Fundo Penitenciário – FUPEN
Fundo Esp. Modernização da ALEP – FEMALEP	Fundo Pres. Ambiental da Região Metrop. De Curitiba – FPA-RMC
Fundo Especial do MP do Estado do Paraná – FUEMP/PR	Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública do Estado do Paraná – FADEP
Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário – FUNREJUS	Fundo Estadual dos Direitos do Idoso
Fundo de Atendimento à Saúde dos Policiais Militares do Paraná – FASPM	Fundo Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – FUNDEPPIR
Fundo Especial da PGE – FEPGE/PR	Fundo Rotativo – SEED
Fundo Rotativo – SEJU	Fundo Rotativo – TJ
Fundo Rotativo – MP	Fundo Rotativo – SESP
Fundo Rotativo – DETRAN	Fundo Rotativo – Polícia Científica do Paraná

Fundo Garantidor Sanitário	Fundo Garantidor das Parc Público-Privadas do PR – FGP/PR
FUNDOS PREVIDENCIÁRIOS	
Fundo de Previdência	Fundo Financeiro
Fundo Militar	
SERVIÇOS SOCIAIS AUTÔNOMOS	
PARANÁ PROJETOS	PARANAPREVIDÊNCIA
PARANACIDADE	Agência Paraná de Desenvolvimento – APD
PARANAEDUCAÇÃO	Sistema Meteorológico do Paraná – SIMEPAR
E-PARANÁ COMUNICAÇÃO	

A tabela a seguir apresenta as alterações ocorridas na estrutura administrativa do Estado do Paraná, no exercício de 2014.

Tabela 4
Alterações na Estrutura Administrativa – 2014

LEGISLAÇÃO	ALTERAÇÃO
Lei nº 17.903 de 02/01/2014	Transforma a Ambiental Paraná Florestas S.A. em autarquia sob a denominação de Instituto de Florestas do Paraná.
Lei nº 17.959 de 11/03/2014	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná – FUNEAS-PARANÁ.
Lei nº 18.106 de 04/06/2014	Incorpora a Secretaria de Estado de Governo à Casa Civil; extingue o cargo de Secretário de Estado de Governo.
Decreto nº 11.562 de 04/07/2014	Aprova o Estatuto da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA como empresa pública.
Decreto nº 12.274 de 26/09/2014	Regulamenta o Fundo Garantidor Sanitário de que trata a Lei nº 17.025 de 19/12/2011
Decreto nº 12.283 e 29/09/2014	Regulamenta o Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas do Paraná – FGP/PR, autorizado pelo art. 25 da Lei nº 17.046 de 11/01/2012, a ser gerido pela Agência de Fomento do Paraná – Fomento Paraná
Decreto nº 12.396 de 23/10/2014	O DETRAN passa a vincular-se à Casa Civil.
Decreto nº 12.689 de 04/12/2014	Homologa o Estatuto do Serviço Social Autônomo E-PARANÁ COMUNICAÇÃO.
Lei nº 18.369 de 16/12/2014	Extinguiu a Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul – SEIM e procedeu as seguintes alterações: • IPEM/PR vincula-se a SEFA • JUCEPAR vincula-se a SEAP • MINEROPAR vincula-se a SEMA • BRDE (representação do Estado) vinculam-se a Casa Civil
Lei nº 18.373 de 16/12/2014	Alterou a Lei nº 8.485 de 03/06/1987, que dispõe sobre a reorganização básica do Poder Executivo no Sistema de Administração Pública do Estado do Paraná, no âmbito de ação da Casa Civil e da SEPL e procedeu as seguintes alterações: • IPARDES vincula-se a SEPL • CELEPAR vincula-se a Casa Civil

LEGISLAÇÃO	ALTERAÇÃO
Lei nº 18.374 de 16/12/2014	Extinção da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária – SETS, transferindo suas atribuições à SEDS que passa a se denominar Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social. Fundo Estadual do Direito do Idoso passa a vincular-se a SEDS.
Lei nº 18.375 de 16/12/2014	Determinação para que os Fundos que especifica, existentes no Paraná, deixem de ter natureza especial contábil, permanecendo como fontes vinculadas de Receitas: • FUNREFISCO • FEAP • FESD • FRHI • FEMA • FUPEN • FUNESP • FECON • FUNDO ESTADUAL DOS DIREITOS DO IDOSO
Lei nº 18.378 de 17/12/2014	Criação do Fundo Rotativo da Polícia Científica do Paraná cuja receita será composta pela transferência, em porcentagem a ser regulamentada por Decreto, dos recursos do FUNESP.
Lei nº 18.380 de 17/12/2014	A Agência Paraná de Desenvolvimento - APD passa a vincular-se a SEPL.
Lei nº 18.410 de 29/12/2014	Transformou a Secretaria de Estado da Segurança Pública em Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária e efetuou as seguintes alterações: • FUPEN vincula-se a SESP • Conselho Penitenciário vincula-se a SESP • Fundo Estadual de Política sobre Drogas vincula-se SESP
Lei nº 18.418 de 29/12/2014	Criação do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional – FUNDEPAR, na forma de autarquia, vinculada a SEED.
Decreto nº 12.901 de 30/12/2014	O Departamento de Imprensa Oficial do Estado – DIOE passa a se vincular à SEEC.

Com relação às Sociedades de Economia Mista, cabe destacar que a Companhia Paranaense de Energia – COPEL, embasada na Lei nº 1.384/1953 e Lei nº 12.355/98, a partir de outubro de 2013 vem constituindo novas subsidiárias integrais, como a Copel Participações S.A e a Copel Brisa Potiguar S/A, além de adquirir várias outras empresas, algumas das quais se caracterizam como Controladas, e outras como Controladas em conjunto.

Ocorre que algumas delas, embora se caracterizem como Controladas, não vêm sendo devidamente cadastradas neste Tribunal e portanto não têm cumprido as exigências no que ser refere às prestações de contas.

Nos documentos constantes da prestação de contas da Companhia Paranaense de Energia Copel Holding S.A., mais especificamente no Relatório da Administração, há

um organograma de participação societária da Copel em 31.12.2014, onde constam algumas entidades controladas, que não estão castradas neste TCE-PR, as quais estão relacionadas nas tabelas a seguir.

Tabela 5
Entidades Controladas pela Copel em 31/12/2014 (99,9% de participação)

NOME DA ENTIDADE
SÃO BENTO DO NORTE I S.A.
SÃO BENTO DO NORTE II S.A.
SÃO BENTO DO NORTE III S.A.
SÃO MIGUEL I S.A.
SÃO MIGUEL II S.A.
SÃO MIGUEL III S.A.

Fonte: Prestação de Contas da Copel Holding (Processo nº 352238/15)

No mesmo documento constam também algumas entidades caracterizadas como Controladas em Conjunto, as quais, segundo entendimento desta DCE, também estariam submetidas ao controle externo exercido pelo Tribunal de Contas.

Tabela 6
Entidades Controladas em Conjunto pela Copel em 31/12/2014

NOME DA ENTIDADE
GUARACIABA TRANSMISSORA DE ENERGIA (TP SUL) S.A.
MATRINCHÃ TRANSMISSORA DE ENERGIA (TP NORTE) S.A.
INTEGRAÇÃO MARANHENSE TRANS. DE ENERGIA S.A.
CAIUÁ TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CANTAREIRA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
PARANAÍBA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
TRANSMISSORA SUL BRASILEIRA DE ENERGIA S.A.
DOMINÓ HOLDINGS S.A.
VOLTALIA SÃO MIGUEL DO GOSTOSO PARTICIPAÇÕES S.A.

Fonte: Prestação de Contas da Copel Holding (Processo nº 352238/15)

Por fim importante ressaltar que o Controle das empresas não se caracteriza tão somente pelo percentual de ações adquiridas, mas deve levar em conta também os outros aspectos definidos na Lei nº 6404/76, que caracterizam a detenção do controle, quais sejam: ser titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores.

2. QUADRO DE PESSOAL DO ESTADO

2.1. PODER EXECUTIVO

A fim de demonstrar o quantitativo de pessoal que presta serviços ao Poder Executivo Estadual, independentemente do vínculo empregatício (estatutários, celetistas, cargos em comissão, terceirizados e estagiários) elaborou-se a tabela a seguir:

Tabela 7
Quantidade de Funcionários Ativos do Poder Executivo – 2012 a 2014

NATUREZA DO CARGO	2014	% S/ TOTAL	2013	% S/ TOTAL	2012	% S/ TOTAL	VARIAÇÃO 2014/2013	VARIAÇÃO 2014/2012
ESTATUTÁRIO	**150.461**	**76,00%**	**151.476**	**74,40%**	**155.539**	**78,70%**	**-0,67%**	**-3,26%**
Advogados	76	0,04%	94	0,05%	112	0,06%	-19,15%	-32,14%
Procuradores	258	0,13%	271	0,13%	276	0,14%	-4,80%	-6,52%
Instituições de Ensino Superior - IES	16.480	8,32%	16.598	8,15%	13.936	7,05%	-0,71%	18,25%
Quadro próprio do Poder Executivo - QPPE	21.880	11,05%	21.692	10,65%	23.284	11,78%	0,87%	-6,03%
Quadro de funcionários da Ed. Básica - QFEB	18.939	9,57%	19.531	9,59%	19.902	10,07%	-3,03%	-4,84%
Quadro próprio do Magistério	65.662	33,17%	66.499	32,66%	72.124	36,49%	-1,26%	-8,96%
Quadro próprio da Polícia Civil	4.534	2,29%	4.151	2,04%	4.336	2,19%	9,23%	4,57%
Quadro próprio da Polícia Militar	20.539	10,38%	20.936	10,28%	19.346	9,79%	-1,90%	6,17%
Quadro próprio do Iapar	675	0,34%	714	0,35%	794	0,40%	-5,46%	-14,99%
Quadro único de pessoal do magistério - QPPO/QPEM/QUP	0	0,00%	0	0,00%	487	0,25%	0,00%	-100,00%
Quadro próprio dos Peritos Oficiais	306	0,15%	0	0,00%	0	0,00%	0,00%	0,00%
Quadro próprio da Defensoria Pública	180	0,09%	102	0,05%	0	0,00%	76,47%	0,00%
Quadro próprio da Coordenação de Receita do Estado - CRE	932	0,47%	888	0,44%	942	0,48%	4,95%	-1,06%
ESTATUTÁRIO COM CARGO EM COMISSÃO	**620**	**0,31%**	**1.636**	**0,80%**	**1.782**	**0,90%**	**-62,10%**	**-65,21%**
CELETISTA COM CARGO EM COMISSÃO	**0**	**0,00%**	**0**	**0,00%**	**0**	**0,00%**	**-**	**-**
CARGO EM COMISSÃO SEM VÍNCULO	**2.322**	**1,17%**	**2.515**	**1,24%**	**2.499**	**1,26%**	**-7,67%**	**-7,08%**
CLT TEMPORÁRIOS	**587**	**0,30%**	**698**	**0,34%**	**879**	**0,44%**	**-15,90%**	**-33,22%**
CONTRATOS DE REGIME ESPECIAL - CREs	**41.603**	**21,02%**	**41.185**	**20,23%**	**30.541**	**15,45%**	**1,01%**	**36,22%**
CELETISTAS	**2.990**	**1,51%**	**7.719**	**3,79%**	**8.185**	**4,14%**	**-61,26%**	**-63,47%**
Empresas Dependentes	894	0,45%	479	0,24%	509	0,26%	86,64%	75,64%
Terceirizados SEED PR Educação	0	0,00%	1.047	0,51%	1.209	0,61%	-100,00%	-100,00%
Convênio SEED x Apaes, Arcafar e Acap	0	0,00%	4.121	2,02%	4.686	2,37%	-100,00%	-100,00%
Emater	1.397	0,71%	1.375	0,68%	1.083	0,55%	1,60%	28,99%
Appa	699	0,35%	697	0,34%	698	0,35%	0,29%	0,14%
Menor Aprendiz	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	-	-
ESTAGIÁRIOS	**3.879**	**1,96%**	**4.637**	**2,28%**	**4.481**	**2,27%**	**-16,35%**	**-13,43%**
TOTAL EXECUTIVO	**197.963**	**100,00%**	**203.593**	**100,00%**	**197.643**	**100,00%**	**-2,77%**	**0,16%**

Obs: Não considerados os Estagiários no Total do Executivo
Fonte: Peça 23 e Relatórios Semestrais de 2014 das ICEs.

2.2. PODERES LEGISLATIVO, JUDICIÁRIO E MINISTÉRIO PÚBLICO.

Tabela 8
Quantidade de Funcionários Ativos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Ministério Público – 2014

NATUREZA DO CARGO	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	TRIBUNAL DE CONTAS	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	MINISTÉRIO PÚBLICO	TOTAL
Estatutário	396	601	7.202	1.383	9.582
Cargo em Comissão	1.274	175	2.048	733	4.230
À Disposição em Outros Órgãos	77	5	6	7	95
À Disposição de Outros Órgãos	54	4	33	88	179
Estagiários		134	3.415	1.051	4.600
TOTAL	**1.747**	**781**	**9.256**	**2.123**	**13.907**

Fonte: Relatórios Semestrais de 2014 das ICEs.

3. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO

3.1. LEGISLAÇÃO

Na Administração Pública brasileira, a modernização do sistema de controle interno teve início com a denominada Reforma Administrativa, introduzida pela Constituição de 1967 e através do Decreto-Lei nº 200, de 20 de fevereiro do mesmo ano, que foi um marco em termos de estrutura e controle para a Administração Pública do País. Porém, foi somente a Constituição Federal de 1988 que expressamente dispôs, em seus arts. 70 e 74, sobre a necessidade de criação de sistema de controle interno de cada Poder e as finalidades deste sistema, conforme se transcreve:

> *"Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo,* ***e pelo sistema de controle interno de cada Poder****. (grifo nosso)*
>
> *[...]*
>
> *Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada,* ***sistema de controle interno com a finalidade de****: (grifo nosso)*
>
> *I – avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;*
>
> *II – comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;"*

> *III – exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;*
>
> *IV – apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.*
>
> *§ 1° Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária."*

No campo infraconstitucional as normas de Controle Interno são temas de capítulo específico na Lei Federal nº 4.320/64, tratando, nos arts. 76 a 80, dos controles que o Poder Executivo deve manter no exercício da execução orçamentária.

No âmbito do Estado do Paraná, a Constituição de 1989 prevê, em seus arts. 74 e 78, praticamente os mesmos dispositivos da Carta Magna Federal.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 05 de maio de 2000), por sua vez, também atenta à importância do controle interno, ressaltou a sua extrema necessidade em face do novo cenário de transparência da gestão pública, que, ao lado do controle externo e do controle social, constitui um dos pilares de sua eficácia. Basta conferir o § 3º, do art. 50 da LRF, que estabelece a obrigação de instituição e manutenção, pela Administração Pública, de um sistema de custos que permita a avaliação e acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, tarefa originariamente afeta ao controle interno.

A LRF estabeleceu ainda, no parágrafo único do art. 54, que o Relatório de Gestão Fiscal deverá ser assinado pelas autoridades responsáveis e pelo agente do controle interno, e em seu art. 59 definiu responsabilidade aos Sistemas de Controle Interno quanto à fiscalização da Gestão Fiscal:

> *"Art. 54. Ao final de cada quadrimestre será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art.20 Relatório de Gestão Fiscal, assinado pelo:*
>
> *[...]*
>
> *Parágrafo único. O relatório também será assinado pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras definidas por ato próprio de cada Poder ou órgão referido no art. 20.*
>
> *[...]*

> *Art. 59. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas,* ***e o sistema de controle interno de cada Poder*** *e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a:(grifo nosso)*
>
> *I – atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias;*
>
> *II – limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar;*
>
> *III – medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos arts. 22 e 23;*
>
> *IV – providências tomadas, conforme o disposto no art. 31, para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites;*
>
> *V – destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as desta Lei Complementar;*
>
> *VI – cumprimento do limite de gastos totais dos legislativos municipais, quando houver.''*

Também a Lei Complementar Estadual nº 113, de 15/12/2005, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, dedicou um capítulo específico sobre este tema (Título III – Do Controle Interno, arts. 4º a 8º), inclusive prevendo no seu art. 8º que *"a falta de instituição do sistema de controle interno poderá sujeitar as contas ou o relatório objeto do julgamento à desaprovação ou recomendação de desaprovação, sem prejuízo das penalidades previstas em lei ao respectivo responsável, por omissão injustificada no atendimento ao seu dever legal"*.

3.2. IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO NO ESTADO DO PARANÁ

Apesar de todo este arcabouço legal, não existia na estrutura do Poder Público Estadual nenhum Órgão que cumprisse os citados mandamentos constitucionais e legais, ou seja, que desempenhasse as atividades de acompanhamento e fiscalização dos resultados do Governo, realizando para isto avaliações nos diversos sistemas de controle interno que compõem a estrutura governamental estadual.

Somente no exercício de 2007, após reiteradas manifestações deste Tribunal de Contas, foi sancionada a Lei Estadual nº 15.524, de 05/06/2007, instituindo o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual.

Através do Decreto nº 955, de 16/07/2007, foi nomeado o Secretário de Controle Interno do Estado do Paraná, responsável pela coordenação do sistema, cujas atribuições, dispostas na Lei nº 15.524/2007, transcreve-se a seguir:

> *"Art. 9º. A Coordenação de Controle Interno – CCI terá por finalidade:*
>
> *I – planejamento, coordenação, controle e avaliação das atividades de Controle Interno do Poder Executivo Estadual;*
>
> *II – integração operacional para o desenvolvimento das atividades entre as Secretarias de Estado e demais Órgãos da Administração Direta e Indireta;*
>
> *III – expedição de atos normativos sobre procedimentos de controle e recomendações para o aprimoramento;*
>
> *IV – avaliação da economia, eficiência e eficácia de todos os procedimentos adotados pela Administração Pública, através de processo de acompanhamento realizado nos sistemas de Planejamento e Orçamento, Contabilidade e Finanças, Compras e Licitações, Obras e Serviços, Administração de Recursos Humanos e demais pertinentes à Administração;*
>
> *V – proporcionar o estímulo e a obediência das normas legais, diretrizes administrativas, instruções normativas, estatutos e regimentos;*
>
> *VI – garantir a promoção da eficiência operacional e permitir a conferência da exatidão, validade e integridade dos dados contábeis que serão utilizados pela organização para tomada de decisões;*
>
> *VII – assegurar a proteção dos bens do Erário, salvaguardando os ativos físicos e financeiros quanto a sua correta utilização;*
>
> *VIII – assegurar a legitimidade do passivo, mantendo um sistema de controle eficiente da Dívida Ativa;*
>
> *IX – propiciar informações oportunas e confiáveis, inclusive de caráter administrativo e operacional sobre os resultados atingidos;*
>
> *X – acompanhamento sobre a observância dos limites legais e constitucionais de aplicação com gastos em áreas afins;*
>
> *XI – estabelecimento de mecanismos voltados a comprovar a eficácia, a eficiência e a economicidade na gestão orçamentária, financeira e patrimonial na Administração Pública;*
>
> *XII – alerta formal às autoridades administrativas para que instaurem, sob pena de responsabilidade solidária, ações destinadas a apurar os atos ou fatos ilegais, ilegítimos ou outros incompatíveis com a prática da Administração Pública e que resultem em prejuízo ao Erário;*
>
> *XIII – realização de inspeções, auditorias nos sistemas contábil, financeiro, orçamentário, patrimonial, de pessoal e demais sistemas;*
>
> *XIV – cumprimento, por parte do titular da CCI, do estabelecido no parágrafo único, do artigo 54, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000."*

No entanto, nas análises das Prestações de Contas do Governo Estadual de 2007, 2008 e 2009, verificou-se a ausência de efetividade do Sistema de Controle Interno instituído pela Lei nº 15.524/07, o que motivou determinações deste Tribunal de Contas para a efetiva implantação do mesmo, através dos Acórdãos nº 1.133/08, 800/09 e 2.305/10, respectivamente.

Apesar das providências adotadas pela Coordenadoria de Controle Interno do Estado do Paraná para tornar o sistema de controle interno efetivo e atuante, em atendimento às ressalvas, determinações e recomendações contidas no Acórdão nº 2.305/10, pouco havia sido feito, fazendo com que o Acórdão nº 176/11, que aprovou o Parecer Prévio das Contas do Governo do exercício de 2010, ratificasse na íntegra as ressalvas, determinações e recomendações contidas no Acórdão nº 2.305/10, relativas ao controle interno.

Posteriormente, o Governo Estadual editou o Decreto nº 3386/11 e regulamentou o Sistema de Controle Interno, com modificações posteriores em 23/01/14 com o advento do Decreto nº 9978/14 que revogou seu antecessor que tratava da matéria.

Acerca das alterações legislativas, marque-se que em 2013, a Lei nº 17.745/13 extinguiu a Coordenação de Controle Interno e criou a Controladoria Geral do Estado, incluindo as competências de Corregedoria e de Ouvidoria. Também se assegurou ao Controlador Geral do Estado as prerrogativas, representação, remuneração e impedimentos de Secretário de Estado, e no âmbito infra legal, sobreveio o Decreto nº 9.978 de 23 de janeiro de 2014 que instituiu a estrutura de Controle e aprova o Regulamento da Controladoria Geral do Estado.

Observa-se que somente a partir do exercício de 2011 a atuação da Coordenadoria de Controle Interno, no âmbito do Poder Executivo do Estado do Paraná, tornou-se mais efetiva com a implantação de ações concretas, tais como:

- criação do site da Controladoria Geral do Estado no Portal do Governo do Estado (http://www.cge.pr.gov.br/);
- estruturação da Coordenação de Controle Interno dotando-a de recursos materiais e humanos, mesmo que ainda insuficiente para seu pleno funcionamento;
- acompanhamento, mediante Plano de Ação, de pendências das Secretarias e Órgãos da Administração Estadual junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, referentes ao Acórdão 2305/10;
- visitas técnicas pela equipe do CI, priorizando as que demandaram procedimentos urgentes pela administração;
- participação atuante em ações efetivadas pelos diversos órgãos de governo;
- atuação no Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Telecomunicação – COSIT, no acompanhamento das deliberações sobre política de informática do Estado;
- participação no Comitê de Gestão, conforme Decreto nº 1198/2011, que se reúne semanalmente para deliberações de gastos e diretrizes de governo;
- regulamentação da Lei nº 16.595/2010 – Lei de Transparência, consoante aos padrões mínimos que devem ser seguidos pela administração direta e indireta do governo estadual (Resolução n° 001/2011);
- implantação efetiva do Controle Interno nos diversos órgãos e entidades da administração estadual, por meio dos agentes de controle, conforme Decreto nº 9.978/14;
- desenvolvimento junto a CELEPAR do sistema de Controle Interno (SIAC), bem como, de cada Órgão da Administração.

3.3. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Neste tópico serão abordados os temas relativos à funcionalidade, operacionalização e ações realizadas pelo Sistema de Controle Interno do Executivo Estadual, conforme Relatórios apresentados às peças 48/57.

Observe-se na tabela a seguir que, salutarmente, os Relatórios do Controle Interno guardaram simetria ao exigido no art. 3º, inciso V, da IN nº 100/2014, que trata da

documentação da Prestação de Contas do Governo a ser encaminhada ao Tribunal de Contas.

Tabela 9
Conteúdo dos Relatórios do Controle Interno face à Instrução Normativa nº 100/14-TC

IN Nº 100/14-TC, ART. 3º, V	PEÇA DO PROCESSO
a) resultado das ações do Sistema de Controle Interno realizadas no exercício de 2014;	48
b) avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos Programas de Governo e dos Orçamentos de que trata o § 6º do art. 133 da Constituição Estadual;	49
c) avaliação dos resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, nos órgãos e entidades da Administração Estadual, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;	50
d) análise das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Estado;	51
e) medidas implementadas visando atender as determinações e recomendações e sanar as ressalvas contidas nos Acórdãos que aprovaram os Pareceres Prévios das Contas do Governo Estadual dos exercícios de 2011, 2012 e 2013;	52
f) avaliação do cumprimento dos limites constitucionais, da Lei de Responsabilidade Fiscal, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do seu Anexo de Metas Fiscais e justificando, se for o caso, os motivos que inviabilizaram o não atendimento dos limites;	53
g) informações analíticas do cumprimento/concretização do Plano de Governo (valores e diretrizes);	54
h) demonstrativo evidenciando o desempenho da arrecadação em relação à previsão, destacando as providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial, bem como as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições, na forma do estabelecido no art. 58 da LRF;	55
i) medidas que implicaram em renúncia de receitas, elaborando demonstrativo que evidencie o montante dos benefícios fiscais concedidos no exercício e respectivas ações adotadas para compensar tais renúncias*;	56
j) demonstrativo do desempenho das atividades desenvolvidas pelos Serviços Sociais Autônomos, segundo o contrato de gestão, detalhando metas previstas e realizadas, os respectivos custos e indicadores;	57

Fonte: Peças 48 a 57

A metodologia de trabalho definida pela Secretaria de Controle Interno teve como escopo os procedimentos, técnicas e sistemas de controle utilizados. Estes itens foram avaliados por meio de documentos, análise física de bens, na análise do ambiente, comparativos entre previsão e execução, entrevistas com servidores, chefes de divisão e ordenador de despesas, com vistas a formar opinião sobre a suficiência ou inadequação dos controles existentes, por meio do Sistema Integrado de Avaliação de Controle – SIAC.

O Sistema Integrado de Avaliação e Controle constitui um fluxo de trabalho entre a Secretaria de Controle Interno, o Agente de Controle Interno e o Titular ou dirigente do Órgão.

No exercício de 2014, o Controle Interno do Poder Executivo Estadual, além de atuar por meio do Sistema Integrado de Avaliação e Controle – SIAC, realizou diversas ações relativas à transparência e acesso à informação, em atendimento a Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527/11. Atuou também na avaliação de processos que foram objeto de consulta por parte dos Órgãos/Entidades.

A Controladoria Geral do Estado atua de forma descentralizada nos órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, por meio dos agentes de Controle Interno nomeados que subsidiaram a atuação da Controladoria Geral, notadamente nos autos no que concerne a Avaliação dos Resultados de 2014 (peça 48, fls. 16 a 19).

Assim, constata-se dos autos que na medida do possível a Controladoria Geral do Estado avalia o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos, comprovando a legalidade e aferindo os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da administração estadual.

Em derradeiro, não obstante eventuais melhorias inerentes à própria evolução natural, conclui-se que os Relatórios apresentados pela Controladoria Geral do Estado constituem em significativo avanço que, não só evidenciam esforços para instrumentalizar o Estado do Paraná de um eficiente sistema de controle interno, como vem promovendo uma necessária e fundamental mudança cultural perante os órgãos integrantes da administração direta e indireta com vistas a demonstrar a relevância de bons instrumentos de gestão pública e de controle.

III – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

1. INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

Conforme disposto no art. 134 da Constituição Estadual, os instrumentos disciplinadores da elaboração, execução e controle do Orçamento Geral do Estado são o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual.

1.1. PLANO PLURIANUAL

A Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011, aprovou o Plano Plurianual (PPA) para o período 2012 a 2015. O PPA estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas físicas e financeiras da administração pública na forma de programas. Os programas são os elementos de integração entre o PPA com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O PPA para o período 2012 a 2015, influenciado pelo planejamento estratégico adotado pela União na concepção do seu PPA, foi elaborado com a adoção de uma nova proposta, incorporando parte das novas orientações do Governo Federal, adaptando-o às especificidades do Estado, buscando um caráter mais estratégico para o Plano, e condições efetivas para a formulação, a gestão e a implementação das políticas públicas. As categorias a partir das quais o Plano se organiza foram redesenhadas, sendo o Programa desdobrado em Iniciativas e Metas, além de evidenciar as Principais Propostas definidas nas Metas de Governo.

Os Programas constantes do PPA para o período de 2012 a 2015 foram agrupados da seguinte maneira:

I – Programas Finalísticos

Instrumentos que articulam um conjunto de Iniciativas (orçamentárias e não orçamentárias), para alcançar os resultados desejados, em conformidade com a agenda de governo.

II – Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado

Instrumentos que classificam um conjunto de Iniciativas destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental, bem como aquelas não tratadas nos Programas Finalísticos. Contemplam as Iniciativas dos Outros Poderes e Ministério Público.

III – Obrigações Especiais

Representam o detalhamento da função Encargos Especiais, enquadrando as despesas relativas a proventos de inativos, pagamento de sentenças judiciais, precatórios, PIS/PASEP, amortização, juros e encargos das dívidas pública interna e externa, reserva de contingência, etc..

Os Programas definidos no PPA para o período de 2012 a 2015 são os seguintes:

- Acesso à Justiça;
- Desenvolvimento das Cidades;
- Desenvolvimento Integrado da Cidadania/PDI – Cidadania;
- Desenvolvimento Rural Sustentável e Abastecimento;
- Desenvolvimento Sustentável do Turismo;
- Educação para Todos;
- Energia;
- Excelência no Ensino Superior;
- Inova Educação;
- Morar Bem Paraná;
- Paraná Competitivo;
- Paraná Inovador;
- Paraná Seguro;
- Paraná Sustentável;
- Paraná Tem Cultura;
- Paraná: Esporte Lazer e Atividade Física;
- Proteção e Desenvolvimento Social;
- Rede Paraná Multimodal de Transportes e Logística;

- Saúde para Todo Paraná;
- Trabalho, Emprego e Empreendimentos Solidários;
- Universalização do Saneamento Básico;
- Gestão Estratégica;
- Gestão Administrativa;
- Gestão de Serviços;
- Gestão Institucional – Outros Poderes e Ministério Público;
- Obrigações Especiais.

Necessário ressaltar que o documento referente ao Acompanhamento do Plano Plurianual 2012-2015 (peça 64), integrante do Relatório de metas físicas dos projetos/atividades, não apresenta os indicadores apuráveis para avaliação do exercício de 2014, referentes aos Programas: 6 - Educação para Todos, 8 - Excelência no Ensino Superior, 10 - Morar Bem Paraná e 14 - Paraná Sustentável, contrariando as Orientações Gerais para a Elaboração do PPA 2012-2015.

Assim, restou prejudicada a avaliação dos indicadores selecionados para a aferição do desempenho destes programas.

Ressalva-se, ainda, que o Estado informou, em alguns casos, a situação da obra como “Concluída”, porém apresentou índices de execução física inferiores a 100% no Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento – 2014 (peça 63) como é o caso da obra nº 24 – “Ampliar e/ou melhorar estabelecimento de ensino” do Projeto/Atividade 4094 – Renova Escola, em que a quantidade prevista é de 414m² e a realizada de somente 5m², com índice de execução de meta física de apenas 1,21%. O mesmo ocorre com as obras nº 40, 44 e 50, em que os índices de execução são inferiores à meta prevista e apresentam também situação “Concluída”.

1.2. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), corporificada na Lei nº 17.631 de 22 de julho 2013, estabelece metas, prioridades e critérios para a elaboração do Orçamento Geral do Estado do exercício de 2014. Estabelece ainda que os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta serão estipulados no valor aproximado de R$ 35,5 bilhões, que serão atualizadas por ocasião da elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2014. Na elaboração da Lei Orçamentária este valor foi fixado em R$ 43,7 bilhões.

As metas e prioridades da Administração Pública Estadual, que foram contempladas na LDO para 2014, convergem com as estabelecidas no Plano Plurianual relativo ao período de 2012 a 2015.

No art. 7º foi estabelecido que a elaboração das propostas dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público seria feita, após as deduções legais pertinentes, dentro dos seguintes limites percentuais da Receita Líquida do Tesouro Estadual disponível para a fixação da despesa: Poder Legislativo 5%, Poder Judiciário 9,5% e Ministério Público 4,1%.

Em atendimento ao art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, a LDO estabeleceu Metas Fiscais a serem cumpridas e Riscos Fiscais a serem considerados.

As Metas Fiscais permitem ao Governante planejar as receitas e as despesas, propiciando corrigir os problemas que possam surgir no decorrer do período.

Para o triênio 2014 a 2016 foram estabelecidas as seguintes metas fiscais, a preços correntes.

Tabela 10
Metas Fiscais – Preços Correntes – 2013 a 2015

Em R$ mil

DISCRIMINAÇÃO	2014		2015		2016
	VALOR	% PIB	VALOR	% PIB	VALOR
I. Receitas não Financeiras	36.260.859	11,62%	38.826.269	11,36	41.335.766
II. Despesas não Financeiras	33.921.169	10,87%	35.860.189	10,49	38.063.394
III. Resultado Primário	2.339.690	0,75%	2.966.079	0,87	3.272.372
IV. Saldo Devedor da Dívida	13.996.640	4,49%	14.131.041	4,13	13.918.843
V. Resultado Nominal	986.004	0,32%	134.400	0,04	-212.198

Fonte: Lei nº 17.631/13 (LDO) – Tabela 5, Anexo de Metas Fiscais

Já os Riscos Fiscais avaliam os Passivos Contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas. O Anexo II da LDO apresenta comentários sobre os Riscos Fiscais que deveriam ser considerados na elaboração da LOA para o exercício de 2014, a seguir transcritos:

> *"A previsão da Receita de Recolhimento Centralizado para o exercício de 2014 conta com riscos fiscais decorrentes da incerteza dos reflexos advindos da Reforma Tributária cujo projeto de unificação das alíquotas do ICMS entre os Estados encontrava-se em andamento no Senado Federal até o encaminhamento deste Projeto de Lei para apreciação da Assembleia Legislativa. Na proposta em tramitação, as alíquotas que atualmente variam entre 7% e 12% seriam reduzidas para 4% a partir de 2014, em troca os Estados produtores teriam as perdas compensadas por um fundo de compensação automática e por um fundo de financiamento de projetos de infraestrutura até 2028. Com esse deslocamento da tributação da origem para o destino, o impacto seria imediato, afetando o equilíbrio das contas públicas do Estado do Paraná. Em que pese à compensação proposta, cabe ressaltar que a adoção de mecanismos de compensação de perdas tributárias, tais como o previsto na Lei Complementar nº 87, de 1996, não tem proporcionado a devida reparação aos prejuízos causados ao Estado.*
>
> *Além do fator acima, temos que considerar a continuidade da política de estímulos ao mercado interno nacional para 2014, com a prorrogação da desoneração do IPI sobre bens duráveis, como por exemplo, automóveis, caminhões, linha branca, móveis e material de construção, válida até 31 de dezembro de 2013, o que impactará na Receita de Recolhimento Centralizado, uma vez que afetará significativamente a recomposição das transferências constitucionais para os Estados.*
>
> *Devemos considerar também, a aprovação da Lei Complementar nº 141, de 2012, a qual se considerada a inclusão do FUNDEB na base de cálculo para aplicação do percentual de 12% para a área de saúde na Lei Orçamentária de 2014 sem compatibilização com o Plano Plurianual de Investimentos – PPA, vigente para o período de 2012 a 2015, consoante estabelecido no art. 30 da referida Lei Complementar, acarretará com que o Estado do Paraná deva acrescentar cerca de R$ 466 milhões destinados aos dispêndios com*

ações em saúde, comprometendo a execução orçamentária de 2014 comprometendo significativamente a execução dos demais programas constantes no referido PPA.

Outro evento bastante expressivo que poderá comprometer o equilíbrio das contas públicas, assim como, a execução orçamentária para 2014, refere-se à decisão do Supremo Tribunal Federal – STF quanto à declaração de inconstitucionalidade da Emenda Constitucional nº62, de 9 de dezembro de 2009, que institui o regime especial para pagamento dos precatórios em prazo de até quinze anos. De acordo com a referida norma, o executivo estadual a partir de 2010 passou a vincular recursos equivalentes a 2% da receita corrente líquida mediante depósito mensal em conta especial administrada pelo Tribunal de Justiça do Estado, cujos depósitos atingiram o montante de R$ 413 milhões em 2012 e R$ 109 milhões de janeiro a março de 2013, depositando mensalmente cerca de R$ 37 milhões para quitação dos precatórios na ordem cronológica e demais condições estabelecidas.

Até o encaminhamento do presente Projeto de Lei à apreciação da Assembleia Legislativa, não houve pronunciamento sobre o exato alcance da decisão do STF, assim como da continuidade do parcelamento dos precatórios no prazo estipulado na Emenda Constitucional nº 62,de 2009, bem como, na apreciação pela Suprema Corte quanto ao estabelecimento de outro prazo com a adoção daquele definido na Emenda Constitucional nº 30, de 13 de setembro de 2000, que se encontra suspensa para quitação dos precatórios judiciais, cujo saldo devido pelo Estado do Paraná alcança cerca de R$ 4.574 bilhões, em 31 de dezembro de 2012.

A continuar a crise internacional que atinge principalmente os países da zona do Euro, porém, com importantes reflexos na economia mundial como um todo, inclusive com a redução de crescimento da economia chinesa com quem o Estado do Paraná tem relações comerciais intensas, poderemos ter influência no nível de atividade econômica interna com a diminuição na arrecadação dos impostos estaduais.

Qualquer proposta de novas vinculações, ou de aumento de percentual de vinculação da Receita de Recolhimento Centralizado do Estado pelos outros Poderes e Ministério Público, poderão inviabilizar o programa de trabalho do Poder Executivo para o exercício de 2014. A Tabela 9 demonstra a margem mínima de expansão, o que permite dizer que qualquer acréscimo de vinculação não poderá ser suportado com a previsão de receita apresentada na composição deste documento."

Verifica-se que o Estado não informou, no Anexo de Riscos Fiscais, a quantificação da exposição ao risco, bem como quaisquer providências a serem tomadas em caso da ocorrência dos Passivos Contingentes. Conforme o Manual de Demonstrativos Fiscais do STN[1], 5ª Edição, válido para o exercício de 2014, a elaboração e publicação do Anexo de Riscos Fiscais deve dar transparência a funções necessárias à gestão de riscos fiscais, como: identificação do tipo de risco e da exposição ao risco;

[1] Manual de Demonstrativos Fiscais – Secretaria do Tesouro Nacional, 5ª Ed., 2012, p. 42.

mensuração ou quantificação dessa exposição; decisão estratégica sobre as opções para enfrentar o risco.

Tais informações integram o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências, conforme disciplinado pela STN, sendo parte integrante do Anexo de Riscos Fiscais.

Assim, deve o Estado apresentar explicações quanto à ausência, no Anexo de Riscos Fiscais da Lei nº 17.631/13 (LDO de 2014), da quantificação da exposição aos riscos, bem como as providências a serem tomadas em caso da ocorrência de passivos contingentes, conforme disciplinado pelo Manual de Demonstrativos Fiscais do STN. Tais informações deveriam integrar o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências (constante do Anexo de Riscos Fiscais), o qual não foi elaborado pelo Estado.

1.3. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

A Lei Orçamentária Anual (LOA), a partir da programação contida no Plano Plurianual (PPA) e dos limites e critérios dispostos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), detalha a fração do Plano de Governo a ser realizada no ano subsequente. Esta lei estabelece todas as ações do Governo Estadual a serem realizadas em cada exercício. Nenhuma despesa pública do Estado pode ser executada fora do Orçamento.

1.3.1. Orçamento Inicial

A Lei nº 17.886 de 20 de dezembro de 2013 aprovou o orçamento para o exercício de 2014, estando nela compreendido:

- o orçamento Fiscal;
- o orçamento Próprio da Administração Indireta; e
- o orçamento de Investimentos relativo às Empresas controladas pelo Estado.

Conforme art. 2° da LOA, a previsão da Receita Bruta é de R$ 43,7 bilhões, e deduzida a formação do FUNDEB de R$ 4,1 bilhões, se obtém uma Receita Líquida prevista de R$ 39,6 bilhões, ficando a despesa fixada no mesmo montante.

A distribuição da Receita Estimada de Recolhimento Centralizado, ou seja, do Tesouro Estadual e de Arrecadação Própria da Administração Indireta, encontra-se demonstrada na tabela a seguir.

Tabela 11
Distribuição da Receita Estimada – 2014

TÍTULO	R$
Receitas de Recolhimento Centralizado Líquidas	34.706.509.960,00
Receitas Próprias de Recolhimento Descentralizado das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Fundos, Empresas Públicas e Fundações, Órgãos de Regime Especial, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes (exclusive Transferências do Tesouro Estadual)	2.494.951.310,00
Receitas Próprias de Recolhimento Descentralizado das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, para o Orçamento de Investimentos (exclusive Transferências do Tesouro Estadual)	2.391.406.950,00
RECEITA LÍQUIDA PARA FIXAÇÃO DA DESPESA	**39.592.868.220,00**

Fonte: Lei nº 17.886/13 – LOA 2014

O Orçamento Fiscal e Próprio da Administração Indireta, compreendendo as Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes nos termos do art. 2º da LRF[2], discriminados no Anexo III da Lei Orçamentária, estimaram a Receita em R$ 37,2 bilhões e fixaram a Despesa em igual importância.

O Orçamento de Investimentos das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista não Dependentes, compreendendo as Receitas Próprias, detalhadas no Anexo IV da Lei Orçamentária, totalizou R$ 2,4 bilhões.

1.3.2. Alterações Orçamentárias

Amparadas nas autorizações contidas nos artigos. 14, (incisos I a VII), 15,16 e 17 da Lei Orçamentária ocorreram alterações durante o exercício, tanto na Administração Direta como na Indireta, por meio de abertura de Créditos Adicionais.

[2] Art. 2º Para efeitos desta Lei Complementar, entende-se como:
...
III – empresa estatal dependente: empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária;

A Lei Federal nº 4.320/64 define Créditos Adicionais em seu art. 40 como sendo *"as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento"*.

A seguir as principais alterações orçamentárias ocorridas no exercício.

Tabela 12
Principais Alterações Orçamentárias – 2014

Em R$

ÓRGÃO/ENTIDADE	ORÇAMENTO INICIAL (1)	% S/ TOTAL	CRÉDITOS ADICIONAIS (2)	CANCELA-MENTOS (3)	RESULTADO (2-3)	ORÇAMENTO FINAL (4)	% S/ TOTAL	VAR.% (4)/(1)
Tribunal de Contas	339.089.370,00	0,91	281.285.000,00	171.285.000,00	110.000.000,00	449.089.370,00	1,16	32,44
Ministério Público	732.441.370,00	1,97	155.846.406,00	151.846.406,00	4.000.000,00	736.441.370,00	1,90	0,55
Casa Civil	4.421.220,00	0,01	165.211.285,00	71.029.528,00	94.181.757,00	98.602.977,00	0,25	2.130,22
Casa Militar	30.265.910,00	0,08	10.571.993,00	21.306.333,00	-10.734.340,00	19.531.570,00	0,05	-35,47
Escritório de Representação do Governo em Brasília	709.490,00	0,00	84.147,00	483.302,00	-399.155,00	310.335,00	0,00	-56,26
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral	65.477.650,00	0,18	4.295.181,00	53.869.835,00	-49.574.654,00	15.902.996,00	0,04	-75,71
Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEPL	90.923.980,00	0,24	33.278.980,00	110.182.960,00	-76.903.980,00	14.020.000,00	0,04	-84,58
Secretaria de Estado da Fazenda	214.664.710,00	0,58	211.802.452,00	125.626.662,00	86.175.790,00	300.840.500,00	0,78	40,14
Secretaria de Estado do Esporte e Turismo	21.854.120,00	0,06	7.389.874,00	15.053.338,00	-7.663.464,00	14.190.656,00	0,04	-35,07
Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária	172.337.300,00	0,46	113.304.134,00	207.405.931,00	-94.101.797,00	78.235.503,00	0,20	-54,60
Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul	30.383.320,00	0,08	211.455.562,00	37.713.041,00	173.742.521,00	204.125.841,00	0,53	571,84
Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento	311.950.390,00	0,84	85.894.269,00	251.590.128,00	-165.695.859,00	146.254.531,00	0,38	-53,12
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano	205.266.190,00	0,55	145.311.526,00	294.471.724,00	-149.160.198,00	56.105.992,00	0,14	-72,67
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	48.607.850,00	0,13	6.741.261,00	38.727.694,00	-31.986.433,00	16.621.417,00	0,04	-65,81
Secretaria de estado de Infraestrutura e Logística	203.348.620,00	0,55	31.811.802,00	194.382.245,00	-162.570.443,00	40.778.177,00	0,11	-79,95
Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS	215.630.200,00	0,58	247.943.644,00	21.627.280,00	226.316.364,00	441.946.564,00	1,14	104,96
Fundo Judiciário	4.200.310,00	0,01	13.000.000,00	0,00	13.000.000,00	17.200.310,00	0,04	309,50
Fundo da Justiça do Poder Judiciário do Estado do Paraná	93.504.960,00	0,25	78.561.000,00	12.861.000,00	65.700.000,00	159.204.960,00	0,41	70,26
Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná - FUEMP/PR	12.500.000,00	0,03	24.242.490,00	381.500,00	23.860.990,00	36.360.990,00	0,09	190,89
Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Paraná - FEPGE	7.533.300,00	0,02	11.644.433,00	5.583.362,00	6.061.071,00	13.594.371,00	0,04	80,46
Fundo Estadual de Habitação e Regularização Fundiária - FEHRIS	105.000,00	0,00	0,00	105.000,00	-105.000,00	0,00	0,00	-100,00
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES	19.873.270,00	0,05	1.702.287,00	7.345.023,00	-5.642.736,00	14.230.534,00	0,04	-28,39
Departamento Estadual de Arquivo Público - DEAP	2.199.180,00	0,01	146.099,00	272.682,00	-126.583,00	2.072.597,00	0,04	-5,76
Coordenação da Receita do Estado - CRE	457.437.010,00	1,23	59.121.770,00	92.640.438,00	-33.518.668,00	423.918.342,00	1,10	-7,33
Fundo de Reequipamento do Fisco - FUNREFISCO	63.385.700,00	0,17	7.996.646,00	35.607.364,00	-27.610.718,00	35.774.982,00	0,09	-43,56
Rádio e Televisão Educativa do Paraná - RTVE	24.023.430,00	0,06	23.121.149,00	9.543.898,00	13.577.251,00	37.600.681,00	0,10	56,52
Fundo de Reequipamento do Departamento de Trânsito - FUNRESTRAN	14.380.000,00	0,04	22.690.000,00	0,00	22.690.000,00	37.070.000,00	0,10	157,79
Paraná Turismo - PRTUR	9.049.310,00	0,02	1.380.732,00	4.099.220,00	-2.718.488,00	6.330.822,00	0,02	-30,04
Fundo Paraná	162.829.100,00	0,44	19.414.425,00	109.371.079,00	-89.956.654,00	72.872.446,00	0,19	-55,25
Fundo Penitenciário - FUPEN	3.969.500,00	0,01	4.751.548,00	2.316.048,00	2.435.500,00	6.405.000,00	0,02	61,36
Fundo Especial da Infância e Adolescência - FIA	116.421.610,00	0,31	127.699.957,00	14.503.328,00	113.196.629,00	229.618.239,00	0,59	97,23
Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS	128.286.760,00	0,34	83.522.687,00	115.233.999,00	-31.711.312,00	96.575.448,00	0,25	-24,72
Agência de Defesa Agropecuária do Paraná - ADAPAR	25.947.370,00	0,07	36.314.009,00	5.191.222,00	31.122.787,00	57.070.157,00	0,15	119,95
Fundo de Equipamento Agropecuário - FEAP	141.600,00	0,00	2.541.745,00	200.878,00	2.340.867,00	2.482.467,00	0,01	1.653,15
Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA	9.499.380,00	0,03	22.321.637,00	16.670.572,00	5.651.065,00	15.150.445,00	0,04	59,49
ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO	**37.201.461.270,00**	**100,00**	**11.330.311.136,00**	**9.827.168.868,00**	**1.503.142.268,00**	**38.704.603.538,00**	**100,00**	**4,04**

Fonte: Relatório COP – Movimentação Orçamentária

Na tabela anterior verificam-se as maiores alterações ocorridas no Orçamento Geral do Estado. Tais alterações tiveram como amparo legal as disposições do art. 14, 15, 16 e 17, sendo que os Créditos Adicionais representaram 30,46% do Orçamento Inicial e os Cancelamentos 26,42%.

Convém salientar que o relatório apresentado, peça 58, não individualiza as alterações ocorridas dentro de cada inciso do art. 14 da LOA, porém, o montante total

das alterações ocorridas está dentro dos limites percentuais estabelecidos naqueles incisos.

1.3.3. Orçamento Final

O Orçamento Autorizado Final apresentou acréscimo de R$ 1,5 bilhão correspondente a 4,04% em relação ao Inicial. Este aumento teve como fonte de recursos o excesso de arrecadação verificado nas Receitas da Administração Direta e Indireta e o Superávit Financeiro apurado no Balanço da Administração Indireta.

A tabela a seguir apresenta a evolução do Orçamento no exercício de 2014.

Tabela 13
Evolução do Orçamento – 2014

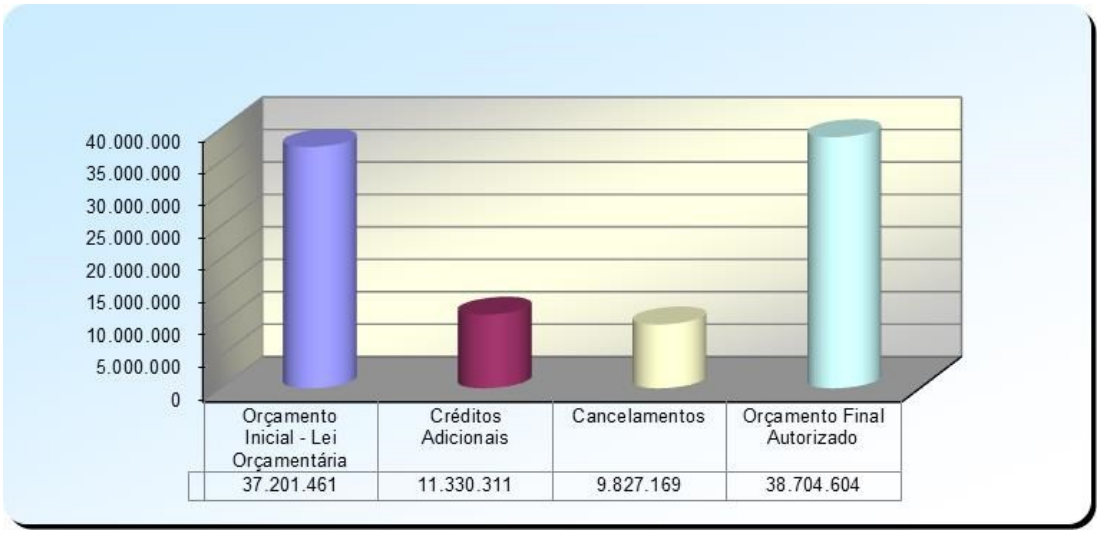
Em R$

TÍTULOS	ORÇAMENTO INICIAL (1)	% S/ TOTAL	CRÉDITOS ADICIONAIS (2)	CANCELAMENTOS (3)	VARIAÇÃO (2-3)	ORÇAMENTO FINAL (4)	% S/ TOTAL	VAR.% 4/1
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	27.130.268.340,00	72,93	6.565.956.714,00	6.546.155.790,00	19.800.924,00	27.150.069.264,00	70,15	0,07
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	10.071.192.930,00	27,07	4.764.354.422,00	3.281.013.078,00	1.483.341.344,00	11.554.534.274,00	29,85	14,73
ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO	**37.201.461.270,00**	**100,00**	**11.330.311.136,00**	**9.827.168.868,00**	**1.503.142.268,00**	**38.704.603.538,00**	**100,00**	**4,04**

Obs.: Os valores constantes da tabela incluem, além dos créditos adicionais, os remanejamentos internos de dotações
Fonte: LOA 2014, Extratos Orçamentários do Sistema COP e Volume "Balanço Geral do Estado" – Exercício de 2014

Gráfico 1
Evolução do Orçamento – 2014

Em R$ mil



Fonte: Tabela 13

O comparativo entre a previsão de Orçamento dos Programas de Governo no PPA e o que foi contemplado na LOA para o exercício de 2014 encontra-se demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 14
Comparativo do Orçamento – PPA/LOA – 2014

Em R$

	PROGRAMAS DE GOVERNO	PPA (1)	LEI ORÇAMENTÁRIA *		VARIAÇÃO %	
			INICIAL (2)	FINAL (3)	2/1	3/1
1	ACESSO À JUSTIÇA	64.918.632,00	52.057.860,00	64.918.632,00	-19,81	0,00
2	DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES	180.374.517,00	289.961.530,00	180.374.517,00	60,76	0,00
3	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA CIDADANIA / PDI - CIDADANIA	475.493.323,00	540.262.480,00	475.493.323,00	13,62	0,00
4	DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E ABASTECIMENTO	181.439.358,00	303.451.740,00	176.728.263,00	67,25	-2,60
5	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO	3.393.652,00	11.902.670,00	3.393.652,00	250,73	0,00
6	EDUCAÇÃO PARA TODOS	673.795.562,00	734.400.600,00	673.795.562,00	8,99	0,00
8	EXCELÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR	1.956.064.567,00	1.725.502.040,00	1.956.064.567,00	-11,79	0,00
9	INOVA EDUCAÇÃO	5.888.208.632,00	4.860.353.720,00	5.888.208.632,00	-17,46	0,00
10	MORAR BEM PARANÁ	95.736.103,00	140.122.000,00	111.865.103,00	46,36	16,85
11	PARANÁ COMPETITIVO	56.330.064,00	79.563.590,00	53.460.064,00	41,25	-5,09
12	PARANÁ INOVADOR	186.065.274,00	256.935.450,00	186.065.274,00	38,09	0,00
13	PARANÁ SEGURO	2.971.645.521,00	3.072.995.180,00	2.971.645.521,00	3,41	0,00
14	PARANÁ SUSTENTÁVEL	281.453.949,00	328.693.760,00	284.333.949,00	16,78	1,02
15	PARANÁ TEM CULTURA	17.707.579,00	19.440.100,00	17.707.579,00	9,78	0,00
16	PARANÁ: ESPORTE, LAZER E ATIVIDADE FÍSICA	40.905.390,00	30.905.250,00	40.905.390,00	-24,45	0,00
17	PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	406.954.609,00	418.443.080,00	406.954.609,00	2,82	0,00
18	REDE PARANÁ MULTIMODAL DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA	893.188.828,00	1.014.105.960,00	885.143.828,00	13,54	-0,90
19	SAÚDE PARA TODO PARANÁ	4.288.300.869,00	3.426.757.150,00	4.288.300.869,00	-20,09	0,00
20	TRABALHO, EMPREGO E EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS	18.559.028,00	35.603.260,00	18.559.028,00	91,84	0,00
21	UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO	719.118.866,00	2.315.000,00	361.986,00	-99,68	-99,95
40	GESTÃO ESTRATÉGICA	921.048.102,00	1.306.553.360,00	1.171.067.602,00	41,86	27,15
41	GESTÃO ADMINISTRATIVA	1.705.342.338,00	1.691.334.740,00	1.705.342.338,00	-0,82	0,00
42	GESTÃO DE SERVIÇOS	188.538.283,00	249.093.960,00	188.538.283,00	32,12	0,00
43	GESTÃO INSTITUCIONAL - OUTROS PODERES E MINISTÉRIO PÚBLICO	3.622.008.504,00	3.184.812.170,00	3.622.008.504,00	-12,07	0,00
99	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	13.333.366.463,00	13.425.894.620,00	13.333.366.463,00	0,69	0,00
	TOTAL	**39.169.958.013,00**	**37.201.461.270,00**	**38.704.603.538,00**	**-5,03**	**-1,19**

*Não está incluído o valor do Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mistas não Dependentes
Fonte: Lei nº 17.631/13 (LDO) e Lei 17.886/13 (LOA)

Verifica-se na tabela anterior que o total orçamentário final autorizado na LOA para o exercício de 2014 apresenta um decréscimo de 5,03% em relação ao previsto no PPA.

Importante destacar que os valores previstos no PPA contemplam também a previsão de execução de alguns programas por meio das Sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas não dependentes, cuja previsão não consta na Lei Orçamentária.

2. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

2.1. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO CONSOLIDADO DA ADMINISTRAÇÃO GLOBAL

O Balanço Orçamentário Consolidado (peça 7) reflete a execução do Orçamento Fiscal e Próprio da Administração Indireta, que teve uma previsão atualizada de R$ 38,7 bilhões, sendo executados R$ 35,8 bilhões na Receita e R$ 34,9 bilhões na Despesa, resultando em um Superávit no exercício de 2014 de R$ 854 milhões.

O presente superávit teve sua origem na diferença dos seguintes valores:

a) Economia Orçamentária do Exercício..... R$ 3.797 milhões

b) Queda de Arrecadação do Exercício..... R$ 2.943 milhões

c) Superávit Orçamentário (a-b)..... R$ 854 milhões

A execução abrange os recursos do Tesouro, arrecadados diretamente pela Secretaria de Estado da Fazenda, e os recursos de outras fontes, que são arrecadados pelas unidades da Administração Indireta (autarquias, fundações, fundos especiais e empresas estatais dependentes), consoante ao disposto no Anexo III da Lei Orçamentária Anual, com as alterações procedidas no decorrer do exercício.

A Receita e a Despesa do Governo do Estado estão classificadas nos moldes da Portaria Conjunta nº 03/08, da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em consonância com as alíneas “a” e “b”, dos incisos I e II, do art. 52 da Lei Complementar nº 101/00.

A tabela a seguir evidencia a gestão orçamentária do exercício, a partir do orçamento aprovado pela Lei nº 17.886/13 (LOA 2014) bem como com base no Balanço Orçamentário, peça 7, do presente processo.

Tabela 15
Balanço Orçamentário – Administração Global – 2014

R$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO	%	%
		(a)	(b)	c =(b-a)	S/ Total	(b/a)
RECEITAS CORRENTES	**34.151.799.940,00**	**36.575.438.431,00**	**34.424.436.502,65**	**(2.151.001.928,35)**	**96,26**	**-103,39**
Receita Tributária	22.944.957.960,00	24.262.298.837,00	23.451.454.348,44	-810.844.488,56	65,58	-3,34
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	614.086.760,00	588.645.573,00	632.314.832,10	43.669.259,10	1,77	7,42
Receita Agropecuária	5.890.970,00	11.413.116,00	7.379.295,29	-4.033.820,71	0,02	-35,34
Receita Industrial	37.685.680,00	37.685.680,00	27.766.655,85	-9.919.024,15	0,08	-26,32
Receita de Serviços	1.349.674.100,00	1.349.803.406,00	1.400.901.005,50	51.097.599,50	3,92	3,79
Transferências Correntes	7.877.945.210,00	7.930.580.340,00	7.596.299.879,46	-334.280.460,54	21,24	-4,22
Outras Receitas Correntes	1.321.559.260,00	2.395.011.479,00	1.308.320.486,01	-1.086.690.992,99	3,66	-45,37
RECEITAS DE CAPITAL	**3.053.661.330,00**	**2.129.165.107,00**	**1.337.252.580,35**	**(791.912.526,65)**	**3,74**	**-198,63**
Operações de Crédito	1.283.921.000,00	737.495.241,00	953.849.106,76	216.353.865,76	2,67	29,34
Alienação de Bens	31.127.010,00	28.427.010,00	4.568.484,06	-23.858.525,94	0,01	-83,93
Amortizações de Empréstimos	2.100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	692.282.070,00	663.578.851,00	234.050.981,24	-429.527.869,76	0,65	-64,73
Outras Receitas de Capital	1.044.231.250,00	699.664.005,00	144.784.008,29	-554.879.996,71	0,40	-79,31
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	**37.205.461.270,00**	**38.704.603.538,00**	**35.761.689.083,00**	**(2.942.914.455,00)**	**100,00**	**-302,02**
REFINANCIAMENTO (II)	**-**	**-**	**-**	**-**	**0,00**	**0,00**
Operações de Crédito Internas	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I+II)	**37.205.461.270,00**	**38.704.603.538,00**	**35.761.689.083,00**	**(2.942.914.455,00)**	**100,00**	**-302,02**
DÉFICIT (IV)			**-**			
TOTAL (V)= (III+IV)	**37.205.461.270,00**	**38.704.603.538,00**	**35.761.689.083,00**	**-**		
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	0,00	0,00	0,00	0,00		
Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00		
Reabertura de créditos adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00		

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	%	%
	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	S/ Total	(f/e)
DESPESAS CORRENTES	**32.760.523.370,00**	**34.299.517.567,00**	**32.024.359.621,30**	**31.178.561.258,87**	**30.401.562.029,40**	**91,74**	**-14,70**
Pessoal e Encargos Sociais	14.335.828.630,00	15.206.836.093,00	14.722.783.735,78	14.467.639.729,75	14.341.904.742,63	42,18	-3,18
Juros e Encargos Da Dívida	783.040.400,00	747.846.406,00	734.180.531,84	734.180.531,84	734.180.531,84	2,10	-1,83
Outras Despesas Correntes	17.641.654.340,00	18.344.835.068,00	16.567.395.353,68	15.976.740.997,28	15.325.476.754,93	47,46	-9,69
DESPESAS DE CAPITAL	**4.440.937.900,00**	**4.405.085.971,00**	**2.883.325.369,97**	**2.385.090.169,22**	**2.157.389.644,30**	**8,26**	**-52,93**
Investimentos	3.537.022.460,00	3.045.805.330,00	1.545.227.111,30	1.047.238.910,56	819.550.473,10	4,43	-49,27
Inversões Financeiras	174.629.060,00	534.775.200,00	518.110.798,40	517.863.798,39	517.851.710,93	1,48	-3,12
Amortização da Dívida	728.262.400,00	824.485.441,00	819.987.460,27	819.987.460,27	819.987.460,27	2,35	-0,55
Reserva de Contingência	1.023.980,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	**37.201.461.270,00**	**38.704.603.538,00**	**34.907.684.991,27**	**33.563.651.428,09**	**32.558.951.673,70**	**100,00**	**-67,63**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/ REFINANCIAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**	**0,00**
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**	**0,00**
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**	**0,00**
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI + VII)	**37.201.461.270,00**	**38.704.603.538,00**	**34.907.684.991,27**	**33.563.651.428,09**	**32.558.951.673,70**	**100,00**	**-67,63**
SUPERÁVIT (IX)			**854.004.091,73**				
TOTAL (X) = (VIII + IX)	**37.201.461.270,00**	**38.704.603.538,00**	**35.761.689.083,00**	**33.563.651.428,09**	**32.558.951.673,70**	**100,00**	**-67,63**

Fonte: Balanço Orçamentário – peça 07

Porém, há que se considerar dois fatos relevantes que alteram o resultado apresentado: a ausência de ajuste no Balanço Orçamentário referente aos valores das Interferências Financeiras Previdenciárias, aportadas pelo Estado neste exercício aos Fundos Financeiro e Militar; e a falta de emissão de empenhos referentes ao repasse de recursos destinados ao pagamento de precatórios (2% RCL), situação que será abordada em detalhes no Título V, Item 1.2.5, alínea f.

O Poder Executivo repassou neste exercício de 2014, contabilizados em forma de Interferências Financeiras, R$ 723.200.575,58 ao Fundo Financeiro e R$ 383.050.719,40 ao Fundo Militar, perfazendo o montante de R$ 1.106.251.294,98.

A metodologia de contabilização adotada pelo Executivo Estadual para os repasses previdenciários acompanhou os procedimentos preconizados pela Nota Técnica nº 633/2011 do Tesouro Nacional, que em seu item 11 preconiza que os repasses efetuados pelos entes devem ser contabilizados como interferência financeira, quando o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS apresentar déficit financeiro em cada exercício e o ente não tiver adotado as medidas previstas para o equilíbrio financeiro e atuarial e nos planos financeiros, nos casos de segregação da massa.

Em razão dos valores repassados ao RPPS não terem transitado pela execução orçamentária, deveria o Poder Executivo ter demonstrado em forma de ajuste, o novo resultado orçamentário, para que a leitura do Balanço Orçamentário do Executivo Estadual pudesse refletir a real posição na data do Balanço Geral.

Dessa forma, após os devidos ajustes no Balanço Orçamentário em função da forma de contabilização das Interferências Financeiras, anteriormente comentadas, bem ainda da falta de emissão de empenhos referentes ao repasse de recursos para pagamento de precatórios (2% RCL), tratado no Título V, Item 1.2.5, alínea f. o resultado orçamentário seria conforme a Tabela a seguir.

Tabela 16
Ajuste do Balanço Orçamentário Administração Global - 2014

R$ mil

TÍTULO	VALOR
Superávit Orçamentário conforme Balanço – peça 07	854.004.091,73
(-) Interferências Financeiras - RPPS	1.106.251.294,98
(-) Repasses Precatórios TJ (2% RCL) não Empenhados	523.000.150,25
(=) Resultado Orçamentário após ajustes	**-775.247.353,50**

Fonte: SIA's 846 e 850, PCA-Fundo de Previdência Processo nº 360393/15, PCA-Fundo Financeiro – Processo nº 35787-2/15 e PCA-Fundo Militar – Processo nº 35832-1/15 .

Não foi demonstrado na Tabela anterior o valor das Transferências Recebidas/Concedidas em razão dos valores serem iguais (R$ 6.812.296.649,34), não modificando, portanto, o Resultado Orçamentário.

Como se pode observar após os ajustes realizados, ficou evidenciado que o resultado orçamentário do exercício apresentou um Déficit de R$ 775,2 milhões.

A Lei Orçamentária apresenta um equilíbrio entre a previsão da receita e despesa no valor de R$ 37.201.461.270,00, porém, como se observa, o Balanço Orçamentário apresentou uma receita inicial de R$ 37.205.461.270,00 e uma despesa inicial de R$ 37.201.461,270,00, estando, portanto desiquilibrado.

Existe, ainda, uma divergência entre os valores apresentados no Balanço Orçamentário e no SIA850, no que se refere à Receita e Despesa atualizadas, sendo de R$ 38.704.603.538,00, e R$ 38.706.766.888,00, respectivamente.

Por fim, com relação aos Anexos 1 e 2 do Balanço Orçamentário - Demonstrativos de Execução de Restos a Pagar (peça 07, fls. 18 e 19), verifica-se que foram preenchidos de forma incorreta, posto que ausente a discriminação da execução por grupo de natureza de despesa, bem como o saldo total apresentado está inconsistente, pois não é igual à somatória das partes.

Assim, deve o Estado explicar as divergências e apresentar as razões e fundamentos que as justifiquem.

2.2. COMPORTAMENTO DA RECEITA

Em 2014, o Estado do Paraná arrecadou R$ 40 bilhões, considerando-se as parcelas Estadual e Municipal dos impostos recolhidos, incluindo Receitas Correntes e de Capital. Deste total há a dedução do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB no valor de R$ 4,2 bilhões, finalizando em R$ 35,8 bilhões. Este valor representa 92,39% da Previsão Final, que era de R$ 38,7 bilhões. Comparativamente à performance do ano anterior, quando a Receita Arrecadada (com a dedução do FUNDEB) foi de R$ 32,1 bilhões, houve um incremento na arrecadação de 4,56% em valores constantes.

A tabela a seguir apresenta as comparações entre a previsão inicial, conforme orçamento-programa, o orçado final e o arrecadado em 2014 entre as Receitas Correntes e de Capital.

Tabela 17
Comparativo da Receita Orçada Final com a Arrecadada – 2014

Em R$ mil

TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL (1)	PREVISÃO FINAL (2)	ARRECADAÇÃO (3)	% S/ TOTAL	% ARRECADAÇÃO (3/2)
RECEITAS CORRENTES	**36.470.774**	**41.065.317**	**38.676.228**	**96,66**	**94,18**
Tributária	26.527.221	28.199.072	27.131.957	67,81	96,22
De Contribuições	0	0	0	-	-
Patrimonial	359.143	588.646	632.315	1,58	107,42
Agropecuária	5.891	11.413	7.379	0,02	64,66
Industrial	37.686	37.686	27.767	0,07	73,68
De Serviços	322.934	1.349.803	1.400.901	3,50	103,79
Transferências Correntes	8.051.547	8.440.700	8.101.971	20,25	95,99
Outras Receitas Correntes	1.166.353	2.437.997	1.373.938	3,43	56,36
RECEITAS DE CAPITAL	**2.432.906**	**2.129.165**	**1.337.253**	**3,34**	**62,81**
Operações de Crédito	1.283.921	737.495	953.849	2,38	129,34
Alienação de Bens	2.754	28.427	4.568	0,01	16,07
Amortização de Empréstimos	2.100	0	0	-	-
Transferências de Capital	287.492	663.579	234.051	0,58	35,27
Outras Receitas de Capital	856.638	699.664	144.784	0,36	20,69
SUBTOTAL	**38.903.680**	**43.194.482**	**40.013.480**	**100,00**	**92,64**
DEDUÇÃO RECEITA - FUNDEB	**-4.153.594**	**-4.487.715**	**-4.251.791**	**(10,63)**	**94,74**
TOTAL	**34.750.087**	**38.706.767**	**35.761.689**	**89,37**	**92,39**

Fonte: Peça 12 fls. 04, Peças 17 e 31, e SIA 840

2.2.1. Receitas Correntes

A categoria das Receitas Correntes, em 2014, realizou 94,18% em relação à previsão final, totalizando em R$ 38,7 bilhões; com a exclusão do FUNDEB finalizou em R$ 34,4 bilhões, que se comparado ao exercício anterior sofreu aumento de 0,65% em termos constantes.

Dentro deste grupo as Receitas de Serviços tiveram arrecadação acima do estimado em 3,79%. Também neste grupo, a subcategoria Outras Receitas Correntes foi a que menos realizou em relação à previsão, tendo arrecadado 56,36% do estimado.

Comenta-se na sequência o comportamento da Receita Tributária e Transferências Correntes, as fontes de maior representatividade dentre as Receitas Correntes, finalizando com referências sobre os demais desdobramentos desta categoria.

a) Receita Tributária

A Receita Tributária arrecadada de R$ 27,1 bilhões representou 67,81% do total, sendo a maior fonte de arrecadação do Estado, a qual compreende impostos e taxas. Sua efetivação foi de 96,22% em relação ao previsto e, no comparativo 2014 – 2013, houve acréscimo real de 3,41% (arrecadação de 2013 de R$ 26,2 bilhões, atualizada pelo IPCA).

Do total arrecadado de Receita Tributária, 83,68% refere-se ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, 7,82% refere-se ao Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotor – IPVA e os demais impostos e taxas somam 8,50% do total.

Na tabela a seguir pode-se verificar o percentual de realização de cada receita tributária, destacando-se que todos os impostos superaram a previsão. No caso do ITCMD, seu lançamento e cobrança foi aprimorado em função do convênio de Cooperação Técnica firmado entre a Secretaria da Receita Federal e a SEFA/PR, no qual a primeira instituição informa à segunda doações realizadas, constantes nas

declarações do imposto de renda, sobre as quais pode incidir este imposto para o Estado do Paraná.

Tabela 18
Composição da Receita Tributária – Parcela Estadual e Municipal – 2014

Em R$ mil

RECEITA TRIBUTÁRIA	RECEITA PREVISTA	RECEITA ARRECADADA	% ARRECADAÇÃO	% S/ TOTAL
ICMS	22.400.000	22.680.752	101,25	83,68
IPVA	2.070.057	2.120.288	102,43	7,82
IRRF	1.784.100	1.917.914	107,50	7,08
ITCMD	217.662	331.576	152,34	1,22
TAXAS	55.402	54.021	97,51	0,20
TOTAL	**26.527.221**	**27.104.550**	**102,18**	**100,00**

Fonte: SIA 307C

Destaca-se que parte dos impostos arrecadados pelo Estado pertence aos Municípios, na proporção de 25% do ICMS e 50% do IPVA.

Apresenta-se a seguir a série histórica da parcela estadual da Receita Tributária de 2011 a 2014, em valores constantes, atualizados pelo IPCA-IBGE.

Tabela 19
Receita Tributária – Parcela Estadual – Valores Constantes – 2011 a 2014

Em R$ mil

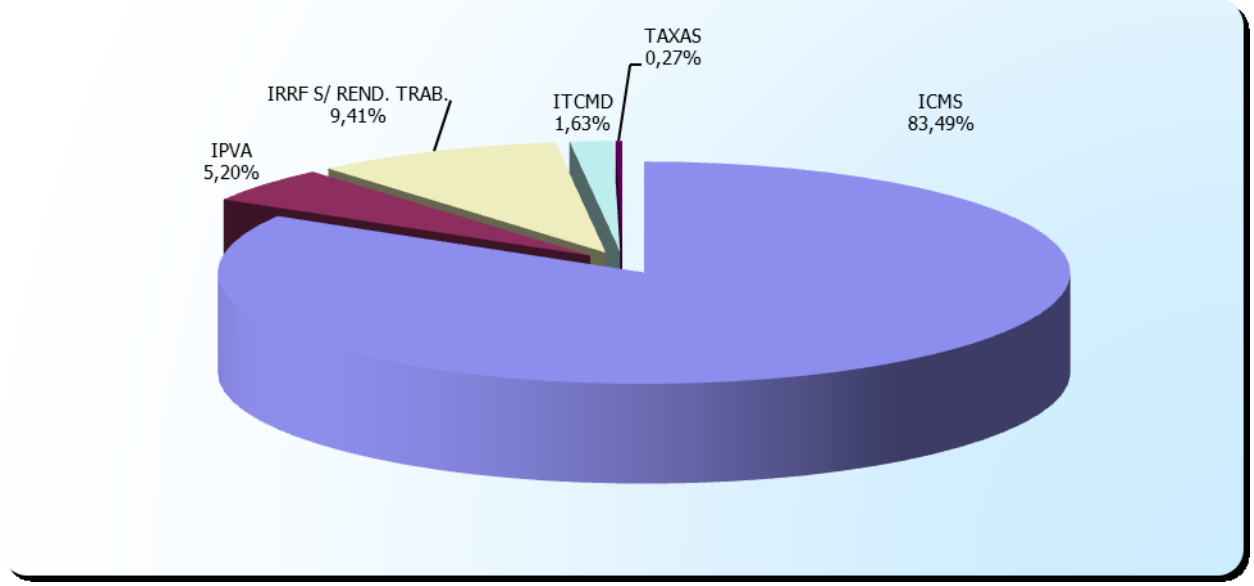
TÍTULOS	2011	% S/ TOTAL	2012	% S/ TOTAL	2013	% S/ TOTAL	2014	% S/ TOTAL	VARIAÇÃO - EM %		
									14/13	14/12	14/11
ICMS	14.008.512	85,05	14.953.389	84,24	16.540.356	83,98	17.010.793	83,49	2,84	13,76	21,43
IPVA	914.786	5,55	974.290	5,49	1.000.022	5,08	1.060.144	5,20	6,01	8,81	15,89
IRRF S/ REND. TRAB.	1.298.378	7,88	1.533.852	8,64	1.792.485	9,10	1.917.914	9,41	7,00	25,04	47,72
ITCMD	175.709	1,07	216.853	1,22	284.914	1,45	331.576	1,63	16,38	52,90	88,71
TAXAS	73.477	0,45	73.538	0,41	78.491	0,40	54.021	0,27	-31,18	-26,54	-26,48
TOTAL	**16.470.863**	**100,00**	**17.751.922**	**100,00**	**19.696.269**	**100,00**	**20.374.447**	**100,00**	**3,44**	**14,77**	**23,70**

Índice de atualização IPCA-IBGE
Fonte:SIA 810

Comparando o exercício de 2014 com 2013, a variação da receita tributária foi de 3,44%, sendo que o ICMS representou, em termos reais, um acréscimo de R$ 470 milhões na arrecadação.

A seguir apresenta-se graficamente a composição da parcela estadual da Receita Tributária.

Gráfico 2
Composição da Receita Tributária – Parcela Estadual – 2014



Fonte: Tabela 19

Com objetivo de apresentar dados detalhados sobre o ICMS, imposto de maior representatividade na composição da Receita Tributária, apresenta-se a seguir, de modo consolidado, a composição dos estabelecimentos comerciais ativos que contribuíram para sua arrecadação.

Tabela 20
Base de Arrecadação do ICMS – 2011 a 2014

ESTABELECIMENTOS ATIVOS	2011	2012	2013	2014
Regime Normal de Apuração	51.578	54.524	54.515	54.246
Regime Simples Nacional	229.528	240.492	245.035	255.534
TOTAL	**281.106**	**295.016**	**299.550**	**309.780**

Fonte: Relatório de Acompanhamento da Arrecadação das Receitas Estaduais 2014 – Diretoria de Contas Estaduais – TCE/PR

Comparando-se os anos de 2014 com 2013, constata-se que houve decréscimo de 269 estabelecimentos no regime normal de apuração do ICMS, e ocorreu aumento de 10.499 estabelecimentos enquadrados no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno

Porte – Simples Nacional, instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com vigência a partir de 1º de julho de 2007.

Ao analisar a participação percentual dos contribuintes na arrecadação do ICMS, verifica-se que não houve grande variação nos três últimos exercícios. Observa-se a tendência histórica de diminuição da participação dos dez maiores contribuintes na arrecadação deste imposto. Por outro lado, a participação das empresas optantes pelo Simples Nacional e os contribuintes não cadastrados, a exemplo de transportadores autônomos, pessoa física importadora e outros casos de operações que geram impostos, vem aumentando, o que se demonstra a seguir.

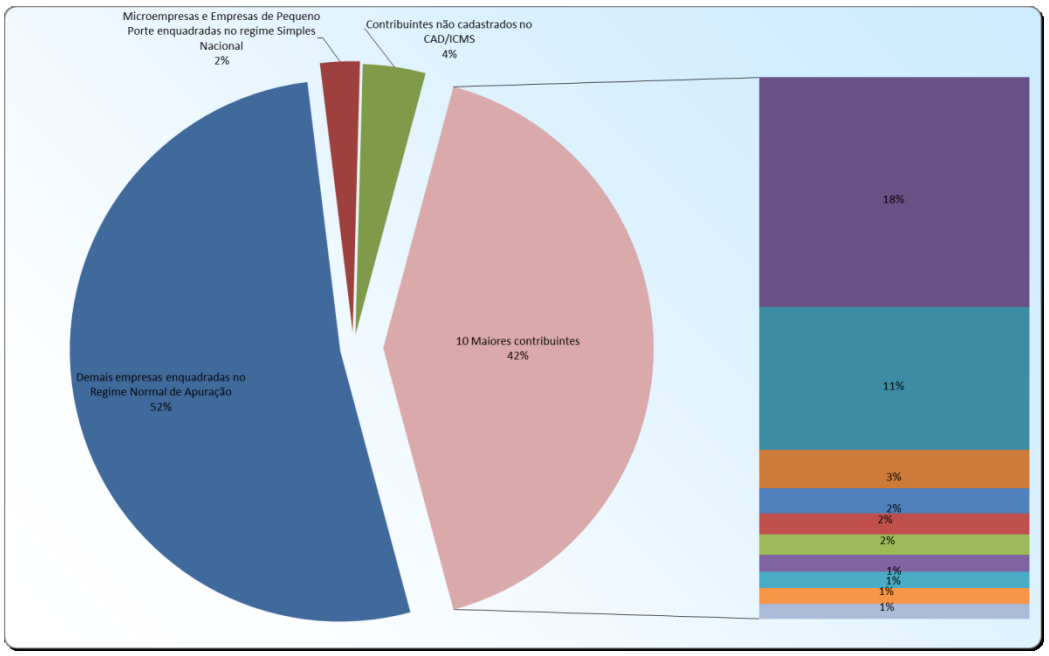
Tabela 21
Participação Percentual na Arrecadação do ICMS – 2011 a 2014

EMPRESAS	2011	2012	2013	2014
Dez maiores contribuintes enquadrados no regime Normal de Apuração	47,25%	43,58%	41,98%	41,64%
Demais contribuintes enquadrados no regime Normal de Apuração	47,93%	51,42%	52,42%	52,24%
Contribuintes enquadrados no regime Simples Nacional	2,63%	2,47%	2,45%	2,37%
Contribuintes não cadastrados no CAD/ICMS	2,19%	2,53%	3,15%	3,75%
TOTAL	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

Fonte: Relatório de Acompanhamento da Arrecadação das Receitas Estaduais 2014 – Diretoria de Contas Estaduais – TCE/PR

Os gráficos a seguir demonstram a distribuição dos contribuintes em relação à arrecadação total.

Gráfico 3
ICMS por Regime de Tributação e Participação dos Contribuintes em relação à arrecadação total do ICMS – 2014



Fonte: Relatório de Acompanhamento da Arrecadação das Receitas Estaduais 2014 – Diretoria de Contas Estaduais – TCE/PR

A tabela a seguir demonstra a arrecadação de ICMS – Parcela Estadual, por setores da economia, nos últimos quatro exercícios, em valores constantes, com índice de atualização IPCA-IBGE.

Tabela 22
ICMS Por Setor da Economia – Parcela Estadual – Valores Constantes – 2011 a 2014

Em R$ mil

TÍTULOS	2011	% S/ TOTAL	2012	% S/ TOTAL	2013	% S/ TOTAL	2014	% S/ TOTAL	VARIAÇÃO - EM %		
									14/13	14/12	14/11
Indústria	4.079.397	29,12	4.440.377	29,32	4.761.287	28,75	4.466.977	25,96	-6,18	0,60	9,50
Comércio	3.832.951	27,36	4.237.841	27,98	5.407.527	32,65	5.927.072	34,44	9,61	39,86	54,63
Comunicação	1.617.582	11,55	1.606.043	10,61	2.000.107	12,08	1.454.627	8,45	-27,27	-9,43	-10,07
Transporte	266.289	1,90	275.250	1,82	277.862	1,68	269.852	1,57	-2,88	-1,96	1,34
Energia Elétrica	2.040.752	14,57	2.028.416	13,39	1.704.368	10,29	1.979.835	11,50	16,16	-2,39	-2,99
Produtos Primários	1.049.976	7,50	1.108.072	7,32	1.056.183	6,38	1.100.045	6,39	4,15	-0,72	4,77
Outros	761.160	5,43	973.622	6,43	964.109	5,82	1.482.429	8,61	53,76	52,26	94,76
Simples Nacional	375.401	2,68	491.368	3,24	405.747	2,45	536.581	3,12	32,25	9,20	42,94
Estorno a Crédito	102	0,00	11	0,00	1	0,00	2	0,00	-	-	-
Estorno a Débito	-15.099	-0,11	-16.803	-0,11	-15.960	-0,10	-7.497	-0,04	-	-	-
TOTAL	**14.008.512**	**100,00**	**15.144.196**	**100,00**	**16.561.230**	**100,00**	**17.209.924**	**100,00**	**3,92**	**13,64**	**22,85**

Índice de atualização IPCA-IBGE

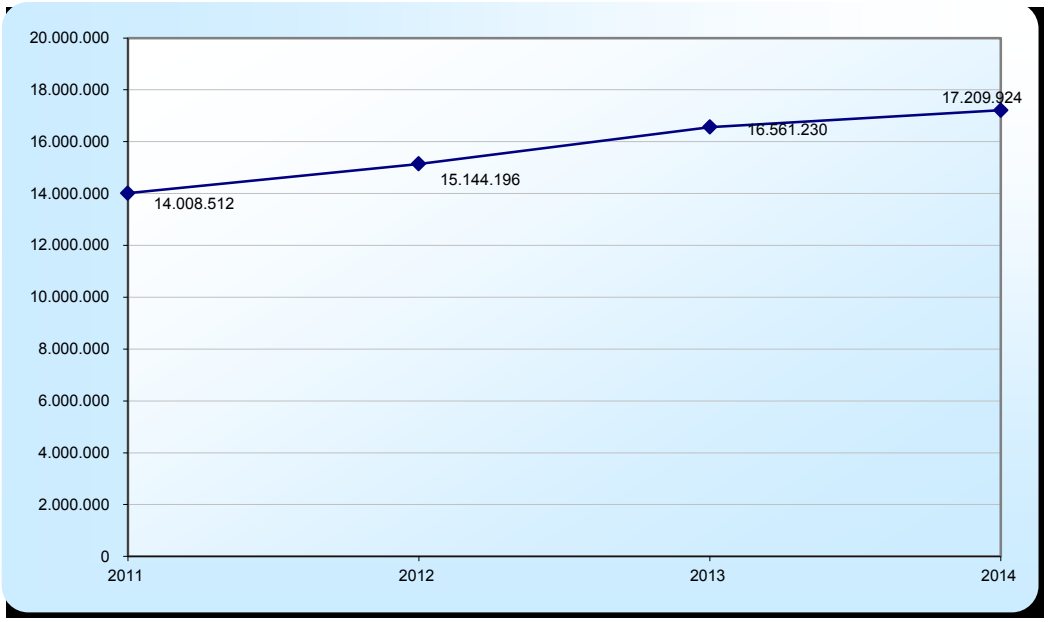
Fonte: Relatório de Acompanhamento da Arrecadação das Receitas Estaduais 2014 – Diretoria de Contas Estaduais – TCE/PR

O exame da evolução, em valores constantes, da receita de ICMS relativa à parcela estadual, por setor da economia, demonstra que na variação de 2011 a 2014 foi relevante o setor Comércio com variação de 54,63% e da Indústria com 9,50%. O Simples Nacional também aumentou sua variação nesse período em 42,94%.

A evolução, nos últimos quatro exercícios, dos valores do ICMS, parcela estadual, incluindo o Simples Nacional, em valores constantes, está a seguir representada graficamente.

Gráfico 4
Evolução do ICMS – Parcela Estadual – Valores Constantes – 2011 a 2014

Em R$ mil



Índice de atualização: IPCA-IBGE
Fonte: Tabela 22

b) Transferências Correntes

No exame das Receitas Correntes, merece destaque a subcategoria econômica Transferências Correntes, pois é a segunda maior fonte de recursos do Estado, a qual é caracterizada pelos repasses do Governo Federal. No exercício de 2014, houve a realização de 95,99% em relação ao previsto e essa receita representa 20,25% do total arrecadado, sendo constituídas por R$ 7,8 bilhões da Administração Direta e R$ 271,6 milhões da Administração Indireta, totalizando R$ 8,1 bilhões.

A tabela a seguir demonstra a arrecadação nos últimos quatro exercícios, em valores constantes, com índice de atualização IPCA-IBGE, relativamente à Administração Direta.

Tabela 23
Transferências Correntes – Administração Direta – Valores Constantes – 2011 a 2014

Em R$ mil

TÍTULOS	2011	2012	2013	2014	VARIAÇÃO %		
					14/13	14/12	14/11
Transf. Recursos FUNDEB	3.245.206	3.361.980	3.550.298	3.593.330	1,21	6,88	10,73
Cota Parte FPE	2.047.007	2.006.345	2.044.176	2.093.425	2,41	4,34	2,27
Transf. Recursos SUS	1.048.729	1.052.659	1.039.041	1.054.173	1,46	0,14	0,52
Transf. Recursos FNDE	382.650	411.847	393.052	396.190	0,80	-3,80	3,54
Cota Parte IPI (Parc. Estadual)	322.166	269.619	271.531	287.472	5,87	6,62	-10,77
Desoneração ICMS LC nº 87/96	174.231	165.622	156.906	147.457	-6,02	-10,97	-15,37
Transf. Fomento Exportações	71.255	75.221	73.242	42.674	-41,74	-43,27	-40,11
Transf. de Convênios	52.593	42.737	2.946	163	-94,46	-99,62	-99,69
Cota Parte CIDE (Parc. Estadual)	122.004	60.934	117.711	5.607	-95,24	-90,80	-95,40
Demais Transferências	160.869	123.852	0	209.877	0,00	69,46	30,46
TOTAL	**7.626.710**	**7.570.815**	**7.648.903**	**7.830.369**	**2,37**	**3,43**	**2,67**

Índice de atualização IPCA-IBGE
Fonte: Balanço Geral do Estado – Exercícios 2011 a 2014

Em termos reais, a receita de Transferências Correntes arrecadada em 2014 em relação ao exercício de 2013 apresentou incremento de 2,37%. Demonstrando historicamente, no período de 2011 a 2014, houve uma evolução nesta receita de 2,67%.

c) Demais categorias

Ainda com relação às Receitas Correntes, as demais categorias (Patrimonial, Agropecuária, Industrial, de Serviços e Outras Receitas Correntes) representam no conjunto 8,60% do total arrecadado, sendo que as mais representativas são as Receitas de Serviços que contribuíram com 3,50% e Outras Receitas Correntes com 3,43%.

A representatividade da Receita Patrimonial correspondeu a 1,58% sobre o total, o que equivale a R$ 632,3 milhões, composta pelas Receitas de Valores Mobiliários, especialmente dividendos, aplicações dos recursos ordinários e vinculados no mercado financeiro e os juros de empréstimos concedidos a municípios por meio do Programa Paraná Urbano.

O grupo Outras Receitas Correntes arrecadou R$ 1,4 bilhão, sendo R$ 1,2 bilhão da Direta e R$ 200 milhões da Indireta, a qual é composta de Multas e Juros de Mora, além de Indenizações e Restituições, Receita da Dívida Ativa e Receitas Diversas.

2.2.2. Receitas de Capital

O grupo das Receitas de Capital, que abriga os recursos de investimentos da Administração, representou 3,34% no conjunto orçamentário, teve previsão final de R$ 2,1 bilhões e arrecadação de R$ 1,3 bilhão, representando 62,81% da previsão.

As Receitas de Capital no exercício de 2014 foram compostas pelos ingressos de R$ 953,8 milhões em Operações de Crédito, R$ 4,6 milhões correspondentes a Alienação de Bens, R$ 234 milhões de Transferências de Capital e R$ 144,8 milhões em Outras Receitas de Capital.

O Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos, constante do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Estado (do 6º Bimestre de 2014, publicado no Diário Oficial do Estado de 02/03/2015, fls. 60) bem como os relatórios do SIAF, apontaram que as Receitas de Capital provenientes de Alienação de Ativos totalizaram R$ 4,6 milhões no exercício, provenientes integralmente da alienação de bens móveis.

Com relação às receitas de alienação de bens, o Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos, constante do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Estado (do 6º Bimestre de 2014, publicado no Diário Oficial do Estado de 02/03/2015, fls. 60), aponta haver um saldo financeiro a aplicar de R$ 123 milhões advindos dessas receitas.

Todavia o saldo em conta da Fonte de Recursos 108 - "Receita De Alienação de Outros Bens Móveis e Imóveis", que deveria consolidar esse saldo ao final do exercício, apresentou saldo nulo em 31 de dezembro de 2014[3].

A verificação da conta que centraliza os recursos da Fonte 108 demonstrou a existência de transferência contábil, por meio de Nota de Lançamento Contábil (NLC 4340-1[3]), efetuada pelo Estado em 31/12/2014, da Fonte 108 para a Fonte 100 – "Ordinário não Vinculado", no valor de R$ 5.957.883,16, esgotando os recursos da conta de origem e fazendo com que tais recursos se juntassem a outros valores oriundos de fontes livres, impossibilitando a verificação quanto ao cumprimento do Art. 44 da LRF[4].

Por esse motivo, adverte-se o Estado para que efetue a recomposição do saldo de R$ 122.999.500,02 na referida conta/fonte, disponível ao final do exercício de 2014, conforme descrito em Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos integrante do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Estado, tendo em vista a sua destinação específica, ainda não executada.

Assim, deve o Estado justificar a inexistência de saldo em conta da Fonte de Recursos 108 - Receita De Alienação de Outros Bens Móveis e Imóveis em 31 de dezembro de 2014 (SIA215 e SIA215C), em desacordo com o Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos divulgado pelo Estado, que aponta saldo a aplicar de R$ 122.999.500,02 na referida fonte e a transferência contábil (NLC) em 31/12/2014, da Fonte 108 para a Fonte 100 – Ordinário não Vinculado.

2.2.3. Receita Corrente Líquida

Com a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, a partir de 2000, ficou nela estabelecido, conforme art. 2º, IV o conceito de Receita Corrente Líquida do Estado, como sendo o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais,

[3] Relatório SIAF – SIA215 Consolidado Geral – Conta 8191.0108: Disponibilidade por Fonte de Recursos (ativo compensando).
[4] Art. 44. É vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidas as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira, conforme § 9º do art. 201 da Constituição.

A Receita Corrente Líquida – RCL constitui a base legal para cálculo dos limites estabelecidos na LRF, dos percentuais de gastos com pessoal, dívida consolidada e mobiliária, operações de crédito e concessão de garantia e contra garantias.

Em 2014, o Poder Executivo Estadual concluiu a adequação da metodologia de cálculo da RCL à Lei nº 17.435, de 21/12/2012, que reestruturou o Plano de Custeio e Financiamento do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná, instituindo três Fundos Públicos de Natureza Previdenciária, com identidades fisco-contábil e jurídica: Fundo de Previdência, Fundo Financeiro e Fundo Militar.

Assim, os registros das receitas de contribuições e patrimonial e dos pagamentos de benefícios de aposentados e pensionistas, que anteriormente eram feitos em parte na contabilidade do Poder Executivo Estadual, passaram a ser feitos integralmente na contabilidade do Órgão Previdenciário (PARANAPREVIDÊNCIA), dentro dos respectivos Fundos Previdenciários.

A composição do cálculo em valores constantes apresentado a seguir engloba os dados que são extraídos da contabilidade do Poder Executivo através do Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro – SIAF, e os dados extraídos da contabilidade da PARANÁPREVIDÊNCIA dos Fundos Previdenciários.

Tabela 24
Resumo do Demonstrativo da RCL Consolidada – Valores Constantes – 2013 e 2014

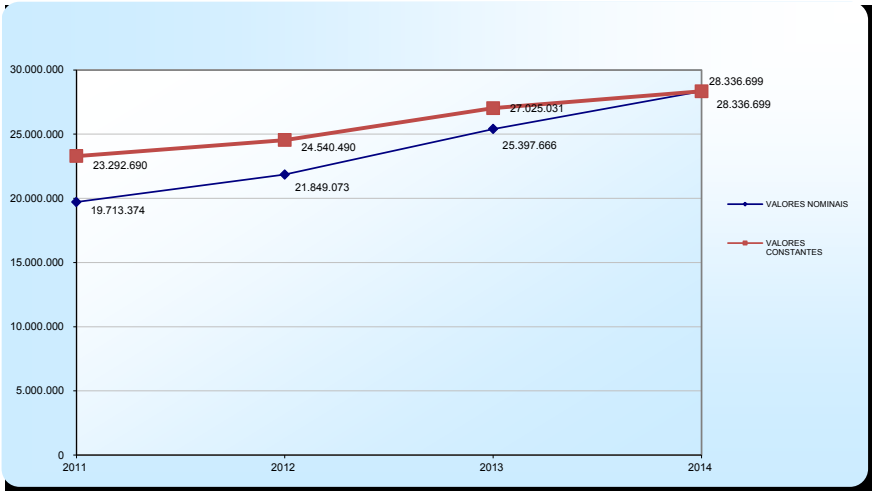
Em R$ mil

ESPECIFICAÇÕES	2013	2014	VARIAÇÃO EM % 14/13
RECEITAS CORRENTES	**38.952.329**	**40.755.703**	**4,63**
Tributária	26.209.743	27.131.957	3,52
De Contribuições	1.069.627	1.116.336	4,37
Patrimonial	1.326.434	632.315	-52,33
Agropecuária	4.057	7.379	81,90
Industrial	26.899	27.767	3,22
De Serviços	1.409.733	1.400.901	-0,63
Transferências Correntes	7.909.753	8.101.971	2,43
Outras Receitas Correntes	996.082	1.373.938	37,93
RECEITAS INTRAGOVERNAMENTAIS	**6.906**	**10.033**	**45,27**
Serv. Médicos e Hospitalares Intragovern. - 1600.9200 - SIA 307-C	**0**	1.010	**0,00**
Receita da Indústria Editorial e Gráfica Intragovernamental	6.030	7.337	21,67
Serviços Arquivísticos Intragovernamental	145	129	-11,33
Outros Serviços Intragovernamental - 1600.9800 - SIA 307-C	0	990	0,00
Outros Serviços Intragovernamental	731	567	-22,39
RECEITAS CORRENTES COM DEDUÇÕES DA RECEITAS INTRAGOVERNAMENTAIS	**38.945.423**	**40.745.670**	**4,62**
(-) DEDUÇÕES	**11.920.391**	**12.408.971**	**4,10**
Transferências Constitucionais ou Legais	6.678.959	6.958.145	4,18
Contribuição para o Plano Seguridade Social do Servidor	1.057.717	1.104.146	4,39
Compensação Finan. entre Regimes Previdenciários	82.790	94.890	14,61
Deduções da Receita para Formação do FUNDEB	4.100.925	4.251.791	3,68
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	**27.025.031**	**28.336.699**	**4,85**

Índice de atualização IPCA-IBGE
Fonte: Relatórios SIAF e dados extraídos da contabilidade da PARANÁPREVIDÊNCIA dos Fundos Previdenciários

O gráfico a seguir demonstra a evolução da RCL nos últimos quatro anos, tanto em valores nominais, quanto em valores constantes devidamente atualizados pelo IPCA-IBGE.

Gráfico 5
Evolução da RCL – 2011 a 2014



Índice de atualização: IPCA-IBGE
Fonte: Relatórios SIAF e dados extraídos da contabilidade da PARANÁPREVIDÊNCIA dos Fundos Previdenciários

Informamos que nos valores acima exposto, não estão inclusas as receitas referentes aos Serviços Autônomos e Entidades Dependentes, uma vez que o Estado não buscou junto a estas os valores referentes a sua receita para fins de consolidação na apuração da Receita Corrente Liquida.

Cabe salientar que o Acórdão de Parecer Prévio nº 314/14, referente ao exercício financeiro de 2013, determinou aos serviços sociais autônomos dependentes que informassem os dados da execução orçamentária e financeira, procedendo, consequentemente, à consolidação dos demonstrativos da Gestão Fiscal, especialmente das despesas com pessoal.

Esta Diretoria, já nas contas de 2013 sustentou que, se uma entidade depende de aportes financeiros do Estado para o exercício de sua atividade, especialmente se esta atividade for de interesse público, sua despesa com pessoal deve ser consolidada com a do ente político, independentemente de sua denominação, natureza jurídica ou classificação legal.

Em razão disso, a DCE sugeriu determinação ao Estado que proceda à consolidação das respectivas despesas com pessoal, no que foi acompanhada pela DIJUR e pelo Ministério Público.

Em outro giro, o Acórdão nº 5336/13-Pleno, desta Corte, referente à prestação de contas anual da Agência Paraná Desenvolvimento, exercício 2012, acompanhando o posicionamento uniforme das Unidades Técnicas e do Ministério Público, determinou a utilização das técnicas próprias da contabilidade Aplicada ao Setor Público, informando ao setor competente do Estado todos os dados relativos a execução orçamentaria/financeira objetivando a Consolidação dos Demonstrativos da Gestão Fiscal definidos no Manual de Demonstrativos Fiscais Aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios, elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional, em especial nas despesas com pessoal do Poder Executivo, conforme dispõe o art. 59, §1º da LRF, visto que as Entidades são dependentes do orçamento do Estado, recebendo transferências de recursos.

2.2.4. Renúncia de Receita

A Lei Complementar nº 101/00 estabeleceu em seu art. 14 que a concessão ou ampliação de incentivo de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário e financeiro no exercício que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes.

Em resposta ao Ofício nº 01/15-ODV-DCE, desta unidade técnica, o qual solicitava, entre outras questões, esclarecimentos sobre os benefícios fiscais relativos ao ICMS concedidos em 2014, foi apresentado Ofício nº 215/2015-GAB/SEFA, de 31 de março de 2015, subscrito pela Chefe de Gabinete, Sra. Keli Cristina dos Reis, no qual foram acostadas diversas informações.

Entre elas, na INFORMAÇÃO SAPR N.º 003/2015, da Inspetoria Geral de Tributação – Setor de Análise e Previsão de Receita da SEFA, com os dados provenientes da Inspetoria Geral de Fiscalização/Coordenação da Receita Estadual, subscrito pelo assessor Sr. Gilberto Favato, foram listados os benefícios fiscais "*analisados pelo setor SMD/IGF*".

Percebe-se que, o Estado do Paraná concedeu, principalmente, o benefício fiscal do crédito presumido a determinados produtos ou ramo de atividade, desonerando o contribuinte da carga tributária incidente nas operações praticadas, ou seja, atribui-se um valor adicional a título de crédito fiscal para, junto com os créditos decorrentes de operações anteriores, abater da parcela a ser paga; também concedeu isenções, as quais se caracterizam pela dispensa de pagamento do imposto devido pela não incidência.

Ainda sobre os benefícios fiscais, ressalta-se que nos documentos acostados ao Ofício nº 215/2015-GAB/SEFA, inconsistentes em função da má qualidade do material fornecido (fotocópia ilegível) e parcialmente reproduzidos no "Demonstrativo do desempenho da arrecadação em relação à previsão" (peça 55), não foram apresentadas evidências que permitam analisar de forma segura o prescrito no art. 14 da Lei nº 101/00 (LRF), no que tange aos impactos orçamentários e financeiros na

arrecadação do ICMS, decorrentes dos Benefícios Fiscais. Em que pese a apresentação de "Relatório da Coordenadoria de Controle Interno do Poder Executivo" (peça 56), demonstrando algumas "medidas que implicaram em renúncia de receitas", demonstrando parcialmente a atuação deste órgão de controle, o órgão responsável por tal informação, de forma consistente, é a Secretaria de Estado da Fazenda. Assim, o confronto entre os benefícios ofertados e o resultado alcançado não pode ser analisado.

Ainda referente a esta questão, no que tange à resposta obtida por meio do Ofício, não foi localizado no presente processo documento atendendo o contido no Acórdão de Parecer Prévio nº 314/14-Tribunal Pleno, de 03 de julho de 2014, relativo às contas do Governo do Estado do exercício de 2013, no qual foi aplicada ressalva à "Não elaboração do Demonstrativo de Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita" com a consequente apresentação de impacto econômico-financeiro e ações de compensação de perdas tributárias, nos termos do art. 14 da Lei Complementar nº 101/00.

Acrescenta-se que na Lei nº 17.631, de 22 de julho de 2013 (LDO), consta no art. 41:

> *"Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária Anual, serão considerados os efeitos de alterações na Legislação Tributária até 31 de agosto de 2013, em especial:*
>
> *...*
>
> *II – a concessão e redução de isenções fiscais;*
>
> *...*
>
> *§ 1º Para fins deste artigo dever-se-á observar o disposto no Art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.*
>
> *§ 2º Do cálculo da Receita Corrente Líquida serão excluídos os valores referentes ao diferimento ou a benefícios fiscais, concedidos a contribuintes de impostos estaduais, consoante determina o Art. 14, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000."*

Entretanto, na referida Lei não consta o Demonstrativo de Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita seguindo o modelo definido na Portaria nº 637/12 da Secretaria do Tesouro Nacional, que aprova o Manual de Demonstrativos Fiscais 5.ª ed., válido a partir do exercício 2013, portanto vigente em 2014, deixando de

apresentar a modalidade da renúncia fiscal para cada espécie de tributo e os setores, programas e beneficiários que serão favorecidos com as renúncias de receita e as respectivas medidas de compensação.

Entende-se relevante destacar o que propõe o referido Manual em relação ao tema em questão, que diz:

> ***02.07.01 INTRODUÇÃO***
>
> *O Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita visa a atender ao art. 4°, § 2°, inciso V, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, e será acompanhado de análise dos critérios estabelecidos para as renúncias de receitas e suas respectivas compensações, a fim de dar maior consistência aos valores apresentados.*
>
> *Quando da elaboração do Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, o ente deverá indicar quais condições irá utilizar para cada renúncia de receita, a fim de atender ao disposto no caput do art. 14 da LRF.*
>
> *Cumpre ressaltar que, a fim de atender aos princípios emanados pela LRF, é necessário que o valor da compensação, prevista no demonstrativo, seja suficiente para cobrir o valor da renúncia fiscal respectiva.*

Ainda, note-se o disposto no item que trata do objetivo do Demonstrativo, com negrito destacado no original:

> ***02.07.01.02 Objetivo do Demonstrativo***
>
> *O Demonstrativo tem por objetivo dar **transparência** às **renúncias de receita previstas** no projeto de LDO, para uma melhor avaliação do seu impacto nas metas fiscais fixadas, além de orientar a elaboração da LOA considerando o montante das renúncias fiscais concedidas. Apesar de esse demonstrativo ter por base legal o art. 4°, § 2°, inciso V, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, ele visa a dar transparência também ao cumprimento dos **requisitos** exigidos para a concessão ou ampliação de benefícios de natureza tributária dispostos no art. 14 da LRF...*

Concomitante à necessidade de arrecadação do Estado para fazer frente à realização de suas atividades finalísticas, não se pode deixar de observar a função extrafiscal que os tributos vêm tomando na política tributária vigente. Nesse sentido, o Ofício n.º 1/15-ODV-DCE solicitou informações específicas referentes às práticas executadas pelo Estado sobre o tema.

A Inspetoria Geral de Fiscalização apresentou juntamente com o Ofício nº 215/2015-GAB/SEFA, a INFORMAÇÃO SAPR N.º 003/2015, de 26 de fevereiro de 2015, alguns

benefícios fiscais concedidos em 2014 para atender demandas específicas de setores da economia paranaense, conforme tabela a seguir.

Tabela 25
Resumo do Demonstrativo da RCL Consolidada – Valores Constantes – 2013 e 2014

TIPO DE RENÚNCIA	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO DETALHADA	VALOR DA CONCESSÃO (R$)
Isenção	Frutas Frescas, congeladas, desidratadas e pressurizadas	Frutas frescas, exceto maças, peras, avelãs, castanhas , nozes,e as destinadas à industrialização, mesmo que tenham sofrido processo de desidratação, pressurização e congelamento, em invólucros próprios, sem conservantes, com laudo técnico emitido por órgão	176.793,90
Crédito Presumido	Suínos vivos	Ao estabelecimentoi abatedor que efetue ou encomende o abate neste Estado, no percentual de 8,5% sobre o valor da entrada, em operação interna, de suínos vivos destinados a sua atividade	7.656.121,31
Crédito Presumido	Inclusão do código TIPI 4911.99.00 noitem 21 do anexo III do RICMS/2012	Estabelecimentos fabricantes, no valor equivalente a noventa por cento dos débitos do imposto gerado pelas operações com produtos classificados na NCM .	1.338.710,53
Crédito Presumido	Benefício Fiscal - COCAMAR	Trata-se de pedido da COCAMAR COOPERTIVA AGROINDUSTRIAL LTDA. De benefício fiscal para o setor de bebidas saudáveis. Visando a isonomia com fabricantes de bebidas de soja, néctar e chás de outras unidades da federação, pleiteia um cfrédito presumido de 9%.	6.135.340,71
Redução da Base de Cálculo do ICMS	Redução da base de cálculo - GAME para 2%	Redução a 2% de saídas	2.500.603,08
Redução da Base de Cálculo do ICMS	Redução de base de cálculo de bloco de concreto	Redução de base de cálculo nas operações internas, em percentual que resulte carga tributária de 7%, do produto "bloco de concreto", classificado na NCM 6810.11.00	800.450,70
Crédito Presumido	Pipoca pronta - General Mills Alimnetos - Yoki	Pedido de extenção do beneficio do crédito presumido previsto no item 7 do anexo III do RICMS/2012, para o produto Pipoca Pronta classificado no código 1904.10.00 da NCM	228.169,50
Crédito Presumido	Crédito presumido aos estabelecimentos industriaisd de torneiras, boias e válvulas	Crédito presumido aos estabelecimentos industriais de torneiras, bóias e válvulas e demais artefatos de metais sanitários, que utilizem sucatas ou linguotes de latão ou zamak como insumo	842.434,00
Crédito Presumido	Crédito presumido do produto mandioquinha palha	Crédito presumido no percentual de 70% do valor do imposto devido das saídas em operações interestaduais, para o produto Mndinhoquina Plha classificado na NCM	106.489,15
Crédito Presumido	ICMS - Energia elétrica - reserva de carvão	Solicita alteração do regulamento do ICMS relativo a geração e implantação de projetos que utilizam reservas do carvão mineral doParaná	4.233.333,33
Isenção	Transporte ferroviário - óleo diesel - FERROESTE	Pedido de isenção do ICMS sobre o óleo diesel utilizado no transporte de carga efetuado pela empresa Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A - FERROESTE - empresa concesseonária do serviço de transporte.	9.351.202,90
Crédito Presumido	Crédito Presumido Kidasen	Solicitação por parte da KIDASEN INDÚSTRIA E COMERCIO DE ANTENAS LTDA para que seja estabelecido um regime especial de tributação para a empresa com argumento de equiparar a tributação do Parana com outros estados	1.108.266,52
Crédito Presumido	Bebidas saudáveis	Pedido da COCAMAR de benefício fiscal para o setor de bebidas Saudáveis	26.174.270,82

Fonte: Informação SAPR nº 003/2015

Ainda, a Inspetoria Geral de Fiscalização relata medidas planejadas e/ou implementadas visando a possível recuperação fiscal, sinteticamente elencadas a seguir.

1. Foram executadas atividades de fiscalização em operações praticadas por distribuidoras de combustíveis que resultaram na lavratura de autos de infração com valor total lançado de R$ 64,5 milhões. Na área de combustíveis, no

acompanhamento dos repasses devidos ao Paraná apurados pelo SCANC, foram detectadas irregularidades, sendo emitidos ofícios de solicitação de repasse complementar no valor de R$ 12,8 milhões;

2. Desenvolvido e implantado sistema de acompanhamento das operações do setor de comércio atacadista e varejista de combustíveis, possibilitando ações preventivas que culminaram com o cancelamento de seis cadastros de ICMS – CAD-ICMS de distribuidoras que operavam no comércio atacadista de combustíveis com sonegação fiscal, simulações e práticas lesivas ao equilíbrio concorrencial;

3. Implementados projetos e ações, alterações legais e iniciados vários estudos para ações a serem desenvolvidas no decorrer de 2015, tais como: revisão dos atuais ponderadores utilizados para a definição das pautas fiscais de bebidas frias; criado sistema simplificado de suspensão/liberação de emissão de NFE; cancelada a Pauta de Fumo, para adequação da tributação à realidade de mercado; estudo para proposta de alteração da forma de pagamento no ramo madeireiro, para coibir a sonegação de ICMS; avaliação dos beneficiários do diferimento para consumidores de energia rurais e revisão destes benefícios; revisão da legislação de cosméticos e perfumaria; estudos para alteração dos procedimentos do setor de transporte de cargas; estudos e aplicação de processos de simplificação das obrigações acessórias dos contribuintes paranaenses; estudo e início de implantação do REDESIM, interligação da Junta Comercial com a Secretaria da Fazenda;

4. Implantação do Sistema de Desembaraço Eletrônico de Importações, DEIM, para agilizar e controlar o recolhimento do ICMS devido.

Para a compensação dos valores apresentados como possível renúncia, que no ano de 2014 totalizou R$ 86,53 milhões, ressaltamos, além das diversas ações, o incremento de arrecadação em razão da implementação de protocolos instituindo o regime de substituição tributária, conforme segue.

- Protocolo ICMS 26 – operações com materiais elétricos, eletromecânicos e automáticos;
- Protocolo ICMS 193/2009 – 101/2011 – operações com ferramentas promovidas por contribuintes sediados no

Estado, Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

O incremento na arrecadação do ICMS, em razão do contido na Resolução ANEEL que autorizou o reajuste anual tarifário de energia elétrica da COPEL DISTRIBUIDORA S/A, gerando uma receita estimada em R$ 199.166.666,67 no exercício de 2014, compensando a renúncia de receita oriunda da concessão dos benefícios concedidos.

2.3. COMPORTAMENTO DA DESPESA

A Despesa do Governo do Estado está classificada nos moldes da Portaria Interministerial nº 163/01-STN, em consonância à alínea "b", dos incisos I e II, do art. 52 da Lei Complementar nº 101/00, por:

- Categorias Econômicas: Despesas Correntes e de Capital;
- Grupos de Natureza de Despesa: nesse conjunto estão compreendidas as Despesas com Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida, Outras Despesas Correntes, Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida;
- Modalidade de Aplicação: destinam-se a indicar a forma como os recursos orçamentários serão aplicados pelas unidades orçamentárias na execução das ações, isto é, se os recursos serão aplicados diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário ou por outro órgão ou entidade mediante transferência financeira;
- Elementos de Despesa: desdobramento que permite conhecer os objetos de gasto, tais como despesas com pessoal e encargos sociais, diárias, juros, material de consumo, serviços de terceiros, e outros que a administração pública utiliza-se na execução dos programas de trabalho para atingir seus objetivos.

A tabela a seguir demonstra a execução da Despesa por Categoria Econômica, por Grupos de Natureza da Despesa e por Área.

Tabela 26
Execução Orçamentária da Despesa por Categoria Econômica, Grupo de Natureza e Área – 2014.

Em R$ mil

TÍTULOS	ADMINISTRAÇÃO DIRETA			ADMINISTRAÇÃO INDIRETA			ADMINISTRAÇÃO GLOBAL			
	AUTORIZ.	REALIZ.	% S/ TOTAL	AUTORIZ.	REALIZ.	% S/ TOTAL	AUTORIZ.	REALIZ.	% S/ TOTAL	% S/ AUTOR.
POR CATEGORIA ECONÔMICA	**27.150.059**	**25.799.772**	**100,00**	**11.554.544**	**9.107.913**	**100,00**	**38.704.604**	**34.907.685**	**100,00**	**90,19**
Corrente	25.130.389	24.089.756	93,37	9.169.148	7.934.604	87,12	34.299.538	32.024.360	91,74	93,37
Capital	2.019.670	1.710.016	6,63	2.385.396	1.173.310	12,88	4.405.066	2.883.325	8,26	65,45
GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA	**27.150.059**	**25.799.772**	**100,00**	**11.554.544**	**9.107.913**	**100,00**	**38.704.604**	**34.907.685**	**100,00**	**90,19**
Pessoal e Encargos Sociais	11.209.379	10.944.655	42,42	3.997.457	3.778.129	41,48	15.206.836	14.722.784	42,18	96,82
Juros e Encargos da Dívida	747.846	734.181	2,85	0	0	0,00	747.846	734.181	2,10	98,17
Outras Despesas Correntes	13.173.164	12.410.920	48,10	5.171.691	4.156.475	45,64	18.344.855	16.567.395	47,46	90,31
Investimentos	673.913	377.163	1,46	2.371.893	1.168.064	12,82	3.045.805	1.545.227	4,43	50,73
Inversões Financeiras	521.272	512.865	1,99	13.503	5.246	0,06	534.775	518.111	1,48	96,88
Amortização da Dívida	824.485	819.987	3,18	0	0	0,00	824.485	819.987	2,35	99,45
POR ÁREA	**27.150.059**	**25.799.772**	**100,00**	**11.554.544**	**9.107.913**	**100,00**	**38.704.604**	**34.907.685**	**100,00**	**90,19**
Institucional	16.095.436	15.355.173	59,52	1.122.196	861.909	9,46	17.217.632	16.217.083	46,46	94,19
Social	10.590.738	10.066.908	39,02	8.117.000	6.791.765	74,57	18.707.738	16.858.673	48,30	90,12
Econômica	463.886	377.691	1,46	2.315.348	1.454.239	15,97	2.779.234	1.831.930	5,25	65,91

Fonte:SIA 845 e 846 – Exercício 2014

A Despesa Realizada da Administração Global totalizou R$ 34,9 bilhões, representando 90,19% do Orçamento Final Autorizado, sendo R$ 25,8 bilhões da Administração Direta e de R$ 9,1 bilhões da Administração Indireta.

Em relação a 2013, as Despesas da Administração Global tiveram um crescimento real de 2,35%, visto que naquele exercício importaram em R$ 34,1 bilhões, em valores constantes atualizados pelo IPCA-IBGE.

2.3.1. Despesas por Categoria Econômica

Em relação à Categoria Econômica, na forma prevista no art. 12 da Lei Federal nº 4.320/64, a despesa pública é classificada em Despesas Correntes (relacionadas com a manutenção das atividades desenvolvidas pelo Estado no atendimento dos serviços prestados ao cidadão) e Despesas de Capital (investimentos do Estado relacionados com a expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental, assim como o pagamento e/ou refinanciamento da dívida).

a) Despesas Correntes

As realizações somaram R$ 32 bilhões ou 91,74% da Despesa Total, sendo R$ 24,1 bilhões na Administração Direta e R$ 7,9 bilhões na Indireta. Esta categoria contempla os gastos com Pessoal e Encargos Sociais – R$ 14,7 bilhões, Outras Despesas Correntes – R$ 16,6 bilhões e Juros e Encargos da Dívida – R$ 734,2 milhões.

b) Despesas de Capital

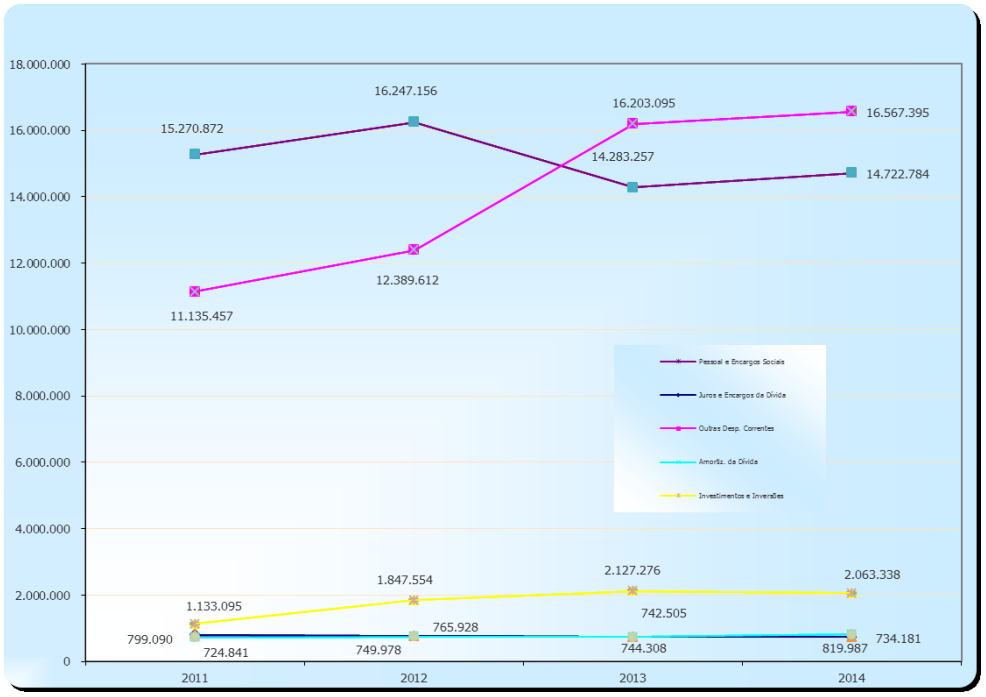
Nesta categoria estão os investimentos do Estado representados pelas ações no sentido de expandir o seu campo de atuação, assim como o pagamento e/ou refinanciamento da dívida. Para tanto, além dos recursos do Tesouro Estadual, compõe esta categoria, os empréstimos internos e externos e os convênios, necessários para construção de estradas, edificações públicas, infraestrutura urbana e outras.

Nesta classificação realizaram-se R$ 2,9 bilhões equivalentes a 65,45% do autorizado, correspondendo a R$ 1,7 bilhão na Administração Direta e R$ 1,2 bilhão na Indireta. Ressalta-se que os Investimentos representaram 4,43% dos recursos totais da execução.

2.3.2. Grupos de Natureza de Despesa

O comportamento da Despesa nos últimos quatro anos, por Grupos de Natureza, em valores constantes, encontra-se detalhado no gráfico a seguir.

Gráfico 6
Comportamento da Despesa por Grupos de Natureza – Valores Constantes – 2011 a 2014
Em R$



Índice de atualização IPCA-IBGE
Fonte: SIA 846

a) Pessoal e Encargos Sociais

Neste grupo registram-se os gastos da Administração Estadual com Pessoal Ativo, cujo montante foi de R$ 14,7 bilhões, dos quais a Administração Direta executou R$ 10,9 bilhões e a Indireta R$ 3,8 bilhões, com um incremento real de 3,08% em relação a 2013, quando esta despesa totalizou R$ 13,4 bilhões em valores atualizados para 2014.

b) Juros e Encargos da Dívida

Esta despesa apresentou involução real em 2014 de 1,12% em relação a 2013, passando de R$ 742,5 milhões para R$ 734,2 milhões, estando assim distribuída:

- Juros Sobre a Dívida – R$ 731,2 milhões;
- Outros Encargos (taxas, comissões bancárias, prêmios, imposto de renda) sobre a Dívida Interna – R$ 3 milhões.

c) Outras Despesas Correntes

Representam os gastos de manutenção das atividades do Estado, tais como Material de Consumo, Serviços de Terceiros e Encargos, Contribuições a Fundos e Subvenções Sociais. Totalizaram no exercício de 2014 R$ 16,6 bilhões, sendo que a Administração Direta executou R$ 12,4 bilhões e a Indireta R$ 4,2 bilhões, com acréscimo real de 2,25% em relação ao exercício anterior.

Destaca-se como principal gasto neste grupo a Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas (transferências de ICMS/IPVA aos municípios) no valor de R$ 7 bilhões que representou 42,17% do total.

As Aplicações Diretas, (pensões, auxílio financeiro a estudantes e diárias do pessoal civil, pesquisadores, material de distribuição gratuita, material de consumo, serviços médico-hospitalares, odontológicos farmacológicos e ambulatoriais, etc.) despenderam o valor de R$ 5,8 bilhões, equivalente a 34,94% do total das Outras Despesas Correntes.

d) Despesas com Investimentos e Inversões Financeiras

A Despesa com Investimentos atingiu o montante de R$ 1,5 bilhão, e os gastos com Inversões Financeiras foram de R$ 518 milhões. Em relação ao exercício de 2013 os gastos em Investimentos e Inversões Financeiras decresceram em termos reais 3,01%.

e) Amortização da Dívida

As despesas com amortização referem-se à diminuição do estoque da dívida pública. No exercício de 2014 foram pagos em Amortização da Dívida Pública R$ 820 milhões, referentes a contratos de responsabilidade da Administração Direta, espelhando um acréscimo real de 10,17% em relação ao exercício de 2013.

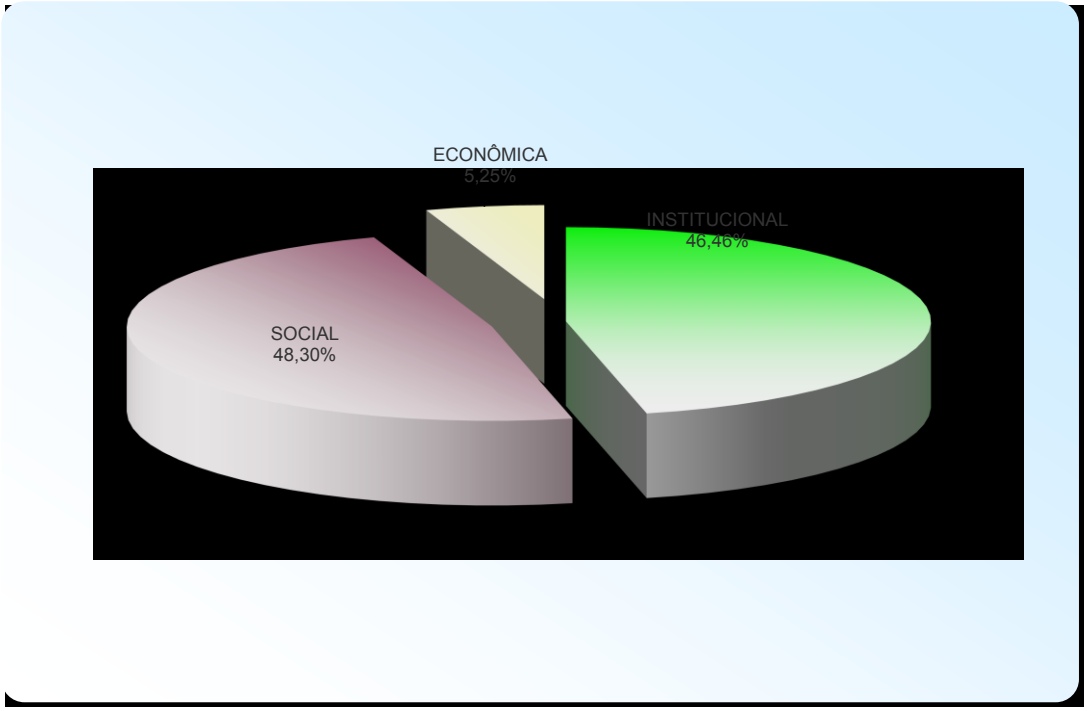
Cabe salientar que o detalhamento da amortização da dívida, bem como o pagamento de juros será comentado no Título V, item 1.2.4.

2.3.3. Despesas Por Área

A análise por Área permite visualizar onde o Governo concentrou esforços financeiros para realizar as políticas públicas estabelecidas no seu Plano de Governo.

O gráfico a seguir demonstra o percentual de participação de cada Área em relação à Despesa Total da Administração Global, no exercício em análise.

Gráfico 7
Despesa Executada por Área na Administração Global – 2014



Fonte: Tabela 26

a) Área Institucional

Tabela 27
Demonstrativo da Despesa – Administração Global – Área Institucional – 2014

Em R$ mil

ÁREAS	DESPESAS CORRENTES			DESPESAS DE CAPITAL			TOTAL	% S/ TOTAL
	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida		
ÁREA INSTITUCIONAL	**2.962.160**	**734.181**	**11.172.391**	**219.388**	**308.976**	**819.987**	**16.217.083**	**46,46%**
Administração Geral do Estado - SEFA	8.861	734.181	7.441.104	0	47.570	819.987	9.051.702	25,93%
Sec. Est. da Adm. e da Previdência	539.802	0	2.851.999	30			3.391.831	9,72%
Tribunal de Justiça	1.361.953	0	611.095	81.788	1.235		2.056.071	5,89%
Sec. Est. da Fazenda	392.990	0	85.542	95.457	150.000	0	723.989	2,07%
Secretaria de Estado de Governo - SEEG	17.252	0	10.433	0	58.833		86.517	0,25%
Assembléia Legislativa	276.300	0	52.617	396	**0**		329.312	0,94%
Casa Civil	31.346	0	15.525	12	51.338	**0**	98.221	0,28%
Casa Militar	933	0	16.076	7	**0**	**0**	17.016	0,05%
Controladoria Geral do estado - CGE	2.695	0	482	1	**0**	**0**	3.178	0,01%
Escr.de Representação do Governo em Brasilia	0	0	264	0	0	0	264	0,00%
Tribunal de Contas	310.485	0	79.496	41.682	0	0	431.663	1,24%
Administração Geral do Estado - SEPL	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
Sec. Est.do Planejamento e Coord. Geral	19.545	0	7.760	15	0,00,	0	27.319	0,08%
ÁREA SOCIAL	**11.045.211**	**0**	**4.967.609**	**844.528**	**1.325**	**0**	**16.858.673**	**48,30%**
ÁREA ECONÔMICA	**715.413**	**0**	**424.873**	**483.834**	**207.810**	**0**	**1.831.930**	**5,25%**
TOTAL	**14.722.784**	**734.181**	**16.564.873**	**1.547.749**	**518.111**	**819.987**	**34.907.685**	**100,00%**

Fonte: SIA 816 – Exercício 2014

Conforme se observa na tabela anterior, foram aplicados na Área Institucional R$ 16,2 bilhões equivalentes a 46,46% do total realizado, tendo como destaques:

- Administração Geral do Estado/SEFA atingiu R$ 9,1 bilhões correspondente a 25,93% da despesa total, em virtude do pagamento da Dívida Pública e dos repasses aos municípios (ICMS/IPVA) estarem concentrados nesta Unidade Orçamentária;
- Secretaria de Estado da Administração e da Previdência realizou R$ 3,4 bilhões que correspondem a 9,72% da despesa executada, em virtude da SEAP ser responsável pela gestão da política de pessoal da Administração Direta e da Previdência do setor público estadual;
- Tribunal de Justiça que atingiu R$ 2,1 bilhões, equivalente a 5,89% do total da despesa, por ser um Órgão que está representado em todas as Comarcas do Estado, mantendo o funcionamento da Justiça nesses municípios.

b) Área Social

Tabela 28
Demonstrativo da Despesa – Administração Global – Área Social – 2014

Em R$ mil

ÁREAS	DESPESAS CORRENTES			DESPESAS DE CAPITAL			TOTAL	% S/ TOTAL
	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida		
ÁREA INSTITUCIONAL	**2.962.160**	**734.181**	**11.172.391**	**219.388**	**308.976**	**819.987**	**16.217.083**	**46,46%**
ÁREA SOCIAL	**11.045.211**	**0**	**4.967.609**	**844.528**	**1.325**	**0**	**16.858.673**	**48,30%**
Sec. Est. da Educação	5.405.429	0	1.119.874	151.036	0	0	6.676.340	19,13%
Sec. Est. da Saúde	1.263.614	0	2.380.731	390.620	0	0	4.034.965	11,56%
Sec. Est. da Segurança Pública	1.780.380	0	615.063	116.657	830	0	2.512.930	7,20%
Sec. Est. Ciência, Tecnol.e Ens.Sup.	1.333.432	0	353.050	85.907	0	0	1.772.389	5,08%
Defensoria Pública	27.932	0	9.412	59			37.404	0,11%
Sec. de Est. da Familia e Desenvolv. Social	117.566	0	101.672	23.507	495	0	243.240	0,70%
Ministério Público	568.695	0	120.597	58.965	0	0	748.257	2,14%
Secr.Est.da Justiça e Cidadania	358.845	0	99.097	410			458.352	1,31%
Sec. Est. da Cultura	43.566	0	22.927	1.475	0	0	67.968	0,19%
Sec. de Estado do Esporte e Turismo	14.531	0	35.076	1.953			51.560	0,15%
Sec.Est.do Trab. Emprego e Prom.Social	22.481	0	47.527	106	0	0	70.113	0,20%
Procuradoria Geral do Estado	93.096	0	5.527	2.791	0	0	101.414	0,29%
Sec. Est. da Comunicação Social	15.644	0	57.055	11.041	0	0	83.741	0,24%
ÁREA ECONÔMICA	**715.413**	**0**	**424.873**	**483.834**	**207.810**	**0**	**1.831.930**	**5,25%**
TOTAL	**14.722.784**	**734.181**	**16.564.873**	**1.547.749**	**518.111**	**819.987**	**34.907.685**	**100,00%**

Fonte: SIA 816 – Exercício 2014

Conforme apresentado na tabela, foram aplicados na Área Social R$ 16,9 bilhões correspondendo a 48,30% do total das despesas, destacando-se:

- Secretaria de Estado da Educação executou R$ 6,7 bilhões que corresponde a 19,13% do total da despesa global, principalmente no atendimento dos Programas de Educação Fundamental e Ensino Médio do Estado. Este gasto é representativo tendo como principal fator a obrigatoriedade do limite constitucional;
- Secretaria de Estado da Saúde despendeu R$ 4 bilhões, sendo executados 99,97% pelo FUNSAÚDE (Administração Indireta) conforme disposição constitucional (ADCT, art. 77, § 3º);
- Secretaria de Estado da Segurança Pública a qual atingiu R$ 2,5 bilhões, isto é 7,20% da despesa total, para manter e equipar a Polícia Civil e Militar em todo o Estado;
- Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, executou o total de R$ 1,8 bilhão, equivalente a 5,08% do total da despesa, sendo praticamente a totalidade dos gastos executados pela Administração Indireta na manutenção do ensino superior.

c) Área Econômica

Tabela 29
Demonstrativo da Despesa – Administração Global – Área Econômica – 2014

Em R$ mil

ÁREAS	DESPESAS CORRENTES			DESPESAS DE CAPITAL			TOTAL	% S/ TOTAL
	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida		
ÁREA INSTITUCIONAL	**2.962.160**	**734.181**	**11.172.391**	**219.388**	**308.976**	**819.987**	**16.217.083**	**46,46%**
ÁREA SOCIAL	**11.045.211**	**0**	**4.967.609**	**844.528**	**1.325**	**0**	**16.858.673**	**48,30%**
ÁREA ECONÔMICA	**715.413**	**0**	**424.873**	**483.834**	**207.810**	**0**	**1.831.930**	**5,25%**
Sec. Est. Infraestrutura e Logistica	214.861	0	171.544	410.845	0	0	797.250	2,28%
Sec. Est. da Agricultura e do Abastecimento	350.945	0	85.428	24.683	5.124	0	466.180	1,34%
Sec. Est. do Meio Ambiente e Rec. Hídricos	107.277	0	71.529	8.591	2.686	0	190.083	0,54%
Sec. Est. Desenvolvimento Urbano	9.814	0	78.460	39.163	0	0	127.436	0,37%
Sec. Est. de Obras Públicas							0	0,00%
Sec. Est. Ind., Comérc. e Ass.do Mercosul	32.516	0	17.912	552	200.000	0	250.980	0,72%
TOTAL	**14.722.784**	**734.181**	**16.564.873**	**1.547.749**	**518.111**	**819.987**	**34.907.685**	**100,00%**

Fonte: SIA 816 – Exercício 2014

Conforme se observa, nesta área foram gastos R$ 1,8 bilhão, equivalendo a 5,25% da execução total da Administração Global, destacando-se:

- Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística executou R$ 797,2 milhões, que corresponde a 2,28% do total da execução global. O DER executou no exercício R$ 629,6 milhões e a APPA R$ 132,9 milhões. Salienta-se que foi despendido pelo Órgão em Investimentos, o montante de R$ 410,8 milhões, que corresponde a 51,53% do total da SEIL;
- Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento que atingiu R$ 466,2 milhões, ou seja, 1,34% do total da Despesa da Administração Global, sendo que 72,51% foram executados pela Administração Indireta, que respondem pelos programas de fomento à agricultura e pecuária no Estado.

2.3.4. Despesas Por Função de Governo

A Função de Governo é o nível de maior agregação de ações das diversas áreas da despesa pública, e segue a classificação funcional da Portaria SOF nº 42/99.

A tabela e gráfico a seguir apresentam a execução da despesa por Funções, demonstrando os valores realizados, os índices e coeficientes de aplicação.

Tabela 30
Execução da Despesa por Função de Governo – 2014

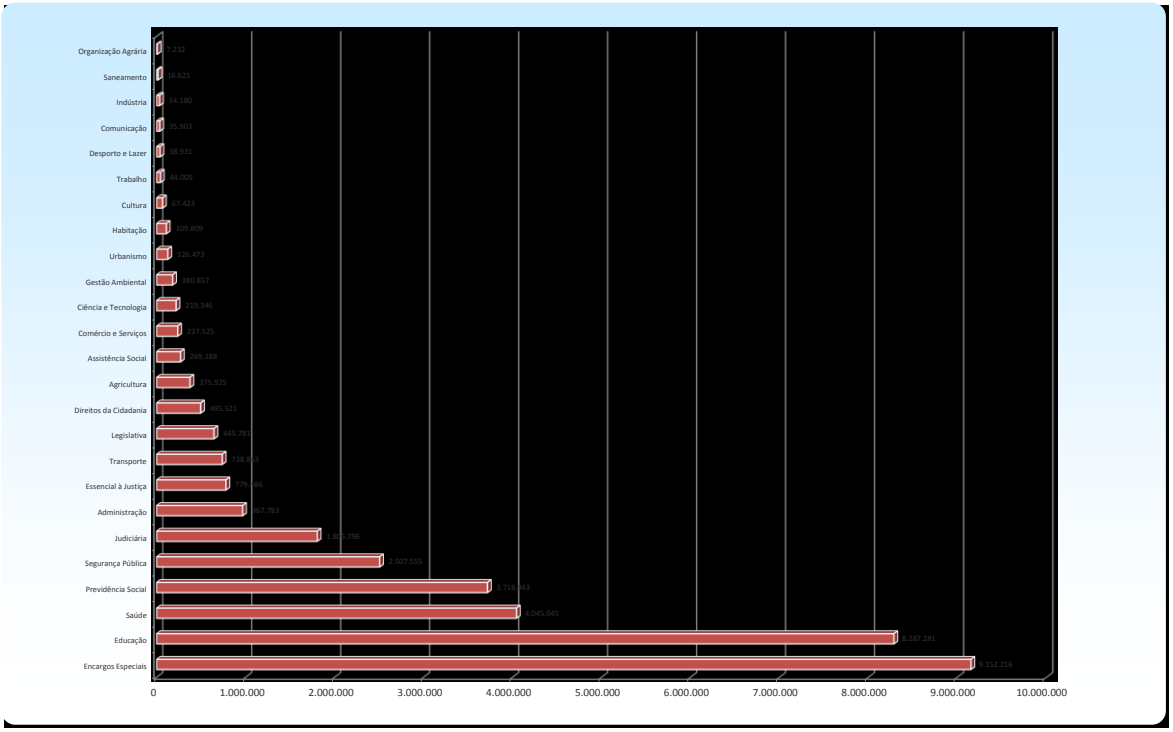
Em R$ mil

FUNÇÕES	DESPESA AUTORIZADA (1)	DESPESA EMPENHADA (2)	% S/TOTAL	DESPESA PAGA (3)	% (2/1)	% (3/2)
1 - Típicas do Estado	**19.920.280**	**18.070.943**	**51,77%**	**16.166.529**	**90,72%**	**89,46%**
Legislativa	871.700	645.781	1,85%	484.072	74,08%	74,96%
Judiciária	2.053.561	1.805.796	5,17%	1.666.122	87,93%	92,27%
Essencial à Justiça	810.345	779.486	2,23%	675.413	96,19%	86,65%
Segurança Pública	3.016.828	2.507.555	7,18%	2.383.295	83,12%	95,04%
Relações Exteriores	0	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Saúde	4.310.277	4.045.045	11,59%	2.929.460	93,85%	72,42%
Educação	8.857.569	8.287.281	23,74%	8.028.168	93,56%	96,87%
2 - Administração Geral	**14.385.621**	**13.838.941**	**39,64%**	**13.671.967**	**96,20%**	**98,79%**
Administração	1.052.274	967.783	2,77%	877.192	91,97%	90,64%
Previdência Social	3.986.702	3.718.943	10,65%	3.652.610	93,28%	98,22%
Encargos Especiais	9.346.645	9.152.216	26,22%	9.142.165	97,92%	99,89%
3 - Funções Sociais	**1.308.101**	**915.068**	**2,62%**	**843.785**	**69,95%**	**92,21%**
Assistência Social	547.581	269.188	0,77%	226.242	49,16%	84,05%
Trabalho	51.702	44.005	0,13%	42.274	85,11%	96,07%
Cultura	79.392	67.423	0,19%	62.637	84,92%	92,90%
Direitos da Cidadania	580.132	495.521	1,42%	476.119	85,42%	96,08%
Desporto e Lazer	49.294	38.931	0,11%	36.514	78,98%	93,79%
4 - Rec. Nat. Meio-Ambiente	**411.300**	**180.857**	**0,52%**	**153.468**	**43,97%**	**84,86%**
Gestão Ambiental	411.300	180.857	0,52%	153.468	43,97%	84,86%
5 - Infra-Estrutura	**1.665.622**	**1.034.901**	**2,96%**	**953.455**	**62,13%**	**92,13%**
Urbanismo	193.489	126.473	0,36%	98.887	65,36%	78,19%
Habitação	111.865	109.809	0,31%	109.809	98,16%	100,00%
Saneamento	17.367	16.621	0,05%	16.621	95,70%	100,00%
Organização Agrária	10.013	7.232	0,02%	6.975	72,22%	96,45%
Comunicações	37.384	35.903	0,10%	32.164	96,04%	89,59%
Transporte	1.295.504	738.863	2,12%	689.000	57,03%	93,25%
6 - Função de Produção	**1.013.659**	**866.975**	**2,48%**	**769.748**	**85,53%**	**88,79%**
Ciência e Tecnologia	288.900	219.346	0,63%	159.191	75,92%	72,58%
Agricultura	426.229	375.925	1,08%	342.141	88,20%	91,01%
Indústria	51.152	34.180	0,10%	33.089	66,82%	96,81%
Comércio e Serviços	247.378	237.525	0,68%	235.327	96,02%	99,07%
Reserva de Contingência	**20**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0%**
TOTAL	**38.704.604**	**34.907.685**	**100,00%**	**32.558.952**	**90,19%**	**93,27%**

Fonte: SIA 999

Gráfico 8
Despesa Realizada por Função na Administração Global – 2014

Em R$ mil



Fonte: Tabela 26

A Função Encargos Especiais foi responsável pelo maior volume de aplicação de recursos, equivalente a 26,22% da despesa total empenhada. Esta função engloba as despesas em relação às quais não se pode associar um bem ou serviço gerado no processo produtivo. São recursos destinados a pagamento de Dívidas, Ressarcimentos, Indenizações, Precatórios e outras dívidas afins.

Destacam-se ainda as Funções Educação com realização de 23,74% sobre a aplicação total, Previdência Social com 10,65%, Saúde responsável por 11,59% e Segurança Pública 7,18%.

Atente-se para o fato de que estes percentuais expressam a participação da Função no total da Despesa Realizada pelo Estado. Por isso, divergem dos percentuais apurados quando da verificação do cumprimento dos limites constitucionais da Educação e Saúde, cuja metodologia de cálculo considera as Receitas de Impostos como base para apuração dos percentuais.

2.4. DESPESAS ESTORNADAS

Em atendimento à Instrução Normativa nº 100/2014, que estabeleceu a documentação que deve compor a Prestação de Contas do Governo Estadual, foi juntada às peças 24 a 26 relação dos empenhos estornados no exercício de 2014.

Para verificação dos estornos realizados pelo Poder Executivo durante o exercício em análise, utilizaremos informações do Sistema SEI/CED, administrado por este Tribunal de Contas, o qual reúne informações orçamentárias e contábeis das operações realizadas pelo Estado.

O total de empenhos estornados no exercício de 2014 foi de R$ 4,9 bilhões, conforme relatórios do SEI/CED.

O cancelamento de empenhos ou de despesas, mesmo não processados, é medida que requer avaliação criteriosa. A legislação não autoriza nem incentiva a quebra de contratos celebrados entre a Administração Pública e seus fornecedores e prestadores de serviços. Assim, embora seja penalizado o gestor que deixa de ordenar, de autorizar ou de promover o cancelamento do montante de restos a pagar inscrito em valor superior ao permitido em lei, isto não significa que ele possa lesar o fornecedor de boa fé.

Foram identificados, ainda, na relação de estornos de empenhos de dezembro de 2014, estornos de valores já liquidados pela Administração Estadual, no montante de R$ 3,1 bilhões, evidenciando o cancelamento de despesas processadas, ou seja, aquelas cujos implementos de condição ou a verificação do direito adquirido pelo credor já foram cumpridos, o que na prática significa verificar se já houve a entrega do material dentro das especificações do edital de licitação e do prazo determinado, se a etapa da obra foi cumprida de acordo com cronograma e se o serviço prestado foi aquele devidamente contratado.

Necessário esclarecer que dentre os estornos de liquidações, grande parte (R$ 2,3 bilhões que representa 74,19%) se refere a provisões de folha de pagamento, cujo procedimento é legítimo.

Resta, portanto, um montante de estornos de Empenhos Liquidados, que poderiam ser caracterizados como efetivos cancelamentos de despesas, no valor R$ 805 milhões, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 31
Estornos de Empenhos Liquidados – Dezembro/2014

Em R$

ESTORNOS DE EMPENHOS	VALOR
Empenhos estornados	4.902.127.070,03
Estornos de empenhos liquidados	3.069.365.486,48
Estornos de empenhos liquidados referentes à folha de pagamento	2.264.233.341,20
Estornos de empenhos liquidados referentes a cancelamento de despesas	**805.132.145,28**

Fonte: Sistema SEI/CED

Importante salientar que, com relação aos empenhos liquidados, ou seja, aqueles cuja obrigação por parte do prestador fora cumprida, ou foi verificado o direito adquirido pelo credor, nos termos do art. 63, da Lei nº 4.320/64, os mesmos, por representar compromisso de pagamento assumido pela administração pública, não poderão ser cancelados, salvo se for cancelada também a obrigação correspondente junto ao credor, ou seja, não houver mais a dívida por devolução de materiais ou outros motivos semelhantes.

Assim, o montante dos estornos de despesas liquidadas representa 2,30% do total da despesa executada pelo Estado no exercício de 2014. Este fato pode caracterizar ofensa à vedação de cancelar despesas já liquidadas, visto que nos históricos dos cancelamentos não está demonstrado que a motivação do ato pode ser enquadrada como caso excepcional, em que deixou de existir efetivamente a obrigação, por devoluções ou outros motivos devidamente justificados.

2.5. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

A tabela a seguir sintetiza a execução do orçamento na esfera de cada administração (Direta, Indireta e Global), contendo a Evolução do Orçamento, sua Realização e Resultado Orçamentário.

Tabela 32
Síntese da Execução Orçamentária – 2014

Em R$ mil

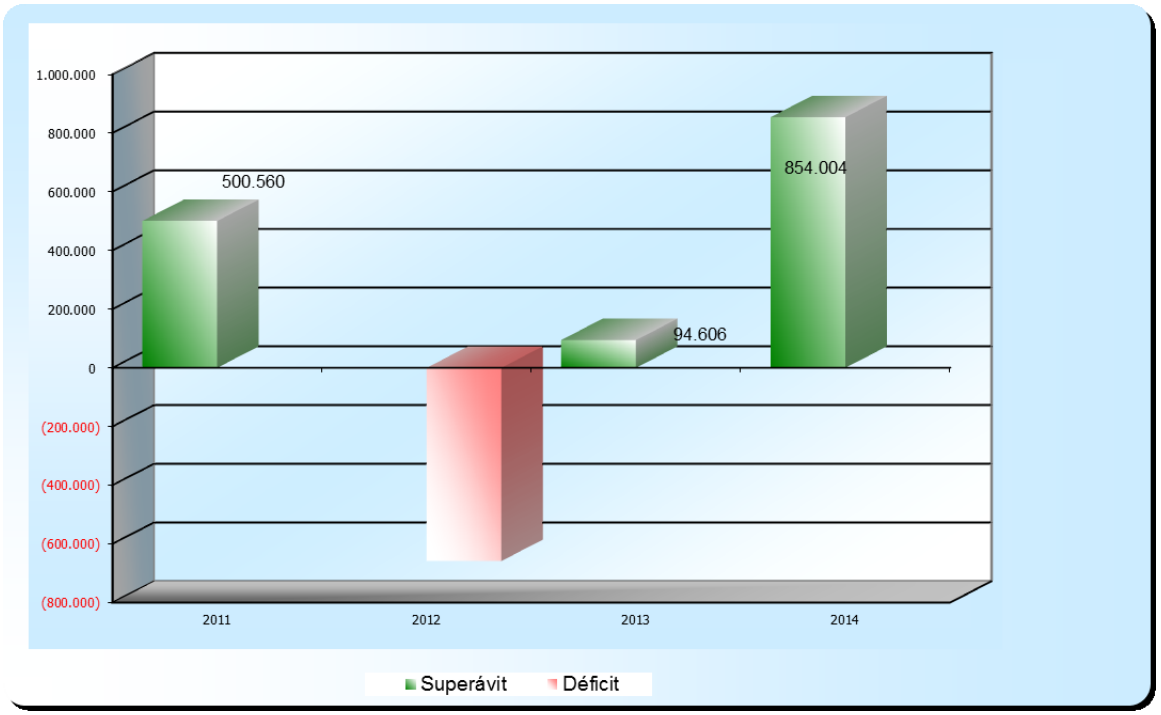
TÍTULOS	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	ADMINISTRAÇÃO GLOBAL
EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO			
Orçamento Final	27.150.069	11.554.534	38.704.604
Orçamento Inicial	27.130.268	10.071.193	37.201.461
EXECUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA			
Receita Arrecadada	33.790.960	1.970.729	35.761.689
Receita Prevista	35.552.490	3.152.114	38.704.604
EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA			
Despesa Realizada	25.799.772	9.107.913	34.907.685
Despesa Autorizada	27.150.059	11.554.544	38.704.604
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO			
Receita Arrecadada	33.790.960	1.970.729	35.761.689
(-) Despesa Realizada	-25.799.772	-9.107.913	-34.907.685
(+/-) Transf. Concedida / Recebida	-6.812.297	6.812.297	0
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	**1.178.891**	**-324.887**	**854.004**

Fonte:SIAs 846 e 850 – Exercício 2014

Conforme se observa, confrontando a Receita Arrecadada e a Despesa Realizada no exercício da Administração Global, apurou-se um superávit Orçamentário de R$ 854 milhões, conforme o gráfico a seguir que apresenta o Resultado Orçamentário apurado no período de 2011 a 2014.

Gráfico 9
Resultado Orçamentário – 2011 a 2014

Em R$ mil



Fonte: SIA 846, 850 e 215

Entretanto, considerado a ausência de ajuste no Balanço Orçamentário referente aos valores das Interferências Financeiras Previdenciárias, aportadas pelo Estado neste exercício aos Fundos Financeiro e Militar e a falta de emissão de empenhos referentes ao repasse de recursos destinados ao pagamento de precatórios (2% RCL), conforme já demonstrado no item 2.1, deste Título, o resultado orçamentário ficaria deficitário em R$ 775,2 milhões, de acordo com a tabela a seguir

Tabela 33
Ajuste do Balanço Orçamentário Administração Global - 2014

Em R$

TÍTULO	VALOR
Superávit Orçamentário conforme Balanço – peça 07	854.004.091,73
(-) Interferências Financeiras - RPPS	1.106.251.294,98
(-) Repasses Precatórios TJ (2% RCL) não Empenhados	523.000.150,25
(=) Resultado Orçamentário após ajustes	**-775.247.353,50**

Fonte: SIA's 846 e 850, PCA-Fundo de Previdência Processo nº 360393/15, PCA-Fundo Financeiro – Processo nº 35787-2/15 e PCA-Fundo Militar – Processo nº 35832-1/15 .

Não foi demonstrado na Tabela anterior o valor das Transferências Recebidas/Concedidas em razão dos valores serem iguais (R$ 6.812.296.649,34), não modificando, portanto, o Resultado Orçamentário.

Porém, cabe ressaltar a situação provocada no Balanço Orçamentário quando da utilização de créditos adicionais oriundos de Superávit Financeiro de exercícios anteriores. O Manual de Demonstrativos Fiscais – 5ª edição, válido para o exercício de 2014, elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional, traz o seguinte comentário sobre este assunto na fl. 131:

> *"O Balanço Orçamentário* ***demonstra a execução orçamentária em um determinado exercício****, apresentando um resultado positivo (superávit) ou negativo (déficit). No entanto, em função da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores, identificado no Balanço Patrimonial do exercício anterior ao de referência, para abertura de créditos adicionais, o Balanço Orçamentário poderá demonstrar uma situação distinta, quando considerados os saldos de exercícios anteriores que foram utilizados no exercício de referência.*
>
> *Esse desequilíbrio aparente ocorre porque o superávit financeiro de exercícios anteriores, quando fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, não pode ser demonstrado como parte dos itens do Balanço Orçamentário que integram o cálculo do resultado orçamentário. O superávit financeiro não é receita do exercício de referência, pois já o foi no exercício anterior, mas constitui disponibilidade para utilização no exercício de referência. Por outro lado, as despesas executadas à conta do superávit financeiro são despesas do exercício de referência, por força legal, visto que não foram empenhadas no exercício anterior.*
>
> *Dessa forma, no momento inicial da execução orçamentária, tem-se o equilíbrio entre receita prevista e despesa fixada e constata-se que toda despesa a ser executada está amparada por uma receita prevista a ser arrecadada no exercício.*
>
> *No entanto, iniciada a execução do orçamento, quando há superávit financeiro de exercícios anteriores, tem-se um recurso disponível para abertura de créditos para as despesas não fixadas ou não totalmente contempladas pela Lei Orçamentária. Da utilização desse recurso em diante, o Balanço Orçamentário passa a demonstrar um desequilíbrio que reflete as regras de contabilização no setor público, ou seja, o reconhecimento da receita no momento da arrecadação e o reconhecimento da despesa no momento do empenho".*

De acordo ainda com o Manual da STN, os valores provenientes de Superávit Financeiro de exercícios anteriores e que estão sendo utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais *"não poderão ser lançados novamente como receita orçamentária já que pertencem ao exercício financeiro no qual foram*

arrecadados, como também não poderão ser considerados no cálculo de déficit ou superávit orçamentário, pois representam recursos arrecadados em exercícios anteriores" (fl. 147).

No exercício de 2014, este valor foi de R$ 1.172.201.350,00, conforme demonstrado a seguir.

Tabela 34
Saldos Exercícios Anteriores – 2014

Em R$

RUBRICA RECEITA	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	RECEITA GLOBAL
1990.0500 - Saldos Exercícios Anteriores	607.171.821,00	412.928.284,00	1.020.100.105,00
2590.0100 - Saldos Exercícios Anteriores	7.275.961,00	144.825.284,00	152.101.245,00
TOTAL	**614.447.782,00**	**557.753.568,00**	**1.172.201.350,00**

Fonte: SIA 840 – Exercício 2014

Deste modo, mesmo deduzindo o valor dos repasses destinados ao pagamento de precatórios (2% RCL) e das Interferências Financeiras do exercício, ao adicionar o valor de R$ 1.172.201.350,00 decorrente da abertura de créditos adicionais tendo como fonte de recurso a conta Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores – Tabela 34, o Resultado Orçamentário Consolidado de 2014 passa a ser superavitário no valor de R$ 397 milhões, conforme se demonstra na tabela a seguir.

Tabela 35
Resultado Orçamentário Ajustado – 2014

Em R$

TÍTULO	VALOR
Superávit Orçamentário conforme Balanço – peça 07	854.004.091,73
(-) Interferências Financeiras - RPPS	1.106.251.294,98
(-) Repasses Precatórios TJ (2% RCL) não Empenhados	523.000.150,25
(=) Resultado Orçamentário após o ajuste das Interferências Financeiras e Precatórios não Empenhados(Déficit)	-775.247.353,50
(+) Superávit Financeiro do Exercício Anterior, utilizado como fonte de recursos para Créditos Adicionais	1.172.201.350,00
(=) Resultado Orçamentário após ajustes	**396.953.996,50**

Fonte: Tabela 33 e Tabela 34

2.6. PROGRAMAS DE GOVERNO

São instrumentos de organização da ação governamental que visam proporcionar maior racionalidade e eficiência à administração pública, ampliar a transparência na aplicação dos recursos e produzir uma melhor visão dos resultados e benefícios gerados para a sociedade. Toda a ação do Governo está estruturada em programas que são definidos no Plano Plurianual – PPA para o período de quatro anos. Os programas são elos entre o plano e o orçamento. A partir dos programas são identificadas ações sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais.

O Plano Plurianual do Estado do Paraná para o período 2012 a 2015, influenciado pelo planejamento estratégico adotado pela União na concepção do seu PPA, foi elaborado com a adoção de uma nova proposta, incorporando parte das novas orientações do Governo Federal, adaptando-o às especificidades do Estado, buscando um caráter mais estratégico para o Plano, e condições efetivas para a formulação, a gestão e a implementação das políticas públicas. As categorias a partir das quais o Plano se organiza foram redesenhadas, sendo o Programa desdobrado em Iniciativas e Metas, além de evidenciar as Principais Propostas definidas nas Metas de Governo.

Neste Plano, os programas foram agrupados da seguinte maneira:

I – Programas Finalísticos

Instrumentos que articulam um conjunto de Iniciativas (orçamentárias e não orçamentárias), para alcançar os resultados desejados, em conformidade com a agenda de governo.

II – Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado

Instrumentos que classificam um conjunto de Iniciativas destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental, bem como aquelas não tratadas nos Programas Finalísticos. Contemplam as Iniciativas dos Outros Poderes e Ministério Público.

III – Obrigações Especiais

Representam o detalhamento da função Encargos Especiais, enquadrando as despesas relativas a proventos de inativos, pagamento de sentenças judiciais, precatórios, PIS/PASEP, amortização, juros e encargos das dívidas pública interna e externa, reserva de contingência, etc.

Os principais objetivos dos Programas estão especificados no Plano Plurianual 2012/2015, destacando-se os seguintes:

- ***Inova Educação***: promover ações que elevem a qualidade do processo de ensino e aprendizagem; valorizar o quadro de profissionais do magistério e trabalhadores da educação; garantir elevado nível de qualidade na gestão da educação para melhoria de suas ações pedagógicas; estimular a integração da escola com a comunidade.
- ***Saúde para todo o Paraná:*** reduzir a mortalidade materno-infantil; reduzir a mortalidade por causas externas; reduzir a morbimortalidade por doenças crônico-degenerativas com enfoque no Risco Cardiovascular Global; ampliar a longevidade, reduzindo incapacidades.
- ***Gestão Institucional – Outros Poderes e Ministério Público:*** compreende um conjunto de 10 Iniciativas dos Poderes Judiciário e Legislativo, além do Ministério Público, destinadas a alcançar os objetivos das respectivas Instituições.
- ***Paraná* Seguro: c**ombater o crime organizado; desenvolver aplicação ampliada de inteligência e tecnologia em segurança; fortalecer as forças policiais civil e militar; prevenir a violência entre os jovens; reduzir a criminalidade urbana e rural.
- ***Excelência no Ensino Superior:*** alavancar a Pesquisa Científica e Tecnológica e Inovação; capacitar o Quadro Docente no Ensino Superior; desenvolver o Plano de Desenvolvimento do Ensino Superior; implantar o Programa de Produtividade Docente; implantar Sistemas Regionais de Saúde-Escola; manter e aprimorar o Programa Universidade Sem Fronteiras; melhorar o fluxo discente na pós-graduação; melhorar o Índice Geral de Cursos IGC/MEC/INEP; melhorar os cursos de pós-graduação; revisar a Lei nº 12.020, que instituiu o FUNDO PARANÁ.

- ***Gestão Administrativa:*** compreende um conjunto de 32 Iniciativas destinadas ao adequado funcionamento da máquina administrativa estadual. Presta suporte administrativo para viabilizar a execução dos Programas Finalísticos e o consequente atingimento de seus objetivos, indicadores e metas. Destina recursos para as despesas com pessoal, encargos sociais, aquisição de material de consumo, viagens, diárias, deslocamentos e demais despesas.
- ***Gestão Estratégica***: compreende um total de 37 Iniciativas para a promoção do desenvolvimento integrado, por meio da renovação da administração pública e da adoção de novas práticas de gestão, entre elas: a) aplicação de políticas de desenvolvimento dos gestores e dos servidores públicos; b) implantação da gestão pública para resultados, por meio da celebração dos Contratos de Gestão, estimulando a cultura gerencial fundamentada na efetividade e na eficiência; c) aumento da capacidade de investimentos do Estado; d) promoção da justiça fiscal; e) reorganização da máquina administrativa do Estado; f) implantação do planejamento intersetorial; g) promoção da qualidade dos serviços; h) combate à corrupção; i) incentivo a aproximação com os municípios e as pessoas; j) atendimento às demandas para a realização da Copa do Mundo 2014; k) implantação e gerência da rede de acesso dos cidadãos aos serviços públicos – Tudo Aqui Paraná; l) melhoria da qualidade dos serviços públicos estaduais e apoio à melhoria dos serviços municipais; m) incentivo às Regiões de Desenvolvimento.

A tabela a seguir demonstra os valores orçados e realizados nos Programas de Governo para o exercício de 2014.

Tabela 36
Programas de Governo – 2014

Em R$ mil

PROGRAMAS DE GOVERNO	AUTORIZADO FINAL (1)	% S/ TOTAL	REALIZADO (2)	% S/ TOTAL	% (2/1)
PROGRAMAS FINALÍSTICOS	**18.684.280**	**24,34%**	**16.207.571**	**46,43%**	**86,74%**
ACESSO À JUSTIÇA	64.919	0,17%	38.173	0,11%	58,80%
DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES	180.375	0,47%	115.747	0,33%	64,17%
DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA CIDADANIA / PDI - CIDADANIA	475.493	1,23%	426.306	1,22%	89,66%
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E ABASTECIMENTO	176.728	0,46%	133.661	0,38%	75,63%
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO	3.394	0,01%	627	0,00%	18,48%
EDUCAÇÃO PARA TODOS	673.796	1,74%	565.412	1,62%	83,91%
EXCELÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR	1.956.065	5,05%	1.595.643	4,57%	81,57%
INOVA EDUCAÇÃO	5.888.209	15,21%	5.793.183	16,60%	98,39%
MORAR BEM PARANÁ	111.865	0,29%	109.809	0,31%	98,16%
PARANÁ COMPETITIVO	53.460	0,14%	45.870	0,13%	85,80%
PARANÁ INOVADOR	186.065	0,48%	126.090	0,36%	67,77%
PARANÁ SEGURO	2.971.646	7,68%	2.485.618	7,12%	83,64%
PARANÁ SUSTENTÁVEL	284.334	0,73%	60.642	0,17%	21,33%
PARANÁ TEM CULTURA	17.708	0,05%	13.590	0,04%	76,74%
PARANÁ: ESPORTE, LAZER E ATIVIDADE FÍSICA	40.905	0,11%	31.095	0,09%	76,02%
PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	406.955	1,05%	154.191	0,44%	37,89%
REDE PARANÁ MULTIMODAL DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA	885.144	2,29%	474.838	1,36%	53,65%
SAÚDE PARA TODO PARANÁ	4.288.301	11,08%	4.023.068	11,52%	93,81%
TRABALHO, EMPREGO E EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS	18.559	0,05%	13.647	0,04%	73,53%
UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO	362	0,00%	362	0,00%	100,00%
PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	**6.686.957**	**17,28%**	**5.828.956**	**16,70%**	**87,17%**
GESTÃO ESTRATÉGICA	1.171.068	3,03%	1.079.129	3,09%	92,15%
GESTÃO ADMINISTRATIVA	1.705.342	4,41%	1.479.113	4,24%	86,73%
GESTÃO DE SERVIÇOS	188.538	0,49%	141.870	0,41%	75,25%
GESTÃO INSTITUCIONAL - OUTROS PODERES E MINISTÉRIO PÚBLICO	3.622.009	9,36%	3.128.843	8,96%	86,38%
PROGRAMAS DE OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	**13.333.366**	**34,45%**	**12.871.158**	**36,87%**	**96,53%**
OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	13.333.366	34,45%	12.871.158	36,87%	96,53%
TOTAL	**38.704.604**	**100,00%**	**34.907.685**	**100,00%**	**90,19%**

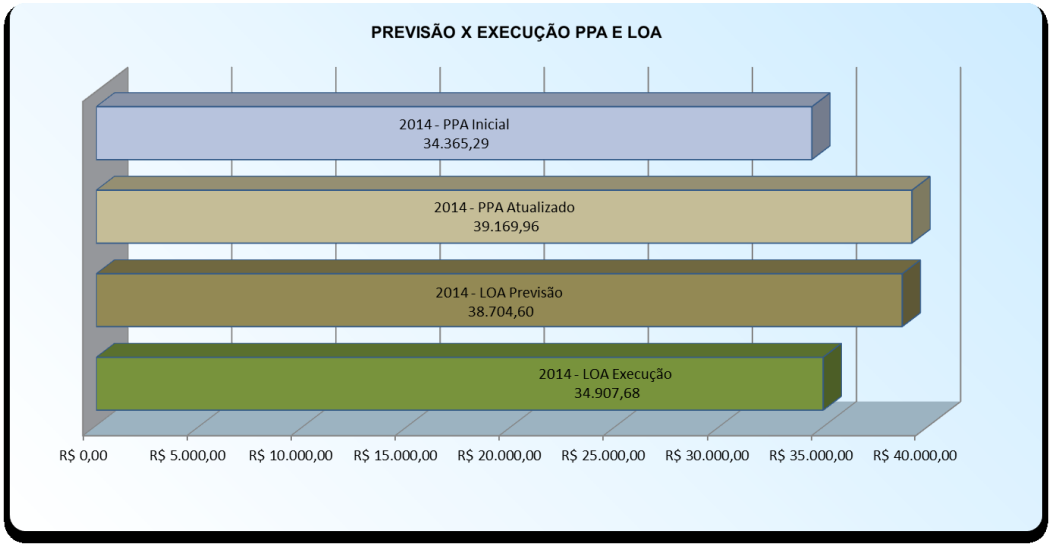
Obs.: Não está incluído o valor do Orçamento de Investimento das Sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas não Dependentes
Fonte: Lei nº 17.013/2011 (PPA), Lei nº 17.631/2013 (LDO), Lei nº 17.886/2013 (LOA) e Balanço Geral do Estado.

Os valores aplicados nos programas de governo no exercício de 2014 somaram R$ 34,9 bilhões.

O gráfico a seguir demonstra o valor previsto e executado da Lei Orçamentária Anual de 2014, em comparação com os valores definidos no Plano Plurianual – PPA para o mesmo exercício.

Gráfico 10
Comparativo PPA X Previsão LOA 2014 X Execução da LOA 2014

Em R$ milhões



Fonte: Lei nº 17.013/2011 (PPA), Lei nº 17.631/2013 (LDO), Lei nº 17.886/2013 (LOA), Balanço Geral do Estado e Relatório de Execução Físico-financeira do Orçamento 2014 (peças 63-64).

Com relação à execução da Lei Orçamentária – LOA, analisando os valores dos Programas de Governo observa-se que, dentre os programas que representam o maior percentual em relação ao total, destacam-se:

- Obrigações Especiais: 36,86%;
- Inova Educação: 16,60%;
- Saúde para Todo Paraná: 11,52%;
- Gestão Institucional – Outros Poderes e Ministério Público: 8,96%; e
- Paraná Seguro: 7,12%.

Estes cinco programas representam 81,06% da realização do Orçamento Geral do Estado em 2014, que foi de R$ 34,9 bilhões. A seguir serão feitos alguns comentários a respeito desses programas.

2.6.1. Obrigações Especiais

Embora seja o de maior representatividade em termos financeiros, este programa se traduz basicamente no detalhamento da função Encargos Especiais, que contempla ações como:

- Despesas com proventos de inativos;
- Pagamento de sentenças judiciais e precatórios;
- Amortização, juros e encargos da dívida pública interna e externa;
- Reserva de contingência.

Tabela 37
Programa Obrigações Especiais – 2014

Em R$

PROJETO/ATIVIDADE	AUTORIZADO FINAL	%	REALIZADO	%	Real./Aut. %	% DO OGE* AUTORIZ	% DO OGE* REALIZADO
ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS - AL	75.000.000,00	0,56%	60.592.511,71	0,47%	80,79%	0,19%	0,17%
ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS - TC	57.000.000,00	0,43%	54.437.838,83	0,42%	95,50%	0,15%	0,16%
ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS - TJ	259.876.000,00	1,95%	250.109.096,75	1,94%	96,24%	0,67%	0,72%
ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS - MP	74.759.990,00	0,56%	69.906.363,43	0,54%	93,51%	0,19%	0,20%
ENCARGOS ESPECIAIS - IPARDES	185.185,00	0,00%	157.396,78	0,00%	84,99%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - COMEC	1.427.410,00	0,01%	961.407,52	0,01%	67,35%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - DETRAN	7.614.800,00	0,06%	7.092.399,58	0,06%	93,14%	0,02%	0,02%
ENCARGOS ESPECIAIS - FUNRESTRAN	200.000,00	0,00%	160.592,34	0,00%	80,30%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - UEL	8.059.684,00	0,06%	7.407.348,15	0,06%	91,91%	0,02%	0,02%
ENCARGOS ESPECIAIS - UEPG	3.372.300,00	0,03%	2.889.266,31	0,02%	85,68%	0,01%	0,01%
ENCARGOS ESPECIAIS - UEM	8.590.930,00	0,06%	7.611.287,32	0,06%	88,60%	0,02%	0,02%
ENCARGOS ESPECIAIS - UNICENTRO	2.258.946,00	0,02%	1.632.314,72	0,01%	72,26%	0,01%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - UNIOESTE	4.173.367,00	0,03%	3.834.029,35	0,03%	91,87%	0,01%	0,01%
ENCARGOS ESPECIAIS - FECEA	131.000,00	0,00%	124.855,14	0,00%	95,31%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - FAFIPAR	155.000,00	0,00%	154.269,92	0,00%	99,53%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - FECILCAM	258.859,00	0,00%	258.859,00	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - EMBAP	177.121,00	0,00%	167.463,34	0,00%	94,55%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - FAP	182.567,00	0,00%	134.019,39	0,00%	73,41%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - FAFIPA	189.089,00	0,00%	161.872,84	0,00%	85,61%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - FAFI / UNIÃO DA VITÓRIA	110.000,00	0,00%	87.929,01	0,00%	79,94%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - RTVE	217.098,00	0,00%	143.969,53	0,00%	66,32%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - DIOE	359.693,00	0,00%	159.693,00	0,00%	44,40%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - CCTG	701.838,00	0,01%	516.376,95	0,00%	73,57%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - IAPAR	1.293.915,00	0,01%	1.166.208,08	0,01%	90,13%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - IAP	1.370.699,00	0,01%	1.206.579,83	0,01%	88,03%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - JUCEPAR	636.000,00	0,00%	598.000,00	0,00%	94,03%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - MINEROPAR	625.865,00	0,00%	320.377,95	0,00%	51,19%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - EMATER	2.822.847,00	0,02%	2.572.007,03	0,02%	91,11%	0,01%	0,01%
ENCARGOS ESPECIAIS - TECPAR	4.418.262,00	0,03%	2.189.655,51	0,02%	49,56%	0,01%	0,01%
ENCARGOS ESPECIAIS - ITC	141.860,00	0,00%	93.603,09	0,00%	65,98%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - CINETVPR	29.488,00	0,00%	24.555,92	0,00%	83,27%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - UENP	751.000,00	0,01%	621.744,81	0,00%	82,79%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - CPRA	60.852,00	0,00%	47.322,30	0,00%	77,77%	0,00%	0,00%

PROJETO/ATIVIDADE	AUTORIZADO FINAL	%	REALIZADO	%	Real./Aut. %	% DO OGE* AUTORIZ.	% DO OGE* REALIZADO
SUPERVISÃO E GERENCIAMENTO DO SISTEMA DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO-FUN	56.500.000,00	0,42%	22.756.267,90	0,18%	40,28%	0,15%	0,07%
ENCARGOS COM PENSÕES ESPECIAIS E OUTRAS OBRIGAÇÕES	8.700.000,00	0,07%	8.047.596,77	0,06%	92,50%	0,02%	0,02%
ENCARGOS COM PENSÕES PARA PORTADORES DE HANSENIASE	18.449.568,00	0,14%	18.449.566,41	0,14%	100,00%	0,05%	0,05%
ENCARGOS ESPECIAIS - UNESPAR	34.976,00	0,00%	16.481,42	0,00%	47,12%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - FEMA	211.000,00	0,00%	185.000,00	0,00%	87,68%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - ÁGUASPARANÁ	1.173.229,00	0,01%	506.550,93	0,00%	43,18%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - ADAPAR	464.629,00	0,00%	457.871,47	0,00%	98,55%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - DIOE	102.307,00	0,00%	102.306,85	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%
TRANSFERÊNCIAS AO FUNDO PREVIDÊNCIARIO	181.212.317,00	1,36%	180.461.237,73	1,40%	99,59%	0,47%	0,52%
TRANSFERÊNCIAS AO FUNDO FINANCEIRO	2.496.550.480,00	18,72%	2.342.560.603,99	18,20%	93,83%	6,45%	6,71%
TRANSFERÊNCIAS AO FUNDO MILITAR	785.803.170,00	5,89%	738.118.899,45	5,73%	93,93%	2,03%	2,11%
ENCARGOS ESPECIAIS - SEET	11.000,00	0,00%	1.154,60	0,00%	10,50%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - IPCE	556.037,00	0,00%	333.914,12	0,00%	60,05%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - PRTUR	70.755,00	0,00%	70.061,52	0,00%	99,02%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - CGE	9.500,00	0,00%	5.192,63	0,00%	54,66%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - CCCTBA	176.500,00	0,00%	170.697,51	0,00%	96,71%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - IFPR	143.159,00	0,00%	111.561,43	0,00%	77,93%	0,00%	0,00%
ATENDIMENTO A OBRIGAÇÕES GERAIS	7.263.909.286,00	54,48%	7.216.031.408,24	56,06%	99,34%	18,75%	20,67%
ENCARGOS GERAIS DA DÍVIDA PÚBLICA INTERNA	1.419.714.617,00	10,65%	1.415.988.908,81	11,00%	99,74%	3,67%	4,06%
ENCARGOS GERAIS DA DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA	152.617.230,00	1,14%	138.179.083,30	1,07%	90,54%	0,39%	0,40%
GERENCIAMENTO DE PRECATÓRIOS - PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL - EC 62/2009	388.238.645,00	2,91%	281.502.598,50	2,19%	72,51%	1,00%	0,81%
ENCARGOS ESPECIAIS - DER	8.433.658,00	0,06%	5.408.344,31	0,04%	64,13%	0,02%	0,02%
ENCARGOS ESPECIAIS - APPA	24.200.000,00	0,18%	17.905.277,18	0,14%	73,99%	0,06%	0,05%
ENCARGOS ESPECIAIS - PRED	152.320,00	0,00%	138.822,47	0,00%	91,14%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS -TC	20.000,00	0,00%	1.797,88	0,00%	8,99%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - TJ	360.000,00	0,00%	166.035,33	0,00%	46,12%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - DP	17.277,00	0,00%	8.110,53	0,00%	46,94%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - MP	60.000,00	0,00%	46.930,89	0,00%	78,22%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - SEEG	8.275,00	0,00%	7.656,38	0,00%	92,52%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - CC	3.835,00	0,00%	220,65	0,00%	5,75%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - CM	5.000,00	0,00%	4.966,00	0,00%	99,32%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - ERPR	1.450,00	0,00%	677,84	0,00%	46,75%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - SEPL	196,00	0,00%	192,63	0,00%	98,28%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - SEAP	196.938,00	0,00%	70.889,58	0,00%	36,00%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - SEFA	2.000,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - SECS	4.000,00	0,00%	449,47	0,00%	11,24%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - SEED	931.476,00	0,01%	807.172,15	0,01%	86,66%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - SETI	39.000,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - SEJU	156.000,00	0,00%	59.334,81	0,00%	38,04%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - SEEC	203.873,00	0,00%	2.280,57	0,00%	1,12%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - SETS	227.971,00	0,00%	132.360,43	0,00%	58,06%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - SEDS	41.826,00	0,00%	28.464,63	0,00%	68,05%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - SEIM	1.272,00	0,00%	1.190,93	0,00%	93,63%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - SEAB	52.478,00	0,00%	41.110,04	0,00%	78,34%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - SEDU	2.227,00	0,00%	2.226,15	0,00%	99,96%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - SEMA	33.560,00	0,00%	1.990,51	0,00%	5,93%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - AGEPAR	155.300,00	0,00%	130.000,00	0,00%	83,71%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - DEAP	1.000,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - CRE	26.000,00	0,00%	19.577,03	0,00%	75,30%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - CEPR	686,00	0,00%	685,26	0,00%	99,89%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - BPP	42.600,00	0,00%	25.839,16	0,00%	60,66%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS -FUNREFISCO	500.000,00	0,00%	324.748,09	0,00%	64,95%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - FETC/PR	200.000,00	0,00%	162.246,97	0,00%	81,12%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - FUNDO DA JUTIÇA/ PR	2.000,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS -FADEP	40.000,00	0,00%	28.578,43	0,00%	71,45%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - FUEMP/PR	235.000,00	0,00%	231.254,37	0,00%	98,41%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - FEPGE/PR	5.000,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - FUNESP	3.645.390,00	0,03%	3.636.557,51	0,03%	99,76%	0,01%	0,01%
ENCARGOS ESPECIAIS - FUNDO PARANÁ	25.000,00	0,00%	25.000,00	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - FUPEN	50.000,00	0,00%	44.208,36	0,00%	88,42%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - FUNDO DOS DIREITOS DO IDOSO	40.000,00	0,00%	40.000,00	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - FECON	71.250,00	0,00%	50.000,00	0,00%	70,18%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - FESD	40.000,00	0,00%	5.000,00	0,00%	12,50%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - FIA	509.845,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - FEAS	82.690,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - FRHI	710.000,00	0,01%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
ENCARGOS ESPECIAIS - FEHRIS	10.000,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL DO PROGRAMA	**13.333.366.463,00**	**99,94%**	**12.871.158.375,55**	**99,95%**	**96,53%**	**34,40%**	**36,86%**

Fonte: Lei nº 17.013/2011 (PPA), Lei nº 17.631/2013 (LDO), Lei nº 17.886/2013 (LOA), Balanço Geral do Estado e Relatório de Execução Físico-financeira do Orçamento 2014 (peças 63 e 64).

De acordo com a tabela apresentada, foram aplicados neste programa R$ 12,9 bilhões, o que representou 36,86% do total aplicado pelo Estado no exercício de 2014, sendo as operações mais expressivas:

- *Atendimento a obrigações gerais*: R$ 7,2 bilhões, equivalentes a 56,06% do total realizado neste programa;
- *Fundo Financeiro:* R$ 2,3 bilhões, representando 18,20% do montante do programa realizado no exercício;
- *Encargos gerais da dívida pública interna*: R$ 1,4 bilhão, correspondente a 11% do total deste programa;
- Fundo Militar: R$ 738,1 milhões, representando 5,73% do montante do programa realizado no exercício;
- *Gerenciamento de Precatórios – Poder Judiciário Estadual*: R$ 281,5 milhões, responsáveis por 2,19% da realização deste programa;

2.6.2. Inova Educação

O programa Inova Educação faz parte dos Programas Finalísticos e tem como principais propostas: a implementação de práticas pedagógicas e a qualidade da educação, o regime de colaboração com os municípios e a valorização dos profissionais do magistério e dos trabalhadores em educação.

Tem como principais propostas: Práticas Pedagógicas e Qualidade da Educação; Regime de Colaboração com os Municípios e Valorização dos Profissionais do Magistério e dos Trabalhadores em Educação.

Tabela 38
Programa Inova Educação – 2014

Em R$

PROJETO/ATIVIDADE	AUTORIZADO FINAL	%	REALIZADO	%	Real./Aut. %	% DO OGE* AUTORIZ.	% DO OGE* REALIZADO
FORMAÇÃO EM AÇÃO - BIRD	6.757.150,00	0,11%	6.461.748,66	0,11%	95,63%	0,02%	0,02%
SISTEMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL - BIRD	3.066.328,00	0,05%	528.092,00	0,01%	17,22%	0,01%	0,00%
TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS	738.655,00	0,01%	513.255,37	0,01%	69,49%	0,00%	0,00%
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO	12.850.103,00	0,22%	6.112.284,92	0,11%	47,57%	0,03%	0,02%
QUALIFICA PARANÁ - SEED	89.243.451,00	1,52%	54.555.636,81	0,94%	61,13%	0,23%	0,16%
VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BASICA - MAGISTÉRIO	4.710.397.891,00	80,00%	4.675.597.153,29	80,71%	99,26%	12,16%	13,39%
VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BASICA - ADMINISTRATIVO	1.034.649.983,00	17,57%	1.019.812.798,68	17,60%	98,57%	2,67%	2,92%
MANUTENÇÃO E GERENCIAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA EDUCAÇÃO	30.505.071,00	0,52%	29.601.790,38	0,51%	97,04%	0,08%	0,08%
TOTAL DO PROGRAMA	**5.888.208.632,00**	**100,00%**	**5.793.182.760,11**	**100,00%**	**98,39%**	**15,20%**	**16,60%**

Fonte: Lei nº 17.013/2011 (PPA), Lei nº 17.631/2013 (LDO), Lei nº 17.886/2013 (LOA), Balanço Geral do Estado e Relatório de Execução Físico-financeira do Orçamento 2014 (peças 63-64).

Este programa absorveu 16,60% dos recursos aplicados pelo Estado no exercício de 2014, que correspondeu ao montante de R$ 5,8 bilhões.

Os projetos/atividades que se destacaram dentro deste Programa, representando 98,31% da realização, foram:

- *Valorização da Educação Básica – Magistério:* cuja finalidade é a manutenção da estrutura de pessoal nos estabelecimentos de ensino que ofertam a Educação Básica. O valor aplicado nessa Atividade foi de R$ 4,7 bilhões, equivalente a 80,71% do total aplicado no Programa;
- *Valorização da Educação Básica – Administrativo*: a finalidade desta Atividade é manter a estrutura de pessoal administrativo nos estabelecimentos de ensino que ofertam a educação básica. Foram aplicados R$ 1 bilhão nessa atividade, que representou 17,60% do total aplicado no Programa.

2.6.3. Saúde Para Todo Paraná

O programa Saúde para Todo Paraná, definido como um programa finalístico, tem como objetivo reduzir a mortalidade materno-infantil, reduzir a mortalidade por causas externas, reduzir a morbimortalidade por doenças crônico-degenerativas com enfoque no Risco Cardiovascular Global e ampliar a longevidade, reduzindo incapacidades.

As principais propostas são: Centros Regionais de Atenção Especializada; Mãe Paranaense; Plano Diretor de Atenção Primária à Saúde; Rede de Atenção à Pessoa Idosa; Rede de Atenção à Saúde Mental; Rede de Atenção Integral às Urgências e Emergências; Rede Estadual de Atenção à Saúde das Pessoas com Deficiência.

Tabela 39
Programa Saúde Para Todo Paraná – 2014

Em R$

PROJETO/ATIVIDADE	AUTORIZADO FINAL	%	REALIZADO	%	Real./Aut. %	% DO OGE* AUTORIZ.	% DO OGE* REALIZADO
GESTÃO DE ATIVIDADES EM SAÚDE DO TECPAR/FUNSAUDE	21.313.707,00	0,50%	20.537.596,50	0,51%	96,36%	0,06%	0,06%
GESTÃO DAS REDES	1.323.167.774,00	30,86%	1.138.243.065,33	28,29%	86,02%	3,42%	3,26%
GESTÃO DE CONVENIOS - SESA	3.265.800,00	0,08%	1.146.106,14	0,03%	35,09%	0,01%	0,00%
REDE DE URGENCIA E EMERGENCIA	189.144.011,00	4,41%	171.908.610,90	4,27%	90,89%	0,49%	0,49%
MAE PARANAENSE	223.400.253,00	5,21%	215.650.565,92	5,36%	96,53%	0,58%	0,62%
GESTÃO DAS UNIDADES PROPRIAS	1.203.498.977,00	28,06%	1.177.500.628,91	29,27%	97,84%	3,11%	3,37%
ATENÇÃO AS URGENCIAS E EMERGENCIAS - SIATE	36.630.757,00	0,85%	36.200.081,63	0,90%	98,82%	0,09%	0,10%
GESTÃO DE SERVIÇOS - SESA	28.450.739,00	0,66%	27.851.599,03	0,69%	97,89%	0,07%	0,08%
GESTÃO DO COMPLEXO MÉDICO PENAL - DEPEN	39.449.808,00	0,92%	39.447.591,21	0,98%	99,99%	0,10%	0,11%
GESTÃO DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO REGIONAL DO NORTE DO PARANÁ	216.906.870,00	5,06%	216.333.554,45	5,38%	99,74%	0,56%	0,62%
GESTÃO DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ	99.993.086,00	2,33%	99.970.300,29	2,48%	99,98%	0,26%	0,29%
GESTÃO DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO OESTE DO PARANÁ	130.976.447,00	3,05%	130.960.047,11	3,26%	99,99%	0,34%	0,38%
GESTÃO DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO REGIONAL DOS CAMPOS GERAIS	28.597.211,00	0,67%	26.443.916,78	0,66%	92,47%	0,07%	0,08%
ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA	320.768.732,00	7,48%	319.157.398,91	7,93%	99,50%	0,83%	0,91%
VIGILANCIA E PROMOÇÃO DA SAÚDE	97.213.146,00	2,27%	88.321.256,31	2,20%	90,85%	0,25%	0,25%
RECUPERAÇÃO DE DEFICIÊNCIA NUTRICIONAL - LEITE DAS CRIANÇAS	81.757.810,00	1,91%	81.123.808,35	2,02%	99,22%	0,21%	0,23%
SERVIÇOS DE SAÚDE - HPM	66.521.803,00	1,55%	65.968.513,89	1,64%	99,17%	0,17%	0,19%
GESTÃO DE OPERAÇÕES AEROMÉDICAS	4.630.862,00	0,11%	4.512.828,59	0,11%	97,45%	0,01%	0,01%
GESTÃO DA SAÚDE DOS SERVIDORES E SEUS DEPENDENTES	160.613.076,00	3,75%	160.613.073,80	3,99%	100,00%	0,41%	0,46%
AÇÕES DO FASPM	12.000.000,00	0,28%	1.177.600,65	0,03%	9,81%	0,03%	0,00%
TOTAL DO PROGRAMA	**4.288.300.869,00**	**100,00%**	**4.023.068.144,70**	**100,00%**	**93,81%**	**11,07%**	**11,52%**

Fonte: Lei nº 17.013/2011 (PPA), Lei nº 17.631/2013 (LDO), Lei nº 17.886/2013 (LOA), Balanço Geral do Estado e Relatório de Execução Físico-financeira do Orçamento 2014 (peças 63 e 64).

Neste programa foram aplicados R$ 4 bilhões, correspondentes a 11,52% do total aplicado pelo Estado no exercício de 2014.

Os projetos/atividades que se destacaram dentro deste Programa, representando 65,49% da realização, foram:

- *Gestão das Unidades Próprias*: tendo por finalidade manter, estruturar e qualificar a gestão e a gerência das unidades próprias da SESA (administrativas e assistenciais), bem como realizar investimentos em sua infraestrutura. A aplicação nesta atividade foi de R$ 1,2 bilhão, representando 29,27% do montante aplicado no Programa;
- *Gestão das Redes*: cuja finalidade é implementar no Estado do Paraná as Redes de Atenção Materno-Infantil, de Urgência e Emergência, Saúde Mental, à Pessoa Idosa e à Pessoa com Deficiência, por meio de ações de gestão, educação permanente, participação e controle social, assistência ambulatorial e hospitalar de média e alta complexidade. Foram aplicados nessa atividade R$ 1,1 bilhão, equivalente a 28,29% do total aplicado neste Programa;
- *Assistência Farmacêutica*: esta atividade tem por finalidade formular e implementar a política de assistência farmacêutica,

como atividade integrante da atenção à saúde no Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo o acesso aos medicamentos e a promoção do uso racional com o objetivo de contribuir com a resolubilidade das ações de saúde em todos os níveis. O montante aplicado em 2014 foi de R$ 319,2 milhões, equivalentes a 7,93% do total aplicado neste Programa.

2.6.4. Gestão Institucional – Outros Poderes e Ministério Público

Este programa, inserido como "de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado", compreende um conjunto de Iniciativas dos Poderes Judiciário e Legislativo, além do Ministério Público, destinadas a alcançar os objetivos das respectivas Instituições.

Tabela 40
Programa Gestão Institucional – Outros Poderes e Ministério Público – 2014

Em R$

PROJETO/ATIVIDADE	AUTORIZADO FINAL	%	REALIZADO	%	Real./Aut. %	% DO OGE* AUTORIZ	% DO OGE* REALIZADO
IMPLANTAÇÃO DO CENTRO JUDICIÁRIO	17.200.310,00	0,47%	13.798.900,00	0,44%	80,22%	0,04%	0,04%
PROCESSO LEGISLATIVO	478.251.080,00	13,20%	268.719.866,50	8,59%	56,19%	1,24%	0,77%
FUNDO ESPECIAL DE MODERNIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
FISCALIZAÇÃO DA EFETIVA E REGULAR APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS	392.069.370,00	10,82%	376.969.484,62	12,05%	96,15%	1,01%	1,08%
FUNDO ESPECIAL DO CONTROLE EXTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS - FETC	1.380.000,00	0,04%	91.455,00	0,00%	6,63%	0,00%	0,00%
ESTATIZAÇÃO, EXPANSÃO E APERFEICOAMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	159.202.960,00	4,40%	142.895.393,00	4,57%	89,76%	0,41%	0,41%
PROMOVER E GESTIONAR AS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS	1.434.210.850,00	39,60%	1.397.876.403,47	44,68%	97,47%	3,71%	4,00%
REEQUIPAMENTO, MANUTENÇÃO E EDIFICAÇÃO, PARA PROMOVER AS ATIVIDADE	441.946.564,00	12,20%	250.419.513,75	8,00%	56,66%	1,14%	0,72%
ADMINISTRAÇÃO DOS SERVIÇOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	661.621.380,00	18,27%	647.467.005,20	20,69%	97,86%	1,71%	1,85%
FUNDO ESPECIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ - FUEMP	36.125.990,00	1,00%	30.605.368,66	0,98%	84,72%	0,09%	0,09%
TOTAL DO PROGRAMA	**3.622.008.504,00**	**100,00%**	**3.128.843.390,20**	**100,00%**	**86,38%**	**9,36%**	**8,96%**

Fonte: Lei nº 17.013/2011 (PPA), Lei nº 17.631/2013 (LDO), Lei nº 17.886/2013 (LOA), Balanço Geral do Estado e Relatório de Execução Físico-financeira do Orçamento 2014 (peças 63 e 64).

Foram aplicados R$ 3,1 bilhões neste Programa, equivalentes a 8,96% do total aplicado pelo Estado no exercício em análise. Os projetos/atividades que se destacaram dentro deste Programa, representando 77,42% da realização, foram:

- *Promover e Gestionar as Atividades Judiciárias:* tendo por finalidade atender aos preceitos contidos na Constituição Federal, na Constituição Estadual e no Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, que disciplinam o funcionamento dos Órgãos incumbidos da Administração Jurisdicional e de seus serviços auxiliares. Custear os trâmites dos processos de 1ª e 2ª instâncias. Estabelecer programas de modernização da Justiça Estadual. Manter e ampliar a estrutura do Poder Judiciário Estadual visando agilizar o atendimento aos jurisdicionados, expandir a

informatização em toda a Justiça. Com aplicação em 2014 de R$ 1,4 bilhão, equivaleu a 44,68% do total realizado no Programa*;*

- *Administração dos Serviços do Ministério Público:* objetiva manter, aperfeiçoar e ampliar a estrutura administrativa e operacional do Ministério Público, desenvolvendo ações de fortalecimento e modernização no campo administrativo, financeiro, de gestão de pessoas e de tecnologia da informação, na melhoria das estruturas físicas e materiais, dentre outras ações de aperfeiçoamento organizacional, que visam assegurar o atendimento das funções legais e constitucionais e à crescente demanda pela atuação do Ministério Público junto à sociedade. Nesta atividade foi realizado em 2014 o montante de R$ 647,5 milhões, correspondentes a 20,69% do total das aplicações do programa;
- *Fiscalização da Efetiva e Regular Aplicação dos Recursos* Públicos: tem como finalidade fiscalizar o uso do dinheiro público pelo estado e pelos 399 municípios paranaenses, em complemento à atribuição do poder legislativo, garantindo que os recursos sejam bem aplicados e retornem à comunidade por meio de serviços de qualidade. Nesta atividade foi realizado em 2014 o montante de R$ 377 milhões, correspondentes a 12,05% do total das aplicações do programa.

2.6.5. Paraná Seguro

Este Programa finalístico, tem como propostas combater o crime organizado; desenvolver aplicação ampliada de inteligência e tecnologia em segurança; fortalecer as forças policiais civil e militar; prevenir a violência entre os jovens e reduzir a criminalidade urbana e rural.

As estratégias de ação abrangem: o uso da inteligência e da gestão de informações; o conhecimento dos problemas e anseios da sociedade; o aperfeiçoamento do Sistema de Segurança Pública e o respeito às instituições que o compõem; a retomada dos investimentos pelo aperfeiçoamento dos mecanismos de captação e aplicação dos recursos; a criação de comandos integrados para que as unidades executoras atuem

de acordo com as peculiaridades regionais e o estabelecimento de iniciativas coerentes para a redução da criminalidade em todo o Estado.

Tabela 41
Programa Paraná Seguro – 2014

Em R$

PROJETO/ATIVIDADE	AUTORIZADO FINAL	%	REALIZADO	%	Real./Aut. %	% DO OGE* AUTORIZ	% DO OGE* REALIZADO
INVESTIMENTOS PARA O PARANÁ SEGURO	45.093.369,00	1,52%	31.605.831,60	1,27%	70,09%	0,12%	0,09%
INVESTIMENTOS PARA SEGURANÇA PÚBLICA - PROJETO MULTISSETORIAL - BNDE	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
INVESTIMENTOS PARA SEGURANÇA PÚBLICA - PROINVESTE - BANCO DO BRASIL	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
INVESTIMENTOS PARA O PARANÁ SEGURO - BID	16.657.600,00	0,56%	13.354.800,00	0,54%	80,17%	0,04%	0,04%
GESTÃO DO GRUPAMENTO AEROPOLICIAL - RESGATE AEREO - GRAER	4.708.672,00	0,16%	1.205.170,03	0,05%	25,59%	0,01%	0,00%
AÇÕES DA POLÍCIA JUDICIÁRIA	451.916.992,00	15,21%	415.505.712,73	16,72%	91,94%	1,17%	1,19%
AÇÕES DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO	354.055,00	0,01%	190.368,48	0,01%	53,77%	0,00%	0,00%
FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PARA A POLÍCIA CIVIL	713.449,00	0,02%	324.309,64	0,01%	45,46%	0,00%	0,00%
AÇÕES DO COMANDO GERAL DA POLÍCIA MILITAR	1.142.365.268,00	38,44%	1.140.940.264,55	45,90%	99,88%	2,95%	3,27%
AÇÕES DO 1º COMANDO DA PMPR - CURITIBA	793.170,00	0,03%	397.803,33	0,02%	50,15%	0,00%	0,00%
AÇÕES DO 2º COMANDO DA PMPR - LONDRINA	2.556.093,00	0,09%	772.456,51	0,03%	30,22%	0,01%	0,00%
AÇÕES DO POLICIAMENTO RODOVIÁRIO	434.238,00	0,01%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
AÇÕES DO POLICIAMENTO AMBIENTAL	1.798.644,00	0,06%	398.344,83	0,02%	22,15%	0,00%	0,00%
AÇÕES DO CORPO DE BOMBEIROS	144.351.706,00	4,86%	124.739.101,86	5,02%	86,41%	0,37%	0,36%
FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PARA A POLÍCIA MILITAR	876.451,00	0,03%	424.644,30	0,02%	48,45%	0,00%	0,00%
AÇÕES DO INSTITUTO MÉDICO-LEGAL	35.760.218,00	1,20%	28.688.280,92	1,15%	80,22%	0,09%	0,08%
AÇÕES DO INSTITUTO DE CRIMINALISTICA	32.912.511,00	1,11%	28.142.489,44	1,13%	85,51%	0,08%	0,08%
AÇÕES DA CORREGEDORIA DA POLÍCIA CIVIL	261.356,00	0,01%	203.864,02	0,01%	78,00%	0,00%	0,00%
AÇÕES DO DETRAN	559.063.196,00	18,81%	368.715.362,27	14,83%	65,95%	1,44%	1,06%
AÇÕES DO FUMPM	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
AÇÕES DO FUNRESPOL	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
AÇÕES DO FUNRESTRAN	36.870.000,00	1,24%	13.300.719,06	0,54%	36,07%	0,10%	0,04%
AÇÕES DO FUNCB	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
AÇÕES DO 3º COMANDO DA PMPR - MARINGÁ	2.207.928,00	0,07%	427.841,38	0,02%	19,38%	0,01%	0,00%
AÇÕES DO 4º COMANDO DA PMPR - PONTA GROSSA	1.473.100,00	0,05%	369.796,30	0,01%	25,10%	0,00%	0,00%
AÇÕES DO 5º COMANDO DA PMPR - CASCAVEL	2.775.243,00	0,09%	573.319,91	0,02%	20,66%	0,01%	0,00%
AÇÕES DO 6º COMANDO DA PMPR - SAO JOSE DOS PINHAIS	1.819.670,00	0,06%	473.419,47	0,02%	26,02%	0,00%	0,00%
AÇÕES DO FUNESP	485.882.592,00	16,35%	314.863.943,78	12,67%	64,80%	1,25%	0,90%
TOTAL DO PROGRAMA	**2.971.645.521,00**	**100,00%**	**2.485.617.844,41**	**100,00%**	**83,64%**	**7,67%**	**7,12%**

Fonte: Lei nº 17.013/2011 (PPA), Lei nº 17.631/2013 (LDO), Lei nº 17.886/2013 (LOA), Balanço Geral do Estado e Relatório de Execução Físico-financeira do Orçamento 2014 (peças 63 e 64).

O montante de R$ 2,5 bilhões aplicado neste Programa correspondeu a 7,12% do total dos gastos do Estado em 2014. Os projetos/atividades que se destacaram dentro deste Programa, representando 77,45% da realização, foram:

- *Ações do Comando Geral da Polícia Militar*: tem por finalidade melhorar o grau de segurança do cidadão proporcionando suporte à prevenção e repressão da criminalidade e da violência; garantir o funcionamento do sistema médico, hospitalar, odontológico e laboratorial do Hospital da Polícia Militar, com vistas ao atendimento da saúde dos policiais militares e seus dependentes; prover os meios necessários ao desenvolvimento das ações pertinentes ao Comando Geral da Polícia Militar. A aplicação nesta atividade foi de R$ 1,1 bilhão, representando 45,90% do total aplicado no Programa;

- *Ações da Polícia Judiciária:* sua finalidade é executar os serviços de polícia judiciária em todo o Estado; promover ações específicas de combate ao crime organizado por meio do trabalho investigativo, de inteligência e de realização de operações conjuntas com outros órgãos e unidades policiais; elaborar programas para atendimento aos grupos vulneráveis vítimas de violência; e instaurar inquéritos policiais para a elucidação de crimes e redução da criminalidade. Foi aplicado em 2014, R$ 415,5 milhões, o que representou 16,72% do total realizado no Programa;
- *Ações do Detran:* a finalidade é cumprir e fazer cumprir a legislação de trânsito, visando a manutenção das atividades típicas e serviços básicos no contexto da coordenação e controle do tráfego urbano; otimizar os mecanismos estruturais, operacionais e gerenciais da Autarquia, qualificando e dinamizando, permanentemente, os serviços prestados aos clientes do sistema de trânsito em particular e à comunidade em geral; prover mecanismos de redução dos índices de acidentes de trânsito no Estado, fomentando a participação da comunidade, capacitando-a e instrumentalizando-a para a humanização do trânsito paranaense; e participar de ações integradas de segurança pública e de melhoria da malha viária estadual e municipal. A aplicação em 2014 foi de R$ 368,7 milhões, equivalendo a 14,83% do valor total realizado neste Programa.

2.6.6. Demais Programas de Governo

Os demais programas de governo corresponderam a um montante de R$ 6,6 bilhões, e foram responsáveis por 18,92% do total realizado no exercício de 2014.

Tabela 42
Demais Programas – 2014

Em R$

PROGRAMA	AUTORIZADO FINAL	%	REALIZADO	%	Real./Aut. %	% DO OGE* AUTORIZ.	% DO OGE* REALIZADO
ACESSO À JUSTIÇA	64.918.632,00	0,75%	38.172.936,51	0,58%	58,80%	0,17%	0,11%
DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES	180.374.517,00	2,10%	115.746.690,95	1,75%	64,17%	0,47%	0,33%
DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA CIDADANIA / PDI - CIDADANIA	475.493.323,00	5,53%	426.305.885,09	6,45%	89,66%	1,23%	1,22%
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E ABASTECIMENTO	176.728.263,00	2,05%	133.661.408,09	2,02%	75,63%	0,46%	0,38%
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO	3.393.652,00	0,04%	627.262,95	0,01%	18,48%	0,01%	0,00%
EDUCAÇÃO PARA TODOS	673.795.562,00	7,83%	565.412.485,98	8,56%	83,91%	1,74%	1,62%
EXCELÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR	1.956.064.567,00	22,74%	1.595.643.471,65	24,16%	81,57%	5,05%	4,57%
MORAR BEM PARANÁ	111.865.103,00	1,30%	109.808.825,14	1,66%	98,16%	0,29%	0,31%
PARANÁ COMPETITIVO	53.460.064,00	0,62%	45.869.694,81	0,69%	85,80%	0,14%	0,13%
PARANÁ INOVADOR	186.065.274,00	2,16%	126.089.982,68	1,91%	67,77%	0,48%	0,36%
PARANÁ SUSTENTÁVEL	284.333.949,00	3,31%	60.641.530,74	0,92%	21,33%	0,73%	0,17%
PARANÁ TEM CULTURA	17.707.579,00	0,21%	13.589.530,97	0,21%	76,74%	0,05%	0,04%
PARANÁ: ESPORTE, LAZER E ATIVIDADE FÍSICA	40.905.390,00	0,48%	31.094.628,11	0,47%	76,02%	0,11%	0,09%
PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	406.954.609,00	4,73%	154.190.676,57	2,33%	37,89%	1,05%	0,44%
REDE PARANÁ MULTIMODAL DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA	885.143.828,00	10,29%	474.838.359,02	7,19%	53,65%	2,29%	1,36%
TRABALHO, EMPREGO E EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS	18.559.028,00	0,22%	13.646.695,49	0,21%	73,53%	0,05%	0,04%
UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO	361.986,00	0,00%	361.982,52	0,01%	100,00%	0,00%	0,00%
GESTÃO ESTRATÉGICA	1.171.067.602,00	13,62%	1.079.129.162,84	16,34%	92,15%	3,02%	3,09%
GESTÃO ADMINISTRATIVA	1.705.342.338,00	19,83%	1.479.113.383,46	22,39%	86,73%	4,40%	4,24%
GESTÃO DE SERVIÇOS	188.538.283,00	2,19%	141.869.882,73	2,15%	75,25%	0,49%	0,41%
TOTAL DO PROGRAMA	**8.601.073.549,00**	**100,00%**	**6.605.814.476,30**	**100,00%**	**76,80%**	**22,21%**	**18,92%**

Fonte: Lei nº 17.013/2011 (PPA), Lei nº 17.631/2013 (LDO), Lei nº 17.886/2013 (LOA), Balanço Geral do Estado e Relatório de Execução Físico-financeira do Orçamento 2014 (peças 63 e 64).

Dentre estes programas, destacam-se:

- *Excelência no Ensino Superior:* tem como objetivos alavancar *a* Pesquisa Científica e Tecnológica e Inovação; capacitar o Quadro Docente no Ensino Superior; desenvolver o Plano de Desenvolvimento do Ensino Superior; implantar o Programa de Produtividade Docente; implantar Sistemas Regionais de Saúde-Escola; manter e aprimorar o Programa Universidade Sem Fronteiras; melhorar o fluxo discente na pós-graduação; melhorar o Índice Geral de Cursos IGC/MEC/INEP; melhorar os cursos de pós-graduação; revisar a Lei nº 12.020, que instituiu o FUNDO PARANÁ.

Foi aplicado nesse programa R$ 1,6 bilhão, o que representou 4,57% do total de recursos aplicados pelo Estado no exercício de 2014. Os principais projetos/atividades se referem à gestão das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Universidades Estaduais.

- *Gestão Administrativa:* compreende um conjunto de Iniciativas destinadas ao adequado funcionamento da máquina administrativa estadual. Presta suporte administrativo para viabilizar a execução dos Programas Finalísticos e o consequente atingimento de seus objetivos, indicadores e metas. A aplicação neste Programa em 2014 foi na ordem de R$ 1,5 bilhão, equivalente a 4,24% da realização total dos gastos do Estado.

- *Gestão Estratégica:* constitui-se de Iniciativas para a promoção do desenvolvimento integrado, por meio da renovação da administração pública e da adoção de novas práticas de gestão. No exercício de 2014 foram aplicados neste programa R$ 1,1 bilhão representando 3,09% dos gastos totais do 2.7. Despesas com Publicidade Legal e Institucional

Os serviços de publicidade têm por objetivo o caráter legal, educativo, informativo, de promoção do Estado e da cidadania e deverão estar em sintonia com as questões estratégicas do desenvolvimento socioeconômico do Paraná.

Os gastos com Publicidade são divididos em Publicidade Legal e Publicidade Institucional.

A Publicidade Legal é aquela que se destina a dar conhecimento, por meio da publicação de editais, extratos, balanços, demonstrações financeiras, atas, convocações, comunicados, avisos, e informações de ações do Poder Executivo Estadual, em Diário Oficial e jornais de circulação diária, ou em outros meios de comunicação, com o objetivo de atender a prescrição legal. É a publicidade obrigatória dos atos governamentais que serve para dar conhecimento à população e legitimidade aos atos do Poder Público, os quais precisam ser publicados para que tenham validade e eficácia.

Publicidade Institucional é aquela que se destina a divulgar informações sobre atos, ações, programas, obras, serviços, campanhas, metas e resultados dos órgãos e entidades vinculados ao Poder Executivo Estadual, com objetivo de atender ao princípio da publicidade, visando valorizar e fortalecer as instituições públicas, de atender a participação da sociedade no debate, no controle e na formação das políticas públicas.

As despesas previstas no exercício para Publicidade Legal e Institucional de todos os Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual foram apropriadamente inseridas no Plano Plurianual 2012-2015, instituído pela Lei nº 17.013 de 14/12/2011,

e inseridas no Programa Gestão do Estado, por meio da Atividade 4058 – Divulgação da Ação Governamental.

2.7.1. Legislação

Os serviços de publicidade têm regulamentação prevista na Constituição do Estado do Paraná, a qual estabelece:

> *"Art. 27 – (...)*
>
> *§ 1º. A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.*
>
> *§ 2º. Semestralmente, a administração direta, indireta e fundacional, publicará, no Diário Oficial, relatório das despesas realizadas com a propaganda e a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas, especificando os nomes dos veículos publicitários. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 7 de 24/04/2000)."*

Por outro lado, a Lei nº 17.631/2013, Lei de Diretrizes Orçamentárias, estabelece que:

> *"Art. 59. O Governo do Estado através da Secretaria de Estado da Comunicação Social publicará no Diário Oficial, trimestralmente, relatório detalhado, contendo despesas efetuadas com publicidade."*

Foi verificado que as publicações determinadas pela Constituição do Estado do Paraná foram realizadas pela Secretaria de Estado da Comunicação Social no Diário Oficial do Estado do Paraná. O relatório do primeiro semestre de 2014 foi publicado no DOE nº 9245, de 11/07/2014 e o relatório do segundo semestre de 2014 no DOE nº 9407, de 10/03/2015.

A Secretaria de Estado da Comunicação Social – SECS é o órgão responsável pelo controle da publicidade governamental, bem como pelo gerenciamento dos contratos firmados entre órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado e Agências de Publicidade, para atendimento aos serviços de divulgação, veiculação e publicidade governamental. Este controle é realizado por meio dos Pedidos de Autorização para Divulgação e Veiculação (PADV).

No exercício de 2010, foi editado o Decreto nº 8.988 de 14 de dezembro de 2010, que revogou o Decreto nº 258/1995 e trouxe a definição de Publicidade Legal e Institucional. A Resolução nº 0016/2010-SECS regulamentou o referido Decreto.

O Decreto nº 8.988/2010, publicado no Diário Oficial de 14/12/2010, estabelece que:

> *"Art.1º. Ficam sujeitos ao controle administrativo e financeiro da Secretaria de Estado da Comunicação Social – SECS, os recursos orçamentários oriundos do Tesouro e de outras fontes, bem como os diretamente arrecadados pelos Órgãos da Administração Estadual Direta e indireta, Empresas Públicas, Autarquias e Sociedades de Economia Mista, nas áreas específicas de publicidade Legal e Institucional, feitas através dos meios de comunicação de mídia impressa, radiodifusão, televisão e da internet.*
>
> *§ 1º. Compreende-se no âmbito do controle administrativo referido no "caput" deste artigo, a coordenação, supervisão técnica e normativa, a análise, e as liberações solicitadas para autorizações prévias de toda e qualquer divulgação e veiculação de iniciativa da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado do Paraná, nas modalidades de Publicidade Institucional e da Publicidade Legal."*

O modelo do trâmite de aprovação do PADV segue uma rotina. A partir de sua demanda, o órgão abre um Pedido de Autorização para Divulgação e Veiculação – PADV, informando os dados necessários. Após esta etapa o sistema encaminha à SECS para avaliação e aprovação. Em caso de aprovação, a direção do órgão solicitante também avalia e aprova, assim como a direção da SECS em seguida. Na etapa de aprovação financeira, o responsável pelo pagamento no órgão pagador aprova (quando da aprovação pelo financeiro, o sistema integra com o SIAF, buscando o número do empenho) e encaminha para a aprovação final da SECS, que acontece após o pagamento, quando efetuado no SIAF.

2.7.2. Processo Licitatório

Em 2011, foi aberta a Concorrência Pública nº 001/2011 para contratação de seis agências de propaganda para a prestação de serviços de publicidade, para atender a Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual, incluídas as Empresas Públicas, Autarquias e Sociedades de Economia Mista.

Esta licitação foi executada sob a regência da Lei nº 12.232 de 29 de abril de 2010, denominada Lei das Licitações de Publicidade, que definiu critérios para as contratações e execuções dos contratos de publicidade e propaganda.

Esta Lei exige total transparência aos processos licitatórios, adotando critérios objetivos para escolha do vencedor e principalmente exigindo que os julgadores da melhor escolha técnica sejam profissionais da área. Foi claramente definido que a modalidade licitatória "pregão" é vedada, uma vez que a mesma não consta do rol do artigo 5º da Lei.

Na execução dos contratos destacamos algumas inovações trazidas por esta Lei, como:

- somente pessoas físicas ou jurídicas previamente cadastradas pelo contratante (órgão ou entidade responsável pela licitação), poderão fornecer ao contratado (vencedor da licitação) bens ou serviços especializados relacionados com as atividades complementares da execução do objeto do contrato;
- o fornecimento de bens ou serviços especializados exigirá sempre a apresentação pelo contratado (vencedor da licitação) ao contratante (órgão ou entidade responsável pela licitação), de pelo menos 3 (três) orçamentos obtidos entre pessoas que atuem no mercado do ramo do fornecimento pretendido.

A Lei busca contratações vantajosas à Administração Pública, afastando a efetivação de irregularidades nas contratações de agências de propaganda, respeitando-se o bom uso do dinheiro público e fortalecendo o Setor.

Em 19 de março de 2012, foi concluído o processo licitatório para a prestação de serviços de publicidade. A vigência inicial dos contratos terá duração de 12 meses, contados a partir da data da sua assinatura, 12/04/2012. O valor de R$ 143.500.000,00 fixados no edital da Licitação foi dividido entre as 6 empresas vencedoras, conforme tabela a seguir.

Tabela 43
Empresas Vencedoras da Licitação e Valor Adjudicado – 2012 a 2014

Em R$

AGÊNCIA DE PROPAGANDA	VALOR ADJUDICADO	ADITIVOS	PRAZOS
G/Pac Comunicação Integrada Ltda	23.916.000,00	4º	11/04/2016
Master Publicidade Ltda	23.920.000,00	4º	11/04/2016
C.C.Z. Publicidade e Marketing Ltda	23.916.000,00	4º	11/04/2016
OpusMultipla Comunicação Integrada S.A.	23.916.000,00	4º	11/04/2016
Tif Comunicação Ltda	23.916.000,00	4º	11/04/2016
By Vivas Agência de Publicidade e Propaganda Ltda	23.916.000,00	5º	11/04/2016
TOTAL	**143.500.000,00**		

Fonte: Registros do Sistema Estadual de Informações – SEI-Licitações

Os contratos foram aditivados em datas de 12 de abril de 2014 e 12 de abril de 2015, tendo seus prazos prorrogados até 11 de abril de 2015 e 11 de abril de 2016, respectivamente.

Constam ainda registrados no sistema deste Tribunal SEI-Licitações os valores estimados de gastos com publicidade para o exercício de 2013 e 2014, para os órgãos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual.

Tabela 44
Valores Previstos de Gastos com Publicidade, por Entidade – 2012 e 2014.

Em R$

ENTIDADE	VALOR DE REFERÊNCIA
COMPANHIA PARANAENSE DE GAS	2.800.000,00
COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA- COPEL/HOLDING	15.000.000,00
SECRETARIA ESTADO TRABALHO, EMPREGO E ECONOMIA SOLIDARIA	200.000,00
SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL	75.472.177,00
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO	500.000,00
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA	100.000,00
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	350.000,00
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA	5.000.000,00
FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	2.473.715,00
FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	400.000,00
COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ	8.600.000,00
DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO ESTADO DO PARANÁ	12.000.000,00
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ	459.108,00
INSTITUTO PARANAENSE DE CIENCIA DO ESPORTE	12.000,00
PARANÁ TURISMO	1.130.000,00
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ	14.000.000,00
SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE	580.000,00
AGENCIA DE FOMENTO DO PARANA S.A	4.000.000,00
SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO	50.000,00
INSTITUTO DAS ÁGUAS DO PARANÁ	113.000,00
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA	200.000,00
SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE	60.000,00
TOTAL	**143.500.000,00**

Fonte: Registros do Sistema Estadual de Informações – SEI-Licitações

2.7.3. Execução das Despesas de Publicidade Legal e Institucional

No exercício de 2014, os gastos efetivos (despesa empenhada) com Publicidade Legal e Institucional totalizaram R$ 97,7 milhões, conforme se demonstra na tabela a seguir.

Tabela 45
Despesas com Publicidade Legal e Institucional – 2014

Em R$ mil

ÓRGÃO/ENTIDADES	DESPESAS COM PUBLICIDADE INSTITUCIONAL (1)	DESPESAS COM PUBLICIDADE LEGAL (2)	TOTAL DAS DESPESAS (1+2)	% S/ TOTAL
Assembléia Legislativa - AL	6.236	15	6.251	6,40
Tribunal de Contas - TC	0	74	74	0,08
Tribunal de Justiça - TJ	0	107	107	0,11
Ministério Público - MP	0	7	7	0,01
Defensoria Pública	1	0	1	0,00
Total Outros Poderes	**6.237**	**203**	**6.440**	**6,59**
Secretaria de Estado da Comunicação Social - SECS	34.611	6	34.617	35,45
Secretaria de Estado da Segurança Pública - SESP	0	23	23	0,02
Secretaria de Estado da Educação - SEED	0	613	613	0,63
Secretaria de Estado do Meio-Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA	0	0	0	0,00
Secetaria de Est.do Trabalho, Emprego e Economia Solidária - SETS	0	13	13	0,01
Demais Órgãos da Adm. Direta	65	521	586	0,60
Total da Administração Direta	**34.676**	**1.176**	**35.852**	**36,71**
Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN	8.887	649	9.536	9,76
Fundo Estadual de Saúde - FUNSAUDE	3.125	508	3.632	3,72
Universidade Estadual do Oeste do Paraná- UNIOESTE	224	703	927	0,95
Departamento de Estradas de Rodagem - DER	1	270	271	0,28
Instituto Paranaense de Ciência do Esporte - IPCE	0	4	4	0,00
Demais Órgãos da Adm. Indireta	318	2.852	3.170	3,25
Total da Administração Indireta	**12.555**	**4.985**	**17.540**	**17,96**
Instituto de Tecnologia do Estado do Paraná - TECPAR	0	37	37	0,04
Agência de Defesa Agropecuária do Paraná - ADAPAR	0	110	110	0,11
Minerais do Paraná S.A. - MINEROPAR	0	19	19	0,02
Demais Empresas Estatais Dependentes	0	313	313	0,32
Total das Estatais Dependentes	**0**	**479**	**479**	**0,49**
Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR	9.757	2.063	11.819	12,10
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	18.192	611	18.803	19,25
Agência de Fomento do Paraná S.A.	4.423	213	4.636	4,75
Demais Sociedades de Economia Mista	997	851	1.847	1,89
Total das Sociedades de Economia Mista	**33.368**	**3.738**	**37.106**	**38,00**
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE	0	28	28	0,03
Total Serviço Social Autônomo	**0**	**240**	**240**	**0,25**
TOTAL DAS DESPESAS COM PUBLICIDADE LEGAL E INSTITUCIONAL	**86.836**	**10.821**	**97.657**	**100,00**

Fonte: Peça nº 16, SIA 816 e Balancetes das Empresas Estatais não Dependentes 2014.

Os dados das Sociedades de Economia Mista, não enquadradas como Empresas Estatais Dependentes, foram extraídos dos seus respectivos demonstrativos contábeis, e também das informações encaminhada pela SECS, constante da peça 16 do presente processo.

a) Execução das Despesas com Publicidade Institucional

As despesas com Publicidade Institucional (rubricas 3390.3909 e 3390.9210) totalizaram R$ 86,8 milhões, e foram 37,45% menores, em valores constantes, comparativamente ao exercício anterior.

A única Entidade que teve incremento em relação ao exercício de 2013 foi a Agência de Fomento do Paraná S.A, com um índice de 47,86% em valores constantes.

De forma global, as Entidades de Economia Mista tiveram seus gastos com Propaganda Institucional menores em relação ao exercício anterior em 46,20%.

A tabela e o gráfico a seguir espelham os dados acima comentados.

Tabela 46
Despesas com Publicidade Institucional – Valores Constantes – 2012 a 2014

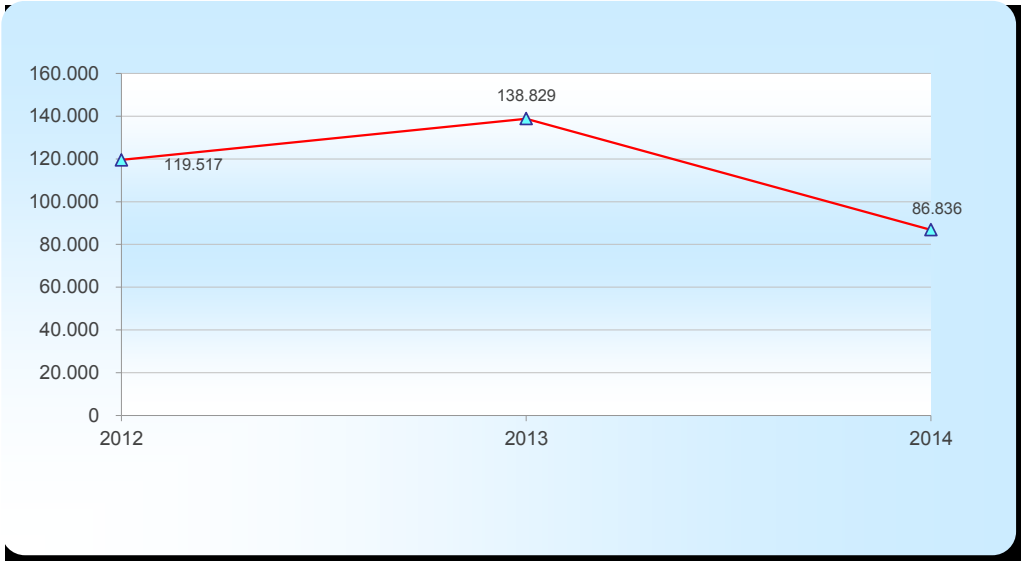
Em R$ mil

ÓRGÃO/ENTIDADE	DESPESAS COM PUBLICIDADE INSTITUCIONAL						
	2012	% s/total	2013	% s/total	2014	% s/total	% Var 13/14
Poder Executivo - Administração Direta	68.933	57,68	48.269	34,77	34.676	39,93	-28,16
Poder Executivo - Administração Indireta	16.611	13,90	22.465	16,18	12.555	14,46	-44,11
Empresas Estatais Dependentes	0	0,00	23	0,02	0	0,00	-100,00
Sociedades de Economia Mista e PARANACIDADE	27.291	22,83	62.024	44,68	33.368	38,43	-46,20
Outros Poderes	6.681	5,59	6.048	4,36	6.237	7,18	3,11
TOTAL GASTOS PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	**119.517**	**100,00**	**138.829**	**100,00**	**86.836**	**100,00**	**-37,45**

Índice de atualização IPCA-IBGE
Fonte: SIA 816 e Balancetes das Empresas Estatais não Dependentes – 2012 a 2014

Gráfico 11
Despesa com Publicidade Institucional – Valores Constantes – 2012 a 2014

Em R$ mil



Fonte: Tabela 46

b) Execução das Despesas com Publicidade Legal

As despesas com Publicidade Legal (rubrica 3390.3939) totalizaram R$ 10,8 milhões em 2014, apresentando um decréscimo de 65,52% em relação ao exercício de 2013, em valores constantes.

Somente as Empresas Estatais Dependentes tiveram um incremento real de 44,01%, como espelham os dados da tabela e o gráfico a seguir.

Tabela 47
Despesa com Publicidade Legal – Valores Constantes – 2012 a 2014

Em R$ mil

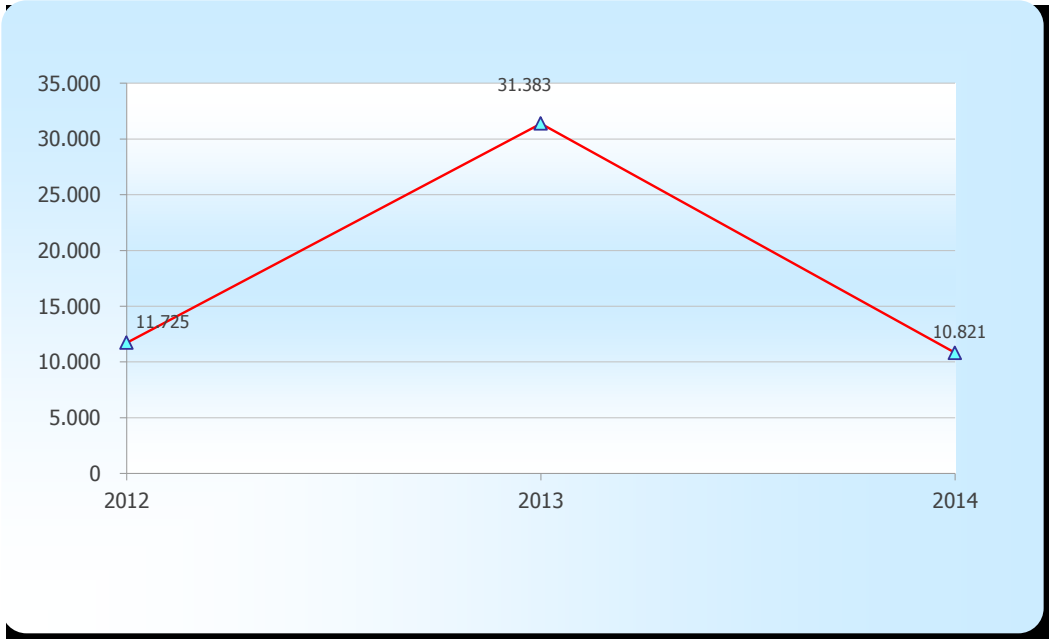
ÓRGÃO/ENTIDADE	DESPESAS COM PUBLICIDADE LEGAL						
	2012	% s/total	2013	% s/total	2014	% s/total	% Var 13/14
Poder Executivo - Administração Direta	1.516	12,93	1.394	4,44	1.176	10,87	-15,66
Poder Executivo - Administração Indireta	5.435	46,35	23.178	73,85	4.985	46,06	-78,49
Empresas Estatais Dependentes	107	0,91	332	1,06	479	4,42	44,01
Sociedades de Economia Mista e PARANACIDADE	4.101	34,98	5.324	16,97	3.979	36,77	-25,28
Outros Poderes	566	4,83	1.154	3,68	203	1,88	-82,39
TOTAL DE GASTOSPUBLICIDADE LEGAL	**11.725**	**100,00**	**31.383**	**100,00**	**10.821**	**100,00**	**-65,52**

Índice de atualização IPCA-IBGE
Fonte: SIA 816 e Balancetes das Empresas Estatais não Dependentes 2011 a 2013

Embora as Sociedades de Economia Mista e Serviços Sociais Autônomos tenham apresentado decréscimo real de 25,28% nas Despesas com Publicidade Legal em relação ao exercício anterior, individualmente algumas Entidades tiveram incremento, como: Agência de Fomento 96,01%, CELEPAR 41,64%; ELEJOR 12,42% e SANEPAR com 9,90%.

Gráfico 12
Despesa com Publicidade Legal – Valores Constantes – 2012 a 2014

Em R$ mil



Fonte: Tabela 47

2.7.4. Comparativo Despesas Empenhadas *versus* Despesas com Autorizações PADVs

A autorização prévia para realização de despesas com Publicidade Legal e Institucional de todos os Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual, como mencionado anteriormente, é de responsabilidade da Secretaria Estadual de Comunicação Social. No entanto, alguns órgãos não estão subordinados a esta regra em razão de suas autonomias administrativas e financeiras, sendo eles: Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça, Defensoria Pública e Ministério Público. Para fins de comparativo das Despesas Empenhadas *versus* Despesas com Autorizações PADVs, foram excluídas as despesas desses órgãos, uma vez que não se submetem ao processo de autorização prévia (PADV).

Tabela 48
Comparativo Despesas com Autorizações (PADVs) x Despesas Empenhadas – 2014

Em R$ mil

ÓRGÃO/ENTIDADE	AUTORIZAÇÕES POR PADV'S INSTITUCIONAL (1)	DESPESAS COM PUBLICIDADE INSTITUCIONAL (2)	% (1/2)	AUTORIZAÇÕES POR PADV'S LEGAL (3)	DESPESAS COM PUBLICIDADE LEGAL (4)	% (3/4)
Secretaria de Estado da Comunicação Social - SECS	34.818	34.611	100,60	6	6	100,00
Secretaria de Estado da Segurança Pública - SESP	0	0	0,00	23	23	100,00
Secretaria de Estado da Educação - SEED	0	0	0,00	613	613	100,00
Secretaria de Estado do Meio-Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA	0	0	0,00	0	0	0,00
Secetaria de Est.do Trabalho, Emprego e Economia Solidária - SETS	0	0	0,00	13	13	100,00
Demais Órgãos da Adm. Direta	56	65	86,45	518	521	99,53
Total da Administração Direta	**34.874**	**34.676**	**100,57**	**1.174**	**1.176**	**99,79**
Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN	8.887	8.887	100,00	649	649	100,00
Fundo Estadual de Saúde - FUNSAUDE	3.125	3.125	100,00	508	508	100,00
Universidade Estadual do Oeste do Paraná- UNIOESTE	224	224	100,00	703	703	100,00
Departamento de Estradas de Rodagem - DER	0	1	0,00	270	270	100,00
Instituto Paranaense de Ciência do Esporte - IPCE	0	0	0,00	4	4	100,00
Demais Órgãos da Adm. Indireta	463	318	145,46	2.852	2.852	100,00
Total da Administração Indireta	**12.698**	**12.555**	**101,14**	**4.985**	**4.985**	**100,00**
Instituto de Tecnologia do Estado do Paraná - TECPAR	0	0	0,00	19	37	52,08
Agência de Defesa Agropecuária do Paraná - ADAPAR	0	0	0,00	110	110	100,00
Minerais do Paraná S.A. - MINEROPAR	0	0	0,00	19	19	100,00
Demais Empresas Estatais Dependentes	0	0	0,00	0	0	100,00
Total das Estatais Dependentes	**0**	**0**	**0,00**	**461**	**479**	**96,30**
Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR	8.454	9.757	86,65	1.916	2.063	92,91
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	16.976	18.192	93,31	611	611	100,00
Agência de Fomento do Paraná S.A.	4.241	4.423	95,90	213	213	100,00
Demais Sociedades de Economia Mista	3.421	997	343,19	802	851	94,24
Total das Sociedades de Economia Mista	**33.092**	**33.368**	**99,17**	**3.543**	**3.738**	94,78
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE	0	0	0,00	28	28	100,00
Total Serviço Social Autônomo	**0**	**0**	**0,00**	**240**	**240**	**100,00**
TOTAL GERAL	**80.665**	**80.599**	**100,08**	**10.402**	**10.618**	**97,97**
TOTAL PADVs (1+3) = 5				**91.067**		
TOTAL GASTOS COM PUBLICIDADE LEGAL E INSTITUCIONAL (2+4) = 6					**91.217**	
% PADVs / TOTAL GASTOS (5/6)						**99,84%**

Fonte: Peça 13, SIA 816 e Balancetes das Empresas Estatais não Dependentes

Conforme se observa na tabela anterior, os gastos com Publicidade Legal e Institucional da Administração Direta, Indireta, Estatais Dependentes e Sociedades de Economia Mista, excluídos os órgãos que não se submetem ao processo de autorização prévia, foram de R$ 91,2 milhões, sendo que 99,84% destas despesas tiveram PADVs, no valor de R$ 91,1 milhões.

A Secretaria de Estado da Comunicação Social – SECS desenvolveu, em conjunto com a Companhia de Informática do Paraná – CELEPAR, um sistema denominado Gestão de Autorização para Divulgação e Veiculação – GADV, abrangendo todos os órgãos da Administração Estadual (Direta, Indireta e Empresas), e que de modo geral foi criado para gerenciar o PADV.

Este sistema, segundo sua concepção, deveria ser integrado ao SIAF e ser responsável pela busca de dados e informações precisas da contabilidade, dos gastos com Publicidade Legal e Institucional, da Administração Direta e Indireta do Estado.

A finalidade para qual o GADV foi criado era a de vedar a realização de despesas com Publicidade Legal e Institucional sem a devida autorização prévia via PADV.

A tabela e o gráfico a seguir sintetizam este comparativo.

Tabela 49
Resumo-Comparativo: Despesas com Autorizações (PADVs) x Despesas Empenhadas – 2014

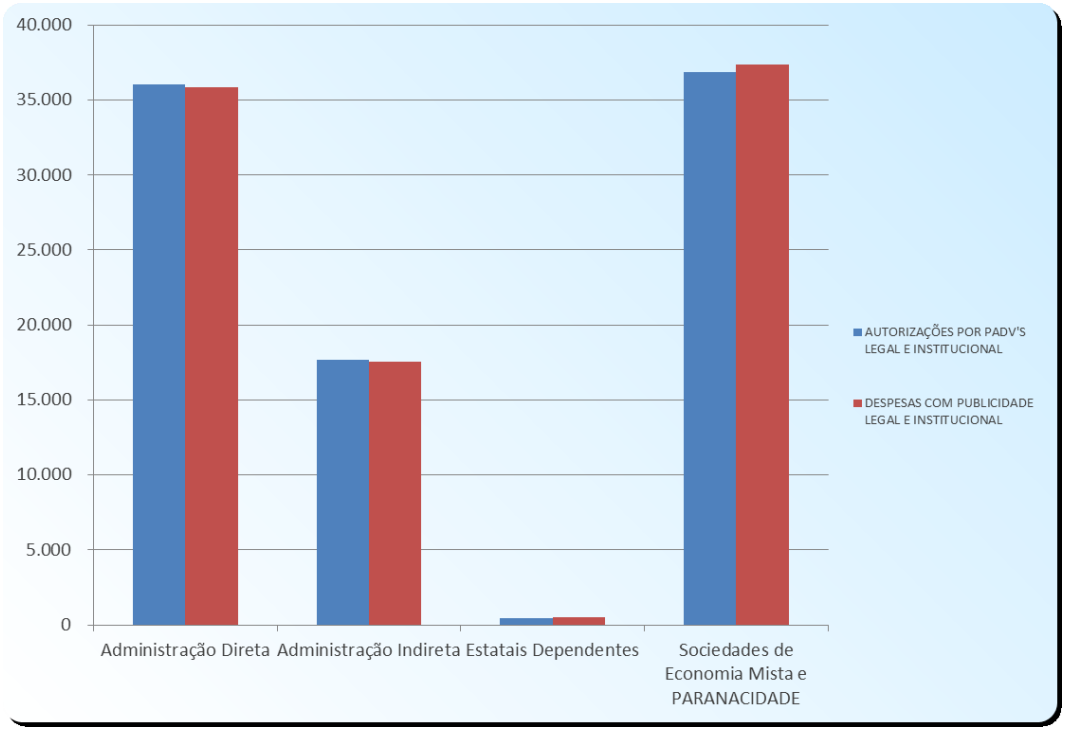
Em R$ mil

ÓRGÃO/ENTIDADE	AUTORIZAÇÕES POR PADV'S LEGAL E INSTITUCIONAL (1)	DESPESAS COM PUBLICIDADE LEGAL E INSTITUCIONAL (2)	% (1/2)
Administração Direta	36.048	35.852	100,55
Administração Indireta	17.683	17.540	100,82
Estatais Dependentes	461	479	96,30
Sociedades de Economia Mista e PARANACIDADE	36.875	37.347	98,74
TOTAL	**91.067**	**91.217**	**99,84**

Fonte: Tabela 48

Gráfico 13
Comparativo Despesas com Autorizações (PADVs) x Despesas Empenhadas – 2014

Em R$ mil



Fonte: Tabela 49

2.8. FUNDOS ESPECIAIS

Os Fundos Especiais são instituídos por lei e constituem-se em instrumentos de descentralização da administração financeira dos recursos vinculados à realização de determinados objetivos ou serviços, sendo uma forma de gestão autônoma de recursos públicos, sempre atrelados a um órgão da Administração Pública, centralizada ou descentralizada. Não constituem entidades jurídicas, mas sim unidades orçamentárias, ou seja, entes contábeis, representados por um conjunto de contas especiais que identificam e demonstram as origens e as aplicações de recursos nas atividades para as quais foram criados.

A constituição de Fundos Especiais está prescrita no art. 71 da Lei Federal nº 4.320/64, como o produto de receitas específicas que, por lei, vinculam-se à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação. Trata-se de uma forma de gerir separadamente os recursos

destinados a uma finalidade específica, em conformidade com os objetivos de política econômica, social ou administrativa do Governo.

A seguir estão elencados os 45 Fundos Especiais existentes na estrutura da Administração Pública Estadual e suas respectivas situações em 2014.

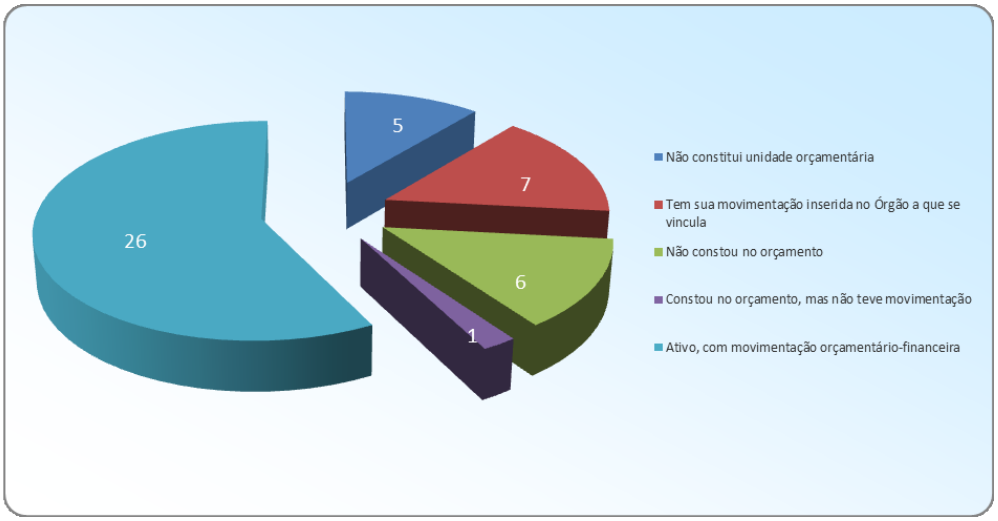
Tabela 50
Situação dos Fundos Especiais – 2014

FUNDO ESPECIAL	LEI DE CRIAÇÃO	SITUAÇÃO EM 2014
Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE	5515/1967	Não constitui unidade orçamentária
Fundo de Desenvolvimento Urbano – FDU	8917/1988	Não constitui unidade orçamentária
Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Estado do Paraná - FAGAFPR	14431/2004	Não constitui unidade orçamentária
Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas do Paraná - FGP/PR	17046/2012	Não constitui unidade orçamentária
Fundo Garantidor Sanitário	18176/2014	Não constitui unidade orçamentária
Fundo Rotativo (TJ)	Dec Jud 321 e 501/2005	Movimentação inserida no Órgão a que se vincula
Fundo Rotativo (SESP)	10050/1992	Movimentação inserida no Órgão a que se vincula
Fundo Rotativo (SEED)	14267/2003	Movimentação inserida no Órgão a que se vincula
Fundo Rotativo (DETRAN)	15695/2007	Movimentação inserida no Órgão a que se vincula
Fundo Rotativo (MP)	17228/2012	Movimentação inserida no Órgão a que se vincula
Fundo Rotativo (SEJU)	17072/2012	Movimentação inserida no Órgão a que se vincula
Fundo Rotativo da Polícia Científica do Paraná	18378/2014	Movimentação inserida no Órgão a que se vincula
Fundo de Equalização do Microcrédito – FEM	16357/2009	Não constou no orçamento
Fundo de Preservação Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba – FPA-RMC	12248/1998	Não constou no orçamento
Fundo Especial de Modernização da ALEP – FEMALEP	LC nº 154/2013	Não constou no orçamento
Fundo Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – FUNDEPPIR	17.726/2013	Não constou no orçamento
Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados - FUNSEG	17.838/2013	Não constou no orçamento
Fundo Estadual da Cultura – FEC	17043/2011	Não constou no orçamento
Fundo Estadual de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social – FEHRIS	119/2007	Constou no orçamento, mas não teve movimentação
Fundo de Previdência	17435/2012	Ativo, com movimentação orçamentário-financeira
Fundo Financeiro	17435/2012	Ativo, com movimentação orçamentário-financeira
Fundo Militar	17435/2012	Ativo, com movimentação orçamentário-financeira
Fundo Estadual de Politica sobre Droga - FESD	17244/2012	Ativo, com movimentação orçamentário-financeira
Fundo Estadual dos Direitos do Idoso	16732/2010	Ativo, com movimentação orçamentário-financeira
Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública do Estado do Paraná - FADEP	136/2011	Ativo, com movimentação orçamentário-financeira
Fundo de Manut.e Desenvolv.Educ.Básica e Valoriz.dos Prof.da Educação - FUNDEB	11494/2007	Ativo, com movimentação orçamentário-financeira
Fundo de Equipamento Agropecuário – FEAP	823/1951	Ativo, com movimentação orçamentário-financeira
Fundo de Reequipamento de Trânsito – FUNRESTRAN	6264/1972	Ativo, com movimentação orçamentário-financeira
Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário – FUNREJUS	12216/1998	Ativo, com movimentação orçamentário-financeira
Fundo de Reequipamento do Fisco – FUNREFISCO	10898/1994	Ativo, com movimentação orçamentário-financeira
Fundo Estadual de Saúde – FUNSAÚDE	10703/1994	Ativo, com movimentação orçamentário-financeira
Fundo Especial Controle Externo do Tribunal de Contas – FETC/PR	113/2005	Ativo, com movimentação orçamentário-financeira
Fundo Especial da PGE – FEPGE/PR	14234/2003	Ativo, com movimentação orçamentário-financeira
Fundo Especial do MP do Paraná – FUEMP/PR	12241/1998	Ativo, com movimentação orçamentário-financeira
Fundo da Justiça do Poder Judiciário do Estado do Paraná - FUNJUS	15942/2008	Ativo, com movimentação orçamentário-financeira
Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS	11362/1996	Ativo, com movimentação orçamentário-financeira
Fundo Estadual de Defesa do Consumidor – FECON	14975/2005	Ativo, com movimentação orçamentário-financeira
Fundo Estadual do Meio Ambiente – FEMA	12945/2000	Ativo, com movimentação orçamentário-financeira
Fundo Judiciário	15337/2006	Ativo, com movimentação orçamentário-financeira
Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA	10014/1992	Ativo, com movimentação orçamentário-financeira
Fundo Paraná - FP	12020/1998	Ativo, com movimentação orçamentário-financeira
Fundo Penitenciário – FUPEN	4955/1964 alterada pela Lei 17140/2012	Ativo, com movimentação orçamentário-financeira
Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FRHI	12726/1999	Ativo, com movimentação orçamentário-financeira
Fundo de atendimento a saúde dos policiais militares do Paraná - FASPM	14605/2005	Ativo, com movimentação orçamentário-financeira
Fundo Especial de Segurança Pública do Estado do Parana - FUNESP	16944/2011	Ativo, com movimentação orçamentário-financeira

Fonte: SIA 850 – Administração Indireta e LOA 2014

Para uma melhor visualização, segue o gráfico que apresenta de forma mais clara a situação demonstrada na tabela anterior.

Gráfico 14
Situação dos Fundos Especiais do Poder Executivo Estadual – 2014



Fonte: SIA 850 e Orçamento Anual 2014

Conforme demonstrado na tabela e gráfico anteriores, 26 Fundos tiveram movimentação orçamentário-financeira em 2014. E ainda, 5 Fundos não constituem unidades orçamentárias, e 7 Fundos tem suas movimentações inseridas nos Órgãos a que se vinculam. Os demais, 7 Fundos, se encontram inoperantes, sendo que 1 constou no orçamento, mas não teve movimentação, e os outros 6 não constaram no orçamento.

2.8.1. Execução Orçamentária dos Fundos Especiais

A tabela a seguir apresenta os Fundos Especiais que tiveram movimentação orçamentária no exercício de 2014, à exceção do FUNDEB, Fundo de Previdência, Fundo Financeiro e Fundo Militar que são tratados em capítulos específicos desta instrução.

Tabela 51
Execução Orçamentária dos Fundos Especiais – 2014

Em R$ mil

Nº	ENTIDADE	RECEITA ARRECADADA (1)	% S/ TOTAL	DESPESA REALIZADA (2)	% S/ TOTAL	RESULTADO ORÇAMENT. (1-2)
1	Fundo Especial de Reequipamento do Poder Judic. - FUNREJUS	287.838	7,52%	250.420	4,96%	37.418
2	Fundo Esp.do Contr.Externo do Tribunal de Contas - FETC/PR	18.323	0,48%	254	0,01%	18.070
3	Fundo Especial do Ministério Público - FUEMP	35.439	0,93%	30.837	0,61%	4.603
4	Fundo Estadual dos Direitos do Idoso	3.537	0,09%	48	0,00%	3.489
5	Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública do Estado do Paraná - FADEP	2.453	0,06%	214	0,00%	2.239
6	Fundo Estadual de Defesa do Consumidor - FECON	2.083	0,05%	168	0,00%	1.915
7	Fundo Penitenciário - FUPEN	4.287	0,11%	3.894	0,08%	393
8	Fundo de Atendimento à Saúde dos Policiais Militares do Paraná - FASPM	1.500	0,04%	1.178	0,02%	322
9	Fundo Estadual de Politica sobre Droga - FESD	70	0,00%	6	0,00%	64
10	Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FRHI	5.730	0,15%	5.977	0,12%	-247
11	Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado - FEPGE	5.085	0,13%	5.795	0,11%	-711
12	Fundo de Reequipamento do Trânsito - FUNRESTRAN	12.163	0,32%	13.461	0,27%	-1.298
13	Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS	54.163	1,41%	55.715	1,10%	-1.552
14	Fundo de Equipamento Agropecuário - FEAP	226	0,01%	2.334	0,05%	-2.108
15	Fundo da Justiça do Poder Judic.do Estado do Paraná - FUNJUS	140.487	3,67%	142.895	2,83%	-2.409
16	Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA	11.834	0,31%	14.989	0,30%	-3.155
17	Fundo Judiciário	6.709	0,18%	13.799	0,27%	-7.090
18	Fundo de Reequipamento do Fisco - FUNREFISCO	17.243	0,45%	34.153	0,68%	-16.909
19	Fundo Estadual p/ Infância e Adolescência - FIA	22.010	0,57%	48.875	0,97%	-26.865
20	Fundo Paraná	13.078	0,34%	59.854	1,19%	-46.777
21	Fundo Especial de Segurança Pública do Estado do Parana - FUNESP	250.188	6,54%	331.855	6,57%	-81.667
22	Fundo Estadual de Saúde - FUNSAUDE	2.933.403	76,63%	4.033.819	79,87%	-1.100.416
TOTAL		**3.827.849**	**100,00%**	**5.050.540**	**100,00%**	**-1.222.691**

Fonte: SIA 850

Conforme se observa, o Fundo Estadual de Saúde – FUNSAÚDE se destaca entre os demais Fundos, sendo responsável por 76,63% da arrecadação total dos Fundos. Isto se deve ao fato dele ser o executor das Ações e Serviços Públicos de Saúde exigidos pelo art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

2.8.2. Fundos Especiais com Fonte de Arrecadação Vinculada

Alguns Fundos Especiais possuem fonte vinculada de arrecadação, porém a SEFA, na maioria das vezes, não repassa integralmente a receita arrecadada nestas fontes, contribuindo para o fraco desempenho da execução orçamentária, conforme se observa na tabela a seguir.

Tabela 52
Movimentação dos Recursos Vinculados aos Fundos Especiais – 2012 a 2014

Em R$

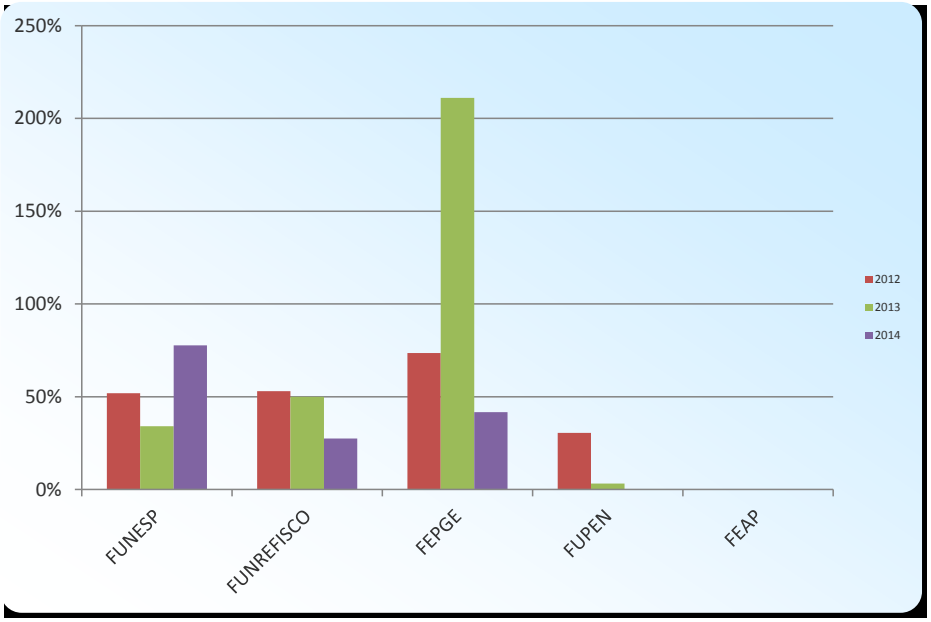
	TÍTULOS	2012	2013	2014	SOMA
FEPGE Fonte 106	Arrecadação	28.107.807	8.787.630	12.967.384	49.862.820
	Repasse	20.683.217	18.540.609	5.412.116	44.635.942
	% Repasse/Arrecadação	**73,59%**	**210,99%**	**41,74%**	**89,52%**
FUPEN Fonte 123	Arrecadação	40.199	62.506	153.484	256.190
	Repasse	12.260	2.040	0	14.300
	% Repasse/Arrecadação	**30,50%**	**3,26%**	**0,00%**	**5,58%**
FEAP Fonte 127	Arrecadação	85	788	7.565	8.438
	Repasse	0	0	0	0
	% Repasse/Arrecadação	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**
FUNREFISCO Fonte 128	Arrecadação	70.972.106	85.524.497	124.075.325	280.571.928
	Repasse	37.617.205	42.693.596	87.637.782	167.948.583
	% Repasse/Arrecadação	**53,00%**	**49,92%**	**70,63%**	**59,86%**
FUNESP Fonte 113	Arrecadação	243.758.516	395.332.577	423.916.726	1.063.007.819
	Repasse	126.383.517	135.001.965	329.080.815	590.466.297
	% Repasse/Arrecadação	**51,85%**	**34,15%**	**77,63%**	**55,55%**

Fonte: SIAs 308 e 580

Verifica-se que em 2014 a Secretaria de Estado da Fazenda manteve a prática de não repassar integralmente aos Fundos Especiais que possuem fontes vinculadas de recursos, os valores que ingressaram no caixa do Tesouro Estadual, contrariando o que dispõe a legislação que os instituíram.

O gráfico a seguir demonstra os percentuais dos repasses ocorridos nos últimos três exercícios.

Gráfico 15
Percentual de Repasse dos Recursos Vinculados aos Fundos Especiais – 2012 a 2014



Fonte: Tabela 52

Historicamente constata-se que os repasses foram inferiores à arrecadação, comprometendo a existência dos Fundos, pois recursos vinculados pressupõem destinação às aplicações específicas determinadas por lei. Em exercícios anteriores, a Secretaria de Estado da Fazenda justificou que os Fundos Especiais recebem do Poder Executivo o mesmo tratamento que as Autarquias com relação aos repasses de recursos, uma vez que a transferência dos recursos só ocorre no momento do pagamento das despesas ocorridas nos Fundos. Esta DCE entende que do ponto de vista da administração financeira, a sistemática adotada é coerente, pois as Entidades só recebem o que gastam, evitando o elevado volume de reservas. Porém, do ponto de vista legal, os Fundos Especiais com fonte vinculada devem receber tratamento diferenciado, pois os recursos arrecadados nestas fontes são “carimbados” aos objetivos para os quais foram criados.

No exercício de 2013, através do Ofício nº 350/2013-GAB em resposta ao contraditório referente à prestação de contas do Governo Estadual, exercício 2012, a Secretaria de Estado da Fazenda trouxe mais um argumento para justificar os repasses parciais dos recursos vinculados aos Fundos Especiais. O Estado

argumenta que com a instituição do Sistema de Gestão Integrado dos Recursos Financeiros do Estado do Paraná – SIGERF PARANÁ, por intermédio da Lei Estadual n° 17.579, de 28 de maio de 2013, regulamentada pelo Decreto Estadual n° 8354, de 11 de junho de 2013, o pleito desse Tribunal de Contas encontrava-se atendido. De acordo com o art. 1º do Decreto supramencionado, verifica-se que o SIGERFI PARANÁ destina-se a "centralizar em conta bancária do "Governo do Estado" as disponibilidades financeiras dos órgãos da Administração Direta e das entidades da Administração Indireta do Estado e dos Fundos Estaduais".

No exercício seguinte, 2014, através da Instrução nº 49/14-DCE, referente à prestação de contas do Governo Estadual de 2013, esta DCE solicitou que o Estado encaminhasse os controles das subcontas próprias de cada órgão, entidade, fundo, contrato e convênio, evidenciando a movimentação e o saldo de seus integrantes a fim de demonstrar se as receitas arrecadadas pelo Tesouro Geral do Estado, vinculadas aos Fundos Especiais, tinham sido destinadas em sua integralidade, conforme disposto nas leis que os instituíram.

No entanto, em resposta ao contraditório referente à prestação de contas do Governo Estadual, esta DCE entendeu que:

> *"... o Estado encaminhou somente um demonstrativo apresentando as entradas e saídas de recursos das subcontas que compõem o Sistema de Gestão Integrado dos Recursos Financeiros do Estado do Paraná – SIGERFI, sem apresentar os devidos comprovantes que deem suporte aos valores informados (extratos bancários, relatórios gerenciais ou equivalentes).*
>
> *Além disto, este demonstrativo não contempla todas as Entidades integrantes do SIGERFI, conforme disposto no Decreto nº 8.354/2013 (regulamentação do sistema). Dos Fundos Especiais que possuem fonte vinculada de arrecadação constantes na Tabela 48 da Instrução nº 49/2014-DCE, apenas o Fundo Especial de Segurança Pública – FUNESP tem os recursos da sua fonte vinculada (fonte 113) "depositados" em subconta no SIGERFI, apesar dos demais Fundos constantes na Tabela retro mencionada também serem integrantes deste sistema.*
>
> *Diante do exposto, a alegação trazida na Prestação de Contas do Governo Estadual, relativa ao exercício de 2012 (item 2.8.2, Título III da Instrução nº 49/2014-DCE) de que, com a institucionalização do SIGERFI o pleito deste Tribunal quanto aos repasses parciais dos recursos vinculados aos Fundos Especiais encontrava-se atendido, não pode ser aceita".*

Assim sendo, o Estado deve comprovar a efetiva implementação dos controles individuais dos recursos dos Fundos Especiais que possuem fontes vinculadas nas retro mencionadas subcontas, evidenciando a movimentação e o saldo com a apresentação dos devidos comprovantes que dão suporte aos valores informados (extratos bancários, relatórios gerenciais ou equivalentes).

Ao final do exercício de 2014, foi editada a Lei nº 18.375, de 15 de dezembro de 2014, de autoria do Poder Executivo, posteriormente alterada pela Lei nº 18.468, de 29 de abril de 2015. De acordo com o art. 1º da referida Lei, nove Fundos estaduais deixaram de ter natureza especial contábil, permanecendo como fontes vinculadas de receitas. São eles: FUNREFISCO, FEAP, FESD, FRHI/PR, FEMA, FUPEN, FUNESP/PR, FECON e Fundo Estadual do Direito do Idoso.

O art. 2º disciplinou que os recursos financeiros destes Fundos, bem como todos os demais Fundos do Poder Executivo consignados no orçamento fiscal, deverão ser programados e aplicados exclusivamente nos órgãos responsáveis por sua gestão e, sem prejuízo das destinações estabelecidas nos respectivos diplomas legais de instituição dos referidos Fundos, poderão ser utilizados para o pagamento de despesas de qualquer natureza, inclusive pessoal e encargos sociais, excetuando-se de tais disposições o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano-FDU.

A referida Lei prevê ainda no parágrafo único do art. 2º que para esses nove Fundos, eventual superávit financeiro na fonte, verificado ao final de cada exercício, será automaticamente incorporado ao Tesouro Geral do Estado.

Quanto à preservação dos saldos financeiros do exercício, na concepção do Governo passa a ser desnecessária, uma vez que o controle da aplicação dos recursos seria efetuado orçamentariamente. No entanto, quanto à questão dos recursos vinculados aplica-se a LRF:

> *Art. 8º, Parágrafo Único. "Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso".*

Igualmente, se aplica a Lei nº 4.320/64:

> *Art. 63. "Salvo determinação em contrário da lei que o instituiu, o saldo positivo do fundo especial apurado em balanço será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo".*

Deve-se atentar para o fato de que a Lei nº 4.320/64 foi recepcionada pelo ordenamento jurídico brasileiro em vigor – Constituição Federal de 1988 – com o status de Lei Complementar, uma vez que a lei prevista no inciso II do § 9º do art. 165 do texto constitucional ainda não foi aprovada.

Essa conclusão já foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal em julgado sobre o tema:

> *1. A exigência de prévia lei complementar estabelecendo condições gerais para a instituição de fundos, como exige o art. 165, § 9º, II, da Constituição, está suprida pela Lei nº 4.320, de 17.03.64, recepcionada pela Constituição com status de lei complementar; embora a Constituição não se refira aos fundos especiais, estão eles disciplinados nos arts. 71 a 74 desta Lei, que se aplica à espécie: a) o FGPC, criado pelo art. 1º da Lei nº 9.531/97, é fundo especial, que se ajusta à definição do art. 71 da Lei nº 4.320/64; b) as condições para a instituição e o funcionamento dos fundos especiais estão previstas nos arts. 72 a 74 da mesma Lei. (ADI 1726 MC, Relator(a): Min. Maurício Corrêa, Tribunal Pleno, julgado em 16/09/1998, DJ 30-04-2004, sem grifos no original).*

Portanto, considerando que o artigo supracitado da Lei nº 4.320/64 cuida de "condições para a instituição e funcionamento de Fundos", assunto que cabe à lei complementar, nos termos do artigo 165, § 9º, da CF, somente esse mesmo tipo de lei é capaz de alterar ou revogar o conteúdo em análise.

Em regra, uma lei complementar pode alterar ou tratar de assunto de competência de lei ordinária, porém o contrário não é permitido. Isto é, uma lei ordinária não pode alterar ou cuidar de matéria reservada à lei complementar.

Assim, a Lei Estadual nº 18.375, que é uma lei ordinária, ao tratar de assunto com natureza materialmente complementar padece do vício de inconstitucionalidade formal e material, pois além de ter sido aprovada sem quórum qualificado, regulamenta matéria sujeita à reserva legal qualificada – de lei complementar.

Acerca do assunto, esclarece a doutrina:

> *[...] A lei ordinária que destoa da lei complementar é inconstitucional por invadir âmbito normativo que lhe é alheio, e não por ferir o princípio da hierarquia das leis. Por outro lado, não será inconstitucional a lei ordinária que dispuser em sentido diverso do que estatui um dispositivo de lei complementar que não trata de assunto próprio de lei complementar. O dispositivo da lei complementar, no caso, vale como lei ordinária e pode-se ver revogado por regra inserida em lei ordinária. Nesse sentido é a jurisprudência do STF (in MENDES, Gilmar Ferreira; GONET BRANCO, Paulo Gustavo.* ***Curso de Direito Constitucional****. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 943)*

Por outro lado, nota-se neste caso, que cabe à lei complementar tratar desse assunto, como lhe é de competência, não podendo a lei ordinária vir a alterá-la ou revogá-la, porque o assunto é materialmente complementar.

Assim, podemos concluir que há uma flagrante ilegalidade, posto que em nenhuma das leis que criaram os Fundos há determinação em contrário para que o saldo financeiro ao final do exercício não continue no Fundo. Portanto, na falta de determinação específica na própria lei que criou o Fundo, não há como dispor da destinação dos saldos do Fundo de forma diferente.

Ante o exposto, considerando que o texto constitucional exige para a matéria regulamentação por lei complementar, lei ordinária não pode tratar do assunto e invadir o campo de atuação alheio, sob pena de ser considerada inconstitucional formal e materialmente.

2.8.3. Fundos Especiais Inoperantes

Conforme demonstrado no Gráfico 14, e informado anteriormente, sete Fundos Especiais estão inoperantes, sendo que três desses Fundos (FUNSEG, FUNDEPIR e FEMALEP) foram criados no ano de 2013, e ainda carecem de regulamentação. Restam, portanto, quatro fundos inoperantes há mais de três anos, sendo eles:

- Fundo de Preservação Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba – FPA-RMC, Lei nº 12.248/1998;
- Fundo Estadual de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social – FEHRIS, Lei nº 119/2007;

- Fundo de Equalização do Microcrédito – FEM, Lei nº 16.357/2009;
- Fundo Estadual da Cultura – Lei nº 17.043/2011.

No exercício de 2014, foi criado o Fundo Rotativo da Polícia Científica do Paraná, por meio da Lei nº 18.378, de 15 de dezembro de 2014, que não foi regulamentado até a presente data.

2.9. SERVIÇOS SOCIAIS AUTÔNOMOS

Inicialmente, os Serviços Sociais Autônomos surgiram da necessidade que o Estado tem em atingir maior eficiência nas atividades relevantes para o interesse público, sejam elas desenvolvidas por entes públicos ou privadas.

A doutrina entende os serviços sociais autônomos como entidades paraestatais[5] com criação autorizada por lei, com personalidade de direito privado, sem fins lucrativos, para ministrar assistência ou ensino a certas categorias sociais ou profissionais, vinculadas ao sistema sindical, mantidas por contribuições parafiscais ou dotações orçamentárias.

Na lição de Diogo Moreira de FIGUEIREDO NETO[6], *"são pessoas jurídicas de direito privado, categorizadas como entes de colaboração, que atuam por delegação do Poder Público em setores específicos da administração pública e não se encontram constitucionalmente incluídos na Administração Indireta. [...] Os serviços sociais autônomos são pessoas jurídicas de direito privado constituídas pelo Estado para o desempenho de atividades delegadas de interesse público ou social, sob o princípio da descentralização por cooperação. [...] Os serviços sociais autônomos para atuarem como entidades de cooperação recebem uma delegação legal da entidade política matriz."*.

Os Serviços Sociais Autônomos *"não prestam serviço público delegado pelo Estado, mas atividade privada de interesse público (serviços não exclusivos do Estado); exatamente por*

[5] Para Hely Lopes MEIRELLES as entidades paraestatais "são pessoas jurídicas de Direito Privado que, por lei, são autorizadas a prestar serviços ou realizar atividades de interesse público, mas não são exclusivos do Estado. São espécies de entidades paraestatais os serviços sociais autônomos (....). As entidades paraestatais são autônomas, administrativa e financeiramente, têm patrimônio próprio e operam em regime da iniciativa particular, na forma de seus estatutos, ficando sujeitas apenas à supervisão do órgão da entidade estatal a que se encontram vinculadas, para o controle de desempenho estatutário. São denominados *entes de cooperação* com o Estado". (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 37 ed. São Paulo: Malheiros, 2011. p. 68).

[6] FIGUEIREDO NETO, Diogo Moreira de. Serviços Sociais Autônomos. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, v. 207, jan./mar. 1997.

isso são incentivadas pelo Poder Público. A atuação estatal, no caso, é de fomento e não de prestação de serviço público. Por outras palavras, a participação do Estado, no ato de criação, se deu para incentivar a iniciativa privada, mediante subvenção garantida por meio da instituição compulsória de contribuição parafiscais destinadas especificamente a essa finalidade. Não se trata de atividade que incumbisse ao Estado, como serviço público, e que ele transferisse para outra pessoa jurídica, por meio do instrumento de descentralização. Trata-se, isto sim, de atividade privada de interesse público que o Estado resolveu incentivar e subvencionar".[7]

Acerca da personalidade jurídica atribuída aos entes denominados de Serviços Sociais Autônomos imprescindível trazer à baila o decidido por esta Corte na Resolução nº 852/2003 (Processo TCE nº 39848/02), que consignou:

> *O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto escrito do Relator, Conselheiro ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO,*
>
> ***RESOLVE:***
>
> ***I - Aprovar o presente Relatório, de iniciativa da 4ª Inspetoria de Controle Externa, cujo objeto é a análise da natureza de personalidade jurídica atribuída aos entes denominados serviços sociais autônomos, constituídos no âmbito da administração estadual, encampando, in totum, as suas conclusões, à exceção de determinar a suspensão imediata dos repasses orçamentários.***
>
> ***II – Comunicar o Chefe do Poder Executivo Estadual as não conformidades aqui retratadas, para as medidas necessárias à constitucionalização das leis instituidoras do Paranacidade, Paranaprevidência, Paranaeducação, Paranatecnologia e Ecoparaná ou as suas extinções,*** *no afã de evitar-se o mau uso dos dinheiros públicos e a dilapidação do erário, ensejadores de atos de improbidade administrativa.*
>
> *III - Remeter cópia à Assembleia Legislativa, para conhecimento e providências que julgar necessárias.*
>
> *Participaram da Sessão os Conselheiros NESTOR BAPTISTA, ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO, HEINZ GEORG HERWIG e FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, e os Auditores ROBERTO MACEDO GUIMARÃES e CAIO MARCIO NOGUEIRA SOARES.*
>
> *Presente o Procurador do Estado junto a este Tribunal, GABRIEL GUY LÉGER.*
>
> *Sala das Sessões, 11 de março de 2003.*
>
> *HENRIQUE NAIGEBOREN*
>
> *Presidente*
>
> *(sem destaques no original)*

[7] DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 26 ed. São Paulo: Atlas, 2013. p. 562.

Não obstante a discussão doutrinária, resta claro que, em que pese essas entidades não serem consideradas integrantes da Administração Indireta, pelo fato de administrarem verbas decorrentes de contribuições parafiscais ou transferências orçamentárias e gozarem de uma série de privilégios próprios dos entes públicos, estão sujeitas a normas semelhantes às da Administração Pública, sob vários aspectos, em especial no que diz respeito à observância dos princípios da licitação, à exigência de processo seletivo para contratação de pessoal, à prestação de contas, à equiparação dos seus empregados aos servidores públicos para fins criminais (art. 327 do Código Penal) e para fins de improbidade administrativa (Lei nº 8.429/92).

Efetivamente, no Acórdão de Parecer Prévio nº 314/14, emitido na Prestação de Constas do Governador do Estado do exercício de 2013, após a fundamentação do voto abordar aspectos diversos de alguns dos serviços sociais autônomos do Estado, decidiu o Tribunal Pleno pela regularidade com ressalvas, determinações e recomendações das contas, sendo que uma das determinações foi:

> *DETERMINAÇÕES:*
>
> *1. Solicitar aos serviços sociais autônomos dependentes, nos próximos exercícios, os dados da execução orçamentária e financeira, procedendo, consequentemente, à consolidação dos demonstrativos da Gestão Fiscal, especialmente das despesas com pessoal;*

Destaque-se que a obrigação de prestação de contas no Estado do Paraná, para o exercício de 2014, ocorre para 07 (sete) Serviços Sociais Autônomos, nominalmente na tabela a seguir.

Tabela 53
Processos de Prestação de Contas Anual dos Serviços Sociais Autônomos - 2014

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO	PRESTAÇÃO DE CONTAS 2014
PARANAPROJETOS	31315-8/15
SIMEPAR	35836-4/15
PARANACIDADE	21257-2/15
PARANAPREVIDÊNCIA	35588-8/15
PARANAEDUCAÇÃO	35440-7/15
E-PARANÁ	36049-0/15
AGÊNCIA PARANÁ DESENVOLVIMENTO	33268-3/15

Fonte: Sistema de Trâmite

Logo, no que concerne ao julgamento e responsabilização específica da matéria atinente a cada entidade, no momento consentâneo se pronunciará o Tribunal de Contas.

Noutro giro, para o contexto do presente processo de Prestação de Contas do Governador do Estado, mister salientar que a necessidade do tópico especifico de análise dos Serviços Sociais Autônomos decorre do regime jurídico preponderante destes entes ser de direito privado, parcialmente derrogado por normas de direito público, cotejando-se isso à sistemática de controle adotada, predominantemente finalística, operacionalizada por meio de Contratos de Gestão.

Cabe aqui uma digressão quanto à conceituação de Contrato de Gestão. Esta visão contratualista é originária do direito francês, onde o sistema de direito administrativo é muito mais vinculado à jurisprudência do que às normas legisladas. Naquele país, os contratos de gestão fazem parte do que se convencionou chamar de economia concertada ou planificada, na qual o Estado estabelece com entes privados metas a serem alcançadas no desenvolvimento de suas atividades e que, caso obtidas, obrigarão o Estado a cumprir determinado compromisso econômico. Ressalte-se que os compromissos contratuais assumidos devem ser coerentes com o Plano de Governo para o setor em apreço[8].

[8] DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Parcerias na Administração Pública: concessão, permissão, franquia, terceirização, parceria público-privada e outras formas. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2005. p. 254/258.

No Brasil, não existe um conceito legal genérico e único para identificar "contrato de gestão". Há sim definições casuísticas, estabelecidas nos textos legais em que se prevê a sua celebração em cada caso. O que se pode afirmar é que tais contratos são figuras jurídicas, ou apenas práticas administrativas introduzidas pela dita Reforma Administrativa, que *"podem ser importante instrumento de ação do poder público, quer sob forma de contratualização da tutela sobre as entidades da Administração Indireta, quer sob forma de parceria com a iniciativa privada. No primeiro caso, o contrato fixa o programa a ser cumprido pela entidade em troca de maior autonomia."*[9]

Feitas as sucintas considerações anteriores, passa-se à análise de cada um dos Serviços Sociais Autônomos do Estado do Paraná, sopesando-se as informações disponíveis nos sistemas deste TCE-PR e no lançado à peça 57 dos presentes autos.

2.9.1. Paranáprojetos

O Serviço Social Autônomo ECOPARANÁ foi instituído em 1998, por meio da Lei Estadual nº 12.215/98, na qualidade de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de interesse coletivo. Passou a denominar-se PARANÁPROJETOS em 2013 por força da Lei 17.745 de 30/10/2013.

Sua finalidade é de promoção, elaboração e gerenciamento de projetos, visando à implementação do desenvolvimento integrado do território paranaense segundo princípios de sustentabilidade local e regional.

Constata-se dos autos, peça 57, que para esta entidade não subsistem apontamentos que gerem reflexos na Prestação de Contas do Governador.

2.9.2. Sistema Meteorológico do Paraná – SIMEPAR

O Sistema Meteorológico do Paraná – SIMEPAR foi instituído pela Lei Estadual nº 17.709 de 15 de outubro de 2013, que também extinguiu o Instituto Tecnológico SIMEPAR e o Serviço Social Autônomo PARANATECNOLOGIA.

[9] *ibidem*. p. 279.

A extinção do PARANATECNOLOGIA foi decorrente de determinação contida no Acórdão de Parecer Prévio nº 290/12 da Prestação de Contas do Governo de 2011, que havia determinado a sua extinção até o final de 2013. O PARANATECNOLOGIA estava inativo desde 24/10/2003, quando o Decreto nº 1.952/2003 declarou, em seu art. 1º, a nulidade do Contrato de Gestão firmado em 14 de abril de 2000 com o Estado do Paraná, por afronta ao estatuído no art. 205 da Constituição Estadual, ante a indevida transferência de atividade pública a entidade privada. O art. 2º deste Decreto determinou que a Secretaria de Estado de Tecnologia e Ensino Superior – SETI assumisse a gestão e operacionalização do Fundo Paraná, segundo as regras contidas na Lei Estadual nº 12.020 de 09/01/98.

Dos autos se observa que ainda inexiste a formalização do Contrato de Gestão entre a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) e o SIMEPAR, conforme peça 57, fl. 08:

> *Em resposta ao OF./GAB/CGE 010/2015, encaminhado em 16 de janeiro de 2015, protocolo 13.473.497-3, dessa Controladoria Geral do Estado – CGE, que solicitou informações sobre o cumprimento efetivo ao descrito no artigo 3º, inciso V, alínea j, da IN 100/14 do Tribunal de Contas do Estado, o Sistema Meteorológico do Paraná – SIMEPAR, pelo Ofício CT SIMEPAR-ADM 151-2015, de 03 de março de 2015, informou que:*
>
> *1. O SIMEPAR, instituído pela lei 17.709/13, pessoa jurídica de direito privado, sob a modalidade de Serviço Social Autônomo de interesse coletivo, tem a finalidade de desenvolver atividades dirigidas à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à prestação de serviços de meteorologia, hidrologia e meio ambiente. Está vinculado por cooperação à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI, a quem cabe o controle de suas atividades, bem como a supervisão do Contrato de Gestão.*
>
> *2. Informou, ainda, que **até a presente data não firmou contrato de gestão com o Estado; no entanto, vem desenvolvendo suas atividades dentro do seu propósito de criação, auferindo recursos para sua sustentabilidade mediante prestação de serviços na sua área a diversas instituições públicas e privadas, não tendo, portanto nenhum recurso consignado no orçamento do Estado**.*
>
> (grifos inclusos)

Assim, apartando-se eventual discussão a ser tratada no bojo da prestação de contas da entidade, mister que se determine ao Poder Executivo que providencie a formalização do devido Contrato de Gestão com a SIMEPAR.

2.9.3. Paranacidade

Criado pela Lei nº 15.211/06 para dar assistência institucional e técnica aos municípios e captar e aplicar recursos financeiros no processo de desenvolvimento urbano e regional. É responsável pela gestão do Fundo de Desenvolvimento Urbano – FDU, e também atua como colaborador na execução das ações necessárias à viabilização dos planos, programas, projetos e atividades a serem financiados pela Agência de Fomento do Paraná.

Para o exercício de 2014, conforme dados do Demonstrativo de Resultado constante no processo de Prestação de Contas nº 21257-2/15, peça 11, obteve receitas no valor de R$ 32,3 milhões, sendo que R$ 16,3 milhões foram decorrentes do Contrato de Gestão.

No Relatório Operacional do Contrato de Gestão do Serviço Social Autônomo PARANACIDADE (peça 57 fls. 27 a 104) não subsistem apontamentos que gerem reflexos na Prestação de Contas do Governador.

2.9.4. Paranaprevidência

Criado pela Lei nº 12.398/98, tem a finalidade de gerir o Sistema de Seguridade Funcional do Estado do Paraná, composto pelos Fundos Previdenciários – Fundo de Previdência, Fundo Financeiro e Fundo Militar, vinculando-se por cooperação ao Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência (SEAP), que supervisiona a execução do Contrato de Gestão.

Dos autos se observa que a SEAP por intermédio do Departamento de Seguridade Funcional (DSF), acompanha e monitora constantemente o contrato de gestão celebrado com o Serviço Social Autônomo PARANAPREVIDÊNCIA.

No que toca à gestão dos serviços sociais autônomos, não subsistem apontamentos a serem feitos quanto à entidade em tela que gerem reflexos na Prestação de Contas do Governador.

Observa-se, contudo, que maiores anotações são feitas no Título VI - Gestão Previdenciária.

2.9.5. Paranaeducação

Criado pela Lei nº 11.970/97 com a finalidade de auxiliar na gestão do Sistema Estadual de Educação.

A PARANAEDUCAÇÃO executa atividades que poderiam ser realizadas pela Secretaria de Estado da Educação - SEED, uma vez que os servidores por ela contratados executam tarefas para a SEED e são a esta subordinados.

Não obstante a similaridade de atribuições entre as duas Entidades, depreende-se dos autos (peça 57, fls. 15 a 20), que não subsistem apontamentos a serem feitos quanto à PARANAEDUCAÇÃO que gerem reflexos na Prestação de Contas do Governador.

Destaque-se que o Estado repassou em 2014 o valor de R$ 22,4 milhões, conforme dados do Demonstrativo de Resultado contido na Prestação de Contas deste Serviço Social Autônomo, processo nº 35440-7/15.

2.9.6. E-Parana Comunicação

O Serviço Social Autônomo E-Paraná Comunicação foi criado pela Lei 11.762/13. Pela lei trata-se de uma organização sem fins lucrativos, de interesse coletivo, com a finalidade de desenvolver atividades dirigidas à produção de conteúdos e imagens e a prestação de serviços de produção e distribuição de material audiovisual com as finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas, informativas e de utilidade pública.

A E-Paraná Comunicação, como Serviço Social Autônomo, vincula-se por cooperação à Secretaria de Estado da Comunicação Social, à qual cabe o controle de suas atividades fins, bem como a supervisão do Contrato de Gestão.

Informa-se dos autos que a entidade adotou as seguintes ações para sua operacionalização:

> *a) Em 20/02/2014 foi realizada a 1ª Assembleia Geral do Conselho de Administração, onde houve a constituição do referido Serviço Social Autônomo, a posse dos membros da Diretoria e a aprovação do Estatuto Social;*
>
> *b) Entre março e abril de 2014 foram formalizados os registros na Receita Federal (CNPJ) e na Prefeitura Municipal (Alvará);*
>
> *c) Em 19/05/2014, realizou-se a 2ª Assembleia Geral onde foram aprovados o Contrato de Gestão a ser celebrado bem como o Plano de Trabalho e o Regimento Interno;*
>
> *d) Em 16/06/2014, na 3ª Assembleia Geral, foram aprovados: definição do Regime de Compras da Entidade (Lei Estadual 15.608/2007 e Lei Federal 8.666/93), definição dos salários dos Diretores e as alterações no Contrato de Gestão e no Plano de Trabalho;*
>
> *e) Em 18/07/2014, na 4ª Assembleia, em Sessão Extraordinária, foi indicado o Diretor Administrativo nomeado pelo Decreto 11.759, de 30/07/2014;*
>
> *f) Durante a 5ª Assembleia, em 28/10/2014, foi apresentado e aprovado o Plano de Cargos e Salários da E-Paraná e ratificado o nome da Sra. Angela Carolina Luvisotto como Diretora de Produção, nomeada pelo Decreto 12.433, de 23/10/2014;*
>
> *g) No início de novembro de 2014 foi solicitado parecer da Coordenação de Modernização Institucional da SEPL sobre o Regimento Interno da EParaná para dar seguimento ao processo de regularização da entidade, sob o protocolo 13.400.798-2, retornando em 22/01/2015 o Parecer Técnico 37/2014-CMI/SEPL para providências;*
>
> *h) Em 03/12/2014 foi publicado o Decreto 12.689, que homologa o Estatuto Social da E-Paraná;*
>
> *i) Em 12/12/2014, após parecer da PGE, o Plano de Cargos e Salários foi encaminhado ao Governador para homologação e o Núcleo Jurídico da Casa Civil solicitou um parecer da SEFA, sob o protocolo 13.404.403-9, que se encontra em análise até a presente data.*
>
> *(peça 57, fls. 22/23)*

Do exposto, observa-se que não subsistem apontamentos a serem feitos quanto à entidade acima que gerem reflexos na Prestação de Contas do Governador.

2.9.7. Agência Paraná Desenvolvimento – APD

Criada no final do exercício de 2011 pela Lei nº 17.016/11 de 16 de dezembro de 2011, tem por missão institucional a promoção do desenvolvimento econômico e social do Estado, com ênfase na identificação de oportunidades de negócios que

resultem na conquista de novas empresas e, por consequência, na geração de empregos, na otimização do uso dos recursos energéticos e na modernização tecnológica.

Tem por missão, também, identificar as áreas potenciais de investimentos e pensar sobre soluções que existem para introduzir as mudanças necessárias, buscando oportunidades de negócios e fomentando a economia das regiões, com vistas na identidade produtiva de cada um dos municípios do Estado.

O Estado repassou em 2014 o valor de R$ 4,4 milhões, conforme dados do Demonstrativo do Fluxo de Caixa contido na Prestação de Contas desta Entidade, processo nº 33268-3/15.

Dos autos se observa que a APD apresentou ao Estado, por intermédio da Controladoria Geral do Estado (CGE), Relatório de Atividades detalhando as metas previstas e realizadas no exercício de 2014 (peça 57, fls. 117 a 142), o que denota que no tocante à gestão dos serviços sociais autônomos, não subsistem apontamentos a serem feitos quanto à entidade em questão que gerem reflexos na Prestação de Contas do Governador.

Contudo, insta salientar, em que pese a Prestação de Contas da APD ser analisada em procedimento próprio, o já decidido por esta Corte na Prestação de Contas da APD de 2012 (processo nº 27032-0/13), no Acórdão nº 5336/13 do Pleno que atine diretamente a obrigações imputadas ao Estado, transcrito a seguir:

> *VISTOS, relatados e discutidos,*
>
> *ACORDAM*
>
> *OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, por unanimidade:*
>
> ***I. julgar** regular, com ressalva, a Prestação de Contas Anual da **AGÊNCIA PARANÁ DESENVOLVIMENTO – APD**, relativa ao exercício financeiro de 2012, de responsabilidade do Sr. Carlos Alberto Del Claro Glober, com base no art. 16, II, da LC 113/05, c/c art. 247, do Regimento Interno desta Corte, em razão da não utilização das regras de próprias de contabilidade aplicadas ao setor público;*
>
> ***II. determinar** à entidade:*

a) que se utilize das técnicas próprias da contabilidade Aplicada ao Setor Público, visto que a Entidade é dependente do orçamento do Estado, recebendo transferências de recursos com base no Contrato de Gestão nº 31/2012;

b) que informe ao setor competente do Estado todos os dados relativos a execução orçamentaria/financeira objetivando a Consolidação dos Demonstrativos da Gestão Fiscal definidos no Manual de Demonstrativos Fiscais Aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios, elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional, em especial nas despesas com pessoal do Poder Executivo, conforme dispõe o art. 59, §1º da LRF;

c) que designe servidor para desempenhar exclusivamente as atividades de controle interno, para elaboração do Relatório de Avaliação de Desempenho do Contrato de Gestão, evidenciando o desempenho das suas atividades, segundo o contrato de gestão, detalhando metas previstas e realizadas, os respectivos custos e indicadores, peça obrigatória da Prestação de Contas das Entidades.

***III. determinar**, após o trânsito em julgado da decisão, a inclusão da decisão nos registros competentes, na forma da Lei Complementar nº 113/2005 e do Regimento Interno e, posteriormente, o encerramento dos autos.*

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros NESTOR BAPTISTA, FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, CAIO MARCIO NOGUEIRA SOARES, IVAN LELIS BONILHA e DURVAL AMARAL e o Auditor IVENS ZSCHOERPER LINHARES.

Presente o Procurador Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, ELIZEU DE MORAES CORREA.

Sala das Sessões, 28 de novembro de 2013 – Sessão nº 45.

FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Conselheiro Relator

ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO
Presidente

Isto corrobora o citado anteriormente acerca da determinação do Acórdão de Parecer Prévio nº 314/14, emitido, na ocasião da Prestação de Constas do Governador do Estado, exercícios de 2013, no que concerne à inclusão das despesas com pessoal de entidade que depende de aportes financeiros do Estado para o exercício de sua atividade.

Em especial, se a atividade for de interesse público, sua despesa com pessoal deve ser consolidada como a do ente político, independentemente de sua denominação,

natureza jurídica ou classificação legal, para fins de Consolidação dos Demonstrativos da Gestão Fiscal.

2.9.8. Da Consolidação dos Demonstrativos de Despesa com Pessoal

No que se refere à inclusão ou não das despesas de pessoal dos Serviços Sociais Autônomos no montante do Estado, importante ressaltar que o conceito de despesas de custeio e despesas de capital encontra-se na Lei 4.320/1964 (arts. 12 e ss.), sendo a despesa de custeio um dos desdobramentos da despesa corrente, e as despesas de pessoal incluem-se naquela.

Ressalte-se, ainda, que a redação do art. 2º, inciso III, Lei Complementar nº 101/00-LRF, assemelha-se, com pequenas modificações, à adotada pela Constituição Federal ao estender o limite remuneratório dos servidores públicos (art. 37, inciso XI) aos empregados das empresas públicas e às sociedades de economia mista, e suas subsidiárias (art. 37, § 9º), assim como dos Serviços Sociais Autônomos.

Ora, sabidamente o critério oferecido pela LRF para aferir a "independência" das empresas estatais é o seguinte (art. 2º, inciso III): o não recebimento de recursos financeiros do ente controlador para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária. Por extensão deve ser aplicado também aos Serviços Sociais Autônomos, que no presente caso, não obstante sua natureza jurídica ou enquadramento na estrutura estatal, recebem recursos do estado para o custeio de pessoal.

Isto é, o critério para inclusão ou não no montante de despesas de pessoal do Poder Executivo é o da destinação do recurso para custeio de pessoal de entidade que recebe recurso público para tal fim, o que não tem relação, dependência ou subordinação à natureza jurídica da entidade ou seu enquadramento na estrutura estatal, muito menos, e especialmente, se o regime jurídico de contratação de pessoal prescinde ou não de concurso público.

Nesta toada, oportuno rememorar o conceito do Manual de Demonstrativos Fiscais, 5ª ed., do STN[10]:

> ***O conceito de despesa com pessoal não depende da natureza do vínculo empregatício. Assim, as despesas com servidores, independentemente do regime de trabalho a que estejam submetidos, integram a despesa total com pessoal e compõem o cálculo do limite de gasto com pessoal. Assim, consideram-se incluídos tanto servidores efetivos, como cargos em comissão, celetistas, empregados públicos e agentes políticos.*** *Esse também é o caso dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias, quer tenham sido contratados por meio de processo seletivo público ou não.*
>
> ***O conceito de despesa com pessoal também não depende de avaliação jurídica sobre a legalidade ou não da contratação.*** *Assim, tanto as contratações por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público como as que poderão vir a ser contestadas à luz do instituto constitucional do concurso público, por exemplo, deverão ser registradas na despesa com pessoal, independentemente da verificação da legalidade ou validade das contratações, bem como das eventuais cominações que possam advir.*
>
> *(destaques acrescidos)*

Merece destaque o fato de que se a entidade recebe recurso público com destinação específica para custeio de pessoal deve sim haver a inclusão no montante de gasto do Poder Executivo, a exemplo do modo de contabilização das despesas com pessoal terceirizado, conforme taxativamente previsto no § 1º do art. 18 da LRF (Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal").

Assim, o conceito de despesas de custeio e despesas de capital é o da Lei 4.320/1964 (arts. 12 e ss.), sendo a despesa de custeio um dos desdobramentos da despesa corrente, e as despesas de pessoal incluem-se naquela, e, rigorosamente, se a entidade não for exploradoras de atividade econômica ou prestadoras de serviço público, conforme a exigência constitucional (arts. 173 e 175), as entidades devem ser consideradas dependentes, com todas as implicações previstas na LRF, sendo a em destaque a inclusão das suas despesas com pessoal no limite previsto para o executivo.

[10] Fonte: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/21643/MDF_5a_edicao.pdf, acesso em 03/06/15.

Deve-se examinar a natureza jurídica dos recursos financeiros repassados pelo controlador às estatais, sem apego à designação dada pelos interessados ao negócio jurídico que originou a transferência dos recursos.

No presente caso os recursos transferidos são enquadrados como repasses para o pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral.

Ademais, é evidente a dependência econômica dos Serviços Sociais Autônomos em face da importância significativa dos recursos transferidos em comparação com a sua receita total, indicando que a ausência daqueles recursos inviabilizaria a existência destas entidades.

Assim, há necessidade proeminente de medida no âmbito pragmático em se manter a determinação ao Estado do Paraná que exija as informações das entidades de Serviços Sociais Autônomos e que consolide os dados destas entidades dependentes do Orçamento do Estado e que recebam recursos através de Contrato de Gestão para a manutenção de suas atividades nos Demonstrativos de Gestão Fiscal definidos no Manual de Demonstrativos Fiscais Aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios, elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional, em especial nas demonstrações de despesas com pessoal e Receita Corrente Líquida, do Poder Executivo, conforme dispõe o art. 59, §1º da LRF.

IV – GESTÃO FINANCEIRA

1. BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro tem sua definição estabelecida pelo art. 103 da Lei nº 4.320/64, seu conteúdo mínimo estabelecido pela Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T 16.6, e sua estrutura e modelo adotados para o exercício de 2014, foram regulamentados pela Portaria STN nº 437/2012, que aprovou a Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, da 5ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

Ele evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público no período a que se refere, e discrimina:

- a receita orçamentária realizada por destinação de recurso (destinação vinculada e/ou destinação ordinária);
- a despesa orçamentária executada por destinação de recurso (destinação vinculada e/ou destinação ordinária);
- os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;
- as transferências financeiras decorrentes, ou não, da execução orçamentária; e
- o saldo inicial e o saldo final em espécie.

As tabelas a seguir apresentam, de forma sintética, o Balanço Financeiro da Administração Global.

Tabela 54
Balanço Financeiro – Receita – Administração Global – 2014

Em R$

INGRESSOS	2014	2013	% S/Total	% (14/13)
Receita Orçamentária (I)	**35.761.689.083,00**	**32.141.201.137,78**	**28,64**	**22,66**
Ordinária	**17.967.117.155,95**	**16.505.426.240,77**	**14,39**	**8,86**
Vinculada	**17.794.571.927,05**	**15.635.774.897,01**	**14,25**	**13,81**
Recursos Vinculados à Educação	11.011.602.806,06	10.089.325.626,46	8,82	9,14
Recursos Vinculados à Saúde	3.917.402.291,82	3.566.844.370,61	3,14	9,83
Recursos Vinculados à Previdência Social – RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social – RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Seguridade Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos	2.865.566.829,17	1.979.604.899,94	2,30	44,75
(-) Deduções da Receita	**4.251.791.281,71**	**3.853.980.110,95**	**3,41**	**10,32**
Ordinária	**4.153.530.841,32**	**3.769.877.834,90**	**3,33**	**10,18**
Vinculada	**98.260.440,39**	**84.102.276,05**	**0,08**	**16,83**
Recursos Vinculados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social - RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Seguridade Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos	98.260.440,39	84.102.276,05	0,08	16,83
Transferências Financeiras Recebidas (II)	**66.086.540.552,32**	**57.879.122.467,20**	**52,93**	**14,18**
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	32.819.697.731,49	29.348.542.630,58	26,29	11,83
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	33.266.842.820,83	28.530.579.836,62	26,65	16,60
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA COBERTURA DO DÉFICIT FINANCEIRO DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Recebimentos Extra-Orçamentários (III)	**18.763.257.233,46**	**19.470.440.417,20**	**15,03**	**-3,63**
Inscrição de Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	2.348.733.317,57	2.651.686.895,07	1,88	-11,42
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	15.031.469.540,15	16.442.462.142,17	12,04	-8,58
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.383.054.375,74	376.291.379,96	1,11	267,55
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	**4.235.608.591,24**	**5.351.459.881,23**	**3,39**	**-20,85**
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.076.436.574,99	5.057.290.850,72	2,46	-39,17
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.159.172.016,25	294.169.030,51	0,93	294,05
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	**124.847.095.460,02**	**114.842.223.903,41**	**100,00**	**12,36**

Fonte: Peça 8, fls. 10 a 13. SIA 855 – Adm. Direta, Indireta e Global e SIA 215 – Órgão 98 (exclusões)

Tabela 55
Balanço Financeiro – Despesa – Administração Global – 2014

Em R$

DISPÊNDIOS	2014	2013	% S/ Total	% (14/13)
Despesa Orçamentária (VI)	**34.907.684.991,27**	**32.047.015.544,58**	**27,96**	**21,18**
Ordinária	**20.480.546.611,77**	**19.786.895.558,42**	**16,40**	**3,51**
Vinculada	**14.427.138.379,50**	**12.260.119.986,16**	**11,56**	**17,68**
Recursos Destinados à Educação	8.287.280.879,83	7.368.233.255,81	6,64	12,47
Recursos Destinados à Saúde	4.045.044.704,75	3.326.465.032,81	3,24	21,60
Recursos Destinados à Previdência Social – RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados à Previdência Social – RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados à Seguridade Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos	2.094.812.794,92	1.565.421.697,54	1,68	33,82
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	**66.086.540.638,35**	**57.879.197.277,02**	**52,93**	**14,18**
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	32.819.697.817,52	29.348.612.630,68	26,29	**11,83**
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	33.266.842.820,83	28.530.584.646,34	26,65	**16,60**
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA COBERTURA DO DÉFICIT FINANCEIRO DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Pagamentos Extra-Orçamentários (VIII)	**20.868.711.531,07**	**20.683.432.610,70**	**16,72**	**0,90**
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	1.752.683.658,97	1.391.329.861,59	1,40	25,97
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	16.053.210.286,48	17.999.381.863,80	12,86	-10,81
Outros Pagamentos Extraorçamentários	3.062.817.585,62	1.292.720.885,31	2,45	136,93
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)	**2.984.158.299,33**	**4.232.998.379,92**	**2,39**	**-29,50**
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.324.583.290,62	3.073.826.363,67	1,86	-24,37
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	659.575.008,71	1.159.172.016,25	0,53	-43,10
TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	**124.847.095.460,02**	**114.842.643.812,22**	**100,00**	**6,75**

Fonte: Peça 8, fls. 10 a 13. SIA 855 – Adm. Direta, Indireta e Global e SIA 215 – Órgão 98 (exclusões)

O resultado decorrente da realização das receitas e da execução das despesas, ordinárias e vinculadas, indica quanto a execução orçamentária contribuiu para a formação do saldo financeiro disponível, a qual, neste exercício representou R$ 854 milhões. Porém, apesar do Estado obter um resultado orçamentário positivo, a avaliação dos recursos por destinação indica despesas de fontes livres em montantes superiores aos recursos não vinculados disponíveis, gerando em déficit de 2,5 bilhões no grupo Ordinário/Não Vinculado.

Tal situação evidencia um descompasso entre receitas e despesas do grupo Ordinário/Não Vinculados, indicando a necessidade de maior controle por parte do Estado do Paraná na gestão dos recursos por fonte/destinação a fim de cumprir com o parágrafo único, do art. 8º da Lei Complementar n° 101/2000, que estabelece:

> *Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.*

1.1. GESTÃO FINANCEIRA DE INGRESSOS ORÇAMENTÁRIOS E EXTRAORÇAMENTÁRIOS

A movimentação financeira referente aos ingressos totais do Estado do Paraná no exercício financeiro de 2014 encontra-se segregada em Receita Orçamentária, Transferências Financeiras Recebidas, Recebimentos Extraorçamentários e Saldo em Espécie do Exercício Anterior.

A Receita Orçamentária somou R$ 35,8 bilhões e representou 28,64% dos ingressos totais. Apresentou um crescimento nominal de 22,66% em relação ao exercício anterior. Realiza-se por destinação de recurso – destinação vinculada ou ordinária:

a) *Recursos Vinculados* – Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender o objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso, conforme estabelece o parágrafo único do art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal. No exercício de 2014 a arrecadação destes recursos somou R$ 17,8 bilhões, tendo crescido 13,81% em relação ao exercício anterior. Dentre as

maiores vinculações encontram-se os Recursos Vinculados à Educação com R$ 11 bilhões e os Recursos Vinculados à Saúde com 3,9 bilhões.

b) *Recursos Ordinários* – Referem-se aos recursos de livre movimentação, isentos de qualquer tipo de vinculação ou destinação específica, que podem ser alocados para atender quaisquer finalidades. Em 2014 totalizaram R$ 18 bilhões, apresentando um crescimento de 8,86% em relação ao exercício anterior.

As Transferências Financeiras Recebidas refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta. Somaram R$ 66,1 bilhões em 2014 e representaram 52,93% dos ingressos totais. Podem ser orçamentárias ou extraorçamentárias:

a) *Orçamentárias* – Somaram R$ 32,8 bilhões e são efetuadas em cumprimento à execução do Orçamento; são as cotas, repasses e sub-repasses;

b) *Extraorçamentárias* – Totalizaram R$ 33,3 bilhões e não se relacionam com o Orçamento; são aquelas transferências independentes da execução orçamentária. Estes recursos advieram da Administração Direta com R$ 26,1 bilhões e da Administração Indireta, R$ 7,2 bilhões, cujos valores são compensados pelas Transferências Financeiras Concedidas, quando da consolidação dos demonstrativos.

Os Recebimentos Extraorçamentários somaram R$ 18,8 bilhões, representando 15,03% dos ingressos totais. Apresentaram um decréscimo nominal de 3,63% em relação ao exercício anterior. Refletem os ingressos não previstos no orçamento, que serão restituídos em época própria, por decisão administrativa ou sentença judicial. Neste grupo, destacam-se:

- Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados – com R$ 15 bilhões;
- Inscrição de Restos a Pagar Não Processados – R$ 2,4 bilhões;
- Outros Recebimentos Extraorçamentários – R$ 1,4 bilhão.

O Saldo em Espécie do Exercício Anterior é representado pela somatória dos saldos das contas do subgrupo Caixa e Equivalentes de Caixa, bem como os Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados. Em 2014 o saldo foi de R$ 4,2 bilhões, representando 3,39% dos ingressos totais com decréscimo nominal de 20,85% em relação ao exercício anterior.

Importante destacar que a conta Saldo em Espécie do Exercício Anterior, constante do Balanço Financeiro de 2014, encontra-se divergente da conta Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte, constante do Balanço Financeiro de 2013, apresentando uma diferença a maior em R$ 2.610.211,32. Esta diferença necessita ser detalhada e esclarecida pelos responsáveis em sede de contraditório uma vez que segundo as normas e procedimentos contábeis aplicados a Contabilidade no Setor Público os ajustes sempre que necessários devem ser realizados através de lançamentos contábeis no exercício que foram identificados e não como se apresenta nos quadros contábeis em Saldo do Exercício Anterior.

1.2. GESTÃO FINANCEIRA DE DISPÊNDIOS ORÇAMENTÁRIOS E EXTRAORÇAMENTÁRIOS

A movimentação financeira com dispêndios totais do Estado do Paraná no exercício financeiro de 2014 encontra-se segregada em Despesa Orçamentária, Transferências Financeiras Concedidas, Pagamentos Extraorçamentários e Saldo em Espécie de

A Despesa Orçamentária somou R$ 34,9 bilhões e representou 27,96% dos dispêndios totais. Apresentou um crescimento nominal de 21,18% em relação ao exercício anterior. Está composta por recursos vinculados e ordinários:

a) *Recursos Vinculados* – Os recursos legalmente vinculados a finalidade especifica serão utilizados exclusivamente para atender o objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso, conforme estabelece o parágrafo único do art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal. No exercício de 2014, as despesas vinculadas somaram R$ 14,4 bilhões, representando 11,56% dos dispêndios totais e tiveram um crescimento de 17,68% em relação ao exercício anterior. Dentre as maiores destinações de

recursos vinculados tem-se os Recursos Destinados à Educação – R$ 8,3 bilhões e os Recursos Destinados à Saúde – R$ 4 bilhões.

c) *Recursos Ordinários* – Referem-se aos recursos de livre movimentação, isentos de qualquer tipo de vinculação ou destinação específica. Movimentaram em 2014 R$ 20,5 bilhões, o que representa 16,40% dos dispêndios totais com crescimento de 3,51% em relação ao exercício anterior.

As Transferências Financeiras Concedidas refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta. Somaram R$ 66,1 bilhões em 2014 e representaram 52,93% dos dispêndios totais. Podem ser orçamentárias ou extraorçamentárias:

a) *Orçamentárias* – Somaram R$ 32,8 bilhões e são efetuadas em cumprimento à execução do Orçamento, são as cotas, repasses e sub-repasses;

b) *Extraorçamentárias* – Totalizaram R$ 33,3 bilhões e não se relacionam com o Orçamento; são aquelas transferências independentes da execução orçamentária. Estes recursos advieram da Administração Direta com R$ 26,1 bilhões e da Administração Indireta, R$ 7,2 bilhões. Representam a contrapartida das transferências financeiras concedidas.

Os Pagamentos Extraorçamentários somaram R$ 20,9 bilhões, representando 16,72% dos dispêndios totais. Apresentaram um crescimento nominal de 1% em relação ao exercício anterior. Estão representados pelo saldo atual da conta Direitos e anterior da conta Obrigações, que estejam vinculadas a movimentos financeiros.

Neste grupo são evidenciados os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária.

- Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados – com R$ 16,1 bilhões;
- Outros Pagamentos Extraorçamentários – com R$ 3,1 bilhões, e
- Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados – R$ 1,8 bilhão.

O Saldo em Espécie Para o Exercício Seguinte é representado pela somatória dos saldos das contas do subgrupo Caixa e Equivalentes de Caixa, bem como os Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados. Ao final do exercício o saldo a ser transferido para o exercício seguinte foi R$ 3 bilhões, representando 2,39% dos dispêndios totais e sofreu um decréscimo nominal de 29,50% em relação ao exercício anterior.

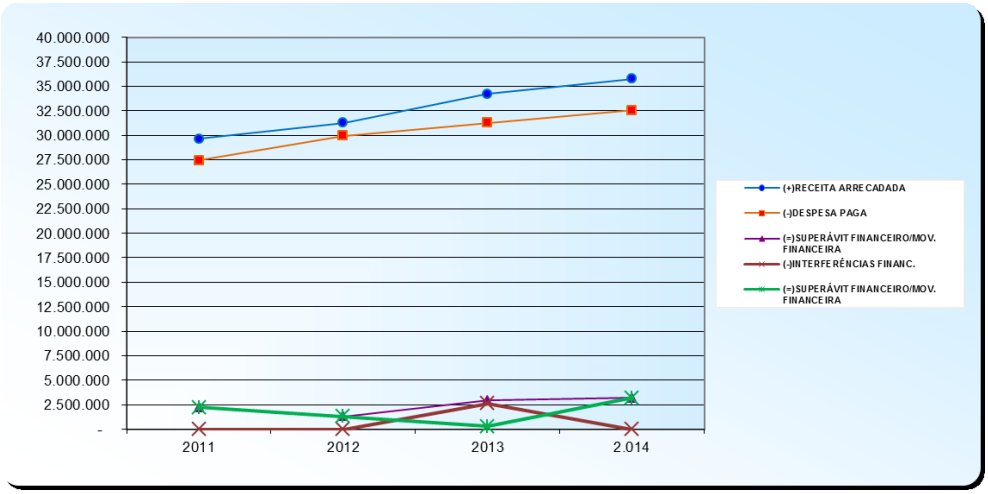
1.3. GESTÃO FINANCEIRA DAS RECEITAS E DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS EM VALORES CONSTANTES

A movimentação financeira do exercício em análise, decorrente da execução do Orçamento, apresentou resultado superavitário de R$ 3,2 bilhões, visto que as receitas arrecadadas totalizaram R$ 35,8 bilhões e confrontando com as despesas pagas de R$ 32,6 bilhões (R$ 34,9 bilhões de despesa empenhada menos R$ 2,3 bilhões de inscrição de restos a pagar), alcançou-se o referido resultado positivo.

O gráfico a seguir apresenta o comportamento da Receita Arrecadada e da Despesa Paga, em valores constantes, no período de 2011 a 2014.

Gráfico 16
Comportamento da Receita e Despesa – Valores Constantes – 2011 a 2014

Em R$ mil



Índice de atualização IPCA-IBGE
Fonte: Relatório SIA 855

Em valores constantes, a Receita Arrecadada em 2014 apresentou acréscimo de 4,56% em relação ao exercício anterior. No ano de 2013 este crescimento fora de 9,04%. A Despesa Paga apresentou um aumento de 4,09%, manteve praticamente o mesmo índice de 2013 que fora de 4,11%.

1.4. VALORES TOTAIS DOS RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS

A movimentação financeira extraorçamentária deve se limitar aos compromissos da administração na qualidade de ente repassador de recursos que lhe proporciona benefícios indiretos, pois não lhe traz bens e/ou serviços e não integra o seu patrimônio, sendo as principais: Descontos em Folha de Pagamento, Depósitos de Terceiros, Baixas de Restos a Pagar, Recursos do Fundo Previdenciário do Estado, Receita de Terceiros e Receitas a Repassar ao FUNDEB.

No exercício financeiro de 2014, os Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários do Estado do Paraná atingiram a importância de R$ 18,8 bilhões e R$ 20,9 bilhões, respectivamente.

Para a análise do quadro a seguir foi necessário o procedimento das “exclusões” realizadas pelo “órgão 98 – Reversão” para evitar a dupla contagem de registros por ocasião da consolidação dos Balanços.

A tabela seguinte apresenta as ocorrências extraorçamentárias da Dívida Flutuante, que estão representadas pelos inscrições/recebimentos e pagamentos/baixas do período.

Tabela 56
Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários – 2014

Em R$ mil

TÍTULOS	RETENÇÕES/ INSCRIÇÕES	PAGAMENTOS/ BAIXAS
Depósitos de Diversas Origens	**13.629.739**	**14.410.234**
Depósitos de Terceiros	**7.900.997**	**8.649.149**
Cauções	47.823	48.837
Consignações s/ Folha de Pagamento	1.785.086	1.785.268
Outras Consignações	473.248	474.425
Entidades Estaduais Credoras	0	0
Contrib. Servid. ao Fundo Previdência do Estado	1.996.496	2.415.711
Outros Depósitos	3.598.344	3.924.907
Receitas de Terceiros	**5.728.739**	**5.761.078**
Receita a Repassar ao FUNDEB	4.265.977	4.266.860
Participações Diversas	1.462.762	1.494.218
Recursos de Terceiros a Aplicar	4	7
Restos a Pagar	**2.348.733**	**2.509.629**
Outras Obrigações em Circulação	**46.118**	**39.060**
Obrigações Intragovernamentais	**204.886**	**331.128**
TOTAL	**16.229.476**	**17.290.050**

Fonte: Peça 8, SIA 855 e SIA 215 – Órgão 98 (exclusões)

Nas Inscrições/Recebimentos destacam-se os Depósitos de Diversas Origens no valor de R$ 13,6 bilhões que somado às outras inscrições perfaz o montante da Dívida Flutuante de R$ 16,2 bilhões.

Os Pagamentos/Baixas totalizaram, no exercício de 2014, R$ 17,3 bilhões.

2. DISPONIBILIDADE FINANCEIRA NOS TERMOS DA LRF

A gestão financeira, que corresponde ao fluxo de caixa para a administração, não pode ser avaliada somente por saldos bancários, e sim pelos resultados de arrecadação em contrapartida aos compromissos assumidos pela administração estadual.

Neste sentido, há que se observar o que prescreve o art. 9º da LRF, quanto ao acompanhamento bimestral da realização da receita e que estabelece limitações de empenhos e movimentação financeira, caso a receita não corresponda às expectativas de resultados primário e nominal definidos na LDO.

Para atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal que, ao tratar da composição do Relatório de Gestão Fiscal, no art. 55, inciso III, alínea “a”, estabelece a obrigatoriedade da elaboração do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar, o Poder Executivo efetuou a publicação dos mesmos nos moldes do Manual de Demonstrativos Fiscais válido para o exercício de 2014 da Secretaria do Tesouro Nacional (Portaria STN nº 637/2012). Entretanto os dados publicados indicam uma suficiência financeira de R$ 1,6 bilhão, divergindo dos apurados por esta DCE, que detectou uma insuficiência de R$ 1 bilhão, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 57
Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa – Posição em Dez/2014

Em R$

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a – b)
Fonte 102 - Receita Condicionada da Contribuição do Servidor Público	0,00	0,00	0,00
Fonte 104 - Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio-Econômico – CIDE	253.307,72	0,00	253.307,72
Fonte 105 - Resultado da Exploração de Recursos Hídricos, Petróleo, Gás Natural e Outros	22.780.582,94	71.124,18	22.709.458,76
Fonte 106 - Fundo Especial da PGE/PR	13.800.400,11	58.162,16	13.742.237,95
Fonte 107 - Convênios com Órgãos Federais	214.960.599,45	60.412.954,36	154.547.645,09
Fonte 108 - Alienação de Outros Bens Móveis	0,00	208.710,20	-208.710,20
Fonte 109 - Recursos Provenientes de % sobre Bilhetes de Passagens Intermunicipais p/ Ações voltadas à Criança e ao Adolescente	4.547.493,87	32.594,79	4.514.899,08
Fonte 110 - Receitas Para Estatização das Serventias do Fórum Judicial	387.832,52	0,00	387.832,52
Fonte 112 - Retorno dos Programas PROSAM, PEDU e PARANASAN	112.593,37	6.100.000,00	-5.987.406,63
Fonte 113 - Fundo Especial de Segurança Pública do Estado do Paraná - FUNESP/PR	8.210.241,51	70.850.202,44	-62.639.960,93
Fonte 115 - Receita Excedente dos Colégios Agrícolas	382.037,02	0,00	382.037,02
Fonte 116 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE	269.134.054,34	51.838.159,27	217.295.895,07
Fonte 117 - Transferências da União - SUS	156.314.433,30	7.468.548,72	148.845.884,58
Fonte 118 - Recursos Provenientes de Indenização da Petrobrás	0,00	0,00	0,00
Fonte 119 - Depósitos Judiciais	0,00	0,00	0,00
Fonte 120 - Operações de Crédito Internas	0,00	4.635.662,81	-4.635.662,81
Fonte 122 - Recursos Provenientes do Programa Paraná Competitivo	3.264.853,86	717.646,06	2.547.207,80
Fonte 123 - Renda do Fundo Penitenciário	381.110,85	290.607,69	90.503,16
Fonte 124 - Multas e Taxas de Saúde Pública – FUNSAUDE	0,00	0,00	0,00
Fonte 126 - Contribuições Compulsórias para a Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Fonte 127 - Multas e Taxas de Defesa Sanitária – FEAP	0,00	0,00	0,00
Fonte 128 - Fundo de Reequipamento do Fisco – FUNREFISCO	81,12	10.024.892,56	-10.024.811,44
Fonte 130 - Operação de Crédito Externa Vinculada - PARANÁ 12 MESES/BIRD	0,00	0,00	0,00
Fonte 131 - Programa de Assistência ao Menor e de Natureza Social – LEI Nº 11.091/95	2.027.258,41	14.395.383,44	-12.368.125,03
Fonte 132 - Pesquisa Científica e Tecnológica	2.277.855,65	67.663.153,24	-65.385.297,59
Fonte 133 - Transferências e Convênios com o Exterior	371.682,54	0,00	371.682,54
Fonte 136 - Operação de Crédito Externa Vinculada - PROEM/BID	0,00	0,00	0,00
Fonte 137 - Operação de Crédito Externa Vinculada - PARANÁ URBANO/BID	0,00	0,00	0,00
Fonte 138 - Taxa Ambiental	0,00	0,00	0,00
Fonte 141 - Retorno de Programas Especiais – FDU	7.793,50	0,00	7.793,50
Fonte 142 - Operação de Crédito Externa / BIRD	14.373.822,72	1.725.440,18	12.648.382,54
Fonte 143 - Outras Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Fonte 145 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB	32.173.074,19	32.173.074,19	0,00
Fonte 148 - Outros Convênios / Outros Transferências	908.665,44	12.135.157,13	-11.226.491,69
Fonte 251 - Operação de Crédito Interna	9.721,86	0,00	9.721,86
Fonte 254 - Multas por Infração ao Código de Trânsito Brasileiro - FUNRESTRAN	8.918.393,06	0,00	8.918.393,06
Fonte 256 - Reposição Florestal – SERFLOR	1.821.190,24	30.318,94	1.790.871,30
Fonte 258 - Diretamente Arrecadados com Utilização Vinculada	110.589.588,28	849.432,27	109.740.156,01
Fonte 281 - Transferências e Convênios com Órgãos Federais	142.389.448,83	8.609.612,27	133.779.836,56
Fonte 283 - Transferências e Convênios com o Exterior	52.912,61	0,00	52.912,61
Fonte 284 - Outros Convênios / Outras Transferências	338.854.837,01	2.868.294,83	335.986.542,18
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	**1.349.305.866,32**	**353.159.131,73**	**996.146.734,59**
Fonte 100 - Ordinário não Vinculado	531.810.355,17	1.125.614.332,67	-593.803.977,50
Fonte 103 - Receita Condicionada da L.C. Nº 87/96	11.266.797,63	3.081.247,66	8.185.549,97
Fonte 114 - Operação de Crédito Interna - Não Vinculada		0,00	0,00
Fonte 125 - Venda de Ações e/ou Devolução do Capital Subscrito ou Não e Outros Títulos	0,00	2.493.093,40	-2.493.093,40
Fonte 147 - Receitas de Outras Fontes Recolhidas ao Tesouro Geral do Estado Por Determinação Legal	1.876.522,43	79.968.956,37	-78.092.433,94
Fonte 250 - Diretamente Arrecadados	1.226.516.182,81	18.483.700,66	1.208.032.482,15
Fonte 252 - Operação de Crédito Externa	0,00	0,00	0,00
Fonte 257 - Receitas de Outras Fontes Recolhidas à Entidades da Administração Indireta por Determinação Legal 4.954	4.954.235,38	2.726.488,31	2.227.747,07
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	**1.776.424.093,42**	**1.232.367.819,07**	**544.056.274,35**
Recursos Extra-Orçamentários (8191.0300)	-141.571.660,41		-141.571.660,41
TOTAL (III) = (I + II) + Ajuste extra-orçamentário	**2.984.158.299,33**	**1.585.526.950,80**	**1.398.631.348,53**
Depósitos e Outras Obrigações (4400.0000 + 4900.0000)		1.071.638.213,91	-1.071.638.213,91
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**0,00**	**0,00**	**0,00**
SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	**2.984.158.299,33**	**2.657.165.164,71**	**326.993.134,62**
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		**1.344.033.667,58**	
SUFICIÊNCIA/INSUFICIÊNCIA APÓS INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS			**-1.017.040.532,96**

Fonte: SIA 215 Geral – Conta 81910000 – Disponibilidade por Fontes de Recursos

Os saldos bancários totalizaram a importância de R$ 3,1 bilhões, compostos pelos recursos vinculados e recursos não vinculados, conforme tabela anterior.

Os Recursos Vinculados no valor de R$ 1,3 bilhão estão compostos principalmente pelos saldos de convênios, sendo mais representativos os recursos repassados do FNDE (Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação) e as Transferências da União – SUS.

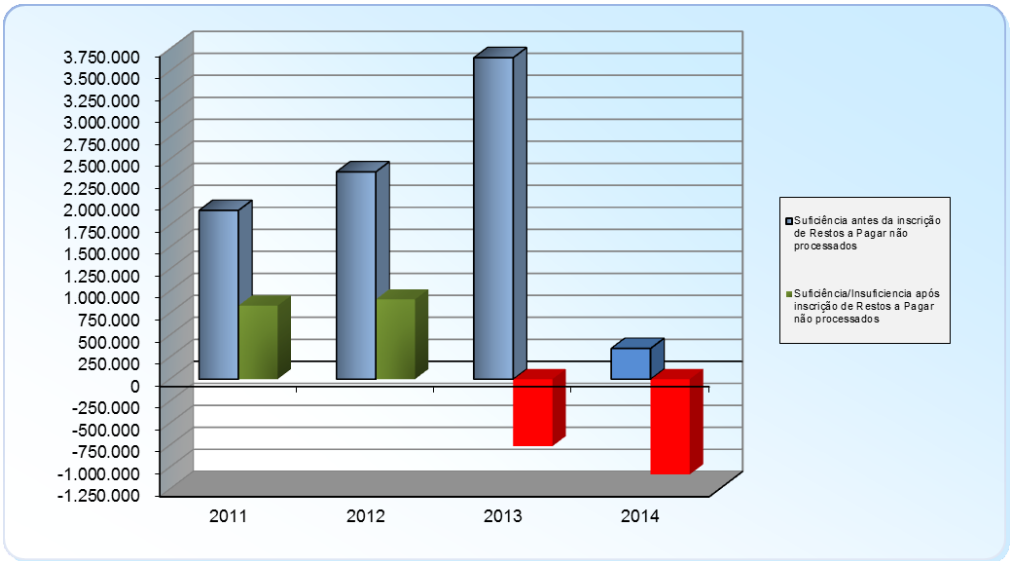
Os Recursos Não Vinculados no valor de R$ 1,8 bilhão estão compostos principalmente pelos recursos diretamente arrecadados – Fonte de Recursos 250.

O resultado financeiro no exercício apresentou inicialmente *suficiência* com uma Disponibilidade de Caixa Líquida no valor de R$ 327 milhões, após saldar os compromissos com as Obrigações Financeiras. Porém, ao considerarmos os Restos a Pagar Não Processados do Exercício no valor de R$ 1,3 bilhão, ou seja, aqueles pendentes de implemento de condição (liquidação), ter-se-ia uma *insuficiência* de disponibilidade na importância de R$ 1 bilhão.

O gráfico e tabela a seguir apresentam a Disponibilidade Financeira apurada, em valores constantes, no período de 2011 a 2014, nos termos da LRF.

Gráfico 17
Comportamento da Disponibilidade Financeira – Valores Constantes – 2011 a 2014

Em R$ mil



Índice de atualização IPCA-IBGE
Fonte: SIA 215 – Exercícios de 2011 a 2014

Conforme demonstrado no gráfico, em valores constantes, houve decréscimo de 90,47% em relação ao exercício de 2013 na suficiência de disponibilidade financeira antes da inscrição de Restos a Pagar não Processados, este decréscimo se acentuou em mais 41,95% após a inscrição em Restos a Pagar Não Processados, comprometendo ainda mais as finanças do Estado, tendo vista se tratar de dívida de curto prazo.

Cabe destacar que o Demonstrativo da Disponibilidade Financeira e dos Restos a Pagar por Poder e Órgão (DDF) apresentado pelo Estado demonstra saldo do Banco e Correspondentes de todos os poderes no valor de R$ 2.984.158.299,33, contabilizando a seguir em duplicidade o saldo vinculado em contas bancarias de R$ 659.575.008,71, que já estava lançado no primeiro valor, totalizando no relatório do Estado (peça 12, fl. 543) o valor inconsistente de R$ 3.643.733.308,04.

Assim, deve o Estado explicar a inclusão do valor apurado em duplicidade que resulta em disponibilidade de caixa diferente dos demais demonstrativos.

2.1. OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS FRENTE ÀS DISPONIBILIDADES - ART. 42 LRF

A Lei Complementar nº 101/2000 estabeleceu a vedação ao titular de poder ou órgão de contrair obrigações de despesa, nos dois últimos quadrimestres do último ano de mandato, sem recursos para seu pagamento no mesmo exercício ou que não estejam cobertas com recursos financeiros arrecadados no exercício em que foram contraídas, conforme disposto no seu art. 42 a seguir transcrito:

> *Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.*

Neste sentido, para verificar se o Chefe do Poder Executivo observou o comando contido no art. 42 da LRF, foi apurada a suficiência ou insuficiência financeira ao final do exercício de 2014 e comparada com a mesma situação ao final do primeiro quadrimestre do mesmo exercício, visando constatar, pela verificação da evolução da relação disponibilidades/obrigações, se foram assumidas obrigações de despesas nos dois últimos quadrimestres do exercício sem a devida cobertura financeira.

Considerando que a Secretaria do Tesouro Nacional – STN é o órgão responsável pela edição de normas gerais para consolidação das contas públicas e padronização das demonstrações e relatórios financeiros, foram apurados os valores utilizando a conjugação do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e do Demonstrativo dos Restos a Pagar, modelos integrantes dos Relatórios da Gestão Fiscal, estabelecidos pela STN, cujos resultados condensados apresentam-se na tabela a seguir.

Tabela 58
Demonstrativo da Apuração do Cumprimento do Art. 42 da LRF – 2014

Em R$

DISPONIBILIDADE FINANCEIRA LÍQUIDA - 30 DE ABRIL DE 2014			
			Em R$
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a – b)
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	2.866.179.145,05	689.405.619,98	2.176.773.525,07
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	2.729.604.545,85	1.829.877.286,41	899.727.259,44
TOTAL (III) = (I + II)	**5.595.783.690,90**	**2.519.282.906,39**	**3.076.500.784,51**
Recursos Extra-Orçamentários	-741.232.605,01		-741.232.605,01
TOTAL (III) = (I + II) + Ajuste extra-orçamentário	**4.854.551.085,89**	**2.519.282.906,39**	**2.580.433.978,86**
Depósitos e Outras Obrigações (4400.0000 + 4900.0000)		1.867.200.552,52	-1.867.200.552,52
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**0,00**	**0,00**	0,00
SUFICIÊNCIA SEM CONSIDERAR OS EMPENHOS A PAGAR DO EXERCÍCIO DE 2014	**4.854.551.085,89**	**4.386.483.458,91**	**468.067.626,98**
Empenhos não Liquidados do exercício de 2014		1.544.849.383,56	
SUFICIÊNCIA/INSUFICIÊNCIA CONSIDERANDO OS EMPENHOS A PAGAR EM 30/04/2014			**-1.076.781.756,58**

DISPONIBILIDADE FINANCEIRA LÍQUIDA - 31 DE DEZEMBRO DE 2014			
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a – b)
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	1.349.305.866,32	353.159.131,73	996.146.734,59
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	1.776.424.093,42	1.232.367.819,07	544.056.274,35
TOTAL (III) = (I + II)	**3.125.729.959,74**	**1.585.526.950,80**	**1.540.203.008,94**
Recursos Extra-Orçamentários (8191.0300)	-141.571.660,41		-141.571.660,41
TOTAL (III) = (I + II) + Ajuste extra-orçamentário	**2.984.158.299,33**	**1.585.526.950,80**	**1.398.631.348,53**
Depósitos e Outras Obrigações (4400.0000 + 4900.0000)		1.071.638.213,91	-1.071.638.213,91
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**0,00**	**0,00**	**0,00**
SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	**2.984.158.299,33**	**2.657.165.164,71**	**326.993.134,62**
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		**1.344.033.667,58**	
SUFICIÊNCIA/INSUFICIÊNCIA APÓS INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS			**-1.017.040.532,96**

VARIAÇÃO DA INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA DE 30.04.2014 A 31.12.2014	VARIAÇÃO %	VARIAÇÃO R$
	-5,5%	**-59.741.223,62**

Fonte: SIA 215 – Exercícios de 2011 a 2014

Observa-se na tabela anterior que, embora ao final do exercício de 2014 a disponibilidade financeira líquida apresentasse insuficiência financeira no montante de R$ 1.017.040.532,96, ao final do primeiro quadrimestre, ou seja, em 30/04/2014 esta insuficiência era maior, representando R$ 1.076.781.756,58.

Portanto, houve uma variação negativa da insuficiência financeira no montante R$ 59.741.223,62, representando uma variação percentual negativa de 5,5%, significando que a relação Disponibilidades de Caixa/Obrigações, apurada em 31/12/2014 foi melhor (insuficiência menor) que a verificada em 30/04/2014, denotando que não teriam sido contraídas obrigações de despesas, sem a

correspondente existência de disponibilidades, considerando o período compreendido nos dois últimos quadrimestres do ano.

Destaca-se que foram verificadas divergências entre os relatórios contábeis e de execução orçamentária do Estado (SIAF – Relatórios SIA215 e SIA112A), no que se refere ao montante dos empenhos não liquidados na data de 30 de abril de 2014, sendo de R$ 1.319.848.724,18 no SIA112A e R$ 1.544.849.383,56 no SIA215 (conta 4110.0100), as quais devem ser justificadas pelo Estado.

Importante mencionar que o demonstrativo de apuração do cumprimento do art. 42 da LRF, foi elaborado com base no Relatório SIA 215, em razão do mesmo estar consistente com o SIA 860 – Balanço Patrimonial, presumindo-se que estes valores são os corretos, não obstando que nova apuração seja realizada, caso fique comprovado posteriormente que este relatório não reflete os saldos corretos, podendo inclusive ser alterada a conclusão no que se refere ao cumprimento legal.

3. FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC tem seu conteúdo mínimo estabelecido pela Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T 16.6, e sua estrutura e modelo a ser adotado para o exercício de 2014, regulamentados pela Portaria STN nº 437/2012, que aprovou a Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, da 5ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

Conforme disposto no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, parte V, a DFC tem o objetivo de contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público.

As informações dos fluxos de caixa são úteis para proporcionar aos usuários da informação contábil um instrumento para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades de liquidez, permitindo projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais

mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos.

Os Fluxos de caixa estão divididos em

- Fluxos de caixa das operações;
- Fluxos de caixa dos investimentos; e
- Fluxos de caixa dos financiamentos.

A tabela a seguir reproduz a Demonstração dos Fluxos de Caixa da Administração Global.

Tabela 59
Demonstração do Fluxo de Caixa – Administração Global – 2014

Em R$ mil

TÍTULOS	2014	2013	% S/ Total	% (14/13)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES				
INGRESSOS (I)= (II+III+IV)	**116.925.500.970,86**	**105.877.054.547,44**	**100,00**	**10,44**
RECEITAS DERIVADAS (II)	**23.451.454.348,44**	**21.281.090.660,74**	**20,06**	**10,20**
Receita Tributária	23.451.454.348,44	21.281.090.660,74	20,06	10,20
RECEITAS ORIGINÁRIAS (III)	**3.376.682.274,75**	**2.929.380.052,24**	**2,89**	**15,27**
Receita Patrimonial	327.199.628,48	445.980.489,39	0,28	-26,63
Receita Agropecuária	7.379.295,29	3.812.593,64	0,01	93,55
Receita Industrial	27.766.655,85	25.279.584,82	0,02	9,84
Receita de Serviços	1.400.901.005,50	1.324.841.492,14	1,20	5,74
Outras Receitas Originárias	1.308.320.486,01	897.245.892,26	1,12	45,82
Remuneração das Disponibilidades	305.115.203,62	232.219.999,99	0,26	31,39
TRANSFERÊNCIAS (IV)	**7.596.299.879,46**	**6.968.707.845,13**	**6,50**	**9,01**
Intergovernamentais	**3.807.820.960,06**	**3.461.397.917,12**	**3,26**	**10,01**
Da União	3.802.994.092,57	3.454.261.564,79	3,25	10,10
Dos Estados e Distrito Federal	3.806.517,99	5.126.273,56	0,00	-25,74
Dos Municípios	1.020.349,50	2.010.078,77	0,00	-49,24
Intragovernamentais	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências	**3.788.478.919,40**	**3.507.309.928,01**	**3,24**	**8,02**
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	**82.501.064.468,21**	**74.697.875.989,33**	**70,56**	**10,45**
DESEMBOLSOS (V) = (VI+VII+VIII)	**117.356.814.198,82**	**106.191.007.219,74**	**100,00**	**10,51**
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO (VI)	**29.667.381.497,56**	**26.930.584.000,45**	**25,28**	**10,16**
Legislativa	480.137.237,69	491.454.713,26	0,41	-2,30
Judiciária	1.630.570.015,59	1.375.728.053,13	1,39	18,52
Essencial à Justiça	667.728.616,86	648.940.257,12	0,57	2,90
Administração	635.079.032,31	639.957.776,26	0,54	-0,76
Segurança Pública	2.314.807.084,00	2.078.410.151,41	1,97	11,37
Assistência Social	217.877.835,08	258.149.909,86	0,19	-15,60
Previdência Social	3.652.610.060,12	3.592.985.644,54	3,11	1,66
Saúde	2.885.106.525,47	2.536.036.535,01	2,46	13,76
Trabalho	42.168.327,69	32.458.942,73	0,04	29,91
Educação	7.890.269.163,87	6.975.511.755,12	6,72	13,11
Cultura	62.076.842,55	60.365.419,37	0,05	2,84
Direitos da Cidadania	475.745.543,13	402.569.188,72	0,41	18,18
Urbanismo	75.462.017,42	79.881.657,03	0,06	-5,53
Gestão Ambiental	143.854.308,53	137.157.041,74	0,12	4,88
Ciência e Tecnologia	157.125.056,03	138.048.636,71	0,13	13,82
Agricultura	330.251.119,29	297.990.850,88	0,28	10,83
Organização Agrária	6.834.975,99	7.551.455,32	0,01	-9,49
Indústria	33.089.395,53	30.137.508,86	0,03	9,79
Comércio e Serviços	34.944.873,93	35.216.673,69	0,03	-0,77
Comunicações	23.872.652,33	20.865.906,21	0,02	14,41
Transporte	332.292.522,59	378.534.290,18	0,28	-12,22
Desporto e Lazer	35.039.520,52	24.717.299,41	0,03	41,76
Encargos Especiais	7.540.438.771,04	6.687.914.333,89	6,43	12,75
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA (VII)	**734.180.531,84**	**697.793.331,57**	**0,63**	**5,21**
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	709.995.568,70	678.591.332,62	0,60	4,63
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	24.184.963,14	19.201.998,95	0,02	25,95
TRANSFERÊNCIAS (VIII)	**66.131.061.978,99**	**57.916.354.347,79**	**56,35**	**14,18**
Intergovernamentais	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Intragovernamentais	**66.131.061.978,99**	**57.916.354.347,79**	**56,35**	**14,18**
Outras Transferências	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	**20.824.190.190,43**	**20.646.275.539,93**	**17,74**	**0,86**
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES (IX)= (I-V)	**-431.313.227,96**	**-313.952.672,30**		**-37,38**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
INGRESSOS (X)	**238.619.465,30**	**239.765.954,26**	**100,00**	**-0,48**
ALIENAÇÃO DE BENS	4.568.484,06	3.603.891,18	1,91	26,77
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00	1.564.198,45	0,00	0,00
TRANSFERENCIA DE CAPITAL	234.050.981,24	234.597.864,63	98,09	-0,23
DESEMBOLSOS (XI)	**1.337.402.184,03**	**1.067.463.187,97**	**100,00**	**25,29**
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	168.401.557,49	178.807.210,61	12,59	-5,82
OUTROS DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTOS	1.169.000.626,54	888.655.977,36	87,41	31,55
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (XII)=(X-XI)	**-1.098.782.718,73**	**-827.697.233,71**		**-32,75**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
INGRESSOS (XIII)	**1.098.633.115,05**	**722.676.534,22**	**86,82**	**52,02**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	953.849.106,76	148.793.264,09	86,82	541,06
Outros ingressos de financiamentos	144.784.008,29	573.883.270,13	13,18	-74,77
DESEMBOLSOS (XIV)	**819.987.460,27**	**699.488.129,52**	**100,00**	**17,23**
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	819.987.460,27	699.488.129,52	100,00	17,23
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (XV)=(XIII-XIV)	**278.645.654,78**	**23.188.404,70**		**1.101,66**

APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (XVI)=(IX+XII+XV)	**-1.251.450.291,91**	**-1.118.461.501,31**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL (XVII)	**4.235.608.591,24**	**5.351.459.881,23**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL (XVIII) = (XVI + XVII)	**2.984.158.299,33**	**4.232.998.379,92**

Fonte: Peça 11

O Fluxo de Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais representou o valor negativo de R$ 431,3 milhões, demonstrando que os desembolsos operacionais foram superiores aos ingressos neste montante.

No caso das atividades de financiamento, também os desembolsos foram maiores que os ingressos, resultando em um Fluxo de Caixa líquido negativo no montante de R$ 1,1 bilhão.

Já o Fluxo de Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento foi de R$ 278,7 milhões, resultado do ingresso superior aos desembolsos.

Necessário destacar que o estado classificou indevidamente em sua demonstração, o ingresso de “Transferências de Capital Recebidas” como sendo atividade de Financiamento, entretanto, de acordo com o MCASP a Transferência de Capital se caracteriza como atividade de Investimento.

Assim, no exercício de 2014, conjugando todos os fluxos de ingressos e desembolsos operacionais, de investimento e de financiamento, houve a geração de um fluxo de caixa líquido negativo de R$ 1,2 bilhão, isto é, os desembolsos superaram os ingressos neste valor.

Cabe ressaltar que o saldo final de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício de 2013, apresentado nesta demonstração, bem como o evidenciado nos Balanços Patrimonial e Financeiro, diverge do saldo inicial do exercício de 2014 apresentado nesta DFC, sendo este superior ao do final do exercício de 2013 em R$ 2,6 milhões, conforme já comentado no Título 1.1, item 4.

Ainda, cabe destacar que o MCASP estabeleceu que a Demonstração dos Fluxos de Caixa deve ser elaborada pelo método direto e evidenciar as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes, algo que não se depreende do demonstrativo apresentado pelo Estado na peça 11, uma vez que os montantes apontados como movimentados são em muito superiores ao orçamento total, mesmo que consideradas as movimentações extraorçamentárias ocorridas no caixa.

Assim, deve o Estado apresentar os demonstrativos corretamente preenchidos evidenciando as transações que efetivamente ocorreram no caixa ou a justificativa fundamentada para os valores de R$ 116,9 bilhões de ingressos e de R$ 117,4 bilhões de desembolsos apresentados.

V – GESTÃO PATRIMONIAL

1. BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação.

O Balanço Patrimonial do Estado do Paraná espelha a situação de seu patrimônio em 31 de dezembro de através da Administração Global, que consolida as Administrações Direta e Indireta. Esta forma de apresentação atende ao disposto no inciso III do art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como o disposto no art. 105 da Lei Federal nº 4.320/64, como também atende ao conteúdo mínimo estabelecido pela NBC T 16.6, e observa a estrutura e modelo a ser adotado para o exercício de 2014, regulamentados pela Portaria STN nº 437/2012, que aprovou a Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, da 5ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

A estrutura do Balanço divide-se em: Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido. Sua função é demonstrar a posição dos elementos patrimoniais, representados pelos saldos de cada conta. A movimentação desses grupos pode ser aferida na Demonstração das Variações Patrimoniais, que contempla maior nível de detalhamento dos elementos que ingressaram, bem como os que foram desincorporados do patrimônio no período, cujo resultado é demonstrado sinteticamente no item 1.3 – Saldo Patrimonial, ao final deste Capítulo.

A seguir, apresenta-se a composição dos grupos que integram o Balanço Patrimonial com os saldos das contas apurados no exercício.

1.1. COMPOSIÇÃO DO ATIVO

Tabela 60
Balanço Patrimonial Consolidado – Composição do Ativo – 2014

Em R$

TÍTULOS	2014	2013	% S/Total	% (14/13)
CIRCULANTE	**6.110.759.825,81**	**7.000.098.717,04**	**19,94**	**-12,70**
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.984.158.299,33	4.232.998.379,92	9,74	-29,50
Créditos a Curto Prazo	2.941.923.234,55	2.579.068.889,48	9,60	14,07
Estoques	184.649.622,15	187.959.581,73	0,60	-1,76
VPD Pagas Antecipadamente	28.669,78	71.865,91	0,00	-60,11
NÃO CIRCULANTE	**24.527.530.976,33**	**21.581.336.992,44**	**80,06**	**13,65**
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.218.593.385,27	155.847.226,89	7,24	1.323,57
Créditos a Longo Prazo	2.218.586.563,99	155.840.405,61	7,24	1.323,63
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	6.821,28	6.821,28	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	16.015.279.203,07	15.609.341.510,02	52,27	2,60
IMOBILIZADO	6.292.368.630,47	5.815.292.493,37	20,54	8,20
INTANGÍVEL	1.289.757,52	855.762,16	0,00	50,71
TOTAL DO ATIVO	**30.638.290.802,14**	**28.581.435.709,48**	**100,00**	**7,20**

Fonte: Balanço Patrimonial, peça 9

1.1.1. Ativo Circulante

O Ativo Circulante compreende os créditos e valores realizáveis que satisfizerem a um dos seguintes critérios: a) estiverem disponíveis para realização imediata; e b) tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Indica quais recursos o Estado possui, no âmbito de cada Administração, para cumprir seus compromissos de curto prazo. Totalizou R$ 6,1 bilhões, representando 19,94% do total do Ativo e apresentou uma redução de 12,70% em relação ao exercício anterior, que fora de R$ 7 bilhões.

É constituído pelos grupos:

- Caixa e Equivalentes de Caixa - R$ 3 bilhões que são os principais recursos de liquidez imediata;
- Créditos a Curto Prazo – R$ 2,9 bilhões, que aporta os numerários destinados a objetivo específico como Convênios, Contratos, Depósitos Judiciais, etc;

- Estoques – R$ 184,6 milhões, que corresponde aos saldos em Almoxarifado; e
- Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) Pagas Antecipadamente – representou o montante R$ 28,7 milhões.

1.1.2. Ativo Não Circulante

O Ativo Não Circulante da Administração Global totalizou R$ 24,5 bilhões representando 80,06% do total do Ativo com uma evolução de 13,65% em relação ao exercício anterior, que registrou o valor de R$ 21,6 bilhões, distribuído nos seguintes grupos:

- Ativo Realizável a Longo Prazo – R$ 2,2 bilhões, equivalente a 7,24% do Ativo Total;
- Investimentos – R$ 16 bilhões, que representa 52,27% do Total do Ativo;
- Imobilizado – R$ 6,3 bilhões, representando 20,54% do Total do Ativo;
- Intangível – R$ 1,3 milhão.

No grupo Investimentos, destacam-se as Participações Societárias, cujos recursos investidos nas Empresas Públicas e Sociedades por Ações somaram R$ 8,1 bilhões.

A tabela a seguir evidencia a participação estadual em termos nominais e o percentual no Capital Social das empresas considerando as ações ordinárias e as preferenciais.

Tabela 61
Participações Societárias do Governo Estadual – 2011 a 2014

EMPRESAS	2011		2012		2013		2014		Var. % 14/13
	R$ mil	Part. %	R$ mil	Part. %	R$ mil	Part. %	R$ mil	Part. %	
SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA									
BADEP	80.645	99,99	80.645	99,99	80.645	99,99	80.645	99,99	0,00%
CEASA	11.842	99,01	11.842	99,01	11.842	99,01	11.842	99,01	0,00%
CENTRO DE CONV. CURITIBA	2.390	52,82	2.390	52,82	2.390	52,82	1.176	52,82	-50,79%
CELEPAR	50.672	94,69	59.374	94,69	78.663	94,69	78.663	94,69	0,00%
CODAPAR	56.204	80,06	66.931	80,06	66.931	80,06	66.931	80,06	0,00%
COHAPAR	1.025.934	99,99	950.515	99,99	1.030.784	99,99	1.030.784	99,99	0,00%
COPEL	2.147.379	58,63	2.147.379	58,63	3.622.004	58,63	3.622.004	58,63	0,00%
SANEPAR	944.931	52,50	944.931	52,50	1.742.199	52,50	1.742.199	52,50	0,00%
FERROESTE	318.848	81,10	324.156	81,10	324.156	81,10	324.156	81,10	0,00%
MINEROPAR	4.551	99,60	4.551	99,60	4.551	99,60	4.551	99,60	0,00%
AG. FOMENTO DO PR S/A	1.117.929	99,97	1.159.525	99,97	1.013.272	99,97	1.013.272	99,97	0,00%
AMB. PARANÁ FLORESTAS	21.526	99,99	26.226	99,99	26.228	99,99	35.128	99,99	33,93%
EMPRESAS PÚBLICAS									
CLASPAR	10.727	100,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00%
TECPAR	66.567	100,00	71.003	100,00	71.003	100,00	71.003	100,00	0,00%
EMPRESAS MULTIGOVERNAMENTAIS									
BRDE	28.435	33,33	28.435	33,33	28.435	33,33	28.435	33,33	0,00%
OUTRAS EMPRESAS									
PETROBRÁS	17.993	0,0076	12.068	0,0076	12.068	0,0076	6.494	0,0076	-46,19%
EMPRESAS DIVERSAS	7	100,00	7	100,00	7	100,00	7	100,00	0,00%
TOTAL	**5.906.579**		**5.889.978**		**8.115.178**		**8.117.290**		**0,03%**

Fonte: Peça 12, fls. 249 e 250, Peça 22 e SIA 215.

Primeiramente cabe observar que o Demonstrativo dos Recursos Estaduais Investidos no Capital de Empresas Públicas, Sociedade de Economia Mista, constante à peça 22 do presente processo de Prestação de Contas, apresenta como valor total R$ 7.979.150.455,91, enquanto que o valor apurado por esta Diretoria de Contas Estaduais totalizou R$ 8.117.289.975,68, apresentado uma diferença para menos de R$ 138.139.519,77.

Entretanto, ao reportamos para o Balancete Mensal de Verificação (SIA 215 – Consolidado Geral), verifica-se que o saldo da conta 5411.0000 – Valores Integralizados, encontra-se com o montante de R$ 7.901.195.565,40, que deveria efetivamente ser o valor a ser apresentado no quadro demonstrativo das contas do governo.

Observa-se que na apresentação do referido demonstrativo/SEFA, levou se em conta somente os valores integralizados na Administração Direta, quando deveriam ser somados os valores da Administração Direta mais os da Administração Indireta e diminuídos os valores referentes às exclusões, conforme consta do SIA215 – Consolidado Geral.

Para que se possa expressar algum comentário a respeito dos investimentos do Estado no Capital das Empresas, primeiramente é necessário que os valores apresentados estejam corretos, ou seja, que os Demonstrativos trazidos no processo de Prestação de Contas do Governo estejam consistentes com os Balancetes (SIA215) e Balanço Patrimonial.

Outrossim, observou-se que no Demonstrativo da Despesa Empenhada, Paga e a Pagar segundo a Natureza, constam valores pagos às Empresas BRDE R$ 200 milhões, Agência de Fomento R$ 150 milhões, COHAPAR R$ 108,9 milhões e COHAPAR/SANEPAR R$ 362 mil, sem que estes valores constem dos saldos das devidas contas contábeis, bem como dos balancetes e balanços encerrados em 31 de dezembro de 2014.

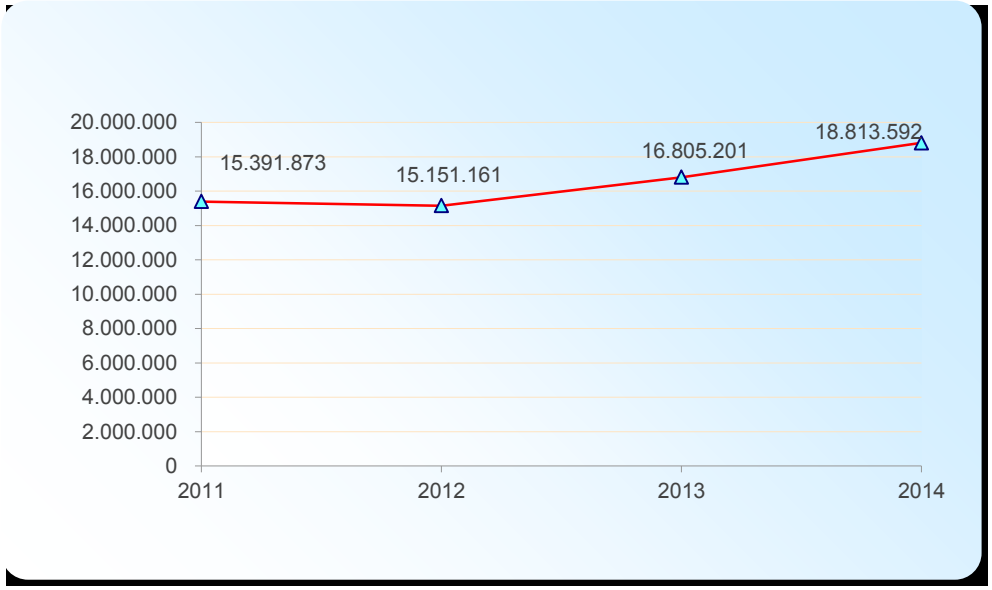
1.1.3. Dívida Ativa

A Dívida Ativa representa direito de crédito a favor da Fazenda Pública, seja de natureza tributária ou não tributária, cujo recebimento não ocorreu no prazo legal estabelecido. É, portanto, uma fonte de fluxo de caixa, com impacto positivo pela recuperação de valores, espelhando créditos a receber. Entretanto, estes valores contêm um percentual de perda intrínseco, que deve ser determinado e deduzido do valor registrado por meio da provisão para ajuste, uma vez que os valores lançados como Dívida Ativa possuem um grau de incerteza com relação ao seu recebimento.

O gráfico a seguir ilustra, em termos nominais, a variação do estoque dos créditos a receber inscritos em Dívida Ativa do Estado nos últimos quatro anos.

Gráfico 18
Evolução do Estoque da Dívida Ativa – 2011 a 2014

Em R$ mil



Fonte: SIA 215

O estoque total da Dívida Ativa em 2014 somou R$ 18,8 bilhões. Ressalte-se, no entanto, que o montante líquido registrado na conta Créditos do Ativo Permanente foi de R$ 926,2 milhões, resultante do valor de R$ 17,9 bilhões lançados como Provisão para Perdas da Dívida Ativa.

Esta provisão foi instituída em 2005 com a edição da Portaria nº 564/2004-STN, que aprovou o 1º Manual de Procedimentos da Dívida Ativa, visando proporcionar maior transparência à gestão dos recursos públicos, dada a relevância dos valores inscritos em Dívida Ativa e a relativa baixa liquidez deste ativo. Corresponde à estimativa da Entidade da parcela de Créditos a Receber cuja realização demanda esforço específico para a concretização.

A diversidade da origem dos créditos a favor do Estado, somada aos variados graus de estruturação dos mecanismos de cobrança, entende-se, torna bastante complexa a tarefa de se fazer uma adequada mensuração da provisão, de modo a não superavaliar e nem subavaliar o Patrimônio Real do Ente Público.

Neste contexto, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, publicado pela Portaria STN nº 437/2012, válido para 2014, orienta os três níveis de governo mediante consolidação de conceitos, regras e procedimentos de reconhecimento e apropriação contábil de operações típicas do setor público, dentre as quais se destacam aquelas relativas à Dívida Ativa.

A análise dos créditos inscritos em Dívida Ativa do Estado do Paraná e os resultados dos últimos quatro exercícios estão demonstrados a seguir.

Tabela 62
Demonstrativo do Estoque e Movimentação da Dívida Ativa – 2011 a 2014

Em R$ mil

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DÍVIDA ATIVA				
TÍTULOS	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**
PREVISTA	40.742	46.467	51.187	38.206
ARRECADADA	133.886	90.480	44.403	121.313
DIFERENÇAS	93.144	44.013	-6.784	83.107
% DE ARRECADAÇÃO	**328,62%**	**194,72%**	**86,75%**	**317,52%**
ESTOQUE E MOVIMENTAÇÃO DO PERÍODO				
(+) SALDO ANTERIOR	13.563.765	15.391.873	15.151.161	16.805.201
(+) INSCRIÇÕES	**2.331.185**	**174.283**	**2.134.237**	**2.330.771**
Inscrições no Exercício	1.500.150	1.550.965	1.675.639	1.713.035
Atualizações, Substituições e Rescisões	831.035	-1.376.682	458.599	617.736
(-) TOTAL DAS BAIXAS	**503.077**	**414.995**	**480.197**	**322.380**
Baixas Resultantes de Pagamento	133.886	89.570	33.726	121.313
Baixas por Outros Motivos	369.191	325.425	446.472	201.067
Baixas considerando pagamentos a vista, de parcelamento, baixas via SISCRED e diferenças judiciais, conforme Informação nº 081/2015 - SCOB (peça 18 fls 02 dos autos)				609.510
(=) SALDO DÍVIDA ATIVA (ANTES PROVISÃO)	**15.391.873**	**15.151.161**	**16.805.201**	**18.813.592**
(-) PROVISÃO PARA PERDAS DÍVIDA ATIVA	**14.412.950**	**14.176.942**	**15.955.015**	**17.887.362**
(=) SALDO DÍVIDA ATIVA (APÓS PROVISÃO)	**978.923**	**974.219**	**850.187**	**926.230**
POSIÇÃO DÍVIDA ATIVA EM 31/12 - VALORES NOMINAIS				
SALDOS	15.391.873	15.151.161	16.805.201	18.813.592
Variação Anual	13,48%	-1,56%	10,92%	11,95%
Variação Acumulada (Base 2011)	13,48%	-1,56%	9,18%	22,23%
ÍNDICE RECEBIMENTO S/ SALDO ATUAL DO EXERCÍCIO	0,87%	0,60%	0,26%	0,64%
Índice de baixa sobre o saldo do exercício, considerando: pagamentos a vista, de parcelamento, baixas via SISCRED e diferenças judiciais, conforme Informação nº 081/2015 - SCOB (peças 17 e 18 dos autos)				3,24%

Fonte: SIAs 215, 210 e 840 e planilhas de provisão e baixas da Dívida Ativa

a) Das Inscrições, Baixas e Recebimentos

O controle da movimentação da Dívida Ativa é realizado pelo Sistema da Dívida Ativa Estadual – DAE, gerenciado pelo Setor da Dívida Ativa – SDA, vinculado à Inspetoria Geral de Arrecadação – IGA, da Coordenação da Receita do Estado – CRE.

Por outro lado, o Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro – SIAF, administrado pela Divisão de Contabilidade da Secretaria de Estado da Fazenda – DICON/SEFA, registra a movimentação orçamentária e financeira da Dívida Ativa do Estado auxiliado pelos relatórios gerados pelo SDA.

No exercício em análise, conforme dados apresentados na tabela anterior, as inscrições somaram R$ 2,3 bilhões. Esse valor foi proveniente de novas inscrições no montante de R$ 1,71 bilhão e das atualizações, substituições e rescisões com R$ 617,7 milhões.

Comparativamente ao exercício de 2013, houve um aumento de 9,21% no montante total das inscrições. Oportuno lembrar os efeitos negativos indiretos de legislação que possibilita o pagamento de dívida com condições benéficas, a exemplo de redução em diferentes percentuais das multas e dos juros, conforme a possibilidade de quitação escolhida, bem como parcelamentos e postergação de débitos, além de remissões e alteração dos créditos inscritos em Divida Ativa que podem ficar sujeitos a processo de execução fiscal. Tais leis, quando aplicadas de forma indiscriminada e sem critérios rigorosos, tende a institucionalizar uma “cultura de inadimplência”, com o consequente aumento sucessivo do volume de Dívida Ativa.

As baixas registradas de R$ 322,4 milhões resultaram de pagamentos no valor de R$ 121,3 milhões e o restante corresponde a R$ 201,1 milhões provenientes de cancelamentos dos créditos inscritos, conforme registrado no Balancete Mensal de Verificação de 31/12/2004 na conta 7231.0100. De pronto, aponta-se inconsistência dos dados apresentados no relatório SIA 215, em relação ao Demonstrativo da Movimentação da Dívida Ativa, parte do Relatório Circunstanciado de Gestão (peça 17). Este último apresenta como valor total de baixas, que não foram por pagamento,

o montante de R$ 174,4 milhões. Os principais cancelamentos decorreram de baixas por:

- Quitações de Termo de Acordo de Parcelamento (TAP) – R$ 69,5 milhões;
- Mandado Administrativo – R$ 36,9 milhões;
- Prescrição – R$ 35,6 milhões;
- Retificação de GIA – R$ 10 milhões; e
- IPVA + 05 anos – R$ 5,8 milhões.

Verifica-se que as baixas por prescrição representaram 20,44% do total de baixas que não foram por pagamento, percentual considerado alto, superando inclusive o do exercício anterior que foi de 10,44%, objeto de ressalva às contas.

Em conformidade com os dados informados verifica-se que a recuperação da dívida ativa decorrente de ingresso por meio de pronto pagamento foi de 0,64% do total da dívida do Estado.

Noutro giro, se considerarmos a metodologia apresentada pelo setor de cobrança administrativa da SEFA (peça 18), incluindo como recuperação da dívida ativa também os pagamentos advindos de Termos de Acordo de Parcelamento – TAP, baixas via SISCRED e diferenças judiciais, no total de R$ 609,5 milhões, o índice de recuperação da Dívida Ativa seria de 3,24%.

Destarte, ao fazer um comparativo da recuperação da Dívida Ativa entre os exercícios de 2013 (0,26%) e 2014 (0,64%), constata-se que houve incremento na recuperação da Dívida Ativa. Porém, ressalta-se que houve um crescimento nominal nas inscrições de R$ 196 milhões, comparando o total de inscrição de 2014 com o total de 2013, o que contribuiu para a elevação do saldo de Dívida Ativa no final do exercício de 2014 (R$ 18,8 bilhões).

b) Do Saldo da Dívida Ativa

O saldo da Dívida Ativa ao final de 2014 apresentou acréscimo nominal de R$ 2 bilhões, que corresponde ao aumento de 11,95% em relação ao saldo do ano anterior,

que era de R$ 16,8 bilhões. A variação acumulada do saldo dos últimos quatro anos é de 22,23%.

c) Da Execução Orçamentária da Dívida Ativa

Os valores apresentados no Balanço Geral do Estado como Receita da Dívida Ativa (SIA840) totalizaram R$ 121,3 milhões e corresponderam a 317,52% da previsão que era de R$ 38,2 milhões. Ressalte-se que, comparativamente ao exercício de 2013 a arrecadação aumentou em 173,2%.

d) Dívida Ativa Ajuizada x Ações da PGE

As ações de cobrança judicial dos créditos tributários e não tributários inscritos em Dívida Ativa Ajuizada são de competência da Procuradoria Geral do Estado – PGE. A competência da SEFA está vinculada à cobrança na esfera administrativa.

Oportuno destacar que os 100 maiores devedores na Dívida Ativa do Estado representam 33,71% do montante total inscrito. A tabela a seguir apresenta a situação cadastral destas empresas em 31 de dezembro de 2014.

Tabela 63
Situação Cadastral dos 100 Maiores Devedores na Dívida Ativa – Posição em Dez/2014

Em R$

SITUAÇÃO CADASTRAL	Nº EMPRESAS	VALOR	% S/TOTAL DA D.ATIVA
Ativo	15	1.184.662.719	6,30
Baixado	30	1.875.635.877	9,97
Cancelado	54	4.413.338.456	23,46
Pessoa Física (não inscrito)	1	42.986.935	0,23
Total dos 100 Maiores Devedores	**100**	**7.516.623.987**	**39,95**
Total dos Demais Devedores		**11.296.968.222**	**60,05**
Total Estoque da Dívida Ativa em 2014		**18.813.592.209**	**100,00**

Fonte: Informação IGA/SDA

Da situação cadastral dos 100 maiores devedores, é possível observar que 84 empresas encontram-se na situação cadastral "baixada" ou "cancelada", o que significa, em tese, maior grau de dificuldade para o recebimento dos créditos.

1.2. COMPOSIÇÃO DO PASSIVO

Tabela 64
Balanço Patrimonial Consolidado – Composição do Passivo – 2014

Em R$

TÍTULOS	2014	2013	% S/Total	% (14/13)
CIRCULANTE	**4.313.466.044,21**	**5.361.540.162,63**	**16,57**	**-19,55**
Obrig. Trabalhistas, Previd. e Assist. a pagar a Longo Prazo	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	2.929.560.618,38	3.090.456.450,31	11,25	-5,21
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações de repartição a outros entes	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões a Curto Prazo	15.508.664,20	6.553.301,00	0,06	136,65
Demais Obrigações a Curto Prazo	1.368.396.761,63	2.264.530.411,32	5,26	-39,57
NÃO CIRCULANTE	**21.720.711.564,52**	**20.038.668.229,30**	**83,43**	**8,39**
Obrig. Trabalhistas, Previd. e Assist. a pagar a Longo Prazo	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	20.405.029.644,11	18.954.171.372,78	78,38	7,65
Fornecedores a Longo Prazo	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	1.311.481.113,32	1.084.496.049,43	5,04	20,93
Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Obrigações a Longo Prazo	4.200.807,09	807,09	0,02	520.388,06
Resultado Diferido	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DO PASSIVO	**26.034.177.608,73**	**25.400.208.391,93**	**100,00**	**2,50**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**4.604.113.193,41**	**3.181.227.317,55**	**17,68**	**44,73**
Patrimônio Social/Capital Social	82.800.234,54	82.800.234,54	0,32	0,00
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas de Lucros	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados Acumulados	4.521.312.958,87	3.098.427.083,01	17,37	45,92
(-) Ações/Cotas em Tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**30.638.290.802,14**	**28.581.435.709,48**	**117,68**	**7,20**

Fonte: SIA 860 e Peça 09

1.2.1. Passivo Circulante

Corresponde a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis, que representam o valor de R$ 4,3 bilhões, o que corresponde a 16,57% do Total do Passivo. Em relação ao exercício de 2013 verificou-se uma redução nominal

de 19,55% destas obrigações, quando o Passivo Circulante registrou o valor de R$ 5,4 bilhões.

As contas que compõem este grupo registraram a seguinte movimentação:

a) Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Esta conta está representada pelos Restos a Pagar com saldo R$ 2,9 bilhões, equivalente a 67,92% do Passivo Circulante. São compromissos a serem liquidados até o término do exercício seguinte, portanto, para que seja assegurado o equilíbrio financeiro das contas do Estado, tais obrigações devem estar cobertas pelas disponibilidades nas contas Caixa e Equivalente de Caixa e Outras Disponibilidades para não comprometer o desempenho orçamentário do exercício corrente.

b) Provisões a Curto Prazo

Compreende os passivos de prazos ou de valores incertos, com prazo provável em até doze meses.

Com saldo de R$ 15,5 milhões, refere-se a Obrigações Provisionadas com Férias, Indenizações Trabalhistas e Demais Provisões.

c) Demais Obrigações de Curto Prazo

Compreende as obrigações do Estado junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento em até doze meses, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

Esta conta somou ao final do exercício em análise R$ 1,4 bilhão, equivalente a 31,72% do Passivo Circulante, dentre as quais se destacam:

- Depósitos de Terceiros – R$ 981,2 milhões;
- Débitos de Tesouraria (Obrigações Intragovernamentais) – R$ 316,5 milhões;
- Fundo de Previdências (Contribuição dos Servidores) – R$ 136,5 milhões.

1.2.2. Análise Financeira

Demonstra a liquidez do Estado apurada mediante a relação do Ativo Circulante sobre o Passivo Circulante, cujo índice revela a capacidade de pagamento do Estado no curto prazo.

A tabela a seguir apresenta o Índice de Liquidez Corrente ao longo dos últimos quatro exercícios.

Tabela 65
Análise Financeira – Índice de Liquidez – 2011 a 2014

Em R$ mil

COEFICIENTE	ADM. DIRETA	R$	Evol. % Base/11	ADM. INDIRETA	R$	Evol. % Base/11	ADM. GLOBAL	R$	Evol. % Base/11
	2011			**2011**			**2011**		
ATIVO FINANC. / PASSIVO FINANC.	2.385.484 / 2.173.222	1,10	0,00%	2.769.887 / 1.144.923	2,42	0,00%	4.379.811 / 2.543.235	1,72	0,00%
	2012			**2012**			**2012**		
ATIVO FINANC. / PASSIVO FINANC.	2.402.486 / 2.932.287	0,82	-25,36%	3.324.979 / 1.700.267	1,96	-19,17%	4.606.788 / 3.511.878	1,31	-23,83%
	2013			**2013**			**2013**		
ATIVO FINANC. / PASSIVO FINANC.	3.688.442 / 4.791.925	0,77	-29,88%	3.714.914 / 2.047.073	1,81	-24,99%	5.925.899 / 5.361.541	1,11	-35,82%
	2014			**2014**			**2014**		
ATIVO CIRCUL. / PASSIVO CIRCUL.	4.184.541 / 3.942.308	1,06	-3,30%	3.915.160 / 2.360.099	1,66	-31,43%	6.110.760 / 4.313.466	1,42	-17,74%

Fonte: Peça 9 e SIA 860

O índice de liquidez corrente apresentado pela Administração Global leva à conclusão que para cada R$ 1,00 de dívida de curto prazo existiriam R$ 1,42 para cobertura em 31/12/2014. Este resultado demonstra que os recursos disponíveis do Estado seriam superiores às suas dívidas de curto prazo em R$ 1,8 bilhão.

O gráfico a seguir demonstra a variação da capacidade financeira do Estado do Paraná, nos últimos quatro exercícios, conforme índices de liquidez.

Gráfico 19
Índice de Liquidez do Estado – 2011 a 2014

Em R$



Fonte: Tabela 65

No entanto, deve-se levar em consideração que o Estado não vem realizando os empenhos em sua totalidade dos valores correspondentes a 2% da Receita Corrente Líquida, destinados ao pagamento de Precatórios, conforme determina a Emenda Constitucional nº 62/2009. Estes valores, que já foram repassados ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e não empenhados, já somam R$ 1,2 bilhão e, no exercício em análise, deixaram de ser empenhados R$ 523 milhões.

Portanto, o índice de 1,42 não reflete a real liquidez do Estado pois o Passivo Circulante não considerou este valor, e por outro lado, os recursos respectivos estão registrados em conta do realizável do grupo “Créditos a Curto Prazo” do Ativo Circulante. Sendo assim, constata-se que o Passivo Circulante deveria ser de R$ 4,3 bilhões e a situação de liquidez financeira ao final do exercício de 2014, considerando este valor, está demonstrada na tabela e gráfico a seguir.

Tabela 66
Análise Financeira – Índice de Liquidez Ajustado – 2014

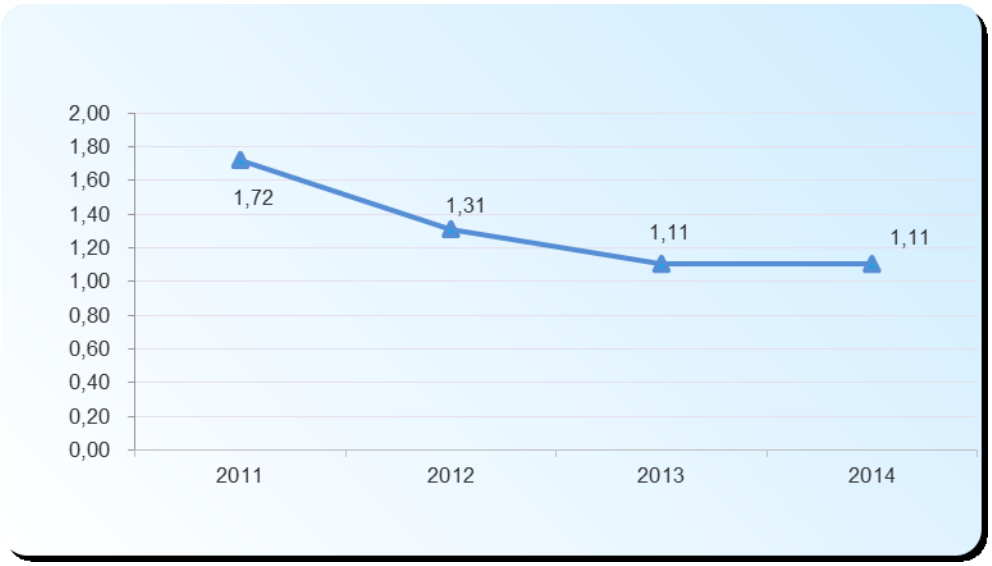
Em R$ mil

COEFICIENTE	ADM. DIRETA	R$	ADM. INDIRETA	R$	ADM. GLOBAL	R$
	2014		2014		2014	
ATIVO CIRCUL. / PASSIVO CIRCUL.	4.184.541 / 5.158.786	0,81	3.915.160 / 2.360.099	1,66	6.110.760 / 5.529.944	1,11

Fonte: Balanço Patrimonial e Prestação de Contas do Tribunal de Justiça (Processo nº 271854/15).

Gráfico 20
Índice de Liquidez do Estado – 2011 a 2014 - Ajustado

Em R$



Fonte: Tabela 66

Após os devidos ajustes se verifica que índice de liquidez corrente apresentado pela Administração Global leva à conclusão que para cada R$ 1,00 de dívida de curto prazo existiam R$ 1,11 para cobertura em 31/12/2014. Este resultado demonstra que os recursos disponíveis do Estado são superiores às suas dívidas de curto prazo em R$ 581 milhões, mantendo a mesma liquidez apresentada no exercício anterior.

1.2.3. Passivo Não Circulante

Este grupo compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante. Sua

movimentação no exercício de 2014 somou R$ 21,7 bilhões, representando 83,43% do total do Passivo. Apresentou crescimento de 8,39% em relação ao exercício anterior. Está composto pelos seguintes subgrupos de contas:

a) Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

Com R$ 20,4 bilhões, compreendem as obrigações financeiras do Estado a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com vencimentos após o final do exercício seguinte, ou seja, após doze meses da data das demonstrações contábeis. Este subgrupo representa a Dívida Fundada que será apresentada e comentada na sequência, tendo em vista sua maior representatividade na Dívida Geral do Estado.

b) Obrigações Fiscais a Longo Prazo

Com R$ 1,3 bilhão, compreendem as obrigações do Estado relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimentos após o término do exercício seguinte. Referem-se a Outras Dividas (PASEP), que será comentada na sequência, na Divida Geral do Estado.

c) Demais Obrigações de Longo Prazo

Somaram R$ 4,2 milhões e compreendem as obrigações do Estado junto a terceiros não inclusas nos subgrupos anteriores, cujo vencimento ocorrerá após o término do exercício financeiro seguinte.

1.2.4. Dívida Geral

A composição da Dívida Geral do Estado encontra-se segregada em:

- Dívida Flutuante – é aquela contraída pela Administração Pública, por um breve período de tempo, onde estão registrados os compromissos a serem liquidados até o encerramento do exercício subsequente;
- Dívida Fundada – é baseada em contratos de empréstimos ou financiamentos com organismos multilaterais, agências

governamentais ou credores privados, que geram compromissos de exigibilidade superior a doze meses, compreende as obrigações de longo prazo, desmembrada em Dívida Interna e Externa; e

- Outras Dívidas – composta exclusivamente por dívidas junto ao PASEP.

A tabela e gráfico a seguir demonstram a composição da dívida em 2014.

Tabela 67
Composição da Dívida Geral do Estado – 2014

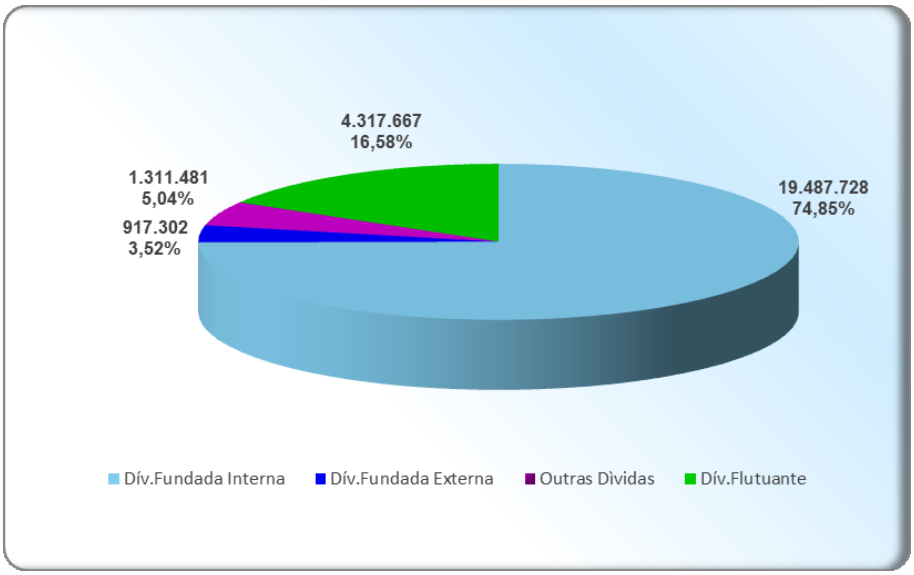
Em R$ mil

TÍTULO	DÍVIDA FLUTUANTE E FUNDADA - ADMINISTRAÇÃO GLOBAL							
	SALDO EXERC ANTERIOR	%	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO			SALDO EXERC. SEGUINTE	%	VAR. % 14/13
			INSCRIÇÃO/ AJUSTE	CORR. MON. VAR.CAMBIAL	BAIXA/ AJUSTE			
DÍVIDA FLUTUANTE	**5.378.241**	**21,16**	**16.229.476**	**0**	**17.290.050**	**4.317.667**	**16,58**	**-19,72**
Restos a Pagar	**3.090.456**	**12,16**	**2.348.733**	**0**	**2.509.629**	**2.929.561**	**11,25**	**-5,21**
Depósitos de Diversas Origens	**1.818.708**	**7,16**	**13.629.739**	**0**	**14.410.234**	**1.038.213**	**3,99**	**-42,91**
- Depósitos de Terceiros	1.729.355	6,80	7.900.997	0	8.649.149	981.203	3,77	-43,26
- Cauções	9.928	0,04	47.823	0	48.837	8.914	0,03	-10,22
- Consignações	6.450	0,03	2.258.334	0	2.259.693	5.091	0,02	-21,07
- Fundo Previdenciário do Estado	555.729	2,19	1.996.496	0	2.415.711	136.513	0,52	-75,44
- Entidades Estaduais Credoras	0	0,00	0	0	0	0	0,00	0,00
- Outros Depósitos *	1.157.249	4,55	3.598.344	0	3.924.907	830.685	3,19	-28,22
- Receita de Terceiros	89.353	0,35	5.728.742	0	5.761.085	57.010	0,22	-36,20
- Receita Repassada do FUNDEB	6.508	0,03	4.265.977	0	4.266.860	5.625	0,02	-13,57
- Participações Diversas	82.841	0,33	1.462.762	0	1.494.218	51.385	0,20	-37,97
- Recursos de Terceiros a Aplicar	4	0,00	4	0	7	0	0,00	-100,00
Outras Obrigações em Circulação	**469.077**	**1,85**	**251.004**	**0**	**370.187**	**349.893**	**1,34**	**-25,41**
DÍVIDA FUNDADA	**18.954.171**	**74,57**	**1.609.221**	**215.771**	**374.134**	**20.405.030**	**78,38**	**7,65**
Interna	**18.396.347**	**72,38**	**1.270.152**	**179.191**	**357.963**	**19.487.728**	**74,85**	**5,93**
- Contratos	13.741.921	54,07	1.070.004	141.881	81.737	14.872.070	57,13	8,22
- Precatórios	4.654.426	18,31	200.149	37.309	276.226	4.615.659	17,73	-0,83
Externa	**557.824**	**2,19**	**339.069**	**36.581**	**16.171**	**917.302**	**3,52**	**64,44**
- Contratos	557.824	2,19	339.069	36.581	16.171	917.302	3,52	64,44
OUTRAS DÍVIDAS	**1.084.496**	**4,27**	**204.721**	**23.573**	**1.308**	**1.311.481**	**5,04**	**20,93**
DÍVIDA GERAL DO ESTADO	**25.416.909**	**100,00**	**18.043.417**	**239.344**	**17.665.493**	**26.034.178**	**100,00**	**2,43**

Fonte: Peça 12 e Anexos 16-A, 16-B, 16-C,16-D e 17 da Lei nº 4.320/64

Gráfico 21
Composição da Dívida Geral do Estado – 2014

Em R$ mil



Fonte: Tabela 67

A Dívida Geral do Estado totalizou ao final do exercício de 2014 R$ 26 bilhões, apresentando crescimento de 2,43% em relação ao saldo apurado em 2013, que foi de R$ 25,4 bilhões.

a) Dívida Fundada Interna

Apresenta o saldo de R$ 19,5 bilhões, ou 74,85% da Dívida Geral do Estado, demonstrando um crescimento de 5,93% em relação ao saldo do exercício anterior, que era de R$ 18,4 bilhões e está assim composta:

- Contratos – somaram R$ 14,9 bilhões, correspondentes a 57,13% da Dívida Geral do Estado. No exercício de 2014 houve inscrição/ajuste de R$ 1,1 bilhão, correção monetária de R$ 141,9 milhões e baixas de R$ 81,7 milhões. Seu maior credor é a União com R$ 9,3 bilhões em face do refinanciamento da Dívida Mobiliária, assinada em 31/03/1998, em conformidade com a Lei nº 9.496/97, com prazo de financiamento de 357 meses a juros de 6% ao ano.
- Precatórios – totalizaram R$ 4,6 bilhões, que respondem por 17,73% da Dívida Geral, apresentando um decréscimo de 0,83%, resultado obtido principalmente pelas baixas, que somaram R$ 275,2 milhões em 2014, sendo que no exercício

anterior fora de R$ 77,7 milhões, conforme demonstrado na Tabela 71.

b) Divida Fundada Externa

A Dívida Fundada Externa, cujos contratos somaram R$ 917,3 milhões, corresponde a 3,52% da Dívida Geral do Estado, e apresentou um crescimento nominal de 64,44% em relação ao exercício anterior, resultado de ajustes e também de correção monetária e diferença cambial. Não houve contratação de novas dívidas no período.

O PARANASAN/OECF – Saneamento Ambiental é o contrato de maior relevância, com saldo de R$ 241,9 milhões ao final de 2014, correspondente a 26,37% da Dívida Fundada Externa. O mesmo foi assinado em 08/01/1998, com prazo de 288 meses e juros de 4% ao ano.

Ao final do exercício de 2013, firmou-se o Contrato BIRD/NOVO PARANÁ, no valor nominal de U$ 350 milhões, assinado em 12/12/2013, com prazo de 181 meses a juros de 1,1% ao ano. O saldo apresentado ao final do exercício financeiro de 2014, somando as Inscrições mais a Variação Cambial do período foi de R$ 267,8 milhões.

c) Outras Dívidas

Está composta exclusivamente por dívidas junto ao PASEP, cujo saldo foi R$ 1,3 bilhão, representa 5,04% da Dívida Geral do Estado e teve um crescimento de 20,93% em relação ao ano anterior.

d) Dívida Flutuante

A Dívida Flutuante de R$ 4,3 bilhões apresentou decréscimo nominal de 19,72% em relação ao exercício de 2013, quando totalizou R$ 5,4 bilhões. Por fazer parte do Passivo Circulante e se tratar de compromissos de curto prazo, é o fator que mais compromete a liquidez do Estado. Representa 16,58% da Dívida Geral do Estado, e sua composição compreende:

- *Restos a Pagar* – somaram R$ 2,9 bilhões correspondentes a 67,85% da Dívida Flutuante e decresceram 5,21% em relação ao exercício de 2013, que foram de R$ 3,1 bilhões;
- *Depósitos de Diversas Origens* – somaram R$ 1 bilhão e representam 24,05% da Dívida Flutuante, com uma redução nominal de 42,91% em relação ao exercício de 2013 que eram de R$ 1,8 bilhão;
- *Outras Obrigações em Circulação* – somaram R$ 349,9 milhões ao final de 2014.

e) Serviços e Encargos da Dívida

Conforme se observa na tabela a seguir, foram despendidos no exercício de 2014 R$ 1,6 bilhão com a amortização da dívida e pagamento de juros e encargos.

Tabela 68
Dispêndios com Serviço da Dívida – 2011 a 2014

Em R$ mil

TÍTULO	2011	2012	2013	2014
Juros e Encargos	676.296	681.927	697.793	734.181
Amortizações	613.457	667.726	699.488	819.987
TOTAL	**1.289.753**	**1.349.653**	**1.397.281**	**1.554.168**

Fonte: SIA 845

Cabe salientar que no Demonstrativo das Alterações da Dívida Fundada Interna e Externa 2014, fls. 552, peça 12, do presente processo de prestação de contas, encontra-se demonstrado como Baixa o valor de R$ 374.133.955,63, entretanto, no relatório do SIAF – SIA215 – Consolidado Geral, na Conta 91213200 – Juros e Encargos da Dívida, foi efetivado o pagamento de R$ 734.180.531,84 e na Conta 91214600 – Amortizações da Dívida foram pagos R$ 819.987.460,27.

Ressalte ainda que às peças 62, do presente processo de prestação de contas, encontram-se os Anexos 16-b da Lei 4.320, Demonstrativo das Dividas Fundadas Interna e Externa, onde os valores de Baixas somaram R$ 705.993.340,11 e R$ 113.994.120,16, respectivamente.

Questionam-se as apropriações e baixas de Juros e Encargos e amortizações, tendo em vista haver divergências de valores.

1.2.5. Precatórios

Precatório é a forma de execução por quantia certa contra a Fazenda Pública (União, Distrito Federal, Estados ou Municípios). O procedimento deste tipo de execução, por sua vez, encontra-se regulado nos arts. 730 e 731 do Código de Processo Civil.

Quando o devedor é a Administração Pública o pagamento e o procedimento que antecede a quitação é mais complexo, eis que antes de ser emitido o ofício requisitório, ou seja, a determinação para pagamento ao credor ou credores, se houver mais de um, é necessário que, de maneira precedente, o credor ou credores tenham ingressado com ação judicial no Poder Judiciário. Caso fique provado nesta demanda judicial que possuem crédito junto à Administração Pública é emitido o ofício requisitório.

Além desse ofício requisitório, as outras peças que integram os precatórios são aquelas que constam na ação judicial que tramitou na Justiça Estadual Comum ou na Vara do Trabalho, conforme a natureza da demanda.

A competência para expedição do oficio requisitório, a nível Estadual, é do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, quando a decisão for proveniente da Justiça Comum Estadual. Já quando se tratar de decisão trabalhista, a competência será do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho.

Como regra geral, o pagamento dos precatórios deve ser realizado conforme disciplina o art. 100 da Constituição Federal. É dizer, os pagamentos far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios.

Frise-se que a redação original do art. 100 da Carta Magna estabelecia que os créditos integrantes dos precatórios fossem atualizados com juros e correção monetária na data de sua inclusão, ou seja, em 1º de julho do ano da apresentação do precatório.

Além do art. 100 da CF, o art. 33 do ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias determinou que o pagamento dos precatórios fosse efetuado em moeda corrente, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de oito anos, a

partir de 1º de julho de 1989, por decisão editada pelo Poder Executivo até cento e oitenta dias da promulgação da Constituição, ou seja, até 05 de abril de 1989 o Poder Executivo deveria editar decisão, o que não aconteceu.

Ademais, os Entes Federativos poderiam emitir títulos de suas dívidas públicas para captar recursos para o pagamento dos precatórios. Ao mesmo tempo, a emissão dos referidos títulos não seria computável no respectivo limite de endividamento global e estimulou-se o pagamento dos precatórios, inclusive aqueles de natureza alimentar.

Porém, no decorrer da vigência da Constituição Federal o art. 100 do aludido diploma legal sofreu alterações por meio de Emendas Constitucionais.

Assim, a Emenda Constitucional nº 30/2000, publicada no Diário Oficial da União em 14 de setembro de 2000, além de alterar a redação original do aludido artigo, acresceu o art. 78 do ADCT. Em síntese, a atualização monetária passou a ser feita na data do pagamento do precatório, o que evitou a necessidade de expedição de precatórios complementares ou suplementares, já que, na ocasião do efetivo pagamento, era preciso realizar nova atualização do crédito.

O art. 78 do ADCT também postergou o prazo de oito anos para pagamento dos precatórios para dez anos a contar da promulgação da CF/88, ou seja, o Ente Federado teria até 01/07/99 para realizar a quitação. No entanto, o aumento deste prazo ficou obsoleto, pois foi anterior à publicação da própria EC nº 30/2000.

Em contraposição, a EC nº 30/2000 inseriu o §1º-A ao art. 100 da CF[11] através do qual o legislador definiu os débitos de natureza alimentícia e, via de consequência, dirimiu com as divergências extremas existentes entre as interpretações de modo a unificar o pagamento preferencial entre os Entes Federativos.

Na sequência, a Emenda Constitucional nº 37/2002, publicada no Diário Oficial da União em 13 de junho de 2002, mais uma vez, alterou a redação do art. 100 da CF e acresceu ao ADCT os arts. 84, 85, 86, 87 e 88.

[11] "Art. 100. (...).
§ 1º-A. Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez, fundadas na responsabilidade civil, em virtude de sentença transitada em julgado."

Em 10 de dezembro de 2009 foi publicada a Emenda Constitucional nº 62/2009, instituindo o regime especial de pagamento de precatórios para os Entes Federados. Esta emenda é a que disciplina o pagamento dos Precatórios atualmente, e será tratada no item c) a seguir.

a) Lei de Responsabilidade Fiscal e a Alteração Contábil dos Precatórios

O saldo dos precatórios não pagos antes da vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, em termos contábeis, integrava o Passivo Financeiro.

Apresenta-se, na sequência, a tabela consolidada com as informações dos saldos dos precatórios não pagos anteriores a vigência da LRF que demonstra a movimentação para efeito de controle dos precatórios inscritos em Restos a Pagar, à época, no Passivo Financeiro, tanto da Administração Direta quanto da Indireta.

Tabela 69
Movimentação dos Precatórios Inscritos Anteriores à LRF – 2014

Em R$

ÓRGÃO	SALDOS ANTERIORES				BAIXA NO EXERCÍCIO		SALDO ATUAL
	PRECATÓRIOS ANTERIORES A 1999	PRECATÓRIOS ALIMENTARES	PRECATÓRIOS NÃO ALIMENTARES	TOTAL	PAGO	AJUSTE	
AGE/SEFA	630.622.327,45	10.994.604,54	165.093.339,81	806.710.271,80			806.710.271,80
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	**630.622.327,45**	**10.994.604,54**	**165.093.339,81**	**806.710.271,80**	**-**	**-**	**806.710.271,80**
DER	1.244.707,67	238.119,62	5.016.552,10	6.499.379,39			6.499.379,39
IAP	4.322.379,47	813.906,91	310.017,64	5.446.304,02			5.446.304,02
IPARDES	409.122,99	7.333,24	-	416.456,23			416.456,23
ISEP	-	957.451,09	-	957.451,09		625.397,86	332.053,23
RTVE	-	8.202,11	-	8.202,11		8.202,11	-
UENP	27.114,04	24.122,13	-	51.236,17			51.236,17
UNESPAR	-	101.113,53	14.291,08	115.404,61			115.404,61
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	**6.003.324,17**	**2.150.248,63**	**5.340.860,82**	**13.494.433,62**	**-**	**633.599,97**	**12.860.833,65**
TOTAL	**636.625.651,62**	**13.144.853,17**	**170.434.200,63**	**820.204.705,42**	**-**	**633.599,97**	**819.571.105,45**

Fonte: Peça 12, fls. 218 a 415

Constata-se que, dos precatórios registrados nessa metodologia, o saldo permaneceu, em 2014, no mesmo valor de 2013, R$ 820,2 milhões, ou seja, não ocorreram baixas no exercício.

A partir da vigência da LRF (5 de maio de 2000), em conformidade com a Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 2º, inciso III[12], os precatórios inscritos no

[12] (...) "III - dívida pública consolidada: montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses, dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos

orçamento das entidades e não pagos passaram a figurar como Dívida Pública Consolidada no Passivo Permanente.

Assim, por decisão administrativa superior, no exercício de 2008 foi transferido contabilmente do Passivo Financeiro para o Passivo Permanente – grupo Dívida Fundada Interna, o valor de R$ 900,6 milhões. Igualmente ocorreu em 2009, quando o saldo de R$ 13,5 milhões de precatórios relativo à Administração Indireta foi registrado na Dívida Interna do Passivo Permanente. Esses valores permanecem distribuídos nas respectivas Entidades, ocasionando assim duplicidades entre os controles de restos a pagar e os respectivos saldos do Passivo Permanente, necessitando portanto de serem ajustados para que o respectivo débito não seja considerado em ambos os controles.

Ocorreu que os valores de precatórios inscritos em Restos a Pagar de 2013, da Administração Indireta, foram baixados no exercício, no total de R$ 765 mil, conforme pode ser acompanhado na tabela a seguir.

Tabela 70
Movimentação dos Precatórios Inscritos em Restos a Pagar – 2014

Em R$

ÓRGÃO	SALDOS			BAIXA NO EXERCÍCIO		SALDO ATUAL
	PRECATÓRIOS ALIMENTARES	PRECATÓRIOS NÃO ALIMENTARES	TOTAL	PAGO	AJUSTE	
APPA		103.917,44	103.917,44	98.238,16	5.679,28	-
DER		28.762,05	28.762,05		28.762,05	-
EMATER	3,78		3,78			3,78
IPCE	544.394,43		544.394,43	544.394,43		-
UNICENTRO	88.630,86		88.630,86		88.630,86	-
TOTAL	**633.029,07**	**132.679,49**	**765.708,56**	**642.632,59**	**123.072,19**	**3,78**
BAIXAS NO EXERCÍCIO POR PAGAMENTO / SALDO ANTERIOR						**83,93%**
BAIXAS NO EXERCÍCIO POR AJUSTE / SALDO ANTERIOR						**16,07%**

Fonte: Fonte: Peça 12, fls. 415 e 416

Em relação aos registros no Passivo Permanente da Dívida Fundada com Precatórios, o saldo ao final do exercício de 2014 apresenta o valor de R$ 4,6 bilhões, com variação negativa de 0,81% em relação ao saldo anterior. As entradas em 2014 somaram R$ 237,4 milhões, sendo R$ 200,1 milhões relativas a inscrições e R$ 37,3

durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos, e das operações de crédito, que, embora de prazo inferior a 12 (doze) meses, tenham constado como receitas no orçamento;"

milhões provenientes de atualização monetária, conforme pode ser observado na tabela e no gráfico a seguir.

Tabela 71
Movimentação dos Precatórios Inscritos no Passivo Permanente – 2014

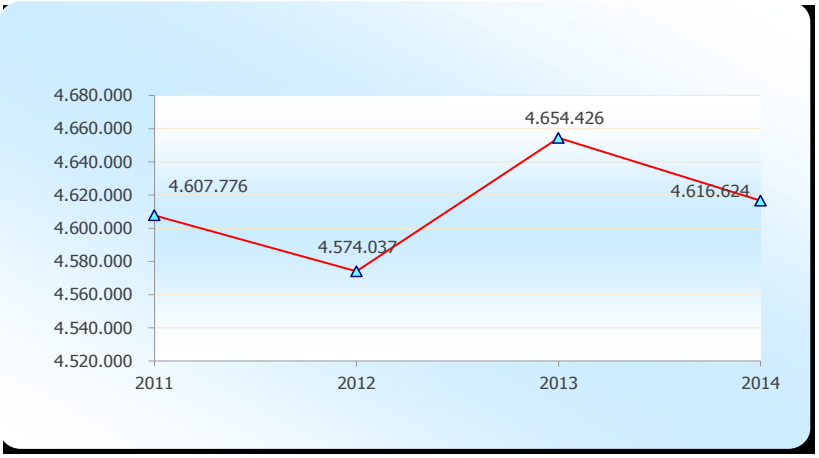
Em R$ mil

TÍTULO	2011	2012	2013	2014
Precatórios registrados após a LRF (Saldo Inicial)	4.423.018	4.607.776	4.574.037	4.654.426
Correção Monetária	323.357	101.394	62.744	37.309
Ajustes	0	0	-13.494	0
Inscrição no exercício	34.795	34.635	108.833	200.149
Baixas no exercício	-173.394	-169.768	-77.693	-275.260
SALDO AO FINAL DO EXERCÍCIO	**4.607.776**	**4.574.037**	**4.654.426**	**4.616.624**

Fonte: Peça 12, fl. 552

Gráfico 22
Evolução dos Precatórios – 2011 a 2014

Em R$ mil



Fonte: Tabela 71

Analisando o Balanço Geral do Estado e os pagamentos efetuados pelo Tribunal de Justiça, observa-se inconsistência entre os valores de R$ 275,2 milhões referentes às baixas no balanço e os pagamentos efetuados pelo Judiciário, na Conta Especial Executivo com R$ 34,7 milhões e na Conta Cronológica Judiciário R$ 674,2 milhões, totalizando o montante de R$ 708,9 milhões (Tabela 72 e Tabela 73).

Observa-se que os dados não estão atualizados, visto que não incluem os valores devidos a título de juros de mora, fixados nas sentenças, de acordo com as diferentes regras vigentes à época. Assim, estes registros contrariam os Princípios Fundamentais de Contabilidade, especialmente o da Oportunidade, segundo o que preconiza a Resolução nº 750/93 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC[13], além do Princípio da Evidenciação Contábil, conforme a Lei nº 4.320/64[14] e afronta os princípios da transparência da Lei de Responsabilidade Fiscal[15].

b) Dos Valores Contabilizados no Grupo Compensado

Além dos montantes devidos pelo Estado a título de Precatórios contabilizados no Passivo Permanente, há o valor de R$ 1,7 bilhão, sem atualizações, registrado em 31/12/2007 no Grupo Compensado[16], referente a Precatórios da pessoa jurídica CR Almeida S.A. Este processo aguarda pagamento, conforme a disponibilidade financeira e despacho a ser emitido pelo Presidente do Tribunal de Justiça[17].

Ocorre que a CR Almeida S.A ingressou com Pedido de Providências nº 0005765-93.2011.2.00.0000 perante o Conselho Nacional de Justiça, cujo julgamento culminou na determinação do refazimento da ordem cronológica até então estabelecida, devendo ser utilizada a data do protocolo do ofício requisitório junto ao Tribunal de

[13] "Art. 6º O Princípio da Oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.

Parágrafo único. A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, por isso é necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação. (Redação dada pela Resolução CFC nº 1.282/10)."

[14] "Art. 83. A contabilidade evidenciará perante a Fazenda Pública a situação de todos quantos, de qualquer modo, arrecadem receitas, efetuem despesas, administrem ou guardem bens a ela pertencentes ou confiados."

[15] "Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição.

§ 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar."

[16] No exercício de 2006 o Estado do Paraná promoveu a baixa contábil parcial, no Passivo Financeiro, dos Precatórios nº 51.218/77-TJ (CR Almeida S.A.) e nº 51.219/77-TJ (Guilherme Beltrão de Almeida), no valor total de R$ 1,7 bilhão, incluídos no orçamento de 1998, ambos dos autos nº 11.091/87, da 4ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba. No entanto, a Instrução nº 101/2007 da Diretoria de Contas Estaduais, bem como o Parecer Prévio referentes à Prestação de Contas do Exercício de 2006, recomendaram a reinscrição da dívida no Grupo Compensado tendo em vista não haver o trânsito em julgado dos processos em epígrafe para baixa definitiva do Patrimônio do Estado. Atendendo as recomendações, a Contabilidade Geral do Estado efetuou, em 31.12.2007, os ajustes necessários no referido grupo, contas 8149 (Ativo Compensado) e 8249 (Passivo Compensado). De acordo com informação contida no sitio do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná <https://www.tjpr.jus.br/documents/137030/3927140/RELA%C3%87%C3%83O+DE+PRECAT%C3%93RIOS+-+ESTADO+DO+PARAN%C3%81> *o* processo da CR Almeida foi renumerado para 11091/1987 e o de Guilherme Beltrão de Almeida para nº 20.688/95, ambos estão na lista de pagamento de pagamento em que o Estado do Paraná é devedor, respectivamente, em 244º e 232ª credores. A ordem cronológica em 2013 do ente devedor é referente ao ano de 1997, conforme consta na p. 389 do Diário Eletrônico do Tribunal de Justiça do Paraná nº 1032.

[17] Perante o Cartório da 4ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, e, posteriormente, junto ao sitio do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Justiça, abandonando-se o critério até então adotado, qual seja, a data do recebimento da Requisição de Pagamento junto ao ente devedor, ou seja, tal situação está gerando reflexos no pagamento dos precatórios do Estado.

Em março de 2013, em virtude de decisão proferida pelo Conselho Nacional de Justiça, no Pedido de Providências formulado por C.R. Almeida S/A – Engenharia e Construções foi determinada a reordenação dos precatórios devidos pelo Estado do Paraná até o exercício de 2010, passando a ser adotado como parâmetro a data do recebimento do ofício Requisitório no Tribunal de Justiça, conforme estabelecido pela Resolução nº 115/2010-CNJ.

Em virtude dessa decisão, a Central de Precatórios passou a fazer a revisão de todos os precatórios pendentes de pagamento para a coleta dos dados necessários à reordenação.

Depois de elaborada a nova ordem cronológica concluiu-se que o Precatório nº 20.607/1991 continuava ocupando a primeira posição no ano orçamentário de 1997. Assim, em 23/01/2014, foi determinado o provisionamento de R$ 153.242.749,36, para totalizar a quantia de R$ 379.542.084,86, em conta própria vinculada ao feito, estando assim, no aguardo de determinação judicial para sua liberação ao juízo de origem.

c) Gestão de Precatórios a partir de 2010 à luz da EC nº 62/2009

Em 10 de dezembro de 2009 foi publicada a Emenda Constitucional nº 62/2009 que além de alterar a redação do art. 100 da CF, acresceu o art. 97 ao ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo o regime especial de pagamento de precatórios para os Entes Federados. Além disso, dispôs sobre vinculações à Receita Corrente Líquida – RCL, bem como a forma e prazo de liquidação.

O regime especial de pagamento de precatórios depende de Lei Complementar, segundo dispõe o *caput* do art. 97 do ADCT e §15 do art. 100. Todavia, aludidos dispositivos legais podem ser aplicados e beneficiam os Entes Federados que estejam em mora na quitação de precatórios vencidos relativos às suas administrações direta e indireta, inclusive os emitidos durante o período de vigência do regime especial.

Assim, os Entes Federativos deveriam implantar o regime especial de pagamento, ou seja, os dispositivos legais conforme estabelece a EC nº 62/2009 no prazo de até 90 dias da publicação da referida Emenda, isto é, até 10/03/2010. E uma vez realizada a opção pelo regime especial seria inaplicável o disposto no art. 100 da CF, exceto em seus §§2º, 3º, 9º 10, 11, 12, 13 e 14, sem prejuízo dos acordos conciliatórios formalizados em Juízo até 10 de dezembro de 2009.

Para tanto, os Estados, Distrito Federal e os Municípios sujeitos ao regime especial optariam, por meio de ato do Poder Executivo, por pagar os precatórios em até 15 anos ou saldar na proporção de 1/12 (um doze avos) sobre o percentual de, no mínimo, 1% até 2% das Receita Corrente Líquida, a depender do Ente Federativo e da região geográfica.

Em quaisquer das opções far-se-ia por meio de depósito em conta especialmente aberta para este fim, cuja administração ficou a cargo do Tribunal de Justiça local.

Assim, dos recursos arrecadados, pelo menos 50% são destinados para os precatórios em ordem cronológica de apresentação, respeitadas as preferências e excluindo deste percentual os pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor.

Por preferência entendam-se os créditos de natureza alimentícia. Ocorre que, com o advento da EC nº 62/2009 consideram-se também créditos desta natureza aqueles cujos titulares tenham 60 anos de idade ou mais na data de expedição do precatório, ou os titulares originais de precatórios que tenham completado a idade até 10/12/2009, ou ainda, sejam portadores de doença grave, definidas na forma da lei, desde que o valor seja equivalente ao triplo daquele que se considera como de pequeno valor.

Os outros 50% dos recursos arrecadados o legislador deixou os critérios de definição dos pagamentos[18], a ser exercido por Estados, Distrito Federal e Municípios devedores, por meio de ato do Poder Executivo, que poderá ser aplicada isolada ou

[18] Tratado item f, a seguir

simultaneamente através de leilão; e/ou para pagamento à vista de precatórios não quitados; e/ou ainda, aqueles destinados a pagamento por acordo direto com os credores, na qual a entidade devedora por lei própria estabelecerá a criação e forma de funcionamento de câmera de conciliação.

Ficaram convalidadas todas as cessões de Precatórios, independente da concordância da entidade devedora, bem ainda convalidaram-se todas as compensações de Precatórios com tributos vencidos até 31 de outubro de 2009, desde que tenham sido realizadas antes da promulgação desta EC nº 62/2009, ou seja, até 10/12/2009.

É compreensível que normas jurídicas ingressem no ordenamento jurídico e não exista unanimidade em relação a sua aplicabilidade. Foi o caso, por exemplo, da EC nº 62/2009 que, até final de maio de 2011, foi objeto de quatro Ações Diretas de Inconstitucionalidade – ADI perante o Supremo Tribunal Federal que, por sua vez, foram distribuídas por dependência[19], são elas: a ADI 4400[20], ADI 4357[21], ADI 4425[22] e a ADI 4372[23].

Em 25 de março de 2015 o Tribunal Pleno do Supremo Tribunal Federal decidiu na Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI 4357 e na ADI 4425 por concluir o julgamento e por maioria, nos termos do voto, ora reajustado, do Ministro Relator Luiz Fux resolveu a questão de ordem nos seguintes termos: **1) -** modular os efeitos para que se dê sobrevida ao regime especial de pagamento de precatórios, instituído pela Emenda Constitucional nº 62/2009, por 5 (cinco) exercícios financeiros a contar de

[19] Distribuição por dependência encontra-se tratada no art. 253, do Código Civil Brasileiro de 2002. É a distribuição de causas em três momentos: relacionem-se por conexão (ações que possuam ou mesma causa de pedir, ou mesmo objeto) ou continência (mesmas partes, mesma causa de pedir, mas os pedidos de uma das partes englobam o da outra); quando o processo for extinto sem julgamento de mérito, e o pedido for reiterado; ou quando houver ações idênticas.

[20] Acompanhamento Processual: ADI 4400 – AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Último andamento do processo data de 24/10/2013 e indica a remessa do processo ao gabinete do Ministro Luiz Fux. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=3858907>. Acesso em 28 abr. 2015.

[21] STF. Acompanhamento Processual: ADI 4357 – AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=3813700>. Acesso em: 28 abr. 2015.

[22] STF. Acompanhamento Processual: ADI 4425 – AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Disponível em: http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=3900924>. Acesso em: 28 abr. 2015.

[23] STF. Acompanhamento Processual: ADI 4372 – AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Último andamento do processo data de 10/10/2014 e indica a baixa do processo ao arquivo do STF, já que, em 26/09/2014 foi publicado o Acórdão no DJE nº 188 que decidiu, em resumo, pela extinção do processo sem resolução do mérito, com fundamento na ilegitimidade ativa *ad causam* porque a ação foi proposta pela Associação Nacional dos Magistrados Estaduais – ANAMAGES e esta, por sua vez, representa tão-só o corpo dos magistrados estaduais, ao passo que a Emenda Constitucional nº 62/2009 impugnada afeta todos os órgãos do Poder Judiciário, independentemente da Justiça ou ramo estrutural a que pertençam. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=3824752>. Acesso em: 28 abr. 2015.

primeiro de janeiro de 2016; **2) -** conferir eficácia prospectiva à declaração de inconstitucionalidade dos seguintes aspectos da ADI, fixando como marco inicial a data de conclusão do julgamento da presente questão de ordem (25.03.2015) e mantendo-se válidos os precatórios expedidos ou pagos até esta data, a saber: **2.1.)** fica mantida a aplicação do índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança (TR), nos termos da Emenda Constitucional nº 62/2009, até 25.03.2015, data após a qual (***i***) os créditos em precatórios deverão ser corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) e (***ii***) os precatórios tributários deverão observar os mesmos critérios pelos quais a Fazenda Pública corrige seus créditos tributários; e **2.2.)** ficam resguardados os precatórios expedidos, no âmbito da administração pública federal, com base nos arts. 27 das Leis nº 12.919/13 e Lei nº 13.080/15, que fixam o IPCA-E como índice de correção monetária; **3) -** quanto às formas alternativas de pagamento previstas no regime especial: **3.1)** consideram-se válidas as compensações, os leilões e os pagamentos à vista por ordem crescente de crédito previstos na Emenda Constitucional nº 62/2009, desde que realizados até 25.03.2015, data a partir da qual não será possível a quitação de precatórios por tais modalidades; **3.2)** fica mantida a possibilidade de realização de acordos diretos, observada a ordem de preferência dos credores e de acordo com lei própria da entidade devedora, com redução máxima de 40% do valor do crédito atualizado; **4) –** durante o período fixado no item 1 acima, ficam mantidas a vinculação de percentuais mínimos da receita corrente líquida ao pagamento dos precatórios (art. 97, § 10, do ADCT), bem como as sanções para o caso de não liberação tempestiva dos recursos destinados ao pagamento de precatórios (art. 97, § 10, do ADCT); **5) –** delegação de competência ao Conselho Nacional de Justiça para que considere a apresentação de proposta normativa que discipline ***(i)*** a utilização compulsória de 50% dos recursos da conta de depósitos judiciais tributários para o pagamento de precatórios e ***(ii)*** a possibilidade de compensação de precatórios vencidos, próprios ou de terceiros, com o estoque de créditos inscritos em dívida ativa até 25.03.2015, por opção do credor do precatório, e **6) –** atribuição de competência ao Conselho Nacional de Justiça para que monitore e supervisione o pagamento dos precatórios pelos entes públicos na

forma da presente decisão, vencido o Ministro Marco Aurélio, que não modulava os efeitos da decisão, e, em menor extensão, a Ministra Rosa Weber, que fixava como marco inicial a data do julgamento da ação direta de inconstitucionalidade. Reajustaram seus votos os Ministros Roberto Barroso, Dias Toffoli e Gilmar Mendes. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski.

Ressalte-se que, mesmo que a Emenda Constitucional nº 62/2009 seja inconstitucional, o conteúdo estabelecido no art. 100 da Constituição Federal e nos arts. 33, 78 e 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT não é conflitante entre si.

Por todo o exposto, os Tribunais de Justiça de todos dos Estados e do Distrito Federal devem pagar os precatórios, nos termos definidos nos Acórdãos emitidos na ADI 4357 e na ADI 4425 perante o Supremo Tribunal Federal acima transcritos.

d) Aplicação da EC nº 62/2009 no Estado do Paraná

O Governador do Estado do Paraná, por meio do Decreto Estadual nº 6.335/10, optou em depositar mensalmente, no último dia útil de cada mês, em conta própria, 1/12 do valor correspondente de 2% da Receita Corrente Líquida apurada no segundo mês anterior ao mês do depósito. A propósito, as disposições do referido Decreto entraram em vigor a partir de sua publicação (23 de fevereiro de 2010).

Com igual objetivo de controlar a ordem de pagamento dos precatórios, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, o Tribunal de Contas do Estado, o Ministério Público e a Associação dos Municípios do Paraná firmaram convênio em 29/03/2010, por prazo indeterminado, para compartilhamento de informações de suas bases de dados.

O Conselho Nacional de Justiça – CNJ[24], por sua vez, no uso de suas atribuições emitiu em 29/06/2010, Resolução nº 115 que dispôs sobre a gestão dos precatórios

[24] Conselho Nacional de Justiça – CNJ, criado pela EC nº 45/2004, é o órgão do Poder Judiciário encarregado de controlar a atuação administrativa e financeira dos demais órgãos daquele poder, bem como de supervisionar o cumprimento dos deveres funcionais dos juízes. Possui também

no âmbito do Poder Judiciário, em 09/11/2011 emitiu a Resolução nº 123, e em 02/03/2012 a Resolução nº 145, ambas com o objetivo de acrescer e alterar alguns dispositivos da Resolução mencionada.

Como exposto, o §15 do art. 100 da Constituição Federal (com nova redação através da EC nº 62/2009), bem como o caput do art. 97 do ADCT, dispõem que Lei Complementar poderá estabelecer outras regras sobre o regime especial para pagamento de crédito de precatórios de Estados, Distrito Federal e Municípios. Os Tribunais de Justiça não estão vinculados a obedecer as referidas Resoluções emitidas pelo CNJ. No entanto, como ainda não foi promulgada a citada Lei Complementar, os Tribunais de Justiça, de maneira geral, seguem os dispositivos constantes nas Resoluções do CNJ.

Com relação à opção realizada pelo Estado do Paraná de saldar os precatórios através de 1/12 do valor calculado percentualmente sobre as respectivas Receitas Correntes Líquidas, o CNJ entendeu que não atendia os dispositivos legais da EC nº 62/2009, ou seja, o Estado do Paraná não estava cumprindo a EC nº 62/2009, pois haveria obrigatoriedade de efetuar o pagamento em 15 anos, fato que motivou o Estado do Paraná a ingressar com a Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI 4558 perante o Supremo Tribunal Federal.

O Estado do Paraná arguiu que não conseguiria fazer eventual ajuste de valor acima do que estava sendo repassado, pois caso o fizesse o valor seria aumentado em R$ 400 milhões. Além disso, o pagamento da dívida dentro do prazo de 15 anos pelas projeções de valores não seria completado, razões pelas quais justificaram também a opção realizada. Alegou ainda que o CNJ não seja o órgão competente para legislar.

Após, houve manifestação da Advocacia Geral da União sobre a divergência no sentido de afirmar a competência do Conselho Nacional de Justiça e requerer a improcedência do pedido de declaração de inconstitucionalidade do §1º do art. 97 do ADCT.

atribuição de desenvolver ações e projetos destinados a garantir o controle administrativo e processual, a transparência e o desenvolvimento do Judiciário.

Verifica-se no site do Supremo Tribunal Federal[25], todavia, que a ADI continua em trâmite. Assim, dentre os atos emitidos destaca-se que em 30/05/2011 foi juntada petição emitida pela Procuradoria Geral da República, na qual exarou parecer pela procedência do pedido[26]. Em 19/12/2011 a Ministra Relatora Ellen Gracie foi substituída pela Ministra Rosa Weber, conforme art. 38 do RISTF[27]. Por fim, em 22/08/2013 o *amicus curiae* ingressou com uma petição e desde então o processo encontra-se concluso à Relatora.

e) Apuração do Valor do Repasse ao TJ

Em 2010, conforme o novo regramento, foi atribuída ao Tribunal de Justiça a gestão dos recursos destinados ao pagamento dos precatórios, bem como o controle da ordem cronológica dos mesmos.

A sistemática adotada pelo Governo Estadual foi de pagamento de seus Precatórios com depósito mensal em conta própria de 1/12 sobre a destinação do percentual de 2% da Receita Corrente Líquida – RCL.

A Emenda Constitucional nº 62/09 estabeleceu para efeito de pagamento de precatórios a Receita Corrente Líquida como:

> *"o somatório das receitas tributárias, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de contribuições e de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, incluindo as oriundas do §1º do art. 20 da Constituição Federal, verificado no período compreendido pelo mês de referência e os 11 (onze) meses anteriores, excluídas as duplicidades, e deduzidas:*
>
> *I – nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional;*
>
> *II – nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, a contribuição dos servidores para custeio do seu sistema de previdência e assistência social e*

[25] STF. Acompanhamento Processual: ADI 4558 – AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Disponível em: < http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=4032212>. Acesso em: 05/05/2015.

[26] De acordo com a Secretaria Judiciária Seção de Atendimento não Presencial do STF o parecer, assim como os votos, somente serão disponibilizados após a conclusão do julgamento e a publicação do Acórdão no DJe – Diário da Justiça Eletrônico.

[27] Art. 38 - O Relator é substituído:
I - pelo Revisor, se houver, ou pelo Ministro imediato em antiguidade, dentre os do Tribunal ou da Turma, conforme a competência, em caso de ausência ou impedimento eventual, quando se tratar de deliberação sobre medida urgente;
II - pelo Ministro designado para lavrar o acórdão, quando vencido no julgamento;
III - mediante redistribuição, em caso de licença ou ausência por mais de trinta dias;
IV - em caso de aposentadoria, renúncia ou morte:
a) pelo Ministro nomeado para a sua vaga;
b) pelo Ministro que tiver proferido o primeiro voto vencedor, acompanhando o do Relator, para lavrar ou assinar os acórdãos dos julgamentos anteriores à abertura da vaga;
c) pela mesma forma da letra "b" deste inciso, e, enquanto não empossado o novo Ministro, para assinar carta de sentença e admitir recurso.

> *as receitas provenientes da compensação financeira referida no § 9º do art. 201 da Constituição Federal".*

f) Critérios de definição dos Pagamentos no Estado e Gestão dos Recursos pelo TJ

Sobre a forma de utilização dos recursos depositados para pagamento de Precatórios, o art. 2º, incisos I e II do Decreto Estadual nº 6.335/10 estabelecem:

> *"I – 50% (cinquenta por cento), para o pagamento de precatórios em ordem cronológica de apresentação, observadas as preferências definidas no § 1º do artigo 100 da Constituição Federal, para os precatórios do mesmo ano, e no § 2º daquele mesmo artigo, para os precatórios em geral;*
>
> *II – 50% (cinquenta por cento), na forma que oportunamente vier a ser estabelecida pelo Poder Executivo, em conformidade com o disposto no § 8º e seus incisos, do artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias."*

O Estado do Paraná adotou dois critérios a serem aplicados de maneira isolada. O primeiro deles foi o pagamento de precatórios pela ordem única e crescente de valores, segundo estabelece o Decreto nº 2.973, de 11 de outubro de 2011. Aliás, conforme dispôs o art. 1º do referido Decreto este critério seria aplicado provisoriamente enquanto não regulamentado o procedimento de acordo direto.

Em 9 de fevereiro de 2012 o Poder Legislativo editou a Lei nº 17.082, na qual, instituiu o pagamento dos precatórios através de acordos diretos e criando a Câmara de Conciliação de Precatórios, que funcionará no âmbito da Procuradoria Geral do Estado, sendo responsável por propor o ato convocatório de conciliação e emitir parecer conclusivo, o qual será encaminhado ao Procurador-Geral do Estado para celebração do termo de acordo e o Tribunal competente homologará a fim de se realizar os pagamentos devidos. A Lei foi regulamentada pelo Poder Executivo, em 22 de junho de 2012, por meio do Decreto nº 5.007/12.

A referida Lei nº 17.082/12 foi alterada em 26 de novembro de 2013 pela Lei nº 17.771, a qual traz novos regramentos para o pagamento dos precatórios por meio de acordos diretos perante a Câmara de Conciliação de Precatórios e o Tribunal de Justiça.

A Secretaria de Estado da Fazenda deveria repassar, ao Tribunal de Justiça do Estado o valor de R$ 523 milhões, entretanto, não foram depositados os valores de R$ 45 milhões, R$ 45,4 milhões e R$ 49,6 milhões referente aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2014.

Desta maneira, foi efetivamente repassada ao Tribunal a importância de R$ 383 milhões, sendo que 50% deste valor para pagamento à conta especial, e 50% para pagamento à conta cronológica.

Da conta especial – Executivo foram pagas, com os recursos financeiros destinados especificamente à conciliação, as guias apresentadas pela Procuradoria Geral do Estado – PGE, advindas de acordos celebrados na Câmara de Conciliação de Precatórios e homologados pelo Juiz da Central de Precatórios, restando, ainda, um saldo acumulado de R$ 160 milhões, sendo que a movimentação dessa conta pode ser acompanhada conforme tabela a seguir.

Tabela 72
Valores Destinados à Conta Especial – Executivo – 2014

Em R$ mil

Período	Valor repassado pela SEFA	Juro e/ou atualização monetária	Pagamentos	Transferência bancária efetuada	Estornos	Liberação de valor para o Juízo de Origem	Saldo Acumulado
Exercícios anteriores							373.980
Total destinado em 2014	191.493	30.696	161.362	240.126	487	34.719	**160.450**

Fonte: Prestação de Contas Anual – TJ (Processo nº 271854/15)

A outra parcela (50%) deve ser destinada para pagamento em ordem cronológica de apresentação, respeitadas as preferências para os requisitórios de todos os anos. Cabe informar que a ordem dos precatórios alimentares remete ao orçamento de 2001 e a dos comuns (por conta da forma de pagamento anterior à Emenda Constitucional nº 62/09) tem reinício no orçamento de 1996 e, atualmente, na sequencia da ordem cronológica estão sendo quitadas as requisições do exercício financeiro de 1997.

Da conta cronológica – Judiciário referente a 2014, foram liberados às Varas Judiciais, R$ 674 milhões, restando o saldo de R$ 259,7 milhões, conforme tabela a seguir.

Tabela 73
Valores Destinados à Conta Cronológica – Judiciário – 2014

Em R$ mil

Período	Valor repassado pela SEFA	Juro e/ou atualização monetária	Estornos	Transferências recebidas	Liberação de valor para o Juízo de Origem	Saldo Acumulado
Exercícios anteriores						482.708
Total destinado em 2014	191.493	18.962	681	240.126	674.199	**259.771**

Fonte: Prestação de Contas Anual – TJ (Processo nº 271854/15)

Observa-se ainda que o Estado não vem realizando o empenhamento dos valores referentes aos recursos destinados ao pagamento dos precatórios, repassados ao Tribunal de Justiça.

Cabe salientar que o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Portaria nº 637/2012 – STN), estabelece regras de harmonização a serem observadas, de forma permanente, pela administração Pública para a elaboração do Anexo de Risco Fiscais (ARF), do Anexo de Metas Fiscais (AMF), do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), e define orientações metodológicas, consoante os parâmetros definidos pela Lei Complementar nº 101/2000.

O objetivo deste manual é uniformizar procedimentos, descrever rotinas e servir de instrumento de racionalização de métodos relacionados à elaboração de seus relatórios e anexos. Nesse sentido, o manual dispõe sobre as determinações legais, a definição dos demonstrativos que os compõem, enfatizando sua abrangência e particularidades, os modelos dos demonstrativos e instruções de preenchimento, os prazos para publicação, e penalidades.

Portanto é necessário que o Estado adote a seguinte metodologia de contabilização, incluindo empenho nos repasses de recursos ao Tribunal de Justiça:

PROCEDIMENTOS PARA CONTROLE DAS INSCRIÇÕES A BAIXAS DOS PRECATÓRIOS

1. Incorporação dos Precatórios Após Decisão Judicial.

Débito	3.0.0.0.0.00.00.00.00.00.00.00 – VPD
Crédito	2.0.0.0.0.00.00.00.00.00.00.00 – Precatório (P)

2. Pelo empenho da dívida em favor do credor Tribunal de Justiça.

Débito	6.2.2.1.1.00.00.00.00.00.00.00 – crédito disponível
Crédito	6.2.2.1.3.01.00.00.00.00.00.00 – crédito empenhado a liquidar
Débito	8.2.1.1.1.00.00.00.00.00.00.00 – disponibilidade por destinação de recursos
Crédito	8.2.1.1.2.00.00.00.00.00.00.00 – disponibilidade por destinação de recursos comprometida por empenho
Débito	8.2.3.0.0.00.00.00.00.00.00.00 – Execução do Limite Orçamentário
Crédito	8.2.3.0.0.00.00.00.00.00.00.00 – Execução do Limite Orçamentário

3. Pela Liquidação da dívida em favor do credor Tribunal de Justiça.

Débito	2.0.0.0.0.00.00.00.00.00.00.00 – passivo precatório “P”
Crédito	2.0.0.0.0.00.00.00.00.00.00.00 – passivo precatório “F”
Débito	6.2.2.1.3.01.00.00.00.00.00.00 – crédito empenhado a liquidar
Crédito	6.2.2.1.3.03.00.00.00.00.00.00 – crédito empenhado liquidado a pagar
Débito	8.2.1.1.2.00.00.00.00.00.00.00 – disponibilidade por destinação de recursos comprometida por empenho
Crédito	8.2.1.1.3.01.00.00.00.00.00.00 – comprometida por liquidação

4. Pelo repasse dos recursos a conta do Estado que será administrada pelo Tribunal de Justiça.

Débito	1.0.0.0.0.00.00.00.00.00.00.00 – Direito (F)
Crédito	1.1.1.1.1.xx.xx – Caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional (F)

5. Pelo pagamento da despesa orçamentária quando da informação concedida pelo Tribunal de Justiça.

Débito	2.0.0.0.0.00.00.00.00.00.00.00 – passivo precatório “F”
Crédito	1.0.0.0.0.00.00.00.00.00.00.00 – direito (F)
Débito	6.2.2.1.3.03.00.00.00.00.00.00 – crédito empenhado liquidado a pagar
Crédito	6.2.2.1.3.04.00.00.00.00.00.00 – crédito empenhado pago
Débito	8.2.1.1.3.01.00.00.00.00.00.00 – comprometida por liquidação
Crédito	8.2.1.1.4.01.01.00.00.00.00.00 – disponibilidade por destinação de recursos

No exercício de 2014 os valores relativos aos repasses de recursos ao TJ, destinados ao pagamento de precatórios, que deixaram de ser devidamente empenhados, totalizaram R$ 523 milhões, conforme tabela a seguir.

Tabela 74
Valores a serem empenhados para repasse ao TJ – 2014

Em R$

MÊS	VALOR
Janeiro	41.225.889,63
Fevereiro	42.394.789,74
Março	42.855.640,65
Abril	43.374.072,00
Maio	43.498.020,00
Junho	44.041.985,92
Julho	44.540.617,45
Agosto	44.384.568,09
Setembro	44.545.872,44
Outubro	44.951.140,23
Novembro	45.434.075,65
Dezembro	49.628.478,43
Total	**523.000.150,25**

Fonte: Prestação de Contas Anual – TJ (Processo nº 271854/15)

g) A análise das Contas do Governador do Exercício de 2013 foi objeto de Recomendação pelo Tribunal Pleno desta Corte

Na análise das Contas do Governador do Exercício de 2013, o Tribunal Pleno desta Corte por meio do Acórdão de Parecer Prévio nº 314/14 entendeu por emitir Recomendação, dentre outros assuntos, a respeito dos Precatórios para que fosse regularizado o registro contábil faltante, mediante solicitação ao Tribunal de Justiça de uma listagem dos Precatórios pagos/cancelados e/ou uma declaração dos pendentes, sem prejuízo que a Inspetoria de Controle Externo, responsável pela fiscalização do Tribunal de Justiça, adotasse as providências pertinentes para garantir que a solicitação do Governo fosse atendida.

Com relação a recomendação acima, observamos que referente a precatórios foi anexado apenas relação de Precatórios Inscritos em Dívida Ativa/Restos a Pagar (peça 20).

Verificando nossos registros, constatamos que na prestação de contas anual do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (Protocolo nº 27.185-4/15-TC), o Órgão apresentou uma listagem dos precatórios baixados no período de 1º de janeiro até 31 de dezembro de 2014 (peça 53).

Portanto, não foi apresentada a regularização do registro contábil faltante mencionado na recomendação.

A Inspetoria de Controle Externo responsável pela fiscalização do TJ, à época, foi a 6ª ICE, atual 5ª ICE, superintendida pelo Conselheiro Durval Amaral[28]. Acerca da referida Recomendação, a Inspetoria encaminhou Ofício nº 37/14 ao Sr. Luiz Eduardo da Veiga Sebastiani, Secretário de Estado da Fazenda do Estado do Paraná, à época, e este, que enviou resposta por intermédio do Ofício nº 521/2014/GAB/SEFA.

Observa-se ainda que o procedimento de inscrição e baixa dos Precatórios deve seguir as orientações contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional (Portaria nº 637/2012-STN), conforme supramencionado no item "f".

h) Estoque de Precatórios nos Estados da Federação

Os valores relativos aos precatórios, classificados nos Passivos Financeiro e Permanente, para cada Estado da Federação, conforme disponibilizado no sitio da Secretaria do Tesouro Nacional, permite visualizar a situação do endividamento com Precatórios do Paraná em relação aos demais Estados.

A tabela a seguir apresenta a classificação dos quinze Estados devedores com Precatórios, em 2012 e 2013.

[28] Conforme Portaria nº 24/14, publicada no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas – DETC nº 803, de 17/01/2014, nas páginas 29 e 30.

Tabela 75
Precatórios nos Estados da Federação – 2012 e 2013

Em R$ mil

ESTADOS	2012		2013		% VARIAÇÃO
	VALOR TOTAL	RANKING 2012	VALOR TOTAL	RANKING 2013	
São Paulo	16.543.116	1º	16.202.172	1º	-2,06%
Paraná	4.574.037	2º	4.654.426	2º	1,76%
Distrito Federal	0		4.016.173	3º	-
Piauí	1.235.013	5º	1.264.355	4º	2,38%
Goias	0		901.870	5º	-
Sergipe	492.041	8º	566.248	6º	15,08%
Maranhão	0		559.174	7º	-
Mato Grosso do Sul	644.130	6º	558.877	8º	-13,24%
Pernambuco	429.760	9º	475.579	9º	10,66%
Tocantis	171.922	10º	180.745	10º	5,13%
Alagoas	153.016	11º	120.499	11º	-21,25%
Roraima	0		48.688	12º	-
Pará	24.000	15º	17.481	13º	-27,16%
Rio Grande do Norte	3.923	16º	8.414	14º	114,47%
Minas Gerais	65	17º	4.576	15º	6984,51%

Fonte: Site STN. < http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/index.asp> (acesso em março de 2015)

Conforme se pôde observar, o Estado do Paraná permanece como o 2º Estado da Federação com maior valor de Precatórios a serem pagos.

1.3. SALDO PATRIMONIAL

Para um melhor entendimento da finalidade desse demonstrativo, pode se dizer que ele tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício da área empresarial, no que se tange a apurar as alterações no patrimônio. Ressalte-se, entretanto, que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da empresa. Já no setor público, o resultado patrimonial não é indicador de desempenho, mas um medidor do quanto serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

O Resultado Patrimonial do exercício foi superavitário em R$ 1,4 bilhão. Os elementos que contribuíram para esse resultado encontram-se sintetizados na tabela a seguir.

Tabela 76
Resultado Patrimonial Por Administração – 2014

Em R$ mil

TÍTULOS	ADM. DIRETA	ADM. INDIRETA	AJUSTES	ADM. GLOBAL
(+)Variações Patrimoniais Aumentativas	107.452.748	22.193.536	14.953.480	114.692.804
(-)Variações Patrimoniais Diminutivas	-105.499.347	-22.771.207	-14.949.089	-113.321.465
(=) RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO	1.953.401	-577.671	4.391	1.371.339
(+)Aporte de Recursos	0	0	0	0
(+)Patrimonio Líquido exercício anterior	**-1.630.556**	**4.885.645**	**73.862**	**3.181.227**
(=) PATRIMONIO LÍQUIDO	**322.845**	**4.307.974**	**78.253**	**4.552.567**

Fonte: Peças 9 e 10

O Resultado da Gestão Patrimonial resultou em um superávit de R$ 1,4 bilhão, que somado ao Patrimônio Líquido do Exercício Anterior no valor de R$ 3,2 bilhões, resultou ao final do exercício de 2014 no Patrimônio Líquido de R$ 4,6 bilhões.

As Variações Patrimoniais Aumentativas no valor de R$ 114,7 bilhões apresentaram a seguinte composição:

Tabela 77
Variações Patrimoniais Aumentativas – 2014

Em R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2014	2013	% S/ Total	% (14/13)
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	23.451.454.348,44	21.281.090.660,74	20,45	10,20
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.502.922.576,49	1.444.044.030,84	1,31	4,08
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.873.759.698,26	1.486.900.219,85	1,63	26,02
Transferências e Delegações Recebidas	75.370.727.108,75	65.483.309.369,65	65,72	15,10
Valorização e Ganhos com Ativos	7.731.138.252,68	5.952.473.562,32	6,74	29,88
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	4.762.802.390,25	2.382.695.741,34	4,15	99,89
TOTAL	**114.692.804.374,87**	**98.030.513.584,74**	**100,00**	**17,00**

Fonte: Peça 10

As Variações Patrimoniais Diminutivas no valor de R$ 113,3 bilhões apresentaram a seguinte composição:

Tabela 78
Variações Patrimoniais Diminutivas – 2014

Em R$

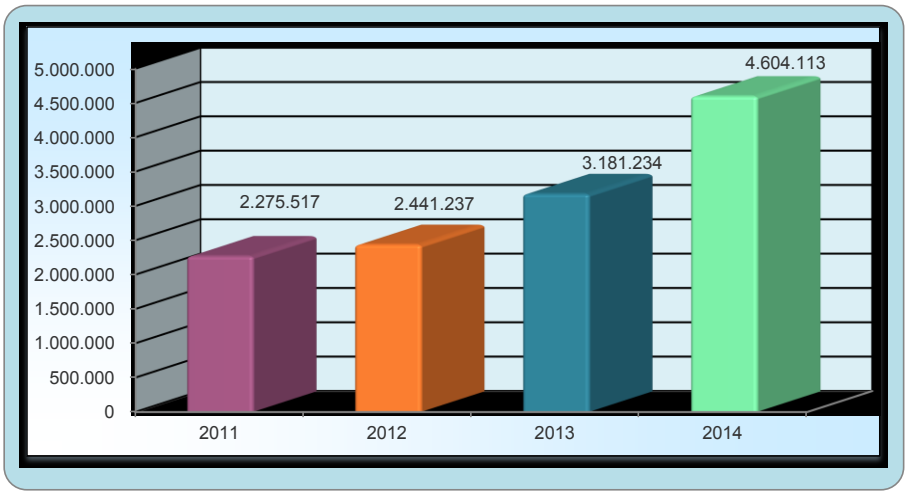
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2014	2013	% S/ Total	% (14/13)
Pessoal e Encargos	14.221.301.477,70	12.647.262.793,85	1.037,04	12,45
Benefícios Previdenciários e Assisenciais	501.482.258,08	775.899.757,18	36,57	-35,37
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	3.872.804.406,98	3.864.311.400,05	282,41	0,22
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1.685.423.062,04	1.441.685.439,87	122,90	16,91
Transferências e Delegações Concedidas	77.458.925.096,31	68.383.076.588,86	5.648,41	13,27
Desvalorização e Perda de Ativos	12.647.232.814,69	7.941.707.804,65	922,25	59,25
Tributárias	402.040.372,17	410.458.300,52	29,32	-2,05
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	2.532.255.613,00	1.826.091.741,68	184,66	38,67
TOTAL	**113.321.465.100,97**	**97.290.493.826,66**	**100,00**	**16,48**

Fonte: Peça 10

O Superávit Patrimonial de R$ 1,4 bilhão, apurado em 2014, aumentou o Patrimônio do Estado de um Ativo Real Líquido de R$ 3,2 bilhões para R$ 4,6 bilhões, conforme se verifica no gráfico a seguir.

Gráfico 23
Saldo Patrimonial Acumulado – 2011 a 2014

Em R$ mil



Fonte: Peças 9 e 10

Cabe ressaltar que existe uma inconsistência no Saldo Patrimonial Acumulado, pois no exercício de 2013 consta do SIA860 (Balanço Patrimonial) o valor de R$ 3.181.227.317,55, e no exercício de 2014, o mesmo SIA860 (Balanço Patrimonial) apresenta valor de R$ 3.232.773.919,51, ocasionando uma diferença a maior de R$ 51.546.601,51, na importação dos dados de 2013 para 2014.

VI – GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

1. HISTÓRICO

A Lei Estadual nº 12.398/98 criou o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado do Paraná (RPPS), além de transformar o Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná – IPE (criado pela Lei Estadual n. 4.339/1961) em instituição com natureza de serviço social autônomo, denominado PARANAPREVIDÊNCIA, designado ente de cooperação governamental com a finalidade de gerir o Sistema de Seguridade Funcional, mediante Contrato de Gestão celebrado entre ela e o Estado do Paraná. No seu artigo 1º, a lei havia indicado, como beneficiários dos Programas de Previdência e de Serviços Médico-Hospitalares, os agentes públicos estaduais, seus dependentes e pensionistas.

Havia enunciado, ainda, que serão obrigatoriamente inscritos na PARANAPREVIDÊNCIA os servidores públicos estaduais ativos, com vínculo permanente de todos os Poderes, inclusive o Ministério Público, o Tribunal de Contas e as Instituições de Ensino Superior, bem como das respectivas administrações públicas, direta, autárquica e fundacional, os senadores inativos e os militares estaduais da ativa, na reserva remunerada e os reformados (artigo 34).

Os benefícios do Programa de Previdência compreendiam (artigo 44):

I. Aos segurados:
   a. Aposentadoria por invalidez permanente;
   b. Aposentadoria compulsória por implemento de idade;
   c. Aposentadoria voluntária por tempo de contribuição;
   d. Aposentadoria voluntária por implemento de idade;
   e. Pensão por morte, ausência ou prisão do segurado;

II. Aos dependentes:
   a. Pensão por morte do segurado;
   b. Pensão por ausência do segurado;
   c. Pensão por prisão do segurado.

Em consonância com a EC nº 20/1998 e com a Lei Federal nº 9.717/98, a Lei Estadual nº 12.398/98 apresentou, à época, uma nova forma para a gestão destes recursos, introduzindo o Regime de Capitalização como modelo de financiamento da previdência dos servidores públicos, em contraposição ao Regime de Repartição Simples, no qual os recursos recolhidos dos contribuintes que ainda estão na ativa são destinados a cobrir os benefícios dos aposentados e pensionistas atuais.

No Regime de Capitalização, a contribuição do servidor participante e a respectiva parte do Estado formam um fundo garantidor para pagamento futuro do seu próprio benefício. Os valores contribuídos devem ser aplicados no mercado financeiro, visando sua capitalização, de acordo com as normas fixadas pelo Conselho Monetário Nacional.

Assim estabeleceu a Lei Estadual:

> **Art. 89.** O regime financeiro do Programa de Benefícios Previdenciários, a cargo do FUNDO DE PREVIDÊNCIÁ, será:
>
> I – De capitalização para as aposentadorias não decorrentes de invalidez;
>
> II – De repartição de capital de cobertura nas aposentadorias por invalidez e na pensão.
>
> § 1º O regime financeiro de que trata o inciso II poderá ser substituído pelo regime de capitalização.

Decorridos quatorze anos desde a edição da Lei nº 12.398/98, o sistema de seguridade funcional do Paraná demonstrou que precisava ser reestruturado, com a revisão do Plano de Custeio, uma vez que várias premissas atuariais não se concretizaram ao longo do tempo.

Alguns fatores foram preponderantes para o desequilíbrio do sistema, entre eles:

> a) ausência de contribuição de inativos e pensionistas, sendo que a previsão inicial no plano de custeio de 1998 era de 10% até R$ 1.200,00 e de 14% acima desse valor, inclusive para os servidores Ativos;
>
> b) servidores ativos contribuindo com 10% sobre a remuneração;
>
> c) incorporação dos demais Poderes do Estado;

d) incorporação de novas categorias no Regime Jurídico Único do Estado não consideradas na avaliação de 1998;

e) aumento significativo da população de segurados coberta pelo Fundo de Previdência, aumento da idade média dos segurados ativos, aumento na perspectiva de longevidade da população em geral, exigindo alterações nas hipóteses biométricas;

f) realização de aportes pelo Estado de forma diversa da originalmente prevista, contribuindo para o registro de Haveres Atuariais;

g) reajustes e ganhos que os servidores obtiveram nos últimos anos em decorrência da reestruturação dos Quadros e Carreiras do Estado e da política de recomposição salarial praticada, bem acima das previsões atuariais;

h) condições de risco e parâmetros diferenciados para aposentadorias dos Militares do Estado;

i) necessidade de reescalonamento de repasses contributivos do Estado em vista da capacidade financeira do Estado ao longo dos anos futuros.

2. A REESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CUSTEIO – LEI Nº 17.435/2012

O Projeto de Lei nº 613/2012, convertido na Lei nº 17.435, de 21 de dezembro de 2012, levou em consideração, para o novo Plano de Custeio, as seguintes premissas, declaradas na Nota Técnica DPREV/ATUÁRIA 005/2012, que acompanhou o aludido projeto:

a) a reestruturação das obrigações do FUNDO DE PREVIDÊNCIA: alcançadas por meio de uma nova segregação de massas do contingente de segurados pelo RPPS, em conformidade com o art. 20 da Portaria MPS nº 403/2008, que estabelece que a nova segregação terá como base a data de nomeação dos servidores e, também, mediante a segregação do contingente de Militares;

b) a adequação do Plano Contributivo às Emendas Constitucionais nºs 41/2003, 47/2005 e 70/2012: pressupõe a adoção de um mecanismo de custeio que permita a manutenção, em Regime de Repartição Simples, dos benefícios vinculados aos Fundos FINANCEIRO e MILITAR e a capitalização gradual do FUNDO DE PREVIDÊNCIA mediante transferências de verbas orçamentárias que serão fixadas nas Leis de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual;

c) a adoção de novas hipóteses atuariais: os estudos técnicos concluíram que são mais aderentes à realidade atual as seguintes hipóteses:

- hipóteses não biométricas: taxa real de juros (4% ao ano), taxa real de crescimento salarial (2,5% ao ano), geração futura (ingresso de novos servidores), composição de família, fator de capacidade (defasagem dos valores salariais e dos benefícios), rotatividade, tempo de serviço averbável no Estado do Paraná para efeito de aposentadoria, compensação previdenciária e projeção de benefícios;
- hipóteses biométricas: mortalidade geral e mortalidade de inválidos (Tábua AT-83), entrada em invalidez (Tábua Álvaro Vindas), mortalidade de ativos (Método Hamza);
- conceito de solvência em Regimes Próprios de Previdência: o grande número de premissas utilizadas em projeções previdenciárias de longo prazo, principalmente as do setor público, que vão desde as tábuas de mortalidade até as hipóteses de reestruturação da massa ao longo dos anos, somadas à perenidade do patrocinador, permitem a adoção deste tipo de análise atuarial, fazendo com que haja adequada parametrização dos conceitos atuariais, normalmente adotados para o financiamento e avaliação dos planos de previdência vinculados às entidades fechadas de previdência complementar.

d) processo de capitalização do FUNDO DE PREVIDÊNCIA: o fundo permanecerá sendo financiado pelo Regime de Capitalização com a finalidade de constituição de reservas necessárias a fazer frente à folha de benefícios do Fundo. Para sua constituição, considera-se a receita de contribuição dos servidores ativos, vinculados ao fundo, acrescida da contrapartida do Tesouro Estadual, que se inicia à razão de 1 para 1.

O Estado também transferirá, a título de Contribuição Suplementar, o resultado obtido pela diminuição do seu comprometimento com a folha de aposentadorias e pensões dos benefícios alocados no Fundo Financeiro (artigo 20).

Além dos dois fundos de natureza previdenciária criados pela Lei Estadual nº 12.398/98[29], a Lei nº 17.435/2012 criou mais um Fundo – o Militar –, sob o argumento de que não seria recomendável, pelas peculiaridades da carreira, que o Plano de Benefícios dos Militares fosse financiado segundo o Regime de

[29] • O Fundo de Previdência, com regime de capitalização, criado para o pagamento dos benefícios dos servidores ativos e militares do Estado que, em 30/12/1998, contavam, se do sexo masculino, com até 50 anos de idade, inclusive; e, se do sexo feminino, com até 45 anos de idade, inclusive; e dos que ingressassem no serviço público a partir de então, dentro destes limites etários (artigo 28, § 1º); e

• O Fundo Financeiro, com regime de repartição simples e de responsabilidade do Governo do Estado do Paraná, responsável pelo pagamento dos benefícios de previdência funcional dos servidores públicos inativos, dos militares reformados ou na reserva remunerada e dos pensionistas, que, em 30/12/1998, recebam do Estado os benefícios; dos servidores e militares ativos que, em 30/12/1998, tinham acima de 50 anos de idade, se do sexo masculino, e 45 anos de idade, se do sexo feminino; e dos servidores e militares que, ao tomarem posse a partir da data da implantação da PARANAPREVIDÊNCIA, contem com idade superior àquelas fixadas (artigo 28, § 3º).

Capitalização, pois a precocidade na concessão dos benefícios somada ao acentuado risco da atividade desenvolvida, a perspectiva de formação de reservas seria bastante onerosa para o Estado.

Anteriormente, os militares estavam segregados nos dois fundos, tanto no previdenciário quanto no financeiro, nos termos do Decreto Estadual nº 721, de 11/05/1999:

> **Art. 2º** - A contribuição previdenciária dos servidores e militares ativos que, em 30 de dezembro de 1998, contavam com idade superior a 50 (cinquenta) anos, se do sexo masculino, e superior a 45 (quarenta e cinco) anos, se do sexo feminino, bem como dos então inativos e dos pensionistas, que naquela data, recebiam do Estado os valores dos respectivos benefícios, deverá ser retida e repassada ao Tesouro Estadual, em conta específica, para composição de Receita Previdenciária Vinculada ou do FUNDO FINANCEIRO da PARANAPREVIDÊNCIA.
>
> Parágrafo único - Incluem-se nesta regra os servidores e militares que ingressaram no serviço público, a partir de 30 de dezembro de 1998, com idade superior às estabelecidas no "caput" deste artigo.
>
> **Art. 3º** - A contribuição previdenciária dos servidores e militares ativos que, em 30 de dezembro de 1998, contavam com idade igualou inferior aos limites estabelecidos no artigo anterior, deverá ser retida e repassada ao Tesouro Estadual, em conta específica, para composição do FUNDO DE PREVIDÊNCIA da PARANAPREVIDÊNCIA.
>
> **Parágrafo único** – Nos mesmos termos deste artigo, deverá ser retida a contribuição previdenciária dos servidores e militares inativos que contem com idade igual ou inferior aos limites estabelecidos no artigo 2° deste Decreto, e dos pensionistas vinculados aos servidores e militares de que trata este artigo.

Desse modo, uma vez que é assegurado constitucionalmente a esse segmento um plano de benefícios diferenciado[30], recomendável que seja financiado segundo o Regime de Repartição Simples, sem a pretensão de formação de reservas para o pagamento de benefícios futuros.

Além disso, referida lei modificou as datas de corte nos Fundos, pois os estudos atuariais (Nota Técnica DPREV/ATUÁRIA 005/2012) indicaram que a data de publicação da Emenda Constitucional nº 41 (31/12/2003) atende às necessidades de reestruturação das obrigações do Fundo de Previdência.

[30] Artigos 42, §§ 1º e 2º, e 142, § 3º, IX e X, da Constituição Federal.

Com efeito, o argumento é de que os servidores nomeados após a publicação da EC nº 41/2003 não mais possuem isonomia e paridade de benefício em relação ao servidor ativo, previstas até então, além de introduzir o cálculo da média para obtenção do valor do benefício a que tem direito o servidor ao se aposentar.

Desta forma, o novo sistema previdenciário do Estado do Paraná está assim estruturado – Lei nº 17.435/12:

> **Art. 12.** O **Fundo de Previdência** atenderá ao pagamento dos benefícios previdenciários concedidos aos segurados, assim considerados os servidores públicos estaduais titulares de cargos efetivos, os magistrados, os membros do Ministério Público e os Conselheiros do Tribunal de Contas que tenham ingressado no serviço público estadual após 31 de dezembro de 2003.
>
> **Art. 13.** O **Fundo Financeiro** atenderá ao pagamento dos benefícios previdenciários dos segurados e seus dependentes, assim considerados os servidores públicos estaduais, titulares de cargos efetivos, os magistrados, os membros do Ministério Público e os Conselheiros do Tribunal de Contas que tenham ingressado no serviço público estadual até 31 de dezembro de 2003.
>
> **Art. 14. O Fundo Militar** atenderá ao pagamento dos benefícios previdenciários concedidos aos segurados, assim considerados os militares do Estado, independentemente de idade, da data de ingresso ou de concessão do benefício.
>
> **Parágrafo único.** O Fundo Militar atenderá, inclusive, ao pagamento de benefícios aos pensionistas dos militares do Estado.

A Lei nº 17.435/12 também trouxe alterações importantes visando o reequilíbrio atuarial do RPPS do Estado do Paraná:

- de acordo com os arts. 149, § 1º, da Constituição Federal e 4º, da Lei Federal nº 10.887/2004, o art. 15, da Lei nº 17.435/12 estabelece que a contribuição previdenciária dos servidores públicos estaduais efetivos, dos magistrados, dos membros do Ministério Público, dos Conselheiros do Tribunal de Contas e dos militares da ativa será de 11% sobre a remuneração ou subsídio do cargo efetivo, da graduação ou do posto. No regime da Lei nº 12.398/98 (artigo 78), era de 10% sobre a parcela da remuneração, subsídios, proventos ou pensão que for menor ou igual a R$ 1.200,00 e 14% sobre a parcela superior a esse valor (decisões judiciais fizeram com que 100 mil dos 150 mil servidores ativos do Estado contribuíssem apenas com 10%, sob o argumento de que o texto constitucional não admite alíquotas progressivas para a contribuição previdenciária dos servidores públicos);

- O Estado fará, mensalmente, um aporte adicional de 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento) para composição do Fundo de Previdência a fim de compensar a ausência das contribuições dos inativos e pensionistas que deixaram de recolher para o Fundo. Assim dispõe o art. 18, § 1º, da Lei nº 17.435/12:

> O Estado transferirá, ainda, mensalmente, em espécie e a título de custeio adicional, o valor apurado mediante a incidência do percentual de 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento) sobre o total da folha de pagamento dos benefícios previdenciários custeados pelo Fundo de Previdência.

- Havendo insuficiências financeiras, os recursos adicionais e necessários para o pagamento de:

i. pensionistas vinculados ao Fundo Financeiro e ao Fundo Militar, correrão a cargo das dotações próprias do Poder Executivo, para os benefícios concedidos até a publicação da Lei nº 17.435/12 (artigo 23, *caput*);

ii. pensões concedidas após a publicação da Lei nº 17.435/12, correrão a cargo de dotação orçamentária própria dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas e das Instituições de Ensino Superior (parágrafo único do artigo 23). Ressalte-se que, anteriormente à referida Lei, as pensões eram todas a cargo do Poder Executivo;

- os Fundos de Previdência, Financeiro e Militar passam a ser Fundos Públicos, dotados de identidade físico-contábil e jurídica (CNPJ próprio), inexistindo, em qualquer situação, solidariedade, subsidiariedade ou supletividade entre eles, ficando sob gestão da PARANAPREVIDENCIA, conforme artigo 3º, *caput* e parágrafos, da Lei Estadual nº 17.435/12;
- novas datas de corte de ingresso no serviço público para composição da massa de segurados dos Fundos de Previdência e Financeiro: o primeiro atenderá ao pagamento dos benefícios dos segurados que tenham ingressado no serviço público estadual após 31 de dezembro de 2003 (artigo 12). O segundo, por sua vez, atenderá aqueles que tenham ingressado no serviço público estadual até 31 de dezembro de 2013 (artigo 13);
- inicialmente, a contrapartida do Estado para composição do Fundo de Previdência é de, no mínimo, igual valor ao das contribuições mensais dos contribuintes desse Fundo e será escalonada e progressiva, acrescendo-se 5% a cada ano, até alcançar 150% - artigo 19 da Lei nº 17.435/12. O § 2º desse

dispositivo estabelece que a progressão poderá ser revista, segundo critérios atuariais de cada exercício;

- O artigo 26, parágrafo único, estabelece que não há mais litisconsórcio e assistência entre a PARANAPREVIDENCIA e o Estado, pois esse último será o responsável direto pelo adimplemento de execuções decorrentes de ações judiciais em andamento e futuras que digam respeito à concessão, manutenção e revisão de benefícios previdenciários custeados pelos Fundos Públicos de Natureza Previdenciária, nos termos do artigo 100, da CF.

A Instrução nº 69/13, da Diretoria de Contas Estaduais, deste Tribunal de Contas, exarada no Processo nº 21.004-1/13-TC, Prestação de Contas do Governador do Estado, exercício de 2012, indicou que ocorreram, em 31/12/2012, estas situações:

> *• os Haveres Atuariais foram baixados em função da liquidação do Plano Anterior, com base no artigo 28, § 2º, da lei;*
>
> *• os valores dos Certificados Financeiros do Tesouro – CFT, que antes figuravam como Créditos a Receber e também como Depósito Exigível a Longo Prazo, no Passivo, foram reclassificados para o grupo de contas de Aplicações do RPPS, no segmento de Renda Fixa (Fundos de Investimentos em Títulos do Tesouro);*
>
> *• foi apurado um déficit atuarial de R$ 5,3 bilhões para o Plano de Benefício anterior à Lei nº 17.435/2012 (p. 163 da peça 31).*

Ademais, na mesma instrução, apontou-se que, para o novo plano de custeio, foi apurado, ao final do exercício de 2012, um superávit de R$ 12,7 bilhões no Fundo de Previdência, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 79
Apuração do Resultado do Novo Plano de Benefícios – Lei nº 17.435/12

Em R$

TÍTULOS	2012
Baixa das Reservas Matemáticas do Plano Anterior	27.077.075.896,32
(+) Baixa das Antecipações de Contribuições do Governo do Estado	683.784.542,56
(-) Baixa dos Haveres Atuariais do Plano Anterior	-7.729.012.827,44
(-) Implantação do Novo Saldo das Reservas - Plano Novo	-7.263.410.128,48
(=) Valor do Superávit gerado para o Novo Plano	**12.768.437.482,96**

Fonte: Nota Explicativa nº 4.1-a às Demonstrações Contábeis de 2012 da PARANAPREVIDENCIA (Processo n. 21004-1/13 – peça 30, fl.77)

3. A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DOS INATIVOS E PENSIONISTAS

A Lei Estadual nº 12.398/98 instituiu a contribuição previdenciária para os inativos e pensionistas, nos termos dos arts. 28, 78 e 79[31].

Contudo, no ano de 2000, em face destes dispositivos legais, foram ajuizadas, no Supremo Tribunal Federal – STF, duas ações diretas de inconstitucionalidade, protocoladas sob nºs 2.158/PR e 2.189/PR, por afronta aos arts. 40, § 12 e 195, II, da Constituição Federal, com redação dada pela EC nº 20/98, vigente à época[32].

O STF deferiu medida cautelar nas ações a fim de suspender a cobrança da contribuição dos inativos e pensionistas no Estado do Paraná. Ambas as ADIs foram apensadas para processamento e julgamento conjuntos.

Por ocasião do julgamento, os pedidos das ações foram julgados procedentes, considerando inconstitucionais os artigos da lei estadual.

---

[31] **Art. 28.** Os FUNDOS DE NATUREZA PREVIDENCIÁRIA e o FUNDO DE SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES serão constituídos:
I - pelas contribuições mensais do Estado, dos servidores ativos, inativos, dos militares do Estado da ativa, da reserva remunerada e reformados e dos respectivos pensionistas.

Art. 78. A contribuição mensal dos segurados e pensionistas, para o FUNDO DE PREVIDÊNCIA, dar-se-á nas seguintes proporções:
I - 10% (dez por cento) [...];
II - 14% (quatorze por cento) [...];
§ 1º. Na aplicação das faixas de que tratam os incisos I e II considerar-se-ão:
[...]
b) quando inativo, o total bruto dos proventos;
c) quando pensionista, o valor total bruto do respectivo benefício.

Art. 79. Os segurados ativos, inativos e os pensionistas contribuirão, mensal e obrigatoriamente, para o FUNDO DE SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES, com percentual de 2% (um por cento) sobre o total de sua remuneração, subsídios, proventos e pensão.

[32] **Art. 40.** Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.
[...]
§ 12 - Além do disposto neste artigo, o regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo observará, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social.

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:
[...]
II - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social de que trata o art. 201.

É a ementa do acórdão:

> **4. No mérito, é pacífica a jurisprudência desta Corte no sentido de que é inconstitucional a incidência, sob a égide da EC nº 20/98, de contribuição previdenciária sobre os proventos dos servidores públicos inativos e dos pensionistas, como previu a Lei nº 12.398/98 do Estado do Paraná** (cf. ADI nº 2.010/DF-MC, Relator o Ministro Celso de Mello, DJ de 12/4/02; e RE nº 408.824/RS-AgR, Segunda Turma, Relator o Ministro Eros Grau, DJ de 25/4/08). 5. Ação direta julgada procedente. (ADI 2189, Relator: Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julgado em 15/9/2010, Dje-247 Public 16-12-2010, sem grifo no original).

Assim, mesmo que no decorrer da tramitação das ações tenha sobrevindo a EC nº 41/03, cujo teor do art. 40, § 18, expressamente admite a incidência da contribuição previdenciária sobre os proventos dos inativos, na parte que exceder o limite máximo para os benefícios do regime geral de previdência, o STF entendeu que "a superveniência de emenda constitucional não tem o condão de tornar adequada à Constituição norma que com ela originalmente conflitava".

À vista disto, sob a vigência da Lei Estadual nº 12.398/98, desde o ano de 2000 não há cobrança da contribuição previdenciária dos inativos e pensionistas no Estado do Paraná, panorama esse amparado e consolidado pelas medidas cautelares deferidas e, posteriormente, pelo julgamento final no sentido da inconstitucionalidade.

Esse assunto foi, inclusive, objeto de notificação expedida pelo Ministério da Previdência Social – MPS, de 23/10/2012, na qual constava:

> "Destaco principal problema é a ausência de contribuição previdenciária sobre os proventos de servidores aposentados e sobre pensões descumprindo o Art. 40 da Constituição Federal. Em função disso, apesar de ter uma das mais bem estruturadas e capitalizadas unidades gestoras do RPPS no Brasil, o Estado do Paraná tem Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) judicial, de caráter liminar, o que pode acarretar prejuízos à imagem do Estado, bem como, caso a decisão de mérito seja favorável à União, implicará na suspensão de transferências voluntárias, empréstimos junto a bancos públicos e financiamentos internacionais".

Em razão dessa comunicação, o Estado do Paraná e o Paranaprevidência ajuizaram ação civil originária no STF, sob o nº 830-1/PR, a fim de que a União seja condenada a efetivar o repasse da compensação previdenciária, abster-se de aplicar sanção em decorrência de descumprimentos relativos à Lei nº 9.717/98, expedir o Certificado de

Regularidade Previdenciária e não obstaculizar as operações financeiras dos artigos 7º, da Lei nº 9.717/98[33] e 1º, do Decreto nº 3.778/01.

Na ação, o Ministro Relator deferiu a tutela antecipada "para afastar, a partir deste momento, o óbice vislumbrado pela União ao repasse obrigatório da compensação previdenciária bem como a observação, doravante, da exceção imposta a partir da Lei nº 9.717/98, até mesmo quanto à realização de operações financeiras de que trata o artigo 7º dessa lei" (ACO 830, Relator: Ministro Marco Aurélio, julgado em 21.4.2006, publicado em 4.5.2006).

O Plenário referendou essa decisão em 29.10.2007, a qual ainda se encontra vigente, porquanto a Ação Ordinária Cível nº 830-1 aguarda julgamento final.

Além disso, importante destacar que essa ponderação – exação dos aposentados e pensionistas – foi, reiteradamente, objeto de determinação e ressalva nos Acórdãos exarados nos processos de Prestação de Contas do Governador.

Confira-se:

> **EXERCÍCIO DE 2009** (Processo nº 210543/10 – *ACÓRDÃO DE PARECER PRÉVIO Nº 2305/10*):
>
> " **I.II – DETERMINAÇÕES**
> [...]
> c. Instituir e efetivar a arrecadação das contribuições previdenciárias dos inativos e pensionistas, segundo comando da Constituição Federal".
>
> **EXERCÍCIO DE 2010**
> (Processo nº 327290/11 – ACÓRDÃO DE PARECER PRÉVIO Nº 176/11):
>
> " **II.II – DETERMINAÇÕES**
> [...]
> c. instituir e efetivar a arrecadação das contribuições previdenciárias dos inativos e pensionistas, segundo comando da Constituição Federal".
>
> **EXERCÍCIO DE 2011**
> (Processo nº 296372/12 – ACÓRDÃO DE PARECER PRÉVIO Nº 290/12):
>
> " **DETERMINAÇÕES**

[33] Art. 7º O descumprimento do disposto nesta Lei pelos Estados, Distrito Federal e Municípios e pelos respectivos fundos, implicará, a partir de 1º de julho de 1999:
I - suspensão das transferências voluntárias de recursos pela União;
II - impedimento para celebrar acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como receber empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da Administração direta e indireta da União;
III - suspensão de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais.
IV - suspensão do pagamento dos valores devidos pelo Regime Geral de Previdência Social em razão da Lei no 9.796, de 5 de maio de 1999. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001).

FUNDO PREVIDENCIÁRIO
[...]
4) [...] considerando, no novo Plano de Custeio, o desconto e o repasse da contribuição dos inativos e pensionistas, conforme preconiza a legislação que trata do assunto, desonerando a entidade patronal deste custo adicional, tendo em vista a decisão do Supremo Tribunal Federal quanto à constitucionalidade da exação, a partir da edição da Emenda Constitucional nº 41/03".

EXERCÍCIO DE 2013
(Processo nº 311801/14 – ACÓRDÃO DE PARECER PRÉVIO Nº 314/14*):*
"RESSALVAS
[...]
9. Não instituição da contribuição previdenciária dos inativos e pensionistas sobre a parcela que excede o teto de benefícios do Regime Geral;
[...]
DETERMINAÇÕES
[...]
2. Regularizar a não instituição da contribuição previdenciária dos inativos e pensionistas sobre a parcela que excede o teto de benefícios do Regime Geral".

Na fundamentação desse último Acórdão, relativo ao exercício de 2013, consta:

3.1.1. Da Contribuição dos Inativos e Pensionistas

Segundo o § 18 do Art. 40 da Constituição da República, incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadoria e pensões concedidas pelo regime próprio de previdência que superem o maior benefício do regime geral, com percentual igual ao estabelecido para os servidores efetivos.

O Governo Estadual, ao editar a Lei nº 17.435, de 21.12.2012, procedeu à alteração da alíquota até então cobrada dos servidores de 10% passando para 11%, conforme determina o texto constitucional e de acordo com determinação desta Corte de Contas, entretanto, não contemplou os inativos e pensionistas na parte que supera o teto de benefícios do Regime Geral.

Ainda que o preceito constitucional não tenha fixado prazo para a instituição da contribuição, a contumácia do Governo em sua não instituição pode colocar em risco o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema e ensejar um ônus adicional aos cofres públicos.

Assim, acompanho parcialmente a sugestão ministerial (peça 90, pg.8) e proponho que o item seja ***ressalvado****, bem assim que se* ***determine*** *ao Estado a sua regularização.*

À vista desses reiterados alertas, em 16 de dezembro de 2014, foi publicada a Lei Estadual nº 18.370/2014, a qual, além de alterar dispositivos da Lei nº 17.435/12, instituiu a contribuição previdenciária para os aposentados e pensionistas do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná.

Assim estabelece o artigo 2º, § 6º, da referida lei:

> *Os aposentados e os pensionistas do Estado, inclusive os de suas Autarquias e Fundações, do Poder Judiciário, Poder Legislativo, Tribunal de Contas, Ministério Público e Polícia Militar, contribuirão com 11% (onze por cento), incidentes sobre o valor da parcela dos proventos de aposentadoria e pensões que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social.*

Em 2 março de 2015 ocorreu a publicação do Decreto nº 578/2015, a fim de regulamentar a Lei nº 18.370/2014.

Verifica-se do art. 1º do referido decreto que:

> *"A alíquota de 11% (onze por cento), definida no § 6º do art. 2º da Lei nº 18.370/14, referente a contribuição previdenciária incidirá sobre o valor da parcela dos proventos de aposentadorias, pensões, reserva e reforma que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social – RGPS,* ***a partir de 01 de abril de 2015****" (sem grifo no original).*

Assim, considerando as proposições acima, observa-se que o Estado promoveu a regularização da situação que este Tribunal de Contas vinha ponderando nos Acórdãos de Parecer Prévio exarados nas Prestações de Contas do Chefe do Poder Executivo Estadual dos exercícios supracitados.

Por fim, importante consignar que, nos autos do Mandado de Segurança nº 1.361.703-5, de competência originária do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, o Desembargador Relator, com fundamento no art. 7º, III, da Lei nº 12.016/2009, deferiu pedido liminar para determinar à autoridade coatora – no caso, o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná – que se abstenha de descontar dos impetrantes a contribuição previdenciária a que se refere o § 6º acrescido pela Lei Estadual nº 18.370/2014 ao art. 15 da Lei Estadual nº 17.435/2012.

A aludida medida fundamentou-se no seguinte argumento:

> *A questão aqui formulada está diretamente relacionada à Lei Estadual nº 18.370/2014, quanto à sua formação no âmbito da Assembleia Legislativa do Paraná. Dir-se-á, eventualmente, que a transformação do Plenário da Casa em Comissão Geral foi realizada com amparo nas disposições do Regimento Interno de então (já se sabe que foi revogado na parte que aqui se discute – Resolução nº 01/2015, da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná), mercê do contido no seu art. 107, incisos I a IV. Ocorre que referido artigo não autoriza a deliberação de qualquer projeto de lei em Sessão*

> *Plenária da Assembleia, por sua transformação em Comissão Geral, mas apenas a discussão de projeto de lei de iniciativa popular e desde que presente o orador que irá defendê-lo (inc. IV, do art. 107 já mencionado), além de debates, estudos e em caso de comparecimento de Secretário de Estado.*
>
> *[...]*
>
> *Por fim, vale lembrar, ainda, porque pertinente, entrevista à Gazeta do Povo, por Paulo Ricardo Schier, Doutor em Direito Constitucional pela UFPR e membro honorário da Academia Brasileira de Direito Constitucional, quando sustentou que* ***apesar de estar previsto*** *(lembre-se que nem previsto está mais, justamente pelo nobre reconhecimento por parte dos eminentes parlamentares de que tal previsão não comunga com o estado democrático de direito e ofende os ditames democráticos)* ***no regimento interno, o artifício da transformação do Plenário em Comissão Geral pode ser considerado inconstitucional*** *(sem grifo no original).*

No processo supracitado, a última movimentação verificada ocorreu no dia 05/05/2015, quando foram expedidos os mandados de intimação nos termos do despacho do Relator, cujo teor determinou a notificação da autoridade coatora, bem como a cientificação do Estado do Paraná e da PARANAPREVIDENCIA a respeito da concessão do pedido liminar.

4. RESULTADOS PATRIMONIAIS DOS FUNDOS PREVIDENCIÁRIOS

A partir das Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e da Avaliação Atuarial apresentadas na presente Prestação de Contas, foi possível apurar os resultados dos três Fundos Previdenciários do RPPS do Estado do Paraná – Fundo de Previdência, Fundo Financeiro e Fundo Militar.

4.1. FUNDO DE PREVIDÊNCIA

A Nota Técnica DPPREV/ATUÁRIA 032/2015 da PARANAPREVIDENCIA, constante à peça 42, informa que, conforme critérios estabelecidos em Lei, o Fundo de Previdência promove a cobertura de 79.873 servidores ativos e 13.862 aposentados e pensionistas, o que gera um total de 93.735 segurados.

A tabela a seguir apresenta a situação atuarial do Fundo de Previdência, cujos valores levam em consideração a taxa de desconto atuarial de 5,50% ao ano, estabelecida como meta atuarial para 2014.

Tabela 80
Situação Atuarial – Fundo de Previdência– 2014

Em R$

ITEM	VALOR
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	
Aposentadoria	9.551.545.769,68
Reversão de Aposentadoria	1.229.217.732,17
Aposentadoria por Invalidez	880.882.624,65
Reversão de Invalidez	99.314.550,72
Pensão por Morte em Atividade	1.501.031.748,08
TOTAL BENEFÍCIOS CONCEDIDOS (1)	**13.261.992.425,30**
BENEFÍCIOS A CONCEDER	
Aposentadoria	26.880.263.629,13
Reversão de Aposentadoria	3.665.261.190,42
Aposentadoria por Invalidez	2.922.682.861,73
Reversão de Invalidez	380.412.227,87
Pensão por Morte em Atividade	4.307.868.246,29
TOTAL BENEFÍCIOS A CONCEDER (2)	**38.156.488.155,44**
TOTAL DE ENCARGOS (1 + 2 = 3)	**51.418.480.580,74**
RECEITAS	
Contribuição - Servidores Ativos	12.817.582.141,19
Estado - Contrapartida Ativos	23.056.412.651,43
Aposentado/Pensionistas - Contribuição	1.224.124.478,16
Estado - Contrapartida Aposent/Pensionistas	2.334.851.640,48
Estado - Contrapartida Adicional	2.571.652.546,25
Compensação Previdenciária	699.499.701,81
TOTAL DE RECEITAS (4)	**42.704.123.159,32**
BALANÇO ATUARIAL	
RESERVA MATEMÁTICA (3 - 4 = 5)	**8.714.357.421,42**
Ativos Financeiros (6)	8.321.038.317,44
Parcelamento de Débitos Previdenciários (7)	540.990.088,30
TOTAL DE ATIVOS (6 + 7 = 8)	**8.862.028.405,74**
RESULTADO ATUARIAL (8 - 5)	**147.670.984,32**

Fonte: Peça 42, fls. 9 e 10

Cabe ressaltar que os Benefícios Concedidos "correspondem ao valor líquido dos benefícios futuros já concedidos aos segurados assistidos, menos o valor atual das contribuições futuras desses segurados (aposentados e pensionistas)"[34].

Já os Benefícios a Conceder "correspondem ao valor atual dos benefícios futuros dos segurados que ainda se encontram na fase contributiva, benefícios do plano geral atual, menos o valor atual das contribuições futuras desses segurados – contribuição da geração atual"[35].

O valor presente do total das obrigações do Fundo de Previdência é de R$ 51,4 bilhões e o valor presente do total das receitas previstas, com base no plano de custeio, é de R$ 42,7 bilhões, o que resulta em uma Reserva Matemática projetada de R$ 8,7 bilhões.

A Reserva Matemática é o montante calculado atuarialmente, em determinada data, que expressa, em valor presente, o total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos do plano de benefícios ao longo do tempo.[36]

O total de recursos financeiros já capitalizados soma R$ 8,9 bilhões. O Resultado Técnico da Avaliação Atuarial apresenta equilíbrio com superávit de R$ 147,7 milhões.

A seguir apresentamos o Resultado Patrimonial do Fundo de Previdência, apurado a partir da diferença entre as Receitas e as Despesas geradas pelo Fundo nos exercícios de 2013 e 2014.

[34] LIMA, Diana Vaz de; GUIMARÃES, Otoni Gonçalves. Contabilidade Aplicada aos Regimes Próprios de Previdência Social. Brasília: MPS, 2009, p. 75.
[35] ibis idem. p.75.
[36] Portaria MPS nº 403, de 10 de dezembro de 2008. Publicado no DOU de 11/12/2008.

Tabela 81
Apuração do Resultado do Exercício – Fundo de Previdência – 2013 e 2014

Em R$

TÍTULOS	2014	2013
RECEITAS	**1.882.606.950,41**	**1.393.337.048,74**
Contribuições Sociais	917.033.287,74	705.442.421,11
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	859.067.583,37	484.645.575,54
Outras Receitas	83.375.578,55	51.181.411,22
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	6.338.863,64	0,00
Valorização e Ganhos Ativos	0,00	142.009.486,97
Compensação Financeira com o Regime Geral	16.791.637,11	10.058.153,90
DESPESAS	**1.973.084.903,56**	**1.281.419.211,54**
Aposentadorias	831.373.755,58	766.454.480,49
Pensões	104.421.614,58	93.441.330,08
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.107.952,00	0,00
Serviços Bancários	0,00	146,30
Depreciaçao, Amortização e Exaustão	2.218.082,64	1.479.380,34
Devolução de Contribuições Previdenciárias	307.679,94	100.611,89
Compensação Previdenciária com o Regime Geral	782.614,21	869.174,08
Atualização e Formação Reservas Matemáticas	1.031.873.204,61	419.074.088,36
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	**-90.477.953,22**	**111.917.837,13**

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais – Fundo de Previdência – Peça 39, fl. 6

Dos valores apresentados, destacam-se as Contribuições Sociais do exercício de 2014 no valor de R$ 917 milhões, cuja composição demonstra-se na tabela a seguir.

Tabela 82
Composição das Contribuições Sociais – Fundo de Previdência – 2014

Em R$

ITEM	VALOR
Contribuição do Servidor Ativo	397.514.288,15
Contribuição Patronal do Servidor Ativo	437.264.260,91
Contribuição Patronal Adicional - 8,5% (art. 18 Lei 17435/2012)	79.539.167,11
Contribuição do Autopatrocinador	2.715.571,57
TOTAL DAS CONTRIBUIÇÕES	**917.033.287,74**

Fonte: Balancete Analítico Mensal – peça 25 do Processo n. 36039-3/15, fls. 9-10

Relativamente às Contribuições Sociais, o órgão previdenciário apresenta um demonstrativo com a situação de recolhimento destas receitas, conforme tabela a seguir.

Tabela 83
Recolhimento das Contribuições Sociais – Fundo de Previdência – 2014

Em R$

CONTRIBUIÇÃO	VALORES DEVIDOS	VALORES RECOLHIDOS[1]	VALORES A REPASSAR[2]
Contribuição Patronal do Servidor Ativo			
Poder Executivo	373.440.388,74	359.331.720,34	58.893.978,10
Tribunal de Justiça	95.581.678,53	86.043.982,62	15.399.304,90
Ministério Público	22.551.357,30	20.423.232,40	3.508.331,23
Tribunal de Contas	8.272.808,15	7.469.561,48	1.323.693,00
Assembleia Legislativa	25.218,96	21.244,28	4.759,22
TOTAL	**499.871.451,68**	**473.289.741,12**	**79.130.066,45**
Contribuição Patronal Adicional - 8,5%			
Poder Executivo	72.131.636,21	71.341.024,28	11.326.510,89
Tribunal de Justiça	4.162.666,09	4.117.038,69	651.250,90
Ministério Público	1.444.967,99	1.430.065,58	222.744,78
Tribunal de Contas	1.584.934,22	1.588.719,44	203.918,98
Assembleia Legislativa	164.483,10	159.933,67	26.369,59
TOTAL	**79.488.687,61**	**78.636.781,66**	**12.430.795,14**
Contribuição do Servidor Ativo			
Poder Executivo	335.764.399,16	327.313.142,03	53.236.566,83
Tribunal de Justiça	95.581.678,53	86.043.982,62	15.399.304,90
Ministério Público	22.551.357,60	20.423.232,40	3.508.331,23
Tribunal de Contas	8.272.808,15	7.469.561,48	1.323.693,00
Assembleia Legislativa	25.218,96	21.244,28	4.759,22
TOTAL	**462.195.462,40**	**441.271.162,81**	**73.472.655,18**
TOTAL DAS CONTRIBUIÇÕES	**1.041.555.601,69**	**993.197.685,59**	**165.033.516,77**

1. Valores de Jan a Nov/2014 + Saldo a Repassar em Dez/2013
2. Valores a repassar em Janeiro de 2015

Fonte: Demonstrativo dos Valores Repassados aos Fundos Previdenciários – Peça 43, fl. 2.

4.2. FUNDO FINANCEIRO

Este Fundo possui 133.950 segurados, sendo 57.177 servidores ativos e 76.773 aposentados e pensionistas (Nota Técnica DPPREV/ATUÁRIA 032/2015 da PARANAPREVIDENCIA – fl. 33, peça 42).

A tabela a seguir apresenta a situação atuarial do Fundo Financeiro, cujos valores são avaliados sem considerar a taxa de desconto atuarial, por ser o Fundo financiado por repartição simples.

Tabela 84
Situação Atuarial – Fundo Financeiro – 2014

Em R$

ITEM	VALOR
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	
Aposentadoria	52.320.583.398,72
Reversão de Aposentadoria	11.397.528.192,13
Aposentadoria por Invalidez	1.654.356.214,26
Reversão de Invalidez	345.853.601,63
Pensão por Morte em Atividade	15.075.981.880,28
TOTAL BENEFÍCIOS CONCEDIDOS (1)	**80.794.303.287,02**
BENEFÍCIOS A CONCEDER	
Aposentadoria	100.734.031.942,25
Reversão de Aposentadoria	20.530.226.019,58
Aposentadoria por Invalidez	3.639.558.253,93
Reversão de Invalidez	1.059.924.624,12
Pensão por Morte em Atividade	5.063.831.234,25
TOTAL BENEFÍCIOS A CONCEDER (2)	**131.027.572.074,13**
TOTAL DE ENCARGOS (1 + 2 = 3)	**211.821.875.361,15**
RECEITAS	
Contribuição - Servidores Ativos	4.976.041.382,79
Estado - Contrapartida Ativos	4.976.041.382,79
Inativos/Pensionistas - Contribuição	7.413.765.637,64
Estado - Contrapartida Inativo/Pensionistas	7.413.765.637,64
Compensação Previdenciária	6.354.656.260,83
TOTAL DE RECEITAS (4)	**31.134.270.301,69**
BALANÇO ATUARIAL	
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (3 - 4 = 5)	**180.687.605.059,46**

Fonte: Peça 42, fls. 18-19

Os custos totais dos compromissos do Fundo Financeiro, em valor presente, são de R$ 211,8 bilhões. Tendo em vista que o total das receitas contributivas é de R$ 31,1 bilhões, resulta em uma insuficiência financeira de R$ 180,7 bilhões. Este valor

representa o total necessário de aportes futuros que o Tesouro Estadual deverá fazer, ao longo do tempo, para complementação da folha de benefícios dos seus segurados, considerando o mecanismo de repartição simples de financiamento deste Fundo.

A seguir apresentamos o Resultado Patrimonial deste Fundo, apurado a partir da diferença entre as Receitas e as Despesas geradas nos exercícios de 2013 e 2014.

Tabela 85
Resultado Patrimonial – Fundo Financeiro – 2013 e 2014

Em R$

TÍTULOS	2014	2013
RECEITAS	**4.327.543.008,73**	**4.220.747.028,94**
Contribuições Sociais	3.250.739.073,17	3.150.545.239,43
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	4.507.163,49	2.119.021,79
Outras Receitas	9.555.349,26	28.320.171,01
Transferências Intragovernamentais	968.224.641,95	962.351.302,74
Compensação Financeira com o Regime Geral	94.516.780,86	77.410.554,59
Outras	0,00	739,38
DESPESAS	**4.360.049.592,89**	**3.907.635.594,47**
Aposentadorias	3.388.707.906,43	2.981.592.262,39
Pensões	961.476.566,89	896.260.409,90
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.777.326,32	0,00
Serviços Bancários e Outros	516,00	1.184,79
Variações Monetárias Passivas	0,00	19.911.399,55
Devolução de Contribuições Previdenciárias	20.866,69	3.118.416,40
Compensação Previdenciária com o Regime Geral	7.066.410,56	6.751.921,44
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	**-32.506.584,16**	**313.111.434,47**

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais - Peça 40, fl. 6

Dos valores apresentados, destacam-se as Contribuições Sociais do exercício de 2014 no valor de R$ 3,3 bilhões, cuja composição demonstra-se na tabela a seguir.

Tabela 86
Composição das Contribuições Sociais – Fundo Financeiro – 2014

Em R$

ITEM	VALOR
Contribuição do Servidor Ativo	574.884.032,10
Contribuição Patronal do Servidor Ativo	574.723.557,10
Contribuição do Autopatrocinador	1.131.483,97
Contribuições - Termo de Compromisso	2.089.500.000,00
Reserva - Termo de Compromisso	10.500.000,00
TOTAL DAS CONTRIBUIÇÕES	**3.250.739.073,17**

Fonte: Balancete Analítico Mensal - Peça 17 do Processo n. 35787-2/15, fl. 6

Observa-se que dentre as Contribuições figuram as derivadas de Termo de Compromisso, firmado entre o Poder Executivo e o Órgão Previdenciário, com base no § 3º do art. 4º da Lei nº 17.435/12, que dispõe:

> ***Art. 4º*** *- Os Fundos Públicos de Natureza Previdenciária serão financiados da seguinte forma:*
>
> *I – o Fundo de Previdência pela adoção gradual do regime financeiro de capitalização, para o pagamento dos benefícios de aposentadoria e pensão;*
>
> *II – os Fundos Financeiro e Militar pelo regime de repartição simples para o pagamento dos benefícios de aposentadoria, reserva, reforma e pensão.*
>
> *[...]*
>
> *§ 3º - O Estado do Paraná e a PARANAPREVIDÊNCIA poderão a qualquer tempo promover encontro de contas, utilizando-se dos mesmos índices econômicos e financeiros, para ajuste de quaisquer débitos.*

Este encontro de contas foi necessário, pois a PARANAPREVIDÊNCIA detinha Haveres Atuariais que foram baixados em função da liquidação do Plano de Custeio anterior (art. 28 da Lei nº 17.435/12). Além disto, havia determinações deste Tribunal[37] no sentido de que fosse estabelecido um Plano de Pagamento para equacionamento do déficit técnico existente.

Neste Termo, o Estado se comprometeu a promover aportes mensais no valor de R$ 175 milhões ao Fundo Financeiro e R$ 50 milhões ao Fundo Militar, sendo que

[37] Determinação constante no Acórdão de Parecer Prévio nº 290/12-Tribunal Pleno, relativo à Prestação de Contas do Governo Estadual do exercício de 2011: "*constituir, dentro do prazo de 12 meses, um Plano de Pagamento demonstrando a compatibilização dos valores registrados na contabilidade do Estado com os registros da Paranaprevidência para equacionar o déficit técnico acumulado do Fundo de Previdência, que em 2011 chegou ao valor de R$ 7,3 bilhões*".

0,5% destes valores deverão ser contabilizados nos respectivos Fundos a título de reserva.

O órgão previdenciário apresenta um demonstrativo com a situação de recolhimento das Receitas de Contribuições, conforme tabela a seguir.

Tabela 87
Recolhimento das Contribuições Sociais – Fundo Financeiro – 2014

Em R$

CONTRIBUIÇÃO	VALORES DEVIDOS	VALORES RECOLHIDOS
Contribuição Patronal do Servidor Ativo		
Poder Executivo	483.986.706,58	483.986.706,58
Tribunal de Justiça	48.162.410,14	48.162.410,14
Ministério Público	24.423.377,01	24.423.377,01
Tribunal de Contas	10.524.052,77	10.524.052,77
Assembleia Legislativa	3.813.287,02	3.813.287,02
TOTAL	**570.909.833,52**	**570.909.833,52**
Contribuição do Servidor Ativo		
Poder Executivo	483.986.706,58	483.986.706,58
Tribunal de Justiça	48.162.410,14	48.162.410,14
Ministério Público	24.423.377,01	24.423.377,01
Tribunal de Contas	10.524.052,77	10.524.052,77
Assembleia Legislativa	3.813.287,02	3.813.287,02
TOTAL	**570.909.833,52**	**570.909.833,52**
Insuficiência Financeira		
Poder Executivo	723.200.575,58	723.200.575,58
Tribunal de Contas	54.459.192,34	54.459.192,34
Assembleia Legislativa	459.864,85	459.864,85
Ministério Público	20.509.313,38	20.509.313,38
Tribunal de Justiça	169.595.695,80	169.595.695,80
TOTAL	**968.224.641,95**	**968.224.641,95**
Outras Contribuições		
Termo de Compromisso	2.089.500.000,00	2.089.500.000,00
Reserva - Termo de Compromisso	10.500.000,00	10.500.000,00
TOTAL	**2.100.000.000,00**	**2.100.000.000,00**
TOTAL DAS CONTRIBUIÇÕES	**3.241.819.667,04**	**3.241.819.667,04**

Fonte: Demonstrativo dos Valores Repassados aos Fundos Previdenciários – Peça 43, fl. 3

4.3. FUNDO MILITAR

São segurados neste Fundo 38.390 militares do Estado, sendo 20.538 ativos e 17.852 em reserva ou reforma e pensionistas (Nota Técnica DPPREV/ATUÁRIA 032/2015 PARANAPREVIDENCIA – Peça 42, fl. 34)

A tabela a seguir apresenta a situação atuarial do Fundo Militar e, também como ocorre com o Fundo Financeiro, os valores são avaliados sem considerar a taxa de desconto atuarial, por ser o Fundo financiado por repartição simples.

Tabela 88
Situação Atuarial – Fundo Militar – 2014

Em R$

ITEM	VALOR
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	
Aposentadoria	19.938.142.235,95
Reversão de Aposentadoria	3.635.763.848,12
Aposentadoria por Invalidez	1.118.615.634,96
Reversão de Invalidez	192.297.300,02
Pensão por Morte em Atividade	9.388.653.068,82
TOTAL BENEFÍCIOS CONCEDIDOS (1)	**34.273.472.087,87**
BENEFÍCIOS A CONCEDER	
Aposentadoria	91.807.658.890,30
Reversão de Aposentadoria	12.991.882.973,78
Aposentadoria por Invalidez	7.855.045.599,20
Reversão de Invalidez	1.222.702.037,68
Pensão por Morte em Atividade	3.470.739.624,05
TOTAL BENEFÍCIOS A CONCEDER (2)	**117.348.029.125,01**
TOTAL DE ENCARGOS (1 + 2 = 3)	**151.621.501.212,88**
RECEITAS	
Contribuição - Servidores Ativos	12.830.541.579,43
Estado - Contrapartida Ativos	12.830.541.579,43
Inativos/Pensionistas - Contribuição	2.985.487.754,37
Estado - Contrapartida Inativo/Pensionistas	2.985.487.754,37
Compensação Previdenciária	852.996.501,25
TOTAL DE RECEITAS (4)	**32.485.055.168,85**
BALANÇO ATUARIAL	
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (3 - 4 = 5)	**119.136.446.044,03**

Fonte: Peça 42, fls. 26 e 27

Tendo em vista que o sistema de financiamento do Fundo Militar também é de repartição simples, o valor da insuficiência financeira representa o total necessário de aportes futuros que o Tesouro Estadual deverá fazer, ao longo do tempo, para complementação da folha de benefícios dos seus segurados.

A seguir apresentamos o Resultado Patrimonial deste Fundo, apurado a partir da diferença entre as Receitas e as Despesas geradas no exercício de 2014.

Tabela 89
Resultado Patrimonial – Fundo Militar – 2014

Em R$

TÍTULOS	2014	2013
RECEITAS	**1.262.275.732,12**	**1.193.034.911,86**
Contribuições Sociais	876.237.798,90	847.178.029,76
Remuneração da Carteira de Investimentos	1.134.587,55	319.111,45
Devolução de Benefícios	1.852.626,27	1.483.291,52
Receita de Juros e Variações Monetárias	0,00	4.789.639,47
Transferências Intragovernamentais	383.050.719,40	339.264.839,66
DESPESAS	**1.285.198.166,51**	**1.188.335.492,92**
Aposentadorias e Reformas	873.200.113,91	801.526.501,84
Pensões	411.829.630,48	381.992.081,19
Variações Monetárias Passivas	810,95	4.789.639,47
Compensação Previdenciária com o Regime Geral	167.611,17	27.270,42
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	**-22.922.434,39**	**4.699.418,94**

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais – peça 41, fl. 6

Dos valores apresentados, destacam-se as Contribuições Sociais do exercício de 2014 no valor de R$ 876,2 milhões, cuja composição demonstra-se na tabela a seguir.

Tabela 90
Composição das Contribuições Sociais – Fundo Militar – 2014

Em R$

ITEM	VALOR
Contribuição do Servidor Ativo	138.118.899,45
Contribuição Patronal do Servidor Ativo	138.118.899,45
Contribuições - Termo de Compromisso	597.000.000,00
Reserva - Termo de Compromisso	3.000.000,00
TOTAL DAS CONTRIBUIÇÕES	**876.237.798,90**

Fonte: Balancete Analítico Mensal - Peça 17 do Processo n. 35832-1/15, fls. 4-5

Relativamente às Contribuições Sociais, o órgão previdenciário apresenta um demonstrativo com a situação de recolhimento destas receitas, conforme tabela a seguir.

Tabela 91
Recolhimento das Contribuições Sociais – Fundo Militar – 2014

Em R$

CONTRIBUIÇÃO	VALORES DEVIDOS	VALORES REPASSADOS
Contribuição Patronal do Servidor Ativo	138.118.899,45	138.118.899,45
Contribuição do Servidor Ativo	138.118.899,45	138.118.899,45
Reserva - Termo de Compromisso	3.000.000,00	3.000.000,00
Termo de Compromisso	597.000.000,00	597.000.000,00
Insuficiência Financeira	383.050.719,40	383.050.719,40
TOTAL DAS CONTRIBUIÇÕES	**1.259.288.518,30**	**1.259.288.518,30**

Fonte: Demonstrativo dos Valores Repassados aos Fundos Previdenciários – Peça 43, fl. 4

5. RESULTADOS ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO DOS FUNDOS PREVIDENCIÁRIOS

Nos termos da Lei 17.435/12, §1º do art. 21, combinado com o art. 23, a insuficiência financeira necessária para a complementação do pagamento das folhas de benefícios vinculados aos Fundos Financeiro e Militar devem ser aportados pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Instituições de Ensino Superior.

Porém, os dados da execução orçamentária e financeira indicam que, mesmo com a ocorrência de transferência dos entes citados para cobertura da Insuficiência Financeira, os Fundos Financeiro e Militar apresentaram resultados deficitários.

O Fundo de Previdência apresentou superávit de R$ 965 milhões, enquanto os Fundos Financeiro e Militar apresentaram déficit orçamentário de R$ 762 milhões e R$ 406 milhões, respectivamente, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 92
Fluxo Financeiro do RPPS – 2014

Em R$

FUNDO DE PREVIDÊNCIA	RECEITA	DESPESA	RESULTADO
- RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	1.268.183.805,13		
- RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	636.117.513,47		
- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA	**1.904.301.318,60**		
- DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)		938.712.486,16	
- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA		**938.712.486,16**	
- RESULTADO FLUXO ORÇAMENTÁRIO			**965.588.832,44**
- TRANSFERÊNCIA PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00		
- RESULTADO FLUXO FINANCEIRO			**965.588.832,44**
FUNDO FINANCEIRO			
- RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	678.458.702,63		
- RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.919.747.623,47		
- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO FINANCEIRO	**3.598.206.326,10**		
- DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)		4.360.049.592,89	
- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO FINANCEIRO		**4.360.049.592,89**	
- RESULTADO FLUXO ORÇAMENTÁRIO			**-761.843.266,79**
- TRANSFERÊNCIA PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	723.200.575,58		
- RESULTADO FLUXO FINANCEIRO			**-38.642.691,21**
FUNDO MILITAR			
- RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	141.106.113,27		
- RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	738.118.899,45		
- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO MILITAR	**879.225.012,72**		
- DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)		1.285.198.166,51	
- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO MILITAR		**1.285.198.166,51**	
- RESULTADO FLUXO ORÇAMENTÁRIO			**-405.973.153,79**
- TRANSFERÊNCIA PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	383.050.719,40		
- RESULTADO FLUXO FINANCEIRO			**-22.922.434,39**
BENS E DIREITOS DO RPPS			
CAIXA -			0,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO			211.628,88
INVESTIMENTOS			8.049.049.445,04
OUTROS BENS E DIREITOS			283.858.657,62
TOTAL DOS BENS E DIREITOS DO RPPS			**8.333.119.731,54**
	FF	**FM**	**FP**
Caixa e Equivalentes de Caixa incial	18.062.000,74	5.645.099,25	7.005.996.523,94
Caixa e Equivalentes de Caixa final	38.604.583,45	7.578.895,95	7.980.928.374,31
Geração de Caixa e Equivalentes de Caixa	**20.542.582,71**	**1.933.796,70**	**974.931.850,37**
Incrição de Restos a Pagar	**57.014.421,67**	**25.259.237,06**	**-**
Restos a Pagar inscritos sem Suficiência de Caixa	**36.471.838,96**	**23.325.440,36**	**-**

Fonte: Prestação de Contas dos Fundos Previdenciários – Exercício 2014

A insuficiência de transferências de recursos pelo Estado aos Fundos Financeiro e Militar originou a inscrição de restos a pagar sem o respectivo caixa para a sua cobertura.

Embora conste no Balanço Financeiro e Demonstração dos Fluxos de Caixa dos Fundos uma geração líquida de caixa, ela não é suficiente para fazer frente à inscrição de Restos a Pagar.

O Fundo Financeiro inscreveu R$ 36 milhões em Restos a Pagar Processados sem que houvesse recursos em caixa para a sua cobertura. Na mesma ordem o Fundo Militar apresentou insuficiência financeira para a cobertura de R$ 23 milhões inscritos em Restos a Pagar Processados.

Assim, deve o Estado se manifestar acerca da insuficiência de transferências de recursos pelo Estado aos Fundos Financeiro e Militar, igualmente acerca da insuficiência de caixa dos referidos fundos em 31/12/2014.

6. DIVERGÊNCIAS NOS VALORES REPASSADOS E A REPASSAR AOS FUNDOS PREVIDENCIÁRIOS

De acordo com os dados constantes das prestações de contas dos Fundos Previdenciários, o Poder Executivo deve ao Fundo de Previdência R$ 70,2 milhões, sendo R$ 58,8 milhões de contribuição patronal do servidor ativo e R$ 11,3 milhões de Contribuição Patronal Adicional - 8,5%. Porém, em consulta ao relatório do SIAF, SIA112, obtém-se os seguintes valores pendentes de pagamento.

Tabela 93
Recolhimento das Contribuições Previdenciárias

Em R$

CONTAS	DESCRIÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	RESTOS A PAGAR	
					NÃO PROCESSADO	PROCESSADO
33.91.4123	Contribuições ao Fundo Financeiro	2.100.000.000,00	2.100.000.000,00	2.100.000.000,00	-	-
33.91.4124	Contribuições ao Fundo Militar	600.000.000,00	600.000.000,00	600.000.000,00	-	-
33.91.9701	Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	72.131.636,20	72.131.636,20	60.805.125,31	-	11.326.510,89
33.91.9702	Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial do Fundo de Previdência	7.407.530,90	7.407.530,90	7.407.530,90	-	-
33.91.9703	Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial do Fundo Financeiro	1.671.020,28	1.671.020,28	1.671.020,28	-	-
33.91.9723	Outros Aportes para Insuficiência Financeira do Fundo Financeiro	244.604.493,65	244.604.493,65	244.604.493,65	-	-
3190.1309	Contribuição ao Fundo de Previdência	5.958,51	5.958,51	5.958,51	0,00	0,00
3190.1310	Contribuição ao Fundo Financeiro	3.229.361,32	3.229.361,32	3.229.361,32	0,00	0,00
3191.1304	Contribuição ao Fundo de Previdência Estadual	8.065.184,08	8.065.184,08	8.065.184,08	0,00	0,00
3191.1309	Contribuição ao Fundo de Previdência	413.095.934,28	411.169.344,89	358.542.872,03	1.926.589,39	52.626.472,86
3191.1310	Contribuição ao Fundo Financeiro	570.915.098,18	570.909.833,52	570.909.833,52	5.264,66	0,00
3191.1311	Contribuição ao Fundo Militar	138.118.899,45	138.118.899,45	138.118.899,45	0,00	0,00
3191.1313	Contribuição Patronal Adicional de 5,0% ao FP	16.094.784,77	16.092.934,82	12.841.340,74	1.849,95	3.251.594,08
TOTAL		**4.175.339.901,62**	**4.173.406.197,62**	**4.106.201.619,79**	**1.933.704,00**	**67.204.577,83**

Fonte: SIA 112

Com efeito, o valor obtido das rubricas selecionadas na tabela anterior é de R$ 69,1 milhões que difere do valor devedor do Poder Executivo em R$ 1,1 milhão.

Além disso, a conta 4414.0101- Contribuição dos Servidores, presente no SIA215– Consolidado, consta um valor de R$ 136,5 milhões, que difere do valor informado como devido relativo à contribuição funcional do Poder Executivo que totaliza R$ 53,2 milhões. Mesmo que acrescida a contribuição funcional dos demais Poderes este valor totalizaria R$ 73,4 milhões.

Ainda, no rol dos valores informados como devidos ao Fundo de Previdência consta o valor de R$ 41,5 milhões relativos aos recursos dos Poderes, cujas obrigações patronal e dos servidores estão registradas no sistema orçamentário como quitada.

Os repasses foram realizados ao Poder Executivo que figura como mero intermediário da transação entre Poderes e Fundo de Previdência. Porém, no relatório do SIAF SIA215, a conta 10013062 – Conta Corrente n° 70002-9 GEPR FDO PREVIDENC, utilizada para recebimento dos recursos do Fundo de Previdência advindos dos Poderes, consta zerada.

Não foi possível identificar onde está registrado o valor em que o Estado figura como mero intermediador.

Destaca-se, ainda que, embora conste no demonstrativo o valor pendente de repasse ao Fundo de Previdência de R$ 165 milhões, identificou-se no Balanço Patrimonial do Fundo de Previdência, na Conta Créditos a Curto Prazo, um crédito a receber de R$ 144,5 milhões, o qual está assim dividido: R$ 81,6 milhões referentes a Contribuições Previdenciárias do Governo do Estado do Paraná e R$ 62,9 milhões relativos a Contribuições Previdenciárias dos Servidores Ativos.

Assim deve o Estado se manifestar:

a) Acerca da diferença entre os valores apresentados como devidos pelo Poder Executivo da contribuição patronal do servidor ativo e da Contribuição Patronal Adicional, com o valor constante como restos a pagar;

b) Sobre a composição da conta 4414.0101-Contribuição dos Servidores, presente no SIA215, no valor de R$ 136,5 milhões;

c) Acerca da forma que contabiliza os valores recebidos dos Poderes e devidos ao Fundo de Previdência, demonstrando em que rubrica o valor está lançado;

d) Quanto à diferença entre o valor constante no Demonstrativo dos Valores Repassados aos Fundos Previdenciários (Peça 43, fl. 2), no valor de R$ 165 milhões, em face do Balanço Patrimonial do Fundo de Previdência, conta crédito a curto prazo, no total de R$ 144,5 milhões.

VII – LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

As Constituições Federal e Estadual, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101 de 04/05/00) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº 17.631/13) são instrumentos norteadores e reguladores das gestões orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal, que têm como objetivos primordiais assegurar a obediência aos princípios fundamentais que regem a administração pública, a busca da eficiência e eficácia da gestão, bem como a manutenção do equilíbrio das contas públicas mediante a instituição de limites e condições, cujos resultados demonstram-se a seguir.

1. LIMITES CONSTITUCIONAIS

A Constituição Federal estabeleceu valores mínimos a serem aplicados em Educação (CF, art. 212) e Saúde (CF, art. 77, §1º da ADCT), tendo como base de cálculo a receita de impostos. Ainda, a Constituição Estadual impôs um percentual mínimo a ser aplicado em Ciência e Tecnologia tendo como base de cálculo a receita tributária (CE, art. 205).

Esses limites impostos e seus respectivos percentuais realizados apresentaram o seguinte desempenho nos últimos quatro exercícios:

Tabela 94
Limites das CF e CE – Verificação de Cumprimento – 2011 a 2014

TÍTULO	LEGISLAÇÃO	LIMITE LEGAL	EXECUÇÃO			
			2014	2013	2012	2011
Educação	CF art.212 CE arts. 185 e 179 §§ 6º e 7º	> ou = 30%	**33,66%**	33,06%	31,61%	30,37%
Ações e Serviços Públicos de Saúde	CF art. 77, § 1º - ADCT	> ou = 12%	**12,29%**	11,22%	9,05%	8,33%
Ciência e Tecnologia	CE art. 205	> ou = 2%	**1,83%**	1,62%	2,32%	1,59%

Fonte: Constituição Federal e Estadual e SIAs 112-E, 308, 825, 840, 846 e 999

1.1. RECURSOS APLICADOS EM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

De acordo com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 21/07 ao art. 185 da Constituição Estadual, o Estado do Paraná deve aplicar pelo menos 30% das suas receitas resultantes de impostos, somadas as Transferências, em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE).

O Estado cumpriu este mandamento constitucional em 2014, aplicando em MDE R$ 7,8 bilhões, o que representa 33,66% da base de cálculo, conforme demonstrado a seguir.

Tabela 95
Apuração do Limite com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – 2014

Em R$

DESPEASAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	DESPESA EMPENHADA
Administração Geral	316.882.037,06
Tecnologia da Informação	6.112.284,92
Formação de Recursos Humanos	6.542.347,77
Ensino Profissional	54.555.636,81
Ensino Superior	1.374.716.225,10
Educação Infantil	1.329.273,34
Educação Básica	6.290.134.314,72
TOTAL EMPENHADO NA FUNÇÃO 12 - EDUCAÇÃO	**8.050.272.119,72**
DESPESAS EXCLUÍDAS	
Convênios Federais (Fonte 107)	63.219.099,42
Salário-Educação (Fonte 116)	507.599.961,11
Ciência e Tecnologia (Fonte 132)	285.137.603,38
Outros Convênios (Fonte 148)	7.582.288,00
Restos a Pagar Cancelados (exercícios de 2003 a 2014)	33.430.327,29
TOTAL DAS EXCLUSÕES	**896.969.279,20**
(+) PERDA DO FUNDEB	**658.461.182,90**
(-) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DO FUNDEB	**12.893.150,20**
DESPESA PARA FINS DE LIMITE COM MDE	**7.798.870.873,22**
TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (BASE DE CÁLCULO)	**23.172.089.875,08**
PERCENTUAL DA BASE DE CÁLCULO	**33,66%**

Fonte: SIAs 112-E, 825, 846 e 999

O valor foi apurado por meio do somatório das Despesas Empenhadas na Função 12 – Educação, descontando o cancelamento de Restos a Pagar vinculados à Educação, uma vez que estas despesas já foram computadas, para fins de cumprimento do limite, em exercícios anteriores. Foram ainda deduzidas as despesas custeadas com recursos de convênios, salário-educação e vinculados à ciência e tecnologia.

A distribuição dos recursos em MDE, nos últimos quatro exercícios, em valores atualizados, se comportou conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 96
Evolução dos Gastos com Educação – Valores Constantes – 2011 a 2014

Em R$ mil

TÍTULOS	2011		2012		2013		2014			Var. 2014/ 2013
	Valor	% s/base	Valor	% s/base	Valor	% s/base	Valor	% s/base	% s/ total	
Receita de Impostos (Base de Cálculo)	**19.176.309**	**100,00%**	**20.328.547**	**100,00%**	**22.305.304**	**100,00%**	**23.172.090**	100,00%	-	**3,89%**
Administração Geral	106.846	0,56%	206.356	1,02%	223.522	1,00%	304.368	1,31%	3,90%	36,17%
Ensino Fundamental / Educação Básica	2.832.300	14,77%	4.716.912	23,20%	5.357.252	24,02%	5.772.334	24,91%	74,01%	7,75%
Ensino Médio	1.083.782	5,65%	-27	0,00%	-1.235	-0,01%	0	0,00%	0,00%	-100,00%
Ensino Profissional	2.886	0,02%	55.474	0,27%	46.483	0,21%	5.845	0,03%	0,07%	-87,43%
Ensino Superior	1.018.963	5,31%	1.034.726	5,09%	1.174.798	5,27%	1.070.487	4,62%	13,73%	-8,88%
Educação p/Jovens e Adultos	212.761	1,11%	0	0,00%	-447	0,00%	0	0,00%	0,00%	-100,00%
Educação Especial	235.142	1,23%	0	0,00%	-0	0,00%	0	0,00%	0,00%	-100,00%
Perda do FUNDEB	330.546	1,72%	401.823	1,98%	550.627	2,47%	658.461	2,84%	8,44%	19,58%
Ensino Infantil	0	0,00%	731	0,00%	1.264	0,01%	1.329	0,01%	0,02%	5,13%
Tecnologia da Informação	-12	0,00%	9	0,00%	12.072	0,05%	-3	0,00%	0,00%	-100,02%
Formação de Recursos Humanos	82	0,00%	10.491	0,05%	19.571	0,09%	-1.058	0,00%	-0,01%	-105,41%
Rendim.Aplic.Financ.FUNDEB	0		0		-10.177		-12.893	-0,06%	-0,17%	26,69%
Desp. Líquida c/ Educação	**5.823.296**	**30,37%**	**6.426.494**	**31,61%**	**7.383.907**	**33,10%**	**7.798.871**	**33,66%**	**100,00%**	**5,62%**

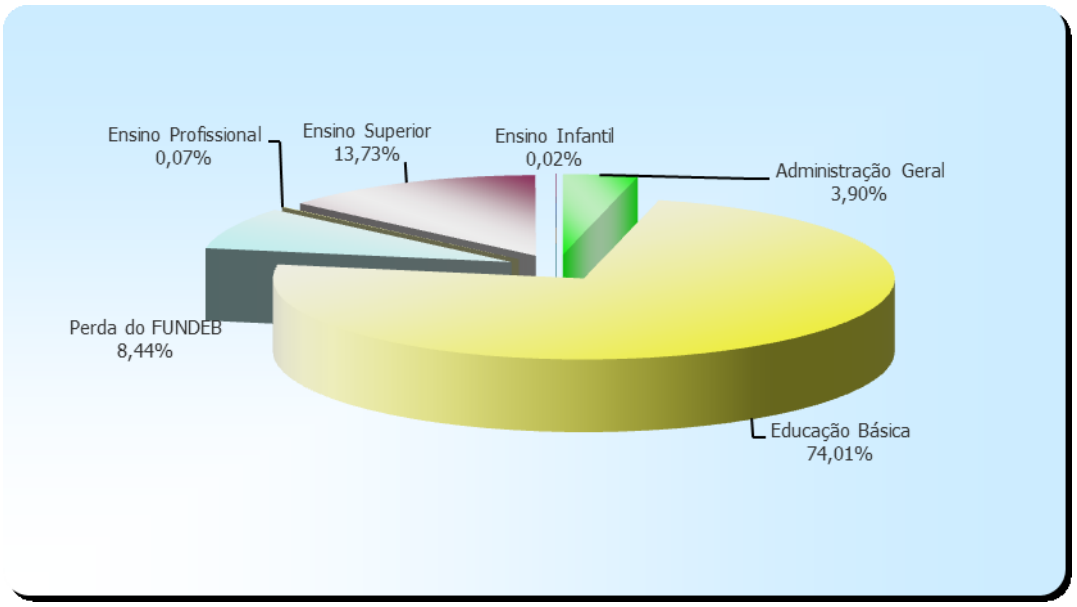
Fonte: SIAs 112-E, 825, 846 e 999

Cabe ressaltar que a tabela anterior apresenta valores negativos em função de que, nestes casos, os Cancelamentos de Restos a Pagar foram superiores aos valores executados em 2014.

Observa-se em 2014 que houve um incremento, em termos reais, de 5,62% no montante aplicado na área de Educação no valor de R$ 7,8 bilhões, enquanto que a base de cálculo no mesmo período cresceu 3,89%.

O gráfico a seguir ilustra a distribuição dos recursos aplicados em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino no exercício em análise.

Gráfico 24
Distribuição dos Gastos com Educação – 2014



Fonte: Tabela 96

1.1.1. Recursos do FUNDEB

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB é um Fundo de natureza contábil, criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, que vigorou de 1998 a 2006.

A vigência do Fundo foi estabelecida para o período de 2007 a 2020, e sua formação, no âmbito de cada Estado, resulta da aplicação de percentuais que se elevaram, gradualmente, e atingiram o percentual de 20% no ano de 2009, sobre as seguintes receitas provenientes dos Estados, Distrito Federal e Municípios:

- Fundo de Participação dos Estados – FPE;
- Fundo de Participação dos Municípios – FPM;

- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS;
- Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações – IPIexp;
- Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA;
- Imposto Territorial Rural (Quota-Parte dos Municípios) – ITR;
- Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações – ITCMD;
- Ressarcimento pela desoneração de Exportações de que trata a LC nº 87/96;
- Receitas correspondentes à dívida ativa, juros e multas relacionadas aos respectivos impostos.

Em relação ao Fundo de Participação dos Municípios – FPM, não incide desconto para o FUNDEB sobre os recursos apurados conforme determina a alínea "d" do inciso I do art. 159 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 55/2007 (1%).

Além destes recursos, originários dos entes estaduais e municipais, recursos federais também integram a composição do FUNDEB, a título de complementação financeira, com o objetivo de assegurar o valor mínimo nacional por aluno/ano a cada Estado ou Distrito Federal, em que este limite mínimo não for alcançado com os recursos dos próprios governos.

Os Ministérios da Educação e da Fazenda, por meio da Portaria Interministerial nº 19, de 27 de dezembro de 2013, definiram e divulgaram os parâmetros anuais de operacionalização do FUNDEB para o exercício de 2014. Esta Portaria sofreu alterações procedidas pela Portaria Interministerial nº 15, de 25 de novembro de 2014. Todos os dados para o Estado do Paraná permaneceram inalterados.

A tabela a seguir demonstra o valor anual por aluno, estimado no âmbito do Estado do Paraná e seus Municípios, desdobrado por etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino da educação básica, na forma do disposto nos arts. 10 e 36, § 2º, da Lei nº 11.494/2007, observadas as ponderações aprovadas na forma da Resolução/MEC nº 08, de 25 de julho de 2012, atualizadas pela Ata da 9ª reunião da

Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade, realizada em 16 de outubro de 2013.

Também está informada a estimativa da receita total dos Fundos (Estado e Municípios), tomando como base a composição prevista no art. 3º, incisos I a VIII, da Lei nº 11.494/2007 e o valor mínimo nacional por aluno, inicialmente fixado pela Portaria Interministerial nº 19/2013, alterado pela Portaria nº 317/2015 do Ministério da Educação.

Tabela 97
Parâmetros Anuais de Operacionalização do FUNDEB – 2014

DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO DO FUNDEB POR MODALIDADE ENSINO - 2014	ESTADO DO PARANÁ		MUNICÍPIOS DO PARANÁ		FATOR DE PONDERAÇÃO Resolução/MEC nº 08/2012*	TOTAL		VALOR POR ALUNO ESTIMADO (Portaria Interministerial nº 15/2014)
	MATRÍCULAS	VALOR EM R$	MATRÍCULAS	VALOR EM R$		MATRÍCULAS PONDERADAS	VALOR EM R$	
EDUCAÇÃO INFANTIL	**0**	**0,00**	**272.744**	**762.965.369,63**		**321.154**	**762.965.369,63**	
Creche em Tempo Integral	0	0,00	112.930	348.774.598,29	1,30	146.809	348.774.598,29	3.088,41
Creche em Tempo Parcial	0	0,00	10.388	24.678.803,94	1,00	10.388	24.678.803,94	2.375,70
Pré-escola em Tempo Integral	0	0,00	48.435	149.587.334,35	1,30	62.966	149.587.334,35	3.088,41
Pré-escola em Tempo Parcial	0	0,00	100.991	239.924.633,06	1,00	100.991	239.924.633,06	2.375,70
ENSINO FUNDAMENTAL	**595.655**	**1.578.170.431,37**	**698.259**	**1.741.019.296,85**		**1.397.140**	**3.319.189.728,22**	
Séries Iniciais - Urbana	723	1.717.633,35	546.415	1.298.119.816,38	1,00	547.138	1.299.837.449,73	2.375,70
Séries Iniciais - Rural	391	1.068.234,90	53.492	146.143.277,55	1,15	61.965	147.211.512,45	2.732,06
Séries Finais - Urbana	531.813	1.389.772.779,48	14.000	36.585.827,94	1,10	600.394	1.426.358.607,41	2.613,27
Séries Finais - Rural	34.172	97.419.032,12	1.446	4.122.320,04	1,20	42.742	101.541.352,17	2.850,84
Tempo Integral	28.556	88.192.751,52	82.906	256.048.054,95	1,30	144.901	344.240.806,47	3.088,41
ENSINO MÉDIO	**411.299**	**1.229.307.575,71**	**0**	**0,00**		**517.450**	**1.229.307.575,71**	
Urbano	344.774	1.023.850.831,26	0	0,00	1,25	430.968	1.023.850.831,26	2.969,63
Rural	16.363	50.535.719,04	0	0,00	1,30	21.272	50.535.719,04	3.088,41
Tempo Integral	1.592	4.916.755,16	0	0,00	1,30	2.070	4.916.755,16	3.088,41
Integrado à Educação Profissional	48.570	150.004.270,24	0	0,00	1,30	63.141	150.004.270,24	3.088,41
EDUCAÇÃO ESPECIAL	**15.031**	**42.851.032,19**	**21.928**	**62.513.301,43**	1,20	**44.351**	**105.364.333,61**	**2.850,84**
ATEND. EDUC. ESPEC. - AEE	**9.971**	**28.425.762,89**	**9.703**	**27.661.736,76**	1,20	**23.609**	**56.087.499,65**	**2.850,84**
EJA - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	**113.004**	**215.491.476,83**	**15.441**	**29.346.585,41**		**103.059**	**244.838.062,24**	
EJA - Avaliação no Processo	112.246	213.330.537,28	15.441	29.346.585,41	0,80	102.150	242.677.122,69	1.900,56
EJA - Integrado à Educação Profissional	758	2.160.939,55	0	0,00	1,20	910	2.160.939,55	2.850,84
EDUCAÇÃO INDÍGENA E QUILOMBOLA	**3.813**	**10.870.267,16**	**530**	**1.510.947,18**	1,20	**5.212**	**12.381.214,34**	**2.850,84**
INSTITUIÇÕES CONVENIADAS	**19.356**	**55.179.505,92**	**37.960**	**105.836.623,39**		**67.776**	**161.016.129,31**	
Creche em Tempo Integral	0	0,00	13.135	34.325.346,43	1,10	14.449	34.325.346,43	2.613,27
Creche em Tempo Parcial	0	0,00	867	1.647.787,68	0,80	694	1.647.787,68	1.900,56
Pré-escola em Tempo Integral	0	0,00	11.021	34.037.411,21	1,30	14.327	34.037.411,21	3.088,41
Pré-escola em Tempo Parcial	0	0,00	2.218	5.269.309,50	1,00	2.218	5.269.309,50	2.375,70
Educação Especial	19.356	55.179.505,92	10.719	30.556.768,58	1,20	36.089	85.736.274,50	2.850,84
MATRÍCULAS CONSIDERADAS NO FUNDEB EM 2014	**1.168.129**	**3.160.296.052**	**1.056.565**	**2.730.853.861**		**2.479.750**	**5.891.149.913**	
Estimativa de Receitas (2)		**5.891.149.913**						
Valor Anual Estimado por Aluno no Estado		**2.375,70**						
Valor Mínimo Nacional por Aluno (Portaria Interministerial nº 19/2013)		**2.285,57**						
Valor Mínimo Nacional por Aluno (Portaria MEC nº 317/2015)		**2.476,37**						

Fonte: Portaria Interministerial nº 19/2013, Portaria Interministerial nº 15/2014 e Resolução/MEC nº 08/2012

Conforme evidenciado na tabela, a distribuição dos recursos do FUNDEB é realizada com base no número de alunos da educação básica pública, de acordo com dados do último Censo Escolar, sendo computados os alunos matriculados nos respectivos âmbitos de atuação prioritária, conforme previsto no art. 211 da Constituição Federal. Ou seja, os Municípios receberão os recursos do FUNDEB com base no número de

alunos da educação infantil e do ensino fundamental (inclusive EJA – Educação de Jovens e Adultos) e os Estados com base no número de alunos do ensino fundamental e médio (inclusive EJA).

No exercício 2014, foram aplicados às matrículas consideradas em cada etapa, modalidade e tipo de estabelecimento de ensino da educação básica, os seguintes fatores de ponderação, definidos pela Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade, e aprovados pela Resolução/MEC nº 08/2012, e posteriormente atualizados pela Ata da 9ª reunião da Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade, realizada em 16 de outubro de 2013.

Dessa forma, as receitas do FUNDEB para o Estado do Paraná e seus Municípios no exercício 2014 foram estimadas em R$ 5,9 bilhões, sendo R$ 3,2 bilhões (54% do total) para a área Estadual e R$ 2,7 bilhões (46%) para os Municípios do Paraná.

O valor anual estimado por aluno no Estado do Paraná foi de R$ 2.375,70, obtido da relação entre o valor total estimado da receita de R$ 5,9 bilhões e o número de matrículas ponderadas para o exercício 2014, de 2.479.750 matrículas.

a) Valores Destinados e Recebidos do FUNDEB pelo Estado do Paraná

A tabela a seguir demonstra os valores destinados no exercício de 2014 pelo Estado do Paraná para a formação do Fundo.

Tabela 98
Receitas Destinadas ao FUNDEB – Parte Estadual – 2014

Em R$

TÍTULOS	PARTE ESTADUAL	
	ARRECADADO NO ANO	DESTINADO AO FUNDEB
RECEITAS DO ESTADO	**18.730.601.421,19**	**3.746.120.282,69**
IPVA e Acessórios	1.092.669.498,04	218.533.899,62
ICMS e Acessórios	17.293.046.877,69	3.458.609.374,86
ITCMD e Acessórios	344.885.045,46	68.977.008,21
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	**2.528.354.997,31**	**505.670.999,02**
FPE Fundo de Participação do Estado	2.093.425.130,79	418.685.025,88
IPI Fundo de Exportação	287.472.426,52	57.494.485,14
ICMS - Desoneração (LC nº 87/96)	147.457.440,00	29.491.488,00
TOTAL	**21.258.956.418,50**	**4.251.791.281,71**

Fonte: Peça 29 – FUNDEB

Conforme demonstrado na tabela, os recursos destinados ao FUNDEB pelo Estado do Paraná no exercício de 2014, de acordo com o definido na legislação, somaram R$ 4,3 bilhões.

Nos termos da Lei nº 11.494/2007, a distribuição dos recursos que compõem o Fundo, no âmbito de cada Estado, se dá entre o Governo Estadual e os de seus Municípios, na proporção do número de alunos matriculados nas respectivas redes de educação básica pública presencial, tomando-se como base os dados do censo escolar.

Assim, considerando os coeficientes de distribuição dos recursos por ente governamental, com base no número de matrículas da educação básica, por modalidade de ensino, o montante transferido do FUNDEB ao Estado do Paraná foi de R$ 3,6 bilhões, conforme apresentado na tabela a seguir.

Tabela 99
Distribuição do FUNDEB com Base nas Matrículas Efetuadas por Modalidade de Ensino – 2014

Em R$

DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO DO FUNDEB POR MODALIDADE ENSINO	ESTADO		MUNICÍPIOS		FATOR DE PONDERAÇÃO Resolução/MEC nº 08/2012*	TOTAL	
	MATRÍCULAS	VALOR EM R$	MATRÍCULAS	VALOR EM R$		MATRÍCULAS PONDERADAS	VALOR EM R$
EDUCAÇÃO INFANTIL	**0**	**0,00**	**272.744**	**867.434.944,61**		**321.154**	**867.434.944,61**
Creche em Tempo Integral	**0**	0,00	**112.930**	396.530.807,80	**1,30**	146.809	396.530.807,80
Creche em Tempo Parcial	**0**	0,00	**10.388**	28.057.966,69	**1,00**	10.388	28.057.966,69
Pré-escola em Tempo Integral	**0**	0,00	**48.435**	170.069.686,32	**1,30**	62.966	170.069.686,32
Pré-escola em Tempo Parcial	**0**	0,00	**100.991**	272.776.483,80	**1,00**	100.991	272.776.483,80
ENSINO FUNDAMENTAL	**595.655**	**1.794.262.538,25**	**698.259**	**1.979.409.600,27**		**1.397.140**	**3.773.672.138,52**
Séries Iniciais - Urbana	**723**	1.952.821,52	**546.415**	1.475.865.793,95	**1,00**	547.138	1.477.818.615,47
Séries Iniciais - Rural	**391**	1.214.503,73	**53.492**	166.154.049,59	**1,15**	61.965	167.368.553,32
Séries Finais - Urbana	**531.813**	1.580.068.404,10	**14.000**	41.595.368,40	**1,10**	600.394	1.621.663.772,51
Séries Finais - Rural	**34.172**	110.758.202,27	**1.446**	4.686.771,64	**1,20**	42.742	115.444.973,91
Tempo Integral	**28.556**	100.268.606,64	**82.906**	291.107.616,68	**1,30**	144.901	391.376.223,32
ENSINO MÉDIO	**411.299**	**1.397.631.388,38**	**0**	**0,00**		**517.450**	**1.397.631.388,38**
Urbano	**344.774**	1.164.042.333,31	**0**	0,00	**1,25**	430.968	1.164.042.333,31
Rural	**16.363**	57.455.358,26	**0**	0,00	**1,30**	21.272	57.455.358,26
Tempo Integral	**1.592**	5.589.985,35	**0**	0,00	**1,30**	2.070	5.589.985,35
Integrado à Educação Profissional	**48.570**	170.543.711,46	**0**	0,00	**1,30**	63.141	170.543.711,46
EDUCAÇÃO ESPECIAL	**15.031**	**48.718.440,19**	**21.928**	**71.072.979,61**	**1,20**	**44.351**	**119.791.419,81**
ATEND. EDUC. ESPEC. - AEE	**9.971**	**32.317.980,65**	**9.703**	**31.449.339,71**	**1,20**	**23.609**	**63.767.320,36**
EJA - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	**113.004**	**244.997.800,30**	**15.441**	**33.364.887,46**		**103.059**	**278.362.687,76**
EJA - Avaliação no Processo	**112.246**	242.540.972,57	**15.441**	33.364.887,46	**0,80**	102.150	275.905.860,03
EJA - Integrado à Educação Profissional	**758**	2.456.827,73	**0**	0,00	**1,20**	910	2.456.827,73
EDUCAÇÃO INDÍGENA E QUILOMBOLA	**3.813**	**12.358.686,21**	**530**	**1.717.834,70**	**1,20**	**5.212**	**14.076.520,91**
INSTITUIÇÕES CONVENIADAS	**19.356**	**62.734.998,95**	**37.960**	**120.328.378,20**		**67.776**	**183.063.377,15**
Creche em Tempo Integral	**0**	0,00	**13.135**	39.025.368,86	**1,10**	14.449	39.025.368,86
Creche em Tempo Parcial	**0**	0,00	**867**	1.873.412,18	**0,80**	694	1.873.412,18
Pré-escola em Tempo Integral	**0**	0,00	**11.021**	38.698.007,91	**1,30**	14.327	38.698.007,91
Pré-escola em Tempo Parcial	**0**	0,00	**2.218**	5.990.813,45	**1,00**	2.218	5.990.813,45
Educação Especial	**19.356**	62.734.998,95	**10.719**	34.740.775,81	**1,20**	36.089	97.475.774,76
MATRÍCULAS CONSIDERADAS NO FUNDEB EM 2014	**1.168.129**	**3.593.224.365**	**1.056.565**	**3.104.575.433**		**2.479.750**	**6.697.799.798**
Valor Anual por Aluno no Estado		**R$ 2.701,00**					
Valor Mínimo Nacional por Aluno (Portaria MEC nº 317/2015)		**R$ 2.476,37**					
Valor Mínimo Nacional por Aluno (Portaria Interministerial nº 19/2013)		**R$ 2.285,57**					

Fonte: Portarias Interministeriais nº 19/2013 e nº 317/2015

Tendo em vista que o valor anual efetivo por aluno no Estado do Paraná atingiu ao final do exercício o valor de R$ 2.701,00, portanto superior ao valor anual mínimo nacional por aluno, definido pela Portaria MEC nº 317/2015 em R$ 2.476,37, não houve necessidade da complementação constitucional da União.

Considerando que o Estado do Paraná destinou ao Fundo R$ 4,3 bilhões, e recebeu recursos de transferências do FUNDEB no montante de R$ 3,6 bilhões, houve uma perda líquida de R$ 658,6 milhões no exercício de 2014, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 100
Receitas do FUNDEB – 2014

Em R$

RECEITAS DO FUNDEB	RECEITAS REALIZADAS
1- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	**4.251.791.281,71**
1.1- Receita Resultante do ICMS Destinada ao FUNDEB – (20%)	3.458.609.374,86
1.2- Receita Resultante do ITCMD Destinada ao FUNDEB – (20%)	68.977.008,21
1.3- Receita Resultante do IPVA Destinada ao FUNDEB – (20%)	218.533.899,62
1.4- Cota-Parte FPE Destinada ao FUNDEB – (20%)	418.685.025,88
1.5- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20%)	29.491.488,00
1.6- Cota-Parte IPI Exportação Destinada ao FUNDEB – (20%)	57.494.485,14
2- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	**3.606.223.249,01**
2.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	3.593.330.098,81
2.2- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	12.893.150,20
3- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (2.1 – 1) - (Perda Líquida do Fundeb)	**-658.461.182,90**
4- SALDO FINANCEIRO DISPONÍVEL EM 31/12/2013	**78.736.186,48**
5- RECEITAS DE RESTITUIÇÕES	**413.127,75**
6- TOTAL DA RECEITA (2+4+5)	**3.685.372.563,24**

Fonte: Peça 29 – FUNDEB

Da tabela anterior, cabe destacar:

- Receitas de Transferência do FUNDEB R$ 3,6 bilhões;
- Receitas de Aplicações Financeiras R$ 12,9 milhões;
- Saldo Financeiro do exercício anterior R$ 78,7 milhões;
- Receitas de Restituições R$ 413,1 mil.

b) Despesas do FUNDEB

Os recursos recebidos no exercício de 2014 foram aplicados da seguinte forma:

Tabela 101
Despesas do FUNDEB – 2014

Em R$

DESPESAS DO FUNDEB	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS	RESTOS A PAGAR
7- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO (MÍNIMO DE 60%)	**2.925.678.990,72**	**2.906.336.782,54**	**19.342.208,18**
7.1- REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO	2.925.678.990,72	2.906.336.782,54	19.342.208,18
8- OUTRAS DESPESAS (LIMITE MÁXIMO DE 40%)	**707.880.022,20**	**699.031.983,29**	**8.848.038,91**
8.1- REMUNERAÇÃO ADMINSTRATIVOS	671.049.944,22	662.201.905,31	8.848.038,91
8.2- OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	36.830.077,98	36.830.077,98	0,00
9- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (7+8)	**3.633.559.012,92**	**3.605.368.765,83**	**28.190.247,09**

APURAÇÃO DO LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	VALOR
10- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, NO 1º TRIMESTRE DE 2014	**16.294.088,22**
11- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO ((7-10) / (2) x 100)	**80,68%**

Fonte: Peça 29 – FUNDEB

As despesas empenhadas em 2014 somaram R$ 3,63 bilhões, das quais foi pago no exercício o montante de R$ 3,61 bilhões e R$ 28,2 milhões inscritos em restos a pagar.

As despesas com o pagamento dos profissionais do magistério somaram R$ 2,9 bilhões. Deste valor foram deduzidos R$ 16,3 milhões custeados com o superávit financeiro do exercício anterior, apurando-se o índice de 80,68% em relação à receita do exercício, no valor de R$ 3,7 bilhões.

Assim, verificou-se o atendimento ao disposto no art. 22 da Lei nº 11.494/2007, onde se define que pelo menos 60% (sessenta por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública.

c) Movimentação Financeira do FUNDEB

Na tabela a seguir está demonstrada a movimentação financeira do FUNDEB no exercício 2014 e as disponibilidades para o exercício seguinte.

Tabela 102
Resumo Financeiro do FUNDEB – 2014

Em R$

RESUMO FINANCEIRO	VALOR
12- TOTAL DAS RECEITAS (6)	**3.685.372.563,24**
13- TOTAL DAS DESPESAS (9)	**3.605.368.765,83**
14- PAGAMENTO DE RESÍDUOS PASSIVOS	**47.830.723,22**
15- SALDO FINANCEIRO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (12-13-14)	**32.173.074,19**
16- RESTOS A PAGAR	**32.173.074,19**
(-) Restos a Pagar do Exercício de 2008	34.529,96
(-) Restos a Pagar do Exercício de 2009	11.130,28
(-) Restos a Pagar do Exercício de 2010	220.156,41
(-) Restos a Pagar do Exercício de 2011	35.626,50
(-) Restos a Pagar do Exercício de 2012	15.731,71
(-) Restos a Pagar do Exercício de 2013	3.665.652,24
(-) Restos a Pagar do Exercício de 2014	28.190.247,09
17- DISPONIBILIDADES DO FUNDEB PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (15-16)	**(0,00)**

Fonte: Peça 29 – FUNDEB

O saldo financeiro para o exercício seguinte no valor de R$ 32,2 milhões é suficiente para garantir o pagamento dos restos a pagar acumulados, no mesmo valor não restando saldo disponível para o exercício seguinte.

d) Conta Única

O Estado mantém conta específica no Banco do Brasil (agência 3793-1 conta 6.883-7) para movimentação dos recursos destinados ao FUNDEB.

e) Parecer Conclusivo do CACS/FUNDEB

O acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos dos Fundos são exercidos, junto aos respectivos governos, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por conselhos instituídos especificamente para esse fim.

No Estado do Paraná, o Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS/FUNDEB foi criado pelo Decreto nº 1379, de 29 de agosto de 2007.

O Parecer Conclusivo do CACS/FUNDEB, emitido em 27 de março de 2015, considerou regular a prestação de contas do FUNDEB referente ao exercício de 2014.

1.2. RECURSOS APLICADOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

A Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/00, acresceu o art. 77 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, determinando a aplicação de 12% do produto da arrecadação dos impostos, deduzidas as parcelas transferidas aos Municípios, em ações e serviços públicos de saúde.

Somente com a edição da Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012 houve a regulamentação da Emenda Constitucional nº 29/00. Até então havia controvérsias sobre a base de cálculo e quais gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS poderiam ser considerados como tal, apesar da existência de normativa do Ministério da Saúde (Portaria nº 2047/02), que era questionada do ponto de vista da sua coerção.

A LC nº 141/12 definiu no art. 3º quais as despesas que serão consideradas como ações e serviços públicos de saúde, e no art. 4º, quais as que não constituirão despesas para fins de apuração do percentual mínimo:

> ***Art. 3º*** *Observadas as disposições do art. 200 da Constituição Federal,* do *art. 6º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990*, *e do art. 2º desta Lei Complementar, para efeito da apuração da aplicação dos recursos mínimos aqui estabelecidos, serão consideradas despesas com ações e serviços públicos de saúde as referentes a:*
>
> *I – vigilância em saúde, incluindo a epidemiológica e a sanitária;*
>
> *II – atenção integral e universal à saúde em todos os níveis de complexidade, incluindo assistência terapêutica e recuperação de deficiências nutricionais;*
>
> *III – capacitação do pessoal de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS);*
>
> *IV – desenvolvimento científico e tecnológico e controle de qualidade promovidos por instituições do SUS;*
>
> *V – produção, aquisição e distribuição de insumos específicos dos serviços de saúde do SUS, tais como: imunobiológicos, sangue e hemoderivados, medicamentos e equipamentos médico-odontológicos;*
>
> *VI – saneamento básico de domicílios ou de pequenas comunidades, desde que seja aprovado pelo Conselho de Saúde do ente da Federação financiador da ação e esteja de acordo com as diretrizes das demais determinações previstas nesta Lei Complementar;*

VII – saneamento básico dos distritos sanitários especiais indígenas e de comunidades remanescentes de quilombos;

VIII – manejo ambiental vinculado diretamente ao controle de vetores de doenças;

IX – investimento na rede física do SUS, incluindo a execução de obras de recuperação, reforma, ampliação e construção de estabelecimentos públicos de saúde;

X – remuneração do pessoal ativo da área de saúde em atividade nas ações de que trata este artigo, incluindo os encargos sociais;

XI – ações de apoio administrativo realizadas pelas instituições públicas do SUS e imprescindíveis à execução das ações e serviços públicos de saúde; e

XII – gestão do sistema público de saúde e operação de unidades prestadoras de serviços públicos de saúde.

***Art. 4º** Não constituirão despesas com ações e serviços públicos de saúde, para fins de apuração dos percentuais mínimos de que trata esta Lei Complementar, aquelas decorrentes de:*

I – pagamento de aposentadorias e pensões, inclusive dos servidores da saúde;

II – pessoal ativo da área de saúde quando em atividade alheia à referida área;

III – assistência à saúde que não atenda ao princípio de acesso universal;

IV – merenda escolar e outros programas de alimentação, ainda que executados em unidades do SUS, ressalvando-se o disposto no inciso II do art. 3º;

V – saneamento básico, inclusive quanto às ações financiadas e mantidas com recursos provenientes de taxas, tarifas ou preços públicos instituídos para essa finalidade;

VI – limpeza urbana e remoção de resíduos;

VII – preservação e correção do meio ambiente, realizadas pelos órgãos de meio ambiente dos entes da Federação ou por entidades não governamentais;

VIII – ações de assistência social;

IX – obras de infraestrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede de saúde; e

X – ações e serviços públicos de saúde custeados com recursos distintos dos especificados na base de cálculo definida nesta Lei Complementar ou vinculados a fundos específicos distintos daqueles da saúde.

Além disto, a LC nº 141/12 definiu que não poderá ser excluída da base de cálculo a parcela relativa ao FUNDEB, em consonância com o art. 29 do mesmo diploma legal, que dispõe:

> ***Art. 29.*** *É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios excluir da base de cálculo das receitas de que trata esta Lei Complementar quaisquer parcelas de impostos ou transferências constitucionais vinculadas a fundos ou despesas, por ocasião da apuração do percentual ou montante mínimo a ser aplicado em ações e serviços públicos de saúde.*

No Estado do Paraná foi editada a Lei Complementar nº 152, de 10/12/2012, disciplinando o funcionamento do Fundo Estadual de Saúde – FUNSAUDE e definindo, nos termos da Lei Complementar Federal, as ações que podem ou não ser consideradas no cômputo do limite constitucional. O Decreto nº 7.986, de 16/04/2013, regulamentou esta Lei Complementar.

O Parecer Prévio das contas do exercício de 2012 entendeu não ser possível exigir a aplicabilidade da Lei Complementar nº 141/2012 naquele exercício, uma vez que a regulamentação do orçamento vigente já havia sido editada no ano anterior e o cumprimento da lei demandaria a abertura de grande montante de recursos em créditos extraordinários, podendo gerar um desequilíbrio orçamentário na execução do orçamento de 2012. Ressaltou que o Decreto Federal nº 7.827/2012, que disciplinou a LC nº 141/2012 para fins de continuidade das transferências voluntárias da União e verificação do limite, estabeleceu que sua eficácia ocorreria a partir do ano de 2013. Entendeu, porém, que o não cumprimento do limite constitucional merecia ser ressalvado, uma vez que não houve esforços do Governo do Estado para, ao menos, minimizar ou se adaptar a execução orçamentária à Lei Complementar vigente.

Por sua vez, o Parecer Prévio aprovado referente às contas do exercício de 2013 entendeu que:

- a perda líquida do FUNDEB não pode ser excluída da base de cálculo por expressa referência legal;
- são consideradas como ASPS as despesas com a Gestão de Saúde do Complexo Médico-Penal, Gestão da Saúde dos Servidores, Programa Leite das Crianças e desenvolvimento de vacinas pelo TECPAR;
- não são consideradas ASPS as despesas com pagamento de pensões para portadores de Hanseníase, com a Gestão do Agrupamento Aeropolicial de Resgate Aéreo e os gastos

realizados pelas Universidades com recursos próprios (Fonte 150).

Adotando essas premissas, no exercício de 2013, foi apurado que o Estado aplicou em Ações e Serviços Públicos de Saúde o equivalente a 11,22% da base de cálculo, não cumprindo o mandamento constitucional. Entendeu o Parecer Prévio aprovado que este item merecia ser ressalvado pois a nova metodologia imposta exigia acréscimo substancial nas despesas com ASPS e como o Plano Plurianual já se encontrava em vigência, para o período 2012-2015, não pareceu razoável exigir uma reestruturação orçamentária e financeira para o implemento imediato deste índice.

Para o exercício de 2014, adotando a mesma metodologia utilizada no Parecer Prévio do exercício anterior apurou-se que o Estado aplicou em Ações e Serviços Públicos de Saúde o valor de R$ 3 bilhões, equivalente a 13% da Receita Líquida de Impostos (base de cálculo), cumprindo portanto o estipulado constitucionalmente, conforme se verifica na tabela a seguir.

Tabela 103
Apuração do Limite com Ações e Serviços Públicos de Saúde – 2014

Em R$

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DESPESA EMPENHADA LÍQUIDA
Gestão das Unidades Próprias	1.154.022.179,56
Assistência Farmacêutica	227.238.942,29
Gestão do Hospital Regional do Norte do Paraná	216.333.554,45
Gestão das Redes	253.150.955,93
Rede de Urgência e Emergência	170.070.948,56
Gestão da Sáude dos Servidores e seus Dependentes	169.514.970,00
Mãe Paranaense	208.381.548,36
Gestão do Hospital Universitário do Maringá	99.970.300,29
Gestão do Hospital Universitário do Oeste	130.960.047,11
Recuperação de Deficiência Nutricional	81.123.808,35
Vigilância e Promoção da Saúde	67.131.741,43
Serviços de Saúde - Hospital da Polícia Militar	65.968.513,89
Gestão do Complexo Médico-Penal - DEPEN	39.447.591,21
Atenção às Urgências e Emergências – SIATE	36.200.081,63
Gestão de Serviços - SESA	27.851.599,03
Gestão do Hospital Universitário Regional	26.443.916,78
Gestão da Atividades em Saúde do TECPAR/FUNSAUDE	20.537.596,50
Atenção à Saúde de Pessoas em Situaçao de Risco	13.074.663,85
Gestão de Operações Aeromédicas	4.512.828,59
Gerenciamento de Convênios - SESA	61.736,17
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2014	**3.011.997.523,98**
RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS = BASE DE CÁLCULO	**23.172.089.875,08**
PERCENTUAL DA BASE DE CÁLCULO	**13,00%**

Fonte: SIAs 112-E, 825, 840 e 846

No exercício em análise, ainda que descontadas as despesas custeadas com recursos vinculados à parcela do percentual mínimo que não foi aplicada no exercício de 2013 que somaram R$ 163 milhões, o índice de aplicação seria o equivalente a 12,29% da Receita Líquida de Impostos (base de cálculo), suprindo o déficit de aplicação do exercício anterior.

Cabe ressaltar que 99,70% das despesas com ASPS estão centralizadas no orçamento do FUNSAUDE (unidade orçamentária 4760), inclusive as relativas à Gestão de Saúde do Complexo Médico-Penal, Hospital da Polícia Militar, Gestão da

Saúde dos Servidores, Recuperação de Deficiência Nutricional (Programa Leite das Crianças) e desenvolvimento de vacinas pelo TECPAR (Gestão de Atividades em Saúde TECPAR/FUNSAUDE).

Neste exercício puderam ser computadas para fins de limite as despesas com resgate aéreo de vítimas de acidentes, uma vez que foi criada uma atividade específica para este fim, segregando estas despesas e alocando-as no FUNSAUDE.

Foram descontadas das Despesas Empenhadas nos Projetos/Atividades pertencentes à Função 10 – Saúde as transferências do SUS, as despesas custeadas com recursos oriundos de convênios, e os recursos diretamente arrecadados. A tabela a seguir demonstra estas exclusões.

Tabela 104
Despesas Excluídas dos Gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde – 2014
Em R$

DESPESAS NÃO CONSIDERADAS COMO ASPS DE ACORDO COM LC Nº 141/2012	VALOR
Transferências do SUS (Fonte 117)	1.008.457.995,97
Recursos Diretamente Arrecadados (Fonte 250)	22.763.115,16
Recursos de Convênios	1.826.069,64
Fonte 107 - Convênios com Órgãos Federais	1.084.369,97
Fonte 281 - Transferências e Convênios com Órgãos Federais	741.699,67
TOTAL DAS EXCLUSÕES	**1.033.047.180,77**

Fonte: SIA 846

1.3. APLICAÇÃO DE RECURSOS EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O art. 205 da Constituição Estadual dispõe que o Estado deve aplicar, no mínimo, 2% da Receita Tributária na pesquisa científica e tecnológica.

No exercício de 2014 o Governo Estadual aplicou os recursos em Ciência e Tecnologia conforme demonstrado a seguir.

Tabela 105
Apuração do Limite com Ciência e Tecnologia – 2014

Em R$

GASTOS COM CIÊNCIA E TECNOLOGIA	DESPESA EMPENHADA
RTVE - P/A 4187 - DIFUSÃO DA PROGRAMAÇÃO CULTURAL - e-PARANÁ	11.038.083,00
SETI - P/A 4110 - GESTAO DAS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO	7.626.724,33
UEL - P/A 4115 - GESTAO DAS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO - UEL	62.249.376,12
UEL - P/A 4314 - APLICACAO DE RECURSOS EM CIENCIA E TECNOLOGIA - FUNDO PARANA - UEL	1.221.537,01
UEPG - P/A 4118 - GESTAO DAS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO - UEPG	16.585.407,01
UEPG - P/A 4315 - APLICACAO DE RECURSOS EM CIENCIA E TECNOLOGIA - FUNDO PARANA - UEPG	708.768,32
UEM - P/A 4121 - GESTAO DAS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO - UEM	44.114.788,01
UEM - P/A 4316 - APLICACAO DE RECURSOS EM CIENCIA E TECNOLOGIA - FUNDO PARANA - UEM	1.176.099,16
UNICENTRO - P/A 4317 - APLICACAO DE RECURSOS EM CIENCIA E TECNOLOGIA - FUNDO PARANA - UNICENTRO	1.167.194,35
UNICENTRO - P/A 4124 - GESTAO DAS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO - UNICENTRO	13.200,00
UNIOESTE - P/A 4127 - GESTAO DAS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO - UNIOESTE	0,00
UNIOESTE - P/A 4318 - APLICACAO DE RECURSOS EM CIENCIA E TECNOLOGIA - FUNDO PARANA - UNIOESTE	2.032.911,50
UNESPAR - P/A 4130 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - UNESPAR	459.244,47
UNESPAR - P/A 4131 - GESTAO DAS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO - FECEA	225.427,16
UNESPAR - P/A 4132 - GESTAO DAS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO - FAFIPAR	304.730,00
UNESPAR - P/A 4133 - GESTAO DAS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO - FECILCAM	330.621,48
UNESPAR - P/A 4134 - GESTAO DAS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO - EMBAP	0,00
UNESPAR - P/A 4135 - GESTAO DAS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO - FAP	63.291,80
UNESPAR - P/A 4136 - GESTAO DAS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO - FAFIPA	254.047,13
UNESPAR - P/A 4137 - GESTAO DAS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO - FAFIUV	121.180,00
UENP - P/A 4320 - APLICAÇÃO DOS RECURSOS EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA - FU	832.425,33
FUNDO PARANÁ - P/A 4150 - GESTÃO ADMINISTRATIVA - UGF	1.400.155,19
FUNDO PARANÁ - P/A 4151 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO, TECNOLOGICO E INOVACAO	58.429.203,01
TECPAR - P/A 4152 - PRODUCAO, SOLUCOES TECNOLOGICAS, PESQUISA E INOVACAO - TECPAR	30.078.264,00
TECPAR - P/A 4153 - APLICACAO DE RECURSOS EM CIENCIA E TECNOLOGIA - FUNDO PARANA - TECPAR	17.570.831,93
IAPAR - P/A 4263 - PESQUISA E INOVACAO DA AGROPECUARIA	46.863.479,47
TOTAL - FONTE 132	**304.866.989,78**
TOTAL DA RECEITA TRIBUTÁRIA (BASE DE CÁLCULO)	**16.693.944.256,57**
PERCENTUAL DA BASE DE CÁLCULO	**1,83%**

Fonte: SIAs 840-Adm. Direta, SIA 846-Adm. Global e Relatório COP (despesa P/A fonte 132)

Conforme se observa na tabela anterior, o Estado mais uma vez descumpriu o índice constitucional, apurando-se um percentual de 1,83% sobre a base de cálculo.

Cabe ressaltar que a execução de despesas na Fonte 132 pela Radio e Televisão Educativa – RTVE (P/A 4187) deve-se à implantação do parque tecnológico interno, cuja meta estava prevista na Lei Orçamentária e foi concluída no exercício. De acordo com o Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento – 2014, a ação encontra-se em fase de entrega dos equipamentos e serviços.

2. LIMITES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000), sendo um código de conduta para os Administradores Públicos, impôs uma série de limites a serem cumpridos, a fim de garantir o equilíbrio das contas públicas.

Distribuiu, entre os Poderes e Órgãos, os limites de gastos com pessoal, determinados pelo art. 169 da Constituição Federal. Estabeleceu no inciso II do art. 19 que o limite de gastos com pessoal para os Estados é de 60%, com a seguinte repartição determinada pelo art. 20, inciso II:

- 3% para o Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas do Estado;
- 6% para o Judiciário;
- 49% para o Executivo;
- 2% para o Ministério Público Estadual.

Estabeleceu ainda limites para endividamento e concessão de garantias, além de impor controle para a inscrição de Restos a Pagar ao final do exercício.

A fim de trazer transparência à gestão do gasto público, a LRF determinou ainda a elaboração e publicação de demonstrativos (Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal) que representassem balanços simplificados das finanças públicas. Assim sendo, em atendimento ao art. 52 e ao § 2º do art. 55 da LRF, os Poderes e Órgãos procederam às publicações dos relatórios exigidos, nos moldes e prazos determinados pela lei.

2.1. GASTOS COM PESSOAL

A tabela a seguir demonstra os limites impostos ao Estado pela LRF, e o seu cumprimento ao longo da execução orçamentária do exercício.

Tabela 106
Gastos com Pessoal – 2014

Em R$ mil

DISCRIMINAÇÃO	EXECUTIVO	LEGISLATIVO	JUDICIÁRIO	MP	TOTAL GERAL
Despesa Total Pessoal	18.218.391	736.466	1.732.612	703.101	21.390.569
(-) Indenizações por Demissões	3.681	0	85.575	0	89.256
(-) Despesas Exercícios Anteriores	8.793	141.886	146.780	136.345	433.804
(-) Decisão Judicial	4.885	0	0	0	4.885
(-) Inativos e Pensionistas de recursos vinculados	4.866.991	50.010	156.866	65.846	5.139.714
= DESPESA LÍQUIDA C/PESSOAL	**13.334.041**	**544.570**	**1.343.391**	**500.909**	**15.722.911**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (BASE DE CÁLCULO)	**28.336.699**				
LIMITE DA RCL	**49%**	**3%**	**6%**	**2%**	**60%**
PERCENTUAL DA RCL APLICADO NO EXERCÍCIO	**47,06%**	**1,92%**	**4,74%**	**1,77%**	**55,49%**

Fonte: LC nº 101/00 e SIAs 112, 307-C e 308

Constatou-se que o limite global do Estado foi atendido, bem como os limites individuais por Poder e Órgão.

O comportamento destas despesas nos últimos quatro exercícios apresentou o seguinte desempenho:

Tabela 107
Limites para Despesas com Pessoal – Verificação de Cumprimento – 2011 a 2014

TÍTULO	LEGISLAÇÃO	LIMITE LEGAL	EXECUÇÃO			
			2014	2013	2012	2011
Pessoal - Total Estado	CF art. 169 § único Lei Compl. 101/00 art.19, II	< ou = 60%	**55,49%**	54,96%	54,34%	53,94%
Pessoal - Poder Executivo	CF art. 169 Lei Compl. 101/00 art.20, II, c	< ou = 49%	**47,06%**	47,23%	46,67%	46,65%
Pessoal - Poder Legislativo	CF art. 169 Lei Compl. 101/00 art.20, II, a	< ou = 3%	**1,92%**	1,92%	2,09%	1,97%
Pessoal - Poder Judiciário	CF art. 169 Lei Compl. 101/00 art.20, II, b	< ou = 6%	**4,74%**	4,22%	4,17%	3,99%
Pessoal - Ministério Público	CF art. 169 Lei Compl. 101/00 art.20, II, d	< ou = 2%	**1,77%**	1,58%	1,40%	1,33%

Fonte: LC nº 101/00 e SIAs 112, 307-C e 308

O Tribunal de Contas, utilizando-se do mecanismo constante no § 1º do art. 59 da LRF, procedeu à expedição dos Atos de Alerta, conforme se demonstra a seguir.

Tabela 108
Alertas Expedidos – 2014

PODER	PROCESSO	PERÍODO	ASSUNTO	RESULTADO
Executivo	054736-4/14	1º Quadrim/2014	Alerta - 46,39% da Receita Corrente Líquida, Gastos de pessoal equivalentes a 94,68% do limite permitido no art. 20, II, "c" da LRF	Despacho nº 1818/14 - Decisão Monocrática
Executivo	93464-7/14	2º Quadrim/2014	Alerta - 48,38% da Receita Corrente Líquida, Gastos de pessoal equivalentes a 98,73% do limite permitido no art. 20, II, "c" da LRF	Acórdão 2432/15 - Tribunal Pleno
Executivo	41292-0/15	3º Quadrim/2014	Alerta - 47,06% da Receita Corrente Líquida, Gastos de pessoal equivalentes a 96,03% do limite permitido no art. 20, II, "c" da LRF	Em trâmite.

Fonte: Registros da Diretoria de Contas Estaduais e Sistema de Trâmite de Processos/TC

2.2. OUTROS LIMITES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Tabela 109
Outros Limites da Lei Complementar nº 101/00 – 2014

Em R$ mil

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	VALOR	
Receita Corrente Líquida - RCL	28.336.699	
DÍVIDA	**VALOR**	**% S/ RCL**
Dívida Consolidada Líquida	18.201.399	64,23%
Limite definido pelo art. 3º da Resolução nº 40/01-Senado Federal	56.673.398	200,00%
GARANTIAS DE VALORES	**VALOR**	**% S/ RCL**
Total das Garantias		0,00%
Limite definido pelo art. 9º da Resolução nº 43/01-Senado Federal	6.234.074	22,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% S/ RCL**
Operações de Crédito Internas e Externas	0	0,00%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0	0,00%
Limite definido p/ Res. nº 43/01-Senado Federal p/ Op. de Créd. Internas e Externas	4.533.872	16,00%
Limite definido p/ Res. Nº 43/01-Senado Federal p/ Op. de Créd. por Antec. da Receita	1.983.569	7,00%

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal – Poder Executivo – 3º Quadrimestre/2014

Constatou-se que os limites para Dívida Consolidada, realização de Operações de Crédito e concessão de Garantias foram cumpridos pelo Estado do Paraná no exercício de 2014.

3. LIMITES DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO

Os arts. 98, §1º, 115 e 133, §10 da Constituição Estadual estabelecem que o Poder Judiciário, o Ministério Público e o Poder Legislativo deverão elaborar suas propostas orçamentárias dentro dos limites da Lei de Diretrizes Orçamentárias e a LRF introduziu o Anexo de Metas Fiscais como parte integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

3.1. COTAS LIBERADAS AO PODER LEGISLATIVO, JUDICIÁRIO, MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA

A tabela a seguir apresenta a liberação de cotas de recursos realizada pela Secretaria de Estado da Fazenda, conforme estabelecido no art. 7º da Lei nº 17.631/13 (LDO).

Tabela 110
Cotas Liberadas aos Poderes Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública – 2014

Em R$

TÍTULO	LIMITE LEGAL	VALOR APLICADO	% EXECUÇÃO	RESULTADO
REPASSE DE RECURSOS AOS PODERES	Lei nº 17.631/13, art. 7º			
RECEITA TOTAL DO ESTADO (-) EXCLUSÕES LEGAIS		18.175.120.240,92		
PODER LEGISLATIVO	até 5,00%	638.039.707,73	3,51%	Cumprido
Assembléia Legislativa	até 3,10%	307.932.752,00	1,69%	Cumprido
Tribunal de Contas	até 1,90%	330.106.955,73	1,82%	Cumprido
PODER JUDICIÁRIO	até 9,50%	1.648.957.246,00	9,07%	Cumprido
Tribunal de Justiça		1.648.957.246,00	9,07%	Cumprido
MINISTÉRIO PÚBLICO	até 4,10%	711.685.152,45	3,92%	Cumprido
DEFENSORIA PÚBLICA	até R$ 47.000.000,00	37.180.407,72	0,20%	Cumprido

Fonte: LDO (Lei nº 17.631/13), SIAs 215, 308 e 840 e Prestações de Contas das Entidades – 2014

Conforme se verifica, as cotas liberadas aos Poderes Legislativo e Judiciário e ainda ao Ministério Público e Defensoria Pública atenderam aos limites definidos na legislação.

A tabela a seguir demonstra a representatividade das cotas liberadas aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público e Defensoria Pública em comparação a Receita Líquida (base de cálculo) nos últimos quatro exercícios.

Tabela 111
Cotas Liberadas ao Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública 2011 a 2014

TÍTULO	LEGISLAÇÃO	LIMITE LEGAL	EXECUÇÃO			
			2014	2013	2012	2011
DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO						
Poder Legislativo	Lei Estadual nº 16.193/09 art.7º Lei Estadual nº 16.561/10 art. 7º Lei Estadual nº 16.889/11 art. 7º Lei Estadual nº 17.219/12 art. 7º Lei Estadual nº 17.631/13 art. 7º	< ou = 5%	**3,51%**	3,47%	4,09%	5,19%
Poder Judiciário		2010 < ou = 9% 2011 a 2013< ou = 9,5%	**9,07%**	9,08%	8,66%	9,11%
Ministério Público		2009 a 2012 < ou = 3,9% 2013 = 4% 2014 < ou = 4,1%	**3,92%**	3,88%	3,66%	3,72%
Defensoria Pública		2011 < ou = 0,27% 2012 e 2013 < ou = R$ 47 milhões	**R$ 37 milhões**	R$ 27 milhões	R$ 12 milhões	0,03%

Fonte: LDOs 2011 a 2014, SIAs 215, 308 e 840 e Prestações de Contas das Entidades – 2014

3.2. METAS FISCAIS

Para o exercício de 2014, as Metas Fiscais estabelecidas no §1º do art. 4º da LRF foram contempladas na Lei Estadual nº 17.631/13 (LDO), que fixou um Resultado Primário em valores correntes de R$ 2.339.690 mil, bem como um Resultado Nominal em valores correntes da ordem de R$ 986.004 mil, o que significa para este último a estimativa de acréscimo do estoque da Dívida Estadual.

3.2.1. Resultado Primário

Este resultado é extraído, segundo orientação do Manual da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, 5ª edição, válido para o exercício de 2014, do confronto entre a Receita Primária e a Despesa Primária.

A Receita Primária compreende a arrecadação total do Governo Estadual deduzidas as operações de crédito, as provenientes de aplicações financeiras e retorno de operações de crédito (juros e amortizações), o recebimento de empréstimos concedidos e as receitas de privatizações; a Despesa Primária são as Despesas Totais deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida interna e externa, com aquisição de títulos de capital integralizado e despesas de concessão de empréstimos, adicionadas da Reserva de Contingência e da Reserva do Regime Próprio de Previdência Social.

Da análise constatou-se que o Estado obteve em 2014 um Déficit Primário de R$ 445.285.695,94, enquanto a meta definida na LDO estabelecia um Superávit Primário de R$ 2.339.690.000,00, conforme se observa na tabela a seguir.

Tabela 112
Metas Fiscais – Resultado Primário – 2014

Em R$

RECEITAS PRIMÁRIAS	2014		
	Orçamento Fiscal	Orç. Seg. Social	TOTAL
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	**34.119.321.299,03**	**5.517.023.323,01**	**39.636.344.622,04**
RECEITAS TRIBUTARIAS	**23.451.454.348,44**	**0,00**	**23.451.454.348,44**
ICMS	19.278.593.163,67	0,00	19.278.593.163,67
IPVA	1.908.259.249,39	0,00	1.908.259.249,39
ITCMD	265.260.411,35	0,00	265.260.411,35
IRRF	1.917.914.030,65	0,00	1.917.914.030,65
OUTRAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS	81.427.493,38	0,00	81.427.493,38
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÃO	0,00	5.390.345.568,40	5.390.345.568,40
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS		5.390.345.568,40	5.390.345.568,40
RECEITA PATRIMONIAL LÍQUIDA	327.199.628,48	6.219.540,73	333.419.169,21
RECEITA PATRIMONIAL	632.314.832,10	870.928.875,14	1.503.243.707,24
(-) APLICAÇÕES FINANCEIRAS	305.115.203,62	864.709.334,41	1.169.824.538,03
TRANSFERENCIAS CORRENTES	7.596.299.879,46	0,00	7.596.299.879,46
FPE	1.674.740.104,91	0,00	1.674.740.104,91
CONVÊNIOS	263.927.231,65	0,00	263.927.231,65
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.657.632.542,90	0,00	5.657.632.542,90
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	2.744.367.442,65	120.458.213,88	2.864.825.656,53
DÍVIDA ATIVA	104.996.104,71	0,00	104.996.104,71
DIVERSAS RECEITAS CORRENTES	2.639.371.337,94	120.458.213,88	2.759.829.551,82
RECEITAS DE CAPITAL (II)	**1.337.252.580,35**	**0,00**	**1.337.252.580,35**
OPERACOES DE CREDITO (III)	953.849.106,76	0,00	953.849.106,76
ALIENAÇÃO DE BENS (V)	4.568.484,06	0,00	4.568.484,06
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	234.050.981,24	0,00	234.050.981,24
CONVÊNIOS	204.837.767,94	0,00	204.837.767,94
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	29.213.213,30	0,00	29.213.213,30
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	144.784.008,29	0,00	144.784.008,29
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	**378.834.989,53**	**0,00**	**378.834.989,53**
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	**34.498.156.288,56**	**5.517.023.323,01**	**40.015.179.611,57**

DESPESAS PRIMÁRIAS	2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	**38.608.319.866,86**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	21.298.678.601,97
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA (IX)	734.180.531,84
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.575.460.733,05
TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	6.958.144.809,66
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	9.617.315.923,39
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	37.874.139.335,02
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	2.883.325.369,97
INVESTIMENTOS	1.545.227.111,30
INVERSÕES FINANCEIRAS	518.110.798,40
AQUISIÇÃO DE TIT. DE CAPITAL JÁ INTEGRALIZ. (XIII)	12.087,46
DEMAIS INVERSÕES FINANCEIRAS	518.098.710,94
AMORTIZACAO DA DIVIDA (XIV)	819.987.460,27
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII -XIII - XIV)	**2.063.325.822,24**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	**0,00**
RESERVA DO RPPS (XVII)	**0,00**
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	**39.937.465.157,26**
AJUSTE REPASSES PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS NÃO EMPENHADOS[1]	523.000.150,25
RESULTADO PRIMÁRIO (VII - XVIII)	**-445.285.695,94**
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADO NA LDO	**2.339.690.000,00**

[1]Ajuste referente ao valor que deveria ser empenhado relativo aos repasses para conta especial para pagamento de precatórios (2% da RCL), conforme apontado no item "f", do item 1.2.5 do Título V.

Fonte: Lei nº 17.631/13 (LDO), SIAs 817 e 840 e Demonstrativos Financeiros dos Fundos Previdenciários.

Cabe ressaltar que o Resultado Primário Obtido (Déficit Primário de R$ 445.285.695,94) diverge do apresentado no Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do 6º Bimestre de 2014, publicado no Diário Oficial do Estado de 02/03/2015, fls. 35 e 36, quando foi divulgado um Déficit Primário de R$ 934.244.622,86.

3.2.2. Resultado Nominal

O Resultado Nominal constitui um instrumento de acompanhamento do estoque da Dívida Pública Estadual, elaborado para se aferir a evolução/involução da Dívida Fundada a partir dos saldos apurados ao final de cada exercício em comparação ao verificado no ano imediatamente anterior.

A tabela a seguir apresenta a apuração do Resultado Nominal no exercício.

Tabela 113
Metas Fiscais – Resultado Nominal – 2013 e 2014

Em R$

TÍTULOS	2013	2014	VARIAÇÃO % 13/14
DÍVIDA CONSOLIDADA - FUNDADA (I)	**20.038.667.422,21**	**21.716.510.757,43**	**8,37%**
(-) DEDUÇÕES (II)	**4.822.898.735,61**	**3.515.111.570,30**	**-27,12%**
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.232.998.379,92	2.984.158.299,33	-29,50%
(-) Ajuste registro contábil incorreto	-	-	0,00%
Disponibilidade de Caixa Bruta Ajustada	4.232.998.379,92	2.984.158.299,33	0,00%
Demais Haveres Financeiros	1.695.619.492,38	1.819.394.248,46	7,30%
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	-1.105.719.136,69	-1.288.440.977,49	16,53%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	**15.215.768.686,60**	**18.201.399.187,13**	**19,62%**
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	**0,00**	**0,00**	0,00%
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	**1.084.496.049,43**	**1.311.481.113,32**	**20,93%**
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	**14.131.272.637,17**	**16.889.918.073,81**	**19,52%**
METAS - RESULTADO NOMINAL	**Lei nº 17.631/13 - LDO**	**986.004.000,00**	**6,98%**
	REALIZADO	**2.758.645.436,64**	**19,52%**

Fonte: Lei nº 17.631/13 (LDO), Relatório Resumido da Execução Orçamentária e SIA 860

Com isto, verifica-se que o Estado não atendeu ao valor fixado para o período em análise, pois houve um acréscimo do montante da Dívida Consolidada Líquida de R$ 2,76 bilhões, enquanto a LDO estabelecera um acréscimo de R$ 986 milhões.

Ressalta-se que o valor do Resultado Nominal obtido em 2014, que representou um déficit de 2.758.645.436,64 é divergente do apresentado no Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do 6º Bimestre de 2014, publicado no Diário Oficial do Estado de 02/03/2015, fls. 34, quando foi divulgado um déficit de 1.033.479.260,28.

VIII – DO EXERCÍCIO DO CONTROLE EXTERNO DO TC

1. AUDITORIAS OPERACIONAIS – AOPS

1.1. AOP NA ÁREA DE EDUCAÇÃO – ENSINO MÉDIO

Realização de Auditoria Operacional nas ações de Governo na área da educação (ensino médio) no Estado do Paraná, por servidores nomeados através da Portaria nº 512/13, tendo por finalidade identificar os principais problemas que afetam a qualidade e a cobertura do Ensino Médio oferecido pelo Poder Público no Brasil. A Auditoria, realizada conforme Acordo de Cooperação Técnica firmado com o Tribunal de Contas da União, com o apoio da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – ATRICON e do Instituto Rui Barbosa – IRB, está autuada nos autos nº 31116-6/14. Destaque-se que ainda pende de decisão de mérito a aprovação do Relatório de Auditoria.

2. AUDITORIAS NOS PROGRAMAS CO-FINANCIADOS POR ORGANISMOS INTERNACIONAIS

A Diretoria de Auditoria – DAUD é a unidade administrativa deste Tribunal de Contas responsável pela realização das auditorias de conformidade e operacional, nos projetos e programas estaduais co-financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA.

A unidade acompanha a execução dos projetos efetuando revisão dos mesmos, realizando as adequações necessárias e promovendo auditorias internas, para assim garantir a aderência do sistema implantado.

Ainda, a DAUD está realizando auditoria no Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná – BIRD, que adota uma abordagem setorial ampla (SWAp), envolvendo as Secretarias Estaduais de Educação, Saúde, Agricultura, Meio

Ambiente, Fazenda, Administração e Previdência e Planejamento, estando previsto um investimento total de US$ 714,1 milhões, sendo US$ 350 milhões financiados pelo Banco Mundial (BIRD) e o restante como contrapartida do Estado. O primeiro relatório de auditoria será entregue em 2015 e abrange os gastos efetuados entre 13/12/2012 e 31/12/2014.

Assim, de modo institucional e hodierno são realizadas auditorias em projetos e programas estaduais co-financiados por organismos internacionais.

3. FISCALIZAÇÕES EXERCIDAS PELAS ICES

Para análise e instrução da prestação de contas anual do Poder Executivo Estadual, esta DCE se utiliza subsidiariamente das informações constantes dos relatórios semestrais elaborados pelas Inspetorias de Controle Externo, registrados no Sistema Estadual de Informações – SEI, decorrentes dos trabalhos de fiscalização in loco.

Saliente-se que o resultado dos trabalhos das ICEs será utilizado principalmente quando da análise individualizada das Prestações de Contas das Entidades da Administração Estadual.

A tabela a seguir demonstra, por assuntos, as anomalias apontadas com maior frequência nos relatórios apresentados pelas ICEs nos últimos exercícios.

Tabela 114
Anomalias Mais Frequentes Apontadas nos Relatórios das ICEs

ITEM DE ANÁLISE	TÍTULO DO ACHADO
Despesa	Cancelamento de Restos a Pagar processados
	Disponibilização tardia do SIAF
	Pagamento de despesas mediante mera autorização
	Deficiências ou irregularidades na gestão patrimonial
	Pagamento de despesas irregulares
	Registros contábeis inconsistentes e/ou em atraso
	Inconsistências nas conciliações bancárias
	Pagamento de juros e/ou multa por atraso
	Despesas incompatíveis com atividades e/ou funções do órgão
	Fracionamento de despesas

	Falhas na formalização de processos licitatórios
Pessoal	Irregularidades na gestão de pessoal
	Irregularidades na formalização de processos
	Irregularidades em atos de cessão de pessoal
Contratos	Pagamentos e/ou execução de despesas fora do prazo de vigência de contrato
	Irregularidade na formalização de contratos

Fonte: Relatórios das Inspetorias de Controle Externo – Sistema SEI

3.1. CONSTATAÇÕES ESPECÍFICAS ENCAMINHADAS PELAS ICES

Em razão da vinculação dos temas abordados com as atribuições do Governo do Estado, entende-se por oportuno e conveniente reproduzir duas situações levantadas pelas Inspetorias de Controle Externo, a seguir apresentadas.

3.1.1 Pagamentos a Fornecedores Efetuados com Atraso: Encargos Financeiros e Multas

A 5ª Inspetoria de Controle Externo constatou, junto aos jurisdicionados por ela fiscalizados no exercício de 2014, pagamentos a fornecedores efetuados em atraso, além de pagamentos de encargos financeiros e multas, fato que tem se verificado desde o exercício de 2013, com continuidade no exercício de 2014.

À vista disso, por meio do Procedimento Administrativo n. 14390-2/15, com trâmite no âmbito interno deste Tribunal de Contas, a 5ª ICE encaminhou ao Conselheiro Relator das Contas do Governo do exercício de 2014 relação com os seguintes apontamentos:

1. **ITAs (Informe Técnico de Achado) n.º 001, 012, 013, 016, 017, 025, 033 e 034-2014 – Rádio e Televisão Educativa do Paraná – RTVE:** pagamentos de boletos efetuados após o vencimento e incidência de encargos financeiros e multas. O ITA 001 refere-se a faturas com vencimentos no exercício de 2013 e multas por atraso, cujos pagamentos foram efetuados em atraso no mesmo exercício. Os ITAs 013, 017 e 025 referem-se a faturas, dentre outras, com vencimentos no exercício de 2013, cujos pagamentos foram efetuados no

exercício de 2014. Segundo explicações exaradas pelo jurisdicionado, os atrasos e o pagamento de encargos se deveram pelo atraso na liberação orçamentária e financeira dos recursos pela Secretaria de Estado da Fazenda, para o exercício de 2014;

2. **ITAs n.º 004, 021, 023, 024, 036, 037, 039 e 042-2014 – Secretaria de Estado da Comunicação Social – SECS:** incidência de encargos financeiros e multas. O ITA 004 refere-se a fatura com vencimento no exercício de 2013, cujo pagamento foi efetuado com multas e atualizações no mesmo exercício. Os ITAs 021 e 039 referem-se a notas fiscais, dentre outras, com vencimentos no exercício de 2013, cujos pagamentos foram efetuados no exercício de 2014. Informou o jurisdicionado que os pagamentos são efetuados pela SEFA, sendo a liberação dos recursos de sua responsabilidade. Com relação aos ITAs 036, 039 e 042-2014, afirmou o órgão que o "o Financeiro providencia a liquidação da despesa e solicita pagamento, dentro dos prazos de vencimento, para a Secretaria da Fazenda (...). Após a solicitação a responsabilidade para o pagamento é da Secretaria da Fazenda". No tocante ao ITA 037-2014, o jurisdicionado informou que "quanto ao pagamento da fatura com vencimento em 30/06/2014, a liquidação e o pedido de pagamento para a SEFA foram providenciados pelo Financeiro, antes do prazo de vencimento, porém como os recursos financeiros estão centralizados na Secretaria da Fazenda o pagamento foi efetuado apenas no dia 08/07/2014";
3. **ITA n.º 032-2014 – Coordenação da Receita do Estado – CRE:** pagamentos de multas e juros devido a atrasos em pagamentos de despesas. Conforme informação do jurisdicionado, "na segunda quinzena de janeiro/2014 a SEFA/CAFE efetuou o estorno dos saldos de todos os empenhos não pagos da fonte 100 (tesouro) e, portanto, alguns desses compromissos questionados e tantos outros foram afetados e tiveram de ser empenhados novamente com o orçamento 2014, mediante reconhecimento de dívidas de exercícios anteriores"; e que "o orçamento 2014 foi alimentado no sistema em 20/02/2014

e liberado para empenhos em 25/02/2014, porém os limites liberados no primeiro semestre deste ano foram contingenciados pela SEFA/COP e, no primeiro trimestre, insuficientes para atender sequer aos contratos de manutenção da estrutura do órgão".

No aludido procedimento, a 5ª ICE informa que o detalhamento dos achados e a respectiva documentação encontram-se disponíveis nos papéis de trabalho da Inspetoria.

A unidade considerou, ainda, que os responsáveis pelos órgãos não tiveram gerência sobre os fatos, e, portanto, não lhes pode ser imputada culpabilidade, dado o atraso na liberação dos recursos pela Secretaria de Estado da Fazenda para o cumprimento das obrigações devidas, gerando a cobrança de encargos de juros e multa para os órgãos.

Assim, considerando que os apontamentos levantados, submetidos ao Conselheiro Relator a fim de auxiliar no processo de análise da Prestação de Contas do Governador do exercício de 2014, requerem esclarecimentos, esta Diretoria de Contas Estaduais sugere a manifestação do Poder Executivo estadual a respeito das ponderações supratranscritas.

3.1.2 Disponibilização Tardia do SIAF

A disponibilização tardia do SIAF, foi tema recorrente nos Relatórios das ICEs, havendo inclusive pedido expresso de manifestação, em sede de contraditório, para que a Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA) se manifeste nos autos de sua Prestação de Contas Anual, exercício de 2013, autos TC-27570-8/14, ocasião em que esta DCE consignou:

> *Insta consignar que a 3ª inspetoria, por meio de seus Relatórios Semestrais, relativos às entidades sob sua fiscalização no exercício de 2013, verificou que as ferramentas de sistema informatizado da Secretaria de Estado da Fazenda, especificamente o portal Sefanet, que disponibiliza as rotinas do sistema SIAF – Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro (orçamentário, financeiro e patrimonial) não estavam disponíveis no início do ano, conforme mensagem da Coordenação da Administração Financeira do Estado – CAFE, que liberou acessos a partir do dia 18 de fevereiro.*

Em consequência, no bojo dos Relatórios Semestrais, sugeriu o apontamento da seguinte ressalva:

> *Disponibilização tardia da abertura do Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro (SIAF), cujo gerenciamento é de responsabilidade da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA), que somente ocorreu em 18/02/2013, para a inserção de dados de natureza financeira de responsabilidade da SEIL, impedindo a emissão de Nota de Empenho e ocasionando a necessidade de que fossem registrados no início do exercício fora do Sistema, mediante a utilização do documento Ordem de Pagamento Financeira OPF, resultou na inobservância do regular processamento da despesa pública, contrariando, portanto, o previsto no Capítulo III (Da Despesa) da Lei nº 4.320/64.*

Por consequência, esta Diretoria de Contas Estaduais entende que a disponibilização do Sistema às entidades estaduais, com sua efetiva abertura, possibilitando a execução das atividades orçamentárias e contábeis, de fato, deve ocorrer mais tempestivamente, ao início de cada exercício.

Contudo, entendeu na ocasião esta unidade técnica no sentido de que essa ressalva deveria ser imputada somente à entidade responsável pelo mesmo, a qual deve estabelecer metas e prazos a serem cumpridos a fim de viabilizar a operacionalização do referido sistema, por conseguinte afastando-a das entidades usuárias do SIAF.

Ressalte-se que o Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro (SIAF) é mantido pela Secretaria da Fazenda, e, que sua eventual inoperância impede o Tribunal de Contas realizar plenamente suas atividades, o que pode configurar, no caso de constante indisponibilidade, de modo transverso, obstrução de fiscalização, uma vez que efetivamente torna impossível verificar se o governo está aplicando correta e legalmente os recursos públicos.

Assim, imperioso que o Estado se manifeste em sede de contraditório acerca da Disponibilização Tardia do SIAF.

4. TOMADAS DE CONTAS EXTRAORDINÁRIAS

As irregularidades consideradas relevantes pelos técnicos das Inspetorias de Controle Externo, no curso das fiscalizações realizadas no exercício de 2014, e que não foram justificadas e/ou sanadas pela Entidade fiscalizada, foram comunicadas a este Tribunal e, a juízo do Relator do feito, convertidas em processos de Tomada de Contas Extraordinária. Desta feita, foram autuados, conforme o Sistema de Trâmite, as seguintes Comunicações de Irregularidades no exercício.

Tabela 2
Comunicações de Irregularidade autuadas em 2014

PROCESSO	ORIGEM
117629/14	PARANAPREVIDÊNCIA
934752/14	COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ
947170/14	BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO PARANA S/A
1156155/14	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO PARANA

Fonte: Sistema de Trâmite

Noutro giro, tramitam nesta Casa as seguintes Tomadas de Contas Extraordinárias, que atinem ao Poder Estadual, autuadas no exercício em comento.

Tabela 3
Tomadas de Contas Extraordinárias autuadas em 2014

PROCESSO	ORIGEM
77703-3/14	PARANAPREVIDÊNCIA
100398-1/14	PARANAPREVIDÊNCIA
706288/14	SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
94715-3/14	AGENCIA DE FOMENTO DO PARANA S.A
15510-5/14	COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ
95109-2/14	COMPANHIA PARANAENSE DE GAS
86122-4/14	COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ
86117-8/14	COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ
108144-9/14	DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA
75203-0/14	ELEJOR - CENTRAIS ELETRICAS DO RIO JORDÃO S/A CURITIBA
1156074/14	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO PARANA
87121-1/14	INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ
90287-7/14	INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ
112970-5/14	PARANAPREVIDÊNCIA
111007-9/14	PARANAPREVIDÊNCIA
83781-8/14	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Fonte: Sistema de Trâmite

Ressalte-se que alguns processos ainda pendem de decisão definitiva deste Tribunal.

IX – RESSALVAS, DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DOS PARECERES PRÉVIOS DAS CONTAS DO GOVERNO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.

Em atendimento ao art. 352 do Regimento Interno deste Tribunal esta Diretoria de Contas Estaduais aponta em suas instruções de prestações de contas as recomendações, as determinações legais e as ressalvas que tenham constado de julgamento de processos anteriores.

Embora o Tribunal de Contas não julgue as contas do Poder Executivo Estadual, nos Pareceres Prévios aprovados pelo Tribunal Pleno constam ressalvas, determinações e recomendações aos diversos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado.

Para verificar o atendimento das ressalvas, determinações e recomendações exaradas no Acórdão de Parecer Prévio nº 314/14, relativo à prestação de contas do Poder Executivo do exercício de 2013, a Coordenadoria Geral do Estado elaborou o Relatório de Medidas Saneadoras, que se encontra juntado à peça 52 do presente processo.

A tabela a seguir traça um paralelo entre as ressalvas, determinações e recomendações do Acórdão de Parecer Prévio nº 314/14 e as informações trazidas ao processo pela Controladoria Geral do Estado e ainda a situação atual das ações implementadas para atender ao Acórdão de Parecer Prévio nº 306/13.

1. RESSALVAS

ACÓRDÃO Nº 314/14	SITUAÇÃO EM 2014	✓
1. Equívoco na formalização do Balanço Orçamentário, retificado no curso do processo	Peça 52 – fls. 16-17 A SEFA salientou que serão estudadas possíveis alterações no Balanço Orçamentário a fim de que seja atendida a legislação vigente, de conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	Não atendido

ACÓRDÃO Nº 314/14	SITUAÇÃO EM 2014	✓
2. Não elaboração do Demonstrativo de Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita	Peça 52 - fl. 17 Por parte da SEFA, não houve considerações para este quesito em específico. Peça 87 do Processo n. 31180-1/14 – fl. 5 Justificativas apresentadas: Apesar de não elaborarem nenhum relatório sintético, conforme os ditames contidos na Portaria nº 637/2012-STN, todos os processos que têm como objeto a concessão de benefícios fiscais sofrem análise de impacto orçamentário e financeiro, conforme determina o art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Aduz que é objetivo da Inspetoria Geral de Fiscalização – IGF disponibilizar estas informações, pois o Estado vem efetuando investimentos na área de Tecnologia de Informação, que propiciará condições para o desenvolvimento de rotinas e regras para o tratamento mais adequado de trabalhos desta natureza. Esta DCE, na Instrução n. 105/14, não acatou as justificativas, pois a Lei de Responsabilidade Fiscal, que exige tal demonstrativo, encontra-se em vigência desde o ano de 2000. No exercício de 2014 permanece a omissão, ou seja, o Estado continua descumprindo o estabelecido no artigo 14 da LRF.	Não atendido
3. Estorno de empenhos já liquidados	Peça 52 – fl. 17 A SEFA respondeu que é importante o cancelamento desses empenhos para que não permaneçam os registros contábeis de fatos inexistentes. Colocou que tem instaurado procedimentos próprios e específicos, os quais autorizaram o cancelamento de todos os empenhos relativos ao exercício de 2012 e anteriores não liquidados até a presente data, com exceção dos empenhos com elemento de despesa para contribuições, auxílios, subvenções sociais e também os empenhos com fonte de recurso de convênios federais; todos os empenhos liquidados em favor dos fundos previdenciários cujos valores, em razão de inadimplemento do Estado, tenham sido inscritos em dívida fundada; os saldos de empenhos liquidados, relativos aos exercícios de 2013 e anteriores, referentes à espécie de pessoal, exceto do elemento para ressarcimento de pessoal. Peça 87 do Processo n. 31180-1/14 – fls. 9-10 Com relação aos empenhos liquidados, esta DCE, na Instrução n. 105/14 salientou que, por representar compromisso de pagamento assumido pela administração pública, não poderão ser cancelados, salvo se for cancelada também a obrigação correspondente junto ao credor, ou seja, não houver mais a dívida por devolução de materiais ou outros motivos semelhantes. Nos casos em que, mesmo estornando os empenhos liquidados, permanece a obrigação, o reempenhamento da despesa no exercício seguinte, visando não causar prejuízo para o	Não atendido

ACÓRDÃO Nº 314/14	SITUAÇÃO EM 2014	✓
	fornecedor, configura alternativa técnica e legal inviável, pois compromete o orçamento seguinte, onerando parcela que se destinaria às despesas previstas para o exercício anterior, além de comprometer a fidelidade das peças contábeis, visto que as parcelas canceladas foram excluídas dos resultados orçamentário, financeiro e patrimonial, ferindo o princípio da evidenciação contábil.	
4. Divergência entre o Resultado Orçamentário apresentado e o apurado pela Unidade Técnica	Peça 52 – fls. 17-18 O Estado reconheceu o equívoco no resultado do Balanço Orçamentário referente às Transferências Orçamentárias concedidas da Administração Direta e Indireta. Ressaltou que as causas desse apontamento são as mesmas que deram origem ao apontamento referente à formalização do Balanço Orçamentário. No exercício de 2014, a divergência ocorreu novamente.	Não atendido
5. Insuficiência de caixa no valor de R$ 679 milhões (disponibilidade financeira)	Peça 52 – fl. 18 A SEFA ponderou tal insuficiência alegando que vários empenhos inscritos em restos a pagar não se constituirão efetivamente em obrigação de pagamento para o Estado, o que significaria uma redução significativa deste montante. Além disso, ressaltou que esse resultado derivou da permanência de empenhos não processados no SIAF e que poderiam ter sido estornados. Peça 87 do Processo n. 31180-1/14 – fl. 22 Na Instrução n. 105/14, esta DCE concluiu que o Estado deveria ter promovido os cancelamentos de Restos a Pagar não processados por falta de disponibilidade de caixa até a data de fechamento de seus Balanços, ou seja, 31/12/2013, e não no exercício de 2014. No exercício de 2014, houve insuficiência de caixa.	Não atendido
6. Deficiência do sistema de controle de emissão dos pedidos de autorização para divulgação e veiculação (publicidade legal e institucional)	Peça 52 – fl. 7 Quanto à publicidade institucional, a Secretaria de Estado da Comunicação Social – SECS alegou que diversos Órgãos da Administração Pública realizaram empenhos no SIAF com códigos de despesa equivocados, gerando uma diferença de valores. Os montantes informados pela SECS com despesa de publicidade institucional são aqueles constantes no Pedido de Autorização para Divulgação e Veiculação – PADV autorizados no exercício. Quanto à publicidade legal, a SECS informou que a diferença do valor empenhado com o constante das autorizações do PADV, ocorreu devido à Resolução Conjunta 01/2013, que incluiu as despesas com correio no mesmo elemento de despesa da publicidade legal. Essa Resolução fez com que houvesse a liberação de informação do número do PADV para realizar o empenho, já que as despesas com correio não precisam de autorização da SECS.	✓

ACÓRDÃO Nº 314/14	SITUAÇÃO EM 2014	✓
	Com a Resolução Conjunta 2/2014 houve a segregação das despesas com correio e de publicidade legal, possibilitando novamente o controle efetivo através do número do PADV, informado obrigatoriamente na ferramenta de tecnologia utilizada. Os valores empenhados como despesas de correio até a edição da Resolução 2/2014 não foram reclassificados, resultando assim na diferença do valor empenhado em relação ao PADV. Peça 87 do Processo n. 31180-1/14 – fl. 15 Na Instrução n. 105/14, esta DCE esclareceu que, a diferença apurada de R$ 29,6 milhões foi explicada devido à classificação incorreta no subelemento 39.39, pois a Resolução Conjunta nº 01 de 17/01/2013 incluiu indevidamente as despesas de correios neste subelemento, tendo sido corrigida somente em março quando da edição da Resolução Conjunta nº 02/2013. Entretanto, algumas Entidades não efetuaram a devida reclassificação para o subelemento correto, gerando esta distorção no índice. Embora o Estado apresente explicação de que as maiores distorções ocorreram no DETRAN e nas Universidades, em que o SIA013 demonstra que as despesas com PADVs somaram R$ 1.453.530,71 e R$ 3.256.001,93, respectivamente, e os valores empenhados foram de R$ 8.977.642,39 e R$ 4.006.501,85, não há comprovação de que as diferenças ocorreram de fato em despesas com correios.	
7. Não atendimento do percentual mínimo em Ciência e Tecnologia.	Peça 52 – fl. 11 Com relação à ressalva referente ao exercício de 2013, não houve resposta por parte da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior-SETI. Peça 52 – fl. 18 A SEFA apenas apresentou exemplos de outras Unidades da Federação que também utilizam a alíquota de 2% e não lograram êxito no cumprimento deste investimento mínimo. Citou que algumas Unidades reduziram a alíquota de investimento em ciência e tecnologia tendo em vista a dificuldade de cumprimento deste percentual. Destacou que a Pasta tem estudos em andamento para buscar alternativas para a questão. Peça 87 do Processo n. 31180-1/14 – fl.35 Na Instrução n. 105/14, esta DCE entendeu que é possível acatar as justificativas, porém elas não modificam os cálculos apresentados na Instrução nº 49/2014-DCE (Título VII, item 1.3), quando foi apurado que o Estado aplicou em Ciência e Tecnologia o equivalente a 1,62% da receita tributária, não cumprindo o mandamento constitucional. No exercício de 2014, o índice destinado para o fomento da pesquisa científica e tecnológica não foi atingido.	Não Atendido

ACÓRDÃO Nº 314/14	SITUAÇÃO EM 2014	✓
8. Resultado Primário Deficitário.	Peça 52 – fl. 18 A SEFA considerou tal quesito e apontou a adequação da metodologia de cálculo do Resultado Primário de acordo com o Manual dos Demonstrativos Fiscais, 5ª edição. No exercício de 2014, o Resultado Primário foi Deficitário.	Não Atendido
9. Não instituição da contribuição previdenciária dos inativos e pensionistas sobre a parcela que excede o teto de benefícios do Regime Geral.	Peça 52 – fl. 19 A SEFA considerou que a instituição da contribuição previdenciária representaria uma arrecadação anual adicional para o Estado de aproximadamente R$ 215 milhões. Entende que a instituição da referida cobrança é fundamental para o equilíbrio financeiro do Estado. Esta DCE ressalta a edição da Lei Estadual n. 18.370/2014 e do Decreto Estadual n. 578/15, Aquela institui a contribuição previdenciária para os aposentados e pensionistas do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná. Esse regulamenta a Lei nº 18.370/2014, que dispõe sobre a instituição de contribuição previdenciária para aposentados, militares da reserva ou reformados e pensionistas do Regime Próprio da Previdência Social do Estado do Paraná - RPPS, e dá outras providências. A contribuição previdenciária será exigida após decorridos noventa dias da data de publicação da referida Lei.	✓
10. Existência de fundos especiais inativos.	Peça 52 – fl. 13 A Secretaria de Estado do Planejamento e da Coordenação Geral –SEPL informou que, por meio de uma Resolução Conjunta, um Grupo de Trabalho, visando desenvolver estudos sobre a atual situação dos Fundos existentes no âmbito do Poder Executivo Estadual, concluiu que houve a transformação de alguns fundos mediante projeto de lei para atividade orçamentária. Contudo, esta proposta foi arquivada e desconsiderada após criação da Conta Única, a qual resolveu o problema de repasse dos recursos antecipadamente. Peça 52 – fl. 19 Por parte da SEFA, não houve qualquer consideração relacionada a este quesito. Peça 52 – fl. 24 A Casa Civil abordou que a determinação de extinção dos fundos especiais inoperantes compete à SEFA.	Não atendido
11. Inobservância do Art. 13 do Decreto 8354/13 (depósito nas subcontas dos Fundos Especiais).	Peça 52 – fl. 19 Por parte da SEFA, não houve qualquer consideração relacionada a este quesito. Peça 87 do Processo n. 31180-1/14 – fls. 16-17 Na Instrução n. 105/14, esta DCE verificou que o Estado encaminhou somente um demonstrativo apresentando as entradas e saídas de recursos das subcontas que compõem o Sistema de Gestão Integrado dos Recursos Financeiros do Estado do	Não

ACÓRDÃO Nº 314/14	SITUAÇÃO EM 2014	✓
	Paraná – SIGERFI, sem apresentar os devidos comprovantes que deem suporte aos valores informados (extratos bancários, relatórios gerenciais ou equivalentes). Esse demonstrativo não contempla todas as Entidades integrantes do SIGERFI, conforme Decreto nº 8.354/2013. Dos Fundos Especiais que possuem fonte vinculada de arrecadação constantes na Tabela 48 da Instrução nº 49/2014-DCE, apenas o Fundo Especial de Segurança Pública – FUNESP tem os recursos da sua fonte vinculada (fonte 113) "depositados" em subconta no SIGERFI, apesar dos demais Fundos também serem integrantes deste sistema. A alegação trazida na Prestação de Contas do Governo Estadual, relativa ao exercício de 2012 (item 2.8.2, Título III da Instrução nº 49/2014-DCE) de que, com a institucionalização do SIGERFI o pleito deste Tribunal quanto aos repasses parciais dos recursos vinculados aos Fundos Especiais encontrava-se atendido, não pode ser aceita.	atendido
12. Não atendimento do percentual mínimo em ações e serviços de saúde.	Peça 52 – fl. 19 A Divisão de Contabilidade Geral–DICON, da SEFA, lembrou que, em consequência do não atendimento do percentual mínimo, a União impôs condição dos valores das Transferências Constitucionais do Fundo de Participação dos Estados no limite de 1,92%, informado ao SIOPS o índice de 10,08% anteriormente à aprovação das contas anuais de 2013. Ressaltou que estão sendo tomadas as devidas providências com relação às determinações, ressalvas e recomendações e salientou que no decorrer do exercício seriam agilizados os procedimentos decorrentes das ações individuais ou em conjunto com os setores da SEFA e Coordenação da Receita do Estado no sentido de atender tudo o que foi solicitado. No exercício de 2014 foi observada a aplicação mínima em saúde.	✓
13. Incompatibilidade entre a excepcionalidade das contratações pelo regime especial e o seu emprego excessivo.	Peça 52 – fl. 26 A SEAP ressaltou que as contratações pelo Regime Especial–CRES são realizadas pela Secretaria de Estado de Educação-SEED, Universidades Estaduais, pela Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social-SEDS, Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos-SEJU, Secretaria de Estado da Segurança Pública-SESP e Secretaria de Trabalho, Emprego e Economia Solidária-SETS. Lembrou que, com exceção da SEED, todas as contratações sob este regime são feitas na exata medida das vagas em aberto e, na medida que ingressam servidores por concurso público, há o respectivo encerramento do contrato sob regime especial. Informou que os protocolos de autorização da SEED tramitaram via SEAP apenas após	✓

ACÓRDÃO Nº 314/14	SITUAÇÃO EM 2014	✓
	autorização governamental. Anexou em sua resposta cópias de ofícios que solicitaram à SEED a regularização dos contratos temporários para o exercício de 2013.	
14. Baixa efetividade da arrecadação de créditos inscritos em Dívida Ativa e seu baixo índice de recuperação	Peça 52 – fls. 5-6 A Procuradoria-Geral do Estado – PGE informou que, por meio da Resolução 187/2013-PGE, foi implantado projeto piloto de protesto extrajudicial por falta de pagamento de certidões de dívida ativa do Estado, visando verificar os resultados do protesto, que se mostrou mais eficiente que a cobrança judicial, atingindo 76,05% do valor arrecadado de dezembro de 2013 a agosto de 2014 advêm de valores protestados. Foi firmado convênio com a Secretaria da Receita Federal do Brasil visando intercâmbio de informações cadastrais propiciando a localização dos contribuintes de forma mais célere, já que esta informação é imprescindível para o andamento das ações de execução fiscal. A Procuradoria participou do Programa de Conciliação Judicial promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, notificando os devedores com débitos ajuizados para comparecerem em audiência para regularização fiscal através de parcelamento especial. O montante, produto da Semana de Conciliação realizada em dezembro de 2013, foi de R$ 332,4 milhões. Peça 52 – fl. 20 Por parte da SEFA, não houve qualquer consideração relacionada a este quesito. No exercício de 2014, o índice de recuperação foi de 3,24%.	Não Atendido
15. Elevado índice de cancelamento de créditos por prescrição	Peça 52 – fl. 6 A PGE justificou que criou rotinas de controle dentro do Sistema de Processos Judiciais – SIPRO que emitem relatórios informando a expiração do prazo do pedido de suspensão da execução fiscal, tanto por parcelamento como por ausência de localização dos bens do devedor. Esse controle possibilita o prosseguimento imediato e devido das execuções fiscais suspensas evitando a prescrição das mesmas. Peça 52 – fl. 20 Por parte da SEFA, não houve qualquer consideração relacionada a este quesito. Peça 87 do Processo n. 31180-1/14 – fl. 26 Esta DCE, na Instrução n. 105/14, esclarece que o índice apresentado ainda é significativo e não ficou demonstrada a qualidade de incobráveis e as informações a respeito das situações que resultaram em prejuízo ao Estado pela perda de buscar os créditos inscritos em dívida ativa. Ademais, não restaram evidenciados os motivos da prescrição, isto é, não se preocuparam com a identificação das situações que resultaram nos créditos prescritos.	Não Atendido

ACÓRDÃO Nº 314/14	SITUAÇÃO EM 2014	✓
	Assim, as alegações são insuficientes para afastar o fato de terem ocorrido baixas por prescrição na Dívida Ativa no total de 10,44% dos cancelamentos. No exercício de 2014 as baixas por prescrição representaram 20,44% dos cancelamentos.	
ACÓRDÃO Nº 306/13	**SITUAÇÃO EM 2014**	✓
1. Omissão em apresentar o relatório de impacto econômico-financeiro e ações para compensação das perdas, conforme disposto pelo Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.	Peça 52 – fls. 15-16 Por parte da SEFA, não houve qualquer comentário ou consideração com relação a esta ressalva relativa ao exercício de 2012. Peça 87 do Processo n. 31180-1/14 – fl. 5 Justificativas apresentadas: Apesar de não elaborarem nenhum relatório sintético, conforme os ditames contidos na Portaria nº 637/2012-STN, todos os processos que têm como objeto a concessão de benefícios fiscais sofrem análise de impacto orçamentário e financeiro, conforme determina o art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Aduz que é objetivo da Inspetoria Geral de Fiscalização – IGF disponibilizar estas informações, pois o Estado vem efetuando investimentos na área de Tecnologia de Informação, que propiciará condições para o desenvolvimento de rotinas e regras para o tratamento mais adequado de trabalhos desta natureza. Esta DCE, na Instrução n. 105/14, não acatou as justificativas, pois a Lei de Responsabilidade Fiscal, que exige tal demonstrativo, encontra-se em vigência desde o ano de 2000. No exercício de 2014 permanece a omissão, ou seja, o Estado continua descumprindo o estabelecido no artigo 14 da LRF.	Não atendido
5. Ausência de registro contábil dos juros de mora em precatórios	Peça 52 – fls. 15-16 Por parte da SEFA, não houve qualquer comentário ou consideração com relação a esta ressalva relativa ao exercício de 2012. Peça 87 do Processo n. 31180-1/14 – fl. 29 Na Instrução n. 105/14, esta DCE, acerca da ausência de registro contábil dos juros de mora relativos aos precatórios fixados nas sentenças, na contabilidade do Estado, contrariando os Princípios Fundamentais de Contabilidade, especialmente o da Oportunidade e da Evidenciação Contábil, apontou que as justificativas apresentadas exculpam eventual responsabilização administrativa do Gestor para o exercício de 2013, merecendo serem acatadas.	✓
6. Inobservância do mandamento constitucional – aplicação mínima em saúde	Peça 52 – fls. 15-16 Por parte da SEFA, não houve qualquer comentário ou consideração com relação a esta ressalva relativa ao exercício de 2012.	Não atendido
7. Descumprimento da meta de resultado primário estabelecida na LDO	Peça 52 – fls. 15-16 Por parte da SEFA, não houve qualquer comentário ou consideração com relação a esta ressalva	Não atendido

	relativa ao exercício de 2012. Em 2014 houve descumprimento da meta.	

ACÓRDÃO Nº 290/12	SITUAÇÃO EM 2014	✓
9. Falta de aplicação de 2% da receita tributária em despesas com ciência e tecnologia, deixando de investir no exercício de 2011 o montante de R$ 59 milhões	Peça 52 – fl. 10 A SETI informou que envida todos os esforços para que o Governo do Estado efetue a aplicação de 2% da receita tributária em despesas de ciência e tecnologia; porém, há dependência das liberações orçamentárias e financeiras por parte da SEFA. Informou também que em 2012 tal índice foi atingido. Acerca da recomposição dos valores que foram deixados de investir em 2011, informou, apresentando diversos documentos, que em 2012 tal meta foi cumprida. Peça 87 do Processo n. 31180-1/14 – fl.35 Na Instrução n. 105/14, esta DCE entendeu que é possível acatar as justificativas, porém elas não modificam os cálculos apresentados na Instrução nº 49/2014-DCE (Título VII, item 1.3), quando foi apurado que o Estado aplicou em Ciência e Tecnologia o equivalente a 1,62% da receita tributária, não cumprindo o mandamento constitucional. No exercício de 2014, o índice destinado para o fomento da pesquisa científica e tecnológica não foi atingido.	Não atendido

2. DETERMINAÇÕES

ACÓRDÃO Nº 314/14	SITUAÇÃO EM 2014	✓
1. Solicitar aos serviços sociais autônomos dependentes, nos próximos exercícios, os dados da execução orçamentária e financeira, procedendo, consequentemente, à consolidação dos demonstrativos da Gestão Fiscal, especialmente das despesas com pessoal.	Peça 52 - fl. 20. A Divisão de Contabilidade respondeu que a SEFA está diligenciando junto aos serviços sociais autônomos dependentes para levantar os dados referentes às despesas com pessoal. Ressalta, que o Demonstrativo das Despesas com Pessoal referente ao 3º quadrimestre seria publicado consolidando os dados dessas entidades. Peça 87 do Processo n. 31180-1/14 – fls. 18/20 Na Instrução n. 105/14, esta DCE ressaltou que o Poder Executivo Estadual incluiu no seu Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2013, publicado em 30/01/2014, os gastos com pessoal da APD, atendendo à determinação do Acórdão n. 5336/13. No exercício de 2014, houve divergência de valores no 3º Quadrimestre.	Não atendido

ACÓRDÃO Nº 314/14	SITUAÇÃO EM 2014	✓
2. Regularizar a não instituição da contribuição previdenciária dos inativos e pensionistas sobre a parcela que excede o teto de benefícios do Regime Geral.	Peça 52 – fl. 20 A SEFA considerou que a instituição da contribuição previdenciária, em questão, representaria uma arrecadação anual adicional para o Estado de aproximadamente R$ 215 milhões. Sendo assim, a Pasta entende que a instituição da referida cobrança é fundamental para o equilíbrio financeiro do Estado. Esta DCE ressalta a edição da Lei Estadual n. 18.370/2014 e do Decreto Estadual n. 578/15, Aquela institui a contribuição previdenciária para os aposentados e pensionistas do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná. Esse regulamenta a Lei nº 18.370/2014, que dispõe sobre a instituição de contribuição previdenciária para aposentados, militares da reserva ou reformados e pensionistas do Regime Próprio da Previdência Social do Estado do Paraná - RPPS, e dá outras providências. A contribuição previdenciária será exigida após decorridos noventa dias da data de publicação da referida Lei.	✓
3. Extinguir os fundos especiais inoperantes que ainda subsistem.	Peça 52 – fl. 13 A SEPL respondeu que, por meio de uma Resolução Conjunta, um Grupo de Trabalho visando desenvolver estudos sobre a atual situação dos Fundos existentes no âmbito do Poder Executivo Estadual, concluindo que houve a transformação de alguns fundos, mediante projeto de lei, para atividade orçamentária. Contudo, esta proposta foi arquivada e desconsiderada após criação da Conta Única, a qual resolveu o problema de repasse dos recursos antecipadamente. Peça 52 – fl. 19 Por parte da SEFA, não houve qualquer consideração relacionada a este quesito. Peça 52 – fl. 24 A Casa Civil abordou que a determinação de extinção dos fundos especiais inoperantes compete à SEFA.	Não atendido
4. Criar as subcontas respectivas e implantar os demais mecanismos previstos na Lei nº 17.579/13 e no Decreto 8354/13.	Peça 52 – fl. 21 Por parte da SEFA, não houve qualquer consideração ou justificativa relacionada a essa determinação. Peça 87 do Processo n. 31180-1/14 – fls. 16-17 Na Instrução n. 105/14, esta DCE verificou que o Estado encaminhou somente um demonstrativo apresentando as entradas e saídas de recursos das subcontas que compõem o Sistema de Gestão Integrado dos Recursos Financeiros do Estado do Paraná – SIGERFI, sem apresentar os devidos comprovantes que deem suporte aos valores informados (extratos bancários, relatórios gerenciais ou equivalentes). Esse demonstrativo não contempla todas as Entidades integrantes do SIGERFI, conforme Decreto nº 8.354/2013.	Não atendido

ACÓRDÃO Nº 314/14	SITUAÇÃO EM 2014	✓
	Dos Fundos Especiais que possuem fonte vinculada de arrecadação constantes na Tabela 48 da Instrução nº 49/2014-DCE, apenas o Fundo Especial de Segurança Pública – FUNESP tem os recursos da sua fonte vinculada (fonte 113) "depositados" em subconta no SIGERFI, apesar dos demais Fundos também serem integrantes deste sistema. A alegação trazida na Prestação de Contas do Governo Estadual, relativa ao exercício de 2012 (item 2.8.2, Título III da Instrução nº 49/2014-DCE) de que, com a institucionalização do SIGERFI o pleito deste Tribunal quanto aos repasses parciais dos recursos vinculados aos Fundos Especiais encontrava-se atendido, não pode ser aceita.	

ACÓRDÃO Nº 306/13	SITUAÇÃO EM 2014	✓
2. Adequação do sistema de repasses financeiros aos fundos especiais de forma que esses reflitam efetivamente as previsões na Lei Orçamentária anual.	Peça 52 – fl. 16 Não houve comentários, considerações ou justificativas com relação a essa determinação do exercício de 2012. Mantido o apontamento do exercício de 2013, pois não foi comprovada a efetiva implementação dos controles individuais dos recursos dos Fundos Especiais que possuem fontes vinculadas nas subcontas próprias de cada órgão, entidade, fundo, contrato e convênio, com a apresentação dos devidos comprovantes que deem suporte aos valores informados (extratos bancários, relatórios gerenciais ou equivalentes).	Não atendido
5. Efetivação do registro contábil dos juros de mora em precatórios.	Peça 52 – fl. 16 Por parte da SEFA, não houve comentários, considerações ou justificativas com relação às determinações, especificamente do exercício de 2012. Peça 87 do Processo n. 31180-1/14 – fl. 29 Na Instrução n. 105/14, esta DCE, acerca da ausência de registro contábil dos juros de mora relativos aos precatórios fixados nas sentenças, na contabilidade do Estado, contrariando os Princípios Fundamentais de Contabilidade, especialmente o da Oportunidade e da Evidenciação Contábil, apontou que as justificativas apresentadas exculpam eventual responsabilização administrativa do Gestor para o exercício de 2013, merecendo serem acatadas.	Não atendido
6. Ao Governo do Estado, no concernente à área de Ciência e Tecnologia: c. Cumprir o comando constitucional vazado no Art. 205, *caput*, da Constituição do Estado do Paraná, realizando os repasses para o "fomento da pesquisa científica e tecnológica" mensalmente, em duodécimos da arrecadação tributária.	Peça 52 – fl. 11 A SETI informou que em 2012 tal índice foi atingido, porém não esclareceu a forma de realização dos repasses. Peça 52 – fl. 16 Por parte da SEFA, não houve comentários, considerações ou justificativas com relação a essa determinação do exercício de 2012. No exercício de 2014, o índice não foi atingido e, por consequência, o modo de repasse também não foi cumprido nos termos da Constituição Estadual.	Não atendido

ACÓRDÃO Nº 306/13	SITUAÇÃO EM 2014	✓
7. Ao Governo do Estado, em relação às ações e serviços públicos de saúde: a. Efetuar a aplicação, no exercício de 2013, dos R$ 596 milhões que deixou de aplicar no exercício de 2011. b. Efetuar a aplicação, no exercício de 2013, dos R$ 533,5 milhões que deixou de aplicar no exercício de 2012.	Peça 52 – fl. 16 Por parte da SEFA, não houve comentários, considerações ou justificativas com relação a essa determinação do exercício de 2012. O Acórdão n. 7315/14, que julgou os Embargos de declaração opostos contra o Acórdão de Parecer Prévio n. 306/13, entendeu que as determinações referentes ao cumprimento do percentual mínimo em gastos em saúde não são contraditórias, devendo ser levada em consideração que as obrigações decorrentes da Constituição Federal e legislação correlata são cogentes e vinculam o Administrador para tanto. Dessa forma, o Estado do Paraná deverá planejar as ações cabíveis e aplicar os recursos faltantes nos exercícios subsequentes, especialmente o do ano de 2013. No exercício de 2013, consoante Instrução n. 105/14-DCE (peça 87 do Processo n. 31180-1/14), o índice constitucional não foi cumprido. No exercício de 2014, houve o cumprimento do índice constitucional em relação às ações e serviços públicos de saúde.	Não atendido

ACÓRDÃO Nº 290/12	SITUAÇÃO EM 2014	✓
11. Que o Governo do Estado em conjunto com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, aprimore os mecanismos de gestão e controle da contabilização dos juros de mora incidentes sobre as dívidas com precatórios, bem como o sistema de baixas contábeis em razão dos pagamentos realizados pelo Poder Judiciário e, que não estão sendo registrado tempestivamente na contabilidade, o que implica em não refletir a real situação do Estado dessa espécie de dívida em seu balanço.	Peça 52 – fls. 14-15 A SEFA explicou que sua Comissão de Análise e Controle de Pagamentos Judiciais encaminhou à Central de Precatórios do Tribunal de Justiça ofício solicitando as informações necessárias à regularização do registro contábil, salientando que ambos os Órgãos têm mantido diálogo constante para solucionar a questão. Peça 87 do Processo n. 31180-1/14 – fl. 29/30 Na Instrução n. 105/14, esta DCE, acerca da ausência de registro contábil dos juros de mora relativos aos precatórios fixados nas sentenças, na contabilidade do Estado, contrariando os Princípios Fundamentais de Contabilidade, especialmente o da Oportunidade e da Evidenciação Contábil, apontou que as justificativas apresentadas exculpam eventual responsabilização administrativa do Gestor para o exercício de 2013, merecendo serem acatadas. Relativamente à listagem dos precatórios baixados, imprescindível esta Corte de Contas tornar oportuno o ensejo e recomendar ao Estado que solicite ao TJ listagem com a relação dos precatórios judiciais baixados (pagos e/ou cancelados), que tiveram sua extinção dos processos ou declare que não houve pagamentos.	Não atendido
12. Que o Governo do Estado imprima maior efetividade na gestão da dívida pública (redução), tendo em vista o crescimento de 4,36% em relação ao exercício de 2010.	Peça 52 – fl. 15 Com relação à determinação de que o Governo do Estado imprima maior efetividade na gestão da dívida pública (redução), tendo em vista o crescimento de 4,36% em relação ao exercício de 2010, não houve resposta específica por parte da SEFA.	Não atendido

ACÓRDÃO Nº 290/12	SITUAÇÃO EM 2014	✓
13. Que o Governo do Estado: a) efetue a aplicação de 2% da receita tributária em despesas com ciência e tecnologia, passando a adotar-se como critério de aplicação o conceito de despesa liquidada e não mais de despesa empenhada; b) recomponha até o final do exercício de 2012 os valores que deixou de investir em 2011 (R$ 59 milhões).	Peça 52 V.e – fl. 10 Com relação ao exercício de 2011, a SETI informou que envida todos os esforços para que o Governo do Estado efetue a aplicação de 2% da receita tributária em despesas de ciência e tecnologia; porém, há dependência das liberações orçamentárias e financeiras por parte da SEFA. Informou também que em 2012 tal índice foi atingido. Acerca da recomposição dos valores que foram deixados de investir em 2011, informou, apresentando diversos documentos, que em 2012 tal meta foi cumprida. Peça 52 – fl. 14 A SEFA apresentou exemplos de outras Unidades da Federação que também utilizam a alíquota de 2% e não lograram êxito no cumprimento deste investimento mínimo. Citou também que algumas Unidades reduziram a alíquota de investimento em ciência e tecnologia tendo em vista a dificuldade de cumprimento deste percentual. Destacou que a Pasta tem estudo sem andamento para buscar alternativas para esta questão. No exercício de 2014, o índice destinado para o fomento da pesquisa científica e tecnológica não foi atingido.	Não atendido
14. Que o Governo do Estado: a) promova dentro do prazo de 180 dias, o encaminhamento ao Poder Legislativo de projeto de lei, regulamentando a criação e número de cargos em comissão no Estado do Paraná; b) promova, até o final de 2012, a implantação de plano estratégico, evitando a perda de qualidade no serviço público, diante do significativo número de aposentadorias a ocorrer nos próximos 02 anos.	Peça 52 – fl. 12 A SEPL respondeu à determinação a) indicando que, ao longo dos anos, o Governo do Estado pautava-se na Lei 8.485/87, a qual estabelecia a estrutura organizacional básica para as Secretarias de Estado. Afirma, ainda, que, ao final de 2013, o Governo do Estado, após diversos estudos e levando em conta o inciso V do artigo 37 da Constituição Federal sancionou a Lei 17.744/2013, que extinguiu cargos em comissão e instituiu a chamada Função de Gestão Pública. Nesta esteira foi publicado o Decreto 9.883/2014 e suas alterações posteriores, que declararam quais seriam as funções a serem exercidas unicamente por servidor efetivo, sob a denominação de Função de Gestão Pública. Considerando isso, o Governo do Estado estabeleceu um marco no processo de valorização dos servidores públicos efetivos e limitou o exercício destas funções por pessoas que não estão vinculadas à Administração. Peça 52 – fl. 25 Com relação à implantação de plano estratégico evitando a perda de qualidade no serviço público (b), a SEAP respondeu informando que em razão dos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e a situação das despesas com pessoal atingir o limite prudencial, as contratações no período limitaram-se às áreas excepcionadas pela Lei LRF (Saúde, Educação e Segurança). Ademais, ressaltou planos que permitiriam mapear os postos de trabalho dos órgãos da administração direta e indireta, estabelecendo parâmetros e indicadores que permitiram uma melhor gestão da área.	Não atendido

ACÓRDÃO Nº 290/12	SITUAÇÃO EM 2014	✓
15. Que o Governo do Estado: c) que repasse integralmente os recursos pertencentes aos fundos e registrados nas contas vinculadas; f) efetue o repasse imediato e integral dos recursos previstos na Lei nº 12.020/1998 ao Fundo Paraná, dado o risco de atraso tecnológico a que está submetido o Paraná com aplicações inferiores ao mínimo previsto legalmente.	Peça 52 – fl. 15 Essas determinações não foram respondidas e/ou justificadas especificamente pela SEFA no referido protocolo.	Não atendido
16. Que o Governo do Estado, dentro do prazo de 180 dias, proceda ao registro contábil dos bens e direitos do Estado e respectiva reavaliação para que o Balanço reflita fidedignamente sua posição patrimonial e financeira e atenda plenamente aos princípios fundamentais de contabilidade.	Peça 52 – fl. 15 Essa determinação não foi respondida e/ou justificada especificamente pela SEFA no referido protocolo.	Não atendido

3. RECOMENDAÇÕES

ACÓRDÃO Nº 314/14	SITUAÇÃO EM 2014	✓
1. Demonstrar, nas próximas Prestações de Contas, que os remanejamentos (alterações orçamentárias) encontram amparo legal.	Peça 52 – fl. 21 Por parte da SEFA, não houve qualquer consideração ou justificativa relacionada a essa determinação.	Não atendido
2. Regularizar o registro contábil faltante, mediante solicitação ao Tribunal de Justiça de uma listagem dos Precatórios pagos/cancelados e/ou uma declaração dos pendentes, sem prejuízo de que a Inspetoria de Controle Externo, responsável pela fiscalização do Tribunal de Justiça, adote as providências pertinentes para garantir que a solicitação do Governo seja atendida.	Peça 52 – fl. 21 A SEFA informou que a Comissão de Análise e Controle de Pagamentos Judiciais da Pasta encaminhou à Central de Precatórios do Tribunal de Justiça ofício solicitando as informações necessárias à regularização do registro contábil. Além disso, informou que mantém diálogo constante com o TJ/PR a fim de solucionar a questão.	Não atendido

ACÓRDÃO Nº 314/14	SITUAÇÃO EM 2014	✓
3. Implementar, de maneira uniforme, na estrutura administrativa do Estado, mecanismos informatizados de controle e processamento da folha de pagamento, bem como criar processos de verificação do correto uso dos respectivos sistemas.	Peça 52 – fl. 26 A SEAP ressaltou que as contratações pelo Regime Especial–CRES são realizadas pela Secretaria de Estado de Educação-SEED, Universidades Estaduais, pela Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social-SEDS, Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos-SEJU, Secretaria de Estado da Segurança Pública-SESP e Secretaria de Trabalho, Emprego e Economia Solidária-SETS. Lembrou que, com exceção da SEED, todas as contratações sob este regime são feitas na exata medida das vagas em aberto e, na medida que ingressam servidores por concurso público, há o respectivo encerramento do contrato sob regime especial. Informou que os protocolos de autorização da SEED tramitaram via SEAP apenas após autorização governamental. Anexou em sua resposta cópias de ofícios que solicitaram à SEED a regularização dos contratos temporários para o exercício de 2013.	Não atendido
4. Realizar amplo estudo da atual organização administrativa do Estado com o escopo de avaliar a possível extinção de órgãos/entidades que exerçam funções idênticas (duplicidade de funções).	Peça 52 – fl 13 Embora haja referência a essa recomendação, não houve qualquer consideração da SEPL na resposta encaminhada para a Controladoria Geral do Estado-CGE.	Não atendido
5. Manter os esforços na estruturação e fortalecimento da Controladoria Geral do Estado, de modo a tornar sua atuação mais efetiva e autônoma.	Peça 52 – fl. 24 A Casa Civil afirmou que enveredará tais esforços para acatar as recomendações.	Não atendido
6. Manter os esforços na implementação da Defensoria Pública, sem prejuízo de uma maior regionalização do programa.	Peça 52 – fl. 24 A Casa Civil ressaltou que a Defensoria Pública do Estado do Paraná encontra-se instituída por meio da Lei Complementar 136/11, buscando uma maior regionalização no atendimento à população, o que seria feito, conforme a legislação.	Não atendido
7. Priorizar seus esforços no ensino básico/fundamental, precipuamente no sentido de que o investimento em Ensino Superior se dê com recursos federais e, consequentemente, que as estruturas físicas, cursos e quadro de pessoal das IES estaduais não sejam ampliados com recursos estaduais.	Peça 52 – fl. 24 Por parte da Casa Civil, não houve qualquer consideração relacionada à recomendação.	Não atendido
8. Atentar para que a contabilidade dos gastos com ações e serviços de saúde se opere nas fontes corretas.	Peça 52 – fls. 21-22 A SEFA informou que foram promovidas as alterações orçamentárias, todas as despesas com ações e serviços públicos de saúde estão sendo efetuadas no exercício e na fonte correta.	✓
9. Reavaliar a distribuição dos servidores e a sua estrutura organizacional, em razão da excessiva contratação pelo regime especial, de forma a privilegiar a eficiência, a economicidade e a regra do concurso público.	Peça 52 – fl. 26 A SEAP ressaltou que as contratações pelo Regime Especial–CRES são realizadas pela Secretaria de Estado de Educação-SEED, Universidades Estaduais, pela Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social-SEDS, Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos-SEJU, Secretaria	✓

ACÓRDÃO Nº 314/14	SITUAÇÃO EM 2014	✓
	de Estado da Segurança Pública-SESP e Secretaria de Trabalho, Emprego e Economia Solidária-SETS. Lembrou que, com exceção da SEED, todas as contratações sob este regime são feitas na exata medida das vagas em aberto e, na medida que ingressam servidores por concurso público, há o respectivo encerramento do contrato sob regime especial. Informou que os protocolos de autorização da SEED tramitaram via SEAP apenas após autorização governamental. Anexou em sua resposta cópias de ofícios que solicitaram à SEED a regularização dos contratos temporários para o exercício de 2013.	
10. Aprimorar os mecanismos de recebimento das dívidas inscritas e estabelecer estratégias dirigidas à melhoria do índice de recuperação de valores inscritos em dívida ativa.	Peça 52 – fls. 5-6 A Procuradoria-Geral do Estado – PGE informou que, por meio da Resolução 187/2013-PGE, foi implantado projeto piloto de protesto extrajudicial por falta de pagamento de certidões de dívida ativa do Estado, visando verificar os resultados do protesto, que se mostrou mais eficiente que a cobrança judicial, atingindo 76,05% do valor arrecadado de dezembro de 2013 a agosto de 2014 advêm de valores protestados. Foi firmado convênio com a Secretaria da Receita Federal do Brasil visando intercâmbio de informações cadastrais propiciando a localização dos contribuintes de forma mais célere, já que esta informação é imprescindível para o andamento das ações de execução fiscal. A Procuradoria participou do Programa de Conciliação Judicial promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, notificando os devedores com débitos ajuizados para comparecerem em audiência para regularização fiscal através de parcelamento especial. O montante, produto da Semana de Conciliação realizada em dezembro de 2013, foi de R$ 332,4 milhões. Peça 52 – fl. 22 Por parte da SEFA, não houve qualquer consideração ou justificativa relacionada a essa recomendação. Peça 87 do Processo n. 31180-1/14 – fl. 25 Instrução n. 105/14-DCE: Em que pese serem medidas visando afinar a eficiência e eficácia da arrecadação dos créditos inscritos em Dívida Ativa, constata-se que são ações administrativas decorrentes da competência rotineira, que não demonstraram, ainda, sucesso na recuperação dos valores inscritos e melhora no referido índice, ou seja, as informações apresentadas ainda não geraram o efeito desejado, pois não comprovam o aumento da cobrança. O índice alcançado de 1,99%, em 2013, não reflete a importância desse potencial para o fluxo de caixa do Estado. No exercício de 2014, o índice de recuperação foi de 3,24%.	Não atendido

ACÓRDÃO Nº 306/13	SITUAÇÃO EM 2014	✓
6. Implantação de controles e indicadores aptos a avaliar os projetos e os pesquisadores, inclusive possibilitando relacionar um a outro, e impedindo o aporte de recursos a agente que não atue efetivamente em pesquisa de cunho científico e/ou tecnológico. O controle e avaliação devem estar dirigidos também à efetividade e aplicabilidade da pesquisa, voltada ao desenvolvimento socioeconômico.	Peça 52 – fl. 11 Com relação ao exercício de 2012, foi recomendada a implantação de controles de indicadores de bolsistas e bolsas, possibilitando inclusive relacionar um ao outro e impedindo o aporte de recursos ao agente que não atue efetivamente em pesquisa de cunho científico e/ou tecnológico. O controle e avaliação devem estar dirigidos também à efetividade e aplicabilidade da pesquisa, voltada ao desenvolvimento socioeconômico. A SETI afirmou, por meio do Ofício GS/SETI 899/12, que todos os projetos apoiados pelo Órgão e realizados através da Unidade Gestora do Fundo Paraná são acompanhados pelas prestações de contas dos tomadores e visitas *"in loco"* para verificação do cumprimento dos planos de trabalho. Peça 113 do Processo n. 31180-1/14 – fl. 25 Observa-se que a SETI reitera justificativa apresentada em relação à forma de destinação do valor correspondente a 2% da receita tributária, constante no item 2 da letra b) do Ofício GS/SETI 0899/13 (peça 57 do Processo n. 31180-1/14), o que não corresponde à recomendação do exercício de 2012, para implantação de controle e indicadores aptos a avaliar os projetos e pesquisadores, No caso, a alusão deveria ter sido feita aos itens 7 e 8, que tratam especificamente dos indicadores, consoante já analisou esta DCE na Informação n. 49/14 (peça 73 do Processo n. 31180-1/14 – fl. 222), considerando a recomendação não atendida.	Não atendido

ACÓRDÃO Nº 306/13	SITUAÇÃO EM 2014	✓
7. Ao Governo do Estado, em relação às obras públicas: a. A sua integração ao SIAF – Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro; b. A completa integração de dados e informações entre os órgãos executores das obras, a Casa Civil, a Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral e a Secretaria de Controle Interno do Governo Estadual; c. O controle independente das informações físicas e financeiras das obras; d. A utilização de ferramentas de geoprocessamento; e. O número adequado de estados de situação, que retratem a realidade física e contratual das obras de forma fidedigna; f. A vinculação a informações de multimídia; g. A publicidade das informações através da Internet; h. A contínua atualização, documentação de alterações e treinamento efetivo de uso da ferramenta.	Peça 52 – fl.9 Com relação às recomendações a) e b), a Secretaria de Infraestrutura e Logística–SEIL e suas vinculadas responderam que são usuárias dos sistemas corporativos desenvolvidos pela CELEPAR, inclusive o SIAF, e estão integradas também com o G-GOV, Business Intelligence-BI e SIGA-ME, mantendo a base de dados sempre atualizada. Quanto à recomendação c) e também com relação às obras rodoviárias, o Departamento de Estradas e Rodagem–DER informou que possui 32 módulos de sistema, no qual ficam registrados todos os aspectos das obras de competência do referido Departamento. Essa ferramenta está integrada a todos os sistemas corporativos, bem como aos sistemas do Tribunal de Contas. Quanto às obras de edificação, a Paraná Edificações informou que utiliza o Sistema de Controle de Obras desenvolvido também pela CELEPAR. No que diz respeito à recomendação d), especificamente com relação à ferramenta de geoprocessamento e interação, a Paraná Edificações informou que encontra-se a cargo da CELEPAR as tratativas concernentes ao desenvolvimento de Sistema de Obras Corporativo para o Estado. O processo encaminhado pela SEIL deixou de apresentar respostas ou qualquer justificativa das recomendações e), f), g) e h), detalhadas no Acordão 314/2014 e solicitadas pela Controladoria-Geral do Estado-CGE.	Atendidos os itens a), b) e c)

X – SÍNTESE DA GESTÃO

1. PRINCIPAIS RESULTADOS

A tabela a seguir busca reunir os principais resultados orçamentários, financeiros, patrimoniais e fiscais da Gestão Estadual no exercício de 2014.

Tabela 115
Principais Resultados da Gestão Estadual – 2014

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	Gestão Orçamentária			
	Adm. Direta R$ mil	Adm. Indireta R$ mil	Adm. Global R$ mil	%e R$ mil
Evolução do Orçamento				
Orçamento Final	27.150.069	11.554.534	38.704.604	4,04%
Orçamento Inicial	27.130.268	10.071.193	37.201.461	
Execução da Receita e Despesa				
Receita Arrecadada	33.790.960	1.970.729	35.761.689	92,39%
Receita Prevista	35.554.653	3.152.114	38.706.767	
Despesa Realizada	25.799.772	9.107.913	34.907.685	90,19%
Despesa Fixada Final	27.150.059	11.554.544	38.704.604	
Resultado da Execução Orçamentária				
Receita Arrecadada	33.790.960	1.970.729	35.761.689	
(-) Despesa Realizada	-25.799.772	-9.107.913	-34.907.685	854.004
(+/-) Transf. Concedida / Recebida	-6.812.297	6.812.297	0	
(=) Superávit antes dos ajustes	**1.178.891**	**-324.887**	**854.004**	
(-) Interferências Financeiras	-1.106.251	0	-1.106.251	
(-) Repasses Precatórios TJ (2% RCL) não Empenhados	-523.000	0	-523.000	
(+) Superávit Financeiro de Exercício Anterior	614.448	557.754	1.172.201	
(=) Déficit após os ajustes	**164.088**	**232.866**	**396.954**	

MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	Gestão Financeira			
	Adm. Direta R$ mil	Adm. Indireta R$ mil	Adm. Global R$ mil	Acrésc. / Decr. Disp. R$ mil
Saldo do Exercício Anterior	**2.258.867**	**1.976.741**	**4.235.609**	
(+)Receita Orçamentária	33.790.960	1.970.729	35.761.689	
(+)Transferências Financeiras Recebidas	55.643.985	10.442.555	66.086.541	
(+)Recebimentos Extra-Orçamentários	30.868.162	22.174.327	53.042.489	-1.251.450
(-) Despesa Orçamentária	-25.799.772	-9.107.913	-34.907.685	
(-)Transferências Financeiras Concedidas	-62.504.935	-3.581.606	-66.086.541	
(+)Pagamentos Extra-Orçamentários	-32.749.944	-22.398.000	-55.147.943	
Saldo para o Exercício Seguinte	**1.507.323**	**1.476.835**	**2.984.158**	

MOVIMENTAÇÃO DO PATRIMÔNIO	Gestão Patrimonial			
	Adm. Direta R$ mil	Adm. Indireta R$ mil	Adm. Global R$ mil	
Saldo Patrim.do Exercício Anterior	**-1.630.556**	**4.885.645**	**3.181.227**	
(+) Variações Patrimoniais Aumentativas	**107.452.748**	**22.193.536**	**114.692.804**	
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas	**-105.499.347**	**-22.771.207**	**-113.321.465**	
(=) Resultado Patrim. do Exercício	**1.953.401**	**-577.671**	**1.371.339**	
(+) Aporte/Redução Capital Empresas	**0**	**0**	**0**	
Saldo Patrimonial Acumulado	**322.845**	**4.307.974**	**4.552.567**	

METAS FISCAIS	Meta LDO R$ mil	Resultado Obtido R$ mil
Resultado Primário	2.339.690	-445.286
Resultado Nominal (Aumento do Estoque da Dívida)	986.004	2.758.645

Fonte: Tabela 32, Tabela 54, Tabela 55, Tabela 64, Tabela 112 e Tabela 113

Ainda, por sua relevância, destacamos os principais saldos ao final do exercício de 2014.

Tabela 116
Saldos da Dívida Ativa, Dívida Geral e Precatórios – 2014

DÍVIDA ATIVA	Saldo Anterior R$ mil	Inscr./Atual. R$ mil	Baixas R$ mil	Saldo Atual R$ mil
Dívida Ativa	16.805.201	2.330.771	-322.380	18.813.592
(-) Provisão para Perdas da Dívida Ativa	17.887.362	-	-	-17.887.362
Saldo da Dívida Ativa após Provisão Perdas	**34.692.563**	**2.330.771**	**-322.380**	**926.230**
DÍVIDA GERAL	**Saldo Anterior R$ mil**	**Inscr./Atual. R$ mil**	**Baixas R$ mil**	**Saldo Atual R$ mil**
Dívida Flutuante	5.378.241	16.229.476	-17.290.050	4.317.667
Restos a Pagar	3.090.456	2.348.733	-2.509.629	2.929.561
Outras dívidas flutuantes	2.287.785	13.880.743	-14.780.421	1.388.106
Dívida Fundada	20.038.667	2.053.286	-375.442	21.716.511
Dívida Geral do Estado	**25.416.909**	**18.282.761**	**-17.665.493**	**26.034.178**
PRECATÓRIOS	**Saldo Anterior R$ mil**	**Inscr./Atual. R$ mil**	**Baixas R$ mil**	**Saldo Atual R$ mil**
Precatórios	4.654.426	237.458	-275.260	4.616.624

Fonte: Tabela 62, Tabela 67 e Tabela 71

Além disto, apresentamos nas tabelas a seguir a verificação dos limites impostos pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e pelas Constituições Federal e Estadual ao Governo do Estado no exercício de 2014.

Tabela 117
Limites da LDO – Valores Repassados – 2013

Em R$

TÍTULO	LIMITE LEGAL	VALOR APLICADO	% EXECUÇÃO	RESULTADO
REPASSE DE RECURSOS AOS PODERES	**Lei nº 17.631/13, art. 7º**			
RECEITA TOTAL DO ESTADO (-) EXCLUSÕES LEGAIS		**18.175.120.240,92**		
PODER LEGISLATIVO	**até 5,00%**	**638.039.707,73**	**3,51%**	**Cumprido**
Assembléia Legislativa	**até 3,10%**	307.932.752,00	1,69%	**Cumprido**
Tribunal de Contas	**até 1,90%**	330.106.955,73	1,82%	**Cumprido**
PODER JUDICIÁRIO	**até 9,50%**	**1.648.957.246,00**	**9,07%**	**Cumprido**
Tribunal de Justiça		1.648.957.246,00	9,07%	**Cumprido**
MINISTÉRIO PÚBLICO	**até 4,10%**	**711.685.152,45**	**3,92%**	**Cumprido**
DEFENSORIA PÚBLICA	**até R$ 47.000.000,00**	**37.180.407,72**	**0,20%**	**Cumprido**

Fonte: Tabela 110

Tabela 118
Limites Constitucionais – Valores Aplicados – 2013

Em R$

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO PÚBLICO	CF art.212 CE art. 185 e 179 §§ 6º e 7º			
RECEITA DE IMPOSTOS (-) EXCLUSÕES LEGAIS (Base de Cálculo)		**23.172.089.875,08**		
Administração Geral	**Mínimo de 30%**	304.368.003,57	1,31%	
Tecnologia da Informação		-2.675,10	0,00%	
Formação de Recursos Humanos		-1.058.356,67	0,00%	
Ensino Fundamental / Educação Básica		5.772.333.888,97	24,91%	
Ensino Médio		0,00	0,00%	
Ensino Profissional		5.845.247,17	0,03%	
Ensino Superior		1.070.487.459,24	4,62%	
Ensino Infantil		1.329.273,34	0,01%	
Educação de Jovens e Adultos		0,00	0,00%	
Perda do FUNDEB		658.461.182,90	2,84%	
Rendimentos de Aplicação Financeira - FUNDEB		-12.893.150,20	-0,06%	
Gastos Líquidos com Educação		**7.798.870.873,22**	**33,66%**	**Cumprido**
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	**CF art. 77, § 1º - ADCT Lei Compl. 141/12**			
RECEITA DE IMPOSTOS (-) EXCLUSÕES LEGAIS (Base de Cálculo)		**23.172.089.875,08**		
DESPESAS COM SERVIÇOS DE SAÚDE	**Mínimo de 12%**	**2.848.984.517,95**	**12,29%**	**Cumprido**
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	**CE art. 205**			
RECEITA TRIBUTÁRIA (-) EXCLUSÕES LEGAIS (Base de Cálculo)		**16.693.944.256,57**		
DESPESAS COM CIÊNCIA E TECNOLOGIA	**Mínimo de 2%**	**304.866.989,78**	**1,83%**	**Não Cumprido**
GASTOS COM PESSOAL	**CF art. 169 § único Lei Compl. 101/00 arts.19 e 20**			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (Base de Cálculo)		**28.336.698.860,12**		
TOTAL DO ESTADO	**até 60%**	**15.722.910.523,41**	**55,49%**	**Cumprido**
EXECUTIVO	**até 49%**	**13.334.040.846,38**	**47,06%**	**Cumprido**
LEGISLATIVO	**até 3%**	**544.569.941,90**	**1,92%**	**Cumprido**
JUDICIÁRIO	**até 6%**	**1.343.390.887,13**	**4,74%**	**Cumprido**
MINISTÉRIO PÚBLICO	**até 2%**	**500.908.848,00**	**1,77%**	**Cumprido**

Fonte: Tabela 95, Tabela 103, Tabela 105 e Tabela 106

2. PONTOS RELEVANTES

A seguir, apresentam-se os pontos considerados relevantes sob os aspectos técnico, contábil e legal, verificados no decorrer desta análise, e que impactaram positiva ou negativamente a gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Estado.

Tabela 119
Pontos Relevantes da Análise Realizada – 2013

ITEM	REFERÊNCIA	PONTOS RELEVANTES
	Título I – Capítulo 2	Quanto à **formalização do processo**, confrontando a documentação enviada com a exigida no art. 3º da Instrução Normativa nº 100/2014–TC, que define a documentação mínima que deve compor o processo de Prestação de Contas do Chefe do Poder Executivo Estadual, embora tenha ocorrido a divergência nos títulos da documentação, pôde-se constatar o atendimento integral à mencionada Instrução Normativa, visto que não houve prejuízos à análise.

ITEM	REFERÊNCIA	PONTOS RELEVANTES
	Título II – Capítulo 1	Algumas empresas adquiridas pela Companhia Paranaense de Energia – COPEL, que se caracterizam como Controladas e Controladas em Conjunto não vêm sendo devidamente cadastradas neste Tribunal e portanto não têm cumprido as exigências no que ser refere às prestações de contas.
	Título II – Capítulo 2	Observou-se no Quadro de Pessoal do Poder Executivo Estadual um decréscimo de 2,77%, passando de 203.593 servidores em 2013 para 197.963 em 2014.
	Título II – Capítulo 3	Não obstante eventuais melhorias inerentes à própria evolução natural, conclui-se que os Relatórios apresentados pela Controladoria Geral do Estado constituem em significativo avanço que, não só evidenciam esforços para instrumentalizar o Estado do Paraná de um eficiente sistema de controle interno, como vem promovendo uma necessária e fundamental mudança cultural perante os órgãos integrantes da administração direta e indireta com vistas a demonstrar a relevância de bons instrumentos de gestão pública e de controle.
	Título III – item 1.1	Verificou-se falta dos indicadores apuráveis para avaliação do exercício de 2014, referentes aos Programas: 6 - Educação para Todos, 8 - Excelência no Ensino Superior, 10 - Morar Bem Paraná e 14 - Paraná Sustentável, no documento referente ao Acompanhamento do Plano Plurianual 2012-2015 (peça 64), bem como divergências nos índices de execução das metas físicas no Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento – 2014 (peça 63).
	Título III – item 1.3.2	Os créditos adicionais representaram 30,46% do Orçamento Inicial e os Cancelamentos 26,42%. O relatório apresentado, peça 58, não individualiza as alterações ocorridas dentro de cada inciso do art. 14 da LOA, porém, verificou-se que o montante total das alterações ocorridas está dentro dos limites percentuais estabelecidos naqueles incisos.
	Título III – item 1.3.3	O Orçamento Autorizado Final apresentou acréscimo de R$ 1,5 bilhão, correspondente a 4,04% em relação ao inicial. Este aumento teve como fonte de recursos o Excesso de Arrecadação verificado nas Receitas da Administração Direta e Indireta, e o Superávit Financeiro apurado no Balanço da Administração Indireta.
	Título III – item 2.1	O Balanço Orçamentário apresentado espelha um Superávit de R$ 854 milhões no exercício de 2014. Porém, se considerarmos os valores das Interferências Financeiras Previdenciárias, aportadas pelo Estado ao Fundo Financeiro e Fundo Militar, no valor de R$ 1,1 bilhão e o valor correspondente a 2% da Receita Corrente Líquida, destinado ao pagamento de Precatórios, que não foi empenhado pelo Estado, o Resultado Final seria um Déficit de R$ 775,2 milhões. A Lei Orçamentária apresenta um equilíbrio entre a previsão da receita e despesa no valor de R$ 37.201.461.270,00, porém, o Balanço Orçamentário apresentou uma receita inicial de R$ 37.205.461.270,00 e uma despesa inicial de R$ 37.201.461,270,00, estando, portanto desiquilibrado. Existe, ainda, uma divergência entre os valores apresentados no Balanço Orçamentário e no SIA850, no que se refere à Receita e Despesa atualizadas, sendo de R$ 38.704.603.538,00, e R$ 38.706.766.888,00, respectivamente. Por fim, com relação aos Anexos 1 e 2 do Balanço Orçamentário - Demonstrativos de Execução de Restos a Pagar (peça 07, fls. 18 e 19), verifica-se que foram preenchidos de forma incorreta, posto que ausente a discriminação da execução por grupo de natureza de despesa, bem como o saldo total apresentado está inconsistente, pois não é igual à somatória das partes.
	Título III – item 2.2	A Receita Global Arrecadada foi de R$ 35,8 bilhões (deduzida a parcela do FUNDEB) e representou 92,39% da previsão. Esta arrecadação foi 4,56% maior do que a de 2013, em termos reais.
	Título III – item 2.2.1	A Receita Tributária evoluiu 3,41%, em valores constantes, em relação a 2013, sendo que o ICMS representou 83,68% da receita tributária, o IPVA 7,82% e os demais impostos e as taxas 8,50%.
	Título III – item 2.2.2	As Receitas de Capital, no total de R$ 1,3 bilhão, foram compostas pelos ingressos de R$ 953,8 milhões em Operações de Crédito, R$ 4,6 milhões correspondentes a Alienação de Bens, R$ 234 milhões de Transferências de Capital e R$ 144,8

ITEM	REFERÊNCIA	PONTOS RELEVANTES
		milhões em Outras Receitas de Capital. Adverte-se o Estado para que efetue a recomposição do saldo de R$ 122.999.500,02 na referida conta/fonte, disponível ao final do exercício de 2014, conforme descrito em Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos integrante do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Estado, tendo em vista a sua destinação específica, ainda não executada.
	Título III – item 2.2.3	O Acórdão de Parecer Prévio nº 314/14, referente ao exercício financeiro de 2013, determinou aos serviços sociais autônomos dependentes que informassem os dados da execução orçamentária e financeira, procedendo, consequentemente, à consolidação dos demonstrativos da Gestão Fiscal, especialmente das despesas com pessoal, porém os referidos dados não foram consolidados.
	Título III – item 2.2.4	Relativamente às Renúncias de Receita, foi apresentado o Ofício nº 215/2015-GAB/SEFA, de 31 de março de 2015, subscrito pela Chefe de Gabinete, Sra. Keli Cristina dos Reis, prestando esclarecimentos sobre os benefícios fiscais relativos ao ICMS concedidos em 2014. Porém nos documentos acostados ao Ofício nº 215/2015-GAB/SEFA, inconsistentes em função da má qualidade do material fornecido (fotocópia ilegível) e parcialmente reproduzidos no "Demonstrativo do desempenho da arrecadação em relação à previsão" (peça 55), não foram apresentadas evidências que permitam analisar de forma segura o prescrito no art. 14 da Lei nº 101/00 (LRF), no que tange aos impactos orçamentários e financeiros na arrecadação do ICMS, decorrentes dos Benefícios Fiscais. Na LDO não consta o Demonstrativo de Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, conforme modelo estabelecido pela Portaria nº 637/12-STN, deixando de apresentar a modalidade da renúncia fiscal para cada espécie de tributo e os setores, programas e beneficiários que serão favorecidos com as renúncias de receita e as respectivas medidas de compensação, conforme disciplina o MCASP.
11	Título III – item 2.3	As Despesas Realizadas na Administração Global foram de R$ 34,9 bilhões, e tiveram acréscimo de 2,35%, em valores constantes, em relação a 2013.
	Título III – item 2.3.2	As despesas com Investimentos atingiram R$ 1,5 bilhão, e os gastos com Inversões Financeiras foram de R$ 518 milhões. Em relação ao exercício de 2013 os gastos somados em Investimentos e Inversões Financeiras decresceram 3,01%, em termos reais.
	Título III – item 2.4	Foram constatados Estornos de Empenhos, no exercício de 2014, no valor de R$ 4,9 bilhões. Destes, foram identificados estornos de empenhos de valores já liquidados no montante de R$ 3,1 bilhões, porem uma parte considerável (R$ 2,3 bilhões que representa 74,19%) se refere a provisões de folha de pagamento, cujo procedimento é legitimo. Resta, portanto, um montante de estornos de Empenhos Liquidados, que poderiam ser caracterizados como efetivos cancelamentos de despesas, no valor R$ 805 milhões.
	Título III – item 2.5	Apurou-se um Superávit Orçamentário de R$ 854 milhões, porém, se considerarmos os valores das Interferências Financeiras Previdenciárias, aportadas pelo Estado ao Fundo Financeiro e Fundo Militar, e o valor correspondente a 2% da Receita Corrente Líquida, destinado ao pagamento de Precatórios, que não foi empenhado pelo Estado, o Resultado Final seria um Déficit de R$ 775,2 milhões. Entretanto , ao adicionar o valor de R$ 1.172.201.350,00 decorrente da abertura de créditos adicionais tendo como fonte de recurso a conta Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores, o Resultado Orçamentário Consolidado de 2014 passa a ser superavitário no valor de R$ 397 milhões.
	Título III – item 2.6	Os Programas de Governo que tiveram o maior percentual de realização face ao montante total realizado foram: Obrigações Especiais – 36,86%, Inova Educação – 16,60%, Saúde para Todo Paraná – 11,52%, Gestão Institucional (Outros Poderes e Ministério Público) – 8,96%, e Paraná Seguro – 7,12%. Estes cinco programas representam 81,06% da realização do Orçamento Geral do Estado em 2014.
	Título III – item 2.7	A Despesa Empenhada com Publicidade Legal e Institucional totalizou R$ 97,7 milhões, com decréscimos reais de 37,45% nos gastos com publicidade institucional e 65,52% com publicidade legal. Do total de despesas realizadas nesta área, que dependiam de autorização, 99,84% tiveram PADVs.

ITEM	REFERÊNCIA	PONTOS RELEVANTES
		A única Entidade que teve incremento em relação ao exercício de 2013 foi a Agência de Fomento do Paraná S.A, com um índice de 47,86% em valores constantes.
	Título III – item 2.8	No exercício de 2014, novamente a SEFA não repassou integralmente aos Fundos Especiais que possuem fontes vinculadas de recursos os valores que ingressaram no caixa do Tesouro Estadual, conforme disposto nas leis que os instituíram. O Estado deve comprovar a efetiva implementação dos controles individuais dos recursos dos Fundos Especiais que possuem fontes vinculadas nas retro mencionadas subcontas, evidenciando a movimentação e o saldo com a apresentação dos devidos comprovantes que dão suporte aos valores informados (extratos bancários, relatórios gerenciais ou equivalentes). Ao final do exercício de 2014, foi editada a Lei nº 18.375, de 15 de dezembro de 2014, de autoria do Poder Executivo, posteriormente alterada pela Lei nº 18.468, de 29 de abril de 2015. De acordo com o art. 1º da referida Lei, nove Fundos estaduais deixaram de ter natureza especial contábil, permanecendo como fontes vinculadas de receitas. A referida Lei prevê ainda no parágrafo único do art. 2º que para esses nove Fundos, eventual superávit financeiro na fonte, verificado ao final de cada exercício, será automaticamente incorporado ao Tesouro Geral do Estado. Porém, considerando que o texto constitucional exige para a matéria regulamentação por lei complementar, entende-se que a lei ordinária não pode tratar do assunto e invadir o campo de atuação alheio, sob pena de ser considerada inconstitucional formal e materialmente. Sete Fundos Especiais estão inoperantes, sendo que três desses Fundos (FUNSEG, FUNDEPIR e FEMALEP) foram criados no ano de 2013, e ainda carecem de regulamentação, restando, portanto, quatro fundos inoperantes há mais de três anos.
	Título III – item 2.9	Inexiste a formalização do Contrato de Gestão entre a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) e o Sistema Meteorológico do Paraná SIMEPAR. Há necessidade proeminente de medida no âmbito pragmático em se manter a determinação ao Estado do Paraná que exija as informações das entidades de Serviços Sociais Autônomos e que consolide os dados destas entidades dependentes do Orçamento do Estado e que recebam recursos através de Contrato de Gestão para a manutenção de suas atividades, nos Demonstrativos de Gestão Fiscal definidos no Manual de Demonstrativos Fiscais, em especial nas demonstrações de despesas com pessoal e Receita Corrente Líquida, do Poder Executivo, conforme dispõe o art. 59, §1º da LRF.
	Título IV – Capítulo 1	Verificou-se um descompasso entre receitas e despesas do grupo Ordinário/Não Vinculados, indicando a necessidade de maior controle por parte do Estado do Paraná na gestão dos recursos por fonte/destinação a fim de cumprir com o parágrafo único, do art. 8º da Lei Complementar n° 101/2000, que estabelece:
	Título IV – item 1.1	A conta Saldo em Espécie do Exercício Anterior, constante do Balanço Financeiro de 2014, encontra-se divergente da conta Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte, constante do Balanço Financeiro de 2013, apresentando uma diferença a maior de R$ 2.610.211,32.
	Título IV – Capítulo 2	Na análise do Balanço Financeiro, detectou-se que o resultado financeiro auferido pelo Estado no exercício apresentou preliminarmente suficiência de caixa no valor de R$ 327 milhões após saldar os compromissos liquidados. Com a inclusão dos Restos a Pagar do exercício de 2014 (R$ 1,3 bilhão), pendentes do implemento de condição (liquidação), ter-se-ia insuficiência de disponibilidade de R$ 1 bilhão. Houve decréscimo de 90,47% em relação ao exercício de 2013 na suficiência de disponibilidade financeira antes da inscrição de Restos a Pagar não Processados, este decréscimo se acentuou em mais 41,95% após a inscrição em Restos a Pagar Não Processados, comprometendo ainda mais as finanças do Estado, tendo vista se tratar de dívida de curto prazo. o Demonstrativo da Disponibilidade Financeira e dos Restos a Pagar por Poder e Órgão (DDF) apresentado pelo Estado (peça 12, fl. 543), demonstra em duplicidade o saldo vinculado em contas bancarias de R$ 659.575.008,71, que já estava lançado no primeiro valor das Disponibilidades Financeiras.

ITEM	REFERÊNCIA	PONTOS RELEVANTES
	Título IV – item 2.1	Embora ao final do exercício de 2014 a disponibilidade financeira líquida apresentasse insuficiência financeira no montante de R$ 1.017.040.532,96, ao final do primeiro quadrimestre, ou seja, em 30/04/2014 esta insuficiência era maior, representando R$ 1.076.781.756,58. Portanto, houve uma variação negativa da insuficiência financeira no montante R$ 59.741.223,62, representando uma variação percentual negativa de 5,5%, significando que a relação Disponibilidades de Caixa/Obrigações, apurada em 31/12/2014 foi melhor (insuficiência menor) que a verificada em 30/04/2014, denotando que não teriam sido contraídas obrigações de despesas, sem a correspondente existência de disponibilidades, considerando o período compreendido nos dois últimos quadrimestres do ano. Destaca-se que foram verificadas divergências entre os relatórios contábeis e de execução orçamentária do Estado (SIAF – Relatórios SIA215 e SIA112A), no que se refere ao montante dos empenhos não liquidados na data de 30 de abril de 2014, sendo de R$ 1.319.848.724,18 no SIA112A e R$ 1.544.849.383,56 no SIA215 (conta 4110.0100), as quais devem ser justificadas pelo Estado.
	Título IV – Capítulo 3	Necessário destacar que o estado classificou indevidamente em sua demonstração, o ingresso de “Transferências de Capital Recebidas” como sendo atividade de Financiamento, entretanto, de acordo com o MCASP a Transferência de Capital se caracteriza como atividade de Investimento. Cabe ressaltar que o saldo final de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício de 2013, apresentado nesta demonstração, bem como o evidenciado nos Balanços Patrimonial e Financeiro, diverge do saldo inicial do exercício de 2014 apresentado nesta DFC, sendo este superior ao do final do exercício de 2013 em R$ 2,6 milhões.
	Título V – item 1.1.2	o Demonstrativo dos Recursos Estaduais Investidos no Capital de Empresas Públicas, Sociedade de Economia Mista, constante à peça 22 do presente processo de Prestação de Contas, apresenta como valor total R$ 7.979.150.455,91, enquanto o valor apurado por esta Diretoria de Contas Estaduais totalizou R$ 8.117.289.975,68, apresentado uma diferença a menor de R$ 138.139.519,77. Outrossim, observou-se que no Demonstrativo da Despesa Empenhada, Paga e a Pagar segundo a Natureza, constam valores pagos às Empresas BRDE R$ 200 milhões, Agência de Fomento R$ 150 milhões, COHAPAR R$ 108,9 milhões e COHAPAR/SANEPAR R$ 362 mil, sem que estes valores constem dos saldos das devidas contas contábeis, bem como dos balancetes e balanços encerrados em 31 de dezembro de 2014.
	Título V – item 1.1.3	O estoque total da Dívida Ativa em 2014 somou R$ 18,8 bilhões. Ressalte-se, no entanto, que o montante líquido registrado na conta Créditos do Ativo Permanente foi de R$ 926,2 milhões, resultante do valor de R$ 17,9 bilhões lançados como Provisão para Perdas da Dívida Ativa. O saldo da Dívida Ativa ao final de 2014 apresentou acréscimo nominal de R$ 2 bilhões, que corresponde ao aumento de 11,95% em relação ao saldo do ano anterior, que era de R$ 16,8 bilhões. A variação acumulada do saldo dos últimos quatro anos é de 22,23%. Verificou-se inconsistência dos dados apresentados no relatório SIA, em relação ao Demonstrativo da Movimentação da Dívida Ativa, parte do Relatório Circunstanciado de Gestão (peça 17). Este último apresenta como valor total de baixas, que não foram por pagamento, o montante de R$ 174,4 milhões Ao fazer um comparativo da recuperação da Dívida Ativa entre os exercícios de 2013 (0,26%) e 2014 (0,64%), constata-se que houve incremento na recuperação da Dívida Ativa. Porém, ressalta-se que houve um crescimento nominal nas inscrições de R$ 196 milhões, comparando o total de inscrição de 2014 com o total de 2013, o que contribuiu para a elevação do saldo de Dívida Ativa no final do exercício de 2014 (R$ 18,8 bilhões). Verifica-se que as baixas por prescrição representaram 20,44% do total de baixas que não foram por pagamento, percentual considerado alto, superando inclusive o do exercício anterior que foi de 10,44%, objeto de ressalva às contas.

ITEM	REFERÊNCIA	PONTOS RELEVANTES
	Título V – item 1.2.2	O Estado não vem realizando os empenhos em dos valores correspondentes a 2% da Receita Corrente Líquida, destinados ao pagamento de Precatórios, conforme determina a Emenda Constitucional nº 62/2009. Estes valores, que já foram repassados ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e não empenhados, já somam R$ 1,2 bilhão e, no exercício em análise, deixaram de ser empenhados R$ 523 milhões.
	Título V – item 1.2.4	O saldo da Dívida Pública totalizou ao final do exercício de 2014 R$ 26 bilhões, com evolução de 2,43% em relação ao saldo apurado em 2013. A Dívida Flutuante corresponde a 16,58% deste total, a Fundada corresponde a 78,38% e Outras Dívidas 5,04%. No Demonstrativo das Alterações da Dívida Fundada Interna e Externo 2014 encontra-se demonstrado como Baixa o valor de R$ 374.133.955,63, entretanto, no relatório do SIAF – SIA215 – Consolidado Geral, na Conta 91213200 – Juros e Encargos da Dívida, foi efetivado o pagamento de R$ 734.180.531,84 e na Conta 91214600 – Amortizações da Dívida foram pagos R$ 819.987.460,27. Ressalte ainda que às peças 62, do presente processo de prestação de contas, encontram-se os Anexos 16-b da Lei 4.320, Demonstrativo das Dividas Fundadas Interna e Externa, onde os valores de Baixas somaram R$ 705.993.340,11 e R$ 113.994.120,16, respectivamente.
	Título V – item 1.2.5	A movimentação dos Precatórios inscritos no Passivo Permanente (após a edição da LRF) revelou que as entradas em 2014 somaram R$ 237,4 milhões, sendo R$ 200,1 milhões relativas a inscrições e R$ 37,3 milhões provenientes de atualização monetária. As baixas, conforme registros patrimoniais, foram de R$ 275,2 milhões, culminando em um saldo final no exercício de R$ 4,6 bilhões. Analisando o Balanço Geral do Estado e os pagamentos efetuados pelo Tribunal de Justiça, observa-se inconsistência entre os valores de R$ 275,2 milhões referentes às baixas no balanço e os pagamentos efetuados pelo Judiciário, na Conta Especial Executivo com R$ 34,7 milhões e na Conta Cronológica Judiciário R$ 674,2 milhões, totalizando o montante de R$ 708,9 milhões Verificou-se a ausência de registro contábil dos juros de mora relativos aos precatórios, fixados nas sentenças, na contabilidade do Estado, contrariando os Princípios Fundamentais de Contabilidade, especialmente o da Oportunidade e da Evidenciação Contábil. A Emenda Constitucional nº 62/2009 atribuiu ao Tribunal de Justiça, a partir do exercício de 2010, a competência para gerir os recursos destinados ao pagamento dos Precatórios requisitórios, quanto ao Regime Especial de Precatórios, e o controle da ordem cronológica de pagamento dos créditos de natureza comum, alimentar e preferencial relativamente aos credores sexagenários e portadores de doenças graves. À luz desta Emenda, o Governo Estadual elegeu para pagamento de seus Precatórios depósito mensal em conta própria de 1/12 de 2% da RCL, apurada no segundo mês anterior ao mês do depósito. A Secretaria de Estado da Fazenda deveria repassar, ao Tribunal de Justiça do Estado o valor de R$ 523 milhões, entretanto, não foram depositados os valores de R$ 45 milhões, R$ 45,4 milhões e R$ 49,6 milhões referente aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2014, totalizando R$ 140 milhões, sendo que 50% deste valor para pagamento à conta especial, e 50% para pagamento à conta cronológica. Observa-se ainda que o Estado não vem realizando o empenhamento dos valores referentes aos recursos destinados ao pagamento dos precatórios, repassados ao Tribunal de Justiça, contrariando o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Portaria nº 637/2012 – STN). No exercício de 2014 os valores que deixaram de ser devidamente empenhados, totalizaram R$ 523 milhões.
	Título V – item 1.3	O Resultado da Gestão Patrimonial resultou em um superávit de R$ 1,4 bilhão aumentando o Patrimônio Líquido para R$ 4,6 bilhões. Verificou-se inconsistências no Saldo Patrimonial Acumulado, pois no exercício de 2013 consta do SIA860 (Balanço Patrimonial) o valor de R$ 3.181.227.317,55, e no exercício de 2014, o mesmo SIA860 (Balanço Patrimonial) apresenta valor de R$ 3.232.773.919,51, ocasionando uma diferença a maior de R$ 51.546.601,51, na importação dos dados de 2013 para 2014.

ITEM	REFERÊNCIA	PONTOS RELEVANTES
	Título VI – Capítulo 3	Em dezembro/2012 foi editada a Lei nº 17.435, instituindo o novo Plano de Custeio para os Fundos geridos pela PARANAPREVIDÊNCIA visando o reequilíbrio atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná. Além dos Fundos de Previdência e Financeiro já existentes, foi criado o Fundo Militar, todos com autonomia fisco-contábil e jurídica. Em 16 de dezembro de 2014, foi publicada a Lei Estadual nº 18.370/2014, a qual, além de alterar dispositivos da Lei nº 17.435/12, instituiu a contribuição previdenciária para os aposentados e pensionistas do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná. Foi apurado no Fundo de Previdência, no exercício de 2014, um Superávit Atuarial de R$ 147,7 milhões, e um Resultado Patrimonial negativo representando um Déficit de R$ 90,5 milhões; no Fundo Financeiro o Resultado Patrimonial foi um déficit de R$ 32,5 milhões; e no Fundo Militar, um Déficit de R$ 22,9 milhões.
	Título VI – Capítulo 4	O Fundo Financeiro inscreveu R$ 36 milhões em Restos a Pagar Processados sem recursos em caixa para a sua cobertura. Também o Fundo Militar apresentou insuficiência financeira para a cobertura de R$ 23 milhões inscritos em Restos a Pagar Processados. Assim, deve o Estado se manifestar acerca da insuficiência de transferências de recursos pelo Estado aos Fundos Financeiro e Militar, igualmente acerca da insuficiência de caixa dos referidos fundos em 31/12/2014. De acordo com os dados constantes das prestações de contas dos Fundos Previdenciários, o Poder Executivo deve ao Fundo de Previdência R$ 70,2 milhões, sendo R$ 58,8 milhões de contribuição patronal do servidor ativo e R$ 11,3 milhões de Contribuição Patronal Adicional - 8,5%. Porém, em consulta ao relatório do SIAF, SIA112, obtém-se os valores pendentes de pagamento de R$ 69,1 milhões que difere do valor devedor do Poder Executivo em R$ 1,1 milhão. Além disso, a conta 4414.0101- Contribuição dos Servidores, do SIA215, consta o valor de R$ 136,5 milhões, que difere do informado como devido relativo à contribuição funcional do Poder Executivo de R$ 53,2 milhões. Mesmo acrescida a contribuição funcional dos demais Poderes este valor totalizaria R$ 73,4 milhões. Ainda, no rol dos valores informados como devidos ao Fundo de Previdência consta o valor de R$ 41,5 milhões relativos aos recursos dos Poderes, cujas obrigações patronal e dos servidores estão registradas no sistema orçamentário como quitada. Os repasses foram realizados ao Poder Executivo que figura como mero intermediário da transação entre Poderes e Fundo de Previdência. Porém, no relatório do SIAF SIA215, a conta 10013062 – Conta Corrente n° 70002-9 GEPR FDO PREVIDENC, utilizada para recebimento dos recursos do Fundo de Previdência advindos dos Poderes, consta zerada. Destaca-se, ainda que, embora conste no demonstrativo o valor pendente de repasse ao Fundo de Previdência de R$ 165 milhões, identificou-se no Balanço Patrimonial do Fundo de Previdência, na Conta Créditos a Curto Prazo, um crédito a receber de R$ 144,5 milhões, o qual está assim dividido: R$ 81,6 milhões referentes a Contribuições Previdenciárias do Governo do Estado do Paraná e R$ 62,9 milhões relativos a Contribuições Previdenciárias dos Servidores Ativos.
	Título VII – item 1.1	Os Gastos com Educação atenderam ao limite constitucional, com realização de 33,66% da base de cálculo.
	Título VII – item 1.1.1	O Estado cumpriu a legislação pertinente ao FUNDEB, mantendo conta específica no Banco do Brasil para movimentação destes recursos, e destinando 80,68% dos recursos totais para a Valorização do Magistério.
	Título VII – item 1.2	O percentual de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde foi de 13,00% da base de cálculo, cumprindo o limite constitucional que é de 12%.
	Título VII – item 1.3	No exercício de 2014 o Governo Estadual não cumpriu o limite constitucional de aplicação em Ciência e Tecnologia (2% da Receita Tributária), executando o equivalente a 1,83% da base de cálculo.
	Título VII – item 2.1	O limite global do Estado para as Despesas com Pessoal (60% da base de cálculo) foi atendido (55,49%), bem como os limites individuais por Poder e Órgão, sendo que as despesas com pessoal do Poder Executivo representaram 47,06% da Receita Corrente Líquida.

ITEM	REFERÊNCIA	PONTOS RELEVANTES
	Título VII – item 2.2	Os limites impostos pela L.C. nº 101/2000 (LRF), no que se refere à Endividamento, Garantias de Valores e contratação de Operações de Crédito foram cumpridos.
	Título VII – item 3.1	As cotas de recursos aos Outros Poderes, liberadas pela Secretaria de Estado da Fazenda, atenderam aos limites definidos na LDO.
	Título VII – item 3.2.1	Constatou-se que o Estado não cumpriu a meta de Resultado Primário definida na LDO, onde a meta prevista era um Superávit de R$ 2,3 bilhões e o resultado apurado foi um Déficit de R$ 445,3 milhões, em valores correntes. Cabe ressaltar que o Resultado Primário Obtido diverge do apresentado no Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do 6º Bimestre de 2014, publicado no Diário Oficial do Estado de 02/03/2015, fls. 35 e 36, quando foi divulgado um Superávit Primário de R$ 934,2 milhões.
	Título VII – item 3.2.2	O Estado não atendeu à meta de Resultado Nominal, pois houve um acréscimo do montante da Dívida Consolidada Líquida no valor de R$ 2,76 bilhões, enquanto o acréscimo estabelecido na LDO fora de R$ 986 milhões.
	Título VIII – Capítulo 1	No exercício de 2014 o Tribunal de Contas realizou Auditoria Operacional na área de Educação – Ensino Médio, Auditorias nos Programas Co-Financiados Por Organismos Internacionais, além das Fiscalizações exercidas pelas ICEs.
	Título VIII – Capítulo 4	As anomalias mais constantes detectadas nos Relatórios Semestrais das ICEs, nos últimos exercícios, dizem respeito a Cancelamento de Restos a Pagar processados, Disponibilização tardia do SIAF, Pagamento de despesas mediante mera autorização, Deficiências ou irregularidades na gestão patrimonial, Pagamento de despesas irregulares, Registros contábeis inconsistentes e/ou em atraso, Inconsistências nas conciliações bancárias, Pagamento de juros e/ou multa por atraso, Despesas incompatíveis com atividades e/ou funções do órgão, Fracionamento de despesas, Falhas na formalização de processos licitatórios, Irregularidades na gestão de pessoal, Irregularidades na formalização de processos, Irregularidades em atos de cessão de pessoal, Pagamentos e/ou execução de despesas fora do prazo de vigência de contrato e Irregularidade na formalização de contratos.
	Título IX	Conforme Plano de Ação apresentado, pode-se concluir que muitas das recomendações, ressalvas e determinações apontadas por este Tribunal, nos Relatórios das Contas do Governo dos últimos exercícios, ainda carecem de implementação por parte da Administração Pública Estadual.

XI – CONCLUSÃO

Em atendimento aos princípios e dispositivos das Constituições Federal e Estadual, Lei Complementar nº 101/00, Lei Federal nº 4.320/64, Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual, e normas que regem a Contabilidade Pública, foi procedida à análise da conta do Senhor Governador, Carlos Alberto Richa, relativo ao exercício financeiro de 2014 objetivando subsidiar a emissão de Parecer Prévio.

Nos termos do art. 21 da Lei Complementar Estadual nº 113/05 (Lei Orgânica) e do art. 155, I do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, esta Diretoria de Contas Estaduais realizou exames nas demonstrações contábeis e nas informações complementares inerentes ao processo, a fim de avaliar os atos e fatos da gestão do Executivo Estadual.

A análise técnica das contas em apreço revelou aspectos importantes de gestão, os quais estão sintetizados no Título X – Síntese da Gestão: Principais Resultados e Pontos Relevantes. Observou-se, no entanto, o não atendimento a preceitos constitucionais, legais, contábeis e de Administração Pública que carecem de esclarecimentos, para que a equipe técnica desta DCE possa, posteriormente, emitir opinião conclusiva a respeito das contas do Poder Executivo Estadual referente ao exercício financeiro de 2014.

Em assim sendo, esta DCE sugere ao eminente Conselheiro Relator que, em respeito ao princípio do contraditório e da ampla defesa, se dê ciência ao Senhor Governador do Estado do conteúdo desta Instrução para que ele, querendo, manifeste-se, através de seus órgãos técnicos, no prazo fixado pelo Relator, prestando os esclarecimentos, justificativas e/ou juntando os documentos necessários para esclarecer os pontos elencados a seguir:

a) Organização Administrativa do Estado

Considerando a obrigação legal das entidades, esclarecer o motivo da não apresentação de prestação de contas individualizada a este Tribunal pelas Empresas controladas em conjunto por Sociedade de Economia Mista Estadual, inclusive as aquisições do período. Destaca-se a competência legal atribuída à Corte de Contas, para "*julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta*", nos termos do que dispõe o Art. 75, II, da Constituição do Estado do Paraná. (Título II – ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO II – ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO, Capítulo 1. Estrutura Institucional);

b) Instrumentos de Planejamento

Justificar a falta dos indicadores apuráveis para avaliação do exercício de 2014, referentes aos Programas: 6 - Educação para Todos, 8 - Excelência no Ensino Superior, 10 - Morar Bem Paraná e 14 - Paraná Sustentável, no documento referente ao Acompanhamento do Plano Plurianual 2012-2015 (peça 64), bem como as divergências nos índices de execução das metas físicas no Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento – 2014 (peça 63). (Título III – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA , item 1.1. Plano Plurianual.

Planejamento é fundamental para o aprimoramento da gestão pública, e notam-se relevantes mudanças no planejamento 2014, aprovado mediante lei, com variações percentuais que demandam melhor análise, sendo assim, ainda que tenha sido apresentada tabela com as Principais Alterações Orçamentárias - 2014, deve-se complementar a documentação encaminhando demonstrativo individualizado por inciso das alterações ocorridas conforme do art. 14 da LOA (Título III – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, item 1.3.2. Alterações Orçamentárias);

c) Riscos Fiscais

Apresentar explicações quanto à ausência, no Anexo de Riscos Fiscais da Lei nº 17.631/13 (LDO de 2014), da quantificação da exposição aos riscos, bem como as

providências a serem tomadas em caso da ocorrência de passivos contingentes, conforme disciplinado pelo Manual de Demonstrativos Fiscais do STN. (Título III – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, item 1.2. Lei de Diretrizes Orçamentárias);

d) Balanço Orçamentario

Apresentar demonstrativo de ajustes do Balanço Orçamentário, incluindo os valores repassados pelo Estado aos Fundos Previdenciários como Interferência Financeira no montante de R$ 1.106.251.294 (Título III – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, item 2.1. Balanço Orçamentário Consolidado da Administração Global);

Justificar o desequilíbrio apresentado no Balanço Orçamentário sobre o prisma da nova contabilidade que apresentou uma receita inicial de R$ 37.205.461.270,00 e uma despesa inicial de R$ 37.201.461,270,00. (Título III – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, item 2.1. Balanço Orçamentário Consolidado da Administração Global);

Justificar a divergência entre a receita e a despesa atualizada prevista no Balanço Orçamentário sobre o prisma da nova contabilidade que apresentou um valor de R$ 38.704.603.538,00, enquanto que o SIA850 – Balanço Orçamentário – Metodologia Anterior, apresentou R$ 38.706.766.888,00. (Título III – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, item 2.1. Balanço Orçamentário Consolidado da Administração Global);

Justificar as divergências de preenchimento dos Demonstrativos de Execução de Restos a Pagar, posto que ausente discriminação da execução por grupo de natureza de despesa, bem como o saldo total apresenta-se inconsistente, pois a somatória do total não é igual à somatória das partes (a soma dos valores nas colunas não bate com o total). (Título III – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, item 2.1. Balanço Orçamentário Consolidado da Administração Global);

Justificar o déficit orçamentário de R$ 775.247.353,50 apresentado na execução orçamentária do Estado, após a inclusão na execução dos valores repassados aos Fundos Previdenciários, referentes a Insuficiência Financeira no montante de R$ 723.200.575,58 ao Fundo Financeiro e R$ 383.050.719,40 ao Fundo Militar, como Interferência Financeira e o valor de R$ 523.000.150,25, referente ao Repasse

Precatórios TJ (2% RCL) não empenhados. (Título III – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, item 2.1. Balanço Orçamentário Consolidado da Administração Global);

e) Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos

O Estado deve justificar a inexistência de saldo em conta da Fonte de Recursos 108 - Receita De Alienação de Outros Bens Móveis e Imóveis em 31 de dezembro de 2014 (SIA215 e SIA215C), em desacordo com o Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos, divulgado pelo Estado, que aponta saldo a aplicar de R$ 122.999.500,02 na referida fonte. (Título III – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, item 2.2.2. Receitas de Capital);

f) Receita Corrente Liquida

Esclarecer a não inclusão na base de cálculo da Receita Corrente Liquida, dos valores relativos a receitas de Serviços Sociais Autônomos e outras Entidades Dependentes conforme determinado pelo Acórdão de Parecer Prévio nº 314/14 (Título III – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, item 2.2.3. Receita Corrente Líquida);

g) Renúncia de Receita

Reitera-se a necessidade de atendimento ao contido no Acórdão de Parecer Prévio nº 314/14-Tribunal Pleno, de 03 de julho de 2014, relativo às contas do Governo do Estado do exercício de 2013, no qual foi aplicada ressalva à “Não elaboração do Demonstrativo de Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita", devendo, portanto, justificar e encaminhar documentos que demonstrem o prescrito no art. 14 da Lei nº 101/00 (LRF) no que tange aos impactos orçamentários e financeiros na arrecadação do ICMS de Benefícios Fiscais (Título III – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, item 2.2.4. Renúncia de Receita);

Necessariamente, complementar a documentação encaminhando o Demonstrativo de Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, seguindo o modelo definido na Portaria nº 637/12, da Secretaria do Tesouro Nacional, o qual deve conter a modalidade de renúncia fiscal para cada espécie de tributo e os setores, programas e

beneficiários que serão favorecidos com as renúncias de receita e as respectivas medidas de compensação (Título III – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, item 2.2.4. Renúncia de Receita);

h) Despesas Estornadas

Esclarecer os Estornos de Empenhos de despesas liquidadas no montante de R$ 805.132.145,28 (Tabela 31) devido o fato caracterizar ofensa à vedação de cancelar despesas já liquidadas, dado que nos históricos dos cancelamentos não há elementos que demonstrem que a motivação do ato pode ser enquadrada como caso excepcional, em que deixou de existir efetivamente a obrigação, por devoluções ou outros motivos devidamente justificados (Título III – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, item 2.4. Despesas Estornadas);

i) Despesas com Divulgação e Propaganda

Justificar o incremento na Execução das Despesas com Publicidade Institucional em relação ao exercício de 2013 pela Agência de Fomento do Paraná, com um índice de 47,86% em valores constantes (Título III – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, item 2.7. Despesas com Publicidade Legal e Institucional);

j) Fundos Especiais

Complementar a documentação encaminhando os controles das sub-contas próprias de cada órgão, entidade, fundo, contrato e convênio, que deverá evidenciar a movimentação e o saldo de seus integrantes a fim de demonstrar se as receitas arrecadadas pelo Tesouro Geral do Estado vinculadas aos Fundos Especiais foram destinadas na integralidade, conforme disposto nas leis que os instituíram, sendo situação recorrente de exercícios anteriores (Título III – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, item 2.8.2. Fundos Especiais com Fonte de Arrecadação Vinculada);

Justificar e esclarecer a inclusão em lei ordinária de matéria afeta a regulamentação por lei complementar (Título III – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, item 2.8.2. Fundos Especiais com Fonte de Arrecadação Vinculada);

Esclarecer o motivo pelo qual constam como inoperantes há mais de três anos os Fundos de Preservação Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba – FPA-RMC, Fundo Estadual de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social – FEHRIS, Fundo de Equalização do Microcrédito – FEM e o Fundo Estadual de Cultura (Título III – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, item 2.8.3. Fundos Especiais Inoperantes);

k) Serviços Sociais Autônomos

Apresentar demonstrativo que contenha informações individualizadas e que consolide os dados das demais entidades dependentes do Orçamento do Estado que recebam recursos através de Contrato de Gestão para a manutenção de suas atividades, como determinado pelo Acórdão nº 5336/13 do Pleno, referente à Prestação de contas da Agência Paraná Desenvolvimento – APD e do Acórdão de Parecer Prévio nº 314/14, emitido na ocasião da Prestação de Contas do Governador do Estado, exercício de 2013, nos Demonstrativos de Gestão Fiscal definidos no Manual de Demonstrativos Fiscais aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios, elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional, em especial nas despesas com pessoal do Poder Executivo de entidades que dependem de aportes financeiros do Estado para exercício de sua atividades, conforme dispõe o art. 59, § 1º da LRF (Título III – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, item 2.9.8. Da Consolidação dos Demonstrativos de Despesa com Pessoal);

l) Balanço Financeiro

Justificar o descompasso entre receitas e despesas do grupo Ordinário/Não Vinculados, e a falta de um controle eficiente na gestão dos recursos por fonte/destinação a fim de cumprir com o parágrafo único, do art. 8º da Lei Complementar n° 101/2000, de forma que os recursos legalmente vinculados a finalidade específica sejam utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso. (Título IV – GESTÃO FINANCEIRA, Capítulo 1. Balanço Financeiro);

Justificar a divergência verificada no saldo em Espécie do Exercício Anterior, constante do Balanço Financeiro de 2014, comparando com o saldo em Espécie para o Exercício Seguinte, constante do Balanço Financeiro de 2013, a maior em R$ 2.610.211,32, devendo esta diferença ser detalhada e esclarecida pelos responsáveis uma vez que, segundo as normas e procedimentos aplicados a Contabilidade no Setor Público, os ajustes sempre que necessários devem ser realizados através de lançamentos contábeis no exercício que foram identificados (Título IV – GESTÃO FINANCEIRA, Capítulo 1. Balanço Financeiro);

m) Disponibilidade Financeira nos Termos da LRF

Justificar a ocorrência de insuficiência financeira nas disponibilidades de caixa de R$ 1 bilhão, após a inscrição de Restos a Pagar Não Processados do Exercício no valor de R$ 1,3 bilhão (Título IV – GESTÃO FINANCEIRA, Capítulo 2. Disponibilidade Financeira nos Termos da LRF);

Justificar o decréscimo de 90,47% em relação ao exercício de 2013 na Suficiência de disponibilidade financeira antes da inscrição de Restos a Pagar não Processados, bem como 41,95% de redução após a inscrição em Restos a Pagar não Processados, art. LRF inscrição. (Título IV – GESTÃO FINANCEIRA, Capítulo 2. Disponibilidade Financeira nos Termos da LRF);

Explicar a inclusão do valor apurado em duplicidade do saldo vinculado em conta bancária no montante de R$ 659.575.008,71, no DDF (peça 12, fl. 543), que resulta em disponibilidade de caixa diferente dos demais demonstrativos. (Título IV – GESTÃO FINANCEIRA, Capítulo 2. Disponibilidade Financeira nos Termos da LRF);

Justificar a ocorrência da conta de Recursos Extra-Orçamentários com saldo negativo de R$ 741.232.605,01 em 30 de abril de 2014 e de saldo negativo de R$ 141.571.660,41 em 31 de dezembro de 2014, uma vez que se trata de conta de recursos de terceiros sob guarda do Estado, que no caso, o menor saldo admissível seria R$ 0,00. Apresentar valor negativo significa que o Estado dispôs de recursos para terceiros em montante superior aos que estavam sobre sua guarda. (Título IV –

GESTÃO FINANCEIRA, item 2.1. Obrigações Financeiras Frente às Disponibilidades - Art. 42 LRF);

Justificar a ocorrência de insuficiência de Caixa de R$ 1.017.040.532,96 após a Inscrição de Restos a Pagar não Processados, no montante de R$ 1.344.033.667,58, conforme observado na Tabela 57. (Título IV – GESTÃO FINANCEIRA, item 2.1. Obrigações Financeiras Frente às Disponibilidades - Art. 42 LRF);

Justificar a divergência entre os relatórios contábeis e de execução orçamentária do Estado, em que os valores empenhados e não liquidados apresentam o valor de R$ 1.319.848.724,18 no SIA112A e de R$ 1.544.849.383,56 no SIA215 (conta 4110.0100), em 30/04/2014. (Título IV – GESTÃO FINANCEIRA, item 2.1. Obrigações Financeiras Frente às Disponibilidades - Art. 42 LRF);

n) Fluxos de Caixa

Esclarecer e corrigir a classificação indevida do ingresso de “Transferências de capital recebidas” como sendo atividade de Financiamento, entretanto, de acordo com o MCASP a Transferência de Capital se caracteriza como atividade de Investimento. (Título IV – GESTÃO FINANCEIRA, Capítulo 3. Fluxos de Caixa);

Justificar a divergência entre o saldo final do exercício de 2013, de Caixa e Equivalente de Caixa, apresentado nesta própria demonstração, bem como o evidenciado nos Balanços Patrimonial e Financeiro, sendo este superior ao do final do exercício de 2013 em R$ 2,6 milhões. (Título IV – GESTÃO FINANCEIRA, Capítulo 3. Fluxos de Caixa);

Segundo o MCASP, a Demonstração dos Fluxos de Caixa deve evidenciar as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes, entretanto no demonstrativo apresentado pelo Estado na peça 11, os montantes apontados como movimentados são em muito superiores ao orçamento total, mesmo que consideradas as movimentações extraorçamentárias ocorridas no caixa. Assim, deve o Estado apresentar os demonstrativos corretamente preenchidos evidenciando as transações que efetivamente ocorreram no caixa ou a justificativa fundamentada para os valores

de R$ 116,9 bilhões de ingressos e de R$ 117,4 bilhões de desembolsos apresentados. (Título IV – GESTÃO FINANCEIRA, Capítulo 3. Fluxos de Caixa);

o) Ativo Não Circulante

Esclarecer a diferença de R$ 138.139.519,77, existente entre o Demonstrativo dos Recursos Estaduais Investidos no Capital de Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista que apresenta como valor total de investimento R$ 7.979.150.455,91, enquanto que o valor apurado por esta DCE na Tabela 61 totalizou R$ 8.117.289.975,68, apresentando novo Demonstrativo com os valores devidamente corrigidos. (Título V – GESTÃO PATRIMONIAL, item 1.1.2. Ativo Não Circulante);

Justificar e esclarecer a divergência entre os valores apurados no item anterior e o constante do Balancete Mensal de Verificação (SAI 215 – Consolidação Geral), conta 5411.0000 – Valores Integralizados, que apresenta um montante de R$ 7.901.195.565,40, que deveria efetivamente ser o valor a ser apresentado no quadro demonstrativo das contas de governo (Título V – GESTÃO PATRIMONIAL, item 1.1.2. Ativo Não Circulante);

Esclarecer o motivo de o Demonstrativo da Despesa Empenhada, Paga e a Pagar segundo a Natureza, constar valores pagos às Empresas BRDE R$ 200 milhões, Agência de Fomento R$ 150 milhões, COHAPAR R$ 108,9 milhões e COHAPAR/SANEPAR R$ 362 mil, sem que estes valores constem dos saldos contábeis no balanço encerrado em 31 de dezembro de 2014. (Título V – GESTÃO PATRIMONIAL, item 1.1.2. Ativo Não Circulante);

p) Dívida Ativa

Justificar a baixa efetividade da arrecadação dos créditos inscritos em Dívida Ativa (0,64% em relação ao total dos créditos), e ainda o baixo índice de recuperação de créditos inscritos em Dívida Ativa (3,24% em relação ao total de créditos), se considerarmos os pagamentos a vista, parcelamentos, baixa via SISCRED e diferenças judiciais. Descrever os procedimentos, com prazos limites, adotados para a

cobrança da Dívida Ativa, a partir do vencimento de cada tributo. (Título V – GESTÃO PATRIMONIAL, item 1.1.3. Dívida Ativa);

Justificar a ocorrência no exercício de baixa por prescrição na Dívida Ativa no montante de R$ 35,64 milhões, representando 20,44% do total de baixas que não foram por pagamento. (Título V – GESTÃO PATRIMONIAL, item 1.1.3. Dívida Ativa);

Esclarecer a inconsistência dos dados apresentados no relatório SIA 215, onde o total de baixas por cancelamento é de R$ 201,1 milhões, enquanto no Demonstrativo da Movimentação da Dívida Ativa, integrante do Relatório Circunstanciado de Gestão (peça 17), consta o valor de R$ 174,38 milhões para baixas não resultantes de pagamentos. (Título V – GESTÃO PATRIMONIAL, item 1.1.3. Dívida Ativa);

q) Análise Financeira

Justificar e esclarecer a inclusão, no Ativo Circulante, das contas referentes aos Repasses Precatórios TJ (2% RCL) não empenhados, portanto sem a respectiva contrapartida no Passivo destes Empenhos, conforme determina o MCASP quanto a sua contabilização, no montante acumulado de 1,2 bilhão. (Título V – GESTÃO PATRIMONIAL, item 1.2.2. Análise Financeira);

r) Divida Geral

Justificar as divergências de valores e a não contabilização das apropriações e baixas de Amortização da Dívida e de Juros e Encargos, em que no SIA 845 consta que na Conta 91213200 – Juros e Encargos da Dívida, foi efetivado o pagamento de R$ 734.180.531,84 e na Conta 91214600 – Amortizações da Dívida foram pagos R$ 819.987.460,27, enquanto que no Demonstrativo das Alterações da Dívida Fundada Interna e Externa 2014, (peça 12, fls. 552) encontra-se demonstrado como Baixa o valor de R$ 374.133.955,63. Ainda, os valores apresentados no Anexo 16-b da Lei 4.320, Demonstrativo das Dividas Fundadas Internas e Externas, os valores de Baixa somaram R$ 705.993.340,11 e R$ 113.994.120,16, respectivamente, para amortização da dívida e pagamento de juros e encargos. (Título V – GESTÃO PATRIMONIAL, item 1.2.4. Dívida Geral);

s) Precatórios

Esclarecer da regularização das devidas baixas nos registros do Passivo, da Dívida Fundada com Precatórios pagos em 2013 e não baixados naquele exercício, determinação do Acórdão de Parecer Prévio nº 314/14, Contas do Governador Exercício de 2013. (Título V – GESTÃO PATRIMONIAL, item 1.2.5. Precatórios);

Esclarecer a não regularização dos registros contábeis relativos ao valor de R$ 900,6 milhões em 2008 e 13,5 milhões em 2009, de Precatórios, transferidos do Passivo Financeiro para o Passivo Permanente em 2008 e ainda pendente de regularização contábil. (Título V – GESTÃO PATRIMONIAL, item 1.2.5. Precatórios);

Esclarecer a inconsistência existente entre os valores de R$ 275,2 milhões referentes às baixas no balanço e os pagamentos efetuados pelo Judiciário, na Conta Especial Executivo com R$ 34,7 milhões e na Conta Cronológica Judiciário R$ 674,2 milhões, totalizando o montante de R$ 708,9 milhões, (Tabela 66 e Tabela 67). (Título V – GESTÃO PATRIMONIAL, item 1.2.5. Precatórios);

Justificar a ausência de registro contábil dos juros de mora relativos aos precatórios fixados nas sentenças, na contabilidade do Estado, contrariando os Princípios Fundamentais de Contabilidade, especialmente o da Oportunidade. (Título V – GESTÃO PATRIMONIAL, item 1.2.5. Precatórios);

Justificar o não repasse dos recursos de Precatórios ao Tribunal de Justiça do Estado referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2014, no valor de R$ 45 milhões, R$ 45,4 milhões e R$ 49,6 milhões respectivamente. (Título V – GESTÃO PATRIMONIAL, item 1.2.5. Precatórios);

Justificar a não observância dos procedimentos contábeis de contabilização quando do Repasse dos Precatórios TJ (2% RCL) não empenhados ao Judiciário, que representou R$ 523.000.150,25 no exercício de 2014, e o montante acumulado até este exercício totaliza R$ 1,2 bilhão, para a conta de reserva de Precatórios do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Assim está se descumprindo o estabelecido no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Portaria 637/2012 – STN), que

estabelece regras de harmonização a serem observadas, de forma permanente, pela administração Pública, bem como define orientações metodológicas, consoante os parâmetros definidos pela Lei Complementar nº 101/2000, em especial no tocante a contabilização e escrituração do empenho dos repasses. (Título V – GESTÃO PATRIMONIAL, item 1.2.5. Precatórios);

Apresentar listagem com a relação dos precatórios Judiciais Baixados (Pagos e/ou Cancelados), que tiveram no exercício de 2014 sua extinção dos processos, e regularizar no exercício de 2015 o registro contábil procedendo as devidas baixas nos registros do Passivo, da Dívida Fundada com Precatórios (Título V – GESTÃO PATRIMONIAL, item 1.2.5. Precatórios);

t) Saldo Patrimonial

Esclarecer a alteração do Saldo Final da Conta Saldo Patrimonial do Exercício de 2013 conforme SIA860 (Balanço Patrimonial) que era de R$ 3.181.227.317,55 e o valor constante do mesmo relatório para o Exercício de 2014, como Saldo Anterior da conta Saldo Patrimonial de R$ 3.232.773.919,51, ocasionando uma diferença a maior de R$ 51.546.601,51, que necessita ser justificada e ajustada. (Título V – GESTÃO PATRIMONIAL, item 1.3. Saldo Patrimonial);

u) Gestão Previdenciária

Justificar o não repasse da insuficiência de transferências de recursos pelo Estado aos Fundos Financeiro e Militar, igualmente acerca da insuficiência de caixa liquida dos referidos fundos em 31/12/14, na ordem de R$ 36.471.838,96 e R$ 23.325.440,36 respectivamente. (Título VI – GESTÃO PREVIDENCIÁRIA, Capítulo 5. Resultados Orçamentário e Financeiro dos Fundos Previdenciários);

Justificar a diferença entre os valores apresentados como devido pelo Poder Executivo da contribuição patronal do servidor ativo e da Contribuição Patronal Adiciona, no valor de R$ 70,2 milhões, com o valor constante como restos a pagar de R$ 69,1 milhões (Título VI – GESTÃO PREVIDENCIÁRIA, Capítulo 6. Divergências nos Valores Repassados e a Repassar aos Fundos Previdenciários);

Esclarecer a composição da conta 4414.0101-Contribuição dos Servidores, presente no SIA215, no valor de R$ 136.513.236,62. (Título VI – GESTÃO PREVIDENCIÁRIA, Capítulo 6. Divergências nos Valores Repassados e a Repassar aos Fundos Previdenciários);

Esclarecer a forma que como são contabilizados os valores recebidos dos Poderes e devidos ao Fundo de Previdência, demonstrando em que rubrica o valor esta lançado. (Título VI – GESTÃO PREVIDENCIÁRIA, Capítulo 6. Divergências nos Valores Repassados e a Repassar aos Fundos Previdenciários);

Justificar a diferença entre o valor constante no Demonstrativo dos Valores Repassados aos Fundos Previdenciários (Peça 43, fl. 2) – Tabela Instrução DCE nº 77, no valor de R$ 165.033.516,77, em face do Balanço Patrimonial do Fundo de Previdência, conta crédito a curto prazo, no total de R$ 144.465.717,30. (Título VI – GESTÃO PREVIDENCIÁRIA, Capítulo 6. Divergências nos Valores Repassados e a Repassar aos Fundos Previdenciários);

v) Limites Constitucionais

Esclarecer o motivo da não aplicação de valores em Ciência e Tecnologia no percentual exigido constitucionalmente de 2% da receita Tributária, aplicando o equivalente a 1,83% da base de cálculo (Título VII – LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS, item 1.3. Aplicação de Recursos em Ciência e Tecnologia);

w) Resultado Primário

Justificar a divergência entre o Resultado Primário obtido (Déficit Primário de R$ 445.285.695,94) e o apresentado no Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do 6º Bimestre de 2014, publicado no Diário Oficial do Estado de 02/03/2015, fls. 35 e 36, quando foi divulgado um Superávit Primário de R$ 934.244.622,86 (Título VII – LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS, item 3.2.1. Resultado Primário);

Justificar a ocorrência de Déficit Primário de R$ 445.285.695,94, enquanto a meta definida na LDO estabelecia um superávit Primário de R$ 2.339.690.000,00 (Título VII – LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS, item 3.2.1. Resultado Primário);

x) Resultado Nominal

Justificar o fato do Estado não atender ao valor fixado para o período em análise de Resultado Nominal previsto na LDO de R$ 986 milhões, enquanto o apurado para o período foi um acréscimo do montante da Dívida Consolidada Líquida de R$ 2,76 bilhões. (Título VII – LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS, item 3.2.2. Resultado Nominal);

Justificar a divergência entre o Resultado Nominal obtido em 2014, déficit de R$ 2.758.645.436,64 e o publicado no Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do 6º Bimestre de 2014, publicado no Diário Oficial do Estado de 02/03/2015, fls. 34, que apresentou um déficit de R$ 1.033.479.260,28 (Título VII – LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS, item 3.2.2. Resultado Nominal);

y) Constatações Específicas Encaminhadas pelas ICEs

Apresentar esclarecimentos quanto aos apontamentos feitos pela 5ª Inspetoria de Controle Externo, relativos ao pagamento a fornecedores efetuados em atraso, além de pagamentos de encargos financeiros e multas, fato que tem se verificado desde o exercício de 2013, com continuidade no exercício de 2014 (Título VIII – DO EXERCÍCIO DO CONTROLE EXTERNO DO TC, item 3.1.1 Pagamentos a Fornecedores Efetuados com Atraso: Encargos Financeiros e Multas);

Considerando que o Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro (SIAF) é mantido pela Secretaria da Fazenda, e, que sua eventual inoperância impede o Tribunal de Contas de realizar plenamente suas atividades, imperioso que o Estado se manifeste em sede de contraditório acerca da Disponibilização Tardia do SIAF (Título VIII – DO EXERCÍCIO DO CONTROLE EXTERNO DO TC, item 3.1.2 Disponibilização Tardia do SIAF);

z) Ressalvas, Recomendações e Determinações de Exercícios Anteriores

Justificar o não atendimento das seguintes recomendações ou determinações deste Tribunal referente às Prestações de Contas do Executivo estadual de exercícios anteriores, conforme segue:

1 – Referente ao Exercício de 2013

Ressalvas

a) Equívoco na formalização do Balanço Orçamentário, retificado no curso do processo;

b) Não elaboração do Demonstrativo de Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

c) Estorno de empenhos já liquidados;

d) Divergência entre o Resultado Orçamentário apresentado e o apurado pela Unidade Técnica;

e) Insuficiência de caixa no valor de R$ 679 milhões (disponibilidade financeira);

f) Não atendimento do percentual mínimo em Ciência e Tecnologia;

g) Resultado Primário Deficitário;

h) Existência de fundos especiais inativos;

i) Inobservância do Art. 13 do Decreto 8354/13 (depósito nas subcontas dos Fundos Especiais);

j) Baixa efetividade da arrecadação de créditos inscritos em Dívida Ativa e seu baixo índice de recuperação;

k) Elevado índice de cancelamento de créditos por prescrição.

Determinações

a) Solicitar aos serviços sociais autônomos dependentes, nos próximos exercícios, os dados da execução orçamentária e financeira, procedendo,

consequentemente, à consolidação dos demonstrativos da Gestão Fiscal, especialmente das despesas com pessoal;

b) Extinguir os fundos especiais inoperantes que ainda subsistem;

c) Criar as subcontas respectivas e implantar os demais mecanismos previstos na Lei nº 17.579/13 e no Decreto 8354/13.

Recomendações

d) Demonstrar, nas próximas Prestações de Contas, que os remanejamentos (alterações orçamentárias) encontram amparo legal;

e) Regularizar o registro contábil faltante, mediante solicitação ao Tribunal de Justiça de uma listagem dos Precatórios pagos/cancelados e/ou uma declaração dos pendentes, sem prejuízo de que a Inspetoria de Controle Externo, responsável pela fiscalização do Tribunal de Justiça, adote as providências pertinentes para garantir que a solicitação do Governo seja atendida;

f) Implementar, de maneira uniforme, na estrutura administrativa do Estado, mecanismos informatizados de controle e processamento da folha de pagamento, bem como criar processos de verificação do correto uso dos respectivos sistemas;

g) Realizar amplo estudo da atual organização administrativa do Estado com o escopo de avaliar a possível extinção de órgãos/entidades que exerçam funções idênticas (duplicidade de funções);

h) Manter os esforços na estruturação e fortalecimento da Controladoria Geral do Estado, de modo a tornar sua atuação mais efetiva e autônoma;

i) Manter os esforços na implementação da Defensoria Pública, sem prejuízo de uma maior regionalização do programa;

j) Priorizar seus esforços no ensino básico/fundamental, precipuamente no sentido de que o investimento em Ensino Superior se dê com recursos federais

e, consequentemente, que as estruturas físicas, cursos e quadro de pessoal das IES estaduais não sejam ampliados com recursos estaduais;

k) Aprimorar os mecanismos de recebimento das dívidas inscritas e estabelecer estratégias dirigidas à melhoria do índice de recuperação de valores inscritos em dívida ativa.

Referente ao Exercício de 2012

Ressalvas

a) Omissão em apresentar o relatório de impacto econômico-financeiro e ações para compensação das perdas, conforme disposto pelo Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

b) Ausência de registro contábil dos juros de mora em precatórios.

c) Inobservância do mandamento constitucional – aplicação mínima em saúde

d) Descumprimento da meta de resultado primário estabelecida na LDO

Determinações

a) Adequação do sistema de repasses financeiros aos fundos especiais de forma que esses reflitam efetivamente as previsões na Lei Orçamentária anual.

b) Efetivação do registro contábil dos juros de mora em precatórios

c) Cumprir o comando constitucional vazado no Art. 205, caput, da Constituição do Estado do Paraná, realizando os repasses para o "fomento da pesquisa científica e tecnológica" mensalmente, em duodécimos da arrecadação tributária.

d) Ao Governo do Estado, em relação às ações e serviços públicos de saúde:

e) - Efetuar a aplicação, no exercício de 2013, dos R$ 596 milhões que deixou de aplicar no exercício de 2011.

f) - Efetuar a aplicação, no exercício de 2013, dos R$ 533,5 milhões que deixou de aplicar no exercício de 2012.

Recomendações

a) Implantação de controles e indicadores aptos a avaliar os projetos e os pesquisadores, inclusive possibilitando relacionar um a outro, e impedindo o aporte de recursos a agente que não atue efetivamente em pesquisa de cunho científico e/ou tecnológico. O controle e avaliação devem estar dirigidos também à efetividade e aplicabilidade da pesquisa, voltada ao desenvolvimento socioeconômico.

b) Ao Governo do Estado, em relação às obras públicas:

c) A utilização de ferramentas de geoprocessamento;

d) O número adequado de estados de situação, que retratem a realidade física e contratual das obras de forma fidedigna;

e) A vinculação a informações de multimídia;

f) A publicidade das informações através da Internet;

g) A contínua atualização, documentação de alterações e treinamento efetivo de uso da ferramenta.

2 – Referente ao Exercício de 2011

Ressalvas

a) Falta de aplicação de 2% da receita tributária em despesas com ciência e tecnologia, deixando de investir no exercício de 2011 o montante de R$ 59 milhões.

Determinações

a) Que o Governo do Estado em conjunto com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, aprimore os mecanismos de gestão e controle da contabilização dos juros de mora incidentes sobre as dívidas com precatórios, bem como o sistema de baixas contábeis em razão dos pagamentos realizados pelo Poder Judiciário e, que não estão sendo registrado tempestivamente na contabilidade,

o que implica em não refletir a real situação do Estado dessa espécie de dívida em seu balanço.

b) Que o Governo do Estado imprima maior efetividade na gestão da dívida pública (redução), tendo em vista o crescimento de 4,36% em relação ao exercício de 2010.

c) Que o Governo do Estado:

d) a) efetue a aplicação de 2% da receita tributária em despesas com ciência e tecnologia, passando a adotar-se como critério de aplicação o conceito de despesa liquidada e não mais de despesa empenhada;

e) b) recomponha até o final do exercício de 2012 os valores que deixou de investir em 2011 (R$ 59 milhões).

f) Que o Governo do Estado:

g) a) promova dentro do prazo de 180 dias, o encaminhamento ao Poder Legislativo de projeto de lei, regulamentando a criação e número de cargos em comissão no Estado do Paraná;

h) b) promova até o final de 2012, a implantação de plano estratégico, evitando a perda de qualidade no serviço público, diante do significativo número de aposentadorias a ocorrer nos próximos 02 anos.

i) Que enquanto as determinações contidas em ‘a’ e ‘b’ supra não forem implementadas, repasse integralmente os recursos pertencentes aos fundos e registrados nas contas vinculadas;

j) Efetue o repasse imediato e integral dos recursos previstos na Lei nº 12.020/1998 ao Fundo Paraná, dado o risco de atraso tecnológico a que está submetido o Paraná com aplicações inferiores ao mínimo previsto legalmente.

k) Que o Governo do Estado, dentro do prazo de 180 dias, proceda ao registro contábil dos bens e direitos do Estado e respectiva reavaliação para que o

Balanço reflita fidedignamente sua posição patrimonial e financeira e atenda plenamente aos princípios fundamentais de contabilidade.

Após a manifestação do Poder Executivo Estadual, retorne a esta DCE para instrução conclusiva.

É a instrução.

Diretoria de Contas Estaduais, 26 de junho de 2015.

Edemilson José Pego – Diretor

Coordenação:

José Mario Wojcik – Analista de Controle Contábil – Mat. nº 51.103-0
Danielle Moraes Sella – Analista de Controle Econômico – Mat. nº 50.630-3

Equipe Técnica:

Adão Mario Roiko – Analista de Controle Contábil – Mat. nº 51.266-4
Alexandre Bimbato Freire – Analista de Controle Contábil – Mat. nº 51.110-2
André Maurício T. da Silva – Analista de Controle Administrativo – Mat. nº 51.328-8
David Almeida Santos – Analista de Controle Administrativo – Mat. nº 51.870-0
Ernesto José da Silva – Analista de Controle Contábil – Mat. nº 51.241-9
Guilherme Berdião Aor – Analista de Controle Contábil – Mat. nº 50.502-1
Juliana Mengarda – Analista de Controle Jurídico – Mat. nº 51.736-4
Lívio Fabiano Sotero Costa – Analista de Controle Administrativo – Mat. nº 51.430-6
Luciano Carlos Nogueira Marques – Consultor Técnico – Mat. nº 50.607-9
Nei Jorge Ribeiro da Silva – Analista de Controle Contábil – Mat. nº 50.328-2
Onivaldo Ferreira dos Santos – Técnico de Controle – Mat. nº 50.686-9
Paulo Sergio de Oliveiro Busato – Técnico de Controle – Mat. nº 50.449-1
Pedro Teixeira – Analista de Controle Contábil – Mat. nº 51.097-1
Ricardo Akio Inoue – Analista de Controle Administrativo – Mat. nº 51.365-2
Thais Yumi Gohara – Analista de Controle Jurídico – Mat. nº 51.471-3

CONTAS DO GOVERNADOR

EXERCÍCIO 2014

Instrução nº 312/15
DCE



TCEPR | TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

DIRETORIA DE CONTAS ESTADUAIS

PROCESSO Nº:	**268306/15 - TC**
ENTIDADE:	**ESTADO DO PARANÁ**
INTERESSADO:	**CARLOS ALBERTO RICHA** **GOVERNADOR**
ASSUNTO:	**PRESTAÇÃO DE CONTAS DO GOVERNO ESTADUAL** **EXERCÍCIO DE 2014**
INSTRUÇÃO Nº:	**312/15-DCE**

Nos termos do Despacho nº 1662/15 do Gabinete do Conselheiro José Durval Mattos do Amaral (peça 104), retorna a esta Diretoria de Contas Estaduais o presente processo de Prestação de Contas do Governo do Estado do Paraná, relativa ao exercício de 2014, para nova manifestação face à apresentação de esclarecimentos e documentos constantes nas peças 95 a 101, complementados pela documentação posteriormente juntada à peça 108.

O presente processo foi inicialmente analisado por esta Diretoria nos termos da Instrução nº 70/15-DCE (peça 72), que observou a necessidade de maiores esclarecimentos acerca de atendimento de preceitos constitucionais, legais, contábeis e de Administração Pública, para que se pudesse emitir uma opinião técnica conclusiva.

Assim, esta Diretoria sugeriu ao Conselheiro Relator, em respeito ao princípio do contraditório e da ampla defesa, que fosse dada ciência ao Senhor Governador do Estado do conteúdo daquela Instrução para que ele, querendo, através de seus órgãos técnicos se manifestasse no prazo fixado pelo Relator, prestando os esclarecimentos, justificativas e/ou juntando os documentos necessários para esclarecer os pontos elencados.

O Conselheiro Relator, por sua vez, expediu o Despacho nº 1100/15-GCDA (peça 74), encaminhando os autos à Diretoria de Protocolo para citação do Excelentíssimo Sr. CARLOS ALBERTO RICHA, Chefe do Poder Executivo Estadual, mediante disponibilização do despacho por meio eletrônico e com certificação nos autos de sua realização, para, querendo, apresentar ao Tribunal as razões de contraditório quanto ao contido na Instrução nº 70/15-DCE.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

Em resposta, por meio da documentação juntada às peças 95 a 101, complementada pela peça 108, foram apresentadas as justificativas, as quais serão objeto da presente análise, seguindo-se a síntese dos apontamentos contidos na conclusão da citada Instrução, e as novas conclusões face os elementos e esclarecimentos apresentados nas peças de defesa.

I – ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS

a) Organização Administrativa do Estado

Considerando a obrigação legal das entidades, esclarecer o motivo da não apresentação de prestação de contas individualizada a este Tribunal pelas Empresas controladas em conjunto por Sociedade de Economia Mista Estadual, inclusive as aquisições do período. Destaca-se a competência legal atribuída à Corte de Contas, para "julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta", nos termos do que dispõe o Art. 75, II, da Constituição do Estado do Paraná. (Título II – ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO, Capítulo 1. Estrutura Institucional)

JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS (SEFA – Informação nº 814/2015-CAFE/DICON – peça 97, fls. 1 e 2)

Resposta: *Neste ponto foi abordado quanto a questão de algumas entidades controladas que não estão cadastradas no TCE-PR, relacionadas nas Tabelas 5 e 6, que segundo entendimento da DCE estariam submetidas ao controle externo exercido pelo Tribunal de Contas. Anexamos ao final do presente documento, no bloco de anexos, na parte relativa ao item "A" Organização Administrativa do Estado Ofício nº RE-C/419/2015/DRI da COPEL, a qual presta os devidos esclarecimentos referentes ao apontamento levantado.*

Também, por meio do Ofício nº 124/2015/DG/SEFA, solicitamos para a Diretoria de Relações Institucionais da COPEL, endereçado ao Diretor Sr. Cristiano Hotz, para que diligencie junto as empresas estatais citadas no referido contraditório a complementação de informações conforme exposto no referido ofício, incluso no item "A" Organização Administrativa do Estado.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

ESCLARECIMENTOS APRESENTADOS PELA COPEL

Tem-se que a Companhia visando cumprir os ditames da Constituição Federal, em seis arts. 37, 70 e seguintes, a Lei Complementar 113/2015, IN 93/2013 e IN 99/14 informou no Relatório da Administração a constituição das citadas Sociedades e dezembro de 2014. Ocorre, contudo que no exercício de 2014 houve tão somente a constituição das Sociedades, sendo que não houve qualquer movimentação que implicasse na geração automatizada de demonstrativos financeiros, gerenciais e contábeis de natureza legal e regulamentar, nos termos da Lei nº 6.404/76, no período, que imputasse o dever a essa Companhia.

Ainda, quanto às demais sociedade (Tabela 6) a Companhia Paranaense detém participação minoritária, sendo elas, portanto sociedades com personalidade jurídica própria e distinta da sua e, com responsabilidade para a gestão e prestação de Contas perante o Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Assim, entende-se que essa Companhia não possui poder para responder em nome daquelas Sociedades.

ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS

Inicialmente, em relação à alegação da COPEL, de que no exercício de 2014 houve tão somente a constituição das Sociedades, sem que houvesse qualquer movimentação que implicasse na geração automatizada de demonstrativos financeiros, gerenciais e contábeis de natureza legal e regulamentar, nos termos da Lei nº 6.404/76, cabe ponderar que a apresentação da prestação de contas a este Tribunal vai além dos demonstrativos contábeis, compreendendo a apresentação de vários outros documentos, conforme estabelecido pela Instrução Normativa nº 101/2014, especificamente para o exercício de 2014.

Assim, o fato de não ter havido movimentação que implicasse geração de demonstrativos não exime os administradores de encaminhar a prestação de contas da Entidade sob a sua gestão.

Quanto à responsabilidade pelo envio da prestação de contas a este Tribunal, de fato cabe ao representante legal de cada uma das entidades. Porém, considerando que se trata de gestão de recursos públicos investidos nestas entidades pela Companhia Paranaense de Energia - COPEL que, em última instância são também do Governo do Estado do Paraná, cabe a estes também a tomada de medidas no sentido de que haja o devido cumprimento das exigências legais concernentes à fiscalização destes recursos pelos órgãos de controle externo.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

Cabe mencionar que com relação e este assunto, foi instaurado pela 2ª Inspetoria de Controle Externo, o Requerimento Interno protocolado sob o nº 599531/15, que trata justamente da questão da existência de entidades criadas e adquiridas pela COPEL, que não estavam cadastradas neste Tribunal de Contas e consequentemente não estavam prestando contas, sugerindo inclusive a instauração de tomadas de contas ordinárias, se necessário.

Neste processo, por meio do Despacho nº 3362/15-GP, o Exmo. Presidente teste TCE-PR, Conselheiro Ivan Lelis Bonilha, baixou a seguinte determinação:

> "No entanto, antes de deliberar quanto à instauração da Tomada de Contas e à alteração da distribuição dos segmentos da Administração Estadual, acolho a sugestão da DCE e determino o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo, que deverá:
>
> 1) incluir a COPEL (CNPJ 76.483.817/0001-20) como interessada neste protocolado;
>
> 2) proceder à intimação da COPEL, mediante ofício registrado com AR, para, em (15) quinze dias: (i) proceder ao cadastro de todas as suas subsidiárias e controladas que ainda não constam dos registros deste Tribunal e (ii) providenciar o encaminhamento das prestações de contas de tais subsidiárias e controladas, de forma individualizada e via e-contas (e não diretamente neste processo), desde o período em que foram criadas/adquiridas, sob pena de instauração de Tomada de Contas Ordinária; e
>
> 3) acompanhar o prazo de resposta."

Contudo, em que pese ter sido instaurado um processo específico objetivando a regularização desta situação, entende-se que permanece a responsabilidade solidária da COPEL e indiretamente do Estado, por tomar providências no sentido de que sejam devidamente cadastradas neste Tribunal todas as subsidiarias e controladas adquirida/criadas pela Companhia Paranaense de energia, para posterior encaminhamento das prestações de contas desde o período em que foram criadas ou adquiridas.

CONCLUSÃO: Justificativas Parcialmente Acatadas. Ponto Passível de Recomendação

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

b) Instrumentos de Planejamento

b.1) Justificar a falta dos indicadores apuráveis para avaliação do exercício de 2014, referentes aos Programas: 6 - Educação para Todos, 8 - Excelência no Ensino Superior, 10 - Morar Bem Paraná e 14 - Paraná Sustentável, no documento referente ao Acompanhamento do Plano Plurianual 2012-2015 (peça 64), bem como as divergências nos índices de execução das metas físicas no Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento – 2014 (peça 63). (Título III – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA , item 1.1. Plano Plurianual).

JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS (SEFA – Informação nº 814/2015-CAFE/DICON – peça 97, fls. 02 a 04)

I – falta de indicadores apuráveis para avaliação do exercício de 2014, referentes aos Programas: 6 - Educação para Todos, 8 - Excelência no Ensino Superior, 10 - Morar Bem Paraná e 14 - Paraná Sustentável

Resposta: *Neste ponto foi abordado quanto a falta de indicadores apuráveis para avaliação do exercício de 2014, dos programas acima mencionados. Anexamos ao final do presente documento, no bloco de anexos, na parte relativa ao item "B" Instrumentos de Planejamento – Indicadores, conforme respostas encaminhadas pelos órgãos competentes.*

No respectivo "bloco de anexos", foram apresentadas justificativas pelos setores responsáveis por cada um dos Programas citados, sendo:

PROGRAMA: 6 – EDUCAÇÃO PARA TODOS, justificativas apresentadas pela Secretaria de Estado da Educação, SEED (peça 98, fls. 09)

Informamos que as taxas referente aos indicadores abaixo não foram divulgados pelo IBGE

- Taxa de Analfabetismo Funcional de Pessoas com 10 Anos ou Mais de Idade (até 4 anos de estudo)

- Taxa de Analfabetismo de Pessoas com 15 Anos ou Mais de Idade

- Taxa de Escolarização Líquida do Ensino Fundamental de 9 Anos

- Taxa de Escolarização Líquida do Ensino Médio

Informamos que a taxa apurada para os indicadores abaixo, foi divulgada pelo INEP em julho de 2015 e a atualização do SIGAME teve como data limite para atualização 27/02/2015.

- Taxa da Distorção Idade Série do Ensino Médio da REE 23,70%

- Taxa de Distorção Idade Série dos Anos Finais do Ensino Fundamental da REE 21,00%

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

PROGRAMA: 8 – EXCELÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR, justificativas apresentadas pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, SETI. (peça 98, fls. 12 a 27).

Embora na folha 12 conste se tratar do tema em questão, nas folhas seguintes (13 a 27) encontra-se tão somente o Relatório da Gestão do Fundo Paraná - 2014, elaborado pela Unidade Gestora do Fundo Paraná — UGF/SETI, não havendo menção a respeito do Programa Excelência no Ensino Superior

PROGRAMA: 10 – MORAR BEM PARANÁ, justificativas apresentadas pela Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR. (peça 98, fls. 28 a 39).

A justificativa apresentada se resume ao encaminhamento de cópia da Lei nº 17.013/2011, com o anexo do PPA do programa Morar Bem Paraná, ressaltando que a apuração se dá em função da redução de déficit habitacional do Estado do Paraná, através da contratação de unidades habitacionais.

PROGRAMA: 14 – PARANÁ SUSTENTÁVEL, justificativas apresentadas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA. (peça 98, fl. 44).

Em atenção ao solicitado no Ofício 94/2015/DG/SEFA, e também a Instrução DCE 2015, com questionamentos acerca da falta de indicadores apuráveis para avaliação do exercício de 2014 no Programa Paraná Sustentável, a fim de compor resposta ao Contraditório das Contas do Governador 2014, informamos que os objetivos destacados no programa em questão não foram alcançados por conta da escassez de recursos orçamentários disponíveis para as despesas necessárias.

II - divergências nos índices de execução das metas físicas no Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento – 2014

Resposta: Em relação ao apontamento do Título III – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, Capítulo 1 - INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO, item 1.1. - PLANO PLURIANUAL, no que diz respeito às divergências nos índices de execução das metas físicas no Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento – 2014 (peça 63), destaca-se que trata-se de situação inerente ao lançamento de dados no Sistema Integrado de Gestão, Avaliação e Monitoramento Estadual - SIGAME, programa utilizado pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL em conjunto com a Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA, cujos esclarecimentos às ocorrências apontadas segue abaixo:

- ***Atividade Orçamentária 4094 – Renova Escola:***
- ***Obra 0024 - Ampliar e/ou melhorar estabelecimento de ensino:***

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

• A quantidade original prevista na LOA para execução no exercício de 2014, referente a melhorias e/ou ampliações em estabelecimentos de ensino, foi de 414 m², com valor inicial previsto em R$ 497.840,00 (quatrocentos e noventa e sete mil, oitocentos e quarenta reais). No entanto, em função da necessidade de readequações e priorizações de ações, foram necessários ajustes orçamentários, provocando o cancelamento da maioria das ações incluídas nessa obra. O recurso orçamentário remanescente foi remanejado para atendimento de outras ações da Secretaria de Estado da Educação - SEED, tendo sido realizado somente 1,2% em relação ao previsto, o que se refere à adequação executada em apenas um estabelecimento de ensino.

• Da forma pela qual o sistema SIGAME foi concebido, o percentual de EXECUÇÃO financeira demonstrado ficou em 100%, pois no caso de cancelamento parcial do recurso originalmente previsto o sistema faz cotejamento ao que restou de recurso, mantendo o total orçamentário igual ao total empenhado. Tal situação gera inconsistência na análise da execução física, cujo percentual é calculado relacionando o REALIZADO com a medida prevista na LOA. A SITUAÇÃO foi selecionada como CONCLUIDA e, tendo em vista que a quantidade REALIZADA foi considerada em relação ao valor restante e não em relação ao valor inicialmente alocado na LOA, gerou-se erro de interpretação.

• Importante debater essa questão junto à SEPL, responsável pela criação do programa SIGAME e pela elaboração do Plano Plurianual – PPA, visando analisar e decidir acerca do referido sistema e os ajustes necessários para a melhor inferência feita pelo mesmo em situações de alterações do valor previsto na LOA.

- ***Obra 0040: Ampliar e/ou melhorar estabelecimento de ensino:***

• No ato da elaboração da LOA 2014, a quantidade prevista para a obra em questão foi de 464 m². Porém, houve equívoco de digitação quanto à quantidade REALIZADA, visto que, ao invés de 193 m², o correto seria de 248 m². Esse equívoco por si só não esclarece a dúvida suscitada no apontamento feito pela DCE, qual seja, a discrepância de valores entre o índice de execução e a opção pela situação de CONCLUÍDA, valendo para esse detalhe a mesma justificativa prestada na obra 0024, em relação à forma de análise realizada.

- ***Obra 0044: Ampliar e/ou melhorar estabelecimento de ensino:***

• No ato da elaboração da LOA 2014, a quantidade prevista para a obra em questão foi de 314 m². Porém, houve equívoco de digitação quanto à quantidade REALIZADA, visto que, ao invés de 105 m², o correto seria de 152 m². Esse equívoco por si só não esclarece a dúvida suscitada no apontamento feito pela DCE, qual seja, a discrepância de valores entre o índice de execução e a opção pela situação de CONCLUÍDA, valendo para esse detalhe a mesma justificativa prestada na obra 0024, em relação à forma de análise realizada.

- ***Obra 0050: Ampliar e/ou melhorar estabelecimento de ensino:***

• A quantidade original prevista na LOA para execução no exercício de 2014, referente a melhorias e/ou ampliações em estabelecimentos de ensino, foi de 378 m², com valor inicial previsto em R$ 453.930,00 (quatrocentos e cinquenta e três mil, novecentos e

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

trinta reais). No entanto, em função da necessidade de readequações e priorizações de ações, foram necessários ajustes orçamentário, provocando o cancelamento da maioria das ações incluídas nessa obra. O recurso orçamentário remanescente foi remanejado para atendimento de outras ações da Secretaria de Estado da Educação - SEED, sendo realizado somente 1,2% em relação ao previsto, o que se refere à adequação executada em apenas um estabelecimento de ensino.

• Da forma pela qual o sistema SIGAME foi concebido, o percentual de EXECUÇÃO financeira demonstrado ficou em 100%, pois no caso de cancelamento parcial do recurso originalmente previsto o sistema faz cotejamento ao que restou de recurso, mantendo o total orçamentário igual ao total empenhado. Tal situação gera inconsistência na análise da execução física, cujo percentual é calculado relacionando o REALIZADO com a medida prevista na LOA. A SITUAÇÃO foi selecionada como CONCLUIDA e, tendo em vista que a quantidade REALIZADA foi considerada em relação ao valor restante e não em relação ao valor inicialmente alocado na LOA, gerou-se erro de interpretação.

• Importante debater essa questão junto à SEPL, responsável pela criação do programa SIGAME e pela elaboração do Plano Plurianual – PPA, visando analisar e decidir acerca do referido sistema e os ajustes necessários para a melhor inferência feita pelo mesmo em situações de alterações do valor previsto na LOA.

ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS

Com relação à falta de indicadores apuráveis para avaliação do exercício de 2014 no documento referente ao Acompanhamento do Plano Plurianual 2012-2015, verifica-se que apenas as justificativas apresentadas em relação ao Programa: 6 – Educação para Todos, menciona de fato a questão da ausência de indicadores, porém não traz elementos suficientes para possibilitar a efetiva avaliação do programa no exercício de 2014. Quanto aos demais Programas de Governo, as argumentações não contêm subsídios que permitam suprir a ausência de elementos indicados no exame preliminar.

Quanto às divergências nos índices de execução das metas físicas no Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento – 2014, entende-se que a justificativa apresentada, alegando que o fato é inerente ao lançamento de dados no Sistema Integrado de Gestão, Avaliação e Monitoramento Estadual - SIGAME, não parece ser suficiente para sanear a questão, pois a administração deve providenciar alterações no sistema informatizado para que atenda as necessidades da gestão e apresentem dados consistentes e úteis para avaliar detalhadamente toda execução físico-financeira.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

Especificamente em relação a alguns casos explicitamente arrolados no primeiro exame, de divergências nos índices de Execução Física e Financeira do Orçamento, cujas justificativas foram apresentadas individualmente para cada Projeto/Atividade, verifica-se que a questão central se refere ao fato de que o percentual de execução física apresentado não seria em relação ao inicialmente previsto na LOA, mas teria como base o saldo remanescente após os remanejamentos de dotações para atendimento de outras ações, conforme concepção do sistema SIGAME.

Por esta metodologia entende-se que perde sentido a avaliação da execução financeira, visto que ela não toma por base o previsto na Lei Orçamentária mas utiliza os saldos remanescentes após remanejamentos.

Ainda, quanto às demais justificativas apresentadas para as obras 0040 e 0044, argumentando que houve equívoco de digitação quanto à quantidade realizada, elas evidenciam a fragilidade do sistema e a falta de confiabilidade e consequente utilidade do Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento, como instrumento de acompanhamento e avaliação da realização dos Programas estabelecidos no PPA para cada exercício financeiro.

Assim sugere-se determinação no sentido de que a Secretaria de Estado do Planejamento – SEPL, responsável pelo sistema informatizado que faz avaliação dos Programas de Governo, para que providencie alterações no mesmo para que os relatórios gerados apresentem elementos suficientes e confiáveis para que a administração e também os órgãos de controle, tanto interno como externo, possam avaliar com precisão a real execução tanto física como financeira do estabelecido no PPA em consonância com a LOA.

CONCLUSÃO: Justificativas Não Acatadas. Ponto Passível de Determinação.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

b) Instrumentos de Planejamento

b.2) Planejamento é fundamental para o aprimoramento da gestão pública, e notam-se relevantes mudanças no planejamento 2014, aprovado mediante lei, com variações percentuais que demandam melhor análise, sendo assim, ainda que tenha sido apresentada tabela com as Principais Alterações Orçamentárias - 2014, deve-se complementar a documentação encaminhando demonstrativo individualizado por inciso das alterações ocorridas conforme do art. 14 da LOA (Título III – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, item 1.3.2. Alterações Orçamentárias)

JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS (SEFA – Informação nº 814/2015-CAFE/DICON – peça 97, fls. 04 a 05)

Quanto ao que foi apontado no item 1.3. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (subitem 1.3.2. Alterações Orçamentárias), em relação à solicitação feita pela Diretoria de Contas Estaduais - DCE no sentido de que seja complementada a tabela apresentada com as Principais Alterações Orçamentárias – 2014, ressalta-se que a Coordenação de Orçamento e Programação – COP realizou levantamentos nesse sentido, resultando na elaboração de planilha com os dados solicitados, a qual segue como Anexos Referentes ao apontamento "B", fazendo o demonstrativo individualizado por inciso das alterações ocorridas conforme o art. 14 da LOA (Título III – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, item 1.3.2. Alterações Orçamentárias).

Prestados todos os esclarecimentos quanto aos apontamentos referentes às obras, bem como tendo sido juntado aos autos o demonstrativo solicitado, cujos decretos referenciados estão disponíveis no site da Casa Civil – Sistema Estadual de Legislação1, esperamos ter atendido ao complemento solicitado pela Diretoria de Contas Estaduais – DCE, motivo pelo qual reivindicamos que se considere sanado o apontamento "b".

ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS

Analisando o Demonstrativo das alterações orçamentárias encaminhado neste contraditório (peça 98, fls.46 a 49) verifica-se que ele atende apenas em parte o solicitado, pois as alterações orçamentárias realizadas com base nos incisos IV, V, VI e VII, do art. 14 da LOA, Lei nº 17.886/13, foram agrupados, não apresentando os montantes individuais. Importante mencionar que alguns destes incisos estabelecem limites percentuais para tipo de alteração orçamentária que preveem conforme reproduzido a seguir:

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

> Art. 14. Fica o Poder Executivo autorizado no que lhe cabe a:
>
> (...)
>
> IV - abrir créditos suplementares até o limite de 5% (cinco por cento), do valor global da receita fixada para o exercício de 2014, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, de acordo com o disposto no art. 37 da Lei Estadual nº 17.631, de 2013 – Lei de Diretrizes Orçamentárias – 2014;
>
> V - proceder até o limite de 10% (dez por cento) das dotações definidas neste Orçamento, a compensação, conversão ou criação de Grupos de Fontes e de Fontes de Recursos Ordinários, vinculados ou próprios dos Projetos/Atividades/Operações Especiais e das Obras, sem lhes alterar o valor global, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta Lei. Não serão computados neste limite os créditos suplementares abertos com base nos itens I, II, III e IV deste artigo;
>
> VI – alterar as Modalidades de Aplicação, definidas neste Orçamento, por ato da Secretaria de Estado da Fazenda, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta Lei;
>
> VII - alterar o Programa de Obras, orçado nesta Lei em nível de Projetos/ Atividades Orçamentárias, até o limite de 10% (dez por cento), por Unidades Orçamentárias, custeado com Recursos do Tesouro e de Outras Fontes, desde que tecnicamente justificado. Não serão computados neste limite os créditos adicionais abertos com base nos itens I, II, III e IV deste artigo.
>
> (...)

Por outro lado, verificou-se que, de acordo com este demonstrativo, o total das alterações orçamentárias realizadas com base nos incisos reproduzidos, representou cerca de 4% do orçamento global da receita do estado, evidenciando que não teria sido extrapolado qualquer um dos limites. Assim, considerando também o que já foi apurado no exame preliminar, onde se concluiu que o montante total das alterações ocorridas está dentro dos limites percentuais estabelecidos, pode-se constatar que a falta de apresentação das alterações orçamentárias individualizadas por inciso da Lei Orçamentária não trouxe maiores prejuízos à analise do item.

Entretanto, cabe recomendar que se adote um controle mais detalhado das alterações orçamentárias, por cada inciso da lei orçamentária que autorize estas alterações, inclusive porque o sistema informatizado SEI-CED irá cobrar o envio destes dados de forma eletrônica a partir do exercício de 2016.

CONCLUSÃO: Justificativas Acatadas Parcialmente. Ponto Passível de Recomendação

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

c) Riscos Fiscais

Apresentar explicações quanto à ausência, no Anexo de Riscos Fiscais da Lei nº 17.631/13 (LDO de 2014), da quantificação da exposição aos riscos, bem como as providências a serem tomadas em caso da ocorrência de passivos contingentes, conforme disciplinado pelo Manual de Demonstrativos Fiscais do STN. (Título III – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, item 1.2. Lei de Diretrizes Orçamentárias)

JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS (SEFA – Informação nº 814/2015-CAFE/DICON – peça 97, fls. 05 e 06).

Resposta: *Quanto ao que foi levantado no referido item 1.2. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, esclarecemos que consta na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício de 2014 (Lei Estadual n° 17.631, de 22 de julho de 2013) o Anexo II – Riscos fiscais, que identifica e estima os riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas estaduais, fatos prováveis e ocorrências de difícil previsibilidade, em um cenário econômico nacional eivado de incertezas e ante a uma crise internacional que atingia principalmente os países da zona do Euro, mas com importantes reflexos na economia mundial. Alguns exemplos dispostos no referido anexo são: (i) reforma tributária, cuja proposta visava unificar as alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS entre os estados, ainda em andamento no Senado Federal na ocasião; e (ii) o alcance de matérias relativas à precatórios em apreciação pelo STF.*

O Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA, tem atuado fortemente no sentido de manter a regularidade em sua gestão fiscal, adotando uma disciplina fiscal que implica na redução de despesas, na maior eficiência do gasto público, no aumento da transparência da utilização do dinheiro público, bem como no controle das disponibilidades financeiras e dos valores inscritos em restos a pagar realizado a cada exercício orçamentário e financeiro.

Assim, salientamos que, não obstante a SEFA não ter formatado o Anexo de Riscos Fiscais segundo o modelo proposto pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN através da Portaria n° 637/STN, de 18 de outubro de 20122, tal escolha não

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

gerou consequências no conjunto de iniciativas políticas e esforços envidados para a manutenção do ajuste fiscal das contas do Governo do Estado do Paraná e a persecução do equilíbrio orçamentário e financeiro do Estado.

Por tais razões solicita-se que o apontamento "c" do Título XI (CONCLUSÃO) da Instrução nº 70/15-DCE que diz respeito ao que foi abordado no Título III (GESTÃO ORÇAMENTÁRIA), Capítulo 1 (INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO), seja considerado sanado por essa Egrégia Corte de Contas.

ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS

Em que pesem as justificativas apresentadas afirmando que a Lei de Diretrizes Orçamentárias em seu Anexo II - Riscos fiscais, identifica e estima os riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas estaduais, bem ainda que Estado do Paraná tem atuado fortemente no sentido de manter a regularidade em sua gestão fiscal, adotando uma disciplina fiscal que implica na redução de despesas, na maior eficiência do gasto público, entende-se que a deficiência do Demonstrativo persiste.

Importante salientar que não se trata de falta de formatação do Anexo de Riscos Fiscais segundo o modelo proposto pela Secretaria do Tesouro Nacional, mas de ausência de informações relevantes no referido anexo, deixando de demonstrar a quantificação da exposição aos riscos, bem como as providências a serem tomadas em caso da ocorrência de passivos contingentes, conforme disciplinado pelo Manual de Demonstrativos Fiscais.

CONCLUSÃO: Justificativas parcialmente Acatadas. Ponto Passível de Recomendação

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

d) Balanço Orçamentário

d.1) Apresentar demonstrativo de ajustes do Balanço Orçamentário, incluindo os valores repassados pelo Estado aos Fundos Previdenciários como Interferência Financeira no montante de R$ 1.106.251.294 (Título III – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, item 2.1. Balanço Orçamentário Consolidado da Administração Global)

d.5) Justificar o déficit orçamentário de R$ 775.247.353,50 apresentado na execução orçamentária do Estado, após a inclusão na execução dos valores repassados aos Fundos Previdenciários, referentes a Insuficiência Financeira no montante de R$ 723.200.575,58 ao Fundo Financeiro e R$ 383.050.719,40 ao Fundo Militar, como Interferência Financeira e o valor de R$ 523.000.150,25, referente ao Repasse Precatórios TJ (2% RCL) não empenhados. (Título III – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, item 2.1. Balanço Orçamentário Consolidado da Administração Global)

JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS (SEFA – Informação nº 814/2015-CAFE/DICON – peça 97, fls. 06 a 10)

***Resposta**: O Balanço Orçamentário tem como finalidade apresentar a execução orçamentária em um determinado exercício, apresentando um resultado positivo (superávit) ou negativo (déficit). Com relação aos apontamentos da Diretoria de Contas Estaduais do mencionado Demonstrativo temos a esclarecer:*

Os valores oriundos das Interferências Financeiras Previdenciárias, aportadas pelo Estado neste exercício aos Fundos Financeiro e Militar foram registrados de maneira extraorçamentárias conforme registro na conta 7239.0100 sub conta 10140999 Interferências Financ ParanaPrevidencia do órgão 27.000000 no valor de 1.106.251.294,98. Entretanto conforme orientação da DCE procederemos o ajuste no Balaço Orçamentário a fim de que mesmo reflita a real posição na data do Balanço Geral.

Outro ponto relevante abordado pela Diretoria de Contas Estaduais refere-se aos não empenhamento dos valores de Repasses de Precatórios Tribunal de Justiça (2% RCL) 530 milhões conforme quadro, houve o repasse de 390 milhões e o restante em 2015, entendemos que o valor a ser deduzido do Superávit Orçamentário seja a diferença entre o valor que deveria ser repassado (530 milhões) e o valor pago de precatórios. Conforme ilustrados nos quadros abaixo:

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

Mês	Valor
Janeiro	41.225.889,63
Fevereiro	42.394.789,74
Março	42.855.640,65
Abril	43.374.072,00
Maio	43.498.020,00
Junho	44.041.985,92
Julho	44.540.617,45
Agosto	44.384.568,09
Setembro	44.545.872,44
Outubro	44.951.140,23
Novembro	45.434.075,65
Dezembro	49.628.478,43
Total	530.875.150,23

(*) Cálculo do valor a ser depositado de acordo com o Decreto nº 6335 de 23/02/2010.

Precatórios Pagos em 2014.

EXERCÍCIO	NATUREZA da AÇÃO	VALOR
1997	Alimentar	0,00
	Comum	215.994.507,99
	Desapropriação	47.280.876,21
	sub-total	**263.275.384,20**
1998	Alimentar	0,00
	Comum	1.223.729,56
	Desapropriação	144.896,14
	sub-total	**1.368.625,70**
1999	Alimentar	239.756,88
	Comum	319.198,59
	Desapropriação	0,00
	sub-total	**558.955,47**
2000	Alimentar	0,00
	Comum	141.489,08
	Desapropriação	119.202,40
	sub-total	**260.691,48**
2001	Alimentar	459.869,04
	Comum	380.071,97
	Desapropriação	0,00
	sub-total	**839.941,01**
2002	Alimentar	799.547,71
	Comum	417.952,84
	Desapropriação	12.796,66

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

	sub-total	**1.230.297,21**
2003	Alimentar	443.286,75
	Comum	83.057,63
	Desapropriação	0,00
	sub-total	**526.344,38**
2004	Alimentar	262.981,78
	Comum	0,00
	Desapropriação	0,00
	sub-total	**262.981,78**
2005	Alimentar	334.225,38
	Comum	0,00
	Desapropriação	0,00
	sub-total	**334.225,38**
2006	Alimentar	49.520,91
	Comum	0,00
	Desapropriação	0,00
	sub-total	**49.520,91**
2007	Alimentar	2.051,25
	Comum	0,00
	Desapropriação	0,00
	sub-total	**2.051,25**
2008	Alimentar	340.591,88
	Comum	0,00
	Desapropriação	0,00
	sub-total	**340.591,88**
2009	Alimentar	750.813,84
	Comum	94.338,95
	Desapropriação	0,00
	sub-total	**845.152,79**
2010	Alimentar	1.079.541,88
	Comum	49.832,87
	Desapropriação	0,00
	sub-total	**1.129.374,75**
2011	Alimentar	680.500,05
	Comum	12.366,65
	Desapropriação	0,00
	sub-total	**692.866,70**
2012	Alimentar	965.446,69
	Comum	125.251,23
	Desapropriação	0,00
	sub-total	**1.090.697,92**
2013	Alimentar	1.006.329,88
	Comum	0,00
	Desapropriação	0,00
	sub-total	**1.006.329,88**
2014	Alimentar	1.446.143,36

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

	Comum	0,00
	Desapropriação	0,00
	sub-total	**1.446.143,36**
2015	Alimentar	0,00
	Comum	0,00
	Desapropriação	0,00
	sub-total	**0,00**
TOTAL	Alimentar	8.860.607,28
	Comum	218.841.797,36
	Desapropriação	47.557.771,41
	TOTAL	**275.260.176,05**

Fonte: Setor de Precatórios

Fonte: Setor de Precatórios

Portanto os ajustes no demonstrativo do Balanço Orçamentário Administração Global procederá conforme abaixo:

Título	*Valor*
Superávit Orçamentário	854.004.091,73
(-) Interferências Financeiras - RPPS	(1.106.251.294,98)
(-) Repasse Precatórios TJ (2%) RCL	(530.875.150,23)
(+) Ajuste Repasses Pagamentos de Precatórios	275.260.176,05
Total	-507.862.177,43

Após os ajustes no Balanço Orçamentário, o Estado apresentou um déficit de orçamentário, porém cabe ressaltar que o déficit justifica-se pela utilização de créditos adicionais oriundos do Superávit Financeiro de exercícios anteriores, identificado no Balanço Patrimonial do exercício anterior ao de referência, orientação esta consagrada no Manual de Demonstrativos Fiscais - 5ª edição, válido para o exercício de 2014 e citada na Instrução desta DCE.

A Lei 4.320/64, em seu §2º do artigo 43 estabeleceu que para a apuração do superávit financeiro procederá a operação de subtração do ativo financeiro para o passivo financeiro, deduzindo-se tão somente os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito, a eles vinculados. Sendo superávit a diferença positiva encontrada e déficit a diferença negativa.

O Balanço Patrimonial do exercício de 2013 SIA860 apresentou um Ativo Financeiro de R$ 5.925.898.818,52 e um Passivo Financeiro de 5.361.540.969,72, portanto o superávit financeiro apurado no exercício de 2013 foi de R$ 564.357.848,80 e não de R$ 1.172.201.350,00 como informado na instrução da DCE. Neste sentido mesmo com os ajustes apontados nesta instrução o Resultado Orçamentário Global de 2014 permanece superavitário, conforme quadro abaixo:

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

Título	*Valor*
Superávit Orçamentário	854.004.091,73
(-) Interferências Financeiras - RPPS	(1.106.251.294,98)
(-) Repasse Precatórios TJ (2%) RCL	(530.875.150,23)
(+) Ajuste Repasses Pagamentos de Precatórios	275.260.176,05
(=) Resultado Orçamentário após Ajustes	-507.862.177,43
(+) Superávit Financeiro do Exercício Anterior	564.357.848,80
Total	**56.495.671,37**

ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS

Preliminarmente é importante deixar claro que não se trata de ajuste do Balanço Orçamentário, pois esta demonstração não traz um campo para se informar os valores transferidos a título de interferências financeiras nem valores relativos a despesas deixadas de empenhar. O que se apontou foi a necessidade de ajustes no resultado orçamentário apurado no Balanço Orçamentário.

No que se refere à falta de emissão de empenhos referentes ao repasse de recursos para pagamento de precatórios, correspondentes a 2% da Receita Corrente Líquida, de acordo com o que determina a Emenda Constitucional nº 62/2009, o fato causou distorções no resultado pois, embora os valores tenham sido repassados ao Tribunal de Justiça do Estado Paraná, no exercício de 2014 deixou-se de empenhar este valor. Cabe aqui um adendo, pois merece acolhida a alegação do recorrente quando demonstra que, embora inicialmente não tenha sido empenhado o montante de R$ 530 milhões ao Tribunal de Justiça, no momento do pagamento dos precatórios durante o exercício, parte desse valor efetivamente foi empenhado, restando portanto, sem empenho a quantia de R$ 255,6 milhões.

Quanto às interferências financeiras, a inclusão destes valores na despesa devem ser considerados em virtude de que o pagamento de aposentadorias, pensões e outros benefícios previdenciários é de responsabilidade do Tesouro do ente, cabe a este dotar de crédito orçamentário a unidade executora do pagamento dos benefícios, no caso o RPPS.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

Assim para o RPPS executar a despesa orçamentária, deve o Tesouro repassar a ele os recursos financeiros para fazer frente a estas despesas, que o fará por meio de transferências financeiras, sem a emissão de novo empenho.

Tendo em vista que o Estado não dotou os Fundos Previdenciários de crédito orçamentário, isso gerou um orçamento de despesa ao Orçamento Fiscal superior ao fluxo de receitas orçamentárias a ele destinadas, uma vez que parte dessa receita foi repassada para a cobertura de despesas (insuficiência financeira) executadas de forma descentralizada pelo RPPS.

Com isso, o superávit do orçamento fiscal do exercício, no montante de R$ 854 milhões, foi inferior ao necessário para fazer frente a despesas com benefícios previdenciários de responsabilidade do Governo Estadual.

Assim, considerando ainda o ajuste relativo aos valores não empenhados referentes aos repasses mensais de 2% da Receita Corrente Líquida para pagamento de precatórios, resultaria em um déficit de R$ 508 milhões conforme demonstrativo a seguir.

Tabela 1
Ajuste do Balanço Orçamentário Administração Global - 2014

TÍTULO	VALOR
Superávit Orçamentário conforme Balanço Orçamentário	854.004.091,73
(-) Interferências Financeiras - RPPS	1.106.251.294,98
(-) Repasses Precatórios TJ (2% RCL) não Empenhados	255.614.974,18
(=) Resultado Orçamentário após ajustes	**-507.862.177,43**

Fonte: SIA's 846 e 850, PCA-Fundo de Previdência Processo nº 360393/15, PCA-Fundo Financeiro – Processo nº 35787-2/15 e PCA-Fundo Militar – Processo nº 35832-1/15

Por outro lado, conforme já comentado no exame preliminar, se for considerado o valor referente ao superávit financeiro do exercício anterior, nos termos do art. 43, § 2ª, da Lei nº 4.320/64, utilizado como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, o resultado orçamentário passa a ser superavitário, conforme tabela a seguir.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

Tabela 2
Ajuste do Balanço Orçamentário Administração Global – 2014 (Com Superávit Financeiro exercício anterior)

TÍTULO	VALOR
Superávit Orçamentário conforme Balanço Orçamentário	854.004.091,73
(-) Interferências Financeiras - RPPS	1.106.251.294,98
(-) Repasses Precatórios TJ (2% RCL) não Empenhados	255.614.974,18
(=) Resultado Orçamentário após o ajuste das Interferências Financeiras e Precatórios não Empenhados(Déficit)	-507.862.177,43
(+) Superávit Financeiro do Exercício Anterior, utilizado como fonte de recursos para Créditos Adicionais	564.357.848,80
(=) Resultado Orçamentário após ajustes	**56.495.671,37**

Fontes: Balanço Orçamentário 2014; Balanço Patrimonial 2013; PCA-Fundo Financeiro-Proc:357872/15; PCa-Fundo Militar-Proc:358321/15.

Ante o exposto, considerando que o déficit orçamentário ajustado de R$ 508 milhões pôde ser absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior, entende-se que não há motivos para se indicar restrições nesta prestação de contas.

CONCLUSÃO: Justificativas Acatadas

d) Balanço Orçamentário

d.2) Justificar o desequilíbrio apresentado no Balanço Orçamentário sobre o prisma da nova contabilidade que apresentou uma receita inicial de R$ 37.205.461.270,00 e uma despesa inicial de R$ 37.201.461,270,00. (Título III – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, item 2.1. Balanço Orçamentário Consolidado da Administração Global)

JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS (SEFA – Informação nº 814/2015-CAFE/DICON – peça 97, fls. 10 e 11)

Resposta: *Quanto à questão apontada pela DCE em relação ao desequilíbrio apresentado no Balanço Orçamentário, que apresentou uma receita inicial de R$ 37.205.461.270,00 e uma despesa inicial de R$ 37.201.461,270,00, temos a justificar que a diferença de R$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) levantada é decorrente de suplementação orçamentária autorizada no artigo 44, da Lei Orçamentária Anual - LOA - para o exercício de 2014 (Lei Estadual nº 17.886, de 20 de dezembro de 2013), que dispõe:*

> *"Art. 44. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no orçamento do Ministério Público do Estado do Paraná, antes do início da execução orçamentária de 2014, o valor de R$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) na Fonte 148 - outros convênios/outras transferências, procedendo às devidas alterações no quadro de receita centralizada".*

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

A aludida suplementação foi efetivada através do Decreto n° 9885, de 21 de janeiro de 2014, o qual segue reproduzido em duas imagens a seguir, estando disponível no site da Casa Civil3, seguindo também como anexo ao corpo deste documento, conforme Anexos Referentes ao apontamento "d" do Título XI (CONCLUSÃO) da Instrução nº 70/15-DCE, referente ao Título III (GESTÃO ORÇAMENTÁRIA), Capítulo 2 (EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO), item 2.1. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO CONSOLIDADO DA ADMINISTRAÇÃO GLOBAL.

Feita a justificativa solicitada, pedimos que o apontamento "d" do Título XI (CONCLUSÃO) da Instrução nº 70/15-DCE referente ao Título III (GESTÃO ORÇAMENTÁRIA), Capítulo 2 (EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO), item 2.1. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO CONSOLIDADO DA ADMINISTRAÇÃO GLOBAL considerado sanado por essa Egrégia Corte de Contas.

Anexamos ao final, no bloco de anexos, na parte relativa ao item "D" Balanço Orçamentário e documentação comprobatória aos fatos que ensejaram a divergência citada e Balanço Orçamentário – Global, devidamente retificado.

ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS

Considerando que efetivamente já havia uma previsão na própria lei orçamentária para inclusão de dotação orçamentária correspondente à receita prevista a maior, e que isto se concretizou com a suplementação procedida por meio do Decreto n° 9885, de 21 de janeiro de 2014, bem ainda que em última instância o artigo 166, § 8º, da Constituição Federal dá guarida à possibilidade de utilização de recursos que ficarem sem despesas correspondentes, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa, entende-se que a situação não enseja a indicação de impropriedades na presente prestação de contas.

CONCLUSÃO: Justificativas Acatadas

d) Balanço Orçamentário

d.3) Justificar a divergência entre a receita e a despesa atualizada prevista no Balanço Orçamentário sobre o prisma da nova contabilidade que apresentou um valor de R$ 38.704.603.538,00, enquanto que o SIA850 – Balanço Orçamentário – Metodologia Anterior, apresentou R$ 38.706.766.888,00. (Título III – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, item 2.1. Balanço Orçamentário Consolidado da Administração Global)

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS (SEFA – Informação nº 814/2015-CAFE/DICON – peça 97, fls.11)

Resposta: *A DCE aponta em sua instrução a diferença entre a Receita e a Despesa atualizada no Balanço Orçamentário sobre o prisma da nova contabilidade que apresentou um valor de R$ 38.704.603.538,00, enquanto que o SIA850 – Balanço Orçamentário – Metodologia Anterior, apresentou R$ 38.706.766.888,00.*

A diferença de R$ 2.163.350,00 aconteceu por causa de uma alteração orçamentária indevida feita pelo documento AOR-13.01.0000/4/01169-8, no mês julho de 2014, na fonte 250, com código de identificação de receita de nº. 19909950, no órgão 99, na unidade 99, que produziu uma inconsistência na base de dados dos sistemas COP e SIAF, decorrente do processo de alteração orçamentária PROCESSO-COP nº 001169/2014, indevidamente provocou um acréscimo na receita total do estado na parte da previsão, oficializado pelo Decreto nº 11551 de 03/07/2014 que segue anexado espelho da tela do SIAF onde demonstra que o documento foi contabilizado erroneamente.

Anexamos ao final, no bloco de anexos, na parte relativa ao item "D" Balanço Orçamentário e documentação comprobatória aos fatos que ensejaram a divergência citada e Balanço Orçamentário – Global (SIA850), devidamente retificado.

ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS

Conforme relata o interessado a diferença apontada foi decorrente de inconsistência nos sistemas informatizados de orçamento e contabilidade que gerou um acréscimo indevido nas receitas previstas e despesas fixadas, cuja situação presume-se passou despercebida no momento de sua ocorrência e constatada somente ao final do exercício.

Considerando que o fato ocorreu nos valores previstos, não interferindo nos demonstrativos da execução da receita e despesa, situação devidamente demonstrada nesta oportunidade, bem ainda que foi demonstrada a sua correção neste contraditório com o encaminhamento do Relatório SIA850, consistente com o Balanço Orçamentário elaborado conforme o Manual de Contábil Aplicada ao Setor Publico, entende-se por sanada a questão

CONCLUSÃO: Justificativas Acatadas

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

d) Balanço Orçamentário

d.4) Justificar as divergências de preenchimento dos Demonstrativos de Execução de Restos a Pagar, posto que ausente discriminação da execução por grupo de natureza de despesa, bem como o saldo total apresenta-se inconsistente, pois a somatória do total não é igual à somatória das partes (a soma dos valores nas colunas não bate com o total). (Título III – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, item 2.1. Balanço Orçamentário Consolidado da Administração Global)

JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS (SEFA – Informação nº 814/2015-CAFE/DICON – peça 97, fls. 12)

Resposta: *Quanto as divergências de preenchimento dos Demonstrativos de Execução de Restos a Pagar, as mesmas foram retificadas, inclusas no bloco de anexos, na parte relativa ao item "D" Balanço Orçamentário.*

ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS

Em sua resposta, peça 98 (fls. 57 e 58), o Governo do Estado apresenta o Demonstrativo de Restos a Pagar por grupo de natureza de despesa discriminando o valor correspondente a cada grupo, sendo o total correspondente ao somatório dos grupos, corrigindo assim a anomalia detectada quando da primeira análise.

CONCLUSÃO: Justificativas Acatadas

e) Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos

O Estado deve justificar a inexistência de saldo em conta da Fonte de Recursos 108 - Receita De Alienação de Outros Bens Móveis e Imóveis em 31 de dezembro de 2014 (SIA215 e SIA215C), em desacordo com o Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos, divulgado pelo Estado, que aponta saldo a aplicar de R$ 122.999.500,02 na referida fonte. (Título III – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, item 2.2.2. Receitas de Capital)

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS (SEFA – Informação nº 814/2015-CAFE/DICON – peça 97, fls. 12 e 13)

***Resposta**: Esta Divisão de Contabilidade tem a informar que foi restabelecida contabilmente a disponibilidade financeira no montante de R$ 5.957.883,16 da fonte 108 - Outros Bens Moveis e Imóveis, citamos ainda que existe conta corrente no Banco do Brasil Agência 3793-1 C/C 0000011097-3 no órgão 99 – Divisão de Contabilidade conforme Art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal –LRF, conforme anexo cópia de extrato bancário e nota de lançamento – NLC, restabelecendo os saldos de fonte de recursos, bem como, orientamos a Coordenação da Administração Financeira do Estado - CAFE, para restabelecer o saldo da conta de corrente bancária acima citada os valores correspondentes, conforme Informação nº 845/2015 DICON, inclusa no bloco de anexos do Item "E" - Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos.*

Quanto à emissão da NLC justificamos que foram ajustes contábeis para alinhamento e correção dos saldos de fontes de recursos correspondentes com os saldos mantidos em conta corrente conforme cadastro das contas vinculadas nas respectivas fontes.

Até o final do exercício de 2014 era inexistente conta corrente específica para a arrecadação de recursos vinculados na fonte 108, cuja abertura se ocorreu em 2015.

JUSTIFICATIVAS DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR (SEFA – Informação nº 1059/2015-CAFE/DICON – peça 108, fl. 2)

Complementando a informação do item acima, anteriormente repassada temos a esclarecer que do montante apontado, R$ 117.041.616,86, referem-se a recursos da Fonte 125 (Venda de Ações e/ou Devolução de Crédito ou de Capital Subscrito ou não) e não da fonte 108 (Receita de Alienação de Outros Bens Móveis e Imóveis). Como constou na Instrução da Diretoria de Contas Estaduais – DCE. Esclarecemos, ainda, que este valor foi aplicado no exercício financeiro de 2014 em Amortização da Dívida. Sendo assim, o saldo da respectiva fonte de recursos 125 no final do exercício de 2014 encontrava-se "zerada".

Esclarece-se ainda, que o Demonstrativo de Receita de Alienação de Ativos e Aplicação de Recursos da LRF, deixou de apresentar despesa com Amortização da Dívida por falha de definição no leiaute do relatório. Assim, visando comprovar a situação juntamos o relatório corrigido.

Quanto a fonte 108 (Receita de Alienação de Outros Bens Móveis e Imóveis), anexamos o extrato bancário com a devida recomposição do saldo de R$ 5.957.883,16 em com corrente no dia 10/09/2015.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS

Com relação ao lançamento contábil efetuado em 31/12/2014, transferindo o valor de R$ 5.957.883,16 da Fonte 108 – "Receita de Alienação de Outros Bens Móveis e Imóveis" para a Fonte 100 – "Ordinário não Vinculado", com base na documentação acostada ao processo (peça 98, fls. 77 a 81) verifica-se que houve o restabelecimento do saldo contábil bem como da conta bancária, evidenciando a sua regularização.

No que se refere ao valor de R$ 122.999.500,02, constante do Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos, conforme se declara e comprova na documentação complementar juntada aos autos, deste valor, R$ 117.041.616,86, apesar de constar neste demonstrativo com sendo da fonte 108, na verdade corresponde a recursos da fonte 125 – Venda de Ações e/ou Devolução de Crédito ou de Capital Subscrito ou não, cujo valor foi aplicado no exercício de 2014 em amortização da dívida, zerando o saldo desta fonte.

CONCLUSÃO: Justificativas Acatadas

f) Receita Corrente Liquida

Esclarecer a não inclusão na base de cálculo da Receita Corrente Liquida, dos valores relativos a receitas de Serviços Sociais Autônomos e outras Entidades Dependentes conforme determinado pelo Acórdão de Parecer Prévio nº 314/14 (Título III – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, item 2.2.3. Receita Corrente Líquida)

JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS (SEFA – Informação nº 814/2015-CAFE/DICON – peça 97, fls. 13)

***Resposta**: Justificativa inclusa no bloco de anexos, na parte relativa ao item "F" Receita Corrente Líquida, conforme Informação nº 071/2015 – DIRED/CAFE.*

No referido anexo constam as seguintes justificativas:

Os Serviços Sociais Autônomos não efetuam sua contabilidade seguindo os preceitos da Contabilidade Pública, portanto não utilizam os parâmetros determinados pela Lei 4320/64, Lei esta que precede a Lei Complementar 101/00, a Lei Responsabilidade Fiscal, desta feita, não executam os relatórios que subsidiam as receitas elencadas naquela Lei e demais portarias da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

Cabe-nos informar ainda, que, a partir de janeiro de 2014 as despesas com pessoal destes Serviços Sociais Autônomos e das Entidades Dependentes estão sendo registradas nas despesas de pessoal do Estado. A não inclusão das receitas seria desfavorável ao Poder Executivo, porém, devido seu reduzido montante em valores, de pouca relevância para as Contas Públicas, em especial quanto à redução no porcentual com despesas de pessoal.

Cabe aqui também salientarmos que, a inclusão dos valores das Receitas Correntes Líquidas relativos à receita de Serviços Sociais Autônomos deve ser precedida por alterações nas Demonstrações Contábeis do Estado em diversos de seus demonstrativos, sendo que, estas inclusões devem ser processadas de forma manual, pois o atual Sistema de Acompanhamento Financeiro – SIAF, utilizado pelo Estado do Paraná não contempla estas inclusões de forma automática.

ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS

O Acórdão de Parecer Prévio n° 314/14 determinou que:

> *"Solicitar aos serviços sociais autônomos dependentes, nos próximos exercícios, os dados da execução orçamentária e financeira, procedendo, consequentemente, à consolidação dos demonstrativos da Gestão Fiscal, especialmente das despesas com pessoal;".*

Ressalte-se que, conforme justificado, as despesas de pessoal já vêm sendo consolidadas ao longo do exercício de 2014. Entretanto, a determinação do Acórdão de Parecer Prévio n° 314/14 destaca que especialmente as despesas de pessoal devem ser consolidadas, mas é categórico ao afirmar que os dados servem à consolidação dos demonstrativos da Gestão Fiscal.

Dessa forma, deve haver a consolidação integral, incluindo também as receitas das entidades consideradas dependentes, para apuração da Receita Corrente Líquida, independente de os valores serem reduzidos e de dificuldades operacionais do sistema contábil, merecendo indicação de recomendação neste sentido

CONCLUSÃO: Justificativas Não Acatadas. Ponto Passível de Recomendação.

g) Renúncia de Receita

g.1) Reitera-se a necessidade de atendimento ao contido no Acórdão de Parecer Prévio nº 314/14-Tribunal Pleno, de 03 de julho de 2014, relativo às contas do Governo do Estado do exercício de 2013, no qual foi aplicada ressalva à "Não elaboração do Demonstrativo de Estimativa e Compensação da Renúncia de

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

Receita", devendo, portanto, justificar e encaminhar documentos que demonstrem o prescrito no art. 14 da Lei nº 101/00 (LRF) no que tange aos impactos orçamentários e financeiros na arrecadação do ICMS de Benefícios Fiscais (Título III – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, item 2.2.4. Renúncia de Receita)

g.2) Necessariamente, complementar a documentação encaminhando o Demonstrativo de Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, seguindo o modelo definido na Portaria nº 637/12, da Secretaria do Tesouro Nacional, o qual deve conter a modalidade de renúncia fiscal para cada espécie de tributo e os setores, programas e beneficiários que serão favorecidos com as renúncias de receita e as respectivas medidas de compensação (Título III – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, item 2.2.4. Renúncia de Receita)

JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS (SEFA – Informação nº 814/2015-CAFE/DICON – peça 97, fls. 13)

***Resposta**: Justificativa inclusa no bloco de anexos, na parte relativa ao item "G" Renúncia de Receita, conforme Informação nº 31/2015 GAB/CRE e na parte relativa ao item "P" Dívida Ativa conforme Informação nº 32/2015 GAB/CRE.*

No bloco de anexos a que se refere a justificativa (peça 97, fls. 86 e 87), quanto à não elaboração do Demonstrativo de Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita constam as seguintes justificativas:

A esse respeito, frisa-se que à p. 78 do acordão antes mencionado (cópia à fl. 34), consta ter sido apresentada por ocasião da prestação de contas do exercício de 2013 a relação dos benefícios concedidos no período, bem como as medidas compensatórias para evitar possível queda de receita, do que se depreende que a ressalva diz respeito exclusivamente à não inclusão desse demonstrativo na LDO, e quanto a essa ausência, não há como cumpri-la em relação a lei que já surtiu efeitos.

De qualquer modo, reitera-se que a forma de cálculo utilizada para dimensionar a receita estimada indicada na LDO já considera todas as renúncias fiscais vigentes, sendo o total previsto para a arrecadação estabelecido a partir de valores efetivamente recolhidos em período pretérito, computando os efeitos dos benefícios fiscais vigentes. Ou seja, a estimativa não contempla o potencial arrecadatório total, para a partir desse valor excluir o montante correspondente à renuncia, conforme exposto no próprio texto da Lei n. 17.631/2013.

Para atender essa demanda, a Inspetoria Geral de Fiscalização complementou o quadro demonstrativo dos benefícios fiscais concernentes ao ICMS concedidos no exercício de 2014, com fundamento em registros mantidos pelo Setor de Mineração de Dados daquela Inspetoria (fls. 35 a 40). Nele estão indicados a

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

modalidade de renuncia, os programas e setores econômicos beneficiados, seu impacto nos exercícios de 2014, 2015 e 2016 e a correspondente forma de compensação.

ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS

Quanto à complementação da documentação solicitada no exame preliminar, a Inspetoria Geral de Fiscalização encaminhou o quadro demonstrativo dos benefícios fiscais concernentes ao ICMS concedidos no exercício de 2014, onde estão indicados a modalidade de renuncia, os programas e setores econômicos beneficiados, seu impacto nos exercícios de 2014, 2015 e 2016 e a correspondente forma de compensação.

Em relação às justificativas apresentadas referentes à ausência do Demonstrativo de Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita como peça integrante da LDO, argumentando que na forma de cálculo de dimensionamento da receita estimada na Lei de Diretrizes Orçamentárias consideram-se todas as renúncias fiscais vigentes, entende-se que isto não dispensa a exigência formal do demonstrativo.

O seu objetivo não é apenas expor a forma como foi estimada a receita, mas tem por finalidade atender a necessidade de transparência das renúncias de receita previstas, bem como as formas de sua compensação, possibilitando uma melhor avaliação do seu impacto nas metas fiscais estabelecidas, conforme orienta o Manual de Demonstrativos Fiscais, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Para tal, o Anexo de Metas Fiscais, peça integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme disposto no § 1º do art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, deve conter obrigatoriamente o Demonstrativo de Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, conforme previsto no § 2º, do art. 4º da mesma lei, o que não vem sendo adotado pelo Estado do Paraná, inclusive no exercício de 2014. Diante disso, entende-se que o fato reincidente enseja a indicação ressalva e determinação.

CONCLUSÃO: Justificativas Acatadas Parcialmente e Ponto Passível de Ressalva e Determinação

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

h) Despesas Estornadas

Esclarecer os Estornos de Empenhos de despesas liquidadas no montante de R$ 805.132.145,28 (Tabela 31) devido o fato caracterizar ofensa à vedação de cancelar despesas já liquidadas, dado que nos históricos dos cancelamentos não há elementos que demonstrem que a motivação do ato pode ser enquadrada como caso excepcional, em que deixou de existir efetivamente a obrigação, por devoluções ou outros motivos devidamente justificados (Título III – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, item 2.4. Despesas Estornadas)

JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS (SEFA – Informação nº 814/2015-CAFE/DICON – peça 97, fls. 14 a 17)

***Resposta**: Em atenção ao apontamento constante na Instrução nº 70/15-DCE – Prestação de Contas do Governo do Estado – Exercício 2014, nos capítulos X – Síntese da Gestão (item 11, referência: Título III, 2.4) e XI – Conclusão (alínea "h"), prestam-se os seguintes esclarecimentos:*

Em resumo, quanto as denominadas despesas estornadas, indica a Corte de Contas que na relação de estornos de empenhos de 2014 foram identificados estornos de empenhos de valores já liquidados pela Administração Estadual, no montante de R$ 3,1 bilhões. Destaca que tal prática caracteriza o cancelamento de despesas processadas, ou seja, aquelas cujos implementos de condição ou ainda a verificação do direito adquirido pelo credor já foram cumpridos, o que na pratica significa verificar se já houve entrega do material dentro das especificações do edital de licitação e do prazo determinado, se a etapa da obra já foi cumprida de acordo com o cronograma e se o serviço prestado foi aquele devidamente contratado.

A própria DCE esclarece que, dentre os estornos de liquidações, grande parte (R$ 2,3 bilhões, que representa 74,19%) se refere as provisões de folha de pagamento, cujo procedimento foi por ela examinado e considerado legítimo. Restando, portanto, pendentes de justificativa o valor de R$ 805 milhões, conforme tabela 31 da mencionada Instrução nº 70/15DCE, abaixo transcrita.

Tabela 31
Estornos de Empenhos Liquidados – Dezembro/2014

Em R$

ESTORNOS DE EMPENHOS	VALOR
Empenhos estornados	4.902.127.070,03
Estornos de empenhos liquidados	3.069.365.486,48
Estornos de empenhos liquidados referentes à folha de pagamento	2.264.233.341,20
Estornos de empenhos liquidados referentes a cancelamento de despesas	**805.132.145,28**

Fonte: Sistema SEI/CED

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

Assim sendo, com o intuito de explicar a divergência apurada, preliminarmente, é importante ressaltar que os valores que compõem a referida tabela foram gerados da consolidação de inúmeros documentos de estornos distribuídos nos diversos órgãos e entidades vinculados ao Poder Executivo Estadual, cuja magnitude pode ser aquilatada ao longo das tabelas 2 e 3 da Instrução nº 70/15-DCE. Ademais, a motivação do ato administrativo que deu ensejo ao indigitado estorno compete às Entidades executoras através do grupo financeiro setorial, conforme expresso no artigo 40 da Lei 8.485 de 1987 a qual dispõe sobre a reorganização da estrutura básica do Poder Executivo no Sistema de Administração Pública do Estado do Paraná.

> *"Art. 40. Grupo Financeiro Setorial - a vinculação entre a Secretaria cuja estrutura integra e a Secretaria de Estado da Fazenda, para execução das atividades concernentes ao sistema financeiro, compreendendo contabilização, controle e fiscalização financeira; a execução do orçamento; a apuração, análise e controle de custos; as atividades constantes do Título VI; outras atividades correlatas."*

Contudo, diante da própria conceituação contida na NBCT 2.4.3 de que "estorno de lançamento consiste em lançamento inverso àquele feito erroneamente, anulando-o totalmente", não só os fatos mencionados como qualquer outro ato ou fato que necessite ser estornado, deverá obedecer ao prescrito na norma.

Nesse sentido, embora não tenhamos elementos necessários a melhor elucidação das diversas possibilidades que ocasionaram os mencionados estornos, analisamos o cenário através das informações disponíveis no SIAF pelos históricos dos documentos de estornos de empenhos liquidados, encontramos justificativas como: Emissões em duplicidades; Alterações dos dados do empenho quanto a modalidade de aplicação, correção dos dados bancários do credor, mudança de projeto atividade adequações orçamentárias de diversas ordens como ajustes quanto a fonte de recursos, utilização de elementos e subelementos indevidos, ou seja, classificação orçamentária, representando em termos percentuais mais de 83% (oitenta e três por cento) do valor a ser justificado apresentado na tabela 31.

Com intuito de esclarecer as situações acima relatadas, por amostragem anexamos alguns exemplos relevantes, sintetizados na tabela abaixo, tendo em vista a magnitude da quantidade de registros de estornos de liquidação, esta DICON elegeu alguns exemplos práticos a fim de demonstrar o correto processamento dos estornos (anexo no bloco de anexos do Item "H" – Despesas estornadas).

Caso esta Diretoria de Contas entender necessário maiores detalhamentos, desde já nos colocamos a disposição para verificação "in loco" da documentação que fica a disposição da 1ª Inspetoria de Controle Externo para verificação e análise.

EMPENHO	CREDOR	MOTIVO_ESTORNO	Total Estorno Empenho	Total Estornos Liquidações
270000004002381	PARANAPREVIDENCIA - FUNDO FINANCEIRO	TER SIDO EMPENHADO NO MES INDEVIDO	175.000.000,00	175.000.000,00
270000004002391	PARANAPREVIDENCIA - FUNDO MILITAR	TER SIDO EMPENHADO NO MES INDEVIDO	50.000.000,00	50.000.000,00
673100004000861.	FUNDO DE URBANIZACAO DE CURITIBA	SALDO DE FATURAMENTO	653.040,47	48.555.073,51
673100004002061.	FUNDO DE URBANIZACAO DE CURITIBA	EST. CONF. ART. 4 DECRETO 12562/2014	10.264.777,04	26.855.359,74
353000004011841	AD - DIGITAL COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA	ADEQUAÇÃO TAXA BANCARIAS	50.000,00	26.658.900,86
270000004000341	PARANAPREVIDENCIA - FUNDO DE PREVIDENCIA	SALDO NAO UTILIZADO	4.173.584,44	21.821.246,18
		TOTAL	240.141.401,95	348.890.580,29

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

Os referidos estornos em muitos desses casos devem ser entendidos quando o "registro" ocorreu indevidamente por erro ou ajustes e não à ação de descumprimento legal, assim sendo, muitas das liquidações estornadas foram reprocessadas e posteriormente foram estornados somente os saldos não processados desses empenhos, pois entende-se que à anulação de empenho como um instrumento utilizado na contabilidade pública para "cancelar um compromisso assumido", que requer uma recomposição da dotação orçamentária é diferente da figura de "estorno" da liquidação,

Como exemplo prático citamos:

1. Estornos efetuados pela SEAP referente aos Fundos de Previdência, totalizando o valor de R$ 225.000.000 – empenhos nºs 27000000400035-1 e 270000004000351, justificado pelo erro em relação a informação do mês de referência;

2. Estornos do saldos de empenhos não processados, previsto no Decreto nº 12.562/2014;

3. Estornos com justificativa de saldo não utilizado;

4. Estornos FUNSAUDE para regularizar troca de projeto atividade da codificação P/A 9062 para P/A 4163, conforme Lei nº 141/2012.

Ainda, cerca de 15% do valor a ser justificado, são oriundos de documentos de GCV- Guia de Retorno de Crédito de Verba – nos casos de:

1. Recolhimento de saldos dos cartões corporativos da Central de Viagem, Fundos Rotativos e saldos de adiantamentos;

2. Acertos contábeis para reclassificação de Fonte de Recursos;

3. Devolução do programa Renda Familiar Paranaense – FEAS – Fundo Estadual de Assistência Social;

4. Ressarcimento HUOP referente a faturas de pagamento de Água e Luz;

5. Mudança na classificação orçamentária conforme instrução SEFA cujo credor era Paraná Previdência;

6. Diversas outras motivações.

Diante do exposto, cabe ressaltar que os estornos efetuados de forma automática pelo sistema SIAF nos termos do § Único, Art. 4º do Decreto nº 12.562/2014, deu-se para adequação do cumprimento ao atingimento da Meta 2 (Resultado Primário) da 9ª Revisão do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Paraná – PAF/Governo Federal/STN, sendo que nos casos que excepcionalmente foram estornados empenhos liquidados por equívoco da administração, porém, não acarretará prejuízos para o fornecedor, tendo em vista a possibilidade de reconhecimento da despesa para fins de regular quitação.

Quanto ao detalhamento minucioso da motivação de eventuais estornos cujos históricos dos cancelamentos não possibilitam a identificação da motivação do ato em enquadramento excepcional, nesses casos entendemos que a manifestação cabe à unidade responsável de origem pelos respectivos estornos, nas suas respectivas de contas anuais, que de acordo com a orientação da SEFA e a boa prática não houve má fé pública não caracterizando como efetivos cancelamentos de despesas.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS

Com relação aos estornos realizados em razão de necessidade de correções, quanto a dados do empenho, tais como: classificação da dotação orçamentária, credor, código de fontes ou outros casos em que efetivamente havia necessidade de estorno, desde que reempenhados no mesmo exercício, devidamente corrigidos, concorda-se que de fato a situação se justifica.

Entretanto neste contraditório, apesar de ter sido apresentada parcela significativa de empenhos cujo cancelamento seria justificável, não ficou demonstrado o respectivo reempenhamento destas despesas no mesmo exercício, bem ainda há evidências que, mesmo em pequeno montante, teria havido cancelamentos indevidos, até porque no próprio contraditório apresentado se aventa que os casos de estornos por incorreções, representariam cerca de 83%.

Cabe salientar que, conforme já exposto no exame preliminar, com relação aos empenhos liquidados, ou seja, aqueles cuja obrigação por parte do prestador fora cumprida, ou foi verificado o direito adquirido pelo credor, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64, os mesmos, por representar compromisso de pagamento assumido pela administração pública, não poderão ser cancelados, salvo se for cancelada também a obrigação correspondente junto ao credor, ou seja, não houver mais a dívida por devolução de materiais ou outros motivos semelhantes, ou ainda, quando necessárias alterações nos dados do empenho ou liquidação, desde que devidamente reempenhados e liquidados novamente no exercício, após correção.

Nos casos em que, mesmo estornando os empenhos liquidados, permanece a obrigação, o reempenhamento da despesa no exercício seguinte, visando não causar prejuízo para o fornecedor, configura alternativa técnica e legal inviável, pois compromete o orçamento seguinte, onerando parcela que se destinaria às despesas previstas para o exercício anterior, além de comprometer a fidelidade das peças contábeis, visto que as parcelas canceladas foram excluídas dos resultados orçamentário, financeiro e patrimonial, ferindo o princípio da evidenciação contábil.

CONCLUSÃO: Justificativas Parcialmente Acatadas. Ponto Passível de Ressalva

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

i) Despesas com Divulgação e Propaganda

Justificar o incremento na Execução das Despesas com Publicidade Institucional em relação ao exercício de 2013 pela Agência de Fomento do Paraná, com um índice de 47,86% em valores constantes (Título III – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, item 2.7. Despesas com Publicidade Legal e Institucional)

JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS (SEFA – Informação nº 814/2015-CAFE/DICON – peça 97, fls. 17)

***Resposta**: Quanto a justificativa solicitada quanto ao incremento na execução das despesas com publicidade institucional em relação ao exercício de 2013 pela Agência de Fomento do Paraná, com um índice de 47,86% em valores constantes, apresentamos inclusa no bloco de anexos, na parte relativa ao item "I" Despesas com Divulgação e Propaganda conforme Ofício nº 041/2015 – DG/SECS e Ofício DIMRI-1036/15 – Fomento Paraná.*

ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS

Analisando as justificativas apresentadas no Bloco de anexos (peça 98, fls. 107 a 136), verifica-se que em síntese, tanto a Secretaria de Comunicação Social como a Agência de Fomento, se manifestaram no sentido de que teria havido um decréscimo no valor nominal das despesas com publicidade institucional em relação ao exercício de 2013. Apesar do valor das despesas de 2014 apresentado estar consistente com apurado por esta Diretoria de Contas Estaduais, há divergências com relação ao montante dos gastos em 2013.

Esta DCE, para efeito de comparação, utilizou o valor informado na prestação de contas do exercício de 2013, onde havia sido informado um valor menor que o agora alegado pelo interessado para as despesas efetivamente realizadas com publicidade institucional naquele exercício.

Assim, diante das controvérsias em relação aos gastos do exercício de 2013, bem ainda que o valor dispendido em 2014, pela Agência de Fomento representou apenas em torno de 5% do total das despesas deste gênero no Estado, entende-se que o fato não tem relevância a ponto de ensejar alguma restrição na presente prestação de contas.

CONCLUSÃO: Justificativas Acatadas

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

j) Fundos Especiais

j.1) Complementar a documentação encaminhando os controles das sub-contas próprias de cada órgão, entidade, fundo, contrato e convênio, que deverá evidenciar a movimentação e o saldo de seus integrantes a fim de demonstrar se as receitas arrecadadas pelo Tesouro Geral do Estado vinculadas aos Fundos Especiais foram destinadas na integralidade, conforme disposto nas leis que os instituíram, sendo situação recorrente de exercícios anteriores (Título III – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, item 2.8.2. Fundos Especiais com Fonte de Arrecadação Vinculada)

JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS (SEFA – Informação nº 814/2015-CAFE/DICON – peça 97, fls. 17 a 19)

***Resposta**: No presente item, foi abordado quanto à complementação da documentação dos controles das sub-contas próprias de cada órgão evidenciando a movimentação e o saldo de seus integrantes, a qual apresentamos planilha complementar inclusa no bloco de anexos, na parte relativa ao item "J" Fundos Especiais.*

Esclarecemos também que na planilha ora apresentada contempla somente as entidades que aportaram repasses de recursos no SIGERFI, identificadas por órgão/unidade, subconta contábil e fonte de recursos.

As demais entidades que constam na Lei nº 17.579 de 28 de maio de 2013, e do Anexo I do Decreto nº 8.534/2013 que não aderiram ao SIGERFI, conforme situação apresentada na tabela abaixo, "Não Aderiu ao SIGERFI", sem movimentação não tendo efetivado repasses financeiros.

Relação das entidades de acordo com o Anexo I do Decreto nº 8.534/2013.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA – SIGERFI PARANÁ	SITUAÇÃO
Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR	Aderiu ao Sigerfi
Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná – AGEPAR	Não aderiu ao Sigerfi
Ambiental Paraná Florestas S/A	Não aderiu ao Sigerfi
Biblioteca Pública do Paraná – BPP	Não aderiu ao Sigerfi
Casa Civil	Não aderiu ao Sigerfi
Casa Militar	Não aderiu ao Sigerfi
Centrais de Abastecimento do Paraná S/A – CEASA S/A	Não aderiu ao Sigerfi
Centro de Convenções de Curitiba	Não aderiu ao Sigerfi
Centro Cultural Teatro Guairá – CCTG	Não aderiu ao Sigerfi
Centro Paranaense de Referência em Agroecologia – CPRA	Não aderiu ao Sigerfi
Colégio Estadual do Paraná – CEPR	Não aderiu ao Sigerfi
Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná – CODAPAR	Não aderiu ao Sigerfi
Coordenação da Receita do Estado – CRE	Não aderiu ao Sigerfi
Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR	Não aderiu ao Sigerfi
Companhia de Informática do Paraná – CELEPAR	Não aderiu ao Sigerfi
Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC	Não aderiu ao Sigerfi
Departamento de Estradas de Rodagem – DER	Aderiu ao Sigerfi
Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná – DIOE	Aderiu ao Sigerfi
Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN	Aderiu ao Sigerfi
Departamento Estadual de Arquivo Público – DEAP	Não aderiu ao Sigerfi
Escritório de Representação do Governo em Brasília	Não aderiu ao Sigerfi
Fundo de Atendimento à Saúde dos Policiais Militares do Paraná – FASPM	Não aderiu ao Sigerfi
Fundo de Equipamento Agropecuário – FEAP	Aderiu ao Sigerfi
Fundo de Reequipamento do Fisco – FUNREFISCO	Não aderiu ao Sigerfi
Fundo de Reequipamento do Trânsito – FUNRESTRAN	Aderiu ao Sigerfi
Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado – FEPGE/PR	Não aderiu ao Sigerfi
Fundo Especial de Segurança Pública do Estado do Paraná – FUNESP/PR	Não aderiu ao Sigerfi
Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS	Aderiu ao Sigerfi
Fundo Estadual de Defesa do Consumidor – FECON	Aderiu ao Sigerfi
Fundo Estadual de Políticas Sobre Drogas – FESD	Aderiu ao Sigerfi
Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FRHI/PR	Não aderiu ao Sigerfi
Fundo Estadual do Meio Ambiente – FEMA	Aderiu ao Sigerfi
Fundo Estadual dos Direitos do Idoso – FIPAR	Aderiu ao Sigerfi
Fundo Estadual para a Infância e Adolescência – FIA	Aderiu ao Sigerfi
Fundo Paraná	Não aderiu ao Sigerfi
Fundo Penitenciário – FUPEN	Não aderiu ao Sigerfi
Fundo Estadual Desenvolvimento Urbano – FEDU	Aderiu ao Sigerfi

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

Instituto Agronômico do Paraná – IAPAR	Não aderiu ao Sigerfi
Instituto Ambiental do Paraná – IAP	Não aderiu ao Sigerfi
Instituto das Águas do Paraná	Não aderiu ao Sigerfi
Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG	Não aderiu ao Sigerfi
Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/PR	Não aderiu ao Sigerfi
Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná – IPEM	Não aderiu ao Sigerfi
Instituto Paranaense de Ciência do Esporte – IPCE	Não aderiu ao Sigerfi
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES	Não aderiu ao Sigerfi
Junta Comercial do Paraná – JUCEPAR	Aderiu ao Sigerfi
Paraná Turismo – PRTUR	Não aderiu ao Sigerfi
Procuradoria Geral do Estado – PGE	Não aderiu ao Sigerfi
Paraná Edificações – PRED	Não aderiu ao Sigerfi
Rádio e Televisão Educativa do Paraná – RTVE	Não aderiu ao Sigerfi
Secretaria de Estado da Administração e da Previdência	Não aderiu ao Sigerfi
Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento	Aderiu ao Sigerfi
Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Não aderiu ao Sigerfi
Secretaria de Estado da Comunicação Social	Não aderiu ao Sigerfi
Secretaria de Estado da Cultura	Não aderiu ao Sigerfi
Secretaria de Estado da Educação	Não aderiu ao Sigerfi
Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social	Aderiu ao Sigerfi
Secretaria de Estado da Fazenda	Não aderiu ao Sigerfi
Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul	Não aderiu ao Sigerfi
Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	Não aderiu ao Sigerfi
Secretaria de Estado da Saúde	Não aderiu ao Sigerfi
Secretaria de Estado da Segurança Pública	Não aderiu ao Sigerfi
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística	Não aderiu ao Sigerfi
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano	Não aderiu ao Sigerfi
Secretaria de Estado do Esporte	Não aderiu ao Sigerfi
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Não aderiu ao Sigerfi
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral	Não aderiu ao Sigerfi
Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia	Não aderiu ao Sigerfi
Secretaria de Estado do Turismo	Não aderiu ao Sigerfi
Universidade Estadual de Londrina – UEL	Não aderiu ao Sigerfi
Universidade Estadual de Maringá – UEM	Não aderiu ao Sigerfi
Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG	Não aderiu ao Sigerfi
Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO	Não aderiu ao Sigerfi
Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP	Não aderiu ao Sigerfi
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE	Não aderiu ao Sigerfi
Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR	Não aderiu ao Sigerfi

ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS

A Secretaria de Estado da Fazenda, para justificar os repasses parciais dos recursos vinculados aos Fundos Especiais, argumenta que com a instituição do Sistema de Gestão Integrado dos Recursos Financeiros do Estado do Paraná – SIGERF PARANÁ as disponibilidades financeiras dos órgãos da Administração Direta e das entidades da Administração Indireta do Estado e dos Fundos Estaduais passam a centralizar em conta bancária do Governo do Estado.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

Esta DCE solicitou que o Estado encaminhasse os controles das subcontas próprias de cada órgão, entidade, fundo, contrato e convênio, evidenciando a movimentação e o saldo de seus integrantes a fim de demonstrar se as receitas arrecadadas pelo Tesouro Geral do Estado, vinculadas aos Fundos Especiais, tinham sido destinadas em sua integralidade, conforme disposto nas leis que os instituíram.

No entanto, a planilha encaminhada pelo Estado, que procura demonstrar as entidades que aderiram ao Sistema SIGERFI, não contempla todas as Entidades integrantes do SIGERFI, conforme disposto no Decreto nº 8.354/2013 (regulamentação do sistema). Dos 5 (cinco) Fundos Especiais que possuem fonte vinculada de arrecadação constantes na Tabela 52 da Instrução nº 70/2015-DCE, apenas o Fundo de Equipamento Agropecuário – FEAP tem os recursos da sua fonte vinculada “depositados” em subconta no SIGERFI, apesar dos demais Fundos constantes na Tabela retro mencionada também serem integrantes deste Sistema.

Diante do exposto, em que pese a alegação trazida pelo Governo Estadual de que, com a institucionalização do SIGERFI o pleito deste Tribunal quanto aos repasses parciais dos recursos vinculados aos Fundos Especiais encontrava-se atendido, não supre o solicitado no exame preliminar, visto que não apresentados elementos que permitissem atestar que as receitas arrecadadas pelo Tesouro Geral do Estado vinculadas aos Fundos Especiais foram destinadas na integralidade.

CONCLUSÃO: Justificativas Não Acatadas. Ponto Passível de Ressalva

j) Fundos Especiais

j.2) Justificar e esclarecer a inclusão em lei ordinária de matéria afeta a regulamentação por lei complementar (Título III – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, item 2.8.2. Fundos Especiais com Fonte de Arrecadação Vinculada)

JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS (SEFA – Informação nº 814/2015-CAFE/DICON – peça 97, fls. 19 a 22).

***Resposta**: Inicialmente, cabe ressaltar que a Lei nº 18.375, de 15 de dezembro de 2014, foi devidamente aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e cumpriu com todas as etapas do processo legislativo.*

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

De qualquer modo, entende-se que o diploma estadual não contraria a Lei nº 4320/64, tendo em vista que a lei federal estabelece normas e condições para o funcionamento dos fundos especiais. Nem todo fundo constitui um fundo especial para os fins da Lei nº 4320/64. Existem os fundos atípicos, a exemplo dos fundos de repartição de receitas, fundos de redefinição de fontes, fundos de instrumentalização de transferências, fundos de incentivos fiscais e os fundos por designação.

Por fundo especial, devem ser entendidos apenas os fundos típicos de natureza contábil e financeira, os quais são dotados das seguintes características:

> *I – receitas especificadas (Lei nº 4320/64, art. 71);*
>
> *II – recursos vinculados à realização de determinados objetivos (Lei nº 4320/64, art. 71);*
>
> *III – vinculado a órgão da Administração;*
>
> *IV – aplicação de recursos por meio de dotações consignadas na Lei Orçamentária (CF, art. 165, § 5º; Lei nº 4320/64, art. 72);*
>
> *V – utilização de contabilidade particularizada no âmbito do sistema contábil setorial (LRF, art. 50, I);*
>
> *VI – normas peculiares de aplicação (Lei nº 4320/64, arts. 71 e 74);*
>
> *VII – emprego de meios adicionais de controle; e*
>
> *VIII – preservação dos saldos do exercício (Lei nº 4320/64, art. 73; LRF, art. 8º, § único).*

A Lei Estadual nº 18.375, de 15 de dezembro de 2014, não afronta a Lei nº 4320/64, pois apenas estabelece que determinados fundos estaduais não serão mais considerados fundos especiais, medida que claramente se insere dentro das competências do legislador estadual. Por não constituírem fundos especiais, não se exige a manutenção de todos os atributos que os qualificavam como tal.

Da mesma forma, o alegado conflito entre as leis instituidoras dos fundos e a Lei nº 18.375/14 se resolve em favor da lei posterior, conforme princípio consagrado de resolução de conflitos normativos. Se a ampliação do escopo de aplicação dos recursos à todas as naturezas orçamentárias de despesa, para viabilizar a plena utilização dos recursos, contraria a lei instituidora de cada fundo, prevalece a lei posterior. Reitere-se: tal medida não contraria a Lei n° 4320/64, haja vista que, ao perder a natureza de especial, o funcionamento de tais fundos não se encontra mais condicionado às regras da Lei Federal.

Vale ressaltar que a lei estadual em questão, além de formalmente idônea, tem amparo no interesse público.

Osvaldo Maldonado Sanches elaborou minucioso estudo a respeito das origens e espécies dos fundos públicos. Ainda que o estudo tenha por alvo os fundos existentes na Administração Pública federal, suas conclusões aplicam-se perfeitamente ao caso paranaense:

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

> *[...] embora criados como instrumentos de dinamização da administração pública, numa época em que existia demasiada centralização no processo de execução das despesas públicas – agravada pelas limitações dos meios de comunicação e de informática –, por propiciarem a gestão descentralizada de recursos, os fundos proliferaram de tal modo que acabaram por se transformar em sério problema para a gestão racional da máquina pública.*

Dentre os "efeitos perniciosos da gestão de recursos por fundos", o autor aponta:

> *a) a perda de flexibilidade para a definição do programa de ação do Governo, dado que recursos excessivos eram alocados em projetos de limitada prioridade enquanto áreas essenciais recebiam recursos insuficientes; b) o aumento dos custos do Tesouro, que com frequência tinha de recorrer a empréstimos para suprir seu caixa enquanto expressivos montantes de recursos permaneciam ociosos no caixa de certos fundos; c) a falta de uniformidade na definição de prioridades para alocações e nas normas para habilitação aos recursos, na medida em que cada gestor de fundo podia instituir normas próprias sobre tais questões; d) a elevação dos custos operacionais, pela necessidade de registros individualizados da execução orçamentária, financeira e patrimonial de cada fundo; e) a criação de linhas duplicadas de intervenção sobre um mesmo tipo de problema, dado que os objetivos e áreas de atuação dos fundos costumavam ser fixados em termos muito gerais; f) o surgimento de práticas tendentes à criação de dificuldades para o exercício do controle, como a sistemática de transferências cruzadas entre fundos e entidades da administração indireta e registros com códigos e termos pouco inteligíveis.*

De fato, em muitos casos a existência de fundos especiais tem por único efeito prático a elevação dos custos operacionais da Administração ao impor a realização de registros contábeis individualizados, além dos atos regulares de registro no sistema centralizado de contabilidade.

Quanto à garantia da aplicação dos recursos em determinadas finalidades, fato é que a existência do fundo não dispensa o gestor da obrigação de programar previamente sua alocação conforme as diretrizes estabelecidas na lei, detalhando por categorias programáticas. Isto porque, conforme bem ressalta Maldonado Sanches, a circunstância que assegura a aplicação de recursos públicos em determinadas finalidades é a vinculação de receitas:

> *Poderia ser alegado que o fundamento da preservação desses fundos é o da segurança na aplicação dos recursos de determinadas fontes em certos programas e/ou ações, porém isso não corresponde à verdade. A segurança das aplicações não depende da existência de um fundo, mas sim da vinculação de receitas, por norma legal de hierarquia apropriada, a programas, setores, objetivos e/ou ações.*

No mais, a preservação dos saldos ao final do exercício, isto é, a regra segundo a qual os saldos apurados no Balanço de encerramento devam se converter em disponibilidades do fundo para o exercício subsequente, tem ocasionado indesejável acúmulo de recursos nos fundos dos órgãos cuja arrecadação supera a capacidade de execução. A existência de recursos ociosos afronta diretamente o interesse público:

> *[...] a crônica limitação de recursos, maior a cada ano, impõe a que os escassos recursos disponíveis não fiquem sujeitos a esquemas cartoriais que impeçam a sua melhor alocação, segundo as demandas do interesse público.*

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS

Preliminarmente cabe ressaltar que o apontamento em tela decorreu da interpretação técnica desta Unidade, de que perde sentido a existência de Fundos que foram instituídos por lei para que seus recursos fossem aplicados em determinado objetivo específico, se os valores arrecadados por estes fundos, que em alguns casos tiveram origem em receitas especificamente criadas para sua formação, possam ser revertidos para o Tesouro Geral do Estado e utilizados em qualquer tipo de despesa.

Assim, procurou-se demonstrar todos os motivos pelos quais a referida lei apresenta vícios de inconstitucionalidade formal e material e seus efeitos maléficos à execução dos objetivos para os quais os fundos foram criados.

Contudo, embora não se almeje que este fato seja causa de apontamento na presente prestação de contas, entende-se oportuno expressar nosso entendimento em relação ao assunto, conforme exposição a seguir.

Assim, entende-se que a Lei Estadual nº 18.375, por ser uma lei ordinária, ao tratar de assunto com natureza materialmente complementar, padece do vício de inconstitucionalidade formal e material, pois além de ter sido aprovada sem quórum qualificado, regulamenta matéria sujeita à reserva legal qualificada de lei complementar.

Inicialmente, no tocante à assertiva de que a Lei Estadual nº 18.375/15 teria sido devidamente aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, cumprindo com todas as etapas do processo legislativo, constata-se que tal assertiva não encontra amparo no procedimento adotado, uma vez que, para sua aprovação, imprescindível a existência de quórum qualificado, representado pela maioria absoluta dos deputados, o que não se observou na tramitação do Projeto de Lei nº 521/14, que antecedeu a supracitada lei.

Isto porque, a Lei nº 18.375/14 ao dispor, no parágrafo único do artigo 2º, que "Os recursos dos Fundos de que trata o art. 1º desta Lei terão vigência no exercício e eventual superávit financeiro na fonte, verificado ao final de cada exercício, será

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

automaticamente incorporado ao Tesouro Geral do Estado" está indo de encontro à previsão do artigo 165, § 9º, II, da Constituição Federal, que assim estabelece:

> Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:
>
> [...]
>
> § 9º Cabe à lei complementar:
>
> [...]
>
> II - estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.

Observa-se que o legislador estadual, ao alterar a natureza do fundo, subtraindo a sua característica de fundo especial, a fim de que seu saldo pudesse ter destinação diversa no exercício seguinte, deveria ter empregado o processo legislativo pertinente, valendo-se da espécie prevista constitucionalmente para esse desígnio: a lei complementar.

Não se discute que a medida adotada não esteja inserida dentro das competências do legislador estadual, contudo não pode ele, para tal intento, ignorar a existência do regular processo legislativo, o qual, no caso, exige do legislador, seja ele federal, distrital ou estadual, a aplicação da reserva de lei complementar expressamente prevista na Constituição Federal.

Por conseguinte, não só a inconstitucionalidade formal – desrespeito ao quórum qualificado de aprovação – como também a material – visto que trata de matéria reservada à lei complementar – são manifestas.

Por outro lado, ressalte-se que a Lei nº 4.320/64, de cujo teor extraem-se normas gerais de direito financeiro, recebeu, no ordenamento jurídico pátrio, o status de Lei Complementar, nos termos do inciso II do § 9º do artigo 165 da Constituição Federal.

Nesse contexto, os artigos 71 a 74 da referida lei veiculam condições gerais de direito financeiro no tocante à instituição e ao funcionamento de fundos.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

A respeito desse assunto reproduz-se, por oportuno, o art. 73 da Lei nº 4.320/64:

> Art. 73. **Salvo determinação em contrário da lei que o instituiu**, o saldo positivo do fundo especial apurado em balanço será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo (sem grifo no original).

Constata-se então que há determinação pontual a nível de norma geral da União de que somente a lei instituidora do fundo poderia determinar que o saldo positivo do fundo especial, no exercício seguinte, não seja transferido a crédito do mesmo fundo.

Desse modo, o legislador estadual ao determinar na Lei nº 18.375/14, que "eventual superávit financeiro na fonte, verificado ao final de cada exercício, será automaticamente incorporado ao Tesouro Geral do Estado" laborou também em flagrante ilegalidade, porquanto as leis que instituíram os fundos ora analisados foram silentes a respeito dessa determinação.

À vista do exposto, a Lei Estadual nº 18.375/14, em que pese a sua óbvia ulterioridade em relação às leis criadoras dos fundos, não se configura como a lei instituidora deles, única exceção entabulada na Lei nº 4.320/64 que, qualificada como lei complementar, estabelece as condições gerais para a instituição e funcionamento dos fundos.

A argumentação de que a gestão de recursos por fundos é perniciosa e que a alteração procedida atendeu o interesse público em sentido *lato* não mitiga a incorreção formal.

Ademais, faz-se plenamente lícito ao Estado propor a extinção dos fundos que sejam inconvenientes ou inoportunos à Administração, desde que empregue o processo legislativo pertinente para esse propósito.

Não obstante este seja o entendimento desta unidade técnica quanto à Lei Estadual nº 18.375/14, tendo em vista que o objeto deste exame é exclusivamente a prestação de contas do Governador do Estado, que a referida lei encontra-se em vigência, que a ação dos administradores públicos deve estar pautada no que expressamente prevê a legislação, o que ocorreu, sem prejuízo da

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

necessidade de uma eventual apuração de inconstitucionalidade da aludida lei, por meio de procedimento próprio, entende-se que, no presente processo, as justificativas podem ser acatadas.

CONCLUSÃO: Justificativas Acatadas.

j) Fundos Especiais

j.3) Esclarecer o motivo pelo qual constam como inoperantes há mais de três anos os Fundos de Preservação Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba – FPA-RMC, Fundo Estadual de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social – FEHRIS, Fundo de Equalização do Microcrédito – FEM e o Fundo Estadual de Cultura (Título III – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, item 2.8.3. Fundos Especiais Inoperantes)

JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS (SEFA – Informação nº 814/2015-CAFE/DICON – peça 97, fls. 23 e 24)

***Resposta**: Em relação ao item apontado, diligenciamos expediente aos órgãos responsáveis pelos Fundos Especiais que constam como inoperantes e abaixo reproduzimos uma síntese das respostas obtidas, bem como, juntamos esclarecimentos no bloco de anexos, na parte relativa ao item "j" Fundos Especiais, que segue:*

a) Fundos de Preservação Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba – FPA-RMC

Resposta enviada por e-mail pela COMEC, juntado no bloco de anexos, na parte relativa ao item "J" – Fundos Especiais Inoperantes:

Conforme informação da COMEC enviada por e-mail o Fundo foi criado para auxiliar nas ações em torno dos mananciais , porém não houve nenhuma ação financeira ou orçamentária desde de sua criação, também o Fundo não tem natureza jurídica ou CNPJ, tanto que ele esta vinculado a SEDU sem CNPJ, nunca houve qualquer movimentação orçamentária e financeira ou transferência de recursos, a Assessoria Jurídica/COMEC está estudando, a possibilidade de extinção deste Fundo na sequência.

b) Fundo Estadual de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social – FEHRIS

Resposta enviada por e-mail pela COHAPAR, juntado no bloco de anexos, na parte relativa ao item "J" – Fundos Especiais inoperantes, a qual reproduzimos na íntegra:

"Com o Advento da Lei 11.124/2005 a União criou o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), instituiu o Fundo Nacional de Habitação de Interesse

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

Social (FNHIS), e exigiu que a mesma estrutura fosse replicada por Estados e Municípios.

Nesse contexto, em 2007, através da Lei Complementar n.º 119, o Governo do Paraná instituiu o seu Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social (SEHIS) e criou o Fundo Estadual de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social - (FEHRIS). A ideia inicial era que os recursos destinados a Habitação de Interesse Social fossem geridos pela União, com a transferência financeira de recursos através do FNHIS aos Fundos de Habitação dos Estados e Municípios.

c) Fundo de Equalização do Microcrédito – FEM

Quanto ao Fundo de Equalização do Microcrédito – FEM, obtivemos resposta enviada por email pela FOMENTO PARANÁ, a qual juntamos no bloco de anexos, na parte relativa ao item "J" – Fundos Especiais Inoperantes, os balancete/balanço e demonstrações de resultados, referentes aos exercícios de 2013 e 2014, demonstrando que o referido fundo encontra-se em plena atividade operante segundo as normas da Lei 6.404/76.

d) Fundo Estadual de Cultura

Relativo ao Fundo Estadual de Cultura os esclarecimentos foram encaminhados conforme Ofício nº 023/15-DG, juntado no bloco de anexos, na parte relativa ao item "J" – Fundos Especiais Inoperantes.

ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS

Conforme informado anteriormente, 4 (quatro) Fundos Especiais estão inoperantes há mais de três anos, por não terem sido contemplados com dotação orçamentária, sendo eles:

- Fundo de Preservação Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba – FPA-RMC, Lei nº 12.248/1998;
- Fundo Estadual de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social – FEHRIS, Lei nº 119/2007;
- Fundo de Equalização do Microcrédito – FEM, Lei nº 16.357/2009;
- Fundo Estadual da Cultura – Lei nº 17.043/2011.

Com relação ao Fundo de Equalização do Microcrédito – FEM, as justificativas apresentadas procedem, pois este fundo executa sua contabilidade no modelo empresarial, ou seja, regido pela Lei n º 6404/76, e de fato está tendo movimentação.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

Entretanto, com relação aos demais, as justificativas encaminhadas pelos órgãos responsáveis pelos respectivos Fundos Especiais que constam como inoperantes (peça 98, fls. 152 a 170) declarando que o Fundo de Preservação Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba – FPA-RMC não tem natureza jurídica ou CNPJ e estaria se estudando possibilidade de sua extinção, e que o FEHRIS e o Fundo Estadual da Cultura estariam dependendo de transferências financeiras de recursos, não são suficientes para sanar a questão. Destaca-se que esta situação perdura há vários anos, sendo que alguns Fundos Especiais há muito tempo instituídos nunca apresentaram movimentação orçamentário-financeira.

Esta DCE entende que o Estado deve rever a situação desses Fundos Especiais inoperantes por um período superior a três anos e propor a revogação das leis de criação desses Fundos.

CONCLUSÃO: Justificativas Parcialmente Acatadas. Ponto Passível de Recomendação

k) Serviços Sociais Autônomos

Apresentar demonstrativo que contenha informações individualizadas e que consolide os dados das demais entidades dependentes do Orçamento do Estado que recebam recursos através de Contrato de Gestão para a manutenção de suas atividades, como determinado pelo Acórdão nº 5336/13 do Pleno, referente à Prestação de contas da Agência Paraná Desenvolvimento – APD e do Acórdão de Parecer Prévio nº 314/14, emitido na ocasião da Prestação de Contas do Governador do Estado, exercício de 2013, nos Demonstrativos de Gestão Fiscal definidos no Manual de Demonstrativos Fiscais aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios, elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional, em especial nas despesas com pessoal do Poder Executivo de entidades que dependem de aportes financeiros do Estado para exercício de sua atividades, conforme dispõe o art. 59, § 1º da LRF (Título III – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, item 2.9.8. Da Consolidação dos Demonstrativos de Despesa com Pessoal)

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS (SEFA – Informação nº 814/2015-CAFE/DICON – peça 97, fls.24 e 25).

***Resposta**: No exercício corrente de 2014, o Estado envidou esforços para consolidação dos dados das entidades dependentes do Orçamento Estado que receberam recursos através de Contrato de Gestão para a manutenção de suas atividades, em especial àquelas que dependem de aportes para o custeio das despesas com pessoal. No entanto, pairou dúvidas e questionamentos quanto a inclusão dos dados referentes a outras entidades que também receberam transferências de recursos para desenvolvimento de suas atividades, que no entendimento do TCE já considerou tais valores no cômputo dos limites de gastos com pessoal do Estado. Pela própria natureza jurídica ou classificação legal das empresas e o fato de que estas não integram o Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro do Estado – SIAF, na execução do orçamento fiscal, trouxe algumas dificuldades técnicas para a consolidação das informações no Demonstrativo da Gestão Fiscal.*

Assim, para que o Estado possa cumprir a determinação do Acórdão nº 5336/13 do Pleno, e do Acórdão de Parecer Prévio nº 314/14, também aplicável às entidades que se enquadram no disposto do inciso III, artigo 2º da LC Nº 101/00 (LRF), que não comprovam independência, a CAFE/DICON por meio da Informação Nº 837/2015 demandou expediente protocolado sob nº 13.744.242-6 para a Coordenação de Orçamento e Programação – COP para que sejam adotas as providências necessárias e legais para inclusão das entidades e empresas estatais dependentes no orçamento fiscal do estado e passem a integrar o sistema SIAF para que se utilize das técnicas próprias da contabilidade aplicada ao setor público.

Também, faz-se necessário um ajustamento da metodologia para apuração do cálculo, preferencialmente, validado pelo TCE para que as inclusões das despesas com pessoal, e também das receitas das entidades dependentes, possam equilibrar os índices apurados, e seus impactos e reflexos não somente nos Relatórios de Gestão Fiscal, mas também nos Relatórios Resumido da Execução Orçamentária, visto que a forma de colher as informações necessárias são manuais por meio de planilhas de dados, podendo ocorrer divergências entre os valores apurados pelo TCE e os valores informados pelas entidades para a SEFA, gerando desconformidade e necessidade de correções e republicações dos relatórios.

Segue no bloco de anexos, na parte relativa ao item "K" Serviços Sociais Autônomos, cópia do protocolado acima citado.

ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS

Por meio das justificativas apresentadas se constata que o Estado está em fase de implantação da consolidação dos dados das entidades dependentes no Orçamento Geral, conquanto ainda se faça necessário um ajuste na metodologia para apuração do cálculo, imperioso se sopesar que as inclusões das despesas com pessoal, e também das receitas das entidades dependentes geram impactos e

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

reflexos não somente nos Relatórios de Gestão Fiscal, mas também nos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária.

Além disso, há que se considerar que a forma de colher as informações até o presente momento é manual, por meio de planilhas de dados, trazendo o risco de ocorrência de divergências entre os valores apurados por este Tribunal, mormente via SEI-CED, e os valores informados pelas entidades e pela SEFA.

Constata-se na peça 98, fls. 171/176, que por intermédio do e-protocolo SEFA nº 13.744.242-6 a Administração Estadual adotou, ainda que de forma incipiente, medidas para o cumprimento já determinado por este Tribunal, o que afasta eventuais culminações sancionatórias.

Entende-se por oportuno enfrentar neste momento o alcance da Determinação do Acórdão de Parecer Prévio nº 314/14, pois embora ele utilize a expressão serviços sociais autônomos dependentes, nas análises dos Gastos com Pessoal do Poder Executivo, no 2º e 3º quadrimestres do exercício de 2014, objeto de alerta conforme Processos nºs 934647/14 e 412920/15, respectivamente, anexados a este processo prestação de contas, entendeu-se que ela se aplicaria também a outras entidades em que ficasse caracterizada a dependência de recursos para cobrir despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, nos termos do art. 2º, III da Lei Complementar nº 101/00, que assim estabelece:

> Art. 2º Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como:
>
> (...)
>
> III - empresa estatal dependente: empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária;

Nesse sentido foram consolidadas também as despesas com pessoal da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná – CODAPAR e da Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR, ambas sociedades de economia mista.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

Contudo, considerando que o implemento da consolidação dos demonstrativos ainda se encontra pendente, mister que se mantenha a determinação ao Estado do Paraná que exija as informações das entidades de Serviços Sociais Autônomos e que consolide os dados destas entidades dependentes do Orçamento do Estado e que recebam recursos através de Contrato de Gestão para a manutenção de suas atividades nos Demonstrativos de Gestão Fiscal definidos no Manual de Demonstrativos Fiscais Aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios, elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional, em especial nas demonstrações de despesas com pessoal e Receita Corrente Líquida, do Poder Executivo.

Da mesma forma, entendendo que as demais entidades caracterizadas como dependentes nos termos da LRF, não obstante sua natureza jurídica, também devem ser incluídas na consolidação para fins de despesas com pessoal, como a CODAPAR e COHAPAR, sugere-se estender a todas elas a referida determinação.

CONCLUSÃO: Justificativas Parcialmente Acatadas. Ponto Passível de Determinação

I) Balanço Financeiro

I.1) Justificar o descompasso entre receitas e despesas do grupo Ordinário/Não Vinculados, e a falta de um controle eficiente na gestão dos recursos por fonte/destinação a fim de cumprir com o parágrafo único, do art. 8º da Lei Complementar n° 101/2000, de forma que os recursos legalmente vinculados a finalidade específica sejam utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso. (Título IV – GESTÃO FINANCEIRA, Capítulo 1. Balanço Financeiro)

JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS (SEFA – Informação nº 814/2015-CAFE/DICON – peça 97, fls. 25 e 26)

***Resposta**: No item em pauta, que solicita a justificativa do descompasso entre receitas e despesas do grupo Ordinário/Não Vinculados, esclarecemos que revendo os números constatou-se um equívoco na falha da elaboração do Demonstrativo Balanço Financeiro, onde na metodologia utilizada deixou-se de deduzir o montante dos recursos da cota parte dos municípios da base de cálculo dos impostos e transferências constitucionais e legais.*

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

Refazendo os números identificamos que os recursos vinculados na Educação do exercício de 2014, correspondem ao montante de R$ 9.523.162.157,93 e não o valor de R$ 11.011.602.806,06. Da mesma forma os recursos ordinários livres perfazem o montante de R$ 19.455.557.804,08 e não os de R$ 17.967.117.155,95 anteriormente apresentados.

Ressalta-se ainda, que nos números apresentados anteriormente deixou-se de considerar o montante da perda do Fundeb na importância de R$ 658.461.182,90, o que aumentaria os recursos destinados à Educação para o montante de R$ 8.945.742.062,73.

A Secretaria da Fazenda vem aprimorando dia-a-dia os meios de controle de utilização das fontes de recursos de forma a aperfeiçoar a gestão financeira, e já encontra em implementação novos métodos de gerenciamento de forma a atender o apontamento em questão.

ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS

Em que pesem as justificativas apresentadas pelo Estado, argumentando que houve equívocos na elaboração do Balanço Financeiro, e demonstrando as suas causas e resultados apresentados após as devidas correções, não apresenta o Demonstrativo (Balanço Financeiro) devidamente corrigido.

Os esclarecimentos prestados vem reforçar o que já foi indicado no exame preliminar, referente à necessidade de maior controle por parte do Estado do Paraná na gestão dos recursos por fonte/destinação a fim de cumprir com o parágrafo único, do art. 8º da Lei Complementar n° 101/2000, cujo fato, apesar de não evidenciar ocorrência de desvios de recursos das fontes, denota que não ha controle eficiente por fonte/destinação de recursos.

CONCLUSÃO: Justificativas Parcialmente Acatadas. Ponto Passível de Ressalva

I) Balanço Financeiro

I.2) Justificar a divergência verificada no saldo em Espécie do Exercício Anterior, constante do Balanço Financeiro de 2014, comparando com o saldo em Espécie para o Exercício Seguinte, constante do Balanço Financeiro de 2013, a maior em R$ 2.610.211,32, devendo esta diferença ser detalhada e esclarecida pelos responsáveis uma vez que, segundo as normas e procedimentos aplicados a Contabilidade no Setor Público, os ajustes sempre que necessários

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

devem ser realizados através de lançamentos contábeis no exercício que foram identificados (Título IV – GESTÃO FINANCEIRA, Capítulo 1. Balanço Financeiro)

JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS (SEFA – Informação nº 814/2015-CAFE/DICON – peça 97, fls. 26 e 27)

***Resposta**: O Estado apresentou no Balanço Financeiro em 2013 o saldo disponível para o exercício seguinte no valor de R$ 3.073.826.363,67 (três bilhões, setenta e três milhões, oitocentos e vinte se seis mil, trezentos e sessenta e três reais e sessenta e sete centavos), mas em 2014 o iniciou com o valor de R$ 3.076.436.574,99 (três bilhões, setenta e seis milhões, quatrocentos e trinta e seis mil, quinhentos e setenta e quatro reais e noventa e nove centavos), ficando a diferença de R$ 2.610.211,32 (dois milhões, seiscentos e dez mil, duzentos e onze reais e trinta e dois centavos).*

Essa diferença ocorreu devida alteração da Empresa Ambiental Paraná Floresta que passou de S.A. para Autarquia sob a denominação de Instituto de Floresta do Paraná, a partir de 02/01/2014 pela Lei nº. 17.903.

Sendo assim para o ano de 2014 foi implantado o saldo do exercício anterior da Empresa Estatal Ambiental Paraná Floresta S/A., a qual passou a integrar os registros contábeis na Contabilidade Geral do Estado sob o regime da Lei nº. 4.320/64, acrescendo no Disponível o valor de R$ 2.610.211,32 (dois milhões, seiscentos e dez mil, duzentos e onze reais e trinta e dois centavos), razão pela qual este saldo não constou no saldo de encerramento de 2013.

O critério para a implantação foi o mesmo já utilizado em exercícios anteriores por ocasião do ingresso no SIAF das empresas estatais dependentes, logo após a entrada em vigor da Lei Complementar 101/00-LRF, especificamente na virada do exercício 2001 para 2002 cujos ajustes ocasionaram os reflexos ora apontados, contudo o evento não trouxe danos ao resultado apurado ao final do exercício de 2014.

Desta forma, o procedimento equivocado utilizado anteriormente não será mais adotado, onde já procedemos as correções de definições de sistema e nas regras contábeis para que não mais ocorra esse tipo de inconsistência, acolhemos a orientação da Diretoria de Contas Estaduais, esperando ser considerada como sanada esta divergência.

DESCRIÇÃO	CÓD. CONTÁBIL SUBCONTA	SALDO ANTERIOR IMPLANTADO
CAIXA (*)	31100000 93067193	2.094,85
CONTA APLICADA FINANCEIRA		
BANCO DO BRASIL S.A. (*)	31240200 10158807	2.517.102,14
OUTRAS CONTAS		
BANCO DO BRASIL S.A. (*)	31290200 10158807	37.503,94
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (*)	31290300 10159171	53.510,39
ATIVO		2.610.211,32

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS

A Administração Estadual apresentou as justificativas relatando que a diferença de R$ 2.610.211,32, ocorrida no grupo Disponível no momento do fechamento do exercício de 2013 e abertura do exercício de 2014 ocorreu devido à alteração da personalidade jurídica da Empresa Ambiental Floresta, que passou de S.A. para Autarquia, sob nova denominação de Instituto Floresta do Paraná, a partir de 02/01/2014, pela Lei nº 17.903.

Relata que para o ano de 2014 foi implantado o saldo do exercício anterior da Empresa Estatal Ambiental Paraná Floresta S/A., a qual passou a integrar os registros contábeis na Contabilidade Geral do Estado sob o regime da Lei nº. 4.320/64, acrescendo no Disponível o valor de R$ 2.610.211,32, razão pela qual este saldo não constou no saldo de encerramento de 2013.

O entendimento desta Diretoria de Contas Estaduais é de que os registros contábeis devem obedecer ao principio contábil da oportunidade, ou seja, mensurar e apresentar os componentes patrimoniais para produzir informações integras e tempestivas. Isto não ocorreu no presente caso, haja vista a maneira como foi procedido o registro de implantação do referido valor no exercício de 2014 sem espelhar os valores constantes do balanço de 2013, no momento da abertura do exercício financeiro de 2014.

Tendo a Autoridade Estadual reconhecido que procedeu de maneira equivocada e declarado que esta prática não será mais utilizada com as devidas correções no seu sistema contábil, entende-se que podem ser acatadas as justificavas apresentadas, entretanto, sugerindo-se ao Relator a recomendação para que o Estado observe os princípios contábeis da oportunidade e continuidade de forma que os saldos em espécie do encerramento de um exercício correspondam exatamente aos saldos em espécie de abertura do exercício seguinte.

CONCLUSÃO: Justificativas Acatadas. Ponto Passível de Recomendação

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

m) Disponibilidade Financeira nos Termos da LRF

m.1) Justificar a ocorrência de insuficiência financeira nas disponibilidades de caixa de R$ 1 bilhão, após a inscrição de Restos a Pagar Não Processados do Exercício no valor de R$ 1,3 bilhão (Título IV – GESTÃO FINANCEIRA, Capítulo 2. Disponibilidade Financeira nos Termos da LRF)

m.2 Justificar o decréscimo de 90,47% em relação ao exercício de 2013 na Suficiência de disponibilidade financeira antes da inscrição de Restos a Pagar não Processados, bem como 41,95% de redução após a inscrição em Restos a Pagar não Processados, art. LRF inscrição. (Título IV – GESTÃO FINANCEIRA, Capítulo 2. Disponibilidade Financeira nos Termos da LRF)

m.5) Justificar a ocorrência de insuficiência de Caixa de R$ 1.017.040.532,96 após a Inscrição de Restos a Pagar não Processados, no montante de R$ 1.344.033.667,58, conforme observado na Tabela 57. (Título IV – GESTÃO FINANCEIRA, item 2.1. Obrigações Financeiras Frente às Disponibilidades - Art. 42 LRF)

JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS (SEFA – Informação nº 814/2015-CAFE/DICON – peça 97, fls. 27 a 29 e 32)

***Resposta**: Em que pesem o posicionamento do próprio TCE ao constatar, através da tabela 58 Demonstrativo de Apuração do Cumprimento do Art 42 da LRF - 2014, constantes na página 137 do Processo Nº 268306/15 - Instrução Nº 70/15 DCE, de que não teriam sido contraídas obrigações de despesas, sem a correspondente existência de disponibilidades, considerando o período compreendido nos dois últimos quadrimestres do ano, efetuadas comparações correspondentes entre os saldos de disponibilidade financeira liquida do final do exercício de 2014 com a do saldo final do primeiro quadrimestre, em 30/04/2014.*

Apesar, da demonstrada insuficiência após considerar os restos a pagar não processado, nosso entendimento pressupõe equilíbrio financeiro entre receitas e despesas efetivas, já aptas ao pagamento e que os restos a pagar não liquidados não pressionam, de fato, o caixa estatal, não se incluindo, via de conseqüência, na programação financeira do Estado.

Entendemos também que só será considerada contraída a obrigação de despesa quando a despesa for efetivamente liquidada. Neste momento é verificado que o particular cumpriu com sua obrigação na relação jurídica, gerando para o ente público a obrigação de pagar. Assim, não deveriam ser incluídas no cálculo da suficiência ou insuficiência financeira as despesas relativas aos restos a pagar não processados, tendo em vista que não existe direito líquido e certo ao recebimento

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

desses valores pelos particulares, enquanto não efetivarem suas obrigações, mas mera expectativa de direito ao seu recebimento.

Com base nos artigos 62 e 63 da Lei n.º 4.320/64, os quais estabelecem que o credor só terá direito adquirido e poderá receber o valor contratado após o cumprimento da condição suspensiva prevista no contrato – fornecimento dos bens ou prestação dos serviços.

Portanto, a partir da liquidação resulta a obrigação de pagamento, desde que as cláusulas contraídas tenham sido cumpridas.

> *Arts. 62 e 63 da Lei nº 4.320/1964:*
>
> *"Art. 62. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito."*
>
> *" Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito."*

Conforme constatado oportunamente por este Tribunal de Contas do Estado, a consistência entre o SIA860 – Balanço Patrimonial com o SIA215 – Relatório de Balancete Mensal, a referida inconsistência entre os relatórios SIA112A e SIA215 foram corrigidos ao longo do exercício, alinhando os saldos orçamentários e contábeis.

***Resposta**: O demonstrativo da disponibilidade de caixa que é parte integrante do relatório de gestão fiscal, elaborado somente no ultimo quadrimestre foi republicado no diário oficial no dia 02/03/15, sob o nº. 9401, ficou em desconformidade com o apurado pela Diretoria de Contas Estaduais (DCE) devido a ajustes posteriores a esta publicação.*

Ajustes estes que foram efetuados nas fontes 258 e 250 ocasionando divergência na linha suficiência antes da inscrição de restos a pagar não processados do exercício.

O valor descrito na tabela 57 (Demonstrativo de Disponibilidade de Caixa) pela DCE encontra-se em conformidade com a SIA215 Consolidado Geral.

Cabe ressaltar ainda que no demonstrativo apresentado por esta divisão não contemplou a linha descritiva de SUFICIÊNCIA/INSUFICIÊNCIA APÓS INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS, a qual foi inserida pela DCE em conformidade com o MDF 5ª edição 2012.

Portanto esta Divisão providenciará nova publicação do anexo V (Demonstrativo de Disponibilidade de Caixa) conforme anexado no bloco de anexos, na parte relativa ao item "M" Disponibilidade Financeira nos Termos da LRF.

ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS

Em síntese o interessado argumenta que, no seu entendimento, pressupõe equilíbrio financeiro entre receitas e despesas efetivas, somente os

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

empenhos já liquidados e que os restos a pagar não processados não pressionam, de fato, o caixa estatal, não se incluindo, via de consequência, na programação financeira do Estado, entendendo também que só será considerada contraída a obrigação de despesa quando a despesa for efetivamente liquidada.

Entretanto, de acordo com o regramento do Manual de Demonstrativos Fiscais – 5ª edição, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional, que disciplina a elaboração dos demonstrativos componentes do Relatório de Gestão Fiscal e do Relatório Resumido da Execução Orçamentária para o exercício de 2014, quando trata do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa deixa claro que os empenhos não liquidados somente poderão ser inscritos em Restos a Pagar não Processados se houver disponibilidade líquida de caixa.

Ainda, quando trata do demonstrativo de Restos a Pagar, dispõe que a inscrição em Restos a Pagar Não Processados do exercício limita-se à disponibilidade líquida de caixa, que representa a diferença positiva entre a Disponibilidade de Caixa Bruta e as Obrigações Financeiras.

Em outro momento, o mesmo manual, deixa claro que isso não pressupõe quebra de contratos legítimos conforme trecho do MDF a seguir reproduzido:

> O cancelamento de empenhos ou de despesas inscritas em restos a pagar, mesmo não processados, é medida que requer avaliação criteriosa. A LRF não autoriza nem incentiva a quebra de contratos celebrados entre a Administração Pública e seus fornecedores e prestadores de serviços. Assim, embora seja penalizado o gestor irresponsável que deixa de ordenar, de autorizar ou de promover o cancelamento do montante de restos a pagar inscrito em valor superior ao permitido em lei, isto não significa que o gestor possa lesar o fornecedor de boa fé.

Desta forma, desde que os empenhos não liquidados estivessem representando compromissos efetivamente assumidos pela Administração Pública com o fornecedor ou prestados de serviços, o montante sem cobertura de disponibilidade líquida de caixa deveria ter sido cancelado, e não inscrito em restos a pagar não processados.

Ante o exposto, sugere-se determinação para que o Estado passe a adotar o procedimento de cancelar os empenhos não liquidados, existentes ao final do

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

exercício em montante superior à disponibilidade líquida de caixa, desde que não representem efetivos compromissos assumidos, conforme estabelece a legislação.

CONCLUSÃO: Justificativas Não Acatadas. Ponto Passível de Ressalva e Determinação

m) Disponibilidade Financeira nos Termos da LR

m.3) Explicar a inclusão do valor apurado em duplicidade do saldo vinculado em conta bancária no montante de R$ 659.575.008,71, no DDF (peça 12, fl. 543), que resulta em disponibilidade de caixa diferente dos demais demonstrativos. (Título IV – GESTÃO FINANCEIRA, Capítulo 2. Disponibilidade Financeira nos Termos da LRF)

JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS (SEFA – Informação nº 814/2015-CAFE/DICON – peça 97, fls. 29)

Resposta: Na questão em tela houve equívoco na elaboração do relatório com inserção indevida da linha "vinculada em contas bancárias" a qual ocasionou duplicidade na soma. Segue anexo relatório retificado com os valores corretos, com a exclusão da referida linha, anexado no bloco de anexos, na parte relativa ao item "M" Disponibilidade Financeira nos Termos da LRF.

ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS

O interessado admite que houve incorreções no demonstrativo inicialmente apresentado na prestação de contas e junta novo documento devidamente corrigido, apresentando consistência com os demais demonstrativos, diante do que, considera-se sanada a questão.

CONCLUSÃO: Justificativas Acatadas

m) Disponibilidade Financeira nos Termos da LR

m.4) Justificar a ocorrência da conta de Recursos Extra-Orçamentários com saldo negativo de R$ 741.232.605,01 em 30 de abril de 2014 e de saldo negativo de R$ 141.571.660,41 em 31 de dezembro de 2014, uma vez que se trata de conta de recursos de terceiros sob guarda do Estado, que no caso, o menor saldo admissível seria R$ 0,00. Apresentar valor negativo significa que o Estado

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

dispôs de recursos para terceiros em montante superior aos que estavam sobre sua guarda. (Título IV – GESTÃO FINANCEIRA, item 2.1. Obrigações Financeiras Frente às Disponibilidades - Art. 42 LRF)

JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS (SEFA – Informação nº 814/2015-CAFE/DICON – peça 97, fls. 29 a 32)

***Resposta**: No Plano de Contas Único do Estado a conta 8191.0300 – Recursos Extra-orçamentários recebe lançamentos das contas 8291-0600 – Receita Extra-orçamentária e 8291-0700 – Despesa Extra-orçamentária.*

As contas de Receita e Despesa Extra-orçamentária representam contas dos grupos:

3300.0000, 3400.0000, 4300.0000, 4400.0000, 4500.0000, 7132.0100, 7132.0800, 7134.0103, 7134.0104, 7134.0105, 7134,0106, 7134.0107, 7134.0108, 7134.0109, 7136.0100, 7139.0100, 7143.0101, 7143.0102, 7143.0103, 7143.0104, 7143.0105, 7143.0106, 7143.0107, 7143.0108, 7143.0203, 7143.0204, 7143.0205, 7143.0206, 7143.0207, 7143.0208, 7143.0209, 4900.0000, 7129.0100, 7132.0500, 7136.0500, 7138.0200, 7138.0300, 7138.0400, 7138.0500, 7138.0600, 7138.0600, 7138.0700, 7138.0900, 7143.0120, 7143.0213, 7134.0111, 7134.0112, 7134.0113, 7134.0114, 7134.0110, 7232.0100, 7232.0800, 7234.0101, 7234.0102, 7234.0103, 7234.0104, 7234.0105, 7234.0106, 7234.0108, 7234.0109, 7236.0100, 7239.0100, 7243.0103, 7243.0104, 7243.0105, 7243.0106, 7243.0107, 7243.0108, 7243.0109, 7243.0201, 7243.0202, 7243.0203, 7243.0204, 7243.0205, 7243.0206, 7243.0207, 7243.0208, 7229.0100, 7232.0500, 7238.0200, 7238.0300, 7238.0400, 7238.0500, 7238.0600, 7238.0700, 7238.0900, 7243.0113, 7243.0220, 7234.0110, 7234.0111, 7234.0112, 7234.0107. (Vide Testes de Auditoria referentes contas 8191.0300, 8291.0600 e 8291.0700).

Portanto, pelo mencionado acima, a conta 8191.0300 não representa tão somente os recursos de terceiros sob guarda do Estado.

Observe-se que a conta 8191.0000 – Disponibilidade por Fonte de Recursos é a explosão das contas 8191.0100 – Recursos do Tesouro, mais 8191.0200 – Recursos de Outras Fontes, mais 8191.0300 – Recursos Extraorçamentários.

A conta 8191.0000 fecha com as contas do grupo 3120.0000 – Bancos mais as contas do grupo 3200.0000 – Vinculado. Teste de auditoria verifica a consistência da confrontação.

Por esta sistemática, se não forem observadas adequadamente os registros das operações, de cunho extra-orçamentário, o que pode determinar lapsos de lançamentos, podendo ocasionar variações devedoras e credoras, a mais numa das contas e a menos na outra. Isto quer dizer: se o saldo devedor, que o da natureza das contas do grupo 8191.0000, for maior que o real, a compensação dar-se-á por saldo credor na outra, a fim que se mantenha o saldo real da conta explosão (8191.0000) igual à somatória das contas de banco (3120.0000+3200.0000).

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

De modo geral, o teste de auditoria da receita e da despesa orçamentária aponta a necessidade de ajuste nas contas do extra-orçamentário.

Para que não haja saldos negativos é preciso analisar ajustes em outras contas das disponibilidades por fontes de recursos, em função das operações realizadas. Portanto, para investigar-se a diferença negativa apontada, pesquisou-se as entidades que possuem saldos credores na conta 8191.0300 e individualmente identificou-se a real origem das diferenças que somam o valor encontrado.

Cabe observar que várias diferenças existentes várias entidades na conta 8191.0300, em 30/4/2014, foram regularizadas até o encerramento do exercício.

Diversas entidades realizaram uma operação típica, relativa ao Sistema de Gestão Integrada dos Recursos Financeiros do Paraná – SIGERFI PARANÁ, envolvendo saída de recursos de fonte específica, de forma extra-orçamentária, sem realizar todos os lançamentos necessários para sua completa execução.

Identificadas as entidades, há como justificar a diferença em 31/12/2014, cujas correções estão ocorrendo através de Nota de Lançamento Contábil.

São as seguintes entidades referentes ao SIGERFI:

- ***12.32.0000**– Departamento de Imprensa Oficial do Estado **(R$ 6.707.212,17),***
- ***61.32.0000** –Junta Comercial do Paraná (**R$ 7.630.000,00**),*
- ***65.33.0000** –Agência de Defesa Agropecuária (**R$ 1.638.428,18**).*
- ***27.31.0000**–Departamento Estadual de Arquivo Público é composição de dois valores (**R$ 61.279,49**) referente à ocorrência da importância negativa refere-se à regularização de despesa com a COPEL, a qual, na época, deixou de ser efetivada por falta de orçamento e cujo recurso para cobertura foi lançado na conta 3319.9900 – Outros Créditos, que deixou de ser baixado; e (**R$ 145,58**) concernente a saldo de Cartão Corporativo não regularizado na conta de disponibilidade por fonte de recursos. Os dois valores somam o saldo negativo da entidade (**R$ 61.425,07**).*
- *Duas entidades **44.71.0000** – Centro de Convenções de Curitiba (**R$ 320.131,50**) e **77.31.0000** – Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (**R$ 638.882.408,55**) saíram da sistemática e do regime da contabilidade pública e os ajustes de baixa da etapa preparatória de encerramento provocaram provisoriamente os saldos negativos.*

Portanto, toda a diferença negativa foi regularizada pelos ajustes das notas de lançamento contábil no exercício de 2015, conforme mencionada acima.

Por fim, esclarecemos que foram adotadas as medidas para a correta classificação das contas contábeis, segundo a natureza de seu saldo, com a implementação e utilização de regras de auditoria do sistema contábil.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS

Pelas justificativas apresentadas fica evidenciado que a existência de saldo negativo na conta de Recursos Extra-Orçamentários foi decorrente de falta de controles mais eficientes das contas das disponibilidades por fontes de recursos associadas às obrigações financeiras por fonte de recurso.

Embora fique evidenciado que o Estado não dispôs de recursos para terceiros em montante superior aos que estavam sobre sua guarda, o fato revela que não há controle eficiente que permita demonstrar com precisão as disponibilidades líquidas de caixa por fonte de recurso, havendo necessidade de lançamentos de ajustes na conta Recursos Extraorçamentários para que o saldo total das fontes mantenha consistência com os saldos contábeis do disponível mais vinculado, fato que se entende como passível de indicação de ressalva

CONCLUSÃO: Justificativas Parcialmente Acatadas. Ponto Passível de Ressalva

m) Disponibilidade Financeira nos Termos da LRF

m.6) Justificar a divergência entre os relatórios contábeis e de execução orçamentária do Estado, em que os valores empenhados e não liquidados apresentam o valor de R$ 1.319.848.724,18 no SIA112A e de R$ 1.544.849.383,56 no SIA215 (conta 4110.0100), em 30/04/2014. (Título IV – GESTÃO FINANCEIRA, item 2.1. Obrigações Financeiras Frente às Disponibilidades - Art. 42 LRF)

JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS (SEFA – Informação nº 814/2015-CAFE/DICON – peça 97, fls. 32)

***Resposta**: A presente justificativa está manifestada na resposta do subitem "M.1" das Disponibilidades Financeira nos Termos da LRF item "M"*

Conforme constatado oportunamente por este Tribunal de Contas do Estado, a consistência entre o SIA860 – Balanço Patrimonial com o SIA215 – Relatório de Balancete Mensal, a referida inconsistência entre os relatórios SIA112A e SIA215 foram corrigidos ao longo do exercício, alinhando os saldos orçamentários e contábeis.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS

A partir das justificativas apresentadas presume-se que o demonstrativo que apresentava os valores corretos na data de 30 de abril de 2014 era o Relatório SIA215, o qual foi utilizado para fins de análise do cumprimento do art. 42 da LRF, eliminando a dúvida aventada no exame preliminar, que poderia acarretar reanálise do item.

Assim, considerando que foram utilizados os valores corretos para análise, bem ainda que o referido demonstrativo de fato foi compatibilizado com os demais saldos orçamentários e contábeis ao longo do exercício, entende-se que a situação não merece ser objeto de apontamento na presente prestação de contas.

CONCLUSÃO: Justificativas Acatadas

n) Fluxos de Caixa

n.1) Esclarecer e corrigir a classificação indevida do ingresso de "Transferências de capital recebidas" como sendo atividade de Financiamento, entretanto, de acordo com o MCASP a Transferência de Capital se caracteriza como atividade de Investimento. (Título IV – GESTÃO FINANCEIRA, Capítulo 3. Fluxos de Caixa)

JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS (SEFA – Informação nº 814/2015-CAFE/DICON – peça 97, fls. 33)

***Resposta**: Em relação aos questionamentos realizados pela Diretoria de Contas Estaduais (DCE) na elaboração da DFC, o apontamento no que diz respeito à classificação indevida dos ingressos de "Transferência de Capital" como sendo atividade de Financiamento, onde a mesma deverá ser classificada como atividade de Investimento, no entanto a classificação utilizada foi de acordo com a IPC 08 (Instruções de Procedimentos Contábeis – Demonstração de Fluxo de Caixa/DFC) que indica que as Transferências de Capital Recebidas devem ser classificadas como Atividades de Financiamento.*

ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS

Pesquisando a regulamentação da matéria verificou-se que assiste razão ao interessado. A Secretaria do Tesouro Nacional, que anteriormente, por meio da então IPC 09, definia a classificação conforme apontado por esta DCE, na mais recente atualização das Instruções de Procedimentos Contábeis, na IPC 08 –

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

Metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, retificou a classificação anterior, passando a incluir as Transferências de Capital Recebidas como Atividades de Financiamento.

Assim estando correta a classificação utilizada pela entidade, de acordo com a orientação da IPC 08, resta sanado o apontamento.

CONCLUSÃO: Justificativas Acatadas

n) Fluxos de Caixa

n.2) Justificar a divergência entre o saldo final do exercício de 2013, de Caixa e Equivalente de Caixa, apresentado nesta própria demonstração, bem como o evidenciado nos Balanços Patrimonial e Financeiro, sendo este superior ao do final do exercício de 2013 em R$ 2,6 milhões. (Título IV – GESTÃO FINANCEIRA, Capítulo 3. Fluxos de Caixa)

JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS (SEFA – Informação nº 814/2015-CAFE/DICON – peça 97, fls. 32)

***Resposta**: No presente questionamento realizado pela DCE são os valores apresentados de saldo de Caixa e Equivalente de Caixa Final de 2013 e inicial de 2014. Os valores encontram-se divergentes em função da inserção manual no sistema SIAF do Saldo de Caixa e Equivalente de Caixa do órgão 65.34 Instituto de Florestas do Paraná, somente no inicio do ano de 2014, no valor de R$ 2.610.211,32. Esta inclusão deve-se a Lei 17.903 de 02 de Janeiro de 2014, que transformou a Ambiental Paraná Floresta S.A em Autarquia sob a denominação de Instituto de Florestas do Paraná.*

Desta forma, o procedimento equivocado utilizado anteriormente não será mais adotado, onde já procedemos as correções de definições de sistema e nas regras contábeis para que não mais ocorra esse tipo de inconsistência, assim, acolhemos a orientação da Diretoria de Contas Estaduais, esperando ser considerada como sanada esta divergência.

ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS

Considerando que foi identificada e demonstrada a origem da divergência, bem ainda que os interessados atestam que foi procedida a correção das definições do sistema para que não ocorra mais esse tipo de inconsistência, entende-se que a situação foi devidamente elidida.

CONCLUSÃO: Justificativas Acatadas

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

n) Fluxos de Caixa

n.3) Segundo o MCASP, a Demonstração dos Fluxos de Caixa deve evidenciar as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes, entretanto no demonstrativo apresentado pelo Estado na peça 11, os montantes apontados como movimentados são em muito superiores ao orçamento total, mesmo que consideradas as movimentações extraorçamentárias ocorridas no caixa. Assim, deve o Estado apresentar os demonstrativos corretamente preenchidos evidenciando as transações que efetivamente ocorreram no caixa ou a justificativa fundamentada para os valores de R$ 116,9 bilhões de ingressos e de R$ 117,4 bilhões de desembolsos apresentados. (Título IV – GESTÃO FINANCEIRA, Capítulo 3. Fluxos de Caixa)

JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS (SEFA – Informação nº 814/2015-CAFE/DICON – peça 97, fls. 34)

***Resposta**: Já em relação aos valores de R$ 116,9 bilhões de ingressos e de R$ 117,4 bilhões de desembolsos apresentados na DFC, tais valores são oriundos do SIA230 Balancete Financeiro que serviu como apoio para elaboração do Demonstrativo.*

Porém em uma análise mais criteriosa das contas que compõem o Balancete Financeiro, entendemos que nem todas as contas contábeis necessariamente afetaram o Caixa e Equivalente de Caixa havendo registros meramente escriturais.

Portanto, procedemos à correção do Demonstrativo Fluxo de Caixa a fim de que o mesmo reflita as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes de caixa.

Assim, anexamos ao final do presente documento, no bloco de anexos, na parte relativa ao item "N" Fluxos de Caixa, a Demonstração de Fluxo de Caixa, devidamente retificada.

ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS

Posto que foram identificadas as causas da apresentação superestimada dos movimentos de caixa e que foi providenciada a correção da Demonstração a qual foi juntada aos autos neste contraditório (peça 98, fls. 189 e 190) considera-se sanada a impropriedade apontada no exame preliminar.

CONCLUSÃO: Justificativas Acatadas

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

o) Ativo Não Circulante

o.1) Esclarecer a diferença de R$ 138.139.519,77, existente entre o Demonstrativo dos Recursos Estaduais Investidos no Capital de Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista que apresenta como valor total de investimento R$ 7.979.150.455,91, enquanto que o valor apurado por esta DCE na Tabela 61 totalizou R$ 8.117.289.975,68, apresentando novo Demonstrativo com os valores devidamente corrigidos. (Título V – GESTÃO PATRIMONIAL, item 1.1.2. Ativo Não Circulante)

JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS (SEFA – Informação nº 814/2015-CAFE/DICON – peça 97, fls.35)

***Resposta**: Deve-se esclarecer que a diferença, relativamente aos Recursos Estaduais Investidos no Capital de Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, não ocorreu. No demonstrativo elaborado pela DCE há valores discordantes daqueles registrados na contabilidade.*

As divergências de valores entre as duas demonstrações são referentes às Empresas Centro de Convenções de Curitiba, COHAPAR, SANEPAR, AGÊNCIA DE FOMENTO, Ambiental Paraná Florestas e Empresas Diversas. Empresas Diversas não fazem parte da Administração Direta. A tabela adiante aponta o dito. Desta forma, o procedimento equivocado utilizado anteriormente não será mais adotado, onde já procedemos as correções de definições de sistema e nas regras contábeis para que não mais ocorra esse tipo de inconsistência, acolhemos a orientação da Diretoria de Contas Estaduais, esperando ser considerada como sanada esta divergência.

EMPRESA	SIAF	DCE
CENTRO DE CONVENÇÕES	2.389.940,51	1.176.140,71
COHAPAR	1.113.869.026,00	1.030.783.530,00
SANEPAR	1.334.637.838,63	1.742.198.938,76
AGENCIA FOMENTO	1.207.284.000,00	1.013.272.338,74
AMBIENTAL PARANÁ FLORESTAS	26.227.867,52	35.109.830,20
EMPRESAS DIVERSAS	-	7.414,02
SOMA	**3.684.408.672,66**	**3.822.548.192,43**

A diferença entre as somas das duas colunas aponta o valor de 138.139.519,77 e se for ajustada à tabela da DCE, o valor será de 7.979.150.455,91.

Segue anexo Demonstrativo dos Recursos Estaduais Investidos no Capital de Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, devidamente corrigido com o valor correto de R$ 7.979.150.455,91, inserido no bloco de anexo do Item "O" Ativo não Circulante.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS

Ao analisar as justificativas apresentadas, constatou-se que efetivamente os Recursos Estaduais Investidos nas Empresas Publicas e Sociedades de Economia Mista no exercício de 2014 foram de R$ 7.979.150.455,91, já deduzidas as exclusões constantes do SIA215 Órgão 98, no valor de R$ 78.405.791,74.

Ressaltamos que ao lançar os valores na tabela para a análise comparativa com os valores dos relatórios do SIAF, a fonte destes valores foi os demonstrativos apresentados pelo SEFA na Prestação de Contas do Governador. Tendo em vista que estes Demonstrativos apresentavam valores incorretos, resultou na diferença de R$ 138.139.519,77, para mais. Corrigindo os demonstrativos apresentados a SEFA traz em suas justificativas um novo quadro, apresentando agora de maneira correta os valores dos Recursos Investidos no Capital das Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista (R$ 7.979.150.455,91).

Tendo em vista o reconhecimento por parte da Secretaria da Fazenda que o procedimento equivocado utilizado anteriormente não será mais adotado e que já promoveu as correções de definições de sistema e nas regras contábeis para que não mais ocorra esse tipo de inconsistência, entende-se por sanado o referido apontamento

CONCLUSÃO: Justificativas Acatadas

o) Ativo Não Circulante

o.2) Justificar e esclarecer a divergência entre os valores apurados no item anterior e o constante do Balancete Mensal de Verificação (SAI 215 – Consolidação Geral), conta 5411.0000 – Valores Integralizados, que apresenta um montante de R$ 7.901.195.565,40, que deveria efetivamente ser o valor a ser apresentado no quadro demonstrativo das contas de governo (Título V – GESTÃO PATRIMONIAL, item 1.1.2. Ativo Não Circulante)

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS (SEFA – Informação nº 814/2015-CAFE/DICON – peça 97, fls. 36)

***Resposta**: Quanto ao valor da conta 5411.0000 na consolidação global, o resultado é decorrente do cálculo: total da conta da administração direta mais o total da conta da administração indireta menos o total da conta do órgão 98 (exclusão).*

5411.000 – Participações Societárias	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	7.979.150.455,91
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	450.901,23
Soma	7.979.601.357,14
ÓRGÃO 98 (EXCLUSÃO)	(78.405.791,74)
ADMINISTRAÇÃO GLOBAL	7.901.195.565,40

Cabe lembrar que, no Relatório de Balanço Circunstanciado, estão demonstradas, na Administração Global, as contas dos Anexos de Balanço (Lei 4320/64), nas quais há exclusões, através do órgão 98 – Reversão, para evitar dupla contagem, principalmente, nas demonstrações do Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstrativo das Variações Patrimoniais e da Dívida Flutuante.

ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS

Com os devidos esclarecimentos acerca dos procedimentos adotados na consolidação dos balanços das Administrações Direta e Indireta, onde são deduzidas as Exclusões constantes do Relatório SIA215 Órgão 98, para que não ocorra duplicidade de valores, a questão foi devidamente saneada.

CONCLUSÃO: Justificativas Acatadas

o) Ativo Não Circulante

o.3) Esclarecer o motivo de o Demonstrativo da Despesa Empenhada, Paga e a Pagar segundo a Natureza, constar valores pagos às Empresas BRDE R$ 200 milhões, Agência de Fomento R$ 150 milhões, COHAPAR R$ 108,9 milhões e COHAPAR/SANEPAR R$ 362 mil, sem que estes valores constem dos saldos contábeis no balanço encerrado em 31 de dezembro de 2014. (Título V – GESTÃO PATRIMONIAL, item 1.1.2. Ativo Não Circulante)

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS (SEFA – Informação nº 814/2015-CAFE/DICON – peça 97, fls. 36 e 37)

***Resposta**: Em relação ao terceiro parágrafo desta alínea, é de se esclarecer que todos os valores do Demonstrativo da Despesa empenhada, a Pagar e Paga, totalizando a importância de R$ 465.295.222,65, foram registrados na contabilidade das entidades estaduais envolvidas. Basta o exame da conta 7123.0100 - (Participações Societárias) dos órgãos 12 – Secretaria de Estado do Governo, 13 – Casa Civil, 29 – Secretaria de Estado da Fazenda, 61 – Secretaria de Estado da Industria e do Mercosul, 65 – Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.*

A contrapartida da conta 7123.0100, acima mencionada, é a conta 5412.0101 (Empresas Não Dependentes), com subconta alfabética específica. Esta conta 5412.0101 possui saldo inicial e pode ter outros lançamentos a débito e a crédito, que modificam seus saldos.

Portanto, para comprovar os registros correspondentes àqueles valores individuais da importância acima citada, sejam constatados nas parcelas adiante expressas:

CONTA 7123.0100 – Participações Societárias	
ÓRGÃO 12 – SEC. EST. GOVERNO	58.832.632,80
ÓRGÃO 13 – CASA CIVIL	51.338.174,86
ÓRGÃO 29 – SEC. EST. FAZENDA	150.000.000,00
ÓRGÃO 61 – SEC. EST. IND. COM. M.	200.000.000,00
ÓRGÃO 65 – SEC. EST. AGRICULT.	5.124.415,00
SOMA	465.295.222,26

Constatação também pelo exame do saldo da conta 7123.0100, no Balancete de Verificação do Razão Consolidado Geral.

ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS

No Quadro Demonstrativo da Conta 71230100 – Participação Societária, encaminhado neste contraditório constam discriminadamente os Órgãos Governamentais que procederam os investimentos nas referidas Empresas Estatais, demonstrando a efetiva contabilização, cujos repasses somaram RS 465.295.222,26. Verificou-se também, com base nas prestações de contas das referidas empresas estatais, que os recursos estaduais foram devidamente contabilizados em seus Patrimônios Líquidos.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

Cabe, entretanto, ressaltar que em se tratando de Empresas Estatais Não Dependentes, as mesmas não podem utilizar os recursos recebidos dos Órgãos Estaduais repassadores para realizar despesas com Pessoal e Custeio em Geral ou Investimento (de Capital). Se assim o fizer fica caracterizada a dependência do Estado.

Assim sendo, pode-se acatar as justificativas apresentadas, entretanto, advertindo que deve haver um acompanhamento pelos Órgãos Governamentais repassadores para que os recursos transferidos alcancem com efetividade as finalidades para os quais foram propostos.

CONCLUSÃO: Justificativas Acatadas

p) Dívida Ativa

p.1) Justificar a baixa efetividade da arrecadação dos créditos inscritos em Dívida Ativa (0,64% em relação ao total dos créditos), e ainda o baixo índice de recuperação de créditos inscritos em Dívida Ativa (3,24% em relação ao total de créditos), se considerarmos os pagamentos a vista, parcelamentos, baixa via SISCRED e diferenças judiciais. Descrever os procedimentos, com prazos limites, adotados para a cobrança da Dívida Ativa, a partir do vencimento de cada tributo. (Título V – GESTÃO PATRIMONIAL, item 1.1.3. Dívida Ativa)

p.2) Justificar a ocorrência no exercício de baixa por prescrição na Dívida Ativa no montante de R$ 35,64 milhões, representando 20,44% do total de baixas que não foram por pagamento. (Título V – GESTÃO PATRIMONIAL, item 1.1.3. Dívida Ativa)

p.3) Esclarecer a inconsistência dos dados apresentados no relatório SIA 215, onde o total de baixas por cancelamento é de R$ 201,1 milhões, enquanto no Demonstrativo da Movimentação da Dívida Ativa, integrante do Relatório Circunstanciado de Gestão (peça 17), consta o valor de R$ 174,38 milhões para baixas não resultantes de pagamentos. (Título V – GESTÃO PATRIMONIAL, item 1.1.3. Dívida Ativa)

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS (SEFA – Informação nº 814/2015-CAFE/DICON – peça 97, fls.)

***Resposta**: Quanto aos itens acima, seguem justificativas e esclarecimentos que estão inclusas no bloco de anexos, na parte relativa ao item "P" - Dívida Ativa, constantes das Informações: Informação SAPR Nº 003/2015, Informação Nº 081/2015-SCOB e Informação Nº 032/2015 – GAB/IGA.*

Examinando o documento de Anexos (peça 98) referente ao item "p" verificou-se que a Informação SAPR Nº 003/2015, traz tão somente informações referentes à estrutura da Receita Estadual aos estabelecimentos contribuintes, dados de participação na arrecadação por tributo e setor.

A informação nº 081/2015-SCOB, expõe que a Inspetoria Geral de Arrecadação tem com objetivos disponibilizar meios seguros e simplificados de controle e arrecadação de tributos estaduais, acompanhando, controlando, planejando, coordenando o fluxo de documentos e informações em todas as suas fases até o repasse do produto arrecadado ao tesouro estadual. Também relaciona os demonstrativos elaborados para dar atendimento à Instrução Normativa 100/2014 – TCE-PR e, ainda, declara que o detalhamento das informações de "Baixas por Outros Motivos", faz parte do aprimoramento das Contas do Governo, conforme solicitado pelo Tribunal de Contas.

Quanto à dívida ativa, faz a seguinte ponderação:

No que concerne à recuperação de dívidas ativas no Estado do Paraná em cada exercício, há que se considerar que este não compreende somente os recolhimentos à vista, mas também as liquidações com SISCRED, as diferenças de levantamento de depósitos judiciais e os pagamentos de parcelamento da Dívida Ativa.

Assim, o índice de recuperação de dívida ativa no exercício de 2014 foi de 3,24, considerando os valores em dezembro de 2014.

Apresenta, também, as diretrizes do setor de cobrança, as ações administrativas de recuperação de créditos pendentes propostas e implementadas para o exercício de 2014. Destaca, ainda, *que para 2015, já foram propostos Projetos de Lei com a finalidade de coibir a inadimplência contumaz, prática de poucas empresas paranaenses, com resultados nefastos à livre concorrência e à economia do estado.*

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

E, por fim, a Informação nº 032/2015 – GAB/IGA, apresenta as justificativas a seguir reproduzidas:

A Inspetoria Geral de Arrecadação tem como objetivo disponibilizar meios seguros e simplificados de controle e arrecadação de tributos estaduais, acompanhando, controlando, planejando, coordenando o fluxo de documentos e informações em todas as suas fases até o repasse do produto arrecadado ao tesouro estadual, norteadas com transparências, eficiência e eficácia em todo o processo e procedimentos adotados, incluindo-se neste a Dívida Ativa.

No que concerne à recuperação de dívidas ativas no Estado do Paraná em casa exercício, há que se considerar que este não compreende somente os recolhimentos à vista, mas também as liquidações com SISCRES, as diferenças de levantamento de depósitos judiciais e os pagamentos de parcelamento de Dívida Ativa.

Assim, o índice de recuperação de dívida ativa no exercício de 2014 foi de 3,24%, considerando os valores em dezembro de 2014, conforme tabela 1.

Tabela 1 – Estoque de Dívida Ativa e Baixas

Rubrica	Valor	Representatividade no estoque da DA
Estoque de Dívida Ativa (em 31/12/2014)	**18.813.592.398,79**	**100%**
- Pagamentos de parcelamento de DA	458.233.408,43	2,43%
- Pagamentos de DA à vista	147.998.004,87	0,79%
- Baixas via SISCRED	3.278.786,48	0,02%
TOTAL	**609.510.199,78**	**3,24%**

Importante destacar que o índice de recuperação da Dívida Ativa, considerando a entrada de recursos que implicam aumento de arrecadação e dinheiro no Caixa do Estado, em 2014 foi de 3,24%, superando a recuperação de 2013 que foi de 1,99% e em 2012 foi de 1,44%, demonstrando claramente que as diretrizes adotadas pelo Setor de Cobrança Administrativa da Secretaria de Estado da Fazenda na recuperação do crédito tributário estão na direção correta.

Desde 2012, a Secretaria de Estado da Fazenda, através do Setor de Cobrança Administrativa, implantou duas diretrizes: (I) iniciar a recuperação do crédito tributário o mais próximo possível do vencimento e (II) sanear o estoque de dívida ativa.

No primeiro caso, os esforços devem se concentrar na recuperação administrativa do credito vencido, reduzindo o índice de inscrição em dívida ativa (especialmente no caso dos impostos declarado em GIA) e consequentemente a incidência de custas e honorários. Na segunda diretriz, as ações devem priorizar a cobrança de dívidas com maior possibilidade de recuperação, um vez que, despender os tão escassos recursos na cobrança de dívidas ativas sabidamente irrecuperáveis não podem ser considerado medida eficaz. As Tabelas 2 a 5 trazem um resumo dos resultados obtidos.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

Tabela 2 – Valor Declarado em GIA X Inscrição em DA

Exercício	Valor Declarado em GIA	Valor Inscrito em DA* (origem GIA)	Participação
2011	13.929.380.104,40	602.452.061,67	4,30%
2014	18.246.612,632,74	411.857.793,36	2,30%

* considerando somente ICMS declarado, sem multas e juros

Tabela 3 – Inadimplência de GIA – Evolução Histórica

Exercício	Percentual
2011	2,10%
2014	1,30%

Tabela 4 – Recebimento de Parcelas de Termo de Acordo de Parcelamento - Dívida Ativa

Exercício	Valores	Evolução 2011/2014
2011	122.362.313,97	
2014	458.233.408,43	274,49%

Tabela 5 – Recebimento de Parcelas de Termo de Acordo de Parcelamento - GIA

Exercício	Valores	Evolução 2011/2014
2011	47.512.949,37	
2014	117.228.487,01	146,73%

Os números demonstram que apesar do aumento observado nos valores declarados em GIA em 2014 comparativamente a 2011, o montante inscrito em Dívida Ativa oriundo de GIA no mesmo período apresentou significativa queda. Estes dados apresentaram uma eficiência que precede aquela exigida na recuperação da Dívida Ativa, pois evitou que o credito tributário alcançasse esta instância.

Desta forma, parece inapropriado falarmos em aumento do estoque de Dívida Ativa sem uma análise mais detalhada dos créditos que estão mensalmente sendo inscritos e o crescimento relacionado à incidência de juros. O aumento dos créditos tributários originados pelo Auto de Infração também indica uma maior agilidade na fase administrativa, que é uma das diretrizes da recuperação do credito tributário.

Como parte do planejamento do Setor de Cobrança Administrativa também foram propostas – e cumpridas – as seguintes medidas para o exercício de 2014.

1. Projeto Prisma com incremento na arrecadação cuja meta era superar o orçamento 2014;

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

2. Proposição, aprovação e implementação da Lei n° 18.132, de 03/07/2014 que concede, para empresas em recuperação judicial, parcelamento em até 84 meses de credito tributário decorrentes de ICMS e IPVA;

3. Ação conjunta com a Procuradoria Geral do Estado e Poder Judiciário, no programa de conciliação judicial e extrajudicial e aprovação da Lei 18.159 de 21/07/2014, possibilitando o parcelamento, dos créditos tributários de ICMS em até 84 meses. O resultado foi o parcelamento de créditos tributários no montante de R$ 537 milhões.

4. Intensificação do Projeto Piloto para Protesto da Dívida Ativa.

5. Implantação e operacionalização da Lei n° 18.279, de 05/11/2014, que concedeu redução de 95% da multa e 80% dos juros para pagamento à vista de créditos tributários de ICMS, IPVA, e ITCMD, com fatos geradores ocorridos até 31/12/2013, inclusive os decorrentes de fraude. Como resultado houve o recolhimento de R$ 417 milhões, dos quais mais de 100 milhões referem-se à dívidas ativas de ICMS.

A experiência tem mostrado que quanto mais cedo se inicia o processo de cobrança, maiores são as chances de recuperação do imposto devido. Para tanto se faz necessário o monitoramento constante dos devedores. Em 2014 foram realizados mais de 10.500 contatos visando a cobrança de débitos pendentes perante o fisco Estadual. Neste sentido é de se destacar que, durante o período de vigência da Lei n° 18.279/2014, citada anteriormente, em trabalho conjunto envolvendo auditores fiscais de todas as áreas da Coordenação da Receita do estado, foram contratados mais de 12 mil contribuintes ou seus representantes legais.

Além disso, para 2015, já foram propostos Projetos de Lei com a finalidade de coibir a inadimplência contumaz, prática de poucas empresas paranaenses, com resultados nefastos à livre concorrência e à economia do estado.

Ressaltamos que a Inspetoria Geral de Arrecadação atua essencialmente na recuperação do crédito tributário na fase que antecede a execução fiscal, ficando a cobrança judicial a cargo da Procuradoria Geral do Estado.

Também como medida de saneamento dos processos em que não há possibilidade de recuperação do crédito tributário, mesmo no âmbito judicial, desde 2011, a Procuradoria Geral do Estado encaminha grande volume de débitos para serem baixados por prescrição.

No exercício de 2014 foram extintas por decisão judicial de prescrição R$ 35,6 milhões, sendo quase a totalidade de empresas baixadas ou canceladas.

Em relação a inconsistência de dados apresentados no relatório SIA 215, não podemos nos manifestar uma vez que a informação constante do Sistema de Dívida Ativa – DAE, aponta o valor de R$ 174,38 milhões para baixas não resultante de pagamentos, conforme demonstrativo anexo.

Diante do exposto solicitamos o encaminhamento ao Gabinete da Coordenação da Receita do Estado, para remessa à Secretaria de Estado da fazenda para atender ao Tribunal de Contas do Estado.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS

Em síntese as justificativas apresentadas procuram demonstrar que o Estado vem implementando ações visando melhorar os índices de recuperação de créditos inscritos em dívida ativa, porém os números demonstram que as medidas não tem surtido o efeito a ponto de apresentar resultados razoáveis de arrecadação, estando ainda abaixo do esperado.

Com relação à baixa efetividade da arrecadação dos créditos inscritos em dívida ativa, em que pesem as justificativas apresentadas, argumentando que o percentual de arrecadação de 3,24%, considerando a entrada de recursos que implicam aumento de arrecadação e dinheiro em caixa, se elevou quando comparado aos exercícios de 2012 e 2013, tem-se que o percentual de arrecadação, ainda que represente pouco, de fato houve uma elevação em relaçao ao exercício de 2013 que foi de 1,99%.

Há que se considerar, ainda, conforme já comentado no exame preliminar, que houve um crescimento nominal significativo nas inscrições, o que contribuiu para a elevação do saldo de Dívida Ativa no final do exercício de 2014.

Quanto às baixas por prescrição, a manifestação se resumiu à declaração de que "*como medida de saneamento dos processos em que não há possibilidade de recuperação do crédito tributário, mesmo no âmbito judicial, desde 2011, a Procuradoria Geral do Estado encaminha grande volume de débitos para serem baixados pro prescrição.*

No exercício de 2014 foram extintas por decisão judicial de prescrição R$ 35,64 milhões, sendo quase a totalidade de empresas baixadas ou canceladas."

Esta informação, sem apresentação dos respectivos números e subsídios documentais comprobatórios, não pode ser considerada suficiente para justificar o grande volume de baixas de dívida ativa por prescrição, no montante de R$ 35,64 milhões, que representou 20,44% do total de baixas que não foram por pagamento, percentual considerado alto, superando inclusive o do exercício anterior que foi de 10,44%.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

Cabe deixar anotado que não houve pronunciamento da Procuradoria Geral do Estado em relação ao assunto.

Por fim, em relação à inconsistência nos valores das baixas, entre o Relatório SIA215 e o Relatório Circunstanciado de Gestão, diante da manifestação da Inspetoria Geral de Arrecadação de que não poderia se manifestar uma vez que a informação constante do Sistema de Dívida Ativa – DAE, aponta o valor de R$ 174,4 milhões para baixas não resultante de pagamentos, e visto que não há manifestação de outro setor nos documentos acostados ao processo, permanece inalterado o apontamento do exame inicial.

Ante o exposto, entende-se pela indicação de ressalva em relação à baixa efetividade da arrecadação dos créditos inscritos em Dívida elevada baixa por prescrição na Dívida Ativa e inconsistência nos relatórios de baixas de Dívida Ativa por cancelamento.

CONCLUSÃO: Justificativas Parcialmente Acatadas. Ponto Passível de Ressalva

q) Análise Financeira

Justificar e esclarecer a inclusão, no Ativo Circulante, das contas referentes aos Repasses Precatórios TJ (2% RCL) não empenhados, portanto sem a respectiva contrapartida no Passivo destes Empenhos, conforme determina o MCASP quanto a sua contabilização, no montante acumulado de 1,2 bilhão. (Título V – GESTÃO PATRIMONIAL, item 1.2.2. Análise Financeira)

JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS (SEFA – Informação nº 814/2015-CAFE/DICON – peça 97, fls. 38)

***Resposta**: Desde quando o Estado do Paraná passou a fazer os Repasses Precatórios TJ (2% RCL) em decorrência do Decreto Nº 6.335 de 23 de fevereiro de 2010, estes valores não eram empenhados pois para que o empenho ocorresse se fazia necessário o recebimento da lista dos pagamentos efetuados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR) . Até o recebimento da lista os valores dos repasses permaneciam contabilizados extraorçamentariamente para posterior regularização.*

A sistemática adotada até 2014 deixou de ocorrer a partir de 2015, onde acolhemos a orientação da Diretoria de Contas Estaduais – DCE em conformidade o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

Anexamos no bloco de anexos do Item "Q" Análise Financeira, relatório do SIAF (SIA610) que demonstra a regularidade do empenhamento dos repasses dos 2% da RCL ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, relativo às partes de 50% (Ordem Cronológica) e 50% (Especial).

ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS

Em suas justificativas o Estado relata que a partir de 2015 não mais contabiliza extraorçariamente os valores referentes aos Repasses de Precatórios TJ (2% RCL), face ao Decreto nº 6.335/2010, acolhendo a orientação desta Diretoria de Contas Estaduais para que se alterasse a forma de contabilização tendo em vista o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Publico – MCASP.

Assim sendo, pode-se acatar as justificativas apresentadas, tendo em vista que a Secretaria da Fazenda fez a anexação no bloco de anexos do Item "Q" Análise Financeira, relatório do SIAF (SIA610) que demonstra a regularidade do empenhamento dos repasses dos 2% da RCL ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, relativo às partes de 50% (Ordem Cronológica) e 50% (Especial), constante à peça 98 do presente processo de prestação de contas, demonstrando desta forma a regularização do referido ponto.

CONCLUSÃO: Justificativas Acatadas

r) Dívida Geral

Justificar as divergências de valores e a não contabilização das apropriações e baixas de Amortização da Dívida e de Juros e Encargos, em que no SIA 845 consta que na Conta 91213200 – Juros e Encargos da Dívida, foi efetivado o pagamento de R$ 734.180.531,84 e na Conta 91214600 – Amortizações da Dívida foram pagos R$ 819.987.460,27, enquanto que no Demonstrativo das Alterações da Dívida Fundada Interna e Externa 2014, (peça 12, fls. 552) encontra-se demonstrado como Baixa o valor de R$ 374.133.955,63. Ainda, os valores apresentados no Anexo 16-b da Lei 4.320, Demonstrativo das Dividas Fundadas Internas e Externas, os valores de Baixa somaram R$ 705.993.340,11 e R$ 113.994.120,16, respectivamente, para amortização da dívida e pagamento de juros e encargos. (Título V – GESTÃO PATRIMONIAL, item 1.2.4. Dívida Geral)

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS (SEFA – Informação nº 814/2015-CAFE/DICON – peça 97, fls. 39)

***Resposta**: Neste item foi questionado as apropriações e baixas de juros e encargos e amortizações, onde verificamos os registros quanto aos valores, os quais constavam incorreções na movimentação do campo de alterações do citado relatório, que ora apresentamos devidamente o Demonstrativo das Alterações da Dívida Fundada Interna e Externa 2014 ajustado refletindo os valores apresentados no Anexo 16-b da Lei 4.320. Complementarmente, incluímos o anexo 16-E - Demonstrativo de Outras Dívidas – Pasep – Administração Indireta, no bloco de anexos, na parte relativa ao item "S" Precatórios.*

ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS

Na apresentação de suas justificativas para o referido item, o interessado afirma que foram procedidas as devidas correções nos demonstrativos da Divida Fundada Interna e Externa referente ao exercício de 2014, refazendo os quadros demonstrativos anteriormente apresentados. Assim sendo, os valores referentes às baixas de amortização e pagamentos de juros e encargos da dívida foram apropriados corretamente, conforme anexos trazidos ao presente processo de prestação de contas às peças 98.

Em face das informações e documentações acostadas aos autos, esta Diretoria de Contas Estaduais considera sanado o referido apontamento, acatando desta forma as justificativas apresentadas.

CONCLUSÃO: Justificativas Acatadas

s) Precatórios

Preliminarmente ao exame dos apontamentos relativos a este item é necessário retificar uma informação apresentada no primeiro exame, relativa aos saldos dos precatórios não pagos antes da vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, onde houve um equívoco na elaboração da Tabela 69, que demonstra a movimentação para efeito de controle dos precatórios inscritos em Restos a Pagar, cuja tabela devidamente corrigida se apresenta a seguir:

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

Tabela 3
Movimentação dos Precatórios Inscritos Anteriores à LRF – 2014

ÓRGÃO	SALDOS ANTERIORES				BAIXA NO EXERCÍCIO		SALDO ATUAL
	PRECATÓRIOS ANTERIORES A 1999	PRECATÓRIOS ALIMENTARES	PRECATÓRIOS NÃO ALIMENTARES	TOTAL	PAGO	AJUSTE	
AGE/SEFA	630.622.327,45	10.994.604,54	165.093.339,81	806.710.271,80			806.710.271,80
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	**630.622.327,45**	**10.994.604,54**	**165.093.339,81**	**806.710.271,80**	**-**	**-**	**806.710.271,80**
APPA	-	88.630,86	-	88.630,86		88.630,86	-
DER	1.244.707,67	238.119,62	5.016.552,10	6.499.379,39			6.499.379,39
DETRAN	-	-	103.917,44	103.917,44	98.238,16	5.679,28	-
EMATER	-	544.394,43	-	544.394,43	544.394,43		-
IAP	4.322.379,47	813.906,91	310.017,64	5.446.304,02			5.446.304,02
IPARDES	409.122,99	7.333,24	-	416.456,23			416.456,23
IPCE	-	-	28.762,05	28.762,05		28.762,05	
ISEP	-	957.451,09	-	957.451,09		957.451,09	-
RTVE	-	8.202,11	-	8.202,11		8.202,11	-
UEL	-	3,78	-	3,78			3,78
UENP	27.114,04	24.122,13	-	51.236,17			51.236,17
UNESPAR	-	101.113,53	14.291,08	115.404,61			115.404,61
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	**6.003.324,17**	**2.783.277,70**	**5.473.540,31**	**14.171.511,32**	**642.632,59**	**1.088.725,39**	**12.528.784,20**
TOTAL	**636.625.651,62**	**13.777.882,24**	**170.566.880,12**	**820.881.783,12**	**642.632,59**	**1.088.725,39**	**819.239.056,00**

Fonte: Peça 12

Com a retificação, fica constatado que, ao contrário do que foi apresentado no exame preliminar, o saldo atual decresceu em R$ 1,6 milhão, em comparação ao exercício de 2013.

s) Precatórios

s.1) Esclarecer da regularização das devidas baixas nos registros do Passivo, da Dívida Fundada com Precatórios pagos em 2013 e não baixados naquele exercício, determinação do Acórdão de Parecer Prévio nº 314/14, Contas do Governador Exercício de 2013. (Título V – GESTÃO PATRIMONIAL, item 1.2.5. Precatórios)

JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS (SEFA – Informação nº 814/2015-CAFE/DICON – peça 97, fls. 39)

***Resposta**: Para 2015 com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) já estão sendo providenciadas as regularizações para que os registros dos saldos destas contas sejam transferidos de forma adequada, e serão encaminhados na sequência ao TCE, tão logo seja concretizado.*

ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS

De acordo com as justificativas apresentadas o Estado estaria providenciando a devida baixa nos registros do passivo, conforme determinado pelo Acórdão nº 314/14 STP. Porém não são apresentados elementos que demonstrassem a solução definitiva para que os registros da contabilidade passem a refletir com

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

exatidão os saldos dos precatórios, diante do que, até que seja encaminhada comprovação das baixas, permanece sem solução definitiva a referida determinação.

CONCLUSÃO: Justificativas Não Acatadas. Ponto Passível de Ressalva

s) Precatórios

s.2) Esclarecer a não regularização dos registros contábeis relativos ao valor de R$ 900,6 milhões em 2008 e 13,5 milhões em 2009, de Precatórios, transferidos do Passivo Financeiro para o Passivo Permanente em 2008 e ainda pendente de regularização contábil. (Título V – GESTÃO PATRIMONIAL, item 1.2.5. Precatórios)

JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS (SEFA – Informação nº 814/2015-CAFE/DICON – peça 97, fls. 39 e 40)

***Resposta**: No encerramento do exercício de 2008 o Poder Executivo procedeu à baixa dos precatórios inscritos em Restos a Pagar, no valor de R$ 900,6 milhões. Esses valores foram transferidos em sua totalidade para o Passivo Permanente em consideração a uma recomendação contábil feita pela DCE/PR (Diretoria de Contas Estaduais - ACÓRDÃO Nº 800/09 - Tribunal Pleno, PROCESSO N º: 179832/09) à Secretaria de Estado da Fazenda que visava uma alternativa de registro contábil que permitisse evidenciar o montante do saldo total de precatórios devido pelo Estado. Atendendo determinações Superiores, realizou-se o supracitado ajuste nos valores de precatórios dos Restos a Pagar, transferindo-os contabilmente para o Passivo Permanente, conforme nota explicativa constante do Balanço Geral do Estado 2008 – volume, e exercícios seguintes.*

Os procedimentos para regularização contábil estão em andamento no âmbito da SEFA e devido aos impactos operacionais será encaminhado na sequência ao TCE, tão logo seja concretizado.

De acordo com os novos preceitos contábeis do PCASP/2015 com base no encerramento do exercício de 2014. Os procedimentos de inscrições e baixas dos Precatórios seguirão as orientações contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional (Portaria nº 637/2012-STN), que consistirá da realização do De/Para 2014/2015, onde se terá o SIAF como apoio e se levará em conta a observação que no Plano antigo uma conta pode ser equivalente a uma ou mais contas no PCASP/2015, e vice-versa, com essa análise contábil se fará à correta classificação no PCASP/2015, de forma que os registros contábeis reflitam a realidade dos bens, direitos e obrigações do Estado do Paraná, constantes do Balanço do ano de 2014.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

JUSTIFICATIVAS DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR (SEFA – Informação nº 1059/2015-CAFE/DICON – peça 108, fl. 3)

Quanto ao apontamento de precatórios pendentes de regularização de 2008, no valor de 900,6 milhões e 2009 no valor de R$ 13,5 milhões, inicialmente temos a informar que o montante total pendente em 28/02/2015 já desconsiderados os pagamento/baixas realizadas no período de 2009 a 2014 totalizavam R$ 814.488.311,33. Visando cumprir a recomendação desta Diretoria de Contas Estaduais procedemos o devido cancelamento desses valores inscritos em duplicidade no Passivo Financeiro e Passivo Permanente conforme havíamos mencionado na Informação nº 814/2015 CAFE/DICON peça (97) fls. 39 e 40, visando a comprovação anexamos o relatório do SIAF da transação 60 (Estorno) que contém a relação dos documentos regularizados no montante de R$ 814.488.311,33.

ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS

As justificativas apresentadas na documentação complementar, amparadas pelos relatórios extraídos do sistema SIAF encaminhados em anexo, demonstrando as devidas baixas do saldos pendentes de regularização contábil, referentes aos Precatórios, transferidos do Passivo Financeiro para o Passivo Permanente em 2008 e 2009, são considerados suficientes para concluir pela regularização do item.

CONCLUSÃO: Justificativas Acatadas

s) Precatórios

s.3) Esclarecer a inconsistência existente entre os valores de R$ 275,2 milhões referentes às baixas no balanço e os pagamentos efetuados pelo Judiciário, na Conta Especial Executivo com R$ 34,7 milhões e na Conta Cronológica Judiciário R$ 674,2 milhões, totalizando o montante de R$ 708,9 milhões, (Tabela 66 e Tabela 67). (Título V – GESTÃO PATRIMONIAL, item 1.2.5. Precatórios)

s.4) Justificar a ausência de registro contábil dos juros de mora relativos aos precatórios fixados nas sentenças, na contabilidade do Estado, contrariando os Princípios Fundamentais de Contabilidade, especialmente o da Oportunidade. (Título V – GESTÃO PATRIMONIAL, item 1.2.5. Precatórios)

s.7) Apresentar listagem com a relação dos precatórios Judiciais Baixados (Pagos e/ou Cancelados), que tiveram no exercício de 2014 sua extinção dos

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

processos, e regularizar no exercício de 2015 o registro contábil procedendo as devidas baixas nos registros do Passivo, da Dívida Fundada com Precatórios (Título V – GESTÃO PATRIMONIAL, item 1.2.5. Precatórios)

JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS (SEFA – Informação nº 814/2015-CAFE/DICON – peça 97, fls. 40 a 42)

***Resposta**: A Secretaria de Estado da Fazenda recebe uma vez por ano uma lista dos pagamentos efetuados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR) enviada pelo TJPR.*

Na lista recebida (parte anexa do subitem s.7) com os pagamentos efetuados pelo Judiciário em 2014 consta os valores de R$ 275,2 milhões e foi por este valor enviado pelo TJPR que foi registrado as baixas no balanço.

Resposta: A ausência de registro contábil dos juros de mora deve-se ao fato de que os valores informados pelo Tribunal de Justiça quando do envio das informações para as baixas de pagamentos não contemplam de forma detalhada a separação do valor nominal das ações e dos respectivos valores pagos atualizados.

Neste contexto, para que as informações dos respectivos registros atendam os princípios contábeis, procederemos gestão junto ao Tribunal de Justiça, para que em conjunto com a SEFA, sejam adotadas medidas para regularização e sistematização visando sanar este apontamento a partir deste exercício corrente.

Resposta: Para atender a solicitação segue listagem com a relação de precatórios baixados/pagos no exercício de 2014, com valores nominais dos pagamentos de precatórios e resumo consolidado por exercício e natureza da ação, anexada ao final do presente documento, no bloco de anexos, na parte relativa ao item "S" Precatórios.

ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS

A partir das justificativas apresentadas verifica-se que as inconsistências entre o valor baixado nas contas contábeis e os pagamentos efetuados pelo Judiciário ocorrem em razão de que o Estado utiliza para as baixas da contabilidade os valores indicados na Relação de Precatórios Judiciais Baixados/Pagos, encaminhada pelo Tribunal de Justiça, a qual apresenta algumas deficiências como falta de separação detalhada do valor nominal das ações e dos respectivos valores pagos atualizados, bem como falta de relação dos precatórios judiciais baixados (pagos e/ou cancelados), que tiveram sua extinção dos processos.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

Assim, fica evidenciado que da forma como está se procedendo, sem uma rotina eficiente de controle de baixas de precatórios por pagamentos e cancelamentos, de forma a haver consistência entre as efetivas baixas dos precatórios o seu respectivo lançamento contábil, a situação de incompatibilidade dos registros contábeis patrimoniais com as efetivas situações dos precatórios existentes no Poder Judiciário, ao invés de apresentar melhorias, cada vez mais mostrará um descompasso maior, evidenciando a falta de confiabilidade das informações referentes às dívidas com precatórios, constantes das demonstrações contábeis.

Fica evidente, também que a ausência de registro contábil dos juros de mora relativos aos precatórios fixados nas sentenças, tem a mesma origem que a situação tratada no item anterior, ou seja, carência de informações nos relatórios repassados pelo Poder Judiciário.

Por fim, quanto à listagem com a relação de precatórios baixados/pagos no exercício de 2014, no local indicado (peça 98, fls. 249 a 283), verifica-se que a relação encaminhada não contém a relação dos precatórios Judiciais Baixados (Pagos e/ou Cancelados), que tiveram no exercício de 2014 sua extinção dos processos, conforme solicitado no exame preliminar.

Em relação a estes pontos, sem abstrair a responsabilidade do Estado em gestionar junto ao Tribunal de Justiça a criação de mecanismos de obtenção destas informações, considerando a complexidade em se obter os valores, que podem variar de acordo com o período correspondente à sentença judicial, entende-se que o fato não mereça, ainda neste exercício em análise, a indicação de qualquer medida mais severa, podendo ser objeto tão somente de recomendação para que se inclua no escopo de análise da prestação de contas do Tribunal de Justiça a avaliação da forma de sistematização e disponibilização das informações referentes aos precatórios para os entes públicos devedores.

CONCLUSÃO: Justificativas Acatadas. Ponto Passível de Recomendação

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

s) Precatórios

s.5) Justificar o não repasse dos recursos de Precatórios ao Tribunal de Justiça do Estado referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2014, no valor de R$ 45 milhões, R$ 45,4 milhões e R$ 49,6 milhões respectivamente. (Título V – GESTÃO PATRIMONIAL, item 1.2.5. Precatórios)

JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS (SEFA – Informação nº 814/2015-CAFE/DICON – peça 97, fls. 41)

Resposta: Quanto a justificativa solicitada, anexamos a Informação nº 069/2015 – DIRED/CAFE, no bloco de Anexos do Item "S" – Precatórios.

No referido anexo, o setor da SEFA responsável apresentou os seguintes esclarecimentos:

O ocorrido foi ocasionado pela reestruturação interna pela qual passou esta Secretaria de Estado em suas áreas Financeiras e Orçamentárias, bem como pela implantação do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, o qual ocasionou problemas técnicos internos atrasando os repasses questionados.

Outro porém, e que veio ocasionar estes não repasse de Precatórios referentes os meses de outubro, novembro e dezembro de 2014, devesse a insegurança jurídica quanto à constitucionalidade do art. 97 do ADCT da Constituição Federal do Brasil, que instituiu o recolhimento de 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida para os Precatórios, incluído pela Emenda Constitucional n. 62 de 2009.

Cabe-nos informa ainda, que na primeira oportunidade foram efetuados estes repasse, o que ocorreu no mês de abril de 2015, estando portanto a Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná, desta maneira e neste momento, plenamente em dia no que se refere aos repasses de 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida –RCL para os Precatórios, conforme determina a Constituição Federal.

JUSTIFICATIVAS DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR (SEFA – Informação nº 1059/2015-CAFE/DICON – peça 108, fl. 3)

Ainda, quanto ao apontamento do item acima quanto aos valores não repassados ao Tribunaç de Justiça referente aos meses de outubro/2014 no valor de R$ 44.951.140,24; novembro/2014 R$ 45.363.426,02 e dezembro/2014 no valor de R$ 45.658.403,98, encaminhamos os documentos comprobatórios através dos Ofícios nºs 576/15 e 577/15 de 01/04/2015; 631/15 e 632/15 de 15/04/2015 e 638/15 de 20/04/2015, bem como os respectivos comprovantes bancários dos meses questionados.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS

A documentação inicialmente encaminhada pela Secretaria da Fazenda, (peça 98, fls. 244 a 247), constituída por um relatório extraído do Sistema de Acompanhamento Financeiro – SIAF, denominado Demonstrativo de Situação Financeira de Credor, não seria suficiente para sanear a questão.

Contudo, a documentação complementar encaminhada (peça 108) demonstra que os valores referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2014, foram efetivamente depositados nas contas correntes específicas, nas datas de 01/04/2015, 15/04/2015 e 20/04/2015, respectivamente, regularizando a situação

CONCLUSÃO: Justificativas Acatadas

s) Precatórios

s.6) Justificar a não observância dos procedimentos contábeis de contabilização quando do Repasse dos Precatórios TJ (2% RCL) não empenhados ao Judiciário, que representou R$ 523.000.150,25 no exercício de 2014, e o montante acumulado até este exercício totaliza R$ 1,2 bilhão, para a conta de reserva de Precatórios do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Assim está se descumprindo o estabelecido no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Portaria 637/2012 – STN), que estabelece regras de harmonização a serem observadas, de forma permanente, pela administração Pública, bem como define orientações metodológicas, consoante os parâmetros definidos pela Lei Complementar nº 101/2000, em especial no tocante a contabilização e escrituração do empenho dos repasses. (Título V – GESTÃO PATRIMONIAL, item 1.2.5. Precatórios)

JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS (SEFA – Informação nº 814/2015-CAFE/DICON – peça 97, fls. 41)

***Resposta**: Desde quando o Estado do Paraná passou a fazer os Repasses Precatórios TJ (2% RCL) em decorrência do Decreto Nº 6.335 de 23 de fevereiro de 2010, estes valores não eram empenhados pois para que o empenho ocorresse se fazia necessário o recebimento da lista dos pagamentos efetuados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR) . Até o recebimento da lista os valores dos repasses permaneciam no Extraorçamentário para posterior regularização.*

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

O envio da lista dos pagamentos efetuados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR) é realizado somente uma única vez ao ano, ou seja, no final do ano e após o recebimento da lista é realizado o empenho, a liquidação e o pagamento.

No ano de 2015 o Estado do Paraná já adotou a metodologia de contabilização, incluindo empenho nos repasses de recursos ao Tribunal de Justiça conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

Anexamos no bloco de anexos do Item "S" Precatórios, relatório do SIAF (SIA610) que demonstra a regularidade do empenhamento dos repasses dos 2% da RCL ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, relativo às partes de 50% (Ordem Cronológica) e 50% (Especial).

ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS

A partir das justificativas apresentadas e dos documentos encaminhados neste contraditório (peça 98, fls. 244 a 247), foi possível constatar que, a partir do exercício de 2015 o Estado passou a adotar a metodologia estabelecida no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Portaria nº 637/2012 – STN), passando a empenhar os valores correspondentes a 2% da Receita Corrente Líquida, repassados mensalmente às contas próprias, cujos recursos são destinados ao pagamento de precatórios, nos termos estabelecidos pela Emenda Constitucional nº 62/09, razão pela qual, entende-se que a situação foi regularizada

CONCLUSÃO: Justificativas Acatadas

t) Saldo Patrimonial

Esclarecer a alteração do Saldo Final da Conta Saldo Patrimonial do Exercício de 2013 conforme SIA860 (Balanço Patrimonial) que era de R$ 3.181.227.317,55 e o valor constante do mesmo relatório para o Exercício de 2014, como Saldo Anterior da conta Saldo Patrimonial de R$ 3.232.773.919,51, ocasionando uma diferença a maior de R$ 51.546.601,51, que necessita ser justificada e ajustada. (Título V – GESTÃO PATRIMONIAL, item 1.3. Saldo Patrimonial)

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS (SEFA – Informação nº 814/2015-CAFE/DICON – peça 97, fls. 42 e 43)

***Resposta**: Em 2013 o Estado apresentou Saldo Patrimonial final no valor de R$ 3.181.227.317,55 (três bilhões, cento e oitenta e um milhões, duzentos e vinte e sete mil, trezentos e dezessete reais e cinqüenta e cinco centavos), mas em 2014 demonstrou o Saldo Inicial no valor de R$ 3.232.773.919,51 (três bilhões, duzentos e trinta e dois milhões, setecentos e setenta e três mil, novecentos e dezenove reais e cinqüenta e um centavos), apresentando diferença de R$ 51.546.601,96 (cinqüenta e um milhões, quinhentos e quarenta e seis mil, seiscentos e um reais e noventa e seis centavos).*

Com a alteração na Empresa Ambiental Paraná Floresta que passou de S/A para Autarquia sob a denominação de Instituto de Floresta do Paraná, a partir de 02/01/2014 pela Lei nº. 17.903, houve acréscimo no Valor Patrimonial de R$ 51.699.285,55 (cinqüenta e um milhões, seiscentos e noventa e nove mil, duzentos e oitenta e cinco reais e cinqüenta e cinco centavos), não computado no encerramento do ano de 2013.

Outra diferença de 2013 para 2014 é de R$ 47.079,27 (quarenta e sete mil, setenta e nove reais e vinte e sete centavos), essa diferença vem de anos anteriores, onde a agregação da conta 5411.0102 órgão 98 no SIA215A está a maior, provocada por um erro de fórmula. Esse valor foi corrigido na passagem de saldo para o ano de 2014.

O critério para a implantação foi o mesmo já utilizado em exercícios anteriores por ocasião do ingresso no SIAF das empresas estatais dependentes, logo após a entrada em vigor da Lei Complementar 101/00-LRF, especificamente na virada do exercício 2001 para 2002 cujos ajustes ocasionaram os reflexos ora apontados, contudo o evento não trouxe danos ao resultado apurado ao final do exercício de 2014, restando sanada a divergência.

Órgão 98

Conta 3311.1000 – R$ 199.762,86 início de 2014 maior do que o encerramento de 2013.

Conta 5411.0102 – (R$ 47.079,27) início de 2014 menor do que encerramento de 2013.

Conta 7000.0000 – R$ 152.683,59 início de 2014 maior do que encerramento de 2013.

Desta forma, o procedimento equivocado utilizado anteriormente não será mais adotado, onde já procedemos as correções de definições de sistema e nas regras contábeis para que não mais ocorra esse tipo de inconsistência, acolhemos a orientação da Diretoria de Contas Estaduais, esperando ser considerada como sanada esta divergência.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS

A Administração Estadual declara que a diferença de R$ 51.546.601,96, ocorrida no Saldo Patrimonial Acumulado no momento de fechamento do exercício de 2013 e abertura do exercício de 2014, ocorreu devido à alteração da personalidade jurídica da Empresa Ambiental Floresta, que passou de S.A. para Autarquia, sob nova denominação de Instituto Floresta do Paraná, a partir de 02/01/2014, pela Lei nº 17.903. Ainda, quanto à diferença de R$ 47.079,27, afirma que ela vem de anos anteriores onde a agregação da conta 5411.0102 órgão 98 no SIA215A está a maior, provocada por um erro de fórmula. Esse valor teria foi corrigido na passagem de saldo para o ano de 2014.

Informa, também, que o critério para a implantação no presente caso foi o mesmo já utilizado em exercícios anteriores por ocasião do ingresso no SIAF das empresas estatais dependentes, logo após a entrada em vigor da Lei Complementar 101/00-LRF, especificamente na virada do exercício 2001 para 2002 cujos ajustes ocasionaram os reflexos ora apontados, ressalta que a forma utilizada não trouxe danos ao resultado apurado ao final do exercício de 2014.

O entendimento desta Diretoria de Contas Estaduais é de que os registros contábeis devem produzir informações oportunas e confiáveis, obedecendo ao principio contábil da oportunidade, ou seja, mensurando e apresentando os componentes patrimoniais para produzir informações integras e tempestivas. Entretanto, no presente caso não ocorreu, pois a implantação dos saldos patrimoniais ocorreu intempestivamente e causou inconsistência entre os balanços de 2013 e 2014. O registro contábil do fato ocorrido no exercício de 2014, não poderia de forma alguma modificar o saldo remanescente do balanço do exercício de 2013, transportado para 2014.

Tendo a Autoridade Estadual reconhecido que procedeu de maneira equivocada e declarado que esta prática não será mais utilizada com as devidas correções no seu sistema contábil, entende-se que podem ser acatadas as justificavas apresentadas, entretanto, sugerindo-se ao Relator a recomendação para que o Estado observe os princípios contábeis da oportunidade e continuidade de forma que o saldo

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

Patrimonial do encerramento de um exercício corresponda exatamente ao saldo Patrimonial em espécie de abertura do exercício seguinte.

CONCLUSÃO: Justificativas Parcialmente Acatadas. Ponto Passível de Recomendação

u) Gestão Previdenciária

u.1) Justificar o não repasse da insuficiência de transferências de recursos pelo Estado aos Fundos Financeiro e Militar, igualmente acerca da insuficiência de caixa liquida dos referidos fundos em 31/12/14, na ordem de R$ 36.471.838,96 e R$ 23.325.440,36 respectivamente. (Título VI – GESTÃO PREVIDENCIÁRIA, Capítulo 5. Resultados Orçamentário e Financeiro dos Fundos Previdenciários)

JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS (SEFA – Informação nº 814/2015-CAFE/DICON – peça 97, fls. 43 e peça 98, fls. 255 a 276)

***Resposta**: Em relação ao item Resultados Orçamentário e Financeiro dos Fundos Previdenciários os valores levantados na análise da Prestação de Contas do Governador no item acima justifica-se que o Estado amparado na Lei Estadual Nº 13740 de 24 de julho de 2002, e ainda Resolução Nº 14.544 - SEAP de 20 de outubro de 2014 efetua o pagamento de consignatórios até o quinto dia útil do mês subseqüente, o saldo que passou inscrito em Restos a Pagar refere-se aos consignatários dos Fundos Previdenciários. Salientamos que conforme os ofícios nºs 039/2015 CAFE e 040/2015 CAFE em anexo, os valores foram repassados aos Fundo Financeiro e Militar no dia 08 de janeiro de 2015.*

ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS

A Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, dispõe sobre regras gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, Estados, Distrito Federal e dos Municípios. Em seu art. 2º, § 1º determina que:

> *Art. 2º § 1o A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são responsáveis pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do respectivo regime próprio, decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários. (Redação dada pela Lei nº 10.887, de 2004)*

Da mesma forma, a Lei Estadual nº 17.435, de 21 de dezembro de 2012, que reestruturou o Plano de Custeio e Financiamento do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná, dispôs em seus arts. 21 e 22 que o Estado

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

deve repassar as insuficiências financeiras dos Fundos Financeiro e Militar, cujas transferências devem ser efetivadas em valores líquidos, necessários ao pagamento integral dos benefícios concedidos aos servidores e pensionistas vinculados a estes Fundos e deverão ocorrer até o dia anterior ao pagamento dos benefícios.

Amparado pelo art. 6º da Lei nº 13.740/2002, o Estado efetua o repasse dos recursos consignados aos Fundos Financeiro e Militar até o 5º dia útil do mês subsequente ao descontado na folha de pagamento. Com esta prática, ao final do exercício, foi constatada uma insuficiência de caixa líquida nos Fundos Financeiro e Militar de R$ 36,5 milhões e R$ 23,3 milhões, respectivamente.

Ainda, o Ministério da Previdência Social editou a Portaria nº 403/08-MPS a qual dispõe, em seu art. 2º, I, que o Equilíbrio Financeiro é a garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações do RPPS em cada exercício financeiro.

Assim, o Estado do Paraná não preservou o equilíbrio financeiro no exercício dos Fundos Financeiros e Militar ao não repassar o valor de R$ 61,6 milhões, correspondente a parte da insuficiência financeira devida a esses Fundos, descumprindo legislação relativa ao Regime Próprio de Previdência Social.

CONCLUSÃO: Justificativas Não Acatadas. Ponto Passível de Ressalva.

u.2) Justificar a diferença entre os valores apresentados como devido pelo Poder Executivo da contribuição patronal do servidor ativo e da Contribuição Patronal Adicional, no valor de R$ 70,2 milhões, com o valor constante como restos a pagar de R$ 69,1 milhões (Título VI – GESTÃO PREVIDENCIÁRIA, Capítulo 6. Divergências nos Valores Repassados e a Repassar aos Fundos Previdenciários)

JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS (SEFA – Informação nº 814/2015-CAFE/DICON – peça 97, fls. 43 e 44 e peça 98, fls. 255 a 276)

***Resposta**: Em relação ao item Divergências nos Valores Repassados e a Repassar aos Fundos Previdenciários, efetuamos a alteração na tabela enviada anteriormente valores devidos e repassados ao Fundo Previdenciário, visto que apenas este fundo conforme legislação vigente recebe repasses no mês subseqüente ao do recolhimento no órgão Estadual. Com a nova Tabela a contribuição Patronal do*

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

Poder Executivo seria no valor de R$ 69.886.734,38. Conforme citado na tabela na página 211 da Prestação de Contas do Governador exercício de 2014, o Poder Executivo obteve saldo de empenhos qua foram inscritos em Restos a Pagar, de R$ 69.138.281,83, as diferenças encontram-se nos órgãos que pertencem ao poder executivo, efetuam suas folhas de pagamento com recursos próprios ou repassados pelo Tesouro, e efetuaram a baixa contábil do pagamento de contribuição previdenciária ao RPPS no momento em que repassam o valor aos cofres do Poder Executivo. Os valores encontram-se registrados no Passivo Financeiro, do órgão 99 nas contas 4414.0101.

DEFENSORIA	R$ 367.130,05
DETRAM	R$ 372.690,56
DIOE	R$ 233,38
IPEM-	R$ 737,92
JUCEPAR -	R$ 7.660,64
TOTAL	R$ 748.452,55

- Os valores acima, podem ser comprovados no SIA215a, do órgão 99, depois dos ajustes efetuados para acertos.

Totalizando assim os saldos dispostos na Tabela ajustada de saldos de contribuições efetuadas pelo Estado. Salientamos que em alguns casos os órgãos mesmo orientados efetuaram o empenho do adicional da cota patronal de 5% +5% no desdobramento incorreto, fazendo no mesmo desdobramento de despesa para a contribuição patronal normal.

ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS

O Estado reconheceu a diferença apontada e efetuou os registros correspondentes no Passivo Financeiro na conta 21881010102 - RPPS – Fundo Previdenciário (antiga conta 4414.0101 – Contribuição dos Servidores), ajustando o saldo no início do exercício de 2015. Os documentos comprobatório encontram-se à peça 98, fls. 266 e 275.

CONCLUSÃO: Justificativas acatadas.

u.3) Esclarecer a composição da conta 4414.0101-Contribuição dos Servidores, presente no SIA215, no valor de R$ 136.513.236,62. (Título VI – GESTÃO PREVIDENCIÁRIA, Capítulo 6. Divergências nos Valores Repassados e a Repassar aos Fundos Previdenciários)

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS (SEFA – Informação nº 814/2015-CAFE/DICON – peça 97, fls. 44 e 45 e peça 98, fls. 255 a 276)

A conta contábil no antigo Plano de Contas utilizado no Estado do PR, 4414.0101 Contribuição dos Servidores foi utilizada para todos os valores que o Estado foi depositário do Fundo Previdenciário, estando disposta nesta conta:

a) valores das retenções do Poder Executivo de seus servidores que contribuem para o Fundo Previdenciário;

b) valores de contribuições patronal, adicional e servidor de órgãos do poder executivo que efetuam contribuição patronal e adicional com recursos próprios ou recursos recebidos diretamente do Tesouro como a Defensoria Pública, DIOE, JUCEPAR, DETRAN e IPEM;

c) todas as contribuições dos poderes repassadas ao Poder Executivo que figura apenas como depositário, e repassador ao Fundo Previdenciário.

ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS

O Estado esclareceu a composição da conta 4414.0101- Contribuição dos Servidores, afirmando que a mesma registra todos os valores em que o Estado foi depositário do Fundo de Previdência.

CONCLUSÃO: Justificativas acatadas.

u.4) Esclarecer a forma que como são contabilizados os valores recebidos dos Poderes e devidos ao Fundo de Previdência, demonstrando em que rubrica o valor esta lançado. (Título VI – GESTÃO PREVIDENCIÁRIA, Capítulo 6. Divergências nos Valores Repassados e a Repassar aos Fundos Previdenciários)

JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS (SEFA – Informação nº 814/2015-CAFE/DICON – peça 97, fls. 44 e 45 e peça 98, fls. 255 a 276)

Resposta Conjunta – Itens esclarecidos nas respostas dos subitens u.3, u.4 e u.5.

O saldo da Conta 4414.0101 foi transposta no PCASP para a conta 21881010102 RPPS - FUNDO PREVIDENCIARIO, e seu saldo correto ajustado no início do exercício de 2015, conforme Notas de Lançamentos Contábil anexo. O saldo remanescente dos ajustes totalizou na conta 21881010102 R$ 75.327.435,42, conforme Balancete anexo. Desta forma conforme a nova tabela enviada com os saldos repassados e devidos fica dispostos da seguinte forma:

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

21881010102	75.327.435,42
Saldo de empenho	69.138.281,83
Saldo Devedor	144.465.717,25
(-) Diferenças	**0,00**

A antiga conta 4414.0101, no PCASP 21881010102 RPPS - FUNDO PREVIDENCIARIO, como mencionado acima contempla o saldo que os Poderes TJ, TCE, MP e ALEP repassaram no exercício de 2014 e ficaram registrados nas subcontas abaixo:

Conta Contábil 21881010102 ou Plano de Contas Único (2014) 4414.0101

99049073	ALEP
99049111	Ministério Público
99049081	Tribunal de Contas do Estado
99049090	Tribunal de Justiça

Anexamos ao final do presente documento, no bloco de anexos, na parte relativa ao item "u" Gestão Previdenciária.

ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS

O Estado esclareceu que as contribuições dos poderes repassadas ao Poder Executivo, o qual figura como depositário e repassador ao Fundo de Previdência, estão registradas na 4414.0101-Contribuição dos Servidores.

Esta conta foi transferida para o PCASP, com a classificação 21881010102 RPPS - FUNDO PREVIDENCIARIO, com os valores que o Tribunal e Justiça, Tribunal de Contas, Ministério Público e Assembleia Legislativa repassaram no exercício de 2014. Com os ajustes mencionados no item u.2, o saldo desta conta, no que se refere aos repasses destas entidades, figura conforme demonstrativo peça 98, fl. 275.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

Tabela 4
Composição da Conta 21881010102 – PCASP – 31/12/2014

Em R$

RUBRICA	DESCRIÇÃO	VALOR
99049073	FUNDO PREV FOLHA DE PAGTO PESSOAL - ALE	31.128,81
99049111	FUNDO PREV FOLHA DE PGTO PESSOAL - MP	3.731.076,01
99049081	FUNDO PREV FOLHA DE PGTO PESSOAL - TCE	1.527.526,21
99049090	FUNDO PREV FOLHA DE PGTO PESSOAL-TJ	16.050.555,80
TOTAL		**21.340.286,83**

Fonte: Peça 98, fl. 275.

Porém, este valor difere do valor retido destes órgãos pelo Poder Executivo conforme demonstrativo apresentado à peça 43, fl. 2, que totalizava R$ 41.576.460,95 para obrigação patronal e contribuição de servidores, conforme se apresenta a seguir, gerando uma diferença de R$ 20.236,174,12.

Tabela 5
Demonstrativo de Valores a Repassar ao Fundo de Previdência – 2014

Em R$

CONTRIBUIÇÃO	VALORES A REPASSAR
Contribuição Patronal do Servidor Ativo	**20.236.088,35**
Tribunal de Justiça	15.399.304,90
Ministério Público	3.508.331,23
Tribunal de Contas	1.323.693,00
Assembleia Legislativa	4.759,22
Contribuição Patronal Adicional - 8,5%	**1.104.284,25**
Tribunal de Justiça	651.250,90
Ministério Público	222.744,78
Tribunal de Contas	203.918,98
Assembleia Legislativa	26.369,59
Contribuição do Servidor Ativo	**20.236.088,35**
Tribunal de Justiça	15.399.304,90
Ministério Público	3.508.331,23
Tribunal de Contas	1.323.693,00
Assembleia Legislativa	4.759,22
TOTAL	**41.576.460,95**

Fonte: Peça 43, fl 2.

Ante o exposto, apesar dos esclarecimentos prestados, os ajustes realizados geraram uma diferença de R$ 20.236.174,12, razão pela qual, sugere-se aposição de Ressalva por haver inconsistência dos saldos apresentados.

CONCLUSÃO: Justificativas Parcialmente Acatadas. Ponto Passível de Ressalva

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

u.5) Justificar a diferença entre o valor constante no Demonstrativo dos Valores Repassados aos Fundos Previdenciários (Peça 43, fl. 2) – Tabela Instrução DCE nº 77, no valor de R$ 165.033.516,77, em face do Balanço Patrimonial do Fundo de Previdência, conta crédito a curto prazo, no total de R$ 144.465.717,30. (Título VI – GESTÃO PREVIDENCIÁRIA, Capítulo 6. Divergências nos Valores Repassados e a Repassar aos Fundos Previdenciários)

JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS (SEFA – Informação nº 814/2015-CAFE/DICON – peça 97, fls. 44 e 45 e peça 98, fls. 255 a 276)

Resposta Conjunta – Itens esclarecidos nas respostas dos subitens u.3, u.4 e u.5.

O saldo da Conta 4414.0101 foi transposta no PCASP para a conta 21881010102 RPPS - FUNDO PREVIDENCIARIO, e seu saldo correto ajustado no início do exercício de 2015, conforme Notas de Lançamentos Contábil anexo. O saldo remanescente dos ajustes totalizou na conta 21881010102 R$ 75.327.435,42, conforme Balancete anexo. Desta forma conforme a nova tabela enviada com os saldos repassados e devidos fica dispostos da seguinte forma:

21881010102	75.327.435,42
Saldo de empenho	69.138.281,83
Saldo Devedor	144.465.717,25
(-) Diferenças	**0,00**

A antiga conta 4414.0101, no PCASP 21881010102 RPPS - FUNDO PREVIDENCIARIO, como mencionado acima contempla o saldo que os Poderes TJ, TCE, MP e ALEP repassaram no exercício de 2014 e ficaram registrados nas subcontas abaixo:

Conta Contábil 21881010102 ou Plano de Contas Único (2014) 4414.0101

99049073	ALEP
99049111	Ministério Público
99049081	Tribunal de Contas do Estado
99049090	Tribunal de Justiça

Anexamos ao final do presente documento, no bloco de anexos, na parte relativa ao item "u" Gestão Previdenciária.

ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS

Não foi esclarecida a divergência apontada entre os registros consolidados do Estado e os do Fundo de Previdência. Ainda assim, realizou ajustes

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

que fizeram com que os valores fechassem. Desta forma, não é possível opinar se estes ajustes são devidos ou não, entendendo-se pela indicação de ressalva tendo em vista a inconsistência e incompatibilidade dos valores registrados na Contabilidade do Estado e do Fundo de Previdência.

CONCLUSÃO: Justificativas não Acatadas. Ponto Passível de Ressalva.

v) Limites Constitucionais

Esclarecer o motivo da não aplicação de valores em Ciência e Tecnologia no percentual exigido constitucionalmente de 2% da receita Tributária, aplicando o equivalente a 1,83% da base de cálculo (Título VII – LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS, item 1.3. Aplicação de Recursos em Ciência e Tecnologia)

JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS (SEFA – Informação nº 814/2015-CAFE/DICON – peça 97, fls. 46)

Resposta: Esclarecimentos contidos no item z) Ressalvas, Recomendações e Determinações de Exercícios Anteriores, que trata do assunto em questão.

O Estado reitera as justificativas prestadas em exercícios anteriores, quanto também houve descumprimento do mandamento constitucional. Ressalta que esses apontamentos constituem fatos consumados e envolvem circunstâncias imutáveis, razão pela qual não é mais possível a adoção de providências para saneamento das irregularidades.

Destaca que o Estado do Paraná, historicamente, tem encontrado dificuldades em dar atendimento ao disposto na Constituicão Estadual, em função da regulamentação restritiva.

Trouxe à baila o Acórdão nº de Parecer Prévio nº 314/14-Pleno, da Relatoria do Conselheiro Ivan Bonilha o qual observa que das 27 Unidades da Federação, apenas o Estado de Goiás utilizou alíquota de 3% na vinculação de sua receita com ciência e tecnologia e que metade dos Estados que fixaram alíquota igual ou superior a 2% não cumpriram o índice constitucional.

ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS

De fato, as ressalvas com relação a este apontamento são reiteradas uma vez que houve descumprimento do mandamento constitucional nos exercícios de 2013 e 2011, o que ensejou recomendações para observância do índice nos exercícios seguintes, o que não se verificou na presente análise, com aplicação de 1,83% da receita tributária.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

Os argumentos apresentados não sanam o apontamento nem tampouco oferecem elementos para esclarecer os fatos.

CONCLUSÃO: Justificativas Não Acatadas. Ponto Passível de Ressalva

w) Resultado Primário

w.1) Justificar a divergência entre o Resultado Primário obtido (Déficit Primário de R$ 445.285.695,94) e o apresentado no Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do 6º Bimestre de 2014, publicado no Diário Oficial do Estado de 02/03/2015, fls. 35 e 36, quando foi divulgado um Superávit Primário de R$ 934.244.622,86 (Título VII – LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS, item 3.2.1. Resultado Primário)

W.2) Justificar a ocorrência de Déficit Primário de R$ 445.285.695,94, enquanto a meta definida na LDO estabelecia um superávit Primário de R$ 2.339.690.000,00 (Título VII – LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS, item 3.2.1. Resultado Primário)

JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS (SEFA – Informação nº 814/2015-CAFE/DICON – peça 97, fls. 46)

Respostas: Demonstrativo do Resultado Primário parte integrante do Relatório Resumido de Execução Orçamentária representa a diferença entre as receitas e as despesas primárias, ou seja, as não financeiras. Caso apuração seja Superávits primários serão direcionados para o pagamento de serviços da dívida. Em contrapartida, déficits primários indicam a parcela do aumento da dívida, resultante do financiamento de gastos não financeiros que ultrapassam as receitas não financeiras.

No tocante aos questionamentos da Diretoria de Contas Estaduais (DCE) do supracitado relatório no que diz respeito ao não cumprimento da Meta estabelecida na LDO de 2014 a qual era de R$ 2.339.690.000,00, ressaltamos que tal meta foi alterada de acordo com o Art. 42, da Lei nº 18.468 de 29/04/2015 – havendo uma redução em R$ 3.500.000.000,00 da meta III, constantes da Tabela 5 do Anexo I da Lei nº 17.631, de 22 de julho de 2013.

Quanto ao resultado primário publicado em Diário Oficial em 02/03/2015 onde o mesmo apresentava um déficit primário de R$ 934,2 milhões, constatamos equívocos em sua elaboração conforme apontado pela DCE. Segue abaixo novo demonstrativo o qual será republicado em Diário Oficial do Estado.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

CONSOLIDAÇÃO - ORÇAMENTOS FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL RECEITAS PRIMÁRIAS	
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	**39.636.344.622,02**
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	**23.451.454.348,44**
ICMS	19.278.593.163,67
IPVA	1.908.259.249,39
ITCMD	265.260.411,35
IRRF	1.917.914.030,65
OUTRAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS (TAXAS)	81.427.493,38
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÃO	**5.390.345.568,40**
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	5.390.345.568,40
OUTRAS RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	-
RECEITA PATRIMONIAL LÍQUIDA	**333.419.169,19**
RECEITA PATRIMONIAL	1.502.939.593,63
(-) APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.169.520.424,44
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	**7.596.299.879,46**
FPE	1.674.740.104,91
CONVÊNIOS	263.927.231,65
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.657.632.542,90
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	**2.864.825.656,53**
DÍVIDA ATIVA	104.996.104,71
DIVERSAS RECEITAS CORRENTES	2.759.829.551,82
RECEITAS DE CAPITAL (II)	**1.337.252.580,35**
OPERACOES DE CREDITO (III)	**953.849.106,76**
AMORTIZACAO EMPRESTIMOS (IV)	**-**
ALIENAÇÃO DE BENS (V)	**4.568.484,06**
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	**234.050.981,24**
CONVÊNIOS	204.837.767,94
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	29.213.213,30
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	**144.784.008,29**
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	**378.834.989,53**
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

	40.015.179.611,55
DESPESAS PRIMÁRIAS	
DESPESAS CORRENTES (VIII)	**38.608.319.866,86**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**21.298.678.601,97**
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA (IX)	**734.180.531,84**
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**16.575.460.733,05**
TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	6.958.144.809,66
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	9.617.315.923,39
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	**37.874.139.335,02**
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	**2.883.325.369,97**
INVESTIMENTOS	**1.545.227.111,30**
INVERSÕES FINANCEIRAS	**518.110.798,40**
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS (XII)	-
AQUISIÇÃO DE TIT. DE CAPITAL JÁ INTEGRALIZ. (XIII)	12.087,46
DEMAIS INVERSÕES FINANCEIRAS	518.098.710,94
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA (XIV)	**819.987.460,27**
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII -XIII - XIV)	**2.063.325.822,24**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	**-**
RESERVA DO RPPS (XVII)	
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	**39.937.465.157,26**
RESULTADO PRIMÁRIO (VII - XVIII)	**77.714.454,29**
RESULTADO PRIMÁRIO RECALCULADO COM AJUSTES	
(-) REPASSES PRECATÓRIOS TJ (2%) RCL – EXTRAORÇAMENTÁRIO	**(530.875.150,23)**
(+) AJUSTE REPASSES PAGAMENTOS DE PRECATÓRIOS	**275.260.176,05**
= RESULTADO PRIMÁRIO AJUSTADO	**(177.900.519,89)**
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADO NA LDO	**(1.160.310.000,00)**

Nota: Meta do Resultado Primário ajustado conforme Art. 42, da Lei nº 18.468 de 29/04/2015 - Redução em R$ 3.500.000.000,00 da meta III, constantes da Tabela 5 do Anexo I da Lei nº 17.631, de 22 de julho de 2013. Publicado no Diário Oficial do Estado em 30/04/2015 - Edição nº 9442.

A Diretoria de Contas Estaduais em sua análise apontou ainda o não empenhamento dos valores relativos aos repasses de recursos ao Tribunal de Justiça, destinados ao pagamento de precatórios, totalizando R$ 523 milhões. O valor mencionado não integrou o cômputo do demonstrativo por não se tratar de despesa orçamentária e sim extraorçamentária.

Ressaltamos ainda que não houve o repasse integral ao Tribunal de Justiça conforme já apontado por esta Diretoria no ano de 2014, houve o repasse de 390 milhões no ano de 2014 e o restante em 2015, portanto, conforme sugerido por esta DCE, ajustamos o cálculo considerando este valor como integrado do resultado primário, assim, o valor deduzido do Superávit obtido é a diferença entre o valor que deveria ser repassado (R$ 530 milhões) subtraídos dos valores pagos de precatórios que foram devidamente empenhados conforme tabela acima.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

Abaixo, apresentamos a tabela 74, constante da Instrução nº 70/2015 - DCE ajustada conforme os valores efetivamente repassados ao TJ pela SEFA.

Mês	*Valor*
Janeiro	41.225.889,63
Fevereiro	42.394.789,74
Março	42.855.640,65
Abril	43.374.072,00
Maio	43.498.020,00
Junho	44.041.985,92
Julho	44.540.617,45
Agosto	44.384.568,09
Setembro	44.545.872,44
Outubro	44.951.140,23
Novembro	45.434.075,65
Dezembro	49.628.478,43
Total	530.875.150,23

(*) Cálculo do valor a ser depositado de acordo com o Decreto nº 6335 de 23/02/2010.

Cabe mencionar que mesmo com os ajustes no que diz respeito ao repasse dos 2% da RCL ao Tribunal de Justiça, o Estado cumpriu a meta de Resultado Primário.

Segue contido no bloco de anexos do item "W" – Resultado Primário, cópia da Lei nº 18.468 de 29/04/2015.

ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS

Com relação às divergências entre o Resultado Primário apresentado no Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do 6º Bimestre de 2014, publicado no Diário Oficial do Estado e o apurado por esta DCE, com a declaração dos responsáveis de que foram constatados equívocos na sua elaboração e envio de novo demonstrativo retificado, passamos a analisar o resultado apurado.

Inicialmente há que se fazer uma retificação também no resultado apurado por esta Unidade Técnica, no que se refere aos valores do ajuste aos repasses ao Tribunal de Justiça para pagamento de precatórios, que deixaram de ser empenhados. Conforme já demonstrado no item "d" deste contraditório, assiste razão ao Estado quando declara que parte do valor inicialmente apontado no exame preliminar foi efetivamente empenhado e pago durante o exercício de 2014, reduzindo, portanto o valor a ser considerado no ajuste para R$ 256 milhões.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

Assim, o resultado primário apurado por esta DCE, passa a ser o mesmo apresentado no demonstrativo enviado pelo Estado neste contraditório, ou seja, um déficit primário de R$ 177,9 milhões conforme reproduzido a seguir:

Tabela 6
Metas Fiscais – Resultado Primário –

RECEITAS PRIMÁRIAS	2014		
	Orçamento Fiscal	Orç. Seg. Social	TOTAL
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	**34.119.321.299,03**	**5.517.023.323,01**	**39.636.344.622,04**
RECEITAS TRIBUTARIAS	**23.451.454.348,44**	**0,00**	**23.451.454.348,44**
ICMS	19.278.593.163,67	0,00	19.278.593.163,67
IPVA	1.908.259.249,39	0,00	1.908.259.249,39
ITCMD	265.260.411,35	0,00	265.260.411,35
IRRF	1.917.914.030,65	0,00	1.917.914.030,65
OUTRAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS	81.427.493,38	0,00	81.427.493,38
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÃO	0,00	5.390.345.568,40	5.390.345.568,40
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS		5.390.345.568,40	5.390.345.568,40
RECEITA PATRIMONIAL LÍQUIDA	327.199.628,48	6.219.540,73	333.419.169,21
RECEITA PATRIMONIAL	632.314.832,10	870.928.875,14	1.503.243.707,24
(-) APLICAÇÕES FINANCEIRAS	305.115.203,62	864.709.334,41	1.169.824.538,03
TRANSFERENCIAS CORRENTES	7.596.299.879,46	0,00	7.596.299.879,46
FPE	1.674.740.104,91	0,00	1.674.740.104,91
CONVÊNIOS	263.927.231,65	0,00	263.927.231,65
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.657.632.542,90	0,00	5.657.632.542,90
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	2.744.367.442,65	120.458.213,88	2.864.825.656,53
DÍVIDA ATIVA	104.996.104,71	0,00	104.996.104,71
DIVERSAS RECEITAS CORRENTES	2.639.371.337,94	120.458.213,88	2.759.829.551,82
RECEITAS DE CAPITAL (II)	**1.337.252.580,35**	**0,00**	**1.337.252.580,35**
OPERACOES DE CREDITO (III)	953.849.106,76	0,00	953.849.106,76
ALIENAÇÃO DE BENS (V)	4.568.484,06	0,00	4.568.484,06
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	234.050.981,24	0,00	234.050.981,24
CONVÊNIOS	204.837.767,94	0,00	204.837.767,94
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	29.213.213,30	0,00	29.213.213,30
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	144.784.008,29	0,00	144.784.008,29
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	**378.834.989,53**	**0,00**	**378.834.989,53**
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	**34.498.156.288,56**	**5.517.023.323,01**	**40.015.179.611,57**

DESPESAS PRIMÁRIAS	2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	**38.608.319.866,86**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	21.298.678.601,97
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA (IX)	734.180.531,84
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.575.460.733,05
TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	6.958.144.809,66
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	9.617.315.923,39
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	37.874.139.335,02
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	2.883.325.369,97
INVESTIMENTOS	1.545.227.111,30
INVERSÕES FINANCEIRAS	518.110.798,40
AQUISIÇÃO DE TIT. DE CAPITAL JÁ INTEGRALIZ. (XIII)	12.087,46
DEMAIS INVERSÕES FINANCEIRAS	518.098.710,94
AMORTIZACAO DA DIVIDA (XIV)	819.987.460,27
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII -XIII - XIV)	**2.063.325.822,24**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	**0,00**
RESERVA DO RPPS (XVII)	**0,00**
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	**39.937.465.157,26**
AJUSTE REPASSES PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS NÃO EMPENHADOS[1]	255.614.974,18
RESULTADO PRIMÁRIO (VII - XVIII)	**-177.900.519,87**
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADO NA LDO	**2.339.690.000,00**
META DE RESULTADO PRIMÁRIO Alterado pela Lei nº 18468/15	**-1.160.310.000,00**

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

Fonte: Lei nº 17.631/13 (LDO), SIAs 817 e 840 e Demonstrativos Financeiros dos Fundos Previdenciários

Devidamente retificado o demonstrativo, passando a evidenciar concordância entre o Resultado Primário apurado no exercício apresentado pelo Estado, e o Apurado por esta unidade técnica, a questão controversa que surge diz respeito à qual meta deve ser se ter como base para concluir acerca do seu atendimento ou não.

No exame preliminar esta DCE utilizou a meta estabelecida na LDO, Lei nº 17.631/13, que previa um resultado a ser alcançado de R$ 2,3 bilhões, o qual, mesmo com as retificações procedidas nos cálculos não teria sido atendida, pois houve um déficit primário no exercício de R$ 177,9 milhões.

Entretanto, neste contraditório a Administração Estadual trouxe a notícia de que a Lei nº 18.468 de 29/04/2015, em seu art. 42, previu uma redução em R$ 3.500.000.000,00 da meta III, constantes da Tabela 5 do Anexo I da Lei nº 17.631/2013, ou seja reduziu a meta do resultado primário para um déficit primário de R$ 1,1 bilhão.

Muito embora se admita que efetivamente a alteração da meta ocorreu por uma lei devidamente aprovada pelo Legislativo Estadual e que na análise de prestação de contas do governador não haveria outro caminho a não ser acatar a previsão legal, entende-se por oportuno expressar algumas ponderações em relação ao assunto, conforme exposição a seguir.

A Lei nº 18.468 de 29 de abril de 2015, conforme se observa em sua súmula tratou da "Criação do Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, do Programa Incentivado de Parcelamento de Débitos – PPD e da Cessão de Direitos Creditórios, e adoção de outras providências".

Entretanto, em um dos últimos artigos esparsos de lei que trata de dispositivos estranhos à previsão da receita e à fixação da despesa, consignou-se:

> Art. 42. Fica reduzida em até R$ 3,5 bilhões a meta III e majorada em até R$ 150 milhões a meta V, ambas constantes da Tabela 5 do Anexo I da Lei nº 17.631, de 22 de julho de 2013.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

Cabe destacar que segundo a Constituição, a LDO tem, entre outras, a finalidade de orientar a elaboração da lei orçamentária anual, sendo uma peça basicamente de planejamento que pretende fazer a ligação entre os objetivos da Administração Pública de médio prazo previsto no PPA e àqueles anuais que são colocados na LOA. Basicamente ela tem a função primordial de escolher, dentre os programas constantes do PPA, aqueles que são prioritários.

Do ponto de vista da LRF, a LDO não é peça de planejamento meramente anual, mas sim trienal, conforme consta em seu art. 4º, § 1º, que determina o estabelecimento das metas fiscais para três anos, que tem como base uma metodologia que deve ser explicitada no documento próprio, que é o Anexo de Metas Fiscais da LDO.

Logo, as referidas metas apesar de serem fixadas por critérios do próprio Executivo, se convertem em lei e devem ser cumpridas.

Importante mencionar que na mensagem de encaminhamento da lei nº 18.468/2015 não constou menção expressa à alteração da LDO.

O ato de se verificar se conseguirá cumprir ou não a meta fiscal está previsto na própria LRF. Essa verificação é, em verdade, um dever legal que se faz ao final de cada bimestre de modo solene. É o que se extrai do art. 9º da LRF:

> Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

Esse acompanhamento obrigatório por parte do Poder Executivo tem uma razão de ser. O gestor já tem previamente mapeado os setores que podem acarretar problemas. Por isso, a LRF prevê que a LDO deve conter também um Anexo que exponha os riscos que podem impactar as finanças do Estado (art. 4º, § 3º). Inclusive, este anexo tem relevância jurídica, pois sua falta configura infração administrativa (Lei nº 10.028/00, art. 5º).

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

Com relação às metas para os anos seguintes ao do atual exercício, a alteração da LDO é possível. Basta uma alteração do PPA para que possa resultar necessária a alteração na LDO.

Por outro lado, uma alteração da LDO no meio do exercício vigente somente se justificaria em razão de fatos supervenientes que vierem a impactar as contas públicas. Algo aceitável somente a título de exceção, com uma justificativa plausível.

Ademais, guardadas as devidas proporções, deve-se ponderar o princípio orçamentário clássico da exclusividade, segundo o qual a lei orçamentária não conterá matéria estranha à previsão da receita e à fixação da despesa, que no ordenamento jurídico vigente se acha consagrado no art. 22 da Lei Federal nº. 4.320/64 – que enumera, didaticamente, o conteúdo e a forma da Proposta Orçamentária - e no art. 165, § 8º, da Constituição.

Não obstante estes apontamentos quanto à alteração da meta de resultado primário, tendo em vista que o objeto deste exame é a prestação de contas do Governador do Estado, que a lei encontra-se em vigência, que a ação dos administradores públicos deve estar pautada no que expressamente prevê a legislação, o que ocorreu, sem prejuízo da necessidade de uma eventual impugnação do artigo que tratou da alteração de metas fiscais a posteriori da LDO, esta unidade técnica expõe as duas possibilidades.

Se for considerada a meta de resultado primário fixada na LDO, de R$ 2,34 bilhões, teremos que ela não foi atendida pois houve déficit primário de R$ 177,9 milhões.

Por outro lado, se for entendido que é legitima a alteração procedida pelo art. 42 da Lei nº 18.468 de 29 de abril de 2015, a meta teria sido cumprida, pois este instrumento legal estabeleceu uma redução de R$ 3,5 bilhões, reduzindo esta meta para um patamar negativo, representada por um déficit primário de R$ 1,16 bilhões.

CONCLUSÃO: Justificativas Acatadas

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

x) Resultado Nominal

x.1) Justificar o fato do Estado não atender ao valor fixado para o período em análise de Resultado Nominal previsto na LDO de R$ 986 milhões, enquanto o apurado para o período foi um acréscimo do montante da Dívida Consolidada Líquida de R$ 2,76 bilhões. (Título VII – LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS, item 3.2.2. Resultado Nominal)

x.2 Justificar a divergência entre o Resultado Nominal obtido em 2014, déficit de R$ 2.758.645.436,64 e o publicado no Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do 6º Bimestre de 2014, publicado no Diário Oficial do Estado de 02/03/2015, fls. 34, que apresentou um déficit de R$ 1.033.479.260,28 (Título VII – LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS, item 3.2.2. Resultado Nominal)

JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS (SEFA – Informação nº 814/2015-CAFE/DICON – peça 97, fls. 50 e 51)

Resposta: O Resultado Nominal tem como objetivo acompanhar a evolução da Dívida Fiscal Líquida do período.

Quanto aos apontamentos da Diretoria de Contas Estaduais (DCE) em relação ao não cumprimento da Meta do Resultado Nominal previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de R$ 986 milhões temos a esclarecer que a Meta do Resultado Nominal foi alterada conforme Art. 42, da Lei nº 18.468 de 29/04/2015 (Publicado no Diário Oficial do Estado em 30/04/2015- Edição nº 9442). A Lei 18.468 estabeleceu uma majoração em R$ 150.000.000,00 da meta, constantes da Tabela 5 do Anexo I da Lei nº 17.631, de 22 de julho de 2013.

Em relação ao Resultado Nominal obtido em 2014 e publicado no Diário Oficial do Estado em 02/03/2015, constatamos que há uma diferença na linha Disponibilidade de Caixa Bruta o valor publicado era de R$ 2.982.728.962,87 e o valor correto de acordo com o Sia215 é de 2.984.158.299,33. Tal divergência altera o Resultado Nominal para R$ 1.031.960.737,68.

Constatamos ainda que há uma discrepância entre o valor apurado pela DCE e por esta Divisão de Contabilidade no cálculo da Dívida Consolidada. A Diretoria de Contas Estaduais considerou no cômputo valores não integrantes da Divida Consolidada, tais valores são provenientes dos precatórios anteriores a 05/05/2000 e estão registrados na conta 6112.000 (órgãos 31000, 2330, 4546, 4548, 4700, 6931, 7730) a diferença é de 1.726.684.698,96. Conforme quadro abaixo:

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

ÓRGÃO	CONTA	SUBCONTA	NOME DA CONTA	VALOR
31000000	6112.0000	10066468	PRECATORIOS EXERCICIO - 1996	77.739,28
31000000	6112.0000	10066469	PRECATORIOS EXERCICIO - 1997	810.388.235,64
31000000	6112.0000	10066470	PRECATORIOS EXERCICIO - 1998	514.737.655,75
31000000	6112.0000	10066471	PRECATORIOS EXERCICIO - 1999	261.834.870,86
31000000	6112.0000	10066472	PRECATORIOS EXERCICIO - 2000	131.915.970,69
23300000	6112.0000	10066486	PRECATORIOS EXERCICIO - 1998	409.122,99
23300000	6112.0000	10066490	PRECATORIOS EXERCICIO - 1999	7.333,24
45460000	6112.0000	10066492	PRECATORIOS EXERCICIO - 1999	93.750,00
45460000	6112.0000	10066496	PRECATORIOS EXERCICIO - 2000	14.291,08
45480000	6112.0000	10066484	PRECATORIOS EXERCICIO - 1997	27.114,04
45480000	6112.0000	10066493	PRECATORIOS EXERCICIO - 1999	24.122,13
47000000	6112.0000	10066497	PRECATORIOS EXERCICIO - 2000	625.397,86
69310000	6112.0000	10066487	PRECATORIOS EXERCICIO - 1998	4.322.379,47
69310000	6112.0000	10066494	PRECATORIOS EXERCICIO - 1999	753.333,08
69310000	6112.0000	10066499	PRECATORIOS EXERCICIO - 2000	58.974,10
77300000	6112.0000	10066489	PRECATORIOS EXERCICIO - 1998	1.244.707,67
77300000	6112.0000	10066495	PRECATORIOS EXERCICIO - 1999	149.701,08
TOTAL				**1.726.684.698,96**

Fonte: SIA215 - SIAF

Conforme orientação do Manual de Demonstrativos Fiscais à Divida Consolidada é composta pela Dívida Mobiliária, Dívida Contratual, Precatórios Posteriores a 05/05/2000 e Outras Dívidas.

Há ainda quadro específico no Anexo 2 -Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida – no Relatório de Gestão Fiscal os valores que não integram a Divida Consolidada e os precatórios anteriores a 05/05/2000 estão inseridos neste quadro.

Diante do exposto haverá nova publicação no Diário Oficial para correção do Demonstrativo.

Segue contido no bloco de anexos do item "X" – Resultado Nominal, Demonstrativo do Resultado Nominal com os devidos ajustes das divergências.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS

Com relação às divergências, procedendo-se à correção do valor referente à Disponibilidade de Caixa Bruta, e não considerando o montante correspondente aos precatórios anteriores a 05/05/2000, conforme determina a legislação, concordamos que o valor correto da Dívida Fiscal Líquida do exercício de 2014 representa R$ 15,16 bilhões. Entretanto, cabe advertir que, ajustado o valor desta dívida em 2014, excluindo o valor referente aos precatórios anteriores a 05/05/200, deverá também ser feito este ajuste no saldo da dívida fiscal de 2013, para efeitos de apuração da variação da Dívida Fiscal Líquida.

No Demonstrativo do Resultado Nominal apresentado pelo Estado (peça 98, fl. 283), isto não ocorreu, tendo sido ajustada pela exclusão dos precatórios anteriores a 05/05/2000, somente a coluna correspondente ao exercício de 2014 e a do exercício anterior (2013), não teve estes precatórios excluídos. Desta forma fica prejudicada a apuração do resultado nominal.

Assim, para apurar corretamente a variação da Dívida Fiscal Líquida, ou seja, o Resultado Nominal, procedemos aos devidos ajustes nos exercícios de 2014 e 2013, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 7
Metas Fiscais – Resultado Nominal – 2014

METAS FISCAIS LDO - RESULTADO NOMINAL - Valores Nominais - 2014			
			Em R$
TÍTULOS	2013	2014	VARIAÇÃO % 13/14
DÍVIDA CONSOLIDADA - FUNDADA (I)	**18.062.406.970,61**	**19.989.826.058,47**	**10,67%**
(-) DEDUÇÕES (II)	**4.822.898.735,61**	**3.515.111.570,30**	**-27,12%**
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.232.998.379,92	2.984.158.299,33	-29,50%
(-) Ajuste registro contábil incorreto	-	-	0,00%
Disponibilidade de Caixa Bruta Ajustada	4.232.998.379,92	2.984.158.299,33	0,00%
Demais Haveres Financeiros	1.695.619.492,38	1.819.394.248,46	7,30%
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	-1.105.719.136,69	-1.288.440.977,49	16,53%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	**13.239.508.235,00**	**16.474.714.488,17**	**24,44%**
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	**0,00**	**0,00**	0,00%
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	**1.084.496.049,43**	**1.311.481.113,32**	**20,93%**
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	**12.155.012.185,57**	**15.163.233.374,85**	**24,75%**
METAS - RESULTADO NOMINAL	**Lei nº 17.631/13 - LDO**	**986.004.000,00**	**8,11%**
	Lei nº 18.468/15	**1.136.004.000,00**	**9,35%**
	REALIZADO	**3.008.221.189,28**	**24,75%**

Fonte: Lei nº 17.631/13 (LDO), Relatório Resumido da Execução Orçamentária e SIA 860

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

Após os devidos ajustes, verifica-se que o Resultado Nominal do exercício de 2014 foi de R$ 3 bilhões, evidenciando que não foi atendida a meta estabelecida inicialmente na Lei de Diretrizes Orçamentárias, de R$ 986 milhões, bem como aquela meta alterada pela Lei nº 18.468/15 que seria de R$ 1,14 bilhões.

Ante todo o exposto, mesmo que se considere como legítima a alteração da meta fixada na LDO, procedida pela Lei nº 18.468/2015, o resultado alcançado ficou muito aquém da meta estabelecida, entendendo-se que o fato merece ressalva às contas.

CONCLUSÃO: Justificativas Parcialmente Acatadas. Ponto Passível de Ressalva

y) Constatações Específicas Encaminhadas pelas ICEs

y.1) Apresentar esclarecimentos quanto aos apontamentos feitos pela 5ª Inspetoria de Controle Externo, relativos ao pagamento a fornecedores efetuados em atraso, além de pagamentos de encargos financeiros e multas, fato que tem se verificado desde o exercício de 2013, com continuidade no exercício de 2014 (Título VIII – DO EXERCÍCIO DO CONTROLE EXTERNO DO TC, item 3.1.1 Pagamentos a Fornecedores Efetuados com Atraso: Encargos Financeiros e Multas)

JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS (SEFA – Informação nº 814/2015-CAFE/DICON – peça 97, fls. 52)

Resposta: As solicitações de pagamentos aos fornecedores são efetuadas pelos Grupos Financeiros Setoriais para programação junto a SEFA/CAFE de acordo com a disponibilidade de recursos, quando tratar-se de dispêndios com recursos das fontes do tesouro, ressaltando o prazo de vencimento contratual para se ajustar ao Fluxo de Caixa.

Relevante informar que a programação financeira ajustada ao fluxo de caixa prioriza pagamentos tais como: os repasses obrigatórios constitucional, transferência aos Poderes, aos municípios, serviço da dívida, folha de pagamento, encargos e obrigações patronais, repasses para a Educação, Saúde, compromissos inadiáveis com a Segurança Pública, e sem deixar de mencionar ...

Dessa maneira, são honrados os compromissos das obrigações constitucionais, dívida pública e de pessoal e seus encargos e, após, os demais, sem prejuízo às cláusulas contratuais e à prestação dos serviços, de tal forma que resulte o menor impacto do ponto de vista econômico-social para o Estado e a sociedade,

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

sempre atentos aos novos prazos estabelecidos, todos devidamente contemplados pelo Decreto nº 12.562/2014.

Corroborando com a preocupação da 5ª Inspetoria de Controle Externo, deste Egrégio Tribunal de Contas prima-se para que todos os compromissos agendados sejam cumpridos nos devidos prazos.

A regularidade dos pagamentos está sendo possível em decorrência do ajuste fiscal promovido pelo Governo do Estado no presente exercício, viabilizando uma gestão eficiente para cumprimento de todas as obrigações assumidas.

ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS

Em que pesem as justificativas apresentadas argumentando que as solicitações de pagamentos são efetuadas de acordo com as disponibilidades de recursos e que a programação financeira ajustada ao fluxo de caixa prioriza alguns pagamentos e, após, os demais, sem prejuízo às cláusulas contratuais e à prestação dos serviços, de tal forma que resulte o menor impacto do ponto de vista econômico-social para o Estado e a sociedade, entende-se que a programação financeira deve contemplar todos os compromissos assumidos, de modo que não haja necessidade de priorizar pagamentos, mas que todos sejam efetuados dentro dos prazos estabelecidos.

Importante reforçar o constatado pela Inspetoria de Controle Externo no sentido de que o fato não apenas prejudica a credibilidade do Estado e causa prejuízos aos fornecedores e prestadores de serviços, mas também causa grandes prejuízos financeiros aos cofres públicos com o pagamento de encargos financeiros e multas.

Assim, ainda que esteja se buscando uma gestão eficiente para cumprimento de todas as obrigações, com o ajuste fiscal promovido pelo Governo do Estado, entende-se por oportuno sugerir uma recomendação para que efetivamente se adote controles eficientes, garantindo que haja uma programação financeira de modo que para todos os desembolsos financeiros previstos estejam também previstos os efetivos ingressos financeiros para honrá-los.

CONCLUSÃO: Justificativas Acatadas Parcialmente. Ponto Passível de Recomendação

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

y) Constatações Específicas Encaminhadas pelas ICEs

y.2) Considerando que o Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro (SIAF) é mantido pela Secretaria da Fazenda, e, que sua eventual inoperância impede o Tribunal de Contas de realizar plenamente suas atividades, imperioso que o Estado se manifeste em sede de contraditório acerca da Disponibilização Tardia do SIAF (Título VIII – DO EXERCÍCIO DO CONTROLE EXTERNO DO TC, item 3.1.2 Disponibilização Tardia do SIAF);

JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS (SEFA – Informação nº 814/2015-CAFE/DICON – peça 97, fls. 53)

***Resposta**: Quanto a abertura tardia do Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro - SIAF esclarecemos as rotinas necessárias para a liberação e início da execução dos procedimentos orçamentários, financeiros e contábeis de cada novo exercício corrente, a qual listamos as atividades mínimas necessárias para a abertura da digitação de documentos a partir dos procedimentos e dos conhecimentos da Equipe de TI/Celepar e CAFE/DICON e demais partes envolvidas.*

Processos de Encerramento e Abertura de Exercício

1. Resumo dos processos

Processos que são realizados em todo encerramento / abertura de exercício:

• Carga do Orçamento no exercício corrente;

• Passagem de saldo do exercício anterior para o exercício corrente;

• Realização de DE-PARA dos documentos que possuem saldo orçamentário das Entidades que sofreram alteração de código de Subunidade.

Processos efetivados após abertura de exercício:

• Integração com a Folha de Pagamento / SEAP.

2. Detalhamento dos processos

2.1. Carga do Orçamento no exercício corrente (2014)

• Validação (auditoria) das seguintes tabelas SIAF:

- *Códigos de Receita;*
- *Códigos de Despesa (relatório de inconsistência repassado para a DICON);*
- *Projetos Atividades;*
- *Subunidades (em especial para as novas Subunidades criadas para 2014, com o devido registro do CNPJ e indicativos, bem como a criação das contas bancárias e os ordenadores de despesa de cada órgão - DICON);*

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

- *Observação: a revisão destas tabelas é premissa para a correta continuidade dos processos de carga, de pagamento e da futura contabilização;*
- *A validação das tabelas deve ser realizada pela DICON com o apoio da CELEPAR.*

• Validação da carga do orçamento do exercício de 2014 (validação com as informações da LOA, COP e relatórios SIAF): esta validação depende da COP, DICON e dos vários órgãos do Estado (envio de mensagem para os usuários para a conferência dos valores - controle dos órgãos que já realizaram a conferência).

• Após a validação da carga do orçamento é executado procedimento computacional do SIAF para o registro dos documentos de abertura do orçamento de despesa (ABO).

2.2. Passagem de saldo do exercício anterior (2013) para o exercício corrente (2014)

• No caso de haver estorno dos documentos de Restos à Pagar de 2013 e dos exercícios anteriores, a atividade de passagem de saldo de 2013 para 2014 depende da execução dos estornos;

• Definição dos DE-PARA dos órgãos de 2013 para 2014;

- *tem relação direta com as novas Entidades ou as mudanças Orçamentárias;*
- *definição e realização de DE-PARA dos documentos que possuem saldos orçamentários e saldos contábeis das Entidades que sofreram alterações (mudança de código de Entidade de um exercício para outro, na criação de nova Subunidade, ou na junção (fusão/incorporação) de mais de uma Subunidade do exercício anterior para o novo exercício - avaliar a necessidade / possibilidade de separação da Subunidade em mais de uma Subunidade), absorção de projetos atividades que executavam numa unidade e passou a ser executada em outra;*
- *avaliar os impactos e as definições pelos relatórios SIAF contábeis e orçamentários de receita e despesa das Entidades que sofrerão alteração;*
- *alteração dos processos de atualização pela CELEPAR com os DE-PARA definidos;*
- *revisão e atualização do campo de controle de digitação de documentos SIAF para as Entidades com DE-PARA, para a permissão ou não da digitação de documentos (antigas e novas);*

• Este processo é executado inicialmente pela CELEPAR e deve ser conferido pela DICON e pelos órgãos do Estado (envio de mensagem para os usuários para a conferência dos valores via SIAF - controle dos órgãos que já realizaram a conferência);

• Este processo da passagem de saldo de restos à pagar, com sua execução e validação por parte da CELEPAR, tem como estimativa de execução em até uma semana (após a definição dos processos de DE-PARA);

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

• No processamento noturno do SIAF, as atualizações dos documentos realizadas em 2013 tem a atualização do saldo para o exercício de 2014 (liberação deste processamento pela CELEPAR após o processamento inicial).

2.3. Realização de DE-PARA dos documentos que possuem saldo orçamentário das Entidades que sofreram alteração de código de Subunidade

• Para que seja possível o tratamento dos documentos antigos das Entidades que sofreram DE-PARA é necessário executar procedimento computacional pela CELEPAR para que os documentos sejam atualizados para a nova Entidade. Isto é necessário pois no número do documento está o código da Entidade;

• No caso da não realização dos DE-PARA dos documentos, os documentos antigos não poderão ser tratados;

• Para a realização deste processo é necessário a definição dos DE-PARA dos órgãos a serem realizados, bem como a análise de impacto dos documentos que sofrerão atualização;

• Tratamento para os documentos de empenho de adiantamento: empenhos sem saldo orçamentário mas que ainda não tiveram a finalização da prestação de contas.

2.4. Integração com a Folha de Pagamento / SEAP

• Pagamento realizado via OPF/Ofício até a abertura oficial do exercício de 2014;

• A efetivação da integração é realizada após a abertura oficial do exercício;

• Verificação das novas Entidades para o envio do movimento da Folha;

• Avaliar as informações das seguintes tabelas:

- *Subunidades;*
- *Projetos Atividades;*
- *Despesas;*
- *Fontes à lançar;*
- *Ordenadores de despesa cadastrados para todas as Entidades (caso contrário o processamento não será integro);*

• Validação das informações com a SEAP, COP (Projetos Atividades e Despesas) e com as Entidades (Fontes à lançar);

• Observação: estas informações devem estar providenciadas antes da integração dos arquivos da primeira folha de janeiro/2014 (data prevista da integração 22/01/2014).

3. Considerações

A digitação de documentos em 2014 depende do processo de carga do orçamento, da passagem de saldo de 2013 para 2014 e do zeramento das contas 99.

Questões a serem definidas / validadas:

• Verificar as liberações e os travamentos dos documentos para 2013; • Verificar as liberações e os travamentos dos documentos para 2014 (verificar o processamento do DE-PARA dos documentos das novas Entidades); • Quais os tipos de documentos são

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

permitidos para a digitação com os dois exercícios abertos? Somente os documentos que tratam o contábil (NLC, RDR), que não afetam a atualização orçamentária. Em uma ocasião do passado foi permitida a digitação de documentos das Entidades de Outros Poderes com a garantia das mesmas da não digitação de documentos no exercício anterior. Este processo necessita ser melhor avaliado para não possibilitar a entrada de documentos de forma incorreta, com a necessidade de implementação de liberações e travamentos via programas. O ideal é o tratamento similar para todas as Entidades.

Não pode ser permitido a realização de liquidação (e pagamento) de documentos do exercício de 2014 com o exercício de 2013 aberto, devido a possibilidade de realização de estorno do empenho em 2013 (restos à pagar) com a concomitante emissão de liquidação em 2014 (a passagem dos saldos de 2013 para 2014, com os dois exercícios abertos, perderá a integridade do valor da dotação orçamentária envolvida).

Assim, a garantia de integridade do processamento SIAF, dos documentos e das atualizações orçamentárias, depende do encerramento do exercício anterior para o início do processamento dos documentos no novo exercício. Também, a execução de alguns dos processos computacionais depende da CELEPAR, da validação por parte da CELEPAR e então da validação por parte das Entidades (principalmente do processo de passagem de saldo de restos à pagar).

A formalização destes processos foi realizada com consulta de apoio ao Consultor Externo, dos processos de encerramento de exercícios do passado.

Observação: o tratamento contábil para 2014 só poderá ser iniciado após o encerramento de 2013.

Esclarecemos que esta Secretaria da Fazenda vem adotando todas as medidas necessárias para que o Sistema SIAF seja disponibilizado no menor prazo possível, à abertura da execução orçamentária e financeira e possibilite o funcionamento e operacionalidade do sistema independente do encerramento exercício anterior.

Atualmente, além da sobrecarga de demandas submetidas a esta Secretaria, envolvendo, adequadamente, mais de 90 entidades além dos demais Poderes, encontramo-nos em um período de transição na própria contabilidade pública, no que tange, sobretudo, a implementação do denominado Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), de acordo com as diretrizes da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), apesar de todos os esforços, por questões técnicas e operacionais não obtivemos êxito no cumprimento do prazo acima citado

ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS

As justificativas apresentadas buscam demonstrar toda a rotina necessária ao início da operacionalização dos registros contábeis compreendendo os processos de encerramento de um exercício e de abertura do próximo, enfatizando que envolve vários setores da estrutura administrativa do estado, bem como depende

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

da integração de vários sistemas, destacando, por fim, que há uma sobrecarga de demanda à Secretaria de Estado da Fazenda, além das dificuldades enfrentadas na transição na própria contabilidade pública, no que tange, sobretudo, a implementação do denominado Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

Em que pesem todas estas justificativas apresentadas, importante destacar que esta questão dos procedimentos exigidos para encerramento e abertura de exercícios é tarefa comum inerente aos setores financeiro e contábil de todas as entidades, cujos trabalhos devem ser devidamente programados para que sejam executados dentro dos prazos legais.

Quanto às dificuldades apresentadas pelos sistemas informatizados e ferramentas tecnológicas, cabe aos administradores a avaliação da eficiência dos mesmos e a necessidade de sua atualização ou até mesmo a sua substituição quando não mais puder atender as demandas, inclusive no que se refere aos novos procedimentos exigidos para a transição à Contabilidade Aplicada ao Setor Público, conforme disciplinado pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, editado pelo Secretaria do Tesouro Nacional.

Não se pode deixar de destacar que estes atrasos, além dos prejuízos indicados pela Inspetoria de Controle Externo, tem várias outras consequências maléficas para o Estado, como o descumprimento dos prazos legais para publicação das demonstrações contábeis e dos Relatórios da Gestão Fiscal.

Assim, entende-se como pertinente sugerir que se recomende ao Estado a adoção de medidas efetivas de otimização de suas rotinas operacionais e a modernização de suas ferramentas tecnológicas de modo a atender plenamente às exigências de registros e controles contábeis de modo tempestivo.

CONCLUSÃO: Justificativas Parcialmente Acatadas. Ponto Passível de Determinação

z) Ressalvas, Recomendações e Determinações de Exercícios Anteriores

Justificar o não atendimento às recomendações ou determinações deste Tribunal referente às Prestações de Contas do Executivo estadual de exercícios anteriores

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS (SEFA – Informação nº 814/2015-CAFE/DICON – peça 96, fls. 04 a 24)

RESPOSTA

Inicialmente, solicita-se que os apontamentos relativos ao cumprimento das determinações e recomendações derivadas de ressalvas dos exercícios de 2011 e 2012 sejam considerados superados, tendo em vista que:

> *1. muitos desses apontamentos constituem fatos consumados e envolvem circunstâncias imutáveis, razão pela qual não é mais possível a adoção de providências para saneamento das irregularidades;*
>
> *2. já foi apresentada manifestação do Poder Executivo quanto a esses apontamentos em exercícios anteriores, e a reiteração de justificativas seria tarefa repetitiva e desnecessária;*
>
> *3. o cumprimento ou não das recomendações e determinações decorrentes das ressalvas referentes aos exercícios de 2011 e 2012 já foi objeto de avaliação pelo plenário do Tribunal de Contas por ocasião da apreciação das contas do Estado de 2012 e 2013, respectivamente.*

Caso não sejam dadas com superadas, tais fatos permanecerão indefinidamente sendo objeto de apontamentos ano após ano, sem possibilidade concreta de regularização.

Nesse sentido, por exemplo, observe-se os apontamentos relacionados ao cumprimento do índice de ciência e tecnologia:

Em seguida são feitas várias ponderações e apresentadas tabelas relativas à aplicação em ciência e tecnologia ao longo dos últimos anos, fazendo comparativos com situações de outros estados.

Também são questionadas as determinações referentes à recomposição dos índices de exercícios passados, incluindo aplicações em ações e serviços públicos em saúde, alegando que isto seria inexequível ou imporia custo desproporcional ao Estado do Paraná, citando ainda mudanças de entendimentos, como no caso a exclusão da receita do FUNDEB. Destaca-se que no exercício de 2014, foi cumprido integralmente o índice constitucional de aplicação de recursos em ações e serviços públicos de saúde, demonstrando que todas as providências possíveis foram adotadas para saneamento da irregularidade, razão pela qual requer sejam superados tais apontamentos.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

Quanto aos apontamentos relacionados com os gastos com ensino, argumenta que priorizar investimentos no ensino básico/fundamental tem sido dificultado em razão do crescimento das despesas de pessoal das universidades, as quais, muito embora gozem de autonomia assegurada constitucionalmente, dependem de recursos do Tesouro para arcar com a folha de pagamento.

No que se refere aos apontamentos relacionados com o Balanço Orçamentário, em síntese alega que as reiteradas divergências decorrem da complexidade de ajustes para consolidação da administração direta e indireta.

Com referência aos apontamentos direcionados à apuração do resultado primário, no que se refere ao exercício de 2013 declara que com o advento da Lei Estadual nº 17.435/12, que tratou da reestruturação do Regime Próprio de Previdência, houve necessidade de se adequar o orçamento às novas normas da contabilidade e que para o exercício de 2014 a metodologia foi reavaliadas para adequação ao preconizado no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Apresenta também os fatores operacionais das variações das receitas e despesas para justificar o descumprimento da meta de resultado primário do exercício de 2012.

E seguem as alegações com relação aos demais apontamentos, apresentando os fatores causadores, buscando demonstrar o seu cumprimento em alguns casos e descrevendo os esforços que estariam sendo despendidos para atender aos Acórdãos dos exercícios anteriores.

ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS

Procedendo-se ao exame pontual das justificativas apresentadas verifica-se que em algumas situações elas são procedentes, tendo sido resolvidas algumas situações objeto dos Acórdãos.

Assim, tendo por base as alegações apresentadas neste contraditório (peça 96), subsidiadas pela documentação encaminhada em anexo (peça 99) entende-se que as ressalvas, determinações e recomendações elencadas a seguir podem ser consideradas como atendidas.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

1 – Referente ao Exercício de 2013

Ressalvas

- Equívoco na formalização do Balanço Orçamentário, retificado no curso do processo;
- Divergência entre o Resultado Orçamentário apresentado e o apurado pela Unidade Técnica;
- Resultado Primário Deficitário;

Recomendações

- Demonstrar, nas próximas Prestações de Contas, que os remanejamentos (alterações orçamentárias) encontram amparo legal;
- Manter os esforços na estruturação e fortalecimento da Controladoria Geral do Estado, de modo a tornar sua atuação mais efetiva e autônoma;

Referente ao Exercício de 2012

Ressalvas

- Inobservância do mandamento constitucional – aplicação mínima em saúde
- Descumprimento da meta de resultado primário estabelecida na LDO

Recomendações

- Implantação de controles e indicadores aptos a avaliar os projetos e os pesquisadores, inclusive possibilitando relacionar um a outro, e impedindo o aporte de recursos a agente que não atue efetivamente em pesquisa de cunho científico e/ou tecnológico. O controle e avaliação devem estar dirigidos também à efetividade e aplicabilidade da pesquisa, voltada ao desenvolvimento socioeconômico.
- Ao Governo do Estado, em relação às obras públicas:

  -A utilização de ferramentas de geoprocessamento;

  -O número adequado de estados de situação, que retratem a realidade física e contratual das obras de forma fidedigna;

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

-A vinculação a informações de multimídia;

-A publicidade das informações através da Internet;

-A contínua atualização, documentação de alterações e treinamento efetivo de uso da ferramenta.

Quanto aos demais apontamentos, em que pesem as justificativas apresentadas, alegando que se constituem de fatos consumados e envolvem circunstâncias imutáveis, razão pela qual não é mais possível a adoção de providências para saneamento, bem ainda que caso não sejam dadas com superadas, tais fatos permanecerão indefinidamente sem possibilidade concreta de regularização, verifica-se que não há elementos que demonstrem de modo cabal o seu concreto atendimento, até porque a grande maioria destes apontamentos se repete na prestação de contas do presente exercício, razão pela qual, permanecem os seguintes apontamentos:

1 – Referente ao Exercício de 2013

Ressalvas

- Não elaboração do Demonstrativo de Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- Estorno de empenhos já liquidados;
- Insuficiência de caixa no valor de R$ 679 milhões (disponibilidade financeira);
- Não atendimento do percentual mínimo em Ciência e Tecnologia;
- Existência de fundos especiais inativos;
- Inobservância do Art. 13 do Decreto 8354/13 (depósito nas subcontas dos Fundos Especiais);
- Baixa efetividade da arrecadação de créditos inscritos em Dívida Ativa e seu baixo índice de recuperação;
- Elevado índice de cancelamento de créditos por prescrição.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

Determinações

- Solicitar aos serviços sociais autônomos dependentes, nos próximos exercícios, os dados da execução orçamentária e financeira, procedendo, consequentemente, à consolidação dos demonstrativos da Gestão Fiscal, especialmente das despesas com pessoal;
- Extinguir os fundos especiais inoperantes que ainda subsistem;
- Criar as subcontas respectivas e implantar os demais mecanismos previstos na Lei nº 17.579/13 e no Decreto 8354/13.

Recomendações

- Regularizar o registro contábil faltante, mediante solicitação ao Tribunal de Justiça de uma listagem dos Precatórios pagos/cancelados e/ou uma declaração dos pendentes, sem prejuízo de que a Inspetoria de Controle Externo, responsável pela fiscalização do Tribunal de Justiça, adote as providências pertinentes para garantir que a solicitação do Governo seja atendida;
- Implementar, de maneira uniforme, na estrutura administrativa do Estado, mecanismos informatizados de controle e processamento da folha de pagamento, bem como criar processos de verificação do correto uso dos respectivos sistemas;
- Realizar amplo estudo da atual organização administrativa do Estado com o escopo de avaliar a possível extinção de órgãos/entidades que exerçam funções idênticas (duplicidade de funções);
- Manter os esforços na implementação da Defensoria Pública, sem prejuízo de uma maior regionalização do programa;
- Priorizar seus esforços no ensino básico/fundamental, precipuamente no sentido de que o investimento em Ensino Superior se dê com recursos federais e, consequentemente, que as estruturas físicas, cursos e quadro de pessoal das IES estaduais não sejam ampliados com recursos estaduais;

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

- Aprimorar os mecanismos de recebimento das dívidas inscritas e estabelecer estratégias dirigidas à melhoria do índice de recuperação de valores inscritos em dívida ativa.

Referente ao Exercício de 2012

Ressalvas

- Omissão em apresentar o relatório de impacto econômico-financeiro e ações para compensação das perdas, conforme disposto pelo Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- Ausência de registro contábil dos juros de mora em precatórios.

Determinações

- Adequação do sistema de repasses financeiros aos fundos especiais de forma que esses reflitam efetivamente as previsões na Lei Orçamentária anual.
- Efetivação do registro contábil dos juros de mora em precatórios
- Cumprir o comando constitucional vazado no Art. 205, caput, da Constituição do Estado do Paraná, realizando os repasses para o "fomento da pesquisa científica e tecnológica" mensalmente, em duodécimos da arrecadação tributária.
- Ao Governo do Estado, em relação às ações e serviços públicos de saúde:

  - Efetuar a aplicação, no exercício de 2013, dos R$ 596 milhões que deixou de aplicar no exercício de 2011.

  - Efetuar a aplicação, no exercício de 2013, dos R$ 533,5 milhões que deixou de aplicar no exercício de 2012.

2 – Referente ao Exercício de 2011

Ressalvas

- Falta de aplicação de 2% da receita tributária em despesas com ciência e tecnologia, deixando de investir no exercício de 2011 o montante de R$ 59 milhões.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

Determinações

- Que o Governo do Estado em conjunto com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, aprimore os mecanismos de gestão e controle da contabilização dos juros de mora incidentes sobre as dívidas com precatórios, bem como o sistema de baixas contábeis em razão dos pagamentos realizados pelo Poder Judiciário e, que não estão sendo registrado tempestivamente na contabilidade, o que implica em não refletir a real situação do Estado dessa espécie de dívida em seu balanço.

- Que o Governo do Estado imprima maior efetividade na gestão da dívida pública (redução), tendo em vista o crescimento de 4,36% em relação ao exercício de 2010.

- Que o Governo do Estado:

  a) efetue a aplicação de 2% da receita tributária em despesas com ciência e tecnologia, passando a adotar-se como critério de aplicação o conceito de despesa liquidada e não mais de despesa empenhada;

  b) recomponha até o final do exercício de 2012 os valores que deixou de investir em 2011 (R$ 59 milhões).

- Que o Governo do Estado:

  a) promova dentro do prazo de 180 dias, o encaminhamento ao Poder Legislativo de projeto de lei, regulamentando a criação e número de cargos em comissão no Estado do Paraná;

  b) promova até o final de 2012, a implantação de plano estratégico, evitando a perda de qualidade no serviço público, diante do significativo número de aposentadorias a ocorrer nos próximos 02 anos.

- Que enquanto as determinações contidas em ‘a’ e ‘b’ supra não forem implementadas, repasse integralmente os recursos pertencentes aos fundos e registrados nas contas vinculadas;

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

- Efetue o repasse imediato e integral dos recursos previstos na Lei nº 12.020/1998 ao Fundo Paraná, dado o risco de atraso tecnológico a que está submetido o Paraná com aplicações inferiores ao mínimo previsto legalmente.
- Que o Governo do Estado, dentro do prazo de 180 dias, proceda ao registro contábil dos bens e direitos do Estado e respectiva reavaliação para que o Balanço reflita fidedignamente sua posição patrimonial e financeira e atenda plenamente aos princípios fundamentais de contabilidade.

CONCLUSÃO: Justificativas Parcialmente Acatadas. Ponto Passível de Ressalva.

II – CONCLUSÃO

Diante do exposto, após o exame da defesa apresentada, visando subsidiar a análise e a elaboração do Parecer Prévio sobre a Prestação de Contas do Governo do Estado do Paraná, relativa ao exercício financeiro de 2014, esta Diretoria de Contas Estaduais, tendo por base as conclusões apresentadas no Título anterior, **concluí pela regularidade das contas**, com **ressalvas, determinações e recomendações** a seguir elencadas:

RESSALVAS

1. ausência do Demonstrativo de Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, no Anexo de Metas Fiscais, peça integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme previsto no § 2º, do art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000;
2. estornos de Empenhos liquidados;
3. falta de comprovação de que as receitas arrecadadas pelo Tesouro Geral do Estado vinculadas aos Fundos Especiais foram destinadas na integralidade, conforme disposto nas leis que os instituíram;
4. ausência de controle eficiente por fonte/destinação de recursos de forma que os recursos legalmente vinculados a finalidade específica sejam utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação;
5. inscrição em restos a pagar de empenhos não liquidados, existentes ao final do exercício, em montante superior à disponibilidade líquida de caixa;

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

6. ausência de controle eficiente das disponibilidades líquidas de caixa por fonte de recurso, havendo necessidade de lançamentos de ajustes na conta Recursos Extra-Orçamentários para que o saldo total das fontes mantenha consistência com os saldos contábeis;
7. baixa efetividade da arrecadação dos créditos inscritos em Dívida elevada baixa por prescrição na Dívida Ativa e inconsistência nos relatórios de baixas de Dívida Ativa por cancelamento;
8. falta de regularização das devidas baixas nos registros do Passivo, da Dívida Fundada com Precatórios pagos em 2013 e não baixados naquele exercício;
9. não preservação do equilíbrio financeiro no exercício dos Fundos Financeiros e Militar ao não repassar o valor de R$ 61,6 milhões, correspondente a parte da insuficiência financeira devida a esses Fundos, descumprindo legislação relativa ao Regime Próprio de Previdência Social;
10. inconsistência dos saldos referentes aos valores recebidos dos Poderes e devidos ao Fundo de Previdência e o valor retido destes órgãos pelo Poder Executivo;
11. inconsistência e incompatibilidade dos valores registrados na Contabilidade do Estado e do Fundo de Previdência relativos aos Valores Repassados aos Fundos Previdenciários;
12. não aplicação de valores em Ciência e Tecnologia no percentual exigido constitucionalmente de 2% da receita Tributária, aplicando o equivalente a 1,83% da base de cálculo;
13. não atingimento da meta de Resultado Nominal, com um aumento da Dívida Fiscal Líquida em R$ 3 bilhões;
14. não atendimento integral das Ressalvas, Determinações e Recomendações dos exercícios anteriores constantes no item “z”, Título XI da Instrução nº 70/15-DCE.

DETERMINAÇÕES

1. que o Estado do Paraná providencie junto à Secretaria de Estado do Planejamento – SEPL, responsável pelo sistema informatizado que faz avaliação dos Programas de Governo, providencie alterações no mesmo para que os relatórios gerados apresentem elementos suficientes e confiáveis para que se possa avaliar com precisão a real execução tanto física como financeira do estabelecido no PPA em consonância com a LOA;
2. incluir no Anexo de Metas Fiscais, peça integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Demonstrativo de Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, conforme previsto no § 2º, do art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000;

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

3. incluir no Demonstrativo de Gastos com Pessoal as informações dos Serviços Sociais Autônomos, e se assim for entendido, das demais estatais dependentes;
4. que o Estado passe a adotar o procedimento de cancelar os empenhos não liquidados, existentes ao final do exercício em montante superior à disponibilidade líquida de caixa, desde que não representem efetivos compromissos assumidos, conforme estabelece a legislação;
5. que o Estado do Paraná providencie junto à SEFA a adoção de medidas efetivas de otimização de suas rotinas operacionais e a modernização de suas ferramentas tecnológicas de modo a atender plenamente às exigências de registros e controles contábeis de modo tempestivo, evitando a disponibilização tardia do sistema contábil para os devidos registros pelas entidades estaduais.

RECOMENDAÇÕES

1. que o Estado por intermédio da COPEL tome providências para que sejam devidamente cadastradas neste Tribunal todas as subsidiarias e controladas adquirida/criadas pela Companhia Paranaense de energia, para posterior encaminhamento das prestações de contas desde o período em que foram criadas ou adquiridas;
2. que se adote um controle mais detalhado das alterações orçamentárias, por cada inciso da lei orçamentária que autorize estas alterações, inclusive porque o sistema informatizado SEI-CED irá cobrar o envio destes dados de forma eletrônica a partir do exercício de 2016;
3. que se inclua no Anexo de Riscos Fiscais da LDO para 2016, a quantificação da exposição aos riscos, bem como as providências a serem tomadas em caso da ocorrência de passivos contingentes, conforme disciplinado pelo Manual de Demonstrativos Fiscais do STN.
4. que na apuração das despesas com pessoal, para que haja uma consolidação integral, sejam incluídas também as receitas das entidades consideradas dependentes, para fins de apuração da Receita Corrente Líquida;
5. que seja revista a situação dos Fundos Especiais inoperantes por um período superior a três anos e proposta a revogação das leis de criação desses Fundos;
6. que se observe os princípios contábeis da oportunidade e continuidade de forma que os saldos em espécie do encerramento de um exercício correspondam exatamente aos saldos em espécie de abertura do exercício seguinte;
7. que o Tribunal de Contas, por iniciativa desta DCE, inclua no escopo de análise da prestação de contas do Tribunal de Justiça a avaliação da forma de sistematização e disponibilização das informações referentes aos precatórios para os entes públicos devedores;

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

8. que o Estado observe os princípios contábeis da oportunidade e continuidade de forma que o saldo Patrimonial do encerramento de um exercício corresponda exatamente ao saldo Patrimonial em espécie de abertura do exercício seguinte;
9. que se adotem controles eficientes, garantindo que haja uma programação financeira de modo que para todos os desembolsos financeiros previstos estejam também previstos os efetivos ingressos financeiros para honrá-los, evitando atraso nos pagamentos a fornecedores com pagamentos de encargos financeiros e multas.

É a instrução.

DCE, em 28 de setembro de 2015.

Ato elaborado por: Danielle Moraes Sella – Analista de Controle
José Mário Wojcik – Analista de Controle
Juliana Mengarda – Analista de Controle
Lívio Fabiano Sotero Costa - Analista de Controle

Encaminhe-se à DIJUR.

José Mário Wojcik – Diretor
(documento assinado digitalmente)

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 5BVO.9ZIF.3NGM.Y7LR.7

CONTAS DO GOVERNADOR

EXERCÍCIO 2014

Parecer nº 690/15
DIJUR



TCEPR | TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria Jurídica

PROCESSO Nº - 268306/15

ASSUNTO - Prestação de Contas do Governador do Estado

ENTIDADE - ESTADO DO PARANÁ

INTERESSADO - **CARLOS ALBERTO RICHA, ADEMAR LUIZ TRAIANO, ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, CARLOS ALBERTO RICHA, ESTADO DO PARANÁ**

PARECER Nº - **690/15**

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014. ARTIGOS 21 da LC n. 113/05, e 54, XVI, 75, I e 87, XI, CE. Regularidade com ressalvas, determinações e recomendações, nos termos da Instrução nº 312/15-DCE.

I – RELATÓRIO

Trata o presente processo da prestação de contas anual do GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, Sr. CARLOS ALBERTO RICHA, referente ao exercício financeiro de 2014, encaminhada a este Tribunal de Contas pela Assembleia Legislativa para fins de análise técnica e parecer prévio, nos termos do artigo 21 da Lei Complementar n. 113/05 e do artigo 75, inciso I, da Constituição Estadual.

Em sua análise inicial (Instrução n. 70/15, peça 72), a Diretoria de Contas Estaduais-DCE analisou todos os pontos considerados relevantes sob os aspectos técnico, contábil e legal, que impactam positiva ou negativamente na gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Estado, sugerindo a abertura de contraditório ante a necessidade de maiores esclarecimentos acerca de atendimento de preceitos constitucionais, legais, contábeis e de Administração Pública.

Após analisar as justificativas e os documentos constantes das peças 95-10 e 108, a unidade técnica posicionou-se pela emissão de Parecer Prévio pela regularidade das contas, com ressalvas, determinações e recomendações (Instrução n. 312/15, peça 109).

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR BWYM.CVIF.GII7.6NB3.S

Por fim, vieram os autos a esta Diretoria Jurídica para emissão de parecer, nos termos dos artigos 159-A, inciso I, alínea "a" e 212, § 2°, ambos do Regimento Interno deste Tribunal.

II – FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre registrar a observância aos procedimentos relativos ao processo das contas do Governador do Estado, previstos nos arts. 211 e seguintes do Regimento Interno.

Nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 21 da Lei Complementar Estadual nº 113/2005, a análise abrangerá a totalidade do exercício financeiro, tendo por base o Balanço Geral do Estado e o Relatório do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos de que trata o § 6º do artigo 133 da Constituição Estadual.

No que se refere à formalização, constatou-se o atendimento integral à Instrução Normativa n. 100/2014 desta Corte, que define a documentação mínima que deve compor o processo de Prestação de Contas do Chefe do Poder Executivo Estadual.

Quanto ao mérito, dentre os pontos que ensejaram apontamentos por parte da DCE, destacam-se:

1. Algumas empresas adquiridas pela Companhia Paranaense de Energia – COPEL, caracterizadas como controladas e Controladas em conjunto não encaminharam as prestações de contas.

Conforme observou a DCE, a alegação de que algumas empresas controladas, constituídas no exercício de 2014, não apresentaram movimentação durante o período, não afasta a obrigatoriedade de encaminhar a prestação de contas, considerando que a análise das contas vai além da verificação de demonstrativos contábeis, nos termos da Instrução Normativa nº 101/2014.

Quanto às empresas controladas em conjunto, em que a COPEL detém participação minoritária, embora a responsabilidade de prestar contas seja de seus próprios gestores,

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR BWYM.CVIF.GII7.6NB3.S

entende-se que a COPEL e o Governo do Estado deverão adotar as medidas necessárias para assegurar o devido cumprimento das exigências legais concernentes à fiscalização dos recursos públicos repassados a estas entidades.

Nesse sentido, foi instaurado procedimento preparatório de Tomada de Contas sob o n. 599531/15, por meio do qual a COPEL foi notificada a tomar as medidas necessárias para regularizar a situação ora apontada.

2. O documento referente ao Acompanhamento do Plano Plurianual 2012-2015[1], integrante do Relatório de metas físicas dos projetos/atividades, não apresenta indicadores apuráveis para avaliação do exercício de 2014, em relação aos Programas 6 - Educação para Todos, 8 - Excelência no Ensino Superior, 10 - Morar Bem Paraná e 14 - Paraná Sustentável. Além disso, em alguns casos, a obra indicada como "Concluída" apresentou índices de execução física inferiores a 100% no Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento – 2014, como é o caso da obra n. 24 – "Ampliar e/ou melhorar estabelecimento de ensino" do Projeto/Atividade 4094 – Renova Escola, em que a quantidade prevista é de 414m² e a realizada é de somente 5m². O mesmo ocorre com as obras ns. 40, 44 e 50, em que os índices de execução são inferiores à meta prevista e apresentam também situação "Concluída".

Relativamente à ausência de indicadores apuráveis em relação a programas de governo por parte do documento Acompanhamento do Plano Plurianual, não foram trazidos elementos suficientes que possibilitem a efetiva avaliação dos programas no exercício de 2014.

Em relação às divergências referentes à execução física de algumas obras, constatou-se que a metodologia utilizada em relação às obras 24 e 50, em que o percentual de execução informado tem como base o saldo remanescente e não aquele inicialmente previsto na LOA, prejudica a avaliação da execução financeira, ao não adotar como base o disposto na LOA.

De outra parte, a alegação de que teria ocorrido erro de digitação em relação às obras 40 e 44, evidencia a fragilidade do sistema, sendo necessário providenciar alterações no sistema, para que os relatórios gerados apresentem elementos suficientes e confiáveis que possibilitem avaliar com precisão a real execução física e financeira da obra em relação ao que foi estabelecido no PPA, em consonância com a LOA.

3. O Anexo de Riscos Fiscais não apresenta a quantificação da exposição ao risco, bem como as providências a serem tomadas em caso de ocorrência dos Passivos Contingentes.

[1] Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011 aprovou o Plano Plurianual (PPA) para o período 2012 a 2015.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR BWYM.CVIF.GII7.6NB3.S

Conforme observou a DCE, independentemente da formatação utilizada pelo sistema, o ARF deverá necessariamente demonstrar a quantificação da exposição aos riscos, bem como as providências a serem adotadas em caso de ocorrência de passivos contingentes, conforme exigência disposta no artigo 4º, § 3º, da Lei Complementar n. 101/00.

4. O Balanço Orçamentário apresentado espelha um Superávit de R$ 854 milhões no exercício de 2014. Porém, se forem considerados os valores das Interferências Financeiras Previdenciárias, aportadas pelo Estado ao Fundo Financeiro e Fundo Militar, no valor de R$ 1,1 bilhão e o valor correspondente a 2% da Receita Corrente Líquida, destinado ao pagamento de Precatórios, que não foi empenhado pelo Estado, o Resultado Final seria um Déficit de R$ 775,2 milhões.

Após a realização de empenhos de despesas relativas ao pagamento de precatórios, no montante de R$ 390 milhões, o déficit inicialmente apontado foi reduzido para R$ 508 milhões.

No entanto, conforme anotou a DCE, se for considerado o superávit financeiro do exercício anterior (R$ 564.357.848,80), utilizado como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, nos termos do art. 43, § 2ª, da Lei nº 4.320/64, após os devidos ajustes, o resultado orçamentário passa a ser superavitário (R$ 56.495.671,37).

5. A Lei Orçamentária apresenta um equilíbrio entre a previsão da receita e despesa no valor de R$ 37.201.461.270,00. No entanto, o Balanço Orçamentário apresentou uma receita inicial de R$ 37.205.461.270,00 e uma despesa inicial de R$ 37.201.461,270,00, estando desequilibrado.

Por ocasião do contraditório, restou demonstrado que a diferença apontada no exame inicial decorre de suplementação orçamentária autorizada pelo artigo 44 da LOA[2], concretizada por meio do Decreto n° 9885, de 21 de janeiro de 2014[3].

6. Os documentos acostados ao Ofício nº 215/2015-GAB/SEFA, inconsistentes em função da má qualidade do material fornecido e parcialmente reproduzidos no "Demonstrativo do desempenho da arrecadação em relação à previsão" (peça 55), não apresentam evidências que permitam analisar de forma segura as prescrições contidas no art. 14[4] da Lei nº 101/00 (LRF), no que tange aos impactos orçamentários e financeiros na arrecadação do ICMS, decorrentes dos Benefícios Fiscais.

[2] Art. 44. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no orçamento do Ministério Público do Estado do Paraná, antes do início da execução orçamentária de 2014, o valor de R$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) na Fonte 148 - outros convênios/outras transferências, procedendo às devidas alterações no quadro de receita centralizada.

[3] Art. 1º Fica aberto um credito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, no valor de R$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), de acordo com o Anexo I deste Decreto.

[4] Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições: (Vide Medida Provisória nº 2.159, de 2001) (Vide Lei nº 10.276, de 2001)

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR BWYM.CVIF.GII7.6NB3.S

Em atendimento à solicitação da DCE, foi encaminhado o quadro demonstrativo dos benefícios fiscais concernentes ao ICMS concedidos no exercício de 2014, indicando a modalidade de renúncia, os programas e setores econômicos beneficiados, seu impacto nos exercícios de 2014, 2015 e 2016 e a correspondente forma de compensação, em conformidade com o art. 14 da Lei Complementar nº 101/00.

7. Não consta da LDO o Demonstrativo de Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, conforme modelo estabelecido pela Portaria n. 637/12-STN, apresentando a modalidade da renúncia fiscal para cada espécie de tributo e os setores, programas e beneficiários que serão favorecidos com as renúncias de receita e as respectivas medidas de compensação, conforme disciplina o MCASP.

Não obstante o argumento apresentado pela defesa, no sentido de que a forma de cálculo de dimensionamento da receita estimada na Lei de Diretrizes Orçamentárias considera todas as renúncias fiscais vigentes, é necessário observar que o art. 4º, § 2º, V, da LC 101/2000 estabelece que o Anexo de Metas Fiscais, peça integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias, deve obrigatoriamente conter o Demonstrativo de Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita.

8. Do total de estornos de empenhos, no valor de R$ 4,9 bilhões, foram identificados estornos de empenhos já liquidados no montante de R$ 3,1 bilhões, dos quais uma parte considerável (R$ 2,3 bilhões que representa 74,19%) corresponde a provisões de folha de pagamento, cujo procedimento é legitimo, restando um montante que poderia ser caracterizado como efetivos cancelamentos de despesas, no valor R$ 805 milhões.

Apesar de haver uma parcela significativa de empenhos cujo cancelamento seria justificável, não ficou demonstrado se estas despesas foram novamente empenhadas no mesmo exercício, havendo também evidências de cancelamentos indevidos, mesmo em

---

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;
II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no *caput*, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.
§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.
§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o *caput* deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.
§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:
I - às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1o;
II - ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR BWYM.CVIF.GII7.6NB3.S

pequeno montante, já que a própria defesa informou que os casos de estornos por incorreções representariam cerca de 83%.

Por representar compromisso de pagamento assumido pela administração pública, o empenho liquidado não poderá ser cancelado, salvo se a obrigação correspondente também for cancelada junto ao credor, ou ainda, quando se fizerem necessárias alterações nos dados do empenho ou liquidação, hipótese em que deverá ocorrer o reempenho.

9. A Secretaria de Estado da Fazenda manteve a prática de não repassar integralmente aos Fundos Especiais que possuem fontes vinculadas de recursos, os valores que ingressaram no caixa do Tesouro Estadual, contrariando o que dispõe a legislação que os instituíram.

A planilha encaminhada, relacionando as entidades que aderiram ao sistema SIGERFI, não apresenta elementos que comprovem o repasse integral das receitas das receitas vinculadas aos Fundos Especiais.

10. A Lei nº 18.375/14 editada no final de 2014, de autoria do Poder Executivo, posteriormente alterada pela Lei nº 18.468, de 29 de abril de 2015, alterando a natureza de determinados fundos, tratou de matéria reservada à Lei Complementar.

Conforme apontou a DCE, a Lei nº 18.375/14 teria incorrido em vício de inconstitucionalidade, ao estabelecer que determinados fundos não serão mais considerados especiais, por se tratar de matéria reservada à lei complementar, nos termos do art. 165, § 9º, II, da CF[5].

Não obstante, entende-se que a análise de constitucionalidade de lei deverá ser realizada em processo específico, não constituindo matéria própria a ser discutida em processo de prestação de contas.

11. Constatou-se que sete Fundos Especiais estão inoperantes, sendo que três desses Fundos (FUNSEG, FUNDEPIR e FEMALEP) foram criados no ano de 2013 e ainda carecem de regulamentação.

[5] Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:
(...)
§ 9º Cabe à lei complementar:
(...)
II - estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR BWYM.CVIF.GII7.6NB3.S

Restam, portanto, quatro fundos inoperantes há mais de três anos, por não terem sido contemplados com dotação orçamentária, sendo eles: Fundo de Preservação Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba; Fundo Estadual de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social – FEHRIS, Lei nº 119/2007; Fundo de Equalização do Microcrédito – FEM, Lei nº 16.357/2009 e Fundo Estadual da Cultura – Lei nº 17.043/2011.

Da análise da defesa, denota-se que apenas o Fundo de Equalização do Microcrédito – FEM, cuja contabilidade segue o modelo empresarial, registrou movimentação durante o período.

12. O Acórdão de Parecer Prévio n. 314/14 determinou aos serviços sociais autônomos dependentes que informassem os dados da execução orçamentária e financeira, procedendo, consequentemente, à consolidação dos demonstrativos da Gestão Fiscal, especialmente das despesas com pessoal.

Embora as despesas de pessoal venham sendo consolidadas ao longo do exercício de 2014, convém anotar que, nos termos do Acórdão de Parecer Prévio n. 314/14, a consolidação dos demonstrativos deverá incluir também as receitas dessas entidades consideradas dependentes, para fins de apuração da Receita Corrente Líquida.

13. Necessidade de se manter a determinação ao Estado do Paraná para que exija as informações das entidades de Serviços Sociais Autônomos e que consolide os dados destas entidades dependentes do Orçamento do Estado e que recebam recursos através de Contrato de Gestão para a manutenção de suas atividades nos Demonstrativos de Gestão Fiscal definidos no Manual de Demonstrativos Fiscais e, em especial, nas demonstrações de despesas com pessoal e Receita Corrente Líquida, do Poder Executivo, conforme dispõe o art. 59, §1º da LRF.

A DCE constatou que o Estado está em fase de implantação da consolidação dos dados das entidades dependentes no Orçamento Geral e, embora se façam necessários ajustes na metodologia para apuração do cálculo, é possível constatar que a Administração Estadual vem adotando as medidas necessárias para o cumprimento de determinação anterior deste Tribunal.

Por outro lado, observou a unidade que, embora Acórdão de Parecer Prévio n. 314/14 tenha feito referência a 'serviços sociais autônomos dependentes', nas análises dos Gastos com Pessoal do Poder Executivo, referentes aos 2º e 3º quadrimestres, objeto de Alerta (Processos 934647/14 e 412920/15), esta Corte entendeu que a medida se aplicaria às demais

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR BWYM.CVIF.GII7.6NB3.S

entidades em que ficasse caracterizada a dependência de recursos para cobrir despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, nos termos do art. 2º, III, da LC 101/00[6].

14. Apesar de demonstrar um resultado orçamentário positivo, a avaliação dos recursos por destinação indica despesas de fontes livres em montante superior aos recursos não vinculados disponíveis, gerando em déficit de 2,5 bilhões no grupo Ordinário/Não Vinculado. Tal situação evidencia um descompasso entre receitas e despesas do grupo Ordinário/Não Vinculados, indicando a necessidade de maior controle por parte do Estado do Paraná na gestão dos recursos por fonte/destinação a fim de cumprir com o parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar n° 101/00.

Conforme expôs a DCE, apesar não evidenciar desvios de recursos das fontes, a situação exposta evidencia a necessidade de maior controle por parte do Estado na gestão dos recursos por fonte/destinação a fim de cumprir com o parágrafo único do art. 8º[7] da Lei Complementar n° 101/2000.

15. A conta Saldo em Espécie do Exercício Anterior, constante do Balanço Financeiro de 2014, encontra-se divergente da conta Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte, constante do Balanço Financeiro de 2013, apresentando uma diferença a maior de R$ 2.610.211,32.

De acordo com a defesa, a diferença de R$ 2.610.211,32, no grupo Disponível, ocorrida entre o fechamento do exercício de 2013 e a abertura do exercício de 2014, ocorreu por ocasião da alteração da personalidade jurídica da Empresa Ambiental Floresta, para autarquia (Instituto Floresta do Paraná), quando passou a integrar os registros contábeis sob o regime da Lei n. 4.320/64 e teve seu saldo anterior implantado no saldo do exercício de 2014.

Nesse ponto, observou a DCE que a conduta descrita não observou o princípio contábil da oportunidade, que estabelece a necessidade de mensurar e apresentar os componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.

16. Na análise do Balanço Financeiro, detectou-se que o resultado financeiro auferido pelo Estado no exercício apresentou, inicialmente, uma suficiência de caixa no valor de R$ 327 milhões, após saldar os compromissos liquidados. Com a inclusão dos Restos a Pagar do exercício de 2014 (R$ 1,3 bilhão),

[6] Art. 2º Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como: III - empresa estatal dependente: empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária;

[7] Art. 8º Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR BWYM.CVIF.GII7.6NB3.S

pendentes do implemento de condição (liquidação), tem-se uma insuficiência de disponibilidade de R$ 1 bilhão.

Em sentido contrário ao defendido no contraditório, a DCE observou que os empenhos não liquidados somente poderão ser inscritos em Restos a Pagar não Processados se houver disponibilidade líquida de caixa, que representa a diferença positiva entre a Disponibilidade de Caixa Bruta e as Obrigações Financeiras.

17. A arrecadação dos créditos inscritos em dívida ativa apresentou baixa efetividade, além de se constatar elevado percentual de baixas por prescrição.

Ainda que o montante arrecadado de créditos inscritos em dívida ativa se mostre reduzido, nota-se que o percentual arrecadado no exercício (3,24%) é superior ao do exercício de 2013, que foi de 1,99%.

Quanto às baixas de dívidas ativas por prescrição, não foram apresentados elementos que justifiquem o grande volume, no montante de R$ 35,64 milhões, representando 20,44% do total de baixas que não foram por pagamento, percentual superior ao do exercício anterior, que foi de 10,44%.

18. O Fundo Financeiro inscreveu R$ 36 milhões em Restos a Pagar Processados sem recursos em caixa para a sua cobertura. Também o Fundo Militar apresentou insuficiência financeira para a cobertura de R$ 23 milhões inscritos em Restos a Pagar Processados.

A prática de efetuar o repasse dos recursos consignados aos Fundos Financeiro e Militar até o 5º dia útil **do mês subsequente** ao descontado na folha de pagamento dos Fundos Financeiro e Militar provocou insuficiência de caixa líquida nos Fundos Financeiro e Militar de R$ 36,5 milhões e R$ 23,3 milhões, respectivamente, provocando o desequilíbrio financeiro.

19. O Governo Estadual não cumpriu o limite constitucional de aplicação em Ciência e Tecnologia (2% da Receita Tributária), executando o equivalente a 1,83% da base de cálculo.

Conforme exposto pela DCE, o Estado deixou de aplicar o índice mínimo previsto no art. de 2% da receita tributária em ciência e tecnologia (CE, art. 205), executando o equivalente a 1,83% da base de cálculo, ressaltando que a situação ocorreu também nos exercícios de 2013 e 2011 e ensejou recomendação para os exercícios seguintes.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR BWYM.CVIF.GII7.6NB3.S

20. Constatou-se que o Estado não cumpriu a meta de Resultado Primário definida na LDO, onde a meta prevista era um Superávit de R$ 2,3 bilhões e o resultado apurado foi um Déficit de R$ 445,3 milhões, em valores correntes. Cabe ressaltar que o Resultado Primário Obtido diverge do apresentado no Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do 6º Bimestre de 2014, publicado no Diário Oficial do Estado de 02/03/2015, fls. 35 e 36, quando foi divulgado um Superávit Primário de R$ 934,2 milhões.

Partindo da análise do novo demonstrativo encaminhado pela defesa, com as devidas correções e, efetuando-se os ajustes considerando os empenhos de despesas com precatórios, constata-se um resultado primário deficitário de R$ 177,9 milhões, em relação à meta estabelecida na LDO (AMF), de R$ 2,3 bilhões.

No entanto, considerando que o art. 42[8] da Lei Estadual nº 18.468/15, editada em 29/04/2015, alterou a meta definida no AMF, reduzindo-a a um patamar negativo de R$ 1,1 bilhão, pode-se considerar que a meta foi atingida.

Muito embora se entenda que a alteração posterior das metas definidas no AMF evidencie ausência de planejamento e possíveis falhas na execução orçamentária, contrariando os arts. 1º, § 1º, 4º, §§ 1º, 2º e 3º, 5º e 9º da LC 101/01, o processo de prestação de contas não é a via adequada para se verificar a validade de uma lei, devendo tal questão ser objeto de procedimento próprio.

21. O Estado não atendeu à meta de Resultado Nominal, pois houve um acréscimo do montante da Dívida Consolidada Líquida no valor de R$ 2,76 bilhões, enquanto o acréscimo estabelecido na LDO fora de R$ 986 milhões.

A defesa informou que foi efetuada a correção do valor referente à Disponibilidade de Caixa Bruta, deixando de incluir os precatórios anteriores a 05/05/2000.

Após realizar novos ajustes, efetuando a correção também em relação ao saldo da dívida fiscal de 2013, a DCE apurou um resultado nominal de R$ 3 bilhões para o exercício de 2014, concluindo que não houve o atendimento tanto da meta estabelecida inicialmente na Lei de Diretrizes Orçamentárias, de R$ 986 milhões, como da meta alterada pela Lei nº 18.468/15, de R$ 1,14 bilhões.

[8] Art. 42. Fica reduzida em até R$ 3,5 bilhões a meta III e majorada em até R$ 150 milhões a meta V, ambas constantes da Tabela 5 do Anexo I da Lei nº 17.631, de 22 de julho de 2013.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR BWYM.CVIF.GII7.6NB3.S

Em relação aos aspectos positivos a serem considerados na análise das contas, destacam-se o decréscimo do quadro de pessoal do Poder Executivo, de 2,77% em relação ao exercício de 2013; a efetiva atuação do Sistema de Controle Interno; os decréscimos reais das despesas empenhadas com publicidade legal e institucional, em relação ao exercício de 2013; o resultado superavitário de R$ 3,2 bilhões apresentado pela movimentação financeira; o índice de liquidez apresentado, demonstrando que os recursos disponíveis são superiores às dívidas de curto prazo em R$ 581 milhões; o decréscimo nominal da Dívida Flutuante, de 19,72% em relação ao exercício de 2013; o Resultado da Gestão Patrimonial que resultou em um superávit de R$ 1,4 bilhão; a instituição de contribuição previdenciária em relação aos aposentados e pensionistas do RPPS (CF, art. 40, § 18); o atendimento ao índice constitucional dos gastos com educação, com realização de 33,66% (CE, art. 185); o cumprimento à legislação pertinente ao FUNDEB, destinando 80,68% dos recursos totais para a valorização do magistério; o cumprimento do índice constitucional de aplicação em ações e serviços públicos de saúde, atingindo 13,00% da base de cálculo (ADCT, art. 77); o atendimento ao limite global do Estado para as despesas com pessoal (60% da base de cálculo), que representaram 47,06% da Receita Corrente Líquida.

III - CONCLUSÃO

Ante o exposto, tendo por base a análise efetuada pela Diretoria de Contas Estaduais, **opina-se pela regularidade das contas do Poder Executivo Estadual do exercício financeiro de 2014, com as ressalvas, determinações e recomendações sugeridas pela unidade técnica.**

Diretoria Jurídica, 06 de outubro de 2015.

ANÉSIA DE FÁTIMA NEPEL
DIRETORA

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR BWYM.CVIF.GII7.6NB3.S

CONTAS DO GOVERNADOR

EXERCÍCIO 2014

Parecer nº 13681/15
SMPjTC



TCEPR | TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Protocolo nº: **268306/15**

Origem: **ESTADO DO PARANÁ**

Interessado: **CARLOS ALBERTO RICHA, ESTADO DO PARANÁ, ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, ADEMAR LUIZ TRAIANO**

Assunto: **Prestação de Contas do Governador do Estado**

Parecer nº: **13681/15**

EMENTA: Prestação de contas anual. Estado do Paraná. Exercício de 2014. Apontamentos pertinentes à gestão orçamentária, financeira, patrimonial, previdenciária e fiscal. Preliminar. Relatoria. Mérito: parecer prévio pela irregularidade das contas, com aposição de ressalvas e determinações. Multa da Lei nº 10.028/2000.

1. Versam estes autos digitais sobre a prestação de contas anual da Chefia do Poder Executivo do Estado do Paraná, de responsabilidade do Governador Carlos Alberto Richa, atinentes ao exercício de 2014.

2. O expediente foi formalizado junto ao Tribunal de Contas mediante encaminhamento da Presidência da Assembleia Legislativa Estadual (peça nº 68), em ofício que consigna o cumprimento à Instrução Normativa nº 91/13 da Corte, a qual, por sua vez, estabelece a documentação mínima para o exame técnico – encartada nos documentos integrantes das peças digitais nºs 3 a 65 dos autos.

3. Mediante o Despacho nº 926/15 (peça nº 69), o Conselheiro Durval Amaral, Relator do processo, impôs-lhe o trâmite regimental, determinando a apreciação dos documentos pela Diretoria de Contas Estaduais.

4. Em seu exame inicial, abrangendo os pontos formalmente indicados no regulamento que disciplina o escopo de análise destas contas, a referida unidade instrutiva destacou os principais fatos pertinentes à gestão quanto aos resultados orçamentários, financeiros, patrimoniais e fiscais, elucidando, ainda, as ressalvas, determinações e recomendações proferidas com referência às contas de 2011 a 2013 que careceriam de implementação (Instrução nº 70/15, peça nº 72). Ao fim, sugeriu oportunizar o contraditório ao Poder Executivo, a fim de que fossem esclarecidas as impropriedades lá registradas.

5. Acolhendo a ponderação, determinou o Relator a citação do gestor das contas (Despacho nº 1100/15, peça nº 74), o qual apresentou suas razões de defesa em

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 3JQY.MWIF.Y9TF.MX74.P

conformidade com as manifestações dos órgãos do Estado, constantes das peças nos 95 a 101 e 108.

6. Retornando à avaliação da DCE, aquela unidade técnica considerou os argumentos suscitados pelo Estado do Paraná, concluindo pela regularidade das contas, com a aposição de 14 ressalvas e sem prejuízo da emissão de 5 determinações e 9 recomendações (Instrução nº 312/15, peça nº 109).

7. Ato contínuo, atendendo à tramitação regimental, a Diretoria Jurídica da Corte lavrou opinativo em que subscreveu as conclusões da DCE (Parecer nº 690/15, peça nº 110).

É, em síntese, o relatório.

8. De proa, cumpre referir que as conclusões alcançadas pelo segmento técnico do Tribunal parecem não condizer com as informações lançadas em sua análise inicial e, afinal, ratificadas com a sobrevinda de supostas "justificativas" dos órgãos do Estado, eis que os dados indicam, a toda evidência, a prática reiterada de artifícios visando à camuflagem de uma situação de absoluto descontrole das finanças estaduais – como se demonstrará adiante. Ao revés, muito embora tenha indicado que determinados apontamentos não haviam sido saneados, a instrução insistiu em sancionar-lhes, no máximo, com ressalvas, deixando de aprofundar as consequências dos fatos irregulares que verificou ou mesmo de minudenciar os fundamentos de tais impropriedades.

9. Essa circunstância expõe, numa primeira face, a fragilidade dos opinativos técnicos[1] proferidos nos autos e, de outro lado, baliza esta intervenção ministerial, na exata medida em que as contradições inerentes à instrução obstaculizam o pleno dimensionamento da situação das contas públicas[2].

I. PRELIMINARMENTE: DA EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO

10. Antes do enfrentamento do mérito, este Órgão Ministerial reputa necessário, *por dever do ofício*, suscitar exceção de suspeição, conforme a disciplina do art. 417-B do Regimento Interno do Tribunal de Contas, inclusive para que não pairem dúvidas acerca da validade e eficácia da decisão a ser proferida por este Tribunal. Assim, longe de se polemizar a condução processual, busca-se o enfrentamento de tópico que necessariamente é imposto quando em jogo o exame de contas de altas autoridades públicas, impingindo a respectiva tranquilidade a todos os demais julgadores.

[1] Caberia indagar a pertinência de intervenção da Diretoria Jurídica da Corte nos expedientes de contas anuais (*ex. vi.* do que ocorre no âmbito municipal), visto que, ao menos no presente caso, cingiu-se a endossar o posicionamento técnico do segmento especializado (o qual, por sinal, conta com Analistas Jurídicos em seus quadros). Sua atuação, de igual modo, voltou-se mais à própria defesa da gestão examinada do que, propriamente, às possíveis decorrências legais em face dos fatos constatados, franqueando-se, como instrução que é, opções interpretativas ao corpo de julgadores.

[2] Não é demais frisar, por isso mesmo, que, ressentindo-se o *Parquet* de quadros com formação específica nas áreas relacionadas à competência do Tribunal de Contas, sua atuação ampara-se nas análises, informações e dados prestados pelos segmentos técnicos da Corte (exemplificativamente, acaso não apontada a evolução de gastos com publicidade e propaganda numa determinada gestão, dificilmente poder-se-á abordar o tópico, ainda que relevante).

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 3JQY.MWIF.Y9TF.MX74.P

11. Com efeito, a doutrina classifica a inexistência de suspeição como pressuposto processual de validade. Trata-se de exigência objetiva para a regularidade da tramitação, porquanto o exame meritório por um juiz equidistante das partes conforma desdobramento inerente às garantias constitucionais do devido processo legal e do juiz natural (art. 5º, incisos LIII e LIV, da CRFB).

12. Nesse sentido, o Código de Processo Civil disciplina, em seus artigos 134 e 135, as hipóteses que, comprometendo a necessária imparcialidade do juiz, qualificam seu impedimento ou suspeição para o julgamento. Ao passo que as primeiras se verificam objetivamente, as segundas, em geral, ligam-se a fatos subjetivos.

13. Para que se possa ilustrar a dimensão dos fatos que ensejam a suspeição do julgador, calha a transcrição das lições de Cândido Dinamarco[3]:

> A lei joga discricionariamente com situações que incluem relacionamentos do juiz com a própria parte, com seu cônjuge ou parente, ou com o advogado. Mas a aparente rigidez dessas tipificações fica superada pela ideia *mater* da suspeição, que é o estado anímico de perda da serenidade e equidistância – seja porque ao juiz é aconselhado que se dê por suspeito por motivo de foro íntimo, seja porque as alegações de suspeição fundam-se mais na própria perda de serenidade que no enquadramento típico em hipóteses legais. Nos casos de impedimento a tipificação é mais rígida e sempre rigorosamente objetiva, não comportando ampliação alguma.

14. Na esteira do quanto sustenta o ilustre processualista, deve-se advogar que, a par das situações objetivamente qualificadas na legislação, a existência de aproximação entre o magistrado e a parte que possa comprometer o dever de imparcialidade constitui-se, invariavelmente, em motivo de suspeição – *ex vi* do art. 135, parágrafo único, da Lei Processual Civil.

15. Expostos esses fundamentos, é fato notório que o Relator deste expediente ocupou[4], no período de 02/02/2011 a 22/05/2012 (portanto, na primeira gestão do atual Governador do Estado, que se encerrou justamente no exercício de 2014), a função de Secretário-Chefe da Casa Civil. Nos termos da Lei Estadual nº 8.485/1987, trata-se da Pasta incumbida da "*assistência direta e imediata ao Governador do Estado na sua representação civil e política*", razão pela qual seu Chefe há de desempenhar as relevantes funções destacadas no art. 44, inciso II, da referida Lei[5].

---

[3] *Instituições de Direito Processual Civil*. v. 2. São Paulo: Malheiros, 2005, p. 225-226.

[4] O exceto foi nomeado ao cargo de Secretário de Estado pelo Decreto nº 404/2011, e exonerado pelo Decreto nº 4647/2012, de 22 de maio de 2012, em virtude de sua eleição pela ALEP, no dia anterior (21 de maio), ao cargo de Conselheiro do TCE/PR.

[5] São elas: "a) promover a administração geral da Casa Civil, do Palácio e das residências oficiais do Governo; b) promover a assistência direta e imediata ao Governador, no desempenho de suas atividades; c) despachar diretamente com o Governador do Estado, delegar atribuições, distribuir o trabalho, superintender sua execução e controlar os resultados; d) exercer ação disciplinar, ordenar despesas, requisitar pessoal, serviços e meios administrativos; e) responsabilizar-se pela fiel observância e cumprimento eficaz das disposições legais e normativas da administração pública estadual aplicáveis à Casa Civil; f) promover a recepção de

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 3JQY.MWIF.Y9TF.MX74.P

16. Esse fato evidencia, com efeito, a estreita relação de confiança que une o Governador e o Conselheiro Relator, o qual teria sido designado por aquele para ocupar a mais relevante função de assessoramento e representação do próprio mandatário.

17. Ainda que se possa argumentar quanto ao fato de que as contas referem-se apenas ao exercício passado, quando o atual Conselheiro não mais ocupava a Chefia da Casa Civil, não se pode creditar o argumento de que tal aproximação e relação de confiança mútua se tenha esvaído. Com efeito, parece-nos indene de dúvidas que, almejando desde o início da gestão o pleno sucesso do mandato do Governador (e não se pode esperar outra coisa do Chefe da Casa Civil), esse fato por si só influencia a condução processual correspondente.

18. Assim sendo, considerando tratar-se de pressuposto de validade o contido no art. 139, inciso XI, da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 (LOTC/PR), propugna-se, em preliminar, pela apreciação desta exceção, nos termos regimentais, com o fito de que, seja qual for o encaminhamento adotado pelo Plenário, saia robustecido o pronunciamento desta Corte.

II. APONTAMENTOS QUANTO À ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO

19. Atendo-nos aos pontos relevantes destacados pela DCE em sua instrução preliminar, denota-se que o título atinente à estrutura administrativa do Estado comporta, ao menos, duas impropriedades relevantes.

20. A primeira delas tem relação com a **criação de sociedades subsidiárias e controladas da Companhia Paranaense de Energia (COPEL)**, as quais sequer estariam cadastradas no Tribunal de Contas e, portanto, a despeito do dever constitucional de prestação de contas, não estariam se submetendo ao controle externo.

21. Tal fato foi objeto de diligência, porém tanto a Secretaria de Estado da Fazenda quanto a COPEL imputaram a responsabilidade aos dirigentes das novas entidades. A análise técnica, por sua vez, considerando que a 2ª Inspetoria de Controle Externo já promovera a deflagração de tomada de contas, cujo processamento foi diferido pelo Presidente da Corte de modo a oportunizar a espontânea apresentação dos dados por tais empresas, reputou saneada a questão.

22. Em nosso sentir, sem prejuízo das providências que já estão sendo engendradas no âmbito desta Corte com vistas à regularização dos dados cadastrais e, de consequência, à inserção de tais sociedades nas rotinas de fiscalização do controle externo, o fato reclama, ainda, a aposição de ressalva neste expediente, conforme o art. 16, inciso II, da LOTC/PR, seja porque o fato irregular se insere no âmbito da administração global do Estado, seja porque o óbice à regular fiscalização dos recursos públicos nesta Corte impede a verificação dos eventuais impactos da criação de tais sociedades controladas nesta prestação de contas (inclusive quanto à eventual caracterização da relação de dependência a que se refere o art. 2º, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000, Lei de

pessoas e autoridades que se dirijam ao Governador; g) transmitir ordens e determinações do Governador; h) representar o Governador, quando designado; i) superintender as tarefas e atividades relativas ao processo legislativo de interesse do Governo; j) exercer as atribuições do artigo 46, no que couber; l)desempenhar outras tarefas compatíveis com a posição e as determinadas pelo Governador".

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 3JQY.MWIF.Y9TF.MX74.P

Responsabilidade Fiscal). Subsiste, ademais, a necessidade de determinação para que o Estado promova a regularização, sob pena de processamento de tomada de contas.

23. De outro lado, quanto ao **quadro de pessoal do Estado**, nada obstante os dados sejam indicativos de um "enxugamento" da máquina pública, denota-se, na contramão dessa tendência, o **incremento quantitativo e percentual das contratações excepcionais**, designadas por Contratos de Regime Especial.

24. Conforme reiteradamente tem apontado o *Parquet* de Contas, o emprego dessa modalidade admissional escora-se no art. 37, inciso IX, da Constituição da República e segue regulamentado, no âmbito estadual, pela Lei Complementar nº 108/2005. Tratam-se de vínculos precários, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme as hipóteses fáticas detalhadas na norma infraconstitucional.

25. Seguramente, num panorama de diminuição do quadro, o crescimento de tais contratações é prova indiciária da substituição de cargos efetivos por prestadores temporários, ou seja, solução paliativa para necessidades permanentes de pessoal, o que não condiz com os preceitos de profissionalização e eficiência no serviço público. Cuida-se, por isso mesmo, de falha de planejamento na execução das políticas de pessoal da administração estadual, no claro intento de veicular-se a propaganda de corte nos recursos públicos, porém em prejuízo da continuidade do serviço.

26. Dessa sorte, também esse apontamento deve motivar a ressalva às contas sob análise, sem prejuízo da urgente determinação para que o Estado promova estudos destinados a dimensionar as necessidades permanentes de seu quadro, preenchendo os cargos na medida de suas possibilidades.

III. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

27. Avançando sobre os aspectos pertinentes à gestão orçamentária durante o exercício de 2014, verifica-se que o primeiro apontamento da unidade instrutiva tem relação com a **falta de indicadores confiáveis para a avaliação dos resultados de programas**, bem como **divergências nos índices de execução de metas físicas**. Os fatos foram objeto de diligência, na qual se relataram dificuldades atinentes ao sistema informatizado correlato.

28. A impropriedade denota a insuficiência dos instrumentos de planejamento e controle das políticas públicas e programas executados pelo Estado, evidenciando que a destinação dos recursos em confronto com o atendimento dos objetivos propostos não é prioridade da estrutura administrativa. Conforme ressaltou a unidade técnica, as falhas apontadas fulminam a avaliação da execução financeira e, por consequência, a confiabilidade e a utilidade do Demonstrativo de Execução Física e Financeira do Orçamento.

29. Não é demais ressaltar que, a despeito de seu caráter programático e não-vinculante, as peças orçamentárias guardam fundamento no texto constitucional e na LRF, que demandam o desenvolvimento de adequados instrumentos de gestão para a consecução dos fins do Estado. Mais que simples rotina, o acompanhamento da execução física do orçamento é imprescindível à caracterização das necessidades públicas e ao seu dimensionamento, sem o que não se pode objetivar o atendimento do interesse público.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 3JQY.MWIF.Y9TF.MX74.P

30. Cabe, pois, a aposição de ressalva, em vista da falha formal nos controles, bem como a vigorosa determinação de que os equívocos sejam reparados urgentemente pelos setores técnicos da estrutura estatal.

31. De igual forma, constatou a unidade técnica da Corte que não há controles adequados das **alterações orçamentárias**, destacando-se que os créditos adicionais representaram 30,46% do orçamento inicial, ao passo que os cancelamentos corresponderam a 26,42%.

32. Diversamente do que se dava em exercícios anteriores, deixou o segmento técnico de apontar a irregularidade existente no próprio instrumento orçamentário, para questionar o fato de não se ter indicado em quais incisos estariam enquadradas as modificações. Realizada diligência, a Secretaria da Fazenda apresentou justificativas parciais, e, embora não pudesse precisar a informação que reputava ausente, a DCE manifestou-se pela regularização do ponto, considerando apenas que o total da diferença das alterações foi da ordem de 4%.

33. Ousamos divergir da unidade instrutiva, porque, a uma, persiste na Lei do Orçamento Anual de 2014 a **concessão de créditos adicionais ilimitados**[6], em franca violação ao prescrito no art. 167, inciso VII, da Constituição da República – que veda não apenas sua utilização, mas também sua concessão. E, a duas, porque o enquadramento das alterações no percentual máximo em tese disciplinado pelos incisos da Lei (o que se demonstrou inexistir) não abranda o descontrole em si das modificações promovidas.

34. Dessa sorte, a violação do preceito constitucional atrai a irregularidade das contas, conforme o art. 16, inciso III, alínea *b*, da LOTC/PR, sem prejuízo da aposição de ressalva em face da falha formal nos controles das alterações orçamentárias, e a proposição de determinação para que o Governo do Estado se abstenha de encaminhar, na proposta legislativa da lei orçamentária anual, dispositivo que contemple a concessão ilimitada de créditos adicionais.

35. Ainda, na avaliação dos instrumentos de planejamento, verifica-se que a DCE aponta a **inexistência de informações relevantes no Anexo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias**, uma vez que se ressente da quantificação de exposição a riscos, bem como de providências a serem tomadas em caso da ocorrência de passivos contingentes.

36. Formalmente, verifica-se que a LDO do exercício (Lei nº 17.631/2013) contemplou o anexo; entretanto, seu texto materialmente não abrange as exigências do art. 4º, § 3º, da LRF, na medida em que inexiste qualquer planejamento acerca dos riscos e das providências necessárias à sua superação.

---

[6] São estes os dispositivos da LOA (Lei nº 17.886/2013):
"**Art. 14º.** Fica o Poder Executivo autorizado no que lhe cabe a:
I - abrir créditos suplementares para atender despesas com Pessoal e Encargos Sociais, com o pagamento da Dívida Pública, com as Transferências Constitucionais aos Municípios, com Sentenças Judiciais e PASEP, utilizando como recurso as formas previstas no § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964; (...)"
"Art. 15º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos adicionais necessários à implantação do Fundo Estadual de Cultura, se for alterado o art. 230 da Constituição Estadual."

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 3JQY.MWIF.Y9TF.MX74.P

37. A falha, uma vez mais, é de natureza grave, pois já constitui indício do descontrole na gestão dos recursos públicos. Não se trata de mera exigência formal, a ser suprida com o preenchimento de modelo formatado pela Secretaria do Tesouro Nacional; ao contrário, é imperativo da própria administração orçamentária que o Estado anteveja as dificuldades que poderão impactar na higidez de suas contas, de modo a precaver-se das consequências danosas que poderão suceder.

38. Nesse contexto, a linha argumentativa utilizada na defesa do gestor das contas não é procedente. Não basta ao administrador público afirmar que considerou os riscos quando da elaboração do orçamento (circunstância, aliás, questionável, em face dos resultados fiscais obtidos, conforme se detalhará adiante); deve, conforme o preceito legal que restou transgredido, demonstrar a consideração desses fatos e seu impacto nas contas públicas.

39. Desse modo, pela violação ao dispositivo do art. 4ª, § 3º, da LRF, é também imperativo o juízo de irregularidade sobre as contas.

40. De outra banda, constou da instrução a ocorrência de **falha contábil no balanço orçamentário do exercício**, que deixou de contemplar os valores atinentes às interferências financeiras para o Regime Próprio de Previdência e aos repasses efetuados ao Poder Judiciário para quitação de precatórios. Nesse aspecto, o resultado orçamentário apresentado pelo Estado do Paraná seria superavitário em R$ 854 milhões; contudo, efetuados os ajustes identificados pela DCE, resultaria um déficit orçamentário de R$ 508 milhões.

41. O impacto do resultado deficitário, por sua vez, há de ser mitigado em face da existência de resultado financeiro superavitário de fontes não vinculadas do exercício anterior, no importe de R$ 564 milhões, de sorte que, a teor do art. 43, § 2º, da Lei nº 4.320/1964, haveria possibilidade de suplementação no exercício de 2014 com lastro nos recursos financeiros poupados.

42. Em que pese o resultado orçamentário, portanto, não engendre qualquer impropriedade na análise das contas (visto que *o déficit pôde ser absorvido pelo superávit financeiro*), resta a necessidade de aposição de ressalva em face das falhas contábeis apresentadas quando da consolidação do balanço orçamentário que integrou a prestação de contas, bem assim do Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar, haja vista tratar-se de irregularidade formal que tencionou retratar realidade incompatível com a situação das finanças públicas.

43. Da mesma forma, valem as assertivas quanto ao **saldo da conta de Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos**. O montante apurado inicialmente pelo setor técnico do Tribunal de Contas alcançava a cifra de R$ 122 milhões, valor que, conforme a defesa apresentada pelo gestor das contas, deveria ser diminuído de R$ 117 milhões destinados à amortização da dívida. Não obstante tenha havido a recomposição da diferença (cerca de R$ 5 milhões), a documentação acostada indica que tal fato ocorreu somente em agosto de 2015, permanecendo a falha contábil de não se registrar a operação tempestivamente – razão bastante à aposição de ressalva.

44. Por outro giro, no que se refere à **ausência de consolidação dos dados pertinentes à execução orçamentária dos serviços sociais autônomos**, cabe registrar

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 3JQY.MWIF.Y9TF.MX74.P

que, apesar da indicação acerca da consideração das despesas com pessoal, a negligência nos ajustes necessários torna imprestável o Relatório de Gestão Fiscal, além de consistir em descumprimento objetivo de determinação proferida no Acórdão de Parecer Prévio nº 314/14. A permanência da situação irregular compromete a confiabilidade dos dados inscritos nesse importante instrumento da LRF e prejudica a determinação da Receita Corrente Líquida, de forma que subsiste a ressalva no ponto e a necessidade de renovar-se a determinação para seu imediato saneamento, sob pena do juízo subsequente pela irregularidade das contas (art. 16, § 3º da LOTC/PR).

45. No ponto específico à **renúncia de receita**, arguiu a DCE a inexistência de estudos do impacto financeiro-orçamentário relativos a tais medidas, fato já ressalvado em exercícios anteriores e que desafia o art. 14 da LRF[7]. Em resposta, o Estado aduziu que considera os reflexos de tais instrumentos na execução orçamentária, porquanto suas projeções da receita já comportariam os valores renunciados.

46. Aquiescendo com o entendimento da unidade técnica, a linha argumentativa da defesa, bem como os respectivos demonstrativos apresentados não se prestam a cumprir a determinação legal. Conforme se articulará em momento oportuno, num cenário de franco descumprimento de metas fiscais, qualquer gestão responsável se prezaria a rever as receitas a que renunciou – providência preliminar até mesmo ao aumento da carga tributária para os demais setores da população. Vivencia-se no Estado do Paraná, não obstante, uma realidade em que os segmentos técnicos do Governo desconhecem e desprezam o real impacto de tais medidas sobre a execução orçamentária, consequência que seguramente seria evitada caso fossem, afinal, realizados os estudos e elaborados os Demonstrativos de Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita.

47. Isto porque, ao violar o comando explícito da LRF, o Estado do Paraná afastou-se do princípio estruturante de higidez das contas públicas – justamente, a busca pelo equilíbrio intergeracional – e, assim agindo, comprometeu todo o ciclo orçamentário com previsões irreais que camuflam uma execução irresponsável, razão pela qual, também por este aspecto, cabe o juízo de irregularidade das contas. Recomenda-se, adicionalmente, no âmbito da fiscalização operacional que lhe defere o art. 70 da Constituição da República, que esse Tribunal de Contas determine a realização de auditoria – seja pela Inspetoria responsável pelas rotinas da Secretaria de Estado da Fazenda, seja mediante comissão

[7] Este é o dispositivo referenciado: "*Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições: I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias; II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição. § 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado. § 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso. § 3º O disposto neste artigo não se aplica: I - às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1o; II - ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.*"

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 3JQY.MWIF.Y9TF.MX74.P

especificamente designada – com vistas a apurar os critérios utilizados na concessão de benefícios e renúncias fiscais, bem como a quantificar o real impacto desses mecanismos de renúncia sobre o orçamento do Estado, de modo a avaliar o próprio mérito dos instrumentos cujo impacto o Estado se recusa a detalhar.

48. A impropriedade subsequente de que cuidou a instrução técnica versa sobre o **estorno de empenhos**, de cujo total (R$ 4,9 bilhões) o montante de R$ 806 milhões conformam verdadeiro **cancelamento de despesas já liquidadas** (isto é, pendentes apenas de pagamento). Após a manifestação do Estado, a DCE manteve seu posicionamento quanto ao fato de ser indevida a manobra, justamente porque "*não ficou demonstrado o respectivo reempenhamento destas despesas no mesmo exercício, bem ainda há evidências que, mesmo em pequeno montante, teria havido cancelamentos indevidos, até porque no próprio contraditório apresentado se aventa que os casos de estornos por incorreções, representariam cerca de 83%*" (Instrução nº 312/15, p. 32).

49. Em outros termos, verifica-se que o descontrole na execução orçamentária descentralizada do Estado vem a comprometer até mesmo direitos de terceiros com os quais o ente contraiu obrigações, tudo de forma a conferir "roupagem" estranha às contas públicas, que não condiz com a realidade de sua situação orçamentário-financeira.

50. Ante o quadro de renitência em reparar esta situação, além da aposição de ressalva, justificada no fato de que a violação compromete a confiabilidade dos registros orçamentários e de sua execução, é salutar a expedição de determinação e da inserção, nas rotinas de fiscalização das seis Inspetorias de Controle Externo, de acompanhamento dos estornos de empenho realizados nos grupos financeiros setoriais.

51. Finalmente, a propósito da **ausência de repasses orçamentários aos fundos especiais legalmente instituídos**, as diligências solicitadas pela DCE não lograram obter a existência de controles no âmbito da Secretaria da Fazenda quanto aos recursos afetados às fontes vinculadas.

52. Com efeito, a Constituição disciplina que a instituição de fundos, de qualquer natureza, deve se dar por meio de lei específica (art. 167, inciso IX), o que se processa em compasso com as disposições dos art. 71 a 74 da Lei nº 4.320/1964. Tal diploma legal, recepcionado pela ordem constitucional vigente como lei complementar[8], conceitua os fundos especiais como o "*produto de receitas especificadas que por lei se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços*".

[8] Em conformidade com o art. 165, § 9º, inciso II, da Constituição. Neste aspecto, desde logo cumpre se posicionar de forma contrária à proposição da unidade técnica de inconstitucionalidade da Lei Estadual nº 18.375/2014. Com efeito, a exigência constitucional de normatização da matéria por meio de lei complementar vê-se resolvida mediante a recepção da já citada Lei nº 4.320/1964, cujos art. 71 a 74 se prestam a disciplinar "condições para a instituição e o funcionamento dos fundos". Por sua vez, o art. 73 desse diploma admite exceção à regra geral de permanência do saldo financeiro não utilizado no mesmo fundo – o que deve se dar conforme a respectiva lei de instituição. No caso, a Lei nº 18.375/2014 não intentou disciplinar o art. 165, § 9º, do texto constitucional (até porque descabe ao legislador estadual estabelecer *normas gerais* de direito financeiro, *ex vi* do art. 24, § 2º, da Constituição), mas diferir a vigência das próprias leis de instituição dos fundos de que tratou. Assim, reputa-se plenamente possível a alteração legal, pois, do contrário, a edição de norma para a criação de um fundo obstaria a revisão futura das necessidades da sociedade quanto à afetação de recursos públicos.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 3JQY.MWIF.Y9TF.MX74.P

53. Por certo, a definição de quais áreas são consideradas prioritárias na alocação de recursos públicos incumbe ao povo, que efetua tais escolhas por intermédio de seus representantes no âmbito legislativo. A fixação de que certos recursos serão destinados a determinadas finalidades, pois, não cabe ao Poder Executivo, ao qual não resta opção senão a execução do comando legal.

54. A despeito da lógica elementar que norteia a matéria, vê-se que ano após ano o Executivo Estadual se vale de subterfúgios para minar as escolhas legislativas, esvaziando as receitas que são legalmente destinadas aos fundos especiais, além da recente opção por tomar-lhe os recursos resultantes de eventual *superávit* financeiro. Nesse contexto, aliás, releva notar que a prática operacional de descontrole das subcontas, a pretexto da otimização decorrente do caixa único, oculta uma faceta perniciosa: ***ao deixar de repassar aos respectivos fundos os recursos que lhes cabem, o Tesouro é inflado com receitas que não lhe são próprias*** (mas já guardam destinação legal), recaindo sobre os gestores dos fundos a responsabilidade por não terem "adivinhado" a parcela que lhes competiria administrar no exercício financeiro.

55. Tal manobra, evidentemente ilícita, transmuta os nobres objetivos eleitos pelo Legislativo quando da instituição de fundos em verdadeira "*esmola*", ao se atribuir ao Executivo o arbítrio de deliberar quando efetuará os repasses, além da prerrogativa de avocar para si os resultados superavitários fabricados.

56. Nessa linha de raciocínio, se é possível admitir a conformidade da Lei nº 18.375/2014 à ordem legal, **não** se pode ter idêntica conclusão quanto ao **art. 35 da LDO do exercício de 2014**, que possibilitou semelhante operação. Veja-se que, nesse caso, a peça orçamentária não intentou modificar a lei de instituição de cada fundo especial estadual, mas disciplinou ***rotina orçamentária contrária ao que expressamente preceitua o art. 8º, parágrafo único, da LRF*** – circunstância que, uma vez mais, demonstra a insistente tentativa de maquiar as contas públicas, transferindo-se recursos afetados a determinadas finalidades para o Tesouro.

57. Em razão desses apontamentos, caracterizado que está o desatendimento às leis de instituição dos fundos, ao art. 8º, parágrafo único, da LRF, e à própria Lei nº 17.579/2013, que instituiu o Sistema de Gestão Integrado dos Recursos Financeiros do Estado do Paraná (SIGERFI) e a obrigatoriedade do controle em subcontas, alternativa não resta que o juízo de irregularidade das contas.

III. GESTÃO FINANCEIRA

58. De pronto, quanto à gestão financeira do Estado do Paraná, ressalta-se que merecem ressalvas as constatações quanto a equívocos contábeis nos registros pertinentes à elaboração do **balanço financeiro**, à **diferença entre os saldos** final de 2013 e inicial de 2014 (por violação ao princípio contábil da oportunidade), à inclusão de **valor apurado em duplicidade** no Demonstrativo de Disponibilidade Financeira, à **ausência de controles eficientes** das contas das disponibilidades por fontes de recursos associadas às obrigações financeiras por fonte de recurso, às **inconsistências na Demonstração dos Fluxos de Caixa** – todas falhas de caráter eminentemente formal.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 3JQY.MWIF.Y9TF.MX74.P

59. Por outro giro, no que atine à **disponibilidade financeira**, evidencia-se da análise técnica uma situação de ***crescente endividamento do Estado do Paraná*** e de postergação de suas obrigações, o que indubitavelmente não conflui para qualquer juízo de regularidade das contas. Sob esse pressuposto, a unidade instrutiva do Tribunal de Contas é clara ao afirmar que "*houve decréscimo de 90,47% em relação ao exercício de 2013 na suficiência de disponibilidade financeira antes da inscrição de Restos a Pagar não Processados*" e de que "*este decréscimo se acentuou em mais 41,95% após a inscrição em Restos a Pagar Não Processados*".

60. A gravidade da situação está ilustrada no Gráfico 17 da Instrução nº 70/15-DCE, ao identificar que, nos dois primeiros anos do mandato, a disponibilidade financeira do Estado apresentava valores positivos, os quais se mantinham ainda que considerada a inscrição de restos a pagar não processados. Tal situação, no entanto, inverteu-se em absoluto em 2013, quando, a despeito de uma disponibilidade de caixa líquida superior a R$ 3,75 bilhões, ao se deduzirem os valores pertinentes a restos a pagar não processados a insuficiência seria superior a R$ 500 milhões.

61. Em 2014, denota-se que a suficiência financeira era, inicialmente, da ordem de R$ 327 milhões; porém, a inscrição de restos a pagar não processados no montante de R$ 1,3 bilhão conduziu à insuficiência de disponibilidade no montante de R$ 1 bilhão. **E, ainda, considerando o apontamento técnico quanto ao estorno de empenhos liquidados – na ordem de R$ 805 milhões – denota-se que a insuficiência seria ainda mais agravada**.

62. Em termos práticos, tais dados permitem inferir que ***o Estado não dispõe de caixa para saldar suas obrigações de curto prazo***. Sua gestão apartou-se de forma inarredável dos mais comezinhos princípios da responsabilidade fiscal, propiciando a **rolagem da dívida flutuante** e imprimindo um panorama de deterioração das condições de higidez financeira do Estado.

63. Conforme pudemos salientar no exame das contas do exercício anterior, a **inscrição de restos a pagar não processados está condicionada ao montante das disponibilidades de caixa**, conforme expressamente consigna a LRF no seu art. 55, inciso III, alínea *b*, item 3 – na seção pertinente ao conteúdo do Relatório de Gestão Fiscal. Também, na mesma ocasião, aduzimos que é conduta tipificada como **crime contra as finanças públicas** deixar de "*promover o cancelamento do montante de restos a pagar inscrito em valor superior ao permitido em lei*", a teor da inequívoca dicção do art. 359-F do Código Penal.

64. Novamente, o apontamento encontra lugar na apreciação das contas do exercício de 2014. A despeito de a metodologia empregada pelo Tribunal de Contas para aferir o cumprimento da vedação do art. 42 da LRF impingir a informação de que não se contraiu despesa sem a correspondente disponibilidade financeira nos últimos dois quadrimestres do mandato, persiste o panorama geral de insuficiência de caixa para que o Estado do Paraná possa vir a quitar suas dívidas de curto prazo.

65. Desse modo, ante a preclara violação ao conteúdo normativo da LRF, é inafastável o opinativo quanto à irregularidade das contas nesse ponto, bem como a expedição de determinação para que o Estado do Paraná promova o cancelamento dos restos a pagar não processados que, não representando efetivos compromissos assumidos,

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 3JQY.MWIF.Y9TF.MX74.P

superem o montante da disponibilidade financeira líquida, sob pena de amoldar-se a omissão à conduta tipificada na legislação penal.

IV. GESTÃO PATRIMONIAL

66. Conforme os apontamentos técnicos que demandaram diligências, entende-se que as falhas formais sob o prisma contábil, referentes a dados inscritos no **ativo não circulante** do Estado, à contabilização dos valores pertinentes a repasses para pagamento de **precatórios**, às **divergências de valores**, à **não contabilização das apropriações e baixas de amortização da dívida e de juros e encargos**, à ausência de regularização das baixas nos **registros do Passivo da Dívida Fundada com Precatórios** pagos em 2013 e **alteração do saldo patrimonial**, comportam a aposição de ressalvas, coerente com o tratamento uniformizado neste opinativo.

67. Quanto aos aspectos materiais identificados pela instrução, o primeiro tópico relevante guarda relação com a execução da **dívida ativa**, destacando-se a baixa efetividade de arrecadação e recuperação dos créditos inscritos, o aumento das baixas por prescrição (20,44% do total) e falhas nos demonstrativos pertinentes.

68. Por se tratar de ponto sensível do ativo patrimonial, cuja ***provisão de perdas*** alcança a impressionante cifra de ***R$ 17,9 bilhões*** (em face do total de R$ 18,8 bilhões), bem assim em face da necessidade de aprimoramento das medidas administrativas tendentes à recuperação do crédito, e porque o Tribunal de Contas já pontuou, em exercícios pretéritos, o alto índice de baixas por prescrição, é de se acompanhar a proposição de ressalva do item, bem como da expedição de determinação tendente a solucionar, em definitivo, os problemas relacionados à execução da dívida ativa.

69. No extremo oposto, ao ponderar os problemas listados na instrução quanto aos **precatórios**, destacam-se como pontos negativos a **falta de empenhamento dos valores repassados** para seu pagamento e a **ausência do próprio repasse dos recursos nos meses de outubro a dezembro**. Quanto a esta última irregularidade, segundo se apurou em sede de contraditório, o Estado veio a sanear o apontamento, efetuando, embora no exercício de 2015, o repasse para pagamento dos valores devidos.

70. A rigor, o inadimplemento do repasse violaria a opção metodológica de pagamento eleita no Decreto nº 6.335/2010 e comprometeria a diminuição do passivo, o que traduz mais um indicativo de que, estando as contas públicas em más condições, optou o Governo por postergar (*ainda mais*) as dívidas decorrentes de condenações judiciais, cuja tramitação já segue todo um rito extremamente burocrático que acaba por penalizar, no mais das vezes, o particular. A despeito disso, considerando o pagamento, ainda que extemporâneo, da obrigação, o apontamento pode se converter em ressalva, sobretudo porque a providência foi adotada anteriormente à apreciação definitiva da Corte de Contas.

71. De igual sorte, merecem ser ressalvados os demais aspectos suscitados pela unidade técnica quanto à ausência de empenhamento dos valores repassados, bem como quanto à **ausência de contabilização de juros** e às **divergências** incorridas quanto

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 3JQY.MWIF.Y9TF.MX74.P

aos valores baixados. Trata-se de obrigação que, embora seja imputada ao Estado do Paraná, demanda **esforços conjuntos dos Poderes Executivo e Judiciário**, na medida em que cada qual efetua seus próprios controles para definir a operacionalização dos pagamentos. Por essa razão, sem prejuízo da ressalva, recomenda-se que sejam instadas as Inspetorias com atribuições de fiscalização perante a Secretaria da Fazenda e o Tribunal de Justiça para que insiram nas suas rotinas a verificação dos procedimentos atinentes à devida contabilização das operações relacionadas com o pagamento de precatórios, de modo a propiciar a unificação das informações prestadas.

V. GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

72. Dentre os aspectos suscitados pela unidade técnica como relevantes à gestão previdenciária, constam a **falta de repasse da insuficiência de caixa líquida dos Fundos Financeiro e Militar em 31/12/2014**, a **divergência entre os valores** devidos da contribuição patronal do servidor ativo e da contribuição patronal adicional com o constante dos restos a pagar, as **falhas na contabilização dos valores recebidos** dos Poderes e devidos ao Fundo de Previdência, bem como a **diferença do valor** constante no Demonstrativo dos Valores Repassados aos Fundos Previdenciários em face do Balanço Patrimonial do Fundo de Previdência.

73. Todos os itens acima pontuados conformam causas de ressalva, por consistirem em falhas formais que não alteram materialmente a situação do sistema previdenciário. Seria o caso de se objetar a ausência de regular repasse da insuficiência de caixa dos fundos de repartição simples, por violação ao art. 40, *caput* da Constituição da República, se o Estado não o tivesse feito; entretanto, sendo o caso apenas de atraso no pagamento, persiste o apontamento como ressalva.

VI. LIMITES CONSTITUCIONAIS – SAÚDE E CIÊNCIA E TECNOLOGIA

74. No que se refere ao índice de aplicação em **ações e serviços públicos de saúde (ASPS)**, consigne-se de antemão a frontal discordância deste Órgão Ministerial com os critérios de cálculo encampados pela DCE no tocante à inclusão, para fins de contabilização do mínimo legal, dos gastos relativos à **gestão da saúde dos servidores e seus dependentes** e à **gestão do Hospital da Polícia Militar**.

75. A inclusão de tais valores afronta de modo expresso o disposto no art. 4º, inciso III, da Lei Complementar nº 141/2012, segundo o qual é vedado considerar, para os fins de apuração das despesas mínimas em saúde, os gastos destinados à "*assistência à saúde que não atenda ao princípio de acesso universal*".

76. O dispositivo em questão visa a assegurar que apenas integrarão o montante mínimo de despesas com saúde as ações e serviços que tiverem por objetivo o atendimento da população de maneira geral, coibindo-se a inclusão dos recursos voltados ao custeio de políticas segmentárias, que atendam apenas parcelas da sociedade.

77. Os serviços de atenção à saúde dos servidores públicos e seus dependentes (na esfera do Sistema de Assistência à Saúde – SAS) e os de atenção à saúde dos policiais militares e seus dependentes (na esfera do Hospital da Polícia Militar),

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 3JQY.MWIF.Y9TF.MX74.P

embora impregnados de alta relevância social e política, não constituem política de acesso universal, eis que voltados ao **atendimento de segmento específico da população paranaense**: os servidores públicos estaduais (dentre os quais os próprios policiais militares) e seus dependentes.

78. Dessa forma, exsurge cristalina a conclusão de que os serviços prestados no âmbito do SAS e do HPM não integram política pública de acesso universal, o que impede a contabilização dos recursos neles despendidos para fins de apuração dos mínimos preconizados pela Lei Complementar nº 141/2012.

79. Excluídas as parcelas relacionadas a esses grupos de ações e serviços, verifica-se que as despesas em saúde do Estado do Paraná no exercício de 2014 alcançaram **11,98% da receita líquida de impostos**, ligeiramente abaixo do índice de 12% exigido pelo art. 6º da Lei Complementar nº 141/2012.

80. Além de descumprido o mínimo legal, permaneceu **carente de cumprimento o preceito do art. 25 da Lei Complementar nº 141/2012**, que exige o acréscimo ao exercício subsequente da diferença constatada em exercício com aplicação deficitária em saúde.

81. No **exercício de 2013**, o montante de recursos aplicado pelo Estado do Paraná ficou abaixo do mínimo em cerca de **R$ 163 milhões**, conforme cálculo da DCE – a diferença constatada deveria ser aplicada no exercício em análise, conforme determina o dispositivo mencionado. Contudo, no exercício de 2014 o Estado do Paraná sequer aplicou o mínimo legal em saúde, a partir do cálculo acima empreendido, com a exclusão dos gastos com o SAS e o HPM da contabilidade das ASPS. Isso força a conclusão de que, somando-se as diferenças constatadas nos dois exercícios (2013 e 2014), chega-se ao **déficit acumulado de mais de R$ 167 milhões, apenas em relação aos exercícios de 2013 e 2014**.

82. Em verdade, o **déficit real** do Estado do Paraná é gritantemente superior, haja vista que restam pendentes de compensação os déficits apurados por esse Tribunal quando da apreciação das contas de governo dos exercícios de 2011 e 2012. O Acórdão de Parecer Prévio nº 306/13 consignou a determinação de que o governo paranaense aplicasse em saúde um montante suplementar equivalente a **R$ 596 milhões**, relativo ao déficit do exercício de 2011, além de **R$ 533,5 milhões** referentes à insuficiência de aplicação do exercício de 2012.

83. Contabilizando-se então os déficits acumulados dos exercícios de 2011, 2012, 2013 e 2014, chega-se ao **valor total de R$ 1,29 bilhão** que sangrou das ASPS para outras políticas governamentais nos quatro últimos exercícios financeiros, conduta que, além de caracterizar desatendimento ilegítimo ao ordenamento jurídico, ocasiona **dano social** com nefasta consequência para o funcionamento global do sistema de saúde público paranaense.

84. Cai por terra, assim, a conclusão esposada pelo setor técnico de que o Estado teria atingido o mínimo legal e, ainda, superado o déficit do exercício de 2013. O equívoco é patente, porquanto: *(i)* foram contabilizados como ASPS recursos aplicados em políticas segmentárias (SAS e HPM), na contramão do preconizado pelo art. 4º, inciso III, da Lei Complementar nº 141/2012; *(ii)* foram ignorados os déficits de aplicação constatados

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 3JQY.MWIF.Y9TF.MX74.P

pela própria Corte nos exercícios de 2011 e 2012, cuja suplementação encarta determinação proferida pelo Tribunal de Contas ao Governo do Estado.

85. Ademais, resta cristalina a inobservância reiterada das determinações proferidas ao Governo nessa matéria, com a constatação de que estão se mostrando absolutamente inócuas as ordens de suplementação de gastos em ASPS. Não só permanece o quadro deficitário ano após ano, como também se identifica um progressivo aumento do montante a ser complementado para que sejam aportados recursos mínimos à saúde pública. Tudo isso aponta a imprescindibilidade da ação imediata do Tribunal para coibir esse panorama, pois, ao que tudo indica, a postura governamental está integrada a estratégia política que louva a exorbitância alcançada para que, em algum momento futuro, a suplementação integral se torne inviável do ponto de vista fático.

86. As irregularidades apontadas – aplicação de recursos em saúde abaixo do mínimo legal no exercício de 2014 e ausência de recomposição do déficit apurado no exercício de 2013 – caracterizam afronta à norma legal (art. 6º e 25, da Lei Complementar nº 141/2012) que enseja a emissão de Parecer Prévio pela **irregularidade** das contas.

87. Também exige a emissão de Parecer Prévio pela **irregularidade** das contas o fato de que estão sendo reiteradamente descumpridas as ordens desta Corte para a suplementação dos gastos mínimos com saúde decorrentes dos déficits dos exercícios de 2011, 2012, 2013 e 2014, conforme previsão do art. 16, §3º, da LOTC/PR.

88. Além do opinativo pela irregularidade das contas, deve ser renovada a **determinação** de suplementação dos gastos com ASPS, para o exercício de 2015, no montante de **R$ 1,29 bilhão**, correspondente à diferença constatada nos exercícios pretéritos para o atingimento do mínimo constitucional e legal.

89. Em outra instância, quanto ao descumprimento do índice constitucional de recursos destinados a **ciência e tecnologia**, observa-se que a linha argumentativa delineada pelo Estado do Paraná apenas volta-se a asseverar a inviabilidade de atingimento do percentual estabelecido.

90. Tal razão, sem dúvida alguma, não há de se impor, sob pena de se aceitar a incapacidade administrativa do Estado como razão para não se exigir vinculação de receita estipulada na própria Constituição Estadual.

91. A vinculação na Carta Política Paranaense trata da destinação de **2% da receita tributária ao fomento da pesquisa científica e tecnológica** (art. 205), encontrando guarida na autorização constante do art. 218, § 5º, do Texto Fundamental da República. Por se tratar de norma tendente ao incremento do direito fundamental à educação, seguramente o *princípio da vedação do retrocesso social* obstaria eventual modificação legislativa posterior destinada a extirpar tal vinculação orçamentária. Em outras palavras, **a inscrição na Constituição Estadual petrifica a cláusula de instituição do índice (art. 60, § 4º, IV, da Constituição da República), não se podendo acolher o seu desprezo**.

92. Nessa medida, não compete ao Governo priorizar, em detrimento da aplicação das receitas mínimas em ciência e tecnologia, outras áreas segundo sua conveniência, objetivando atender aos seus próprios programas de gestão. É imperativo constitucional a destinação primeira dos recursos vinculados, de sorte que, assim como nos

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 3JQY.MWIF.Y9TF.MX74.P

demais índices, trata-se de decisão política fundamental, que recai sobre o Estado, independentemente da orientação do Governo.

93. Nessa ordem de ideias, não prosperando os argumentos desenvolvidos pela SEFA, não apenas este fato há de ensejar o juízo de irregularidade das contas, mas também a determinação de recomposição dos valores que deixaram de ser aplicados nesta destinação durante o exercício, que remonta ao percentual de 0,17% da receita tributária do Estado, conforme a Instrução nº 70/15, na monta de **R$ 28.379.705,23**.

94. Observa-se, de outro lado, que este Egrégio Tribunal exarou duas **determinações ao Governo do Estado do Paraná**, quando do exame das contas relativas ao exercício financeiro de 2011 (Acórdão de Parecer Prévio nº 290/12), concernentes ao cumprimento do índice constitucional de aplicação de recursos em Ciência e Tecnologia, quais sejam:

- *efetue a aplicação de 2% da receita tributária em despesas com ciência e tecnologia, passando a adotar-se como critério de aplicação o conceito de despesa liquidada e não mais de despesa empenhada;*
- ***recomponha até o final do exercício de 2012 os valores que deixou de investir em 2011 (R$ 59 milhões)**.*

95. Verifica-se que, em que pese tenha determinado a recomposição de valores no montante de R$ 59 milhões em Ciência e Tecnologia, com a fixação de prazo para a demonstração do atendimento desta determinação (assinalado no Despacho nº 1548/15–GCNB), findo em 12/08/2015, não houve qualquer manifestação do Estado do Paraná nesse sentido, conforme informação da Diretoria de Execuções (Despacho nº 819/15–DEX, ambos constantes dos autos digitais do expediente originário), razão pela qual **a determinação de recomposição dos valores relativos a 2011 deve ser repisada e engendra, ante a renitência no seu atendimento, também por esse motivo o juízo de irregularidade das contas.**

96. Isso considerado, este *Parquet* manifesta-se pela *irregularidade* quanto a esse apontamento, sendo imperioso consignar determinação para o fim de recomposição dos valores que deixaram de ser aplicados na destinação conferida pelo Constituição Estadual em Ciência em Tecnologia, no montante de R$ 59 milhões referentes ao exercício de 2011, e R$ 28,3 milhões referentes ao exercício de 2014, que somam R$ 87,3 milhões.

VII. METAS FISCAIS

97. Se o desenvolvimento do presente trabalho já logrou, até o momento, identificar diversas situações que traduzem violações ao ordenamento jurídico, negligenciando os preceitos da responsabilidade fiscal, é justamente na análise do descumprimento das metas fiscais que se comprova o menoscabo da gestão com a situação econômica do Estado.

98. Desde logo, deve-se pontuar que houve, efetivamente, **inobservância das metas contempladas no Anexo de Metas Fiscais da LDO do exercício**, aprovada pela Lei nº 17.631/2013. Quanto ao **resultado primário**, ao passo que a meta era de superávit de aproximadamente R$ 2,3 bilhões, o Estado obteve **déficit de R$ 177,9 milhões**; quanto ao

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 3JQY.MWIF.Y9TF.MX74.P

resultado nominal, a meta era de condução da dívida consolidada líquida para R$ 986 milhões, enquanto o endividamento chegou à cifra dos **R$ 3 bilhões**.

99. Em termos gerais, pode-se afirmar, consoante indicam as conceituações presentes no Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional[9], que o resultado primário serve à avaliação da política fiscal do Estado no sentido de se verificar sua capacidade para geração de superávits que serão direcionados à **redução do estoque total da dívida líquida**. Já o resultado nominal consiste na apuração da própria variação do endividamento líquido no exercício.

100. Os dados apresentados não deixam dúvidas quanto ao **fracasso da política fiscal ao longo do exercício de 2014**. Para que se possa dimensionar o impacto negativo dos dados atinentes às metas fiscais, basta observar que, enquanto a receita arrecadada teve um incremento de 4,56% em relação ao exercício anterior, o endividamento aumentou em 24,75%.

101. Deve-se salientar, nesse aspecto, que **a perspectiva de descumprimento das metas não era desconhecida do gestor das contas**. Conforme determina a LRF, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, de publicação bimestral, deve conter demonstrativos relativos à evolução dos resultados nominal e primário (art. 53, inciso I). O objetivo da norma é justamente balizar as decisões políticas atinentes à realização da receita e à execução da despesa, razão pela qual, amparado nesse acompanhamento bimestral, **deverá o gestor promover os atos de contenção estabelecidos no art. 9º** do mesmo diploma legal:

> Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, **por ato próprio e nos montantes necessários**, nos trinta dias subseqüentes, **limitação de empenho e movimentação financeira**, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.
> § 1º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.
> § 2º Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.
> § 3º No caso de os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no *caput*, é o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.
> § 4º Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, **o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre**, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

[9] Disponíveis em versão eletrônica na página http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt_PT/mdf.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 3JQY.MWIF.Y9TF.MX74.P

> § 5º No prazo de noventa dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.

102. A inobservância do dever de limitação de empenhos e movimentação financeira, por sua vez, é sancionada pelo **art. 5º, inciso III, da Lei nº 10.028/2000**, que comina **multa** de trinta por cento dos vencimentos anuais do agente que lhe der causa, mediante apuração do Tribunal de Contas.

103. Se a exposição direta e objetiva do descumprimento das metas fiscais, sem que tenha havido qualquer ato de contingenciamento de despesas, é suficiente à demonstração de irregularidade das contas (seja por afronta ao Anexo da LDO, seja pela violação direta dos predicados da LRF), **agrava-se o apontamento com a manobra escusa e inconstitucional de se dissimular o atendimento à meta mediante a sua alteração *a posteriori*, já findo o exercício e publicados os demonstrativos** – expediente que, pela similaridade com os apontamentos feitos pelo Tribunal de Contas da União no exame das contas presidenciais de 2014, poderia ser qualificado por verdadeira "***pedalada fiscal***", para empregarmos terminologia que se consolidou no noticiário nacional[10].

104. Desde logo, é importante pontuar que, diversamente do que consignou a DCE, a presunção de constitucionalidade sobre a Lei nº 18.468/2015 – publicada no fatídico dia 30 de abril de 2015, em meio à violenta repressão aos protestos no Centro Cívico –, não é absoluta, não se havendo de cogitar (seja pelo exame técnico carreado, seja pela própria deliberação do Tribunal de Contas em parecer prévio) sequer a consideração desse marco legislativo no cômputo das metas fiscais.

---

[10] Conforme voto acolhido por unanimidade pelo TCU (em que a situação fática era bem menos atentatória do que a presente, pois perpetrada antes de findo o exercício): "*Mais uma vez, não desconheço que a alteração da meta legislativa, por si só, não configura ato ilegítimo atentatório dos princípios das finanças públicas, desde que atendidas as condicionantes legais e normativas até a efetiva materialização da mudança. Diversa a situação em exame, marcada por uma gestão fiscal contrária ao princípio da transparência, ao terem sido ignorados dados do próprio Governo e a própria realidade fática daquele período, resultando em total reviravolta, no quinto bimestre de 2014, de uma situação construída para justificar um cenário de difícil previsibilidade, quando em verdade não era.*
Diante disso, a alternativa única restante foi, como se viu, a submissão do PLN 36/2014 ao Congresso Nacional, que representou verdadeira guinada no planejamento fiscal, configurando-se apenas em instrumento formal para garantir a legalidade de uma situação fiscal insustentável, provocada pela inércia deliberada do governo em promover os ajustes que se mostraram necessários nos bimestres anteriores. Nesse caso, a omissão em editar o decreto de contingenciamento representa apenas o desfecho de um comportamento descasado com a realidade e com a boa governança fiscal." E ainda: "*Considerando que a aprovação do PLN 36/2014 foi consumada na forma da Lei 13.053/2014, a condicionante orçamentária imposta pelo Poder Executivo no Decreto 8.367/2014 surtiu o efeito almejado, com a alteração promovida na redação do caput do art. 3º da LDO 2014, que extinguiu o valor de referência de R$ 67 bilhões como limite para dedução da meta de resultado primário da União. Contudo, tal mudança deu-se à custa da infringência, pelo governo, dos princípios constitucionais da legalidade e da moralidade, dos pressupostos do planejamento, da transparência e da gestão fiscal responsável, bem como do art. 118 da mesma LDO 2014.*"

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 3JQY.MWIF.Y9TF.MX74.P

105. Segundo se extrai do contexto normativo do art. 165, § 2º, da Constituição Federal, a LDO é peça orçamentária que se destina exclusivamente a balizar o orçamento do "*exercício financeiro subsequente*", razão pela qual sua alteração cerca de **cinco meses após o encerramento da vigência da respectiva LOA** é totalmente descabida e infundada, não tendo outro propósito senão o de maquiar o cumprimento de metas que sabidamente não foram alcançadas.

106. Apesar de se tratar de lei em sentido formal, a LDO apresenta claro conteúdo de programa governamental, expondo as principais prioridades nos gastos, assim como as medidas econômicas voltadas ao bem-estar social. Suas diretrizes programáticas estabelecem não apenas as prioridades na alocação de recursos públicos, mas também – como todo instrumento de planejamento que seja adequado aos seus propósitos – as medidas necessárias para recondução das finanças públicas em caso de frustração de algum dos pontos traçados originalmente pelo Executivo. Conforme leciona Werder de Oliveira:

> A LDO só adquire sentido, só justifica sua razão de existir, segundo sua concepção original, em um sistema político em que o Poder Legislativo tenha interesse pelo processo orçamentário em seu nível mail elevado de instrumento vital de consecução de políticas públicas e cumprimento dos deveres e funções do ente federado e que, ao mesmo tempo, zele por suas prerrogativas constitucionais de independência perante o Poder Executivo. Para um Poder Legislativo manietado pelo Poder Executivo a LDO será um instrumento que assumirá as feições que o Poder Executivo desejar.[11]

107. Assim é que a aprovação de modificação extemporânea na LDO, em que pese ser revestida, no aspecto formal, do processo legislativo, apresenta materialmente um ***viés eminentemente administrativo*** – visto que a sua própria deflagração demanda a iniciativa exclusiva do Executivo.

108. Veja-se que a tentativa de valer-se do subterfúgio iniciou-se em 04 de fevereiro deste ano, quando, mediante a Mensagem nº 02/2015, o Executivo propôs ao Legislativo o dispositivo legal ora impugnado, a despeito de sequer abordar na justificativa as razões da alteração.

109. Tendo em vista as conhecidas manifestações dos servidores públicos estaduais, o Governo forçou-se à retirada dessa Mensagem, tendo reiterado a providência mediante a Mensagem nº 10/2015, que tratou do Programa de Parcelamento Incentivado, Programa de Incentivo de Parcelamento de Débitos e Cessão de Direitos Creditórios. Mais uma vez, não obstante, a Mensagem silenciou quanto às justificativas para alteração superveniente das metas.

110. Sobreveio então a Lei nº 18.468/2015, cujo art. 42 autorizou a **redução da meta de superávit primário em R$ 3,5 bilhões**, bem como a **ampliação da meta de endividamento em R$ 150 milhões**. É dizer: **mesmo sem a posse de todas as informações necessárias para tanto, a Assembleia Legislativa autorizou o Poder**

[11] OLIVEIRA, Weder de. *Curso de Responsabilidade Fiscal: Direito, Orçamento, Finanças Públicas*. Volume I. Belo Horizonte: Fórum, 2013, p. 342.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 3JQY.MWIF.Y9TF.MX74.P

Executivo ao déficit primário, mesmo após já ter se esgotado a vigência do orçamento anual.

111. A preocupação do gestor das contas, por certo, liga-se à possibilidade de reprimenda por parte da Corte de Contas quanto ao descumprimento das metas fiscais. Entretanto, para além disso, é indicativa do descaso para com o equilíbrio das finanças públicas que permeia toda a sistemática da LRF.

112. Nesse contexto, apenas para retomar raciocínio iniciado quanto a outra irregularidade constatada – a ausência dos demonstrativos pertinentes ao impacto financeiro-orçamentário das medidas de *renúncia de receita* – cumpre salientar que o art. 14, inciso I, é explícito ao dispor que tais benefícios carecem da comprovação de que não afetarão as metas de resultados fiscais estabelecidas na LDO. Mais grave que a própria desconsideração da meta, pois, é a conduta irresponsável, à margem da legislação, de se promover atos de renúncia num panorama que não favorece o equilíbrio fiscal e contribui, de forma degradante, para o incremento do endividamento público em ***ano eleitoral***.

113. Ao lado disso, é de tamanha gravidade o descumprimento de tais metas que a LRF qualifica por "***não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público***" todas as despesas que se processem num cenário econômico de sua violação (art. 15). E isso porque os art. 16 e 17 do mesmo texto destacam o aspecto estruturante do equilíbrio fiscal para a realização de toda e qualquer despesa pública.

114. Por essas razões, entende-se que a revisão das metas fiscais não se sustenta (imputando-se mesmo impossível ou inexistente – fática e juridicamente – a promoção ou alteração das regras do jogo após o fim da partida, como que para concluir que o que menos pontuou é o vencedor do torneio). Apartando-se de qualquer fundamento jurídico válido, **o encerramento do exercício financeiro agrava a situação ao se pretender imprimir feição de regularidade ao resultado que, em sua origem, era disforme à projeção inicial**. A consequência inarredável, logo, é o juízo de irregularidade sobre as contas, maculadas que estão pelo caráter estruturante das metas fiscais a todas as despesas do Estado, por franca violação à LRF e à LDO do exercício, sem prejuízo da determinação ao Estado de que reveja, na LDO para o exercício de 2016, as metas estabelecidas e defina especificamente os critérios para limitação de empenho e movimentação financeira (art. 9º da LRF), além da imputação da multa prevista no art. 5º, inciso III, da Lei nº 10.028/2000 pessoalmente ao Governador do Estado.

VIII. ÍNDICE DE GASTOS COM PESSOAL

115. Aponta a DCE, ainda, o atendimento das normas previstas na LRF quanto ao limite de gastos com pessoal pelos Poderes e órgãos do Estado do Paraná. Desse entendimento, contudo, não compartilha o *Parquet*.

116. Colhe-se da instrução, no capítulo atinente à gestão previdenciária, que o Estado do Paraná vem repassando aos Fundos Financeiro e Militar – ambos *fundos de repartição simples*, nos termos da reforma do regime de custeio do sistema previdenciário, promovida pela Lei nº 17.435/2012 – "aportes" mensais, decorrentes de suposto "encontro de contas" autorizado pela mesma legislação.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 3JQY.MWIF.Y9TF.MX74.P

117. De modo a sintetizar a controvérsia, importa o registro de que, previamente à edição dessa alteração legislativa, o Estado não havia saldado na integralidade as obrigações que a Lei nº 12.398/1998 havia lhe outorgado para atingir o equilíbrio atuarial do Fundo de Previdência. Tais valores, registrados na contabilidade do Paranaprevidência como *Haveres Atuariais*, representavam um déficit de cerca de R$ 7 bilhões no exercício de 2011, de sorte que o novo plano de custeio, equacionando *nova segregação de massas*, autorizou a revisão de tais valores (art. 28, § 2º), bem como a realização anual de "*encontro de contas para apurar contabilmente o compromisso estatal* ***com o Fundo de Previdência***" (§ 3º do mesmo artigo).

118. A interpretação distorcida desses dispositivos legais foi, então, utilizada propositadamente pelo Estado para, lavrando Termo de Compromisso com o órgão previdenciário, estabelecer a obrigatoriedade de repasses mensais aos Fundos Financeiro e Militar.

119. Temos, portanto, o seguinte fluxo procedimental *sui generis*: *a)* a Lei nº 12.398/1998 impôs obrigações ao Estado em face do Fundo de Previdência, de sorte a garantir-lhe o equilíbrio atuarial; *b)* em virtude do convicto inadimplemento estatal e o crescimento do déficit atuarial, viu-se o Estado a rever a opção legislativa, de sorte que a Lei nº 17.435/2012 autorizou a baixa desses haveres; *c)* considerando que o equilíbrio financeiro do Fundo de Previdência poderia restar comprometido com o inadimplemento, a mesma lei revisora determinou o encontro de contas para saldar essas obrigações; *d)* paradoxalmente, o Estado do Paraná promoveu o ajuste de modo a transferir os recursos que deveriam ser destinados ao Fundo de Previdência aos demais Fundos (Financeiro e Militar).

120. Além do absurdo lógico da situação e patente ilegalidade, veja-se que a atuação estatal foi direcionada com o preclaro objetivo de camuflar outro ponto de descontrole nas contas públicas: a **extrapolação dos limites de despesas com pessoal**.

121. Como estabeleceu a Lei nº 17.435/2012, enquanto o Fundo de Previdência é financiado "*pela adoção gradual do regime financeiro de capitalização*", os Fundos Financeiros e Militar se constituem "*pelo regime financeiro de repartição simples*". Essa diferenciação, conforme ao art. 249 da Constituição, à Lei nº 9.717/1999 e às normativas do Ministério da Previdência Social, implica dizer que o primeiro objetiva a constituição de reservas, mediante o aporte de recursos e a exação de contribuições mensais, de forma que, ao fim de dado período, seja-lhe possível arcar com os benefícios estatuídos; já os segundos são constituídos tão-somente pelo repasse das contribuições (do segurado e patronal), devendo as respectivas insuficiências serem cobertas pelo próprio Tesouro (art. 23 da Lei nº 17.435/2012). Não há, portanto, "aportes" para estes Fundos.

122. Sendo assim, a formalização do famigerado Termo de Compromisso intentou apenas mascarar uma realidade: **o Estado antecipa-se à insuficiência dos fundos de repartição simples**, comprometendo-se ao repasse de quantia fixa mensal, **intentando excluir essas parcelas do cálculo de despesas com pessoal** (art. 18 da LRF). Ao fim e ao cabo, não restam dúvidas de que esses "aportes" feitos aos Fundos Financeiro e Militar terão por destino o pagamento de benefícios (isto é, suportar as insuficiências naturais desses fundos), e não constituir reservas para a quitação de benefícios futuros.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 3JQY.MWIF.Y9TF.MX74.P

123. Considerando os valores informados pela DCE como repassados a esse título ao Fundo Financeiro (no total de R$ 2,1 bilhões) e ao Fundo Militar (R$ 600 milhões), os quais invariavelmente foram destinados ao pagamento de despesas com pessoal (submetendo-se, pois, ao art. 18 da LRF), **a despesa total do Poder Executivo alcançaria o percentual de 56,58% da Receita Corrente Líquida**, enquanto a **despesa total do Estado seria de 65,01% da RCL**.

124. Assim, sem prejuízo da irregularidade das contas, por violação aos limites estabelecidos no art. 20 da LRF, é imperativa a adoção das condutas estabelecidas no art. 23, cujo preceito normativo destina-se à recondução da despesa com pessoal ao limite.

IX. CONSIDERAÇÕES FINAIS

125. Os derradeiros apontamentos da instrução fazem referência ao descumprimento de ressalvas, determinações e recomendações de exercícios anteriores. Considerando que a reiteração no descumprimento é causa de irregularidade das contas, *ex vi* do art. 16, § 3º da LOTC/PR e do art. 248, § 1º do RITC/PR, faz-se mister o acompanhamento acerca de sua implementação, a fim de que, persistindo o Estado nas faltas, seja proferido o juízo de irregularidade das contas.

126. Ademais, com vistas a operacionalizar internamente o acompanhamento de tais providências, roga-se que determine o Plenário o registro e o controle individualizado das decisões proferidas no âmbito das prestações de contas anuais do Executivo Estadual, na forma do art. 513 do RITC/PR, sem prejuízo da oportuna expedição de certidão de quitação das obrigações ou dos débitos imputados, em sendo o caso, conforme o art. 514 da norma regimental.

127. Em face de todo o exposto, conclui este Representante Ministerial pela **emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas do Estado do Paraná**, atinentes ao exercício de 2014, de responsabilidade do Governador Carlos Alberto Richa, sem prejuízo da aposição das **ressalvas** e **determinações** indicadas no corpo deste parecer, bem como a **imputação da multa administrativa** prevista no art. 5º, inciso III, da Lei nº 10.028/2000, fixada no patamar de trinta por cento dos vencimentos anuais do agente.

É o parecer.

Curitiba, 19 de outubro de 2015.

Assinatura Digital

MICHAEL RICHARD REINER
Procurador-Geral do Ministério Público de Contas

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 3JQY.MWIF.Y9TF.MX74.P

CONTAS
DO GOVERNADOR

EXERCÍCIO 2014

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Praça Nossa Senhora de Salette s/n - Centro Cívico
Curitiba - PR | CEP: 80530-910 | Fone: 41 3350-1616

www.tcepr.gov.br